

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**JORGE ESCHRIQUI VIEIRA PINTO**

**O PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES E ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ E A  
CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL NO BRASIL E NO MÉXICO:  
DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTOS PARA DUAS SOCIEDADES “ENFERMAS”**

**FRANCA  
2012**

**JORGE ESCHRIQUI VIEIRA PINTO**

**O PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES E ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ E A  
CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL NO BRASIL E NO MÉXICO:  
DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTOS PARA DUAS SOCIEDADES “ENFERMAS”**

**Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação  
em História da Faculdade de Ciências Humanas e  
Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca. Área  
de Concentração em História e Cultura Política.**

**Orientador: Professor Doutor Alberto Aggio.**

**FRANCA  
2012**

Pinto, Jorge Eschriqui Vieira

O pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enriquez e a constituição da organização nacional no Brasil e no México : diagnósticos e tratamentos para duas sociedades “enfermas”. / Jorge Eschriqui Vieira Pinto. –Franca : [s.n.], 2012

579 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Alberto Aggio

1. Brasil – Política e governo. 2. México – História política.  
I. Título

CDD – 320.098

**JORGE ESCHRIQUI VIEIRA PINTO**

**O PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES E ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ E A  
CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL NO BRASIL E NO MÉXICO:  
DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTOS PARA DUAS SOCIEDADES “ENFERMAS”**

**Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de  
Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho” (UNESP), campus de Franca. Área de Concentração em História e Cultura  
Política.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Professor Doutor Alberto Aggio, UNESP**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**3º Examinador:** \_\_\_\_\_

**4º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.**

## AGRADECIMENTOS

Pessoas especiais têm contribuído, direta ou indiretamente, para a conclusão desta tese. Algumas colaboraram com o seu apoio fraternal nos momentos mais difíceis ao longo da trajetória do curso de doutorado e outras ajudaram com os seus conhecimentos e as suas sugestões para o aprimoramento do trabalho. Além disso, de extrema importância foi a bolsa de estudos para o desenvolvimento da pesquisa, não somente porque possibilitou uma dedicação exclusiva à esta, mas também devido ao estímulo que ela trouxe para o meu retorno ao mundo acadêmico por meio da participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicação de artigos em revistas acadêmicas, dando-me a oportunidade de tornar a minha pesquisa conhecida e me devolvendo o orgulho de ser historiador. Portanto, faz-se necessário um agradecimento todo especial à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)**, instituição à qual devo boa parte de meu amadurecimento intelectual com o seu suporte financeiro às atividades acadêmicas desenvolvidas por mim neste doutorado e as sugestões e críticas construtivas de sua assessoria científica à pesquisa com a entrega de cada relatório científico anual.

Na realidade, por mais que se saiba e seja consenso no mundo acadêmico que todo trabalho científico, principalmente, uma tese, deve prezar pelo rigor teórico-metodológico dentro das normas aceitáveis de objetividade que o qualificam, não se pode, porém, por outro lado, negar que o que escrevemos está vinculado com o mundo e as pessoas que nos cercam. Em outras palavras, escrevemos conforme vamos vivendo. Esta é talvez a razão da existência da parte dos agradecimentos em uma tese de doutorado, afinal, não seria o historiador um homem do seu tempo com o olhar sobre o passado? E o seu tempo implica em sua inserção em uma realidade na qual ele está envolvido em suas ideias por concepções históricas de mundo resultantes do processo de socialização pelo qual passa no seu contato com os meios familiar, de amigos, de colegas de profissão e outros. Portanto, escrevemos como parte de nossa vida e de nosso mundo. O que escrevemos traz consigo nossos olhares, nossas consciências, nossos sentidos, nossas vontades e nossa representação. Procuramos traduzir o passado para o presente na perspectiva do consciente do homem inserido na atualidade, que, para realizar esta delicada tarefa, utiliza-se da substância dura que é a linguagem. Linguagem que manifesta a experiência humana. Por que considerar a linguagem como substância dura? Porque usar dela para dar voz ao passado, a partir dos preceitos aceitos pelo mundo acadêmico e tornar o texto, nem por isso, menos compreensível para os indivíduos da sociedade e o tempo atual, é um trabalho árduo.

E neste trabalho árduo várias vezes deixamos de lado o convívio familiar ou compartilhamos com a família em certos momentos todo o cansaço e toda angústia que podem envolver a elaboração de uma tese de doutorado. Por isso agradeço em especial ao apoio, o alento e a compreensão dados a mim por minha mãe Zicléia, meu tio, padrinho e segundo pai Valdir, e meu irmão Henrique.

Um aprendizado que obtive deste doutorado para o resto da vida diz respeito à passagem do tempo. O tempo não deve ser encarado como algo que desliza ao longo da trajetória de nossas existências e que, quando olhamos para o caminho percorrido na estrada da vida, dá a sensação que envelhecemos e alguns sonhos da juventude ficaram sem realização por serem percebidos como “utopias” à medida que a idade nos pesa sobre os ombros. Na verdade, o tempo é um rito de passagem da imaturidade para um melhor discernimento sobre a existência e as pessoas que encontramos e com as quais convivemos por um curto ou longo período. Com a maturidade percebemos que a vida não é feita apenas de conquistas e glórias, mas também de provações e tristezas, e que são estas e não aquelas que demonstram a nossa capacidade de sermos vitoriosos ou derrotados na vida. O caminho rumo à conquista e glória não é fácil. Pelo contrário, é árduo e em sucessivas vezes queremos fraquejar. E são nesses momentos, que exigem superação com a ajuda de mãos fraternas, que diferenciamos as verdadeiras amizades daquelas que são apenas oportunistas, passageiras e sem marcas a deixarem em nós.

Foi no momento mais difícil da minha existência que aprendi a separar o joio do trigo como se diz popularmente. As pessoas que realmente tinham um sentimento fraterno por minha pessoa ficaram do meu lado e estenderam as suas mãos para mim com toda força para me reerguerem. Isto não implicou necessariamente em apenas afagar o meu ego, mas em dar alento em certos momentos e em outros, quando preciso, em me criticar construtivamente diante de atitudes errôneas e equivocadas. Entre as pessoas que se revelaram amigas sinceras e para todos os momentos da vida, gostaria de dar um destaque especial ao professor, orientador e amigo Alberto Aggio. Quando fiz mestrado em História na UNESP entre 2002 e 2004, muito provavelmente a minha imaturidade tinha me impedido de enxergar no professor a grande pessoa valorosa que há em sua essência. Naquela época tornei o nosso convívio algo extremamente formal e excessivamente profissional, impedindo uma relação mais fraterna e a descoberta de seu grande caráter. Precisei retornar em 2009 à UNESP da maneira como me encontrava para me redimir e ver na pessoa do professor um homem que, além de extremamente capacitado e preparado profissionalmente, é uma figura fraterna para com os

amigos e alunos e, no meu caso, por que não dizer paterna em muitos momentos quando desabafei os meus obstáculos acadêmicos e problemas pessoais.

Além disso, gostaria de agradecer aos professores Marisa Saenz Leme, Suzeley Khalil Mathias, Marcos Sorrilha Pinheiro e Marcos Alves de Sousa pela receptividade no meu retorno à UNESP e pelas sugestões de melhorias no trabalho e de bibliografia, seja ao longo das discussões em disciplina do doutorado, seja na banca de qualificação.

Finalmente, uma especial gratidão devo também aos funcionários da UNESP, campus de Franca, sobretudo, à Maísa, à Fátima e ao Guilherme, pela atenção que a mim foi dada sempre que deles precisei para a resolução de quaisquer problemas.

PINTO, Jorge Eschriqui Vieira. **O pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez e a constituição da organização nacional no Brasil e no México: diagnósticos e tratamentos para duas sociedades “enfermas”**. 2012. 579 p. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

## RESUMO

Esta tese apresenta os ensaios de caráter sociológico de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez que constituíram, nas duas primeiras décadas do século XX, em uma tentativa de síntese das realidades brasileira e mexicana. Trata-se, portanto, de dois autores que se esforçaram no sentido de um autoconhecimento de suas respectivas sociedades nacionais e, a partir deste, elaborar um projeto de política nacional para a promoção do desenvolvimento e a construção de uma unidade nacional por meio de uma ação efetiva de um governo central forte no sentido de estimular a modernização e despertar na população o ideal de comunidade com a unidade de todos os grupos sociais. Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram precursores em seus respectivos países da crítica aos Estados brasileiro e mexicano, que seguiam um modelo de dominação política caracterizado pela exclusão de amplos setores da população e ameaça externa por causa de um quadro de dependência. A partir da busca de análises congruentes com as realidades brasileira e mexicana, os dois intelectuais dispuseram os seus conhecimentos a serviço da solução dos problemas nacionais e da elaboração de um projeto de política nacional que contivesse ideias de possíveis ações para resolvê-los. Dessa maneira, sob a influência do pensamento cientificista, principalmente, de cunho spenceriano, os autores acreditavam que se fazia necessário dar ao conhecimento um caráter mais prático e não estritamente teórico. Entretanto, o conhecimento da realidade não faria sentido se não se aplicasse ao estabelecimento de uma organização nacional. Assim, esta tese analisa a existência de uma corrente de pensamento no Brasil e no México de princípios do século XX a partir do entendimento e da reflexão das ideias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, que contestavam a ordem estabelecida e buscavam uma alternativa às políticas adotadas nos dois países de então por meio de um projeto com medidas compatíveis com a realidade e capazes de transformá-la.

**Palavras-chave:** Organização nacional. Estado. Política nacional. Cientificismo. Unidade nacional.



PINTO, Jorge Eschriqui Vieira. **The thought of Alberto Torres and Andrés Molina Enríquez and the constitution of the national organization in Brazil and Mexico: diagnoses and treatments for two “sick” societies.** 2012. 579 p. Thesis of Doctorate of the Post-Graduation Program in History of the Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

## **ABSTRACT**

This thesis presents the sociological essays of Alberto Torres and Andrés Molina Enríquez that constituted, in the tow first decades of XX century, an attempt to synthesize Brazilian and Mexican realities. Therefore, this is about two authors that strengthened themselves in order to propose a self-knowledge of their respective national societies. Based on this, they intended to elaborate a political project for the promotion of the development and the construction of a national unity, through an effective action by the strong central power, in order to stimulate the modernization and awake in population the ideal of community with all social groups united. Alberto Torres and Andrés Molina Enríquez were the precursors in the countries of the critic to Brazilian and Mexican States, which followed a model of political domination characterized by the exclusion of wide sectors of population and external threat due to a situation of dependence. From the research of congruous analysis with Brazilian and Mexican realities, both intellectuals put their knowledges at disposal of the national problems' solution and the elaboration of a national politics project that could contain ideas of possible actions to solve them. Thus, under that could contain ideas of possible actions to solve them. Thus, under the influence of a scientificist thought, mainly, on spencerian basis, the authors believed that it was necessary to give to knowledge a more practical approach, and not strictly theoretical. However, the knowledge of the reality wouldn't make sense unless it could be applied to the establishment of a national organization. Consequently, this thesis analyses the existence of a current of thought in Brazil and Mexico since the beginning of XX century, form the understanding and reflexion of Alberto Torres and Andrés Molina Enríquez's ideas, that contested the established order and searched for an alternative to the adopted politics in Brazil and Mexico thorough a project that could contain compatible measures with the reality and also able to transform it.

**Key words:** National organization. State. National politics. Scientificism. National Unity.

PINTO, Jorge Eschiqui Vieira. **El pensamiento de Alberto Torres y Andrés Molina Enríquez y la constitución de la organización nacional en Brasil y México: diagnósticos y tratamientos para dos sociedades “enfermas”**. 2012. 579 p. Tesis de Doctorado del Programa de Post-Graduación en Historia de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

## RESUMEN

Esta tesis presenta los ensayos de carácter sociológico de Alberto Torres y Andrés Molina Enríquez que constituyeron, en los dos primeros decenios del siglo XX, en un intento de síntesis de las realidades brasileña y mexicana. Tratáse, luego, de dos autores que se esforzaron en la búsqueda de un autoconocimiento de sus respectivas sociedades nacionales y, desde este, elaborar un proyecto de política nacional para la promoción del desarrollo y la construcción de una unidad nacional a través de una acción efectiva de un gobierno central fuerte a fin de estimular la modernización y despertar en la población el ideal de comunidad con la unidad de todos los grupos sociales. Alberto Torres y Andrés Molina Enríquez fueron precursores en sus respectivos países de la crítica a los Estados brasileño y mexicano, que seguían un modelo de dominación política caracterizado por la exclusión de largos sectores de la población y amenaza exterior debido a un cuadro de dependencia. Desde la búsqueda de análisis congruentes con las realidades brasileña y mexicana, los dos intelectuales dispusieron sus conocimientos a servicio de la solución de los problemas nacionales y de la elaboración de un proyecto de política nacional que contuviera ideas de posibles acciones para resolverlos. De tal manera, bajo la influencia de un pensamiento cientificista, sobretudo, de cuño spenceriano, los autores creyeron que se volvía necesario dar al conocimiento un carácter más práctico y no estrictamente teórico. Sin embargo, el conocimiento de la realidad no tendría sentido si no se aplicara al establecimiento de una organización nacional. Así, esta tesis analiza la existencia de una corriente de pensamiento en Brasil y en México de comienzos del siglo XX desde el entendimiento y la reflexión de las ideas de Alberto Torres y Andrés Molina Enríquez, que contestaban el orden establecido y buscaban una alternativa a las políticas adoptadas en Brasil y en México de entonces a través de un proyecto que contuviera medidas compatibles con la realidad y capaces de cambiarla.

**Palabras clave:** Organización nacional. Estado. Política nacional. Cientificismo. Unidad nacional.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 O PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES E ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ, O BRASIL, O MÉXICO E A ORGANIZAÇÃO NACIONAL.....</b>	<b>25</b>
1.1 Alberto Torres: do ideal republicano à desilusão.....	27
1.2 Andrés Molina Enríquez e a revolução como via para a organização nacional.....	96
<b>CAPÍTULO 2 A SOCIOLOGIA COMO A CIÊNCIA POSITIVA PARA O ESTUDO DAS ENFERMIDADES NACIONAIS .....</b>	<b>175</b>
2.1 A concepção de nação na segunda metade do século XIX e em princípios do século XX.....	177
2.2 O pensamento cientificista do século XIX e o estudo da sociedade nacional.....	190
2.2.1 Augusto Comte e o estudo positivo da sociedade .....	194
2.2.2 Herbert Spencer e o estudo do organismo social.....	206
2.3 A concepção sociológica da sociedade nacional de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez .....	215
2.3.1 A sociedade nacional como um tipo de “organismo”.....	216
2.3.2 A concepção de nação e os elementos constituintes da identidade nacional.....	241
<b>CAPÍTULO 3 O ESTADO COMO ÓRGÃO CENTRAL DO ORGANISMO SOCIAL E A POLÍTICA ORGÂNICA OU INTEGRAL .....</b>	<b>265</b>
3.1 Por uma política acima dos faccionismos.....	271
3.2 A crítica ao regime constitucional abstrato .....	287
3.3 A centralização e a divisão de poderes no Estado nacional.....	293
3.4 A política orgânica ou integral para a constituição da organização nacional .....	314
3.4.1 O desenvolvimento da agricultura, a reforma agrária e a preservação dos recursos naturais .....	316
3.4.2 O progresso econômico .....	355
3.4.3 O investimento em educação .....	375
3.4.4 A implantação de uma política de defesa nacional e de relações exteriores .....	378
<b>CAPÍTULO 4 A REPERCUSSÃO DO PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES NA REVOLUÇÃO DE 1930 E NO VARGUISMO (1930-1945) E DE ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ NO PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO MEXICANA (1920-1940).....</b>	<b>393</b>

<b>4.1 A repercussão do pensamento de Alberto Torres na contestação da ordem da República Velha e na construção de uma nova ordem a partir da Revolução de 1930 ...</b>	<b>398</b>
4.1.1 A presença das ideias de Alberto Torres nos anos de 1920 .....	398
4.1.2 A presença das ideias de Alberto Torres na Revolução de 1930 .....	426
4.1.3 A presença das ideias de Alberto Torres no Varguismo (1930-1945) .....	441
<b>4.2 A repercussão do pensamento de Andrés Molina Enríquez na construção da ordem elaborada com o período de institucionalização da Revolução Mexicana.....</b>	<b>495</b>
4.2.1 A presença das ideias de Andrés Molina Enríquez no governo de Álvaro Obregón (1920-1924).....	495
4.2.2 A presença das ideias de Andrés Molina Enríquez no governo de Plutarco Elías Calles (1924-1928) e no Maximato (1928-1934) .....	515
4.2.3 A presença das ideias de Andrés Molina Enríquez no Cardenismo (1934-1940) .....	542
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>563</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>569</b>

## INTRODUÇÃO

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram dois autores precursores entre as intelectualidades brasileira e mexicana de uma análise crítica à República Velha e ao Porfiriato respectivamente. Tal análise é constituída por meio do estudo das realidades brasileira e mexicana, apontando-se a necessidade urgente em solucionar problemas como as profundas desigualdades sociais, a ausência de integração entre as diferentes regiões de seus respectivos países, as ameaças à soberania nacional, a inexistência de uma consciência nacional, a desvalorização da cultura nacional e outros.

Este estudo da realidade serve como um diagnóstico para um quadro de “enfermidade” das respectivas sociedades, e base para a elaboração de um projeto de política que contém as medidas a serem tomadas para o tratamento dos problemas e, conseqüentemente, o despertar de um organismo social são. Entretanto, para que o resultado esperado fosse alcançado, seria necessário que os vários procedimentos contidos no projeto consistissem em uma política encabeçada por um governo central forte, capaz de se portar como o representante do interesse geral e promover a organização e o desenvolvimento do país, cujas conseqüências seriam a consolidação da unidade nacional, o despertar do espírito nacional e a construção de uma nacionalidade efetiva.

As ideias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez tiveram uma repercussão importante no meio da intelectualidade e dos atores políticos que também contestaram a ordem estabelecida no Brasil e no México. Trata-se de personagens históricas que contribuíram com as suas ideias e ações para a institucionalização dos Estados varguista e pós-período combativo da Revolução Mexicana. Não é por acaso que se observam várias ideias presentes no pensamento de Alberto Torres sendo retomadas e colocadas em prática no pós-Revolução de 1930 e, da mesma maneira, no pensamento de Andrés Molina Enríquez repercutindo e sendo aplicadas a partir da década de 1920 com o fim do período combativo e o início da institucionalização da Revolução Mexicana, principalmente, durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940).

O estudo das ideias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez possibilita não somente a compreensão da uma corrente de pensamento existente na América Latina no início do século XX, preocupada com os destinos a serem tomados pelos países em um quadro composto por atraso econômico, instabilidade política, desigualdade social e

dependência externa, mas também a gênese de tópicos das políticas nacionais adotadas no período pós-Revolução de 1930 no Brasil e na etapa de institucionalização da Revolução Mexicana a partir da década de 1920. Ao contrário do que tradicionalmente as ciências sociais latino-americanas costumam afirmar sobre as políticas nacionais implantadas nesse período, essas políticas não foram o resultado de um vazio de poder ocasionado pela inexistência de um grupo dominante capaz de impor os seus interesses diante de outros setores sociais, nem da necessidade de se utilizar de um processo de manipulação e/ou impedimento ao surgimento da cidadania ativa por meio da concessão de benesses às massas “alienadas” em troca de apoio às ações políticas do novo regime instaurado, mas de uma corrente de pensamento que foi amadurecendo a partir de princípios do século XX com as críticas aos regimes liberal-oligárquicos e a elaboração de projetos de política nacional alternativos baseados, principalmente, no organicismo de Herbert Spencer.

Influenciados pelo pensamento cientificista, principalmente, pelas ideias de Herbert Spencer, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez pensavam na nação como um “organismo” em que o seu desenvolvimento dependia da evolução e da ação integrada de suas partes, que seriam constituídas pelos diversos setores da população nacional, cada qual tendo um papel essencial na construção de uma grande nação. Caberia ao Estado, enquanto o “cérebro” do organismo nacional, garantir e estimular as ações coordenadas das diferentes partes.

Obviamente, apesar das proximidades em vários pontos entre as realidades brasileira e mexicana, havia aspectos específicos em cada uma que se refletiam em diferenças nos projetos de política nacional adotados a posteriori pelos Estados. Porém, isto não impede de forma alguma um estudo comparativo. Pode-se perceber a presença de várias ideias de Alberto Torres no pós-Revolução de 1930 e Andrés Molina Enríquez na etapa de institucionalização da Revolução Mexicana a partir da década de 1920, como por exemplo, o Estado forte e agente de desenvolvimento, o despertar na sociedade do sentimento de pertencimento à nação, a valorização da cultura nacional, os programas governamentais para a melhoria das condições de vida das camadas populares, a intervenção do Estado na economia e outras.

A importância desta tese sobre o pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez está em que estes intelectuais, a partir da crítica à política adotada pelo Estado brasileiro durante a República Velha e pelo Estado mexicano durante o Porfiriato,

buscaram apontar aspectos cruciais como o desenvolvimento, a dependência, a problemática social e os elementos fundamentais para a existência da nação, e que, a posteriori, incorporaram-se na política nacional adotada no período pós-Revolução de 1930 e de institucionalização da Revolução Mexicana. Por meio do exame dos escritos de ambos intelectuais, percebe-se como a interação dos aspectos fundamentais resulta na construção de uma nação sustentada na existência de unidade e espírito nacional, na garantia da soberania, na ação de um governo forte e atuante, e no progresso. Entende-se que o objeto de estudo da tese é importante porque retrata por meio do pensamento dos dois intelectuais um momento histórico de contestação aos regimes liberal-oligárquicos e a busca de uma nova etapa histórica marcada pela centralização política e modernização em nome da construção da nacionalidade.

A tese realiza uma reflexão sobre as ideias presentes nos ensaios de caráter sociológico de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez sobre as realidades brasileira e mexicana e as iniciativas necessárias para o desenvolvimento do país e a construção de uma unidade nacional contidas em seus projetos de política nacional. Procura entender o pensamento do intelectual brasileiro e do mexicano a partir de suas experiências de vida, do contexto histórico e das ideias que circulavam nos meios intelectuais em que viviam. Assim, pode-se entender a história das ideias a partir do propósito de estudar as relações entre os processos e os seus ideários. Segundo Ângela Alonso, o ideário “só ganha plena inteligibilidade por meio de uma análise contextual. Formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais”.<sup>1</sup>

Para compreensão do ideário de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez é necessário conhecer o processo dentro do qual ele está inserido, ou seja, há uma conexão entre ambos. Tal conexão torna o pensamento do autor inseparável do contexto histórico. Se se pensar assim, poder-se-á perceber Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez como personagens históricos inseridos em seu tempo e sendo influenciados pela realidade do Brasil da República Velha e do México do Porfiriato e pelo pensamento cientificista de cunho, principalmente, spenceriano, que lhes deu elementos teóricos para a análise crítica dos problemas nacionais e a elaboração de possíveis ações para solucioná-los. Além disso, foi importante na compreensão dos problemas nacionais o contato direto com estes durante os períodos em que ocuparam cargos públicos, possibilitando-os perceberem os entraves que

---

<sup>1</sup> ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 38.

impediam as soluções, pois, como afirma Hannah Arendt, “o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado, já que são os únicos marcos por onde pode obter orientação”.<sup>2</sup>

Contudo, se as ideias são influenciadas pelo contexto, este também pode sofrer influência das ideias, pois, a relação entre as ideias e o contexto deve ser considerada como uma relação em que ao mesmo tempo em que as ideias são produzidas em um determinado momento, aquelas podem vir a ser um instrumento de transformação deste e constituir uma nova realidade. Trata-se, enfim, de uma mútua influência. Isto pode ser observado em dois momentos diferentes. Primeiro, quando Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez realizaram análises críticas de suas sociedades nacionais e elaboraram um projeto de política nacional que fosse uma alternativa à política adotada pelo Estado durante a República Velha e o Porfiriato baseados na concepção de Herbert Spencer de que a sociedade nacional seria uma espécie de “organismo”, no qual o seu funcionamento adequado dependeria da coesão e integração de suas partes. Como Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez acreditavam que seria exatamente esta unidade que faltava às comunidades nacionais brasileira e mexicana, viam as suas sociedades nacionais como “enfermas”. O remédio para este quadro de “enfermidade” estaria em uma série de reformas adotadas por um poder central forte, representante dos interesses gerais, que promovesse a melhoria das condições de vida da população nacional por meio do desenvolvimento e despertasse em seus membros uma unidade com o consenso em torno das reformas.

Em um segundo momento, pode-se observar as ideias influenciando a realidade quando vários pontos do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez são retomados e aplicados na política nacional pelo Estado pós-Revolução de 1930 no Brasil e pelo Estado institucionalizado que resultou da Revolução Mexicana. Portanto, as ideias não têm vida própria. Elas dependem de seu uso, de acordo com Ângela Alonso, “por parte dos agentes sociais, que as tomam como orientação da sua ação”.<sup>3</sup> Neste sentido, pode-se afirmar que os intelectuais exercem um tipo especial de poder, denominado por Norberto Bobbio como poder ideológico por exercer uma espécie de domínio “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra”.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 41. (Coleção Debates).

<sup>3</sup> ALONSO, 2002, p. 35.

<sup>4</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997, p. 11.



Além disso, o estudo do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez possibilita a confrontação do contexto histórico brasileiro e mexicano de princípios do século XX com os problemas e os desafios de cada país. Este tipo de confrontação é importante porque, segundo Maria Lígia Coelho Prado,

comparar o Brasil com os demais países da América Latina sempre me pareceu um desafio estimulante. Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes – a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana, para ficar nas temáticas tradicionais – não há, do meu ponto de vista, como escapar às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola.<sup>5</sup>

Dessa maneira, podem-se compreender os elementos de aproximação e diferenciação entre as realidades dos dois países no início do século XX e, conseqüentemente, entender, as similitudes e particularidades entre as ideias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez e entre a política adotada no Brasil no pós-Revolução de 1930 e no México com a institucionalização da Revolução Mexicana a partir dos anos de 1920. Como afirma Heinz-Gerhard Haupt a respeito da história comparada, pesquisas como a desenvolvida nesta tese

podem testar o valor das explicações propostas e ser obrigadas a uma escritura mais analítica. Enfim, estudos partindo de uma problemática comum podem analisar estruturas, processos e mentalidades em duas ou mais sociedades, seja para acentuar diferenças, seja para encontrar analogias, de qualquer maneira, para ampliar a base documentária e propor uma interpretação das evoluções baseada no conhecimento de realidades sociais, econômicas e políticas diferentes.<sup>6</sup>

Seguindo esta reflexão do aparato teórico-metodológico, que vincula a biografia, o contexto e as ideias que constituem a base do projeto de política nacional de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, surgiram as hipóteses que nortearam a pesquisa que culminou nesta tese. Primeiramente, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, a partir das ideias presentes no pensamento cientificista, principalmente, no organicismo de Herbert Spencer, desenvolveram as suas análises críticas sobre os problemas nacionais e a incapacidade dos Estados brasileiro e mexicano de solucioná-los e elaboraram um projeto de política nacional visando a “recuperação” da sociedade nacional, enquanto um organismo

---

<sup>5</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 153, 2. sem. 2005, p. 11.

<sup>6</sup> HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Trad. Marcella Mortara e Ana Maria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998, p. 210-211.

social que se encontrava “enfermo” e incapaz de se desenvolver. Em segundo lugar, os dois intelectuais foram precursores em seus respectivos países de um modelo de política nacional caracterizado pela presença de um governo central forte, representante dos interesses gerais da nação e condutor do processo de modernização e construção de uma unidade nacional, repercutindo as suas ideias entre atores políticos e intelectuais que tiveram importante papel na crítica e derrocada da República Velha e do Porfiriato e na montagem da estrutura e no funcionamento dos regimes políticos que surgiram no Brasil no pós-Revolução de 1930 e no México com o término do período combativo e o início da etapa de institucionalização da Revolução Mexicana a partir dos anos de 1920.

A produção intelectual de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez é bastante vasta e engloba os mais variados assuntos, incluindo história nacional, ciência, política nacional e internacional, leis, ecologia e muitos outros diferentes, revelando o interesse dos dois autores por vários campos do conhecimento. Todavia, como o tema desta tese trata dos projetos de política nacional, na elaboração dela foram utilizadas as obras *A organização nacional* (1914) e *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional* (1914) de Alberto Torres e *Los grandes problemas nacionales* (1909) y *otros textos* (1911-1919) de Andrés Molina Enríquez.

A tese está constituída de quatro capítulos, dispostos da maneira a seguir. No primeiro capítulo, intitulado *O Pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, o Brasil, o México e a Organização Nacional*, estabelece-se a conexão entre a biografia de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez e o contexto histórico e as correntes de pensamento em voga no Brasil e no México da segunda metade do século XIX e de princípios do século XX de modo a compreender a formação do ideário de ambos intelectuais.

No segundo, chamado *A Sociologia como a Ciência Positiva para o Estudo das Enfermidades da Sociedade Nacional*, analisa-se o entendimento do conceito de sociologia para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez e, conseqüentemente, a perspectiva de ambos sobre a sociedade nacional a partir da influência das ideias cientificistas da segunda metade do século XIX e de princípios do século XX, com destaque para o positivismo de Augusto Comte e o organicismo de Herbert Spencer. Além disso, discute-se a concepção de nação em voga no período histórico em que ocorreu a produção intelectual de ambos os autores.

No terceiro capítulo, denominado *O Estado como Órgão Central do Organismo Social e a Política Orgânica ou Integral*, situa-se o Estado, enquanto órgão

central responsável pela coordenação e harmonia entre as unidades componentes do organismo social, nas discussões desenvolvidas por Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez sobre a ação dos poderes públicos representativa dos interesses da coletividade, a necessidade de uma estrutura e de normas para o funcionamento da máquina estatal compatíveis com as necessidades e a realidade nacional e a importância da centralização para a extensão do raio de ação do Estado sobre o território nacional e da divisão de poderes na República para a adoção de uma política coordenada que implique na integração ou unidade do país. Além disso, discutem-se as principais medidas ou ações políticas que constam no programa de reformas constituintes do projeto de uma política nacional de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez. Estas medidas são o desenvolvimento da agricultura, a reforma agrária e a preservação dos recursos naturais; o progresso econômico; o investimento em educação e; a implantação de uma política de defesa nacional e de relações exteriores. A adoção delas pelo poder estatal constitui a base para a realização da política orgânica ou integral com o fim de promover uma organização nacional.

No quarto capítulo, chamado *A Repercussão do Pensamento de Alberto Torres na Revolução de 1930 e no Varguismo (1930-1945) e de Andrés Molina Enríquez no Período de Institucionalização da Revolução Mexicana (1920-1940)*, aborda-se a influência dos dois intelectuais em períodos importantes para as histórias brasileira e mexicana marcados por várias transformações, muitas das quais têm as suas origens no projeto de política nacional dos autores estudados. Ao remeter as origens dos projetos nacionais dos Estados brasileiro no pós-Revolução de 1930 e mexicano no período de institucionalização da Revolução Mexicana a partir dos anos de 1920, principalmente, durante o cardenismo, à concepção de política orgânica de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, pretende-se demonstrar que as políticas nacionais implantadas nesse período foram o resultado de uma corrente de pensamento que foi amadurecendo a partir de princípios do século XX com as críticas aos regimes liberal-oligárquicos e a elaboração de projetos de política nacional alternativos baseados, sobretudo, no organicismo de Herbert Spencer.

Além dos capítulos referidos, apresentam-se as considerações finais ao término da tese, nas quais se busca retomar pontos essenciais discutidos ao longo do texto, explicitar os objetivos alcançados, confirmar as hipóteses levantadas e demonstrar as possíveis respostas obtidas para os problemas postos na tese. Enfim, faz-se um balanço dos resultados alcançados na pesquisa.

Espera-se que este trabalho possa contribuir, por meio do estudo comparativo do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, no sentido de compreender um movimento no Brasil e no México de análise crítica à política liberal-oligárquica adotada na República Velha e no Porfiriato. Tal movimento que deu início a uma reflexão sobre os problemas nacionais desse período e inspirou o aparecimento de um modelo alternativo de política nacional marcado pela presença de um governo central forte, representante dos interesses gerais da nação e condutor do progresso e da construção de uma unidade nacional.

## CAPÍTULO 1

### O PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES E ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ, O BRASIL, O MÉXICO E A ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Compreender o pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez consiste em perceber estes intelectuais como personagens históricos inseridos em seu tempo e sendo influenciados pelo contexto histórico e conjunto de ideias que se difundia entre a intelectualidade de seus respectivos países, no caso, o Brasil e o México da segunda metade do século XIX e de princípios do século XX. Ideias que eram não apenas o produto de um determinado meio, na medida em que eram utilizadas para explicar e justificar uma realidade, mas também se constituíram em instrumentos de contestação desta por parte de grupos inconformados e ansiosos de transformá-la.

Portanto, as ideias constituem-se em uma forma de percepção da realidade, que reflete as mudanças ocorridas em uma sociedade. O intelectual, como membro desta sociedade, não tem como se manter neutro diante destas mudanças, sofrendo o seu pensamento as repercussões destas transformações com o passar do tempo. Como afirma Norbert Elias, “a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas”.<sup>1</sup>

Entretanto, a relação entre as ideias e o contexto não é unilateral, mas sim bilateral, na medida em que, ao mesmo tempo em que as ideias são produzidas em um determinado contexto, aquelas podem vir a ser um instrumento de transformação deste e construir uma realidade. Trata-se, enfim, de uma mútua influência. As ideias constituem um repertório intelectual, isto é, um conjunto de recursos intelectuais disponíveis em uma determinada sociedade em certo período histórico que possibilita não somente a análise, mas também uma orientação para a transformação de uma realidade. Como afirma Ângela Alonso,

os repertórios funcionam como “caixas de ferramentas” às quais os agentes recorrem **seletivamente**, conforme as suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação. A ótica das práticas permite ver a dimensão de ação política do intelectual. Para entender por quê o “intelectual” recorreu a certas maneiras de pensar não basta a análise dos seus discursos. É preciso também a análise de suas práticas. Isso supõe inscrevê-lo na estrutura de relações de poder da sociedade em que nasce. Formas de pensar e formas de agir estão em íntima conexão, de sorte que não é possível compreendê-las separadamente. A interpretação, por isso, exige uma análise fina, empírica, do modo pelo qual uma experiência social concreta plasma certas formas de pensar.<sup>2</sup> (grifo da autora).

---

<sup>1</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984, p. 9.

<sup>2</sup> ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 40.

A partir do conhecimento sobre as realidades brasileira e mexicana, da experiência no exercício de cargos públicos, da participação como personagens em momentos importantes nas histórias nacionais e da influência das correntes de ideias científicas em circulação no início do século XX em seus respectivos países, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez desenvolveram uma interpretação sociológica que continha um diagnóstico dos problemas que afligiam ambas as sociedades e elaboraram um projeto de política nacional que consistia em linhas de ação visando resolvê-los e assim curar as comunidades nacionais consideradas “enfermas”.

Além disso, é preciso levar-se em conta que por mais que o intelectual venha a adotar uma postura crítica em relação à realidade que o cerca, o seu repertório deve utilizar padrões analíticos, noções e argumentos que não se afastem muito do seu padrão contextual de pensamento e discurso de modo a se fazer compreendido pelos seus contemporâneos. Não é por acaso que Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez utilizaram-se do pensamento cientificista em voga nos meios intelectuais brasileiro e mexicano para diagnosticar as “enfermidades” ou os problemas e propor “tratamentos” para as duas sociedades nacionais em “estado degenerativo”. Como afirma Norberto Bobbio, geralmente se cai no equívoco de se falar do intelectual

como se fosse pacífico, que as ideias, que são as “coisas” de que ele se ocupa, contam e interferem na realidade, independentemente de quem as produz, a favor de quem são dirigidas, em quais circunstâncias aparecem, sem portanto que se responda antes à questão de saber que influência as ideias exercem sobre as ações, se essa influência existe, e em que medida.<sup>3</sup>

Portanto, quando se analisa o pensamento de um intelectual, assim como o de outros membros de uma coletividade, deve-se ter em conta que

a estrutura básica da ideia que o indivíduo faz de si e das outras pessoas é uma pré-condição fundamental da sua capacidade de lidar eficazmente com elas e, pelo menos dentro dos limites da sua sociedade, para se comunicar com elas. Os pressupostos não questionados, as estruturas básicas de pensamento de que se apodera com as palavras da sua língua, sem maior reflexão, acham-se entre os meios de orientação indispensáveis sem os quais se extravia, do mesmo modo que perde a capacidade de orientação especial quando os marcos conhecidos que determinam o que espera perceber revelam-se enganadores e indignos de confiança.<sup>4</sup>

Dessa maneira, neste capítulo da tese inserem-se os dois intelectuais estudados no contexto histórico em que viveram de modo a considerar o ideário de ambos em sua

<sup>3</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções os homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997, p. 70-71.

<sup>4</sup> ELIAS, 1994, p. 81.

concretude histórica, pois as ideias pretendem realizar-se em uma determinada circunstância para transformá-la. O pensamento surge da realidade e a esta permanece ligado como marco de orientação e, por sua vez, “a nossa apreensão da realidade depende do nosso compartilhamento do mundo com nossos semelhantes”.<sup>5</sup>

### 1.1 Alberto Torres: do ideal republicano à desilusão

Alberto Torres nasceu em 26 de novembro de 1865 em Porto de Caixas, município de São João de Itaboraí, província do Rio de Janeiro, sendo filho de Manuel Martins Torres e Carlota de Seixas Torres. Diferentemente de Andrés Molina Enríquez, como se verá mais adiante, o pai de Alberto Torres era fazendeiro, magistrado e influente político do Império, chegando ao posto de senador. Isto possibilitou, de alguma forma, ao filho uma ascensão política rápida e ocupar cargos mais importantes do que o intelectual mexicano.

Em 1880, com uma autorização obtida por meio de decreto imperial, uma vez que não contava ainda com idade suficiente, Alberto Torres ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, devido à ausência de gosto pessoal, acabou abandonando o curso. Em 1882, decidiu matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo, momento agitado do meio acadêmico por causa das campanhas abolicionista e republicana.

Alberto Torres participou ativamente destas campanhas, principalmente, por meio de sua atuação na redação do principal jornal acadêmico dedicado à propaganda republicana, *A República*, lançado em 1876. Em sua redação contou com figuras como José Gomes Pinheiro Machado, Pedro Amaral Sampaio Ferraz, Caio Prado, Júlio de Mesquita, Borges de Medeiros, entre outros.

Contudo, a atuação acadêmica de Alberto Torres em prol das campanhas abolicionista e republicana em São Paulo não ficou restrita ao jornal *A República*. Em 1883, também iniciou a publicação de *A Ideia*, ao lado de nomes como Artur Cortines, Horácio de Carvalho, Vicente de Carvalho e Venceslau de Queirós. Desde as páginas deste periódico, Alberto Torres expressava-se como completamente republicano e convictamente abolicionista. Em outro jornal, *Ça-Ira*, publicou poesias posicionando-se favorável à abolição e contra a escravidão. Barbosa Lima Sobrinho, no livro *Presença de Alberto Torres*, cita um pequeno trecho de um poema publicado no *Ça-Ira*, no qual Alberto Torres relata a história de

---

<sup>5</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 314. (Coleção Debate).

um escravo que, para conseguir a sua alforria, decidiu matar o senhor que se recusava a lhe dar a liberdade:

O que não fez a dor,  
A lágrima, o perdão, os bálsamos do amor  
E a tristeza cruel, horrível, contraída  
[...]  
Fez o rude punhal e o braço do homicida.<sup>6</sup>

Entretanto, Alberto Torres não chegou a concluir o curso de Direito em São Paulo devido a desavenças entre ele e um professor de Direito Constitucional, o que lhe ocasionou uma reprovação e a sua transferência para Recife em princípios de 1885, vindo a concluir o curso no final desse ano. Acompanhou-o na reprovação e na ida para Recife o jovem estudante Raul Pompéia. Contudo, a Raul Pompéia faltariam em tese ainda mais dois anos e a Alberto Torres três para a conclusão. À custa de muito estudo e da realização de sucessivos exames, ambos conseguiram terminar o curso de Direito em dez meses. Para Barbosa Lima Sobrinho, a dedicação praticamente exclusiva acabou por fazer com que Recife não deixasse marcas de destaque na formação do ideário de Alberto Torres. Ainda dificultou o contato entre os alunos um surto de febre amarela. Sendo assim,

tudo eram motivos e razões para que não pudesse ser intensa a comunicação entre esses estudantes e os seus colegas do Recife. A epidemia levava os moços vindos de São Paulo para longe da cidade, para os arrabaldes como Caxangá e Jaboatão, onde o transporte ferroviário dificultava a frequência regular da faculdade. A preocupação de todos era transpor as barreiras, que as reprovações levantaram diante deles. E fazer exames, de mais de uma série, em curto prazo de tempo, exigia maior diligência, aplicação mais constante ao estudo, para evitar surpresas, que retardassem a conclusão do curso. Findo o ano de 1885, já estavam de volta ao Rio os nossos bacharéis, formados pela Faculdade do Recife.<sup>7</sup>

Portanto, o envolvimento de Alberto Torres com os problemas nacionais durante os seus anos estudantis deu-se por meio de sua participação nos movimentos republicano e abolicionista enquanto foi aluno de Direito em São Paulo. O movimento republicano teve a sua origem nos anos de 1860 com a ruptura dos liberais com o esquema parlamentarista em 1868. Por motivo de cunho político e pessoal, principalmente, com a incompatibilidade entre o presidente do Conselho de Ministros, o liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos, e o comandante das Forças Armadas na Guerra do Paraguai e membro do Partido Conservador, Duque de Caxias, Zacarias pediu demissão e em seu lugar foi nomeado para o cargo um membro do Partido Conservador, Visconde de Itaboraí. Esta atitude tomada

<sup>6</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres**: sua vida e pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 37.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 55.



por D. Pedro II foi entendida por uma parte dos liberais como um retrocesso, pois, “o trem do progresso já havia partido, obedecendo a uma engenharia de planos inclinados, sem possibilidade de volta. As ideias liberais, associadas à ida de progresso, já eram de domínio público, e nelas estavam depositadas todas as esperanças”.<sup>8</sup> Sendo assim, iniciou-se um questionamento quanto à conveniência de continuar defendendo o sistema parlamentar, o que resultou em uma cisão no Partido Liberal entre duas alas, a radical e a moderada.

Muitos dos membros da primeira ala decidiram partir para o ideal republicano e, assim, em 1870, na cidade do Rio de Janeiro, lançaram um manifesto republicano à nação por meio de um jornal denominado *A República*, dando início ao Partido Republicano. Desde então até a proclamação da República, segundo Emília Viotti, “o Partido Republicano ampliou a sua influência. Criaram-se clubes republicanos em várias regiões. Surgiram jornais republicanos por todo o país, que concentravam-se de preferência no Sul”.<sup>9</sup>

Em meio a toda esta tensão encontrava-se o pai de Alberto Torres, Manuel Martins Torres, que era membro do Partido Liberal. Formado em Direito, era magistrado, exercendo cargos como o de promotor e inspetor de instrução pública e juiz de direito. Com o retorno ao poder do Partido Liberal em 1878 por meio do gabinete Sinimbu, Martins Torres chegou a cargos de importância na província do Rio de Janeiro e a disputar com Miguel de Carvalho a chefia do primeiro distrito desta província.

Os anos de 1870 assistiram à aproximação entre os republicanos e os setores mais progressistas da oligarquia rural, sobretudo, os cafeicultores do Oeste paulista, que representavam um grupo econômico em expansão, mas que não encontrava espaço na Monarquia para uma representação política à altura de sua importância para a economia brasileira. Para completar, havia ainda o debate em torno da distribuição das verbas do orçamento entre as províncias, o que gerou insatisfação entre os paulistas, uma vez que São Paulo era a província que propiciava, com a sua economia, mais divisas para o governo imperial e, entretanto, no momento de se repartir os recursos, não os recebia em uma proporção justa.

Foi quando, então, entraram em cena os republicanos, propondo como solução para tal problema o ideal da federação em oposição à excessiva centralização da administração imperial. Os argumentos usados para justificar o federalismo eram que a

---

<sup>8</sup> MARTINS, Ana Luiza. **República, um outro olhar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990, p. 42.

<sup>9</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 317.

extensão territorial do país impedia uma administração eficaz e as diferenças regionais implicavam em problemas específicos, o que impedia uma administração uniforme e a tomada de decisões desde um centro distante, onde se desconhecia as realidades locais. Nesse contexto realizou-se, em 1873, em Itu, São Paulo, a convenção de fundação do Partido Republicano Paulista.

Por outro lado, a tese adotada pela oligarquia para defender o federalismo era, sobretudo, a do desequilíbrio entre o poder político e o poder econômico. São Paulo, que comandava a vida econômica da nação com os seus empreendimentos, tinha uma representação política, por exemplo, no Senado, equivalente a do Pará e, na Câmara dos Deputados, menor que a da Bahia, do Pernambuco e do Rio de Janeiro.<sup>10</sup> A consequência disto era

um profundo descontentamento dos paulistas que se sentiam ao mesmo tempo orgulhosos das suas empresas, prejudicados em seus interesses e cerceados em suas iniciativas, pela excessiva centralização. A ideia de federação encontraria assim entre eles numerosos defensores. Os mais extremados chegariam a falar em separação. A maioria considerava a República a solução ideal para esses problemas.<sup>11</sup>

Com uma tentativa paliativa do governo imperial em conter os ânimos dos paulistas, em 1881, foi promulgada a Lei Saraiva com as reformulações no sistema eleitoral, que, entre outras medidas, introduziu o voto direto, eliminando o primeiro turno das eleições; aumentou para 200 mil-réis a exigência de renda; proibiu o voto dos analfabetos e; tornou o voto facultativo. Porém, o principal ponto da lei foi uma maior autonomia dos municípios e das províncias. Segundo Raymundo Faoro,

a província reclama maiores “franquezas”, na língua da década de 1870, em nome de uma constelação de preocupações econômicas. Ela se sente roubada pelo centro, pelo governo geral, que lhe impede de proteger, incrementar e alentar as forças locais. A propriedade agrária adquire maior relevo, aguçando as reivindicações políticas da classe submersa nas cadeiras centralizadoras. A lei eleitoral de 1881 – a Lei Saraiva – será, embora falseada nos seus propósitos mais distantes, significativo

<sup>10</sup> De acordo com Emília Viotti da Costa, “observando-se os quadros políticos do Império verifica-se que em 1889, entre os senadores, apenas três em um total de 59, provinham de São Paulo. O número de senadores paulistas equivalia ao do Pará, enquanto Sergipe, Alagoas, Paraíba, tinham dois, Bahia, seis, Minas contava dez, Pernambuco seis e Rio de Janeiro cinco. São Paulo tinha na Câmara dos Deputados uma bancada composta de nove deputados, enquanto Ceará dava 8 deputados, Pernambuco 13, Bahia 14, Município da Corte e Rio de Janeiro 12, Minas Gerais 20. Analisando-se os componentes dos ministérios verifica-se igualmente que foram raros os representantes do Oeste Paulista que figuraram como ministros. O mesmo se observa no Conselho de Estado onde predominavam representantes de outras regiões, principalmente, do Vale do Paraíba, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul. O que era mais grave é que até mesmo na Presidência da Província, obedecendo aliás a uma norma seguida na época, predominavam elementos oriundos de outras regiões”. (COSTA, E., 1979, p. 312).

<sup>11</sup> COSTA, E., 1979, p. 312.

passo no reforço das influências dos municípios e das províncias. O país oficial sente-se forçado a transigir com os poderes locais para constituir a vontade política, os tentáculos móveis da camada superior.<sup>12</sup>

No intuito de angariar mais apoios e ampliar a difusão de suas ideias, os republicanos também se envolveriam em duas questões que contribuiriam para o fim da ordem monárquica. Tratam-se das Questões Religiosa e Militar. Com relação à primeira, esta foi marcante nos anos de 1870 e deveu-se ao regime do padroado, herança do Antigo Regime que estabelecia o vínculo entre Estado e Igreja. O padroado era um direito que foi concedido pelo Papa ao monarca português para que este financiasse a expansão do catolicismo no Brasil, repercutindo na época do Brasil Império na intervenção estatal nas decisões da Igreja devido a medidas como “o catolicismo era a religião oficial; as outras religiões eram toleradas, mas não podiam erguer templo; o casamento religioso tinha validade civil; os clérigos recebiam salário do governo; altos dignatários do Estado precisavam ser católicos”.<sup>13</sup>

O estremecimento nas relações entre o Estado e a Igreja começou quando, em 1864, o Papa Pio IX, por meio da *Bula Syllabus*, condenou a Maçonaria por suas posições ateístas e liberais. Assim, foram condenadas as ordens religiosas brasileiras que tinham membros maçons, o que foi recebido com maus olhos pelo governo imperial, que utilizou o padroado para reprovar a atitude antimaçônica do Vaticano. Tal postura do gabinete do Visconde de Rio Branco é explicada pelo fato de que

a sociedade brasileira não se destacava por um espírito particularmente clerical. Muito ao contrário, o que se verificava nos meios mais ilustrados era uma afetação de indiferença e de certo anticlericalismo, vigente mesmo nos meios católicos. A tradição voltairiana parecia ter deixado sólidas raízes. Havia políticos que se compraziam em afirmar a sua independência de espírito. Vendo com maus olhos as veleidades da Igreja, apoiavam o governo.<sup>14</sup>

Todavia, dois bispos, o de Olinda, Dom Vital de Oliveira, e o de Belém, Dom Antônio de Macedo Costa, não acataram a decisão de Rio Branco, condenando-o publicamente, o que lhes resultou na condenação à prisão em 1871. Ambos foram anistiados em 1875 pelo gabinete de Duque de Caxias. Porém, o estrago já estava feito, pois, tal episódio foi usado pelos republicanos para demonstrar a contradição entre um Império que se dizia liberal e moderno, mas que era contrário à liberdade de consciência. Desse modo, a imprensa

<sup>12</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, v. 2, p. 67. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

<sup>13</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Imperial**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 90. (Série Revisão 8).

<sup>14</sup> COSTA, E., 1979, p. 298.

republicana tratou de abordar a questão como um confronto entre a fé e a razão ou entre a Igreja conservadora da Monarquia e o clero livre-pensador da República. A respeito desta imprensa, Ana Luiza Martins diz que

expunha escancaradamente as contradições e mentiras de um Império que se pretendia moderno e liberal, mas que, entretanto, não admitia a livre consciência, a liberdade de ensino, a liberdade de religião, o casamento civil, a instituição do regime civil de nascimento e óbitos, nem mesmo a secularização dos cemitérios pelas administrações municipais. Império que teria a sua continuidade com a princesa Isabel, beata, ligada a confessores conservadores.<sup>15</sup>

Quanto à Questão Militar, esta esteve vinculada ao ressentimento dos militares no que dizia respeito ao desprestígio deles junto ao Império que só aumentava desde o fim da Guerra do Paraguai. Longe de se dar a tão esperada maior participação política no pós-guerra, o que ocorreu foi uma tentativa de neutralização da glória militar, propagando-se a ideia de que a vitória deveu-se ao “povo” e à Marinha, composta em seu oficialato por membros oriundos das altas camadas da sociedade, ao contrário do Exército, composto, em grande parte, por elementos dos estratos inferiores. Ademais, houve também a busca da redução rápida do número de soldados e do orçamento militar. Estas medidas tão somente aumentaram a solidariedade interna do Exército e o repúdio para com os civis, denominados de “os homens de casaca”, que seriam políticos corruptos e responsáveis pela miséria do país. Raymundo Faoro explica as medidas tomadas contra o Exército a partir do cuidado em

neutralizar a glória militar, retirando-se dos seus personagens legítimos, quer para sufocá-la, quer transferindo-a ao povo e à Marinha, esta mais integrada no estamento político. O carisma militar devia ser poupado, para evitar que provocasse lealdades no povo, ciosamente conservado no adormecimento. A medida prática para o objetivo seria a desmobilização, rapidamente empreendida, reduzidos os efetivos, de 100.000 durante a conflagração a 19.000 em 1871, declinando para 13.000 em 1889, com a queda, a partir de 1877, em menos de 20% do orçamento (para 40% em 1850 e 34% em 1872). O expediente repressor acentuou a solidariedade interna do Exército e, ao bloquear a sua expansão e ascensão social, forçou-o a criar valores novos, estranhos ao contexto comum, reivindicatórios e críticos.<sup>16</sup>

O auge da antipatia dos “homens de farda” pelos “homens de casaca” foi uma sucessão de desentendimentos entre o Exército e o governo imperial a partir de 1881, quando militares descontentes assassinaram um redator de um pasquim, fato que foi sucedido por outros como a recusa dos militares em aceitarem uma reforma no Montepio Militar em 1882; a proibição destes de fazerem pronunciamentos políticos em 1883; a punição de Sena Madureira por pronunciamentos militares no jornal *A Federação* do Rio Grande do Sul.

<sup>15</sup> MARTINS, 1990, p. 60.

<sup>16</sup> FAORO, 2000, p. 82-84.

Os republicanos aproveitariam o descontentamento dos militares com o governo imperial para buscar apoio aos seus ideais, afirmando que a postura do Império do descaso para com o Exército devia-se à incapacidade do regime em não perceber as transformações pelas quais passava o país e o papel que os militares poderiam ter no sentido de contribuir para a modernização do Brasil. Os ideais republicanos ganharam espaço no Exército com a sua divulgação na Academia Militar por Benjamin Constant.

A outra causa defendida por Alberto Torres em seus anos estudantis na Faculdade de Direito de São Paulo foi a abolição da escravidão. O tema da abolição remete a pontos como a pressão inglesa pela extinção do sistema escravista no Brasil; a incapacidade de uma classe senhorial ligada ao modo tradicional de produção de se adaptar às exigências de modernização da economia, com destaque para a do Vale do Paraíba, e; a adoção no Oeste Paulista de mão-de-obra livre, primeiramente, mediante o regime das parcerias e, a posteriori, por meio do pagamento de salário.

A respeito da pressão inglesa pela extinção do sistema escravista, nos anos de 1840 já se assistia a um recrudescimento da atitude de reprovação da Inglaterra ao tráfico de escravos, exigindo que o Brasil cumprisse a lei antitráfico de 1831 por meio da apreensão contínua de navios negreiros. Tal atitude, adotada a partir de justificativas humanitárias, na realidade, correspondia aos anseios do capitalismo internacional por mercados consumidores.

Estas pressões, ainda que sendo minimizadas no Brasil, sobretudo, por causa da percepção por parte da Monarquia de que o sistema escravista era a sua base de sustentação, e usando o argumento do sagrado direito de propriedade (o escravo era percebido como um objeto) para adotar medidas de conta-gotas, acabariam surtindo o efeito esperado em longo prazo. O principal deles foi o aumento no valor dos escravos devido às dificuldades enfrentadas pelo comércio negreiro sob a estreita vigilância dos ingleses.

Os maiores afetados foram os fazendeiros do Vale do Paraíba, cuja produção de café já vinha sendo prejudicada pela redução da produção por causa do esgotamento do solo pelas técnicas rudimentares adotadas, que viram a sua situação ainda mais complicada pela supervalorização da mão-de-obra escrava. Uma alternativa pensada foi o comércio de escravos com o Nordeste, cuja economia jamais se recuperou da crise da cana-de-açúcar no século XVII. Porém, este comércio seria insuficiente para atender as demandas. Para Raymundo Faoro,

os frutos da extinção do tráfico e a pequena sobrevivência da prole escrava produzem, nas últimas décadas do século, todos os seus resultados. O Nordeste encontra-se exausto de escravos, incapaz de fornecê-los ao Sul em quantidade suficiente, impotente para retê-los, por serem mais onerosos que o trabalhador livre. A corrida do café rumo ao Oeste paulista far-se-ia em concorrência com o trabalhador livre, primeiro no fugaz regime das parcerias, depois mediante salário. Torna-se, além disso, excessivamente oneroso o escravo atingindo o valor de, entre 1876 a 1880, um a dois e quinhentos, valor imenso se comparado como máximo de setecentos mil-réis da década anterior. O trabalhador servil tem o seu preço elevado acima da alta geral de preços, atingindo, no valor do investimento, de 80 a 90% da fazenda. Para condenar o sistema ocorre a exaustão das terras no Vale do Paraíba, onde, na década de 80, cai a produtividade de metade a um quarto dos melhores tempos.<sup>17</sup>

A Guerra do Paraguai, com os seus combatentes brasileiros em grande parte escravos, trouxe com o seu fim a questão abolicionista à tona. Com a discussão em torno do heroísmo dos combatentes, já em 1866, os escravos engajados na guerra foram libertados. Em 1869, houve a proibição da venda de escravos em leilão público.

Ao mesmo tempo, intensificava-se nas cidades a campanha pró-abolicionista liderada por setores mais progressistas da sociedade, deflagrada na imprensa e contando com o apoio de artistas, estudantes, intelectuais, com destaque para Castro Alves, e do Exército, que se posicionou a favor do abolicionismo, recusando-se a capturar escravos foragidos.

Com a repercussão da morte de Castro Alves em 1871, o gabinete de Rio Branco resolveu promulgar, sob pressões, a Lei do Ventre Livre. Segundo Luiz Roberto Lopez,

considerada contrapartida do Manifesto Republicano, a Lei do Ventre Livre foi elaborada dentro do espírito contemporizador e conservador da Monarquia e, naturalmente, salvaguardava a propriedade. Criava um Fundo de Emancipação, destinado a libertar os escravos em cada Província, e estabelecia que os filhos de mães escravas nasceriam livres, **mas**, até os 8 anos de idade, o senhor “cuidaria deles”, podendo, nessa idade, entregá-los ao Estado mediante indenização.<sup>18</sup> (grifo do autor).

Esta lei não conteve, contudo, a pressão da campanha abolicionista. Ao contrário, a campanha intensificou-se. Os argumentos usados iam desde as dificuldades geradas pela escravidão à imigração pelo fato de denegrir a imagem externa do país, o que prejudicava os interesses dos cafeicultores do Oeste paulista, até os problemas humanitários vinculados com a situação dos negros.

O Ceará foi a primeira província a libertar os escravos em 1884. No ano seguinte, promulgou-se a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários que decretava a

<sup>17</sup> FAORO, 2000, p. 62-63.

<sup>18</sup> LOPEZ, 1997, p. 93.

liberdade aos negros com mais de 65 anos, o que, na realidade, constituiu uma protelação, pois, “esta lei, que representou uma tentativa frustrada de conciliação com os radicalismos abolicionistas do momento, nascia superada pelo tempo e pelos acontecimentos”.<sup>19</sup>

No plano das ideias, os anos estudantis de Alberto Torres foram marcados pela difusão de um pensamento mais cientificista, no caso, positivista, em contraposição a um predomínio de ideias românticas dominantes no Brasil até a década de 1850. Esta transformação refletia as mudanças pelas quais passavam o país. Até meados do século XIX, o Império cumpriu muito bem o seu papel no sentido de promover a unidade nacional baseada em um romantismo político inspirado, sobretudo, no pensamento de Benjamin Constant, escritor francês que defendia entre outras ideias a soberania popular como a vontade geral acima da vontade particular do rei e a existência de um Poder Executivo exercido por ministros, responsáveis diante de sua majestade, e de um Poder Moderador centrado na figura do rei e voltado para o equilíbrio governamental. Além disso, o pensamento romântico era caracterizado, segundo João Ribeiro Júnior, “pelo historicismo e pela atividade criadora do espírito, em uma reação contra a filosofia iluminista da razão, impregnando de espiritualismo, ontologismo e idealismo todo o pensamento europeu e, conseqüentemente, por importação, o brasileiro”.<sup>20</sup>

Entretanto, a partir de 1850, com a expansão do café, iniciaram-se transformações na sociedade, que até então era marcada economicamente pela grande propriedade rural e utilização de mão-de-obra escrava. A expansão ocorreu no Oeste paulista, onde se estabeleceu uma produção baseada na mão-de-obra livre, com a introdução de máquinas para beneficiamento do café e o investimento de parte do capital obtido em esboços de atividade industrial. Além disso, não se deve esquecer a introdução da ferrovia na região como meio de escoamento da produção para o porto de Santos e símbolo de progresso obtido graças ao desenvolvimento da ciência.

Ao mesmo tempo, o Estado imperial passou a ser visto como um sinal de atraso e obstáculo ao progresso, pois, com a alternância no poder entre liberais e conservadores em um sistema parlamentar no qual a disputa não tinha grandes conteúdos ideológicos, a não ser o fato de que os primeiros defendiam a abolição do poder pessoal e a descentralização, enquanto que os outros pregavam a manutenção da ordem vigente, mostrou-se

---

<sup>19</sup> LOPEZ, 1997, p. 94.

<sup>20</sup> RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 57. (Coleção Primeiros Passos 72).

incapaz de resolver problemas econômicos que começavam a assolar o país, como a restrição das exportações e elevação dos preços de gêneros de primeira necessidade com a crise mundial do ouro, a corrida financeira, a retração do crédito e um grande número de falências.

Foi nesse quadro de crise que surgiu entre a intelectualidade brasileira os primeiros focos de contestação ao romantismo, que era vinculado com essa realidade, e de apoio a um pensamento mais racional, preocupado com o progresso e que corresponde a uma perspectiva mais concreta da realidade, enfrentando os desafios impostos pela modernidade. Desse modo, de maneira crescente os intelectuais brasileiros buscaram no positivismo de Augusto Comte as bases para a substituição do pensamento “abstrato” pela razão e observação.

Não foi por acaso, portanto, que em 1865 foi publicada no Brasil a primeira análise social baseada no positivismo com a obra *A escravidão no Brasil* de Francisco Antônio Brandão Júnior, na qual o autor inclui, de acordo com João Cruz Costa, “um apenso relativo à agricultura e colonização no Maranhão, a sua terra e que apesar de imperfeitamente traduzir os ensinamentos de Augusto Comte, constitui a primeira manifestação social de positivismo entre nós.”<sup>21</sup> Ademais, data de 1868 a fundação por Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, de uma sociedade para o estudo do positivismo.

O positivismo era uma corrente de pensamento que vinha em ascensão no Brasil desde os anos de 1860 e que atingiu expressão nacional nas décadas de 1870 e 1880. O positivismo caiu como uma luva nas mãos dos republicanos e dos militares, uma vez que se contrapunha o conhecimento racional e a ordem e o progresso ao idealismo do romantismo, corrente de pensamento vinculada com o Império. Além disso, o positivismo serviu como aporte ideológico em questões como a separação entre Igreja e Estado, a pregação da ordem e do progresso e a concepção da racionalidade da República por não ter o elemento irracional que é a hereditariedade do poder.

Destaca-se entre os pregadores das ideias positivistas no Brasil a figura de Luís Pereira Barreto (1843-1923), que escreveu entre 1874 e 1876 o livro *As três filosofias*, cuja primeira parte foi publicada em 1874 e dedicada à abordagem da filosofia teológica e a segunda, referente à filosofia metafísica, em 1876. O objetivo de Pereira Barreto com esta obra era buscar no positivismo uma diretriz para uma reforma na vida política do país. De acordo com João Cruz Costa, *As três filosofias*

---

<sup>21</sup> COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956a, p. 131.



vem marcada por um anseio de reforma prática, eficaz, ativa, que não existe nos demais **filosofantes** brasileiros, todos eles simples repetidores de **doutrinas pura**, sem aplicação à vida nacional, meros adornos de pessoas que se **divertiam** com o complicado jogo das ideias filosóficas. A sua obra, moldada na filosofia positiva, pretende apresentar essa moldura como um novo guia para a inteligência do seu tempo, um método, uma diretriz que renovasse os padrões da nossa cultura.<sup>22</sup> (grifo do autor).

Um tema abordado em *As três filosofias* é o problema da abolição. Luís Pereira Barreto condenou a mera libertação dos negros sem lhes dar as condições de sobrevivência na etapa pós-abolição. Assim, pregou “a passagem gradativa e preparatória dos escravos a colonos livres fixados à terra, aplicando ao Brasil as teorias da dinâmica social de Comte que teriam evitado o repentino abandono das fazendas e a precipitada formação das favelas nos grandes centros urbanos”.<sup>23</sup>

Um dos pontos centrais para a reforma esperada por Pereira Barreto dizia respeito ao desenvolvimento da economia nacional e fim da dependência externa. Com este intuito, o autor defende como medidas o incentivo à policultura e um ensino voltado para a preparação técnica e científica. No que se refere à primeira medida, afirma que, em nome da crença de que “o café dá para tudo”, abandonou-se a possibilidade de se utilizar da ciência para estimular o cultivo de várias culturas ao invés de se depender totalmente da importação de quase tudo, tornando o país vulnerável ao mercado externo. Contudo, este estímulo jamais ocorreria enquanto prevalecesse o reinado do bacharelismo como uma contraposição ao mundo da técnica, da indústria, da lavoura baseada na ciência. Daí a importância da difusão das escolas técnicas e científicas para Pereira Barreto,

onde se ensinem as leis da natureza e os meios de aproveitá-las a nosso favor, uma vez que “o reinado exclusivo das letras, consagrando a supremacia da imaginação sobre todas as outras faculdades, que compõem a razão, ao mesmo tempo que constitui um permanente perigo nacional, é ainda um embaraço, uma causa positiva de entorpecimento para todos os ramos da atividade indústria”. O reinado do bacharelismo ajusta-se à fase metafísica, que estamos ainda atravessando, mas só o reinado da ciência – dos engenheiros, dos médicos, dos agrônomos tecnicamente preparados, pode conduzir-nos ao estado positivo.<sup>24</sup>

Outros fatores importantes à difusão do positivismo no Brasil foram a sua repercussão na Faculdade de Direito de São Paulo, sobretudo, por meio do jornal acadêmico *A República*, no qual Alberto Torres foi redator; e as aulas do professor Benjamin Constant na Escola Militar do Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> COSTA, J., 1956a, p. 138-139.

<sup>23</sup> LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, v. 322, p. 68. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

<sup>24</sup> Ibidem, p. 81-82.

Embora o principal jornal acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo que recebeu a influência do positivismo tenha sido *A República*, criado em 1867, outros jornais também circulavam no meio acadêmico e propagavam as suas ideias, como *A Luta*, *O Federalista* e *A Evolução*, contando com a colaboração de nomes como Júlio de Castilhos, Borges de Carvalho, Alberto Salles, Campos Salles, Américo de Campos e Silva Jardim.

No que diz respeito ao professor Benjamin Constant, este aderiu ao pensamento positivista quando era estudante da Escola Militar, período durante o qual estabeleceu os primeiros contatos com a obra de Augusto Comte, iniciando-se em 1852. Em 1873, na ocasião do concurso para repetidor de matemática na mesma escola, ele já afirmava a sua adesão à doutrina de Comte.

Em 1876, ao lado de nomes como Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Oscar de Araújo, Álvaro de Oliveira, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, Benjamin Constant fundou a Sociedade Positivista, constituindo-se em uma sociedade “composta de pessoas confessando-se **positivistas em graus diversos**, aceitando pelo menos a **Filosofia Positiva**”.<sup>25</sup> (grifo do autor). Mais tarde, em 1878, esta sociedade converter-se-ia, sob o comando de Joaquim Ribeiro de Mendonça, na Sociedade Positiva do Rio de Janeiro, filiada à direção parisiense de Pierre Laffitte, que prezava pela “ortodoxia à risca dos ensinamentos do mestre de Montpellier, em sua evangelização dos espíritos, na tentativa de mostrar o papel unificador da religião positiva”.<sup>26</sup> Porém, não havia um consenso entre os próprios seguidores parisienses de Comte no que se referia à posição a adotar em relação à doutrina, pois, existia o grupo de Paul-Émile Littré que

se afastava da evolução mística para impor a emancipação do espírito, considerando o ateísmo a única religião que convinha a um autêntico positivismo. Esse grupo dissidente desprezava o movimento da religião da humanidade para seguir Augusto Comte apenas em sua metodologia científica de observação, experimentação e comparação, e em sua filosofia política.<sup>27</sup>

A postura de livre interpretação da doutrina comteana pela Sociedade Positivista do Rio de Janeiro manter-se-ia até 1877, quando aconteceu a viagem de Miguel Lemos para Paris, durante a qual ele se simpatizou pela posição do grupo de Pierre Laffitte. Miguel Lemos ainda convenceria desde a França a seu amigo Teixeira Mendes a que seguisse posição similar à sua. Segundo João Cruz Costa,

<sup>25</sup> COSTA, J., 1956a, p. 150.

<sup>26</sup> RIBEIRO JÚNIOR, 1985, p. 65-66.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 65-66.

a convivência com o grupo dos discípulos fiéis da Rua Monsieur-le-Prince, o encanto da inteligência de Laffitte e o conhecimento de um outro sul-americano, o chileno Jorge Lagarrique que, como Miguel Lemos, antes da sua chegada a Paris, também era litreísta e se convertera depois à religião da humanidade, iriam determinar a adesão integral do nosso jovem patrício ao positivismo religioso. Convertido à religião, não demoraria Miguel Lemos a escrever ao Dr. Ribeiro de Mendonça, comunicando-lhe a sua “transformação”.<sup>28</sup>

Todavia, tal postura não foi seguida por todos os membros da Sociedade Positivista, o que ficou comprovado em 1881, ano em que Miguel Lemos assumiu a presidência da sociedade e quis impor a todos os membros o cumprimento à risca da doutrina de Comte, o que foi repudiado por alguns positivistas não ortodoxos parisienses como Littré e por figuras brasileiras como Álvaro de Oliveira e Benjamin Constant. O resultado de tal desentendimento foi a saída destes dois membros da sociedade por não concordarem com medidas como o pagamento de subsídio mensal para a sobrevivência do chefe supremo da ortodoxia comteana e a proibição aos membros de escreverem artigos na imprensa, exercerem cargos públicos e participarem da política, e a transformação da sociedade em Apostolado Positivista.

Dessa forma, Benjamin Constant continuou a propagação do positivismo à sua maneira junto à Escola Militar nos anos de 1880, tendo grande êxito no seu objetivo pelo fato de que o lema ordem e progresso “prestava-se para justificar o autoritarismo em defesa dos seus interesses corporativos”.<sup>29</sup> A respeito da posição intransigente de Miguel Lemos e das repercussões do positivismo no fim do Império e no início da República, Ivan Lins faz os seguintes questionamentos:

Se tivesse aderido aos Estatutos do Apostolado, Benjamin Constant deveria ter tomado o compromisso de deixar as suas cátedras de ensino na Escola Militar, na Escola da Marinha e na Escola Politécnica. E, sem o seu ensino nessas cátedras, a influência de Augusto Comte ter-se-ia feito sentir tão intensamente sobre a oficialidade do Exército e da Marinha e sobre numerosos engenheiros dos últimos anos da Monarquia? E teria Benjamin Constant adquirido o prestígio que o colocou em situação de se tornar o fundador da República? Se Benjamin Constant não fosse o prestigioso ministro da Guerra do Governo Provisório, teria sido por este adotada, em 19 de novembro de 1889, a bandeira idealizada por Teixeira Mendes?<sup>30</sup>

Não se pode dizer que a intransigência tenha reduzido a nada a influência do Apostolado Positivista nos acontecimentos políticos a partir de 1881, pois, em questões como a abolição, a federalização e a República, expôs as suas posições na imprensa na forma de publicações pagas denominadas de “a pedidos”, prezando, assim, pela independência, e em

<sup>28</sup> COSTA, J., 1956a, p. 157-158.

<sup>29</sup> MARTINS, 1990, p. 42.

<sup>30</sup> LINS, 1964, p. 418.

folhetos, opúsculos e livros que passaram dos mil títulos. A este respeito, Mozart Pereira Soares diz que

entre as campanhas em que se empenhou figuram, em primeiro lugar, todas as formas e fórmulas de liberdade, a começar pela abolição da escravatura – e o que é mais importante: sem indenização aos **proprietários dos servos**, essa indignidade de procedimento que, em nossos dias, desperta tanto repúdio. Bateu-se, em pleno Império, pela República Federativa, opondo-se abertamente à centralização monárquica.<sup>31</sup> (grifo do autor).

Entretanto, não se pode negar o efeito negativo da postura do Apostolado em relação à doutrina e Comte para a difusão e maior repercussão do positivismo no Brasil. Para Ivan Lins,

que as normas da Igreja Positivista do Brasil hajam erguido uma barreira quase intransponível entre a mesma Igreja e o meio social brasileiro, a prova é que, a medida que desapareceram os positivistas independentes, que ocupavam cátedras nos estabelecimentos oficiais de ensino, exerciam cargos públicos, escreviam na imprensa, pertenciam a associações literárias e científicas, foram dia a dia mais aceleradamente escasseando os aderentes da mesma Igreja.<sup>32</sup>

Foi em meios aos acontecimentos e ideias que marcavam o período final do Império, que Alberto Torres voltou no final de 1885 para o Rio de Janeiro já bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Graças às suas relações pessoais desenvolvidas por meio do jornalismo e ao prestígio de Martins Torres, então juiz de Direito de uma das varas da Corte, que Alberto Torres conseguiu engajar-se no escritório dos renomados Drs. Tomás Alves e Ubaldino Amaral. No caso deste último profissional de advocacia, é importante observar que era republicano convicto, tendo participado, quando foi estudante, no jornal *A República*, e membro do comitê central do Partido Republicano no Rio de Janeiro. Contudo, Alberto Torres sempre tivera mais vocação pelo jornalismo do que pela advocacia. Segundo Barbosa Lima Sobrinho,

quem acompanhava o temperamento e as manifestações de Alberto Torres não demora em chegar à conclusão de que ele não se sentiria bem no exercício de uma profissão que pudesse contrapor-se às suas convicções íntimas. O que nele mais impressiona é exatamente a sua sinceridade total, em correspondência com uma escrupulosa retidão, capaz de converter em constrangimento a defesa de ideias que não traduzissem o seu pensamento e a sua convicção. Para espíritos como o de Alberto Torres, a advocacia poderia transformar-se em um drama de consciência. Ele deve ter sentido o problema. Nunca chegou a revelar interesse maior por essa profissão, que foi apenas, em fases episódicas, um ganha-pão precário, quando não um título conveniente, para compor uma situação de dificuldade de vida.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE; UFRGS, 1998, p. 122.

<sup>32</sup> LINS, 1964, p. 419.

<sup>33</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 60.

Sendo assim, Alberto Torres acabou dedicando-se mais ao jornalismo, escrevendo artigos de cunho republicano e abolicionista. Em 1886, passou a colaborar em *A Vida Moderna*, semanário dirigido por Luiz Murat e Artur Azevedo. Simultaneamente, participava das campanhas republicana e abolicionista ao lado de Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Silva Jardim, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e outros, seja por meio da imprensa em *A Vida Moderna* e no *Correio do Povo*, seja por meio da propaganda nas ruas e nos meios políticos.

Em 1889, fundou o Clube Republicano de Niterói, buscando realizar conferências e organizar o Partido Republicano na província do Rio de Janeiro. Para reforçar a propaganda republicana e expor as suas ideias, criou, no mesmo ano, o jornal *O Povo*, que se tornou o órgão de imprensa do partido.

Além disso, foi lançado como candidato a deputado geral pelo 4º Distrito, o que se deveu ao seu prestígio como um dos chefes mais importantes do Partido Republicano. De acordo com Sabóia Lima,

apesar de moço, era um dos chefes mais acatados do partido e quando se reuniu no Rio o último congresso revolucionário, no qual se decidiu a conduta do Partido Republicano ante a iminência do advento do Terceiro Reinado, o jovem Alberto Torres figurava dignamente ao lado dos grandes chefes já encanecidos, como Saldanha Marinho, Glycério, Quintino, Campos Salles, Aristides Lobo e outros. Era o secretário do partido na Província do Rio, mas de fato dirigia todo o movimento, uma vez que o chefe efetivo, Silva Jardim, estava sempre ausente, em excursões pelas diversas Províncias. Em 1888, fez parte do 1º Congresso Republicano Fluminense, como membro da comissão permanente, que era formada por Alberto Torres, Silva Jardim, Furquim Werneck, Portella, Theófilo de Almeida e Virgílio Pessoa.<sup>34</sup>

Trata-se, portanto, de uma etapa que marcou muito a participação política de Alberto Torres nas questões nacionais, uma vez que

**torna-se definitivamente um dos construtores do regime republicano, pela ação política e jornalística.** Juntamente com Carr Ribeiro integra a redação do jornal republicano *O Povo*, cujo primeiro número saiu em Niterói, em julho de 1889. Acompanhando a rápida ascensão das forças republicanas na Província fluminense, candidata-se a deputado à Assembleia Geral, pelo 4º Distrito, compartilhando da derrota que sofreram os seus companheiros, no pleito de 1889.<sup>35</sup> (grifo do autor).

Apesar de sua derrota no pleito de 1889, Alberto Torres assistiria no apagar das luzes do Império a vitória das causas abolicionista e republicana, que foram as suas duas

<sup>34</sup> LIMA, A. Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, série V, v. XLIII, p. 16. (Biblioteca Pedagógica: Brasileira).

<sup>35</sup> MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 48. (Coleção História e Sociedade).

bandeiras de atuação política até então, com a Lei Áurea de 1888 e a proclamação da República em 1889.

O aumento no preço do escravo devido às dificuldades no tráfico negreiro nas últimas décadas do Império já vinha causando sérios obstáculos para a oligarquia rural tradicional que era o sustentáculo da Monarquia. A exaustão das terras, que por si só trazia sérios danos para a produção, acabou sendo acompanhada pela escassez e pelo encarecimento da mão-de-obra, criando, por sua vez, impedimentos para a obtenção de crédito para a produção. A este respeito, Raymundo Faoro afirma que

a exaustão do trabalho servil e o crescente aumento do contingente assalariado puseram em risco a teia comercial e creditícia armada na Corte. A garantia do crédito, o escravo, deteriora-se rapidamente a partir, sobretudo de 1884. O empréstimo sob o empenho da safra futura torna-se precário: sem o escravo haverá safra? Além disso, o fazendeiro servia do comissário para necessidades de custeio e consumo; necessitava agora de recursos em grande escala, mês a mês, para atender aos salários, em um montante provável de 50.000 contos, 25% do meio circulante. Os comissários não estavam capacitados para a mudança, premidos com adiantamentos feitos às primeiras pressões e sem reembolso, acossados por inúmeras falências. A quebra desse elo tradicional, com as execuções hipotecárias do ano de 90, causou maiores abalos do que a própria abolição. O exportador, em regra estrangeiro, ocupou o lugar vazio, impessoalmente frio nas suas operações, alheio à condescendência antiga dos vínculos tradicionais.<sup>36</sup>

Dessa maneira, os fazendeiros, ao verem a sua produção e riqueza escorrendo-lhes entre as mãos, diante de um Estado passivo na situação ou até contribuindo para piorá-la, a princípio, quando o seu elemento armado nega-se a perseguir os escravos fugitivos e, depois, em 1888, ao decretar o fim da escravidão, perdem a relação de lealdade para com a Monarquia e assistem passivos à queda do Império. Longe de uma postura de vingança por parte dos fazendeiros, o que efetivamente ocorreu foi uma apatia e indiferença diante de um Estado imperial incapaz de atender aos seus interesses. Como afirma Emília Viotti,

a abolição não é propriamente causa da República, melhor seria dizer que ambas, abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais. O mais que se pode dizer é que a abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao Trono, precipitou a sua queda. Se houve casos de fazendeiros que aderiram ao Movimento Republicano por vingança foram casos isolados que não podem explicar o fim da Monarquia.<sup>37</sup>

A realidade nacional cada vez mais levava à inevitabilidade da República. Tanto era assim que havia um debate no Partido Republicano se a República deveria ser

<sup>36</sup> FAORO, 2000, p. 65-66.

<sup>37</sup> COSTA, E., 1979, p. 297.

implantada por meio de uma revolução popular, alternativa pensada por Silva Jardim, ou se a mesma ocorreria pelas eleições e pelo domínio pacífico do poder, posição defendida por Quintino Bocaiúva. O embate entre ambas as posições deu-se em um congresso em São Paulo, em maio de 1889, com a vitória da alternativa evolucionista por meio da indicação de Quintino Bocaiúva para a chefia do partido nacional. Todavia, no final das contas, acabou não se adotando nenhuma destas posições, impondo-se um golpe militar sem a participação popular. Para isso, os republicanos utilizaram-se dos ressentimentos dos militares para com o governo imperial desde o fim da Guerra do Paraguai e que se acentuou com a Questão Militar. O golpe foi, na realidade, consequência do fato de que

em um país em que ainda eram escassas as oportunidades, o Exército representava para as classes médias um meio de ascensão. O Exército seria, sob certo aspecto, o representante das classes médias, mas envolvendo-se em questões políticas e sociais os militares não abandonavam nunca o espírito de corpo que é a base da organização militar. Por isso, conflitos que entre civis seriam de somenos, pareciam, quando envolviam um civil e um militar, uma ameaça grave à segurança do país. Os pronunciamentos militares não repercutiam como manifestos comuns. Levavam sempre a marca do Exército. A participação dos militares na vida pública multiplicava as ocasiões de conflitos. Com isso a situação agravava-se.<sup>38</sup>

Com essa situação, o Terceiro Reinado passava a ser algo cada vez mais distante da concretização. Como uma tentativa final de garantir o seu alvorecer, a Monarquia decidiu investir no nome de Visconde de Ouro Preto para chefe de gabinete em julho de 1889.

Visconde de Ouro Preto tratou de implantar um conjunto de reformas de cunho liberal visando conter os ânimos daqueles que dirigiam as suas críticas à Monarquia, sobretudo, os republicanos. As reformas, ao invés de confrontarem com as propostas republicanas, foram de encontro a elas para neutralizá-las. Entre as medidas sugeridas pelo programa de reformas do gabinete Ouro Preto, destacavam-se

direito de voto aos alfabetizados; autonomia provincial e municipal; liberdade de reunião, de culto e de ensino; nomeação do presidente provincial pelo imperador, através de lista tríplice; casamento civil obrigatório; máxima redução dos direitos de exportação; incentivo à imigração; lei de terras que facilitasse a sua aquisição; redução dos fretes e desenvolvimento dos meios de comunicação; incentivo às instituições de crédito, sobretudo para a lavoura; elaboração de um código civil.<sup>39</sup>

Contudo, os membros da Câmara dos Deputados recusaram, em sua maioria, a proposta de reforma, o que demonstra a incapacidade dos grupos dominantes em enxergarem a necessidade da mudança para a continuidade do Império, ainda que, a princípio, isto

<sup>38</sup> COSTA, E., 1979, p. 322.

<sup>39</sup> MARTINS, 1990, p. 65.

significasse o prejuízo dos seus interesses. Diante de tal posição, em 17 de julho, a Câmara foi dissolvida e marcada uma convocação extraordinária para 20 de novembro de 1889.

Porém, seria tarde demais, pois, Visconde de Ouro Preto acabou por adotar medidas que não levaram em conta a Questão Militar, entre as quais, a reorganização da Guarda Nacional o que precipitou a queda da Monarquia. Isto foi muito bem explorado pelos republicanos, que, além disso, espalhavam boatos sobre a prisão de militares e a desmilitarização do Rio de Janeiro. As medidas contra o Exército acabaram não surtindo o efeito esperado, pois,

sai às avessas o propósito repressivo, unindo o Exército à oposição civil em um banho comum de anseios democráticos. Ele congregará o soldado às aspirações liberais, união já evidente no abolicionismo. Ouro Preto, ao visar o alvo militar, aliena do seu partido a facção ultraliberal, empurrando-as nos braços dos republicanos, preocupados estes, de longa data, em reunir, no mesmo barco, os militares. A Guarda Nacional estrutura-se em guarda contra a nação, tal como a guarda negra. Sustenta-se o dinheiro fácil dos especuladores, dos clientes dos arranjos financeiros que o **encilhamento** em botão facilita. Sob o comando do partido liberal, no melhor molde conservador, o estamento quer reanimar-se, estimulado pelos termos tradicionais da aliança com o comércio. Esta denúncia, lavrada pela pena de Rui Barbosa e que sai à luz no dia 9 de novembro de 1889, marca o dissídio irremediável entre o trono e a nação. O Exército separa-se da camada dirigente, preocupada em extingui-lo. As bases regionais, sedentas de maior influência, alinhadas no anseio federal, não aceitam a teia compacta, urdida na corte, para sufocar os polos locais. Selando o pacto, as inquietações urbanas, das camadas médicas, já despertadas na campanha abolicionista, aproximam-se das tendências desagregadoras da Monarquia. Os federalistas – com os interesses que os animam –, antes cautelosos e dúplices no seu convívio com o Exército, sentem que nada têm a temer. O caudilhismo, se fragmentado o centro, não poderá germinar unilateralmente, destruindo-se depois de demolir o Império, deixando, no seu lugar, a milícia estadual. Ouro Preto perdeu a partida; com ele naufraga o trono, confiado para se defender, apenas na polícia retemperada sob a Guarda Nacional.<sup>40</sup> (grifo do autor).

Durante os acontecimentos que conduziram à proclamação da República, o Apostolado Positivista não teve papel decisivo por causa de desavenças com figuras de destaque como Benjamin Constant no que se refere à interpretação da doutrina de Comte. Neste ponto, destaca-se a discordância quanto à organização da República, se sob um governo democrático ou ditatorial. Para Benjamin Constant, a fórmula ideal seria a adoção de um governo democrático em que o Exército deixasse o governo nas mãos dos civis. Sobre este ponto, antes do golpe militar de 15 de novembro, ele tinha por certo que

o Exército fará a revolução. Não pode ele, porém, prestar o seu braço forte e talvez mesmo o seu sangue, para que se modifique a situação política do país, pela substituição parcial de um ministério por outro à feição dos seus interesses, por mais respeitáveis que estes sejam. Está provado que a Monarquia no Brasil é incompatível

---

<sup>40</sup> FAORO, 2000, p. 104-105.



com um regime de liberdade política. Para que, porém, a interferência do Exército legitime-se aos olhos da nação e perante as nossas próprias consciências, é necessário que se cifre a ação dele em destruir a Monarquia e proclamar a República, recolhendo-se, em seguida, aos quartéis e entregando o governo ao poder civil.<sup>41</sup>

Por outro lado, diferentemente de Benjamin Constant que, apesar de se considerar um adepto do positivismo, não conseguiu desvencilhar-se de princípios democrático-liberais, Miguel Lemos, Teixeira Mendes e outros membros do Apostolado Positivista acreditavam, como Comte, que deveriam exterminar-se com as ideias metafísicas propagadas por estes princípios, da mesma forma como se estava fazendo com as ideias da aristocracia retrógrada brasileira, e em seu lugar implantar uma sociocracia. Em outras palavras,

o governo da República devia ser exclusivamente temporário, mantendo a completa liberdade espiritual; os positivistas do Apostolado mostravam-se favoráveis a uma República ditatorial para se efetuar a ordem e o progresso sem perturbações sociais. Por meio dela seria alcançada a incorporação do proletariado à sociedade moderna, bem como haveria a destruição da classe burguesa, dos ontologistas e dos legalistas.<sup>42</sup>

Não foi fruto do acaso que o Apostolado Positivista haveria de apoiar aqueles que foram responsáveis pelo golpe militar de 15 de novembro de 1889 apenas depois de dois dias de consumado o acontecimento.

Nos anos de 1880 chegou ao Brasil outra corrente de pensamento cientificista que repercutiria fortemente na produção intelectual de Alberto Torres, sobretudo, em suas ideias de nação e política nacional como se verá nos capítulos seguintes da tese. Esta corrente de pensamento procura aplicar princípios a respeito da evolução dos seres vivos de acordo com a complexidade deles ao estudo das sociedades humanas. Trata-se do organicismo ou evolucionismo de Herbert Spencer que faz analogias entre o funcionamento e desenvolvimento dos organismos vivos com a estrutura e evolução dos organismos sociais.

O grande precursor do organicismo no Brasil foi Sílvia Romero, que, na Escola do Recife, buscou uma teoria científica que superou o positivismo de Augusto Comte e novos métodos de análise crítica da sociedade a partir do evolucionismo spenceriano, dando origem ao denominado culturalismo sociológico. O culturalismo sociológico consistia, a partir da preocupação de Herbert Spencer, em estudar o desenvolvimento das sociedades de modo particular segundo o meio em que elas se encontrassem, na interpretação da especificidade de

---

<sup>41</sup> LINS, 1964, p. 327.

<sup>42</sup> RIBEIRO JÚNIOR, 1985, p. 70.

cada cultura como resultado do comportamento, das ideias e da mentalidade típicos de uma sociedade. Entre as obras de cunho especificamente organicista que Sílvio Romero escreveu, pode-se citar *Interpretação filosófica dos fatos históricos* (1880), por meio da qual obteve a cátedra de Filosofia do Colégio Pedro II; *Etnografia brasileira* (1888); *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil* (1894); *Ensaio de sociologia e literatura* (1901) e; *A América Latina* (1906). O organicismo fez com que a Escola do Recife tivesse um lugar de destaque no movimento de ideias no final do século XIX. De acordo com João Cruz Costa,

Sílvio Romero, sempre tão cioso da prioridade de Pernambuco no movimento de renovação da inteligência nacional, atribui o fato de ter sido Recife o foco desse movimento às revoluções sucessivas que ali se deram desde 1817 a 1848, no que tem certa razão. Entretanto, “o movimento de ideias que antes de acabada a primeira metade do século XIX começara-se a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano”, e que se faria sentir vinte anos depois de haverem estas correntes de ideias aparecido na Europa, espalhara-se pelo país todo. As influências das ideias da filosofia europeia manifestavam-se também nos demais centros culturais do Brasil. A **Escola** do Recife é, certamente, a parte mais fulgurante na renovação intelectual do Brasil no século XIX, mas esta renovação cobria o país todo.<sup>43</sup> (grifo do autor).

Portanto, no final do Império, assistia-se ao advento do

**sociologismo**, marcado pelo traço spenceriano ou evolucionismo, às vezes, timidamente ou escandalosamente materialista, mas considerado com coisa científica, acabada e definitiva, “quando a sociologia estava ainda constituindo-se e lutava por se impor”. A afoiteza, o **filoneísmo** – assim como a ideia de imediata utilização salvadora – caracteriza o advento do **sociologismo** no Brasil. “Como se sabe – escrevia significativamente Sílvio Romero – toda a velha barulhada que se costumava levantar com relação à natureza intrínseca da história, a qual dava lugar a uns poucos de sistemas, ainda agora a se repetir, mais calorosamente ainda, no que diz respeito à natureza e índole da **sociedade**, e da **Sociologia**”.<sup>44</sup> (grifo do autor).

O organicismo trouxe também consigo a discussão em torno da questão da raça, ou seja, da superioridade de uma raça, de um povo, de uma cultura, de uma sociedade, de um país, como forma de se justificar uma relação entre dominador e dominado. Sílvio Romero compartilhava um pensamento de cunho determinista social que enxergava na raça negra e mestiça um fator de atraso nacional. Isto era preocupante para ele em um contexto no qual o Brasil apresentava uma população que “era aproximadamente negra em 15% e mestiça ou mulata em 40%. Sílvio Romero aceitava a posição contrária aos matrimônios entre as pessoas de raças diferentes que havia no pensamento evolucionista”.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> COSTA, J., 1956a, p. 122.

<sup>44</sup> ROMERO, 1904 apud COSTA, J., 1956a, p. 338.

<sup>45</sup> HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Coord.). **Historia de América Latina**. Trad. Jordi Beltrán e Àngels Solà. Barcelona: Crítica, 1991, v. 8, p. 31.

Proclamada a República, já em dezembro de 1889, Alberto Torres foi nomeado advogado auxiliar da Intendência Municipal do Distrito Federal. Em 1890, Alberto Torres começaria a sentir os efeitos dos primeiros desentendimentos entre os membros do Partido Republicano no Rio de Janeiro por causa das eleições para o Congresso Constituinte de 1890. Tudo começou quando coube a Quintino Bocaiúva, devido ao seu papel importante no 15 de novembro de 1889, a nomeação do governador do estado do Rio de Janeiro. Esta indicação fixou-se sobre o nome de um republicano de longa data e político militante no Rio de Janeiro, Francisco Portela. Em fevereiro de 1890, Deodoro da Fonseca promulgou o regulamento eleitoral e com ele as condições de elegibilidade para o Congresso Nacional e a data das eleições para junho do mesmo ano.

Silva Jardim, enquanto presidente do Partido Republicano no Rio de Janeiro, esperava ser o chefe da política republicana nesse estado e, conseqüentemente, organizar a chapa fluminense em torno de nomes de seu agrado e que merecessem o seu apoio. Todavia, Deodoro da Fonseca, contando com a concordância de Quintino Bocaiúva, preferiu a maturidade e a maior experiência política do governador Francisco Portela para tal missão.

Apesar de ser nome certo na chapa do governador do estado do Rio de Janeiro para as eleições, Silva Jardim não aceitou a posição de Deodoro da Fonseca, o que resultou na sua recusa para a inclusão de seu nome na chapa. Dessa maneira, optou pelo enfrentamento com o governador e o presidente da República, resultando no embate nas eleições entre duas chapas, uma de Portela, outra do Partido Republicano.

Diante de tais fatos, Alberto Torres, apesar de apoiar Quintino Bocaiúva nesta crise do partido e de se afastar da posição e das ideias de Silva Jardim, principalmente, no que se diz respeito ao projeto de organização do governo republicano baseado no pensamento de Comte, decidiu, mesmo assim, pelas relações pessoais que tinha com Silva Jardim, lançar-se candidato por sua chapa.

A vitória no pleito que ocorreu em setembro de 1890 coube à chapa do governador Francisco Portela à custa de fraude e intimidação, com a utilização de recursos como o voto de eleitores fictícios mobilizados em atas falsas. Desse modo, Alberto Torres, apesar de ser o quarto melhor votado em Niterói, acabou não se elegendo no cômputo geral. Ocorreu, assim, a primeira grande decepção dele com a República. Nessa circunstância, Alberto Torres publicou no jornal *A Gazeta de Niterói*, em 11 de setembro, um manifesto no qual expressou a sua análise das eleições, classificando

de “lista anônima” a chapa de Portela, apresentada sem a responsabilidade de qualquer nome, ou de qualquer grupo político. Confrontam-se os dois processos de indicação de candidatos, os que eram praticados antes de 15 de novembro e os que estavam sendo usados depois da vitória. Antes, os nomes vinham de escrutínios prévios, nas seções municipais. Depois da República, deixava-se de parte a autoridade do Diretório do Partido Republicano e prescindia-se dos escrutínios prévios. Sente-se, nas suas palavras, que ele não alimentava ilusões. Sabia que a causa estava perdida. Mas obedecia ao Partido. Revoltava-se, sobretudo, contra a discriminação, que se baseava em uma falsa hierarquia de poderes. O chefe de Estado e o mais obscuro operário tinham direitos iguais. Em substância, condenava a intervenção das altas autoridades da República e do Estado, na usurpação do direito de indicar candidatos, direito que devia caber a todos os cidadãos e não apenas aos eventuais detentores do poder.<sup>46</sup>

Com a proclamação da República, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Bélgica, Júlio Constâncio de Villeneuve ou Conde de Villeneuve, decidiu entregar o seu posto, para o qual Quintino Bocaiúva pensou em nomear Alberto Torres. Entretanto, a indicação durou apenas entre 14 de janeiro e 6 de março de 1890, pois no momento da nomeação, por contar com apenas 24 anos, Deodoro da Fonseca achou-o despreparado para o cargo, assumindo Barão de Tefé o posto de diretor da Legação Brasileira em Bruxelas, ainda que este não fosse republicano. Tratava-se, porém, de alguém mais maduro e velho conhecido de Deodoro desde a Guerra do Paraguai.

Em 28 de setembro de 1891, Alberto Torres casou-se com Maria José, irmã do seu colega de faculdade Joaquim Xavier da Silveira e membra de uma importante família da cidade de Santos, vindo a estabelecer residência em Niterói, onde deu continuidade à sua atividade política.

O mesmo Francisco Portela, que nas eleições de 1890 vangloriava-se da vitória sobre a chapa de Silva Jardim e que apoiaria o golpe de Estado dado por Deodoro da Fonseca em 3 de novembro, sofreria com a perda do governo do estado do Rio de Janeiro após a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano Peixoto pouco tempo depois, pois o novo presidente desejava governar ao lado de seus amigos e não os do ex.

Contudo, a queda do poder de Portela não foi simples, defrontando-se para isto com as forças alijadas do poder estadual, ocorrendo vários incidentes e conflitos que foram exagerados pela imprensa, dando-se a impressão de que o povo rebelava-se contra a autoridade estadual. Alberto Torres teve participação ativa nesse processo ao promover comícios em Niterói durante os quais instigava o povo a protestar contra Portela. Este,

---

<sup>46</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 96.

sentindo-se cada vez mais acuado, invocou a Constituição para requerer a intervenção federal e restabelecer a ordem pública no estado, o que não surtiu resultado nenhum.

Pressionado e sem apoio do governo federal, Portela renunciou ao cargo, assumindo em seu lugar o contra-almirante Carlos Baltasar da Silveira, indicado por Floriano Peixoto. Tão logo tomou posse, o seu primeiro ato foi dissolver a Assembleia Legislativa e cancelar a Constituição Estadual.

A nova eleição para a Segunda Assembleia Constituinte do estado do Rio de Janeiro foi marcada para janeiro de 1892, vindo a ser instalada em 1º de março. Nestas eleições, Alberto Torres conseguiu eleger-se deputado com a idade de 27 anos, integrando a comissão responsável por elaborar o projeto de Constituição, cabendo-lhe a função de coordenador do projeto. Ele foi responsável direto pela aprovação de vários pontos na Constituinte, entre os quais, a organização do Poder Legislativo Estadual em um sistema unicameral<sup>47</sup> e a defesa do Poder Judiciário independente do Poder Executivo por meio do regime do concurso para o ingresso naquele poder.<sup>48</sup>

Terminada a missão constituinte, Alberto Torres continuou o exercício de seu mandato legislativo estadual até 1893, quando, devido ao fato de não existir no período a suplência na função legislativa, o deputado federal Alcindo Guanabara teve que abandonar o cargo por aceitar a sua nomeação para o Serviço de Propaganda Econômica do Brasil na Europa. Então, Alberto Torres foi eleito para ocupar a cadeira de Alcindo Guanabara na Câmara Federal.

Durante esse pequeno mandato de um ano, merece ênfase a sua participação no projeto de lei referente à organização do Tribunal de Contas da União, que se tornaria a Lei nº

---

<sup>47</sup> Segundo Barbosa Lima Sobrinho, Alberto Torres entendia que “o Senado estadual não chegava a valer como um poder moderador entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Citava o exemplo do Senado do tempo do Império, não raramente arrastado a controvérsias e conflitos de natureza política. O Senado da República também não se mostrara de todo isento de preocupações partidárias. Nem sabia como a presença de uma Câmara podia valer para afastar a possibilidade de conflitos entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo”. (LIMA SOBRINHO, 1968, p. 111-112).

<sup>48</sup> De acordo com Barbosa Lima Sobrinho, Alberto Torres defendia “o regime do concurso para o ingresso e o acesso no Poder Judiciário. Justificava a continuação dos juízes de paz, na organização judiciária. Queria os promotores de justiça e os juízes independentes do Poder Executivo. Não tinha a veleidade de evitar todos os abusos. E chegava mesmo a declarar que entendia que o ‘legislador deve consagrar os princípios, adaptando-os ao meio social, a fim de evitar a que sejam postergados e sacrificados. Nunca, porém, sacrificar os princípios por causa dos abusos do meio’, em que tivessem de vigorar. O que valia por afirmar o primado dos princípios, e não o primado dos abusos, a que pode chegar um realismo sem ideal. E dentro desta orientação, Alberto Torres tomava partido em diversas questões. Queria um Ministério Público enquadrado no Poder Judiciário, com as mesmas garantias essenciais”. (LIMA SOBRINHO, 1968, p. 112).

392 de 8 de outubro de 1896.<sup>49</sup> No ano de 1894, novamente retornou à Câmara Federal para exercer um segundo mandato, tornando-se membro da Comissão de Orçamento. A sua função era a de relator do orçamento do Ministério do Exterior, que lhe possibilitou participar do debate a respeito da ocupação da Ilha de Trindade pelos ingleses. Diante do embate de teses entre o governo inglês, que afirmava que a ilha tratava-se de um território abandonado, e o governo brasileiro, que defendia o direito de domínio do Brasil sobre a ilha a partir de títulos de posse e do relato de várias expedições do governo brasileiro àquele local, Alberto Torres posicionou-se a favor de uma saída diplomática que solucionasse o desentendimento, acreditando, para isso, no êxito da intervenção portuguesa. Tal postura confrontou-se com a posição daqueles que, como Nilo Peçanha, exigiam medidas mais enérgicas por parte do Estado brasileiro, como por exemplo, a supressão da dotação orçamentária destinada à manutenção da legação brasileira na Inglaterra. A posição vitoriosa foi a de Alberto Torres, uma vez que a proposta de retaliações ao governo inglês foi rejeitada e, no final das contas, graças à intervenção portuguesa, a Inglaterra reconheceu a soberania brasileira na Ilha de Trindade em agosto de 1896.

A respeito da capacidade oratória de Alberto Torres em expor e convencer os outros deputados de suas ideias e posições, Sabóia Lima afirma que

nos seus discursos pronunciados na Câmara, revelou-se um orador notável e primoroso, abandonando a retórica, as belas frases feitas, os tropos sonoros, tão do nosso gosto, para ser um orador conciso e preciso, com imagens simples e claras, de uma eloquência sóbria e persuasiva, feita de ideias nítidas e positivas, em que se patenteava o sociólogo e o estadista.<sup>50</sup>

Portanto, essa etapa da vida de Alberto Torres foi marcada no cenário nacional pelo período denominado de República da Espada (1889-1894), sendo assim chamado pelo fato dos militares ocuparem o Poder Executivo com o apoio de setores civis ligados, sobretudo, aos cafeicultores do Oeste paulista. Tratou-se de uma fase de consolidação do

<sup>49</sup> “Tomando posse da sua cadeira, Alberto Torres participava, de imediato, da discussão do projeto de lei, que organizava o Tribunal de Contas da União, em cumprimento do art. 89 da Constituição de 1891. Desse projeto resultaria a Lei nº 392, de 8 de outubro de 1896. Alberto Torres discutiu a matéria com a seriedade habitual, defendendo a necessidade da regeneração do nosso regime financeiro. Examinava a função do Tribunal de Contas, dentro da sua concepção da divisão e harmonia dos poderes. Cada poder era competente para interpretar a lei, no exercício das suas respectivas atribuições. Alberto Torres não aceitava, porém, o veto absoluto do Tribunal de Contas. O governo poder tornar efetivos os atos impugnados pelo Tribunal quando entendesse que o interesse público assim o exigia. Mas haveria que ser a decisão, neste sentido, tomada não apenas pelos ministros de Estado. Mas pelo próprio presidente da República. Era o registro sob protesto, tomado ao modelo italiano e que fazia do pronunciamento do Tribunal de Contas apenas uma formalidade, para garantir exame mais amplo e maior publicidade dos atos impugnados”. (LIMA SOBRINHO, 1968, p. 128).

<sup>50</sup> LIMA, 1935, p. 17.

regime republicano ou, como afirma Renato Lessa, início “do abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público que inaugurou um período de dilatada incerteza política”.<sup>51</sup>

República que se iniciou segundo os anseios de um grupo de republicanos compostos por Campos Salles, Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Quintino Bocaiúva e Américo Werneck e sem participação política. A respeito deste último ponto, ninguém melhor do que Aristides Lobo, por meio de sua célebre frase resumiu o caráter do acontecimento de 15 de novembro de 1889. Para ele, “o povo assistiu bestializado à proclamação da República”. Tal conclusão foi elaborada pelo ministro do Interior do governo provisório do novo regime poucos dias depois de seu advento.

Mas, afinal, o que foi o ato da proclamação da República? No mínimo uma parada militar e no máximo uma nova composição de classes dominantes, ou seja, a substituição de uma oligarquia ligada à velha estrutura colonial e escravista por outra que se voltou para novos setores da economia, com destaque para o café, e ansiava por reformas no aparelho do Estado monárquico, considerado antiquado por não atender aos seus anseios.

Entretanto, não se deve pensar que a República não tenha exercido nenhum reflexo no comportamento da população, pelo menos nos centros urbanos como o Rio de Janeiro. Para José Murilo de Carvalho, ainda que a proclamação tenha ocorrido sem a iniciativa popular, a ideia da República despertou entre os excluídos da Monarquia um certo entusiasmo quanto à participação. Assim, as cidades, principalmente, o Rio de Janeiro por ser a capital do país, tornaram-se os embriões para o desenvolvimento da cidadania. Nessas foram possíveis a libertação do poder privado dos senhores de terra e o desenvolvimento da noção e da prática de um sistema de governo baseado na ideia de coletividade. Segundo José Murilo de Carvalho,

o jornal *Voz do Povo*, do Rio de Janeiro, cuja publicação foi iniciada menos de dois meses após a proclamação da República, referiu-se a uma nova era para o operário brasileiro trazida pelo novo regime, comparável à que foi aberta pela Revolução de 1789. No regime antigo, segundo o articulista do jornal, os operários eram os servos da gleba, a canalha, com todos os deveres e nenhum direito. Agora eram livres, iguais e soberanos, viam-se colocados na vanguarda do progresso da pátria. Logo no começo de 1890 houve várias tentativas de organizar um partido operário. As cidades foram tradicionalmente o lugar clássico do desenvolvimento da cidadania. O cidadão era até etimologicamente, o habitante da cidade. Nelas se tornou possível a libertação do poder privado dos senhores feudais. Nelas foi que aos poucos se

---

<sup>51</sup> LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 18.

desenvolveram a noção e a prática de um sistema de governo montado sobre o pertencimento individual a uma coletividade. O burguês foi o primeiro cidadão moderno.<sup>52</sup>

Proclamada a República, foi instituído um governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. A forma de governo passou a ser a federativa, constituída pelas antigas províncias transformadas em estados. No comando da nação estaria a União, representada pelo governo provisório, que nomearia delegados para governar os estados, intervindo neles quando necessário para garantir a ordem pública. O dilema dos republicanos na Primeira República em torno da questão federação versus centralização, com a opção pela primeira forma de distribuição administrativa do poder público, seria um dos temas centrais do pensamento de Alberto Torres como se verá nos capítulos seguintes da tese, sobretudo, no terceiro capítulo, sendo alvo de severas críticas por parte do autor por gerar uma situação de desconcentração de muitas das decisões vitais para o país que deveriam ser de exclusiva competência da União. Isto, unido a outros fatores, como os interesses particulares acima do bem-geral da coletividade promovidos pelas facções partidárias, impediriam a elaboração de uma política nacional contínua e acima das diferenças ideológicas entre os sucessivos governos objetivando a organização nacional e dificultariam a constituição de uma unidade nacional no país.

O grande desafio enfrentado pela elite republicana nesses primeiros anos do novo regime foi exatamente dar um sentido prático às ideias federalistas que surgiram para fazer oposição a uma relativa hipercentralização administrativa da Monarquia. Diz-se relativa hipercentralização porque, na realidade, durante o Império, viveu-se uma situação federalista, caracterizada pela ausência de regime político e de um espaço público. A centralização política era marcada pelo controle do Poder Moderador sobre os governos provinciais, administrados por elementos nomeados pelo governo central. Porém, nas presidências das províncias havia uma grande rotatividade, pois o objetivo era apenas garantir a nível local o predomínio da orientação partidária do gabinete de ministros que estava no poder. As relações entre o poder central e as províncias eram, portanto, funcionais, buscando-se o aporte local para a manutenção dos sucessivos ministérios, o que gerava um quadro de baixa institucionalização dos governos provinciais com a ausência de políticas governamentais e a indefinição de funções. Assim, pode-se resumir a estrutura administrativa do Império como uma

---

<sup>52</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 12.



combinação de centralismo exacerbado com a proliferação de ordens privadas locais. Por todo o território espalhavam-se sistemas autônomos de poder local ou privado, baseados na propriedade da terra e em vínculos patrimoniais, cuja dinâmica era independente da lógica do sistema político imperial. Separação que, por um lado, garantia-lhes certa intocabilidade, mas, por outro, dadas as condições do espaço político imperial, impedia a formação de corpos políticos regionais capazes de habitar o mundo público. Para a parcela do *demos* nacional que vivia sob tais sistemas locais o país não dispunha de regime político. Ou, simplesmente, não existia como entidade política supralocal. A experiência de não pertencimento a um sistema político nacional só viria a ser agravada com a reforma eleitoral de 1881 – a Lei Saraiva –, que reduz o eleitorado brasileiro em cerca de 90%. Os eleitores excluídos são, em grande medida, personagens da dispersão brasileira aludida.<sup>53</sup>

O dilema do novo regime era descobrir um mecanismo capaz de definir o seu funcionamento, pois era preciso, ao mesmo tempo, que alguns dos principais republicanos buscassem uma descentralização e diminuição das atribuições do governo central, estabelecessem esquemas de poder nos estados e os subordinassem a uma ordem nacional de modo a evitar uma ruptura na unidade nacional. Tal tarefa tornava-se difícil devido a divergências entre os membros do governo, o que impedia uma ação conjunta e gerava sucessivos pedidos de renúncia. A solução foi a imposição de uma responsabilidade coletiva que exigia a existência de um certo consenso ou pelo menos a aprovação da maioria dos membros do governo provisório para que a ideia de algum membro fosse levada à votação no Legislativo. Porém, tal medida acabou gerando a interferência de uma pasta na outra.

As mesmas discrepâncias apareciam nos estados com a contínua substituição das juntas governativas segundo a vontade de Deodoro baseado em critérios de lealdade ou comum acordo com os interesses do governo federal, gerando descontentamentos.

Portanto, havia um confronto em torno da questão da federalização. Se por um lado, na teoria, a República dizia adotar uma estrutura administrativa federativa, na prática, a influência da estrutura administrativa do Império por causa da “conversão” de última hora de Deodoro da Fonseca à República e a ideia da missão salvadora entre os militares, gerava a busca da perpetuação da ditadura e, conseqüentemente, as intervenções exageradas da União nos estados, tudo em nome da necessidade de se afastar da política os “homens de casaca”.

Entretanto, a pressão pela autonomia era grande por parte das oligarquias dos estados com economias dinâmicas, como era o caso de São Paulo, pois isto representava a possibilidade de uma representação política à altura da importância econômica deles no país, a utilização de seus recursos financeiros para o desenvolvimento das suas economias, diferentemente do que ocorria no Império, quando havia um desequilíbrio no orçamento da

---

<sup>53</sup> LESSA, 2001, p. 20.

nação entre a contribuição e o retorno nas verbas para investimentos, e a oportunidade de se realizar empréstimos externos diretamente no exterior, sem a intervenção do governo central, para financiamento da produção e obtenção de mão-de-obra imigrante por exemplo. Segundo Joseph L. Love,

parte da demanda por uma autonomia estadual deriva-se de que São Paulo e outros estados dinâmicos, em especial o Rio Grande do Sul, poderiam aumentar amplamente os seus recursos financeiros para apoiar as suas economias regionais em um regime federal. Quando São Paulo converteu-se em estado com o novo regime, a sua representação no novo Congresso ampliou-se para poder refletir o aumento de população, e as suas receitas triplicaram-se com o novo imposto à exportação que aplicou. Os políticos paulistas também ansiavam obter novos recursos para o desenvolvimento, tratando diretamente com financiadores estrangeiros, mais que atuando mediante o governo central. Com a República, os empréstimos que recebiam os estados, encabeçados por São Paulo, ampliar-se-iam com rapidez.<sup>54</sup>

A questão do federalismo ocuparia um lugar de destaque nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 15 de setembro de 1890 e reunida em 15 de novembro do mesmo ano. O projeto de constituição foi elaborado por uma comissão de cinco juristas que apresentou três projetos que, no final das contas, reduziram-se a um só que tinha a marca de Rui Barbosa após ser alterado e revisto por ele. Aliás, a Constituição de 1891 seria outro alvo de críticas na produção intelectual de Alberto Torres como se observará adiante no capítulo três da tese, principalmente, na obra *A organização nacional*, devido, segundo o autor, à inaplicabilidade de muitos de seus artigos ao contexto brasileiro pelo fato que essa Constituição não foi o resultado de um estudo prévio da realidade nacional, mas de uma importação de princípios jurídicos que não se adaptavam ao meio brasileiro. Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Constituição republicana do Brasil, que, entre outros aspectos nela contidos, apresentava a extinção do Poder Moderador, do cargo de primeiro-ministro, da vitaliciedade do Senado, do voto censitário e das eleições legislativas indiretas; o estabelecimento da divisão tripartida do poder, do sistema presidencialista, da eleição direta do presidente da República para um mandato de quatro anos sem direito à reeleição e do sufrágio universal masculino, excluindo-se os analfabetos, e os soldados e marinheiros rasos; a implantação do sistema federativo com a concessão de autonomia aos estados e; a determinação da separação entre Estado e Igreja.

Dessa maneira, a Constituição de 1891 adotou uma estrutura estatal que seguia um modelo federal, no qual se desenvolveu uma política objetivando a mais ampla autonomia

<sup>54</sup> LOVE, Joseph L. Federalismo y regionalismo en Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcelo (Coord.). **Federalismos latinoamericanos**: México/Brasil/Argentina. México: El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 184-185. (Serie Estudios).

dos estados e a defesa dos interesses agrários. Tal modelo federal inspirou-se, principalmente, na ordem institucional implantada pela Constituição dos Estados Unidos, que, entre os seus vários tópicos, estabelece a divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário; a existência de um sistema parlamentar bicameral; a figura do presidente da República como determinante e; a adoção de uma organização federal. Todavia, a inspiração parava aí, pois, diferentemente do modelo estadunidense, convinha às oligarquias brasileiras a restrição do corpo eleitoral, com o direito ao voto limitado à população masculina, adulta e alfabetizada, e esta população alfabetizada não passava dos 20%. A República que foi pensada, a princípio, pelos seus defensores durante o final do Império como a instauração de um governo do país pelo povo, ou seja, por seus cidadãos, buscando-se acabar com os privilégios monárquicos, não passou do plano das ideias. Segundo José Murilo de Carvalho,

pelo lado legal, a Constituição republicana de 1891 eliminou apenas a exigência da renda de 200 mil réis, que não era muito alta. A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas. Não é, então, de estranhar que o número de votantes tenha permanecido baixo. Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população.<sup>55</sup>

Havia algo presente nessa Constituição que, porém, coincidia com a realidade imposta a partir do fim do Império: a autonomia dos estados possibilitada pelo federalismo. A este respeito, Fernando Henrique Cardoso diz que

na prática, o arcabouço democrático-representativo da Constituição vai confrontar-se com uma situação bem diversa da que o mundo das normas abstratas supunha. Entretanto, havia um princípio, consagrado pela Constituição, que coincidia com os interesses e o perfil das realidades impostas pelos vencedores de 89: o federalismo. A prática da autonomia dos estados não se fez esperar em matéria extremamente delicada: a concentração de empréstimos externos. São Paulo, estado líder da economia, desembaraçou-se logo das peias centrais para contrair empréstimos e para assegurar a mão-de-obra indispensável à cafeicultura. A política de subsídios à imigração e mais tarde as manobras de valorização do café realizadas por São Paulo e Minas fez-se com as reticências do Estado Federal. Apesar disso, teve êxito. A concessão da capacidade de emissão a bancos regionais completou, durante os governos militares, a autonomia regional.<sup>56</sup>

Este último ponto da citação acaba por remeter a outro momento importante do governo de Deodoro da Fonseca, que foi a adoção pelo ministro das Finanças, Rui Barbosa, em 1890, de uma reforma financeira que visava assentar a garantia do meio circulante sobre

<sup>55</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 39-40.

<sup>56</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Salles. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 1, p. 38.

títulos de dívida pública, levado para isto pela queda do câmbio, pela ameaça de quebra geral da economia devido à pressão exercida sobre o meio circulante por um vasto afluxo de empresas e transações, pelo desejo do país de se industrializar, o que só seria possível por uma política de incentivo à indústria marcada pela facilitação dos créditos bancários. O resultado desta reforma foi o início de um período de crise conhecido por encilhamento, durante o qual a excessiva emissão de papel-moeda e a especulação com ações geraram inflação, aumento da dívida pública, quebra de banco e empobrecimento de inúmeros investidores.

A origem desta crise estava nos últimos anos do Império, quando o progresso das atividades econômicas determinou a escassez de moeda pela ausência de um sistema de emissões que estabelecesse um equilíbrio entre o volume monetário e as necessidades financeiras. Para piorar ainda mais a situação, a implantação do regime republicano gerou um alvoroço entusiástico, aumentando as atividades econômicas e aprofundando a crise no sistema monetário, e a mudança de regime desorganizou a arrecadação das rendas, que, logo depois, seriam transferidas em parte para os estados, desfalque nas finanças da União que foi acentuado com os gastos por causa de insurreições e golpes.

As emissões de papel inconvertível e a consequente onda especulativa levaram à criação de empresas e instituições bancárias fictícias, que eram usadas para emitir ações e lançá-las no mercado de títulos. A consequência deste disparate apareceu em fins de 1891, quando

estoura a crise e rui o castelo de cartas levantado pela especulação. De um momento para o outro desvanece-se o valor da enxurrada de títulos que abarrotava a bolsa e o mercado financeiro. A *débâcle* arrastará muitas instituições de bases mais sólidas mas que não resistirão à crise; e as falências multiplicam-se. O ano de 1892 será de liquidação; conseguir-se-á amainar a tempestade, mas ficará a herança desastrosa legada por dois anos de jogatina e loucura: a massa imensa de papel inconvertível em circulação. Esta subira, entre 1889 e 1892, de 206.000 contos para 561.000. E como não será possível estancar de súbito este jorro emissor, a inflação ainda continuará nos anos seguintes. Ao mesmo tempo agrava-se a situação da balança externa de contas. Embora os saldos comerciais mantivessem-se no nível médio anterior, a geral retração dos capitais estrangeiros alarmados pela convulsão política e financeira em que se debatia o Brasil, vai-se refletir no equilíbrio das finanças externas do país. A mudança de regime, a agitação política, a desordem financeira, a impressão geral de anarquia que tudo isto provoca nos centros financeiros do exterior, determinam neles não somente a suspensão de remessas de novos capitais para o Brasil, mas ainda a liquidação apressada de todas as suas disponibilidades.<sup>57</sup>

Em meio a toda esta crise, o governo de Deodoro tornava-se alvo de críticas duras, o que não era aceito pelo presidente da República devido ao seu hábito com a

---

<sup>57</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 220-221.

hierarquia militar na qual predominava o respeito pelos superiores. Além disso, a Constituição de 1891 determinou que a primeira eleição presidencial fosse realizada por voto indireto por meio do Congresso, a qual foi ganha, sob ameaças de fechamento dele, por Deodoro, mas não antes sem encontrar resistências entre os políticos civis que para provocarem uma cisão entre os militares, apoiaram a candidatura do marechal Floriano Peixoto à Vice-Presidência. Tais resistências deveram-se à falta de habilidade política de Deodoro da Fonseca em buscar um acordo entre diversos interesses políticos, como foi o caso da nomeação do Barão de Lucena, monarquista, para a organização de um ministério que substituiria o demitido em 21 de janeiro de 1891.

Para acirrar ainda mais os ânimos, o Congresso, usando como pretexto o favorecimento do presidente a um amigo na construção de um porto na cidade de Torres (Rio Grande do Sul), aprovou um projeto de lei denominado Lei de Responsabilidade do Presidente da República, que possibilitava a declaração de impedimento do chefe de Estado. Foi a gota d'água que faltava. Com o apoio das Forças Armadas, em 3 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca expediu dois decretos nos quais dissolvia o Congresso e decretava o estado de sítio. Além do apoio das Forças Armadas, o presidente contou com a solidariedade dos governos estaduais, com a exceção do Pará.

Todavia, utilizando como argumento a necessidade do estabelecimento da legalidade, a Marinha, sob a liderança do almirante Custódio de Melo, rebelou-se. Diante da ameaça iminente de uma guerra civil no país, Deodoro da Fonseca acabou recuando em suas ações e entregando a Presidência para o marechal Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891. A respeito da queda do governo de Deodoro da Fonseca, Fernando Henrique Cardoso afirma que ela se deveu ao fato de que

no fundo, os interesses dos repúblicos históricos civis e as desinteligências entre segmentos militares, se puderam ser contornados momentaneamente em algumas crises (reações monárquicas ou impossibilidade da eleição de um presidente civil, por exemplo), não permitiram reconstituir um sistema político viável e legítimo. A história do congresso provisório e do governo de Deodoro é a história de desgastes sucessivos dos que estão no poder. Só não se desgastam as “forças vivas da Nação”, os núcleos ligados à expansão agroexportadora (mesmo quando marginalizados do poder estadual como se deu no caso dos paulistas quando Deodoro nomeou Américo Brasiliense que contava com o apoio de apenas uma parte do P.R.P.), ou então aqueles que se encastelaram nas “situações” estaduais, iniciando já a “oligarquização” da República, como no exemplo mais conspícuo do Rio Grande do Sul. Em alguns casos, inclusive naquele, a inspiração doutrinária da nova chefia era distinta da que alimentara as “situações” monárquicas. Mas coincidiram ambas em um ponto: na crença da necessidade da prática de um férreo princípio diretivo. Eram, assim, embora umas “cientificistas” e outras apenas “tradicionais”, profundamente elitistas.<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> CARDOSO, 1975, p. 40-41.

A chegada ao poder do marechal Floriano Peixoto em 1891, criou uma falsa impressão de uma solução para o embate entre Deodoro e o Congresso, sendo que, na realidade, acabou por criando mais incerteza no jogo político com o afastamento dos governadores estaduais que apoiaram o golpe de Estado. Além disso, Floriano Peixoto, contando com o apoio das Forças Armadas e do Partido Republicano Paulista, também decretou sem efeito a dissolução do Congresso Nacional e buscou controlar a especulação financeira e o aumento dos preços de gêneros alimentícios, determinando o seu tabelamento.

Esperava-se que Floriano Peixoto cumprisse com o artigo 42 da Constituição que determinava a convocatória para nova eleição no caso de que o presidente ou o vice-presidente não cumprisse pelo menos dois anos de seu mandato, o que não ocorreu. Diante de tal postura, 13 generais e almirantes escreveram um manifesto exigindo que Floriano Peixoto cumprisse o artigo 42, sendo, por isso, punidos com o afastamento deles da ativa e a reforma.

A recessão econômica, acrescida da instabilidade política, conduziram à eclosão da Revolução Federalista e da Revolta da Armada. No que se refere às diferenças de método entre Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto,

Rui Barbosa, sempre melhor observador do que governante, notou que havia diferença entre o padrão político de Deodoro e o de Floriano: o primeiro foi uma ditadura, apoiada no Congresso para dissolver os governos locais. Apesar do apoio das bancadas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, as relações do governo com a nação eram de extrema anarquia. A durabilidade do Governo Floriano, paradoxalmente, derivou do fato de que foi obrigado a enfrentar as maiores ameaças à viabilidade do regime, até então: a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada, ambas em 1893. A clássica metáfora do inimigo externo, no caso apresentada como ameaça monarquista, permitiu uma união mínima entre as facções do Exército e o apoio decisivo dos paulistas ao governo. O preço pago pelo “consolidador”, como se sabe, foi a relutante aceitação de eleições presidenciais para 1894.<sup>59</sup>

A primeira das ameaças ao regime republicano, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, deveu-se às lutas partidárias nesse estado iniciadas após a proclamação da República entre os partidários de Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense, autor da Constituição do estado e defensor de um governo forte, quase ditatorial, conforme a doutrina comteana, e os seguidores de Silveira Martins, chefe do Partido Federalista e líder de grande popularidade. A tensão entre os dois grupos ficou tão

---

<sup>59</sup> LESSA, 2001, p. 31-32.

forte que a luta tornou-se inevitável. Floriano Peixoto optou por apoiar Júlio de Castilhos, instalando-se este no poder e dando início a uma série de perseguições à oposição, ocasionando uma guerra civil.

De um lado, estavam os legalistas ou “pica-paus” (assim conhecidos pela vestimenta) que apoiavam Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos e, de outro, havia os federalistas ou “maragatos” (termo de origem castelhana que significava pessoa desqualificada). Os maragatos eram marcados pela ausência de unidade de ação e pela presença das mais variadas tendências políticas, contando com figuras como o republicano Custódio de Melo, o monarquista Saldanha da Gama e o separatista Gumerindo Saraiva. De fevereiro a junho de 1893, conseguiram um grande número de vitórias e devido à aliança com Custódio de Melo, invadiram Santa Catarina, instalando um governo revolucionário, antes de partirem para a ocupação do Paraná e tentarem conquistar São Paulo. Todavia, os legalistas, liderados pelo senador Pinheiro Machado, impuseram várias derrotas aos federalistas e retomaram Santa Catarina. Com a morte de Gumerindo Saraiva, caiu o desânimo sobre os maragatos, que se retiraram para o Uruguai e a Argentina.

Ao mesmo tempo, eclodia, em setembro de 1893, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro. Com o argumento da insatisfação diante da desobediência à Constituição, a esquadra sob o comando do contra-almirante decidiu sublevar-se, contando com a colaboração do almirante Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval e monarquista.

Custódio de Melo foi um colaborador dos maragatos na tomada do litoral de Santa Catarina e sitiou a cidade do Rio de Janeiro desde a Baía de Guanabara, mas sem recursos e sob a vigilância de forças navais estrangeiras que se encontravam na cidade. Dessa maneira, a revolta prolongou-se por meio do duelo com as fortalezas de terra, o que reduzia cada vez mais os recursos dos revoltosos, ao mesmo tempo em que o governo reagia com mais força. Com a notícia da chegada de uma esquadra legal formada por navios comprados na Europa e nos Estados Unidos, só restou aos revoltosos a rendição na Guanabara em 13 de março de 1894.

O desenrolar dos fatos nos dois levantes resultou em um saldo positivo para o governo de Floriano Peixoto, pois

a guerra civil, na sua dupla face, a rio-grandense e a Revolta da Armada, consolida o governo de Floriano e legitima a sua ditadura. Bruscamente, o marechal, antes cercado de desconfianças e repellido pela elite política, conquista a liderança

nacional. Liderança, entretanto, trincada de fragilidade, visto que, para sustentar a luta, será necessário aliar-se a São Paulo – aliança sem submissão –, com a coligação dos elementos estaduais armados, obedientes ao governador e ao PRP.<sup>60</sup>

Esta demonstração de força da oligarquia paulista pesou no momento da aceitação por parte de Floriano Peixoto da eleição presidencial de 1894, apesar da pressão dos seus seguidores mais exaltados no sentido da implantação de uma ditadura duradoura. Diante da incapacidade da República da Espada em resolver as questões institucionais pendentes com a queda do Império, a oligarquia paulista, articulada com as elites de outros estados, lançou a candidatura vitoriosa do civil e paulista Prudente de Moraes.

No plano das ideias, tão logo foi proclamada a República, Miguel Lemos e Teixeira Mendes publicaram, em 21 de novembro de 1889, uma mensagem a Deodoro da Fonseca, na qual, inspirados em Augusto Comte, propõem uma forma de organização do governo republicano baseada em uma ditadura em que o poder se concentrasse nas mãos de um só homem, no caso, o presidente ou ditador, cuja ação seria exercida no domínio material e cujo sucessor seria nomeado por ele para dar continuidade e consistência à República. Ademais, na ditadura, o parlamento não teria atribuição legislativa, mas tão somente seria uma assembleia financeira. Caberia ao poder temporal e espiritual exercerem as suas respectivas missões sem influência mútua. Os pontos mais urgentes do programa político do Apostolado para a organização da República brasileira eram:

a) a ditadura republicana deveria ser mantida em caráter definitivo; b) o atual governo provisório elaborará com o concurso de pessoas competentes, um projeto de Constituição que seria: c) apresentado à apreciação popular a fim de ser amplamente discutido. Esse projeto: d) depois de ter recebido as emendas que o governo julgasse aceitáveis seria apresentado à sanção das Câmaras Municipais de toda a República e promulgado depois de um plebiscito em que tomariam parte todos os cidadãos maiores de 21 anos, soubessem ou não ler e escrever. Essa Constituição: e) deveria “**combinar o princípio da ditadura republicana com a mais ampla liberdade espiritual: a primeira caracterizada pela reunião no Poder Executivo da faculdade legislativa pela perpetuidade da função e transmissão desta a um sucessor livremente escolhido pelo Ditador, sob a sanção da opinião pública; a segunda pela separação da Igreja do Estado, supressão do ensino oficial, salvo o primário, e subsequente liberdade completa de profissões, extintos todos os privilégios inerentes aos diplomas científicos ou técnicos, assentando o novo regime na mais vasta liberdade de reunião e de pensamento, com a única obrigação de todo cidadão assumir devidamente a responsabilidade dos seus escritos, assinando-os**”. Haveria ainda, segundo as indicações urgentes: f) uma **única câmara geral, de eleição popular**, pouco numerosa e **dedicada** apenas aos problemas **orçamentários** e destinada à fiscalização dos dinheiros públicos. Só com este meio seria possível, acreditavam os positivistas ortodoxos, impedir “o reflorescimento do nefando sistema que acaba de expirar, caracterizado pela preponderância irresponsável do falatório e da intriga”.<sup>61</sup> (grifo do autor).

<sup>60</sup> FAORO, 2000, p. 161-162.

<sup>61</sup> COSTA, J., 1956a, p. 230-232.



Este programa político teria muito pouco de seu conteúdo posto em prática, o que se deveu, primeiramente, à intransigência nos princípios por parte do Apostolado Positivista e, além disso, à falta de simpatia para com as ideias políticas da doutrina de Augusto Comte entre uma parcela majoritária da elite política do novo regime, herdeira do liberalismo da época imperial. Conforme diz João Cruz Costa, a opinião do Apostolado Positivista

não era a dos políticos da República que vinham das lutas do Império. Não o entenderiam assim alguns deles. Rui, por exemplo, cuja ascendência no governo Provisório logo se fez sentir. O que inspirará a maioria dos políticos republicanos são ainda as ideias racionalistas inglesas e francesas do século XVIII, as que formavam o tipo do liberal clássico do século XIX, de que Rui seria um exemplo. As ideias positivistas não influíram, pois, como esperavam os discípulos de Augusto Comte, na diretriz política dos primeiros momentos da República. Ao contrário, declinariam logo para recrudescerem um pouco, é certo, durante a elaboração da Constituição de 1891. Mas, ainda aí, é o liberalismo clássico que dominará.<sup>62</sup>

Ainda assim, não se pode negar a presença nos meios políticos desse momento de figuras positivistas como Benjamin Constant, primeiro ministro da Guerra do Governo Provisório, Demétrio Pinheiro, primeiro ministro da Agricultura desse governo, Santos Werneck, chefe do gabinete de Campos Salles no Ministério da Justiça, e Lauro Sodré, também chefe de gabinete, mas do Ministério da Guerra durante a gestão de Benjamin Constant.

Exemplos claros da influência positivista são a separação da Igreja do Estado, o decreto relativo às festas e aos feriados nacionais, a configuração da bandeira nacional, o artigo 34 da Constituição de 1891 referente à guerra, a reforma do ensino, tanto civil quanto militar, e o parágrafo 24 do artigo 72 constitucional que dizia respeito à liberdade profissional.

Os dois primeiros exemplos foram iniciativas que se deveram a Demétrio Ribeiro, apesar de que ocupou por apenas dois meses a pasta da Agricultura. No que diz respeito à separação da Igreja do Estado, Demétrio Ribeiro, baseado na crença positivista desta medida como “uma condição essencial da organização política peculiar às sociedades modernas, nas quais as crenças religiosas foram banidas das manifestações da vida pública para ficarem um assunto de ordem puramente privada”<sup>63</sup>, propôs, entre outras medidas, a liberdade de cultos, o fim da religião oficial do Estado, a implantação do casamento civil e a secularização dos cemitérios.

A outra iniciativa de Demétrio Ribeiro referente ao decreto sobre festas e feriados nacionais também partiu da repercussão do positivismo, pois o objetivo dele não era

---

<sup>62</sup> COSTA, J., 1956a, p. 240-241.

<sup>63</sup> LINS, 1964, p. 368.

somente realizar as celebrações de caráter nacional, mas também aquelas dedicadas à fraternidade universal. Daí a regulamentação de feriados como

o 1º de janeiro (precisamente com a finalidade da fraternidade universal); 21 de abril, comemorativo dos precursores da nossa independência política, resumidos em Tiradentes; 3 de maio, descoberta do Brasil; 13 de maio, aproveitando-se a data da Abolição da Escravatura, mas na realidade destinando-se à confraternização dos brasileiros; 14 de julho, consagrado à comemoração da liberdade, visto invocar a queda da Bastilha, e ainda a independência dos povos americanos; 7 de setembro, independência da pátria; 12 de outubro, descoberta da América; 2 de novembro, à comemoração dos mortos; 15 de novembro, instauração da República brasileira.<sup>64</sup>

Quanto à configuração da bandeira nacional, esta contribuição do positivismo para a República foi resultado do projeto de Teixeira Mendes e Miguel Lemos transformado no Decreto nº 4 de 19 de novembro de 1889. A intenção com este pavilhão era lembrar aos brasileiros a necessidade de fraternidade, despertando nestes o sentimento de convergência social; recordar as origens, os descendentes para quem se trabalha e o presente, buscando uma unidade em torno do antigo que se precisa conservar (a ordem) e o novo com algo fundamental para se superar o que pode impedir o sentimento da solidariedade cívica, como por exemplo, as crenças ultrapassadas (o progresso) e; manter as cores e a disposição da bandeira anterior, mas substituindo os símbolos da Monarquia. No que se refere ao simbolismo da bandeira nacional republicana, Teixeira Mendes afirma que

o estandarte da República Brasileira simboliza o nosso Passado, o nosso Porvir, e o nosso Presente; a nossa terra e o nosso céu; os feitos dos nossos pais e as nossas aspirações. Mas não é tudo. Ele recorda também a nossa filiação com a França, o centro do Ocidente, e, por esse lado nos prende a toda a evolução humana passada, e ao mais remoto futuro. Com efeito, o campo verde que tudo domina não recorda só a nossa terra. Como diz Augusto Comte: “Esta nuance convém aos homens do Porvir, por isso que caracteriza a Esperança, como o anuncia habitualmente por toda parte a vegetação, ao mesmo tempo em que indica a Paz; duplo título para simbolizar a **atividade pacífica**. Historicamente ela inaugurou a Revolução Francesa, pois que os sitiados da Bastilha não tiveram outros emblemas senão folhas arrancadas das árvores dos Palais Royal, segundo a feliz exortação de Camilo Desmoulins”.<sup>65</sup> (grifo do autor).

O pensamento positivista também exerceu um papel de destaque na Assembleia Constituinte Nacional por meio de nomes como Aníbal Falcão, Barbosa Lima, Borges de Medeiros, Demétrio Ribeiro, João Pinheiro, José Bevilacqua, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Moniz Freire, Rangel Pestana e outros. Daí a presença de projetos de lei transformados em artigos constitucionais, como o projeto referente à liberdade profissional que, inspirado em uma concepção do Apostolado favorável ao livre exercício de qualquer

<sup>64</sup> SOARES, 1998, p. 97-98.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 101.

profissão, constituiu-se no parágrafo 24 do artigo 72, segundo a qual “é garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”<sup>66</sup>, e o que dizia respeito à entrada do país em um conflito bélico, proposto por José Bevilacqua, que pregava a necessidade de que o Brasil só participasse de uma guerra no caso de ter ameaçada a sua soberania, evitando, assim, romper a ordem mundial. Além disso, Nilo Peçanha, aproveitando tal ideia, acresce a competência do Congresso Nacional em autorizar o governo a declarar guerra. No final das contas, o projeto constitui o parágrafo 11 do artigo 34 da Constituição de 1891, no qual se afirmava que “compete privativamente ao Congresso Nacional: 11 – Autorizar o Governo a declarar guerra, se não tiver lugar ou malograr-se o recurso do arbitramento e **a fazer a paz**”.<sup>67</sup> (grifo do autor).

Quanto à reforma do ensino, tanto civil quanto militar, esta foi levada a efeito por Benjamin Constant quando assumiu o Ministério da Instrução em 22 de junho de 1890. A reforma de Benjamin Constant, Decreto nº 981 de 1890, objetivou reorganizar a escola secundária e superior, buscando dar a elas um caráter mais científico. No caso da escola secundária, a intenção era fazer com que o curso deixasse de ser apenas uma etapa preparatória para os cursos superiores, estruturando-se em um curso integral de estudos. De acordo com Jorge Nagle,

a reforma Benjamin Constant inclui as ciências na escola secundária segundo a classificação de Augusto Comte – Português; Latim; Grego; Francês; Inglês; Alemão; Matemática; Astronomia; Física; Química; História Natural; Biologia; Sociologia e Moral; Geografia; História Universal; História do Brasil; Literatura Nacional; Desenho; Ginástica; Evoluções Militares e Esgrima; Música.<sup>68</sup>

Com a chegada de Prudente de Moraes à Presidência da República, Alberto Torres foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores em 30 de agosto de 1896. Prudente de Moraes era amigo pessoal de Martins Torres, pai de Alberto Torres, desde os tempos da Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo. Além disso, a nomeação também se deveu à queda do até então ministro da pasta Antônio Gonçalves Ferreira, que entrou em embate com o ministro da Relações Exteriores Carlos de Carvalho por causa da discussão no Congresso Nacional a respeito de uma série de acordos entre os governos brasileiro e italiano para o pagamento de indenizações a italianos que se sentiam prejudicados por fatos ocorridos no Brasil, como assaltos, agressões, mortes e outros. Após longas

<sup>66</sup> SOARES, 1998, p. 102.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>68</sup> NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 280.

negociações e aprovação dos protocolos com a fixação das indenizações, estes foram enviados ao Congresso Nacional para a aprovação. Todavia, a resistência dos congressistas em aprová-las devido à discordância quanto ao valor das indenizações, levou o cônsul italiano em São Paulo, Brichanteau, a instigar os imigrantes italianos a fazerem protesto. A reação da Câmara dos Deputados, onde os protocolos estavam em votação, foi a rejeição unânime, o que ocasionou a censura por parte do ministro das Relações Exteriores às bancadas, inclusive a de Pernambuco. Solidário com a bancada do seu estado, o ministro da Justiça entrou em desafeto com o de Relações Exteriores. Para evitar uma crise governamental e os ressentimentos por parte de qualquer um deles, Prudente de Moraes decidiu demitir os dois.

Enquanto foi ministro, Alberto Torres teve que enfrentar vários problemas relacionados com a disputa política entre as várias facções republicanas no estado do Rio de Janeiro. Logo depois de ter ocupado o cargo, o presidente Prudente de Moraes adoeceu e pediu licença. Assumiu a Presidência da República o vice-presidente Manuel Vitorino, que esperava completar o mandato ante a crença da gravidade da doença de Prudente de Moraes.

Os desentendimentos entre Alberto Torres e Manuel Vitorino começaram quando Godofredo Cunha, juiz federal do estado do Rio de Janeiro, concedeu *habeas-corpus* preventivo favorável aos mesários das eleições que se realizaram na cidade de Campos em 30 de dezembro de 1896, os quais eram correligionários de Nilo Peçanha, que, por sua vez, era amigo pessoal de Godofredo Cunha. Pior ainda do que isso foi o fato de que o *habeas-corpus* foi concedido sem o pedido de informações ao governo do estado, sendo requisitado diretamente ao presidente da República o envio de força federal para o cumprimento da medida. Este, sem consultar o ministro da Justiça, que era Alberto Torres, encaminhou o requerimento para o ministro da Guerra.

Em uma tentativa de resolver o impasse, Alberto Torres ainda buscou persuadir o governo estadual de cumprir o *habeas-corpus* e pediu a retirada imediata da força federal de Campos. Porém, ocorreu todo o contrário. Diante de boatos de choques entre a força federal e o destacamento policial de Campos, houve o envio de uma segunda expedição federal. Sendo assim,

Alberto Torres sofria um golpe traiçoeiro, porém a sua atitude e conduta durante o desenrolar dos acontecimentos elevaram-lhe a personalidade perante os seus conterrâneos e correligionários. **Demitiu-se**, apesar dos remendos tentados por Manuel Vitorino. O seu comportamento credenciou-o candidato ao pleito para o governo do estado, que se processaria em 1897.<sup>69</sup> (grifo do autor).

---

<sup>69</sup> BARRETO, Dalmo. **Alberto Torres**: sociólogo e jornalista. Niterói: Instituto Nacional do Livro, 1970, p. 23.

Os levantes armados durante o governo de Floriano Peixoto foram responsáveis, como já se afirmou, pela aproximação entre o presidente militar e as elites civis. Foi durante este processo de aproximação que surgiu, em 1893, o primeiro partido político republicano de caráter federal. Tratava-se do Partido Republicano Federal (PRF), liderado por Francisco Glicério, um republicano histórico paulista. O objetivo principal do partido, acima das divergências ideológicas, era garantir a conservação do poder e da influência dos estados, o que explica a presença em seu quadro de republicanos históricos, ex-monarquistas, liberais moderados, conservadores, federalistas, centralizadores, florianistas, positivistas, presidencialistas, católicos ultramontanos, parlamentaristas e outros tipos de filiados. Esperava-se, assim, criar as bases para o surgimento de um grupo parlamentar majoritário para sustentar o governo e preparar o caminho para a vitória nas eleições de 1894. Segundo Raymundo Faoro,

ninguém pensava no futuro, diante do urgente problema de coordenar por meio de um partido federal – federal e não nacional –, os governos estaduais, simples prolongamento do recente Partido Republicano Federal. O líder, infiltrado na fortaleza de Floriano, astuto, sagaz, flexível, será Francisco Glicério, general por decreto e ex-ministro de Deodoro, republicano histórico, homem sem dogmas doutrinários, velho partidário da intervenção militar para destruir o trono. Ele saberá, realista antes de Pinheiro Machado, que a força armada não pode ser arrecada da função de fator político permanente, mas que a ela não cabe a direção política do país, se os civis souberem manter o poder, provavelmente com a presença suprema de São Paulo. Já em abril de 1893 funda-se, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Federal, sob o comando de Francisco Glicério em nome da bancada federal de São Paulo com um programa sem afirmações, próprio a congregar sem unir, relegadas as divergências para outra ocasião.<sup>70</sup>

A vitória do PRF nas eleições de 1894 foi esmagadora, pois

conquistou a Presidência da República, o terço do Senado e a totalidade da Câmara. Prudente de Moraes foi eleito com cerca de 290 mil votos, em uma população total em torno de 15 milhões. Os índices de abstenção foram dilatados na própria capital. Para um eleitorado potencial de cerca de 110 mil pessoas, votaram apenas 7.857 eleitores.<sup>71</sup>

Entretanto, o mesmo PRF que elegeu o presidente e que lhe deu uma quase unanimidade no Congresso Nacional, acabou tornando-se uma preocupação para Prudente de Moraes por causa do ecletismo de seu quadro, possuindo, no mínimo, três facções, ou seja, os radicais ou florianistas, vencedores das revoltas do governo de Floriano Peixoto; os reacionários, inimigos dos florianistas; e os moderados.

<sup>70</sup> FAORO, 2000, p. 170-171.

<sup>71</sup> LESSA, 2001, p. 34.

Com a ascensão de Prudente de Moraes, as elites civis, sobretudo, a classe dominante ligada à exportação, interessada em deter o aparelho do Estado para adotar mecanismos de defesa da concentração de renda, decidiram afastar os militares do poder, vistos como elementos estranhos e obstáculos ao domínio dos civis do poder. Iniciou-se, assim, o período da ordem civil ou reinado do café. Pretendendo pôr em prática os anseios das elites civis, Prudente de Moraes adotou uma política de afastamento dos militares da cena política, cooptando oficiais graduados, punindo rebeldes e reduzindo efetivos militares, com ênfase nos batalhões constituídos por radicais florianistas.

A reação dos radicais logo se fez sentir contra o governo de Prudente de Moraes nas ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo, sendo que

a Rua do Ouvidor e o Largo de São Francisco, territórios livres dos radicais, foram um constante foco de protesto, quase nunca pacífico. Em tais protestos manifestava-se o radicalismo carioca, de difusa base popular, contando com o apoio de oficiais de baixa patente e de um espantoso elenco de oradores. A proliferação de tribunos da plebe era sintoma de uma forma de exercício da política avessa aos formalismos liberais e disposta à ação direta. O repertório de diatribes e demandas era vasto: odiavam-se os portugueses, os políticos em geral e os monarquistas em particular, protestava-se contra a alta de aluguéis e do custo dos alimentos e, sobretudo, cultuava-se Floriano. Com a sua morte, em 29 de julho de 1895, Floriano transforma-se no símbolo da pureza republicana e em uma espécie de medida padrão para avaliar os rumos da República.<sup>72</sup>

Ao mesmo tempo, a facção florianista do PRF exercia uma forte oposição ao governo no Congresso, o que podia ser visto, por exemplo, no obstáculo criado para a aprovação da política financeira composta de medidas como a cobrança em ouro de parte dos direitos alfandegários, o imposto de renda, a ampliação dos impostos de consumo e a alienação de bens nacionais como a Estrada de Ferro Central do Brasil. Sem contar com o aporte do Congresso Nacional para a implantação destas medidas, restou ao governo apenas a realização de dois empréstimos, um interno, de 60 mil contos de réis, e outro, externo, de 1 bilhão de libras esterlinas.

A ação dos florianistas ganhou ainda mais fôlego quando Prudente de Moraes adoeceu, em novembro de 1896, vendo-se obrigado a se licenciar e ceder o seu posto para o vice-presidente Manuel Vitorino, que, sem maiores escrúpulos em sua tentativa de se manter no poder, decidiu mudar o ministério e se aproximar dos florianistas.

Com o retorno de Prudente de Moraes à Presidência da República em março de 1897, a oposição florianista retomou a sua carga total, atingindo o seu ápice em maio de 1897,

---

<sup>72</sup> LESSA, 2001, p. 35-36.

quando houve a revolta dos cadetes da Escola Militar, que foi derrotada com a colaboração do ministro da Guerra marechal Bittencourt. O desfecho final desse acontecimento foi a expulsão dos alunos rebeldes, a prisão dos oficiais envolvidos e a derrota e o isolamento de Francisco Glicério, resultando no fim do Partido Republicano Federal como um intermediário entre o presidente da República, o Congresso Nacional e os governos estaduais. Segundo Fernando Henrique Cardoso, com relação à derrota de Francisco Glicério,

a linha dura de Glicério, florianista e centralizador, mas ao mesmo tempo chefe local do mais forte setor oligárquico restaurado do país, terminaria por provocar um choque entre o presidente e o chefe do partido. A se aceitar a linha de Glicério ter-se-ia, com o tempo, que marchar para o sistema de Partido Único e de fusão entre o Estado e o partido, em condições tais que faltava à base da sociedade força para tanto: ela era centrípeta, localista, clientelística e dispersa. Partido único possível era só o Exército e teria de exercer o poder tirânico. Como poderiam os republicanos civis adotar uma forma política que nos limites tirar-lhes-ia o poder das mãos para concentrá-lo em uso canal? Prudente opôs-se, com o tempo, à ação de Glicério e pediu a Campos Salles – governador de São Paulo – que intervisse quando o primeiro quis impor em 1897 o nome do presidente da Câmara. A derrota de Glicério levou-o a perdas subsequentes, inclusive da sua posição em São Paulo, no PRP, e à fragmentação do PRF com a “dissidência” glicerista, dos chamados **Republicanos**, em oposição à **Concentração**, da maioria que passou a dar base de sustentação a Prudente.<sup>73</sup> (grifo do autor).

Em uma tentativa desesperada da oposição para vencer Prudente de Moraes, esta planejou e buscou assassiná-lo em 5 de novembro de 1897 no Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro, o que saiu totalmente errado, pois o presidente saiu ileso e o ferido de morte acabou sendo o ministro da Guerra marechal Bittencourt. No final das contas, o atentado acabou por dar ainda mais munção para que Prudente de Moraes destruísse a oposição. De acordo com Renato Lessa,

o atentado, único na história do país, deu ao presidente os recursos políticos que não conseguira obter dentro da dinâmica dos poderes constitucionais. No dia 8 de novembro de 1897 o governo solicita ao Congresso a decretação do estado de sítio, aprovado quatro dias depois. A medida, extensiva à capital e a Niterói, foi sucessivamente prorrogada até fevereiro de 1898. O Clube Militar é fechado, e o inquérito policial incrimina vários militares e políticos, entre os quais o vice-presidente, deputados e senadores. Por decreto de 2 de novembro de 1898, vários implicados são desterrados para a Ilha de Fernando de Noronha.<sup>74</sup>

Como se não bastasse a Prudente de Moraes ter que enfrentar a oposição dos radicais e todas as suas sublevações, o seu governo ainda seria marcado pelo desafio imposto pela Guerra de Canudos, movimento popular de resistência das populações sertanejas contra a opressão do latifúndio e de forte caráter religioso ocorrido na Bahia entre 1893 e 1897. Os

<sup>73</sup> CARDOSO, 1975, p. 46.

<sup>74</sup> LESSA, 2001, p. 39-40.

sertanejos uniram-se em torno da figura messiânica de Antônio Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, resistindo contra a estrutura agrário-latifundiária e os ataques das forças oficiais. Apesar de resistirem a três ataques das forças oficiais, em 5 de outubro de 1897, os sertanejos acabaram massacrados.<sup>75</sup>

A Guerra de Canudos foi imortalizada em grande parte por causa da obra *Os sertões* de Euclides da Cunha, resultado das suas crônicas do conflito escritas no campo de batalha como correspondente do Jornal *O Estado de São Paulo* em 1897. Publicada pela primeira vez em 1902, a obra constituiu-se em um marco para a difusão do evolucionismo social no Brasil, ainda que antes dela, já nos anos de 1880 e 1890, outros autores como Sílvio Romero e Estelita Tapajós aceitassem ideias do pensamento evolucionista.

A maior presença do evolucionismo social, principalmente, das ideias spencerianas no meio intelectual brasileiro de início do século XX, deveu-se à morte dos republicanos históricos de tendência positivista, ao radicalismo dos membros do Apostolado Positivista quanto à observação da doutrina de Augusto Comte e ao fato de que Herbert Spencer atendia mais aos anseios das elites brasileiras ao pregar ideias como a liberalização de uma sociedade como maneira de colocá-la ao nível do progresso do século. Ademais, Herbert Spencer possibilitava um menor radicalismo na interpretação de seu pensamento ao empregar fórmulas como o organismo social, a instabilidade do homogêneo e a diferenciação e relatividade do conhecimento. Segundo João Ribeiro Júnior,

foi muito mais o evolucionismo do que o positivismo – oferecendo os ingredientes ideológicos à classe média urbana, onde lavrara maior descontentamento com o regime, e que tinha meios de traduzir o descontentamento em atos para a “liberação” do país, para colocá-lo ao nível do século, mostrando as contradições entre os modelos ideais e as formas reais de organização social –, que exprimiu conceito de **democracia liberal** que concretizava também os ideais políticos da elite dirigente, dentro de um esqueça lógico da evolução liberal-democrática, segundo o critério de Spencer.<sup>76</sup> (grifo do autor).

Em 1898, Estelita Tapajós publicou o livro *Ensaio de ciência e filosofia*, no qual critica a pseudociência que o Apostolado Positivista quer impor como uma espécie de ortodoxia, degenerando o funcionamento mental das classes médias e elevadas brasileiras. O problema estaria em que o comtismo não leva em conta a questão de que a verdade origina-se

<sup>75</sup> Para maiores informações históricas sobre a Guerra de Canudos, pode-se sugerir como referências bibliográficas para o tema as seguintes obras: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 35. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991 e; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1965.

<sup>76</sup> RIBEIRO JÚNIOR, 1985, p. 72-73.



não de visões ortodoxas, que não deixam de ser formas teológicas de ignorância, mas da investigação científica em um processo contínuo de evolução do progresso orgânico. Por isso, os “cérebros pensantes” da nação estariam em estado de paralisia ou retrogradação. Com relação a este problema, Estelita Tapajós faz o seguinte questionamento:

Como remediar este mal? Só duas condições são capazes de remediar, de modificar o cérebro da Nação [...]: a “instrução e a imigração das velhas raças da Europa. Uma, a primeira, atua diretamente como elemento de cultura que é a ontogêneses metamórfica daqueles indivíduos [...]. A segunda força – as migrações – é a grande regeneradora humana”.<sup>77</sup>

Entretanto, nenhuma outra obra baseada no evolucionismo social para o estudo da problemática social teve a repercussão de *Os sertões*. Nela Euclides da Cunha faz uma análise do sertanejo enquanto um produto da fusão de várias raças. De acordo com a sua teoria,

o mestiço era psicologicamente instável e degenerado, retrocedendo sempre para a raça primitiva, uma “vítima da fatalidade das leis biológicas”. Canudos foi o “primeiro assalto” de uma ampla luta, “o inevitável esmagamento das raças débeis pelas fortes”, um processo que Da Cunha equiparou com a marcha da civilização. Contudo, também falou do **sertanejo** dizendo que era uma “subcategoria étnica já formada”, uma “sub-raça histórica do futuro”. Tendo permanecido isolado da costa durante três séculos, tinha-se livrado das exigências da luta pela existência racial e, portanto, podia adaptar-se livremente ao entorno. Assim, Da Cunha fazia uma distinção entre o mestiço “raqúptico” da costa e o mestiço “forte” das terras remotas. Entretanto, pareceu superar a teoria ao descrever a pura coragem, o heroísmo e a serenidade dos últimos defensores de Canudos, “seres no nível mais baixo da nossa escala social”. Sem abandonar o racismo científico do seu tempo, Euclides da Cunha introduziu uma questão nova no pensamento social: a base étnica ou racial da identidade nacional.<sup>78</sup> (grifo do autor).

Além disso, para Euclides da Cunha, é praticamente impossível, quando se faz uma análise dos indivíduos, separá-la de um estudo do meio em que eles se inserem, isto é, “a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida da sua sociedade [...]”. Acompanhar a primeira é seguir paralelamente e com mais rapidez a segunda; acompanha-las juntas é observar a mais completa mutualidade de influxos”.<sup>79</sup> Vivendo uma boa parte da população brasileira no litoral, voltada como estava para o exterior e os seus modelos que muitas vezes incompatibilizavam-se com o meio nacional, o país virou as costas para a realidade nacional, principalmente, aquela dos sertões, ficando o sertanejo isolado e jogado à própria sorte, não havendo uma unidade nacional entre o homem do litoral e o homem do sertão. Para Euclides da Cunha,

<sup>77</sup> TAPAJÓS, 1898 apud COSTA, J., 1956a, p. 334-336.

<sup>78</sup> HALE, 1991, p. 31-32.

<sup>79</sup> CUNHA, 1991, p. 102.

vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pelejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.<sup>80</sup>

Não foi por acaso, portanto, que os expedicionários enviados para Canudos, ao chegarem ao sertão da Bahia, tiveram um choque diante das disparidades do Brasil litoral e do Brasil interior, sentindo-se em outro país. Tratava-se

da discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo do nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria nacional e pitoresca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria.<sup>81</sup>

Diante de tal quadro de afastamento entre os dois Brasis, não se poderia esperar outra reação do sertanejo, senão “bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de enfeitá-lo por cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas”.<sup>82</sup> De nada valeria toda a Guerra de Canudos se não gerasse as condições para que o sertanejo fosse incorporado à nacionalidade brasileira. Em outras palavras,

decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.<sup>83</sup>

De alguma maneira, Euclides da Cunha acabou abordando, ainda que não profundamente, problemas nacionais que refletiam na dificuldade para a constituição de uma unidade nacional, o que seria tratado de maneira mais criteriosa a partir dos anos de 1910 com as análises sociológicas de Alberto Torres.

<sup>80</sup> CUNHA, 1991, p. 137.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 348.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 247.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 350.

No término do governo de Prudente de Moraes, Alberto Torres foi indicado como candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro por causa de sua postura diante da questão da eleição em Campos quando era ministro da Justiça no período da presidência interina da República de Manuel Vitorino. Assim, chegou à chefia desse estado com a idade de 30 anos para um mandato que durou de 31 de dezembro de 1897 à igual data do ano de 1900.

Tratava-se de um período complicado na história do estado do Rio de Janeiro, pois a sua economia, que se baseava praticamente quase toda no setor cafeeiro, sentia os efeitos da queda dos preços do café no mercado mundial em 1895-1896. Ao mesmo tempo, no campo político, assistia-se a uma disputa entre a oposição, liderada pelo ex-governador do estado Francisco Portela, e o grupo da situação do Partido Republicano Fluminense, comandado por José Tomás Porciúncula, que foi um colaborador direto na eleição de Alberto Torres.

A situação de tensão provocada pela disputa interna no PRFl atingiu o ápice quando logo no início do mandato de Alberto Torres estabeleceu-se em Campos duas Câmaras Municipais, uma no 1º distrito, na Praça de São Salvador, em 2 de janeiro de 1898, e a outra no 2º distrito, na Praça das Verduras, em 7 de janeiro. Segundo Barbosa Lima Sobrinho,

ambas se dirigiam ao governante do estado, comunicando a respectiva instalação e felicitando-o pela investidura no cargo que assumira em 31 de dezembro de 1897, isto é, havia apenas alguns dias. E Alberto Torres respondera a ambas com um único telegrama, endereçado ao “Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campos”. O que não teria, e não teve, nenhuma significação. Tanto que o telegrama do governante do estado foi parar na Câmara da Praça das Verduras, sem ter qualquer eficácia, sem resolver nada.<sup>84</sup>

Porém, não era esta a atitude esperada pelo grupo de Porciúncula, que por ter colaborado na eleição de Alberto Torres, esperava uma tomada de posição do novo governante do estado a seu favor, o que não aconteceu porque, baseado em uma atitude neutra, Alberto Torres eximiu-se de beneficiar os vereadores aliados a Porciúncula, permitindo que a dualidade das Câmaras perdurasse indefinidamente.

A situação piorou ainda mais quando Alberto Torres, por meio do Decreto nº 530 de 14 de março de 1899, determinou que a Câmara Municipal cujo mandato tinha terminado em 1897 reassumisse provisoriamente a direção de Campos, o que irritou mais

---

<sup>84</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 156.

ainda o grupo de Porciúncula, pois aquela foi composta em sua maioria por oposicionistas. Foi a gota d'água que faltava para o rompimento nas relações entre a liderança do PRFl e o governo do estado.

Com este rompimento, a reação do grupo de Porciúncula veio na forma de uma manobra política na Assembleia Legislativa para a convocação de uma sessão extraordinária com o objetivo de discutir o *impeachment* de Alberto Torres, usando-se como argumento os obstáculos criados pelo governador para o livre exercício da administração municipal de Campos. Dessa maneira,

o encaminhamento do processo de *impeachment*, opondo partidários e opositores de Alberto Torres, conduziu imediatamente a um impasse na Assembleia. Em meio a boatos sobre a existência de uma conspiração para depor o governante do estado, a troca de hostilidades no interior da ALERJ prosseguiu, intensificando-se no final de abril, quando os deputados Sá Earp e Bezamat chegaram às vias de fato. Paralelamente, comentava-se que os adversários de Alberto Torres, sentindo-se ameaçados, pretendiam transferir a AJERJ para Cantagalo, o que poderia acarretar uma dualidade de Assembleias. Frente a esse clima de radicalização, a mesa suspendeu as sessões durante o mês de maio. Em junho, quando os trabalhos foram retomados, constituiu-se uma Comissão de Justiça que determinou que a Câmara Municipal de Campos, presidida por Gesteira Passos, fosse destituída pelo governante do estado, e fosse reconhecida a legitimidade da Câmara chefiada por Antônio Pereira Gavinho, ligado a Bezamat. No início de julho foi encerrada a sessão extraordinária sem que tivesse sido alterada a situação em Campos ou resolvida a questão do *impeachment*.<sup>85</sup>

O resultado final da disputa política foi o afastamento de Alberto Torres e de seus correligionários do Partido Republicano Fluminense e a formação por estes, em 23 de julho de 1899, do Partido Republicano do estado do Rio de Janeiro (PRRJ). Quanto às diferenças existentes entre os dois partidos, pode-se dizer que

embora PRFl e PRRJ não apresentassem diferenças de natureza político-ideológica mais profundas, compartilhando ambos de interesses de classe comuns e tecendo as suas redes de adesão na oligarquia rural e nas incipientes camadas médias urbanas dela dependentes, alguns traços distinguiam os dois partidos. O PRFl, contando em suas fileiras com um grande número de políticos comprometidos com o *ancien régime* e com a escravidão, fora um continuador do paulinismo (Conselheiro Paulino), que dominara a política fluminense desde a década de 1870. Já o PRRJ, embora abrigasse alguns ex-monarquistas notórios, como os barões de Miracema, Ipiabas e Palmeiras e o Visconde de Quicamã, era marcado pelo republicano das suas lideranças mais jovens, como Alberto Torres e Nilo Peçanha.<sup>86</sup>

A partir de então, ambos partidos disputariam o apoio da União, sendo a vitória final obtida pelo PRRJ de Alberto Torres, em grande parte, graças à estratégia política de Nilo

<sup>85</sup> LAMARÃO, Sérgio T. N. Crise e renovação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 99.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 101.

Peçanha. Este que, a princípio, apenas se posicionou como um observador da crise entre o PRFI e o governo do estado, logo depois, com a criação do PRRJ, decidiu unir-se a Alberto Torres, sendo não somente um dos redatores do manifesto de fundação do novo partido, mas também um elo entre o governo estadual e a Política dos Governadores de Campos Salles. O produto final desta aliança entre o PRRJ e a Política dos Governadores foi extremamente favorável não somente para o fortalecimento da facção de Alberto Torres e o aumento do prestígio de Nilo Peçanha, mas também representou fator decisivo na vitória do partido nas eleições legislativas de dezembro de 1899. Neste pleito,

a cooperação de Campos Salles com o situacionismo fluminense seria efetivamente explicitada no início da sessão legislativa de 1900, quando se procedeu ao reconhecimento dos eleitos em dezembro de 1899. Os primeiros resultados da eleição revelaram a nítida vantagem dos candidatos do PRRJ em todos os distritos. Como era de se esperar, a oposição denunciou a ocorrência de irregularidades. Em meados de abril de 1900, às vésperas das sessões preparatórias, os candidatos do PRFI receberam o apoio de quase toda a bancada paulista, que teria deixado claro a Campos Salles o seu empenho em que fosse concedido o terço aos “seus velhos amigos da oposição fluminense”. Campos Salles, por seu lado, em reunião com o governador de São Paulo Rodrigues Alves, afirmou que pretendia “reconhecer integralmente os candidatos da chapa Alberto Torres”. No final de abril, a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara reconheceu os diplomas de 16 deputados situacionistas e de apenas um opositor. No Senado, Quintino Bocaiuva teve o seu diploma reconhecido.<sup>87</sup>

Na área econômica, o grande desafio enfrentado pelo governo de Alberto Torres era socorrer uma economia fluminense em crise por causa das dificuldades do setor cafeeiro, que se acentuavam com os problemas da carência de mão-de-obra a partir da abolição da escravidão, da migração de negros libertos para as fazendas paulistas para cobrirem a demanda de trabalhadores não totalmente satisfeita com os imigrantes europeus e da queda nos preços internacionais do café devido à crise de 1894 da economia dos Estados Unidos, maior consumidor mundial do produto, e à superprodução com a expansão das lavouras de São Paulo.

Tal situação refletiu-se nas finanças do governo do estado do Rio de Janeiro com a redução na arrecadação do imposto de exportação sobre o café, acarretando na desorganização dos serviços públicos, no atraso no pagamento dos funcionários públicos, no fechamento de escolas e na dificuldade do funcionamento regular da justiça.

Pensando exatamente em solucionar os problemas econômicos do estado por meio do rompimento da dependência da monocultura cafeeira, Alberto Torres encontrou

---

<sup>87</sup> LAMARÃO, 1989, p. 108.

como iniciativas para isto a difusão da pequena propriedade, a utilização do trabalhador nacional, a reforma no sistema de ensino, o deslocamento da base tributária do Estado do imposto de exportação para o imposto territorial e a eliminação do déficit orçamentário crônico. Desse modo,

como guardião dos interesses da lavoura, Alberto Torres debateu-se junto ao governo federal para conseguir empréstimos, abrandamento de impostos sobre a exportação e medidas de proteção direta aos “bons produtores” (transportes, propaganda do café no exterior, moratórias). Insurgia-se contra o protecionismo industrial e o favorecimento do comércio e das atividades de crédito, bem como a política imigratória oficial que, a seu ver, prejudicava os trabalhadores nacionais e não representavam benefício durável ao grande proprietário.<sup>88</sup>

No que se refere às ações de difusão da pequena propriedade, Alberto Torres adotou medidas como a Lei nº 396 de 18 de dezembro de 1898 que reduzia o imposto de transmissão de propriedade entre indivíduos vivos e instituía o imposto territorial, o que também aumentava a receita estadual. Dessa forma, Alberto Torres esperava pressionar os grandes proprietários a cultivarem as suas terras para pagarem os tributos ou, caso contrário, teriam que vendê-las parcial ou totalmente. Além disso, por meio do Decreto nº 522 de 22 de fevereiro de 1898, estabeleceu colônias para trabalhadores urbanos desempregados que quisessem adquirir terras para trabalharem no campo. Todavia, a única iniciativa concreta neste sentido foi a transformação do núcleo colonial de Vargem Alegre, na área da Fazenda da Boa Vista, em Barra do Piraí, em centro agrícola, o que não deixou por isso de ser uma experiência importante para a formação intelectual de Alberto Torres, pois se tratou de um ponto importante em sua administração, que foi

a utilização e proteção ao colono nacional, abandonando assim a tradição da nossa inepta política econômica que, aconselhando todos os sacrifícios para a importação do barco estrangeiro, despreza o nosso trabalhador, mais valioso como unidade produtora, deixando que, aos milhares e milhares, parecessem, pelo Brasil inteiro, sem a assistência rudimentar que outros países não tinham recusado aos habitantes das suas mais afastadas colônias.<sup>89</sup>

Neste sentido de valorização da mão-de-obra nacional, Alberto Torres adotaria duas medidas importantes. A primeira delas, concretizada por meio da Lei nº 410 de 24 de dezembro de 1898, estipulava que competia ao estado a permissão para a entrada de imigrantes quando solicitados por agricultores fluminenses, garantindo-se, assim, o devido espaço para a mão-de-obra local. A outra, relacionada com a reforma do sistema de ensino,

---

<sup>88</sup> MARSON, 1979, p. 154-155.

<sup>89</sup> LIMA, 1935, p. 19.

regulamentada por decreto de 25 de janeiro de 1900, buscava incluir no curso normal uma disciplina de Economia Rural, na qual se trataria de noções de agronomia e zootecnia úteis para o homem do campo, e difundir a instrução primária, enquanto um fator decisivo na formação do cidadão, na zona rural. Nestas ações

já estavam previstos os seus propósitos em relação à agricultura, cujo princípio básico era o preparo para o aproveitamento do homem brasileiro preterido pelo imigrante. Por quê importar braços estrangeiros, dando-lhes condições para trabalharem no campo, enquanto abandonávamos os nossos caboclos, negando-lhes condições para produzirem, permitindo-se que por necessidade de sobrevivência fossem obrigados a deixar o interior, vindo congestionar os centros urbanos?<sup>90</sup>

Quanto à eliminação do déficit orçamentário crônico, Alberto Torres procurou para isso suprimir órgãos da administração, cortar o número excessivo de servidores públicos e revisar o sistema de aposentadoria.

Enfim, apesar de todos os problemas enfrentados durante o mandato, a experiência de governar o estado do Rio de Janeiro foi fator fundamental para o amadurecimento intelectual de Alberto Torres, pois

o desempenho do mandato de governante do estado do Rio (1897 a 1900) levou-o a ter contato direto com o funcionamento da máquina administrativa republicana, e a se envolver nas tramas, composições e divergências partidárias dos novos dirigentes do poder estatal. Na **Mensagem** enviada à Assembleia Legislativa (em 1899) despoja-se, por um momento, da sua autoridade de Chefe do governo, e arvora-se na sua condição de “brasileiro que estremece a República e zeloso pelo futuro da Pátria”, para advertir os seus “conterrâneos” quanto à crise que ameaçava a República. Exalta a política de conciliação anunciada por Campos Salles, “a missão alevantada e patriótica a que se dedica o dr. Campos Salles”, confortado na segurança de que a Constituição estava “entregue a mãos amigas e leais”. Mas via um obstáculo nesta causa de reconstituição: “o espírito de partido”, “a balda mórbida do partidarismo, a preocupação bizantina de manter fileiras inflexivelmente arregimentadas em torno de fórmulas vagas, de interesses ocasionais, de antigas bandeiras políticas, de ódios e solidariedades”, “interesses egoísticos e agitações estéreis”. Só via duas correntes de opinião possíveis de arregimentar legitimamente: “a dos adeptos da Constituição e a dos revisionistas”.<sup>91</sup> (grifo do autor).

Por outro lado, a experiência obtida no governo do estado do Rio de Janeiro permitiu a Alberto Torres

defrontar-se com as dificuldades em que se debatia a lavoura do café, a braços com a crise de superprodução, queda de preços, esgotamento do solo, falta de capitais, e recursos tecnológicos inadequados. A análise desta situação aflitiva, para as quais diversas administrações anteriores e posteriores à sua tentaram soluções, levou-o a tecer considerações sobre os efeitos prejudiciais de certas medidas adotadas, ou criadas a despeito delas, e que, a seu ver, representavam indesejáveis fatores de

<sup>90</sup> BARRETO, 1970, p. 26.

<sup>91</sup> MARSON, 1979, p. 54.

**dissolução, desintegração, desequilíbrio, e privilégios:** a imigração estrangeira e a colonização de terras por estrangeiros, a especulação financeira e comercial em detrimento da produção, o protecionismo industrial, a concentração urbana.<sup>92</sup> (grifo do autor).

O período em que Alberto Torres foi governador do estado do Rio de Janeiro é simultâneo à gestão de Campos Salles na Presidência da República entre 1898 e 1902.

A nível econômico, o principal desafio enfrentado pelo governo de Campos Salles foi restabelecer o equilíbrio financeiro do país, cuja economia encontrava-se convulsionada por três fatores. O primeiro deles foi o desequilíbrio da balança externa de contas, provocado pela retração no envio de capitais externos para o Brasil e pela liquidação de todas as suas disponibilidades. A reação do governo foi jogar no mercado mais papel-moeda, o que ocasionou a sucessiva desvalorização da moeda nacional e a queda do câmbio. A quantidade de papel-moeda em circulação passou de 561.000 contos em 1892 para 780.000 contos em 1898. Ademais, houve uma queda no câmbio, com a cotação na taxa de 27 dólares por mil réis em 1892 para 6 dólares pelos mesmos mil réis em 1898. O resultado de tudo isto foi o endividamento progressivo do tesouro público, agravado pelo pagamento da dívida externa em ouro e pelos compromissos calculados em papel.

O outro fator para a convulsão da economia foi a queda nos preços do café em 1896, acrescida à superprodução e aos estoques invendáveis.

Finalmente, o terceiro e último fator foi a ação da finança internacional que procurou cada vez mais tornar o Brasil dependente de seus interesses, aproveitando-se das dificuldades do governo que o obrigavam a empréstimos e compromissos onerosos. Além disso, o capital internacional também buscava dominar a principal fonte de riqueza do país, ou seja, o comércio do café, o que se efetivou na crise de 1895, quando o aumento da produção foi aproveitado para forçar a baixa do preço do produto, sendo que os intermediários, agentes do interesse internacional, seriam aqueles que embolsariam os maiores lucros com o comércio do café.

Diante deste quadro, a economia brasileira viria à bancarrota em 1898, com falências sucessivas e múltiplas e o esgotamento do tesouro público.

A situação dos cofres públicos piorou de tal forma que o ministro da Fazenda do governo Campos Salles, Joaquim Murtinho, viu-se obrigado a adotar como medida

---

<sup>92</sup> MARSON, 1979, p. 55.



extrema a moratória da dívida externa. Com a colaboração do London and River Plate Bank, o governo brasileiro selou um acordo com os credores estrangeiros, segundo o qual o serviço da dívida seria suspenso, pagando-se os juros a vencer nos próximos três anos com novos títulos da dívida, assim como as amortizações tiveram o reinício de seu pagamento prorrogado para 1911. O maior beneficiário deste acordo foi, para Caio Prado Júnior, o London and River Plate Bank que

ganhará novas posições no Brasil e junto a seu governo. Os seus representantes assumirão o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo feito, e fiscalizarão oficialmente a execução das medidas destinadas a restaurar as finanças do país. Entrelaçam-se assim intimamente os seus interesses e as suas atividades com a vida econômica e administrativa brasileira. E ela não lhes poderá mais tão cedo fugir. Consolidara-se uma situação de dependência que se vinha formando havia muito, mas que somente agora encontrará o seu equilíbrio definitivo. O Brasil torna-se um largo e seguro campo para a inversão de capitais, estes encontraram melhor acolhida, e se abrirão para eles as mais vantajosas aplicações. Onde quer que se apresente uma perspectiva favorável, no setor financeiro como no econômico, lá estarão eles como primeiros candidatos à oportunidade, e procurando tirar do país toda a margem de proveitos que ele era capaz de proporcionar. E com a posição dominante que ocupavam, a sua segurança era absoluta.<sup>93</sup>

Para o governo brasileiro, o acordo representou um certo alívio que lhe possibilitou uma política recessiva, com cortes nas despesas públicas, aumento de impostos, venda de bens públicos e arrendamentos de ferrovias do Estado. Dessa maneira,

constituir-se-á com estas medidas um fundo de amortização do papel-moeda, saneando-se a circulação e revigorando a moeda. Mas a súbita retração do meio circulante e a ascensão do câmbio que resultarão disto, entorpecem a vida financeira e trazem a ruína de muitas iniciativas.<sup>94</sup>

A principal conquista do governo Campos Salles foi a criação da Política dos Governadores que, resumidamente, constituiu na formação do federalismo segundo os interesses das oligarquias.

A estrutura administrativa presente no texto constitucional de 1891 demonstrou ser impraticável e responsável por um quadro de anarquia que assolou a República em seus primeiros anos, levando observadores estrangeiros e alguns monarquistas a preverem a fragmentação do país como consequência da República e do federalismo, uma vez que se valorizou a autonomia, com a ampliação das atribuições do Poder Legislativo, a restrição das funções do Poder Executivo e a intocabilidade legal dos estados, em detrimento da integração. A prática política acabou demonstrando que

<sup>93</sup> PRADO JÚNIOR, 1978, p. 223.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 222-223.

a institucionalização da República não poderia comportar a existência de um Parlamento com substância liberal, formado a partir de escolhas individuais dos cidadãos e segmentado segundo clivagens político-partidárias. A existência de um Executivo irresponsável politicamente e para cuja definição não concorre o Legislativo, e a precedência da “distribuição natural do poder”, fragmentando a comunidade política nacional em várias ordens regionais, serão no governo Campos Salles os referenciais absolutos que definirão o lugar e a soberania do Congresso.<sup>95</sup>

A partir da percepção desta situação anárquica que afligia a República, Campos Salles pensou em uma estrutura de poder que submetesse as dissidências estaduais e os embates provocados pela divisão entre Poder Executivo e Legislativo ao poder presidencial, que faria o papel de Poder Moderador, porém, não de caráter pessoal, mas sim institucional, sendo capaz de reduzir as disputas políticas em alianças e diferenças entre governo federal e governos estaduais ou suas oposições. Em suma,

voltar-se-ia formalmente aos períodos em que as oposições locais poderiam transformar-se em governo graças às derrubadas promovidas pelo Moderador. Campos Salles, consciente de que assim seria na falta de partidos e convicto de que a direção ou a orientação de um processo político “é uma função que pertence a poucos, e não à coletividade”, propôs um “Pacto Oligárquico”, capaz de dar cabida a um sistema baseado em uma liderança que mais do que pessoal (como no Moderador) seria “institucional”. À condição, entretanto, de que o acesso à “institucionalidade” se restringisse àqueles capazes de exercer uma “soberania diretora”.<sup>96</sup>

Assim, a Política dos Governadores da República Velha adotou, do mesmo modo que o Império, uma estrutura de poder que visava o controle e a regulação da competição política como elementos básicos para o bom funcionamento da máquina pública. Contudo,

ao contrário da ordem imperial, a República Oligárquica promoveu uma desnacionalização da competição política. O *demos* nacional, entendido como a parcela da população com direitos políticos básicos, era extremamente diminuto em função das restrições legais ao alistamento eleitoral, da não obrigatoriedade do voto e, para dizer de modo educado, dos desincentivos à participação política autônoma. As suas relações com a *polis*, entendida como o conjunto dos sujeitos políticos que monopolizavam as funções de representação, foram reguladas pela morfologia do poder consagrada pela Política dos Governadores.<sup>97</sup>

O pacto oligárquico com relação ao Poder Legislativo fez sentir o seu peso nas eleições de 1900, quando se renovariam a totalidade da Câmara e dois terços do Senado Federal. O objetivo central era eliminar na disputa eleitoral a oposição de modo a garantir para o Poder Executivo a maioria no Congresso, usando-se como argumento a ideia de que o

<sup>95</sup> LESSA, 2001, p. 44.

<sup>96</sup> CARDOSO, 1975, p. 47-48.

<sup>97</sup> LESSA, op. cit., p. 47-48.

poder que dirigia era o Executivo, cabendo ao Legislativo apenas dar apoio a esta direção, o que significaria solidarizar a maioria com o Executivo. E para que as facções estaduais e locais pudessem contar com o apoio do Poder Executivo nacional, deveriam dar respaldo às suas políticas.

O mecanismo criado para se constituir a maioria era a Comissão de Verificação de Poderes que reconhecia a eleição de um eleito, sendo a sua presidência ocupada pelo presidente da Câmara anterior. Raymundo Faoro explica da seguinte maneira este mecanismo:

a instância última da apuração realizada pelas mesas eleitorais locais, cabia à Comissão de Verificação de Poderes, composta dos prováveis eleitos, na Câmara dos Deputados. Ao mais velho dos diplomados cabia a presidência deste órgão, o qual nomeava a comissão dos cinco, habilitada a reconhecer os diplomas, de modo a, escoimando fraudes e julgando impugnações, estabelecer o quantitativo dos votos. Ao caso da idade, sem controle da maioria e do governo, estava entregue a composição do corpo legislativo. Era aí, no centro da manipulação eleitoral, que cumpria atuar, para assegurar a **cooptação** dos representantes do povo. Uma reforma do regimento altera o sistema: o presidente interino da nova Câmara seria o presidente da anterior, se reeleito o deputado. Desta sorte, o representante da maioria faz a nova Câmara. O mecanismo, todavia, poderia ser apropriado pelo Congresso, para se impor ao presidente da República, subjugando-o nos momentos de dificuldade. Haveria o risco teórico de, municipal a mesa eleitoral, constituir-se um vínculo direto entre as localidades e os deputados, com o alheamento do governador. Os dois inconvenientes anulam-se diante do comando do governador na política estadual, em sincronia ou com a obediência das bases (o coronelismo) e, sobretudo, na “presunção, salvo prova em contrário”, em “favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo estado”.<sup>98</sup> (grifo do autor).

Como se o cerceamento ao voto de grande parte da população não bastasse para que as oligarquias consolidassem o controle do poder político, adotou-se também o voto não secreto, o que permitia a elas e aos “coronéis” a manipulação das eleições. O coronelismo, fenômeno político derivado dessa situação, era caracterizado pela ausência de uma clara delimitação entre o privado e o público, pois, de um lado, tinha-se um Estado incapaz de estender as suas ações no interior do país de forma apropriada, o que gerava uma desorganização dos serviços públicos locais e, de outro, havia a figura do proprietário de terras ou “coronel” que buscava aproveitar-se das benesses do Estado para garantir o seu poder e a sua influência a nível local. Estabeleceu-se, então, um sistema de trocas de favores entre o governo federal e estadual e o “coronel” e entre este e a população votante. No primeiro tipo de troca, o governo garantia o poder do chefe local por meio de uma série de benefícios e este dava àquele por meio do mecanismo do voto de cabresto a votação que tanto

---

<sup>98</sup> FAORO, 2000, p. 180-181.

necessitava. No segundo tipo de troca, chamada de clientelar, a população carente de serviços públicos via na figura do “coronel” um protetor e uma espécie de padrinho que supria muitas vezes as necessidades da comunidade. Dessa maneira, surgiram as relações pessoais de compromisso mútuo, que se reproduziram na defesa dos interesses do “coronel”, votando-se em quem este achava apropriado. Segundo Victor Nunes Leal,

completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limitava a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que a sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo paria tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os **votos de cabresto**, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.<sup>99</sup> (grifo do autor).

O fenômeno político denominado coronelismo acabou constituindo-se em um obstáculo para a prática dos direitos civis, pois

nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Os seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele. Quando o Estado aproximava-se, ele o fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava o seu apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de imposto, o agente do correio, a professora primária. Graças ao controle desses cargos, o coronel podia premiar os aliados, controlar a sua mão-de-obra e fugir dos impostos. Fruto dessa situação eram as figuras do “juiz nosso” e do “delegado nosso”, expressões de uma justiça e de uma polícia postas a serviço do poder privado. O quê significava tudo isso para o exercício dos direitos civis? A sua impossibilidade. A justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça. O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel. Os seus amigos e aliados eram protegidos, os seus inimigos eram perseguidos ou ficavam simplesmente sujeitos aos rigores da lei. Os dependentes dos coronéis não tinham outra alternativa senão se colocar sob a sua proteção. Várias expressões populares descreviam a situação: “Para os amigos, pão; para os inimigos, pau”. Ou então: “Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”.<sup>100</sup>

Além disso, a nível federal, houve o quase monopólio do governo federal até 1930 pelos dois estados economicamente mais fortes: São Paulo e Minas Gerais. Devido à forte produção de café do primeiro estado e de leite do segundo, esse período ficou conhecido por “café-com-leite”. No caso de que houvesse dissensões por parte de algum outro estado com relação a esta harmonia paulista e mineira, havia o instrumento coercitivo da intervenção federal. De acordo com Raymundo Faoro,

<sup>99</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 25.

<sup>100</sup> CARVALHO, J., 2004, p. 56-57.

para a rebeldia dos governadores, a União dispõe do triunfo máximo da intervenção federal, prevista no discutido artigo 6º da Carta de 1891, significativamente qualificada, há alguns anos, pelo autor da **Política dos Governadores** de “coração da República Brasileira”. Onde estiver o coração, aí estará a vida e o corpo. A intervenção não se fará, entretanto, nos estados capazes de reagir em pé de igualdade, com as suas milícias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essa reserva, quando não fere a pressão indireta, constituirá a base da nomeação do presidente da República, no único influxo recíproco de pares, com a hegemonia das duas unidades mais poderosas.<sup>101</sup> (grifo do autor).

Em 31 de dezembro de 1900, Alberto Torres passou o governo do estado do Rio de Janeiro para Quintino Bocaiúva, encerrando, assim, a sua carreira política com 35 anos, ao mesmo tempo em que ficou desempregado, enfrentando um dos períodos mais difíceis da sua vida, pois

a função pública para o qual fora nomeado abandonou-a pela carreira política. Reiniciar a advocacia seria enfrentar o desconhecido, pois recompor uma clientela, que não chegou a ser formada no início da vida profissional, era uma incógnita. De mais a mais o seu temperamento não se identificava muito bem com aquela malícia e os pendores necessários para o êxito na profissão. Restava-lhe o jornalismo, não menos ilusório. Muito bom para os donos ou proprietários, porém fazer dele profissão não daria para viver, muito menos com responsabilidade de família.<sup>102</sup>

Contudo, por meio da influência de um amigo importante da política paulista, Álvaro de Carvalho, Campos Salles nomeou-o para o Supremo Tribunal Federal de acordo com o decreto de 30 de abril de 1901, tomando posse em 18 de maio.

Durante o período em que foi ministro do Supremo Tribunal Federal escolheu não por uma interpretação literal da lei, mas pelo seu papel na construção de uma sociedade, devendo, por isso, ser um reflexo da vida social. A lei deveria levar em conta a realidade particular do meio social, observando as necessidades, a evolução, os problemas políticos, as concepções morais, a situação econômica, as especificidades do meio físico e a história de sua população. Tratava-se, enfim, do desenvolvimento da noção de Sociologia do Direito. De acordo com esta noção,

o intérprete insufla à lei o espírito de seu tempo. A Constituição é uma lei política, de fins práticos, fundada em objetivos sociais concretos, e destinada principalmente a manter ligados, harmônica e organicamente, os interesses gerais e permanentes do país. A base de sua interpretação é o fim prático e social que o seu conjunto e os seus princípios destinam-se a realizar. Nem o sentido literal do texto, nem a fonte, origem, escola ou tradição doutrinária, a que estiver ligado, servirá de argumento a qualquer interpretação contrária ao seu destino e seu fim social. Sendo o objetivo da Constituição e das leis promover os fins da sociedade e da vida individual, os seus princípios devem ser entendidos no sentido mais favorável a tais fins: ao

<sup>101</sup> FAORO, 2000, p. 180-181.

<sup>102</sup> BARRETO, 1970, p. 27.

desenvolvimento e progresso da sociedade e ao interesse e prosperidade dos indivíduos. O elemento prático da interpretação deve ser entendido com relação ao bem-estar geral e permanente da sociedade e do indivíduo, ao desenvolvimento e sucessão progressiva dos fatos e fenômenos sociais e jurídicos, e jamais aos acidentes, fatos isolados e interesses parciais e momentâneos. Por elemento histórico deve entender-se, não somente os debates, pareceres e discursos legislativos, e mais atos preparatórios, mas, sobretudo, a razão de legislar, e os interesses, relações e fatos, inspiradores dos princípios legislativos, e os seus fins permanentes e gerais.<sup>103</sup>

Em 1906, ainda quando era ministro do Supremo Tribunal Federal, Alberto Torres foi nomeado para a função de representante do Brasil no Terceiro Congresso Pan-Americano, realizado no Rio de Janeiro. Porém, tal nomeação feita por Rio Branco não foi aceita pelo Superior Tribunal Federal por este achar que nenhum de seus membros poderia aceitar comissões do Poder Executivo, obrigando Alberto Torres a se afastar das primeiras reuniões.

Em abril de 1907, Alberto Torres foi convidado pelo diretor do jornal carioca *O País* para escrever uma coluna diária, que viria a se chamar “Tópicos do dia”. Nesta coluna, publicada entre abril e agosto de 1907, abordou os mais variados assuntos e fatos, com destaque para a política internacional por causa da realização da Segunda Conferência de Haia. Os artigos retratando este tema em *O País* seriam reunidos e publicados em 1909 no livro *Vers la paix*. Neles ele exercita

a sua erudição no “direito internacional” e discorre sobre temas essenciais na argumentação estritamente jurídica, e sobre as ligações básicas entre o poder internacional e a política econômica, as relações internacionais e as relações econômicas, a conduta dos dirigentes políticos e a organização social e, no limite, alguns esboços sobre o estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista industrial. A discussão sobre a possibilidade da paz, de arbitramento, do equilíbrio entre as potências, suscitou-lhe a necessidade de se defrontar com questões mais relevantes: imperialismo, interesses econômicos, partilha colonial, corrida armamentista, desigualdade social, doutrinas racistas e militaristas.<sup>104</sup>

Em 5 de outubro de 1907, afastou-se temporariamente do Supremo Tribunal Federal por motivo de saúde e decidiu fazer uma excursão pela Europa juntamente com a sua família. No dia 19 de outubro de 1907, em Lisboa, foi vítima do naufrágio do navio em que viajava nas águas do Rio Tejo. Todavia, conseguiu salvar-se juntamente com a família. Três dias depois partiu para Paris, onde permaneceu um mês, e logo após para Londres, cidade na qual internou em um colégio os seus dois filhos, Alberto e Heloísa. Enquanto os filhos ficavam na capital inglesa, Alberto Torres e a esposa Maria José dirigiam-se para a Suíça, onde ele realizou um longo tratamento por vários meses.

<sup>103</sup> LIMA, 1935, p. 34.

<sup>104</sup> MARSON, 1979, p. 58.

O tratamento de saúde na Suíça acabou não surtindo o efeito esperado e, em fins de 1908, Alberto Torres voltou para o Brasil. Em 1909, decidiu requerer a aposentadoria do Supremo Tribunal Federal, pedido que foi deferido em 17 de setembro por meio do Decreto Legislativo nº 2.104. Cumprindo a resolução, o presidente da República assinaria o decreto, aposentando-o. Esse período em que Alberto Torres foi ministro do Supremo Tribunal Federal englobou os governos de Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910).

Rodrigues Alves assumiu a Presidência da República após a saída do popularmente desprestigiado governo de Campos Salles, caracterizado, por entre vários aspectos, pela recessão econômica, pela contenção dos gastos do governo, pelo aumento dos impostos e pela insatisfação geral da sociedade.

Pensando exatamente em reverter um quadro econômico de recessão, ainda que sem modificar profundamente a política econômica, Rodrigues Alves lançou mão de financiamentos externos para realizar um amplo programa de obras públicas, facilitado pelo aumento das receitas federais com uma melhora nos preços do café no mercado internacional a partir de 1903. Dessa forma, iniciou-se um amplo plano de obras de saneamento e de reforma urbana para a cidade do Rio de Janeiro, contando para isso com o apoio do prefeito e engenheiro Pereira Passos e do médico e diretor do Serviço de Saúde Oswaldo Cruz.

Destacaram-se, entre as obras, as reformas do porto, da Avenida Central, da Avenida do Cais e do canal do mangue, iniciadas em março de 1904. Todavia, a obra que causou maiores descontentamentos entre a população foi o alargamento das ruas do centro da cidade, uma vez que acarretou na desapropriação e demolição de várias edificações entre dezembro de 1903 e fevereiro de 1904. Em 7 de setembro, o eixo central da avenida foi inaugurado

e o trabalho de demolição das casas para abrir a Avenida Central executado por cerca de 1.800 operários foi concluído, e 16 dos novos edifícios estavam sendo construídos. O eixo central da avenida foi inaugurado em meio a grandes festas, já com serviço de bondes e iluminação elétrica. A derrubada de cerca de 640 prédios rasgara, através da parte mais habitada da cidade, um corredor que ia da Prainha ao Passeio Público. Era como abrir o ventre da velha cidade. Parte dos escombros ainda cobria os lados da avenida.<sup>105</sup>

Em termos econômicos, no governo de Rodrigues Alves, que era paulista, discutiu-se sobre a necessidade da adoção de uma política de valorização do café.

---

<sup>105</sup> CARVALHO, J., 1987, p. 93.

O período deste governo foi marcado pela recuperação econômica graças ao crescimento das exportações de borracha e ao início da avalanche de investimentos europeus em economias primárias que duraria até às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Contudo, simultaneamente, a manutenção da política monetária rígida do governo Campos Salles por imposição do empréstimo externo contraído era agora um obstáculo à retomada da taxa de câmbio em 12 pence por mil-réis, o que já estava em vigor desde 1902.

Os maiores prejudicados com esse quadro econômico eram os cafeicultores, cujo produto de exportação estava com preços reduzidos no mercado internacional devido ao aumento da oferta do café paulista. Tal quadro chegou ao seu ponto mais agravante em 1905, quando um aumento excessivo da receita líquida de divisas ocasionou uma apreciação cambial. Foi nesse momento que apareceu em cena a discussão sobre uma reforma monetária que criasse

um mecanismo – em substituição ao poder discricionário do Tesouro, como exigia o pensamento ortodoxo dominante – para prover ativos domésticos líquidos em quantidade suficiente para absorver a crescente oferta de divisas de modo a aliviar as pressões para a apreciação da taxa de câmbio.<sup>106</sup>

Assim, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniram-se na cidade de Taubaté – Convênio de Taubaté de 1906 – para solucionar a crise de superprodução do café e, conseqüentemente, a sua desvalorização. Enfim, representou um acordo entre os estados cafeeiros visando que o governo passasse a comprar e estocar o excesso da produção, equilibrando os quadros de oferta e procura de modo a manter o nível alto dos preços. Todavia, esta política representaria um severo prejuízo para as firmas exportadoras intermediárias, uma vez que o preço do produto no mercado consumidor manter-se-ia inalterado. Ademais, de acordo com o convênio, garantir-se-ia um preço mínimo por saca de café; comprar-se-ia os excedentes de produção utilizando-se de empréstimos externos; seria cobrado um novo imposto por cada saca de café exportada para pagar os juros dos empréstimos externos e; seria intensificada a propaganda no mercado externo do café brasileiro com o objetivo de aumentar a exportação.

Durante o governo de Afonso Pena foram colocadas em prática as medidas propostas pelo Convênio de Taubaté, apesar das resistências de setores ultraortodoxos que defendiam a continuidade do arrocho monetário e dos banqueiros Rotschild da Inglaterra que,

---

<sup>106</sup> FRITSH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordenação do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 38.



em um primeiro momento, recusaram-se a emprestar dinheiro para a compra de excedentes de produção do café do governo, mas que depois mudaram de posição diante do interesse de banqueiros alemães e norte-americanos em fazer tais empréstimos.

Dessa maneira, em 1906, atendendo aos interesses do setor cafeeiro, o governo federal criou a Caixa de Conversão, que viria a proteger as rendas dos cafeicultores, constituindo-se em um organismo que favorecia o exportador, comprando-lhe as divisas estrangeiras auferidas por preço superior ao de mercado, o que implicava na quebra do padrão monetário. A Caixa de Conversão foi investida da capacidade de emitir notas conversíveis em ouro e vice-versa a uma taxa fixa de câmbio, significando, portanto, a adoção do padrão ouro, o que

vinculou a estabilidade monetária doméstica ao comportamento do balanço de pagamentos, acentuando, portanto, o caráter pró-cíclico dos déficits e superávits externos da economia primária exportadora. Por causa disso, até o início da guerra em 1914, os acontecimentos exógenos que afetariam os mercados internacionais do café e da borracha, e o fluxo de capital europeu de longo prazo, seriam decisivos para a determinação do nível de atividade interna da economia.<sup>107</sup>

Entretanto, esta medida não significava a subordinação de Afonso Pena aos interesses das elites que o ajudaram a se eleger. Pelo contrário, procurou estruturar um governo que não se contentaria em aceitar a Política dos Governadores, buscando fortalecer o poder central.

Observou-se primeiramente esta intenção na escolha dos nomes para os ministérios, ocupados por jovens homens públicos quase desconhecidos, mas obedientes às diretrizes presidenciais e não aos interesses das oligarquias estaduais. Segundo Raymundo Faoro,

Afonso Pena, fiel à dinâmica ascensional da sua base, não se contentará com a manutenção do *statu quo*, cerimonioso e morno. Logo na escolha dos ministros desdenha das preferências dos senhores, ou dos pretensos senhores de sua candidatura. Para assegurar o seu predomínio, procura renovar o quadro dirigente: no Ministério das Relações Exteriores, conservará o Barão do Rio Branco, alheio às controvérsias políticas, chamando para a pasta da Fazenda um homem novo no cenário nacional, David Campista, ao lado do novíssimo Miguel Calmon na Viação e Obras Públicas, entregue o Ministério da Guerra a Hermes da Fonseca, sobrinho do fundador da República, recém-promovido ao mais alto posto da carreira e consagrado, como esteio da ordem, na repressão ao movimento da Escola Militar, em 1904. A política, a política das manobras e das escaramuças, seria degradada, diante de preocupações mais altas e mais pertinentes ao progresso econômico, o povoamento do solo, o incentivo à indústria, a defesa do café. Um programa de realizações nacionais silenciaria as tricas de corredores, a politicalha – a politicalha que o colocara no poder.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> FRITSH, 1990, p. 40.

<sup>108</sup> FAORO, 2000, p. 208-209.

Os políticos que representariam esta “politicalha” ou a Política dos Governadores dominavam o Senado, tendo na figura de Pinheiro Machado a sua liderança. Exatamente para ter um contrapeso a estes, Afonso Pena tentaria constituir uma maioria de jovens políticos na Câmara dos Deputados que formasse a sua base de apoio, ficando conhecida como “Jardim de Infância”, nome dado pela oposição. Ele fez de um jovem de 24 anos, Carlos da Silva Peixoto, o presidente da Câmara dos Deputados. De acordo com Raymundo Faoro,

o inimigo, disfarçado em colaborador, está no Senado. Cumpria, em revida, reanimar a Câmara dos Deputados, deslocando o campo do combate. Cria-se o **Jardim de Infância**, como desdenhosamente chamou-se – desdenhosamente, a princípio, em nome que ficou – o grupo de deputados que se reúne sob as asas de Afonso Pena, animado com a esperança da sucessão em favor de João Ribeiro, governador de Minas Gerais. Compõem a nova brigada os políticos de Minas Gerais, com o talento de Carlos Peixoto, Calógeras, Davi Campista, João Luís Alves, Gastão da Cunha, e James Darcy, do Rio Grande do Sul; Alcindo Guanabara, do Rio de Janeiro; Miguel Calmon, da Bahia. O presidente não precisa mais do apoio dos senadores enfeitados por Pinheiro Machado. Carlos Peixoto na presidência da Câmara dos Deputados, James Darcy, soldado do oficialismo gaúcho extraviado nas travessuras do **Jardim de Infância**, completaram o cerco ao cambaleante **Bloco**.<sup>109</sup> (grifo do autor).

Contudo, Afonso Pena não chegaria a completar o seu mandato por motivo de falecimento, vindo a assumir o governo o vice-presidente Nilo Peçanha em 1909.

A principal realização do governo de Nilo Peçanha foi a criação do Serviço de Proteção ao Índio dirigido por Cândido Rondon, que era um simpatizante do pensamento positivista. Cândido Rondon pregava uma coexistência pacífica com o indígena como uma forma de conduzi-lo do estágio evolutivo em que se encontrava para o estágio evolutivo atual, integrando-o à sociedade brasileira. Para isto, fazia-se necessário a adoção das seguintes atitudes com relação aos “irmãos da floresta”:

I. Morrer, se preciso for; matar, nunca. II. Respeitar as tribos indígenas como nações independentes, embora sociologicamente embrionárias. III. Garantir aos índios a posse das terras que habitam, necessárias à sua sobrevivência. IV. Assegurar aos índios a proteção direta do Estado, não como favor, mas como dever de assistência à sociedade fetichista, que não pode competir com a tecnologia do civilizado.<sup>110</sup>

Quem primeiro teve a preocupação durante a República em criar um Serviço de Proteção ao Índio foi o Apostolado Positivista, conforme se pode observar nas Bases de uma Constituição Ditatorial para a República Brasileira, apresentada em 1890 à Constituinte.

<sup>109</sup> FAORO, 2000, p. 208-209.

<sup>110</sup> SOARES, 1998, p. 105.

Segundo o artigo I da parte II deste esboço constitucional, “deve-se garantir aos indígenas a proteção do governo federal contra qualquer violência, que em suas pessoas, quer em seus territórios”.<sup>111</sup> Desse modo, dentro de suas limitações, o Apostolado Positivista teve influência na criação do Serviço de Proteção ao Índio em 1910, vinculado ao Ministério da Agricultura (outra realização do governo de Nilo Peçanha), baseando-se na ideia de Augusto Comte que

era necessário elevar os indígenas do fetichismo em que se acham ao positivismo, isto é, ao regime pacífico-industrial, poupando-lhes a transição teológica que a Humanidade teve de atravessar em sua evolução empírica, inclusive a fase e trama revolucionária em que ainda se debate o Ocidente.<sup>112</sup>

Todavia, o acontecimento mais marcante do governo de Nilo Peçanha foi a disputa eleitoral de 1910, caracterizada pelo grau de embate entre o grupo da situação, cujo candidato era o marechal Hermes da Fonseca, e a oposição, que contava com o apoio dos estados de São Paulo e Bahia e tinha como candidato Rui Barbosa, denominada “os civilistas”. Na realidade, tratou-se da divisão das oligarquias em duas frações, uma sob a liderança de Pinheiro Machado e a outra, propondo uma candidatura civil, gravitando em torno de Rui Barbosa.

Rui Barbosa desenvolveu a sua campanha em nome da inteligência nacional em oposição ao empirismo dos políticos “vulgares” representantes da “ignorância” dos coronéis e aos militares “incultos” e “brancos”. Contudo, o caudilho gaúcho Pinheiro Machado, usando da máquina eleitoral em Minas Gerais e no Norte e de fraudes eleitorais que contaram com a participação de elementos do Exército, conseguiu a vitória para o candidato militar. O que marcou, no final das contas, esta eleição foi o fato de que

o renascimento militar, inequivocamente inspirador da candidatura Hermes da Fonseca, adquiriu maior consciência com a campanha civilista, que negava aos homens de farda a presença na política, em manifesta contradição com o quadro republicano. O país – supunham os líderes novos – anseia pela regeneração dos costumes, voltadas as nascentes camadas médias para o moralismo contra os chamados políticos que haviam corrompido a nação. Lima Barreto, ainda uma vez, será a mais fina e sagaz testemunha da hora: os militares políticos sonham com a pátria comandada com honestidade, energia – sobretudo com honestidade. É a tradição de Floriano que renasce para acabar com a “pedantocracia bacharelesca”, embora, na capital federal, a camada média não se aproxima do presidente militar, desconfiada dos quartéis e seduzida pelo liberalismo. Volvidos quinze anos, essa categoria social, já consciente de seu papel, recusa-se a ser protegida, conduzida, tutelada: antevê, timidamente, discretamente, um papel político e autônomo. Nos

<sup>111</sup> COSTA, João Cruz. **O positivismo na República**: notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1956b, série V, v. 291, p. 122. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

<sup>112</sup> Ibidem, p. 123-124.

estados, entretanto, outra era a realidade, e, aí, diante da incapacidade de reação aos dominadores, encastelados rigidamente no governo, legitimados pela **Política dos Governadores**, o vínculo dos militares abria rápidas esperanças imediatas. Nasceu, dessa forma, o **salvacionismo**, para, em nome da democracia e da pureza representativa, libertar o povo escravizado aos oligarcas. O militar, instrumento e beneficiário da emancipação, ajudava os oprimidos a conquistar o poder, manchado de vinte anos de corrupção e violência.<sup>113</sup> (grifo do autor).

Foi em meio a este rebuliço eleitoral que Alberto Torres intensificou a sua produção de artigos para jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo e publicou os seus livros, após a sua aposentadoria do Supremo Tribunal Federal em 1909. A partir do que publicava na imprensa, ele se inspirava para escrever os seus livros.

O primeiro deles a ser publicado foi *Vers la paix* de 1909, constituído com os artigos de sua coluna diária intitulada “Tópicos do dia”, impressos ao longo do ano de 1907 no jornal carioca *O País*, e algumas leituras de autores pacifistas europeus e norte-americanos. Visando atingir com esta obra um público leitor universal, Alberto Torres escreveu-a em francês. Nela faz uma análise sociológica da guerra e da paz, procurando apresentar-se como um pacifista desejoso de influenciar no cenário mundial por meio da crítica à guerra e pregando a importância do surgimento de organismos internacionais como instrumentos para a regulação da ordem mundial e a garantia da paz.

Esta temática seria novamente retomada em 1913 no livro *Le problème mondial*, também editado em francês, no qual prega a necessidade de um entendimento entre as nações por meio da criação de uma assembleia política internacional como forma de impedir uma guerra mundial ocasionada, principalmente, pelo imperialismo das grandes potências. Para Adalberto Marson, a preocupação de Alberto Torres em *Vers la paix* e *Le problème mondial* com os problemas internacionais era “uma tentativa de analisar a corrida armamentista e o expansionismo imperialista como **efeitos** de transformações sociais e econômicas que alteram o equilíbrio interno das sociedades e, consecutivamente, das relações entre as nações”.<sup>114</sup> (grifo do autor).

Os estudos de cunho nacionalista iriam aparecer de modo mais claro e efetivo a partir de 1910, quando começou a redigir artigos para o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro sob o impacto das tensões internacionais, da campanha civilista e da vitória de Hermes da Fonseca. Estes artigos constituíram o cerne das duas obras mais

<sup>113</sup> FAORO, 2000, p. 218-220.

<sup>114</sup> MARSON, 1979, p. 59.

importantes de Alberto Torres, *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*, publicadas em 1914. Em *A organização nacional*, ele, a partir da observação da organização política e da Constituição de 1891, propõe uma revisão nesta Constituição e reclama a necessidade de uma organização no país de modo a corrigir os seus erros, as suas dificuldades e as suas incoerências. Em *O problema nacional brasileiro*, Alberto Torres analisa a realidade brasileira de sua época em seus mais variados aspectos, político, social, econômico, cultural, racial e outros, objetivando a elaboração de uma doutrina nacionalista. Em suma, o conteúdo destes dois livros é

o resultado de estudos detidos e de observações assentadas em uma já longa carreira política. São trabalhos de reflexão e de experiência sobre elementos positivos da História e da vida social, em que dados científicos e fatos eram elaborados para as conclusões com o rigor empregado nas pesquisas da ciência [...]. Tenho me esforçado por conduzir os meus trabalhos de forma a que as suas ilações e inferências possam-se dizer conclusões imediatamente assentadas sobre os dados concretos ou processos rigorosamente lógicos, sobre séries sucessivas dessas conclusões: análises e sínteses positivas em suma.<sup>115</sup>

Além disso, Alberto Torres também publicou um livreto em 1915 intitulado *As fontes de vida no Brasil*, no qual retoma uma temática já presente nos dois livros anteriores sobre a questão do caráter depredador da exploração do solo, do desbaratamento do potencial dos recursos naturais, do uso impreciso da técnica e do sentido mítico do desenvolvimento.

Estas obras, principalmente, *A organização nacional*, seriam um marco entre uma parte da intelectualidade brasileira que, a partir da década de 1910, desenvolveu uma série de críticas ao distanciamento entre os princípios presentes na Constituição de 1891 e a realidade brasileira, ou seja, à tensão entre o país legal e o país real. De acordo com Luiz Werneck Vianna,

segundo o modelo da Carta Constitucional de 1891, de clara marcação liberal, o Brasil seria uma democracia representativa, cujos governantes seriam livremente escolhidos pelos governados, e onde o Poder Legislativo exercia a função soberana na criação do direito e nas decisões públicas mais relevantes. Contudo, como se tornou claro nos primeiros anos republicanos, persistia entre o desenho institucional e a realidade uma grande distância. Logo se imporião a Política dos Governadores, o coronelismo, a permanência dos traços patrimoniais que caracterizam a nossa formação social, principalmente, no mundo agrário, então amplamente dominante, trazendo de volta a supremacia do Executivo sobre o Legislativo e, de modo mais geral, a prevalência da ordem patrimonial sobre a racional-legal, duas marcas do período da Monarquia Constitucional. Não à toa, já na década de 1910, publicistas brasileiros como Alberto Torres e Oliveira Vianna insistem na denúncia do que seria o “idealismo da Constituição”, expressa na distância que separaria o país legal do real. É desta tensão, porém, entre o plano da legalidade e da realidade, que vai derivar o fermento revolucionário do processo republicano. Contra a “república dos

<sup>115</sup> LIMA, 1935, p. 162.

carcomidos”, a instalação da pureza de princípios republicanos; contra os currais eleitorais e o voto de cabresto do coronelismo, a proteção da lisura no processo eleitoral; contra uma justiça de apadrinhados, uma justiça livre – enfim, se a ordem, em sua prática, era patrimonial, os descontentes podiam brandir, contra ela, a armação racional-legal, que, pelo texto constitucional de 1891, a todos obrigava.<sup>116</sup>

Entre 1914 e 1916, Alberto Torres continuaria a sua campanha reformista em jornais de pequena tiragem e vinculados a grupos políticos de oposição, como por exemplo, *O Imparcial*, *A Noite* e *A Tribuna*.

Entretanto, a debilitação de seu estado de saúde leva-lo-ia a abandonar a atividade jornalística em princípios de 1917, vindo a falecer de câncer em 29 de março desse ano com 52 anos de idade.

Esses últimos anos da vida de Alberto Torres inserir-se-iam em um cenário nacional de sucessivos tumultos e disputas políticas. A eleição de Hermes da Fonseca após a primeira real disputa eleitoral da República, deu novamente a Presidência a um militar. Ao mesmo tempo, gerou uma divisão entre a oligarquia paulista e mineira, provocando um clima de desestabilização política. Para Maria Alice Rezende de Carvalho,

a institucionalização da ordem republicana brasileira deveu-se à capacidade demonstrada pelas oligarquias mineira e paulista de controlar o processo de sucessão presidencial, apresentando-se unidas em torno de um candidato comum. Quando isso não ocorreu, a República viveu momentos de desestabilização política, com grande ameaça à sua continuidade. Porém, mesmo quando isso ocorria, a inexistência de procedimentos e normas universais que regulassem de forma clara o processo de sucessão presidencial levava a que, a cada quatro anos, o casuísmo, o personalismo e as pressões de toda natureza, na mobilização para a escolha dos “candidatos oficiais”, revelassem a crise inerente à dominação oligárquica.<sup>117</sup>

Contudo, ao chegar ao poder, Hermes da Fonseca desentendeu-se não somente com os paulistas, mas também com os mineiros, que tinha participado da chapa vencedora com a nomeação do vice-presidente Wenceslau Brás. Tais desentendimentos deveram-se à adoção da denominada Política das Salvações, que, a princípio, sob a orientação de Pinheiro Machado, consistiu na substituição das lideranças políticas que tinham apoiado Rui Barbosa em 1910. Com o tempo, porém, esta política foi ganhando um contorno revanchista por parte de militares descontentes com a política dos “homens de casaca”, tornando-se uma ameaça até mesmo para o *statu quo* no estado do Rio Grande do Sul em prejuízo de Pinheiro Machado. Aliás, em sua busca de anular a pressão exercida pelo padrinho de sua candidatura, Hermes da

<sup>116</sup> VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 112.

<sup>117</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 98.

Fonseca conseguiu apagar o brilho da estrela de Pinheiro Machado e do Partido Republicano Conservador (PRC) em nome da eliminação da corrupção e da salvação da pureza das instituições republicanas.

A Política das Salvações representou, na realidade,

a inversão do sistema instalado por Campos Salles, que presumia a legitimidade do governador do poder. O partido governista – o agrupamento organizado ou os representantes estaduais na capital federal – sentia-se invadido por outra vontade, que se irradiava da Presidência da República, espontaneamente ou pressionada pelo Exército político. O Norte – da Bahia ao Amazonas – sofre a devastação salvacionista, começando por Pernambuco, que coube ao ministro da Guerra, general Dantas Barreto, em consórcio com o Partido Republicano Federal, mas em velado desafio aos propósitos de Pinheiro Machado. Na verdade, nesses primeiros dias do governo Hermes da Fonseca, o senador gaúcho vê a sua ofuscar-se pelo domínio da facção militar, aliado, dentro das hostes partidárias, aos rivais do chefe ostensivo. Dizia-se, já na previsão do declínio imediato, que o PRC “está retalhado” – “uma espécie de império de Alexandre”. Homem avesso às racionalizações da conduta, aos esquemas rígidos, ele esperará que os acontecimentos definam-se, para colher o rumo, a direção dos ventos. O sacrifício de Rosa e Silva, o oligarca incontestado de Pernambuco, com pretensões a organizar, em torno de si, uma constelação própria de sátrapas do Norte, rebelde a se integrar na sombra disciplinada do partido oficial, não lhe parecerá motivo para deflagrar a luta aberta. Esperará, na confiança de que talvez a aliança dos estados não hegemônicos com o Exército reforçará a sua liderança, sob o comando do Rio Grande do Sul. Quem sabe se a labareda não devorará São Paulo? Ainda em 1911 preparou-se o grande combate, que prometia resistência e sangue, entregue a defesa do secretário de Justiça, Washington Luís, cuja energia e decisão formarão as bases de seu prestígio.<sup>118</sup>

Esse processo político serviu como uma importante lição para as oligarquias mineira e paulista, pois representou um aprendizado imposto às elites políticas, ao associar a possibilidade de uma ditadura militar à incapacidade de cumprimento do pacto oligárquico. Por isso, a sucessão de Hermes da Fonseca iniciou-se com as oligarquias mineira e paulista conscientes da importância de sua união para a preservação da ordem republicana.

Diante das ameaças de intervenção das tropas federais nos estados para a substituição de uma oligarquia por outra, as oligarquias locais reagiram com ameaças de rebelião nos estados do Norte e de resistência militar por parte de São Paulo. Entre estes casos de reação das oligarquias locais, destacou-se o do Ceará, onde sertanejos, comandados pelo padre Cícero, derrubaram o interventor nomeado por Hermes da Fonseca.<sup>119</sup>

Outra marca do governo de Hermes da Fonseca foram as lutas populares, com destaque para a Revolta da Chibata e a Guerra do Contestado.

<sup>118</sup> FAORO, 2000, p. 235-236.

<sup>119</sup> Para um estudo histórico detalhado do movimento liderado pelo padre Cícero Romão Baptista de resistência à derrubada da oligarquia da família Accioly no Ceará pelo governo de Hermes da Fonseca a partir de 1911, pode-se consultar a seguinte obra: FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

Poucos dias após ter tomado posse, o marechal Hermes da Fonseca foi surpreendido com uma revolta dos marinheiros e subalternos dos navios de guerra Minas Gerais, São Paulo, Barroso e Bahia, sob o comando do cabo negro João Cândido. A revolta teve como pretexto o tratamento humilhante com chibata a que eram submetidos os marinheiros. Porém, ela representava mais do que isto. Na realidade, era um protesto contra a reprodução na Marinha da discriminação social e racial existente na sociedade brasileira, uma vez que a oficialidade provinha da elite, enquanto que os marujos eram oriundos das classes pobres e em grande parte negros ou mestiços, estando, por isso, sujeitos ao regime da chibata.<sup>120</sup>

A Guerra do Contestado aconteceu em uma região de fronteira disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina e se deveu à expulsão dos camponeses das terras da região do Contestado para a construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul pela empresa norte-americana Brazil Railway Company. Os camponeses reagiram à expulsão liderados pela figura do “monge” João Maria, sendo, porém, violentamente reprimidos por forças governamentais até o fim do movimento em 1912.<sup>121</sup>

Ao governo de Hermes da Fonseca, seguiu-se o de Wenceslau Brás (1914-1918), iniciado quando a Primeira Guerra Mundial já se encontrava em andamento. Devido exatamente a esse cenário mundial e à preocupação com a segurança nacional, o Exército brasileiro passou por uma remodelação em sua estrutura administrativa e militar, impondo práticas e teorias de origem alemã. Estas encontrariam o apoio e a divulgação por militares reformistas como Estevão de Carvalho e Bertoldo Klinger por meio das publicações *Revista dos Militares* e *A Defesa Nacional*, que constituíam o grupo dos denominados “jovens turcos”. Alguns foram enviados para treinamento no Exército alemão em três turmas de 1906, 1908 e 1910. A última turma

reuniu-se na Alemanha antes de regressar e traçou um plano para difundir os conhecimentos adquiridos. Os seus membros decidiram integrar-se na tropa para dar o exemplo prático aos colegas. Já no ano seguinte fundaram a revista *A Defesa Nacional* em aliança com alguns oficiais que não tinham ido à Alemanha, mas que se identificavam com os mesmos propósitos renovadores. A revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, difundir o seu sistema de treinamento, as suas práticas e costumes, bem como lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, a defesa

<sup>120</sup> Como sugestão bibliográfica para uma análise histórica mais aprofundada sobre a Revolta da Chibata, pode-se ler o seguinte livro: MAESTRI, Mário. **1910: a revolta dos marinheiros. Uma saga negra**. 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

<sup>121</sup> A respeito da Guerra do Contestado, pode-se consultar o seguinte trabalho para maiores detalhes: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1965.



nacional. Foram recebidos com reações mistas. Alguns jovens oficiais, saídos da Escola de Guerra de Porto Alegre, onde Paula Cidade já em 1910 fundara a *Revista dos Militares*, também com propósitos renovadores, aderiram à campanha, bem como alguns oficiais superiores sentiram-se ameaçados pelo entusiasmo renovador dos jovens. Os atritos chegaram ao ponto de alguns redatores da Revista serem punidos com prisão por críticas a manobras mal feitas em um regimento do Rio. Para outros, o movimento dos “Cavaleiros da Ideia”, como modestamente se chamavam os “turcos” era incômodo por perturbar a fácil rotina a que se tinham habituado nos quartéis. Mas aos poucos os “turcos” foram vencendo.<sup>122</sup>

Além disso, o governo de Wenceslau Brás também se caracterizou pelas primeiras manifestações de baixa oficialidade, como por exemplo, o levante de 16º Grupo de Artilharia da cidade de Rio Grande e a revolta dos sargentos, que evidenciaram a insatisfação crescente, um desejo de mudança, que seria incorporado mais tarde pelo movimento tenentista.

Com relação à Primeira Guerra Mundial, o Brasil decidiu, a princípio, adotar uma posição de neutralidade diante do conflito, sendo, porém, mais tarde forçado a entrar nele após o ataque alemão ao navio mercante brasileiro Paraná. Após o rompimento das relações diplomáticas, os ataques com submarinos à frota brasileira intensificaram-se, obrigando o presidente da República a pedir ao Congresso Nacional a declaração de guerra, formalizada em 26 de outubro de 1917. Sendo a única nação sul-americana a entrar na Primeira Guerra Mundial, a participação do Brasil consistiu

no envio de uma unidade médica e de aviadores à Europa e na cooperação com os ingleses no patrulhamento do Atlântico Sul. Essa participação e a subsequente vitória aliada envolveu o Brasil em uma intensa agitação de diplomacia europeia. Em reconhecimento pela participação brasileira, a Grã-Bretanha, a Itália e a Bélgica elevaram as suas legações no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas, e o Brasil fez o mesmo em relação às suas representações nesses países. Além disso, no Tratado de Versalhes, o Brasil conseguiu os seus dois objetivos: o pagamento com juros do café recebido pela Alemanha em 1914 e a permissão para conservar os setenta navios alemães apresados em portos brasileiros.<sup>123</sup>

No plano econômico, a guerra teve o efeito de promover no Brasil uma política de substituição das importações, pois o país que exportava artigos primários, viu-se diante das dificuldades de comunicações, que ocasionou a diminuição das importações estrangeiras e das exportações de café, obrigado a se voltar para o mercado interno e, conseqüentemente, a estimular um surto industrial. Segundo Winston Fritsh,

<sup>122</sup> CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 198-199.

<sup>123</sup> BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 399.

a interrupção do suprimento de algumas fontes tradicionais de certas matérias-primas e alimentos, que o Brasil podia suprir aos altos preços estão vigentes, permitiu a expansão de exportações não-tradicionais e estimulou o crescimento em várias indústrias de processamento de alimentos. Com as largas margens de ociosidade existentes no início da guerra, as restrições à importação causaram notável recuperação da produção industrial doméstica a partir de 1915.<sup>124</sup>

Simultaneamente, o governo federal encontrou-se em dificuldades financeiras pelo fato de que boa parte de suas receitas provinha da tarifa sobre a importação de mercadorias. A solução para o problema foi a adoção de uma série de medidas, a partir de 1915, que incluíam a ampliação da base de produtos submetidos ao imposto de consumo; o corte nas despesas públicas de modo a reduzir o déficit orçamentário e; a emissão de notas do Tesouro e de títulos federais a longo prazo para ajudar a pagar as dívidas do governo e para expansão das atividades creditícias do Banco do Brasil e, conseqüentemente, promover um reaquecimento da economia.

Entretanto, a dificuldade do acesso a estes créditos, tanto por motivo das condições para a sua obtenção como pelo fato de que a rede bancária não chegava ao interior do país, fazia com que os fazendeiros preferissem moeda em espécie ao invés de depósitos bancários, o que gerava uma escassez de oferta de moeda circulante nos centros urbanos.

Com a adoção da política de substituição das importações e a expansão industrial com recursos provenientes do capital excedente obtido com o comércio do café, houve um aumento do índice de capitalização do Sudeste, principalmente, de São Paulo, e um desenvolvimento urbano. Juntamente com esse processo, entravam em cena as figuras do burguês, classe nova, dinâmica e empreendedora, e do proletariado ou classe operária.

Em 1906, a classe operária já teria uma entidade representativa de seus interesses, a Confederação Operária Brasileira (COB), contando, em 1912, com quase 50.000 associados. Nessa época, o movimento sindical brasileiro encontrava-se dividido entre duas tendências, a anarquista, que pregava a espontaneidade absoluta do movimento operário e a adoção da ação direta, possuindo vários periódicos de divulgação de suas ideias como *La Battaglia*, *O Livre Pensador*, *A Plebe*, *A Guerra Social*, *Spártacus* e outros, e a socialista, que propunha uma ação mais moderada e organizada na forma de instituições operárias, sendo as suas ideias propagadas por jornais como *O Combate*, *A Razão* e *a Voz do Povo*.

---

<sup>124</sup> FRITSH, 1990, p. 43.

O movimento operário lutaria contra as péssimas condições de trabalho então existentes, que se caracterizavam por uma jornada de trabalho de 10 a 16 horas diárias, pela utilização de mão-de-obra infantil e pela fiscalização do serviço por capatazes munidos de chicotes, apesar da falta de unidade da classe operária.

O auge deste movimento seria atingido pela greve de 1917 que parou São Paulo, obtendo a adesão de quase a totalidade do proletariado da cidade. Por cerca de 30 dias, a cidade ficaria nas mãos dos comitês de greve após o levantamento de barricadas pelos operários em resposta à repressão policial, com destaque para a atuação Comitê de Defesa do Proletariado que exigia 35% de aumento salarial, proibição do trabalho de menores de 14 anos, abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos, jornada de trabalho de oito horas diárias, respeito ao direito de associação, congelamento dos preços dos alimentos e redução de 50% no valor dos aluguéis. Como contraproposta, o governo ofereceu 20% de aumento salarial e a garantia de que os operários não seriam desempregados e controlaria os preços dos gêneros de primeira necessidade “por intermédio de alguns jornalistas e deputados, prometendo por escrito não somente atender às reivindicações, mas também renunciar a qualquer represália contra os grevistas”.<sup>125</sup>

No final das contas, nenhuma das promessas foi cumprida e os chefes do movimento foram presos e torturados, sendo os estrangeiros deportados. Como afirma José Murilo de Carvalho,

a famosa expressão da época de que questão social era questão de polícia tinha um sentido preciso: era o delegado de polícia que tratava do assunto de greves. Era com ele que grevistas tinham que negociar ou lutar. Mas a violência era menor do que no campo. O cenário urbano, a maior visibilidade, inclusive internacional por causa dos imigrantes, garantiam ao movimento operário maior proteção. Nas cidades não se verificavam os massacres dos sertões. Em todos esses movimentos, no entanto, emergia um traço comum: a incapacidade do regime de incorporar o povo da rua, o povo politicamente ativo.<sup>126</sup>

O próximo item trata também da relação entre o autor, o contexto histórico e as correntes de ideias com o fim de se compreender melhor a produção intelectual de Andrés Molina Enríquez.

<sup>125</sup> BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1981, p. 209-210.

<sup>126</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 82.

## 1.2 Andrés Molina Enríquez e a revolução como via para a organização nacional

Andrés Molina Enríquez nasceu na cidade de Jilotepec, estado do México, em 2 de agosto de 1866, do matrimônio de Anastásio Molina e Francisca Enríquez, sendo esta descendente de antigos povos indígenas da região.

Já durante o Porfiriato, Andrés Molina Enríquez, ainda muito jovem, ingressou no Instituto Científico e Literário de Toluca, de tradição liberal e fundado por importantes figuras do liberalismo mexicano, tais como Lorenzo de Zavala, Ignacio Ramírez e Ignacio Manuel Altamirano, para realizar os seus estudos preparatórios. Posteriormente, mudou-se para a Cidade do México para fazer a faculdade de Direito. Nesse momento, estabeleceu amizades com pessoas que, durante o período da Revolução Mexicana, destacar-se-iam pelo papel que tiveram nos rumos desse processo histórico, entre os quais, Jesús Urueta, Francisco Olaguibel e Jorge Vera Estañol.

Contudo, devido a uma enfermidade de seu pai, Anastásio Molina, Andrés Molina Enríquez viu-se obrigado a interromper os seus estudos e regressar a Jilotepec para se encarregar do cartório paterno. Durante esse período, contraiu matrimônio com Eloísa Rodea Miranda e teve dois filhos, Napoleón e Renato. Em 1897, em Sultepec, publicou o seu primeiro trabalho, *El evangelio de una nueva reforma*. Nele fez as suas primeiras anotações, a partir de sua experiência como tabelião no cartório paterno, dos problemas que minavam a estrutura social do país, com ênfase para o da distribuição da terra, propondo como uma solução a supressão da herança, identificada como causa principal da desigualdade entre trabalhadores e capitalistas. Além disso, no opúsculo Andrés Molina Enríquez deixa clara a influência do positivismo em seu pensamento, ainda que um

positivismo não isento de heteróclitos comentários de uma mística cristã muito a Tolstoi; o seu desejo de justiça social que, apesar da sua tendência a se acentuar, repudia tentação marxista; o seu afã de reforma agrária, meio de reivindicações cuja relevância disfarça-o por fim; e, certamente, a sua *mestizofilia*, impregnada de uma obsessão pela homogeneidade racial.<sup>127</sup>

Neste trabalho observa-se também a presença do pensamento evolucionista de cunho darwinista e spenceriano ao criticar a herança como um obstáculo à necessária seleção e evolução que deve existir em uma sociedade, pois ela não permite que a luta pela sobrevivência se dê em termos de igualdade.

<sup>127</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **México mestizo**: análisis del nacionalismo mexicano en torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 51-52. (Colección Historia).

Em 1898, na cidade de Sultepec, Andrés Molina Enríquez fundou e foi o diretor de um pequeno periódico denominado *La Hormiga*, que abordava os mais variados assuntos em suas colunas, desde mineração, passando por avisos de cerimônias religiosas, análises do mercado, notícias cotidianas, até críticas aos problemas nacionais, como por exemplo, o da xenofobia devido aos preconceitos de estrangeiros para com os mexicanos, propondo a irmandade de todas as raças que compõem a população nacional para se criar a noção de patriotismo no país.

Em 1901, concluiu o curso de Direito no Instituto Científico e Literário de Toluca, passando a exercer a advocacia e a magistratura em várias localidades do estado do México, como Sultepec, El Oro, Tlalnepantla e outros.

Essa etapa da vida de Andrés Molina Enríquez englobou grande parte do período do Porfiriato, que se iniciou efetivamente em 15 de fevereiro de 1877, quando Porfirio Díaz chegou ao poder por meio de um golpe militar<sup>128</sup>, implantando um regime que se caracterizou pela longa duração, estendendo-se até 1911, e por sucessivas reeleições à Presidência da República, mantendo, assim, uma aparência de democracia no México. Em 5 de maio de 1877, após eleições que aparentavam uma certa legalidade, tornou-se o presidente constitucional para um mandato que duraria de 1887 a 1880. Todavia, este certo ar de legalidade das eleições não convenceu aos vizinhos norte-americanos, que se recusavam a reconhecer o novo governo mexicano. Isto representava um sério problema para o presidente da República, pois

a falta deste reconhecimento significava, mais que nada, uma ameaça imediata e direta ao governo de Díaz, uma vez que os norte-americanos poderiam fomentar movimentos rebeldes em sua oposição, vendendo armas aos partidários do deposto presidente Lerdo, refugiado agora no Texas.<sup>129</sup>

Uma marca do primeiro mandato de Porfirio Díaz foi a constante troca dos secretários, em grande parte explicada pela falta de experiência administrativa dos colaboradores do novo presidente da República, o que gerava uma sensação de impotência diante dos problemas que o país enfrentava. A solução de Porfirio Díaz era tão somente substituir os secretários, deixando de ser a nomeação baseada na capacidade técnica e

<sup>128</sup> Em 1876, às vésperas da sucessão presidencial, o general Porfirio Díaz pronunciou-se contra a reeleição de Sebastián Lerdo de Tejada por meio do *Plano de Tuxtepec* de 1º de janeiro e o derrotou na batalha de Tecuac em novembro do mesmo ano. Para uma análise histórica detalhada deste acontecimento histórico, sugere-se como referência bibliográfica: GONZÁLEZ, Luis. El liberalismo triunfante. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. México: El Colegio de México, 1977, t. III, p. 163-281.

<sup>129</sup> COSÍO VILLEGAS, Daniel. El tramo moderno. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Historia mínima de México**. México: El Colegio de México, 1977, p. 126-127.

passando a ser feita a partir do critério da simpatia pessoal. Dessa maneira, durante o período de 1877-1880, o gabinete teve 7 secretários da Fazenda, 4 de Relações Exteriores, 4 de Governo, 4 da Guerra, 3 da Justiça e Instrução Pública e 1, que não terminou o mandato, de Fomento.

Ademais, mediante uma reforma, em 1878, o presidente Porfirio Díaz incluiu na Constituição o princípio da não-reeleição, permitindo apenas a volta de alguém à Presidência da República após 4 anos de encerramento do mandato anterior. A priori, este princípio seria cumprido, pois, em 1880, com o apoio de Porfirio Díaz, o presidente eleito foi o general Manuel González. Entretanto, a partir de 1884, sucessivas reformas na Constituição permitiriam a permanência indefinida de Porfirio Díaz na Presidência da República.

Paralelamente à chegada ao poder de Porfirio Díaz, foi fundada em fevereiro de 1877, a Associação Metodófila Gabino Barreda, que reunia em seu quadro estudantes de Medicina, Direito, Engenharia e Farmácia, com destaque para aqueles que seriam os mestres da segunda geração de positivistas mexicanos, como Porfirio Parra, Miguel S. Macedo, Luis F. Ruiz, Manuel Flores e Agustín Aragón. Nesta associação debatiam-se questões propostas por Gabino Barreda para uma análise segundo o método positivo, tratando-se de uma ampla gama de temas nas mais variadas áreas de conhecimento. Estes homens foram alunos de Gabino Barreda na Escola Nacional Preparatória e a Associação Metodófila constituía-se em uma espécie de laboratório para testar a formação ideológica que estes estudantes receberam. O objetivo principal da associação era

mostrar como um grupo de homens dedicados ao estudo de distintas especialidades podia entender-se e se unir por meio de certos princípios que eram considerados como fundamentais por meio de um método de interpretação suscetível de ser aplicado uniformemente à solução de diversas questões.<sup>130</sup>

Gabino Barreda foi o responsável pela entrada e difusão do positivismo no México. Em 1847, Gabino Barreda foi estudar Medicina na França, permanecendo nesse país até 1851. Em Paris, encontrou-se com Pedro Contreras Elizalde que lhe possibilitou o convívio com Augusto Comte, o qual tinha iniciado, em 11 de março de 1849, o *Curso de filosofia sobre a história geral da humanidade*.

Gabino Barreda pronunciou, em 16 de setembro de 1867, na cidade de Guanajuato, a *Oração cívica*, que viria a ser publicada no mesmo ano e se constituiria em sua principal obra. Nela ele se propunha a preparar por meio da educação positiva os futuros

<sup>130</sup> ZEA, Leopoldo. **El positivismo en México**: nacimiento, apogeo y decadencia. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 152.

dirigentes da nação, tornando o positivismo em um plano de política nacional. Caberia ao novo modelo educacional, pensado por Gabino Barreda, formar a elite governante e também contribuir para que os mexicanos, de forma geral, “ficassem conscientes da necessidade de que existisse uma ordem material para que assim não se obstaculizasse o trabalho ordenador do Estado”.<sup>131</sup>

Para Gabino Barreda, a ordem não representava a negação da liberdade. Pelo contrário, a ordem material deveria estar a serviço da liberdade espiritual, não da liberdade material, reservando-se ao Estado o encargo de guardião daquela ordem. A ordem espiritual ficaria a cargo do arbítrio individual, desde que não se servisse como uma ideologia para alterar a ordem material, devendo, neste caso, o Estado intervir por meio da educação para

tornar os mexicanos conscientes da necessidade de que existisse uma ordem material, para que assim não se impedisse o trabalho ordenador do Estado. Daqui surgirá a tese da **escola laica**, segundo a qual o Estado não pretendia impor aos mexicanos nenhuma ideologia, mas que esta ficava ao arbítrio de cada mexicano, o qual podia escolher a ideologia que melhor quisesse. O Estado prometia não intervir no campo do que se considerava pertencente à liberdade individual em um sentido espiritual. Cada família ficava em completa liberdade para inculcar a seus membros as doutrinas ou ideias que quisesse; a missão do Estado não era outra que a de fazer destes membros da família bons cidadãos, para que servissem melhor à sociedade: ensinar o respeito ao Estado como guardião da ordem, pois só assim era possível a permanência da ordem material. Respeitando a ordem material haveria paz, e havendo paz poderia haver liberdade de pensamento e discussão.<sup>132</sup> (grifo do autor).

O positivismo foi iniciado por meio da Escola Preparatória Nacional, que Gabino Barreda assumiu a direção em 1868. Gabino Barreda compreendia a educação como uma força motriz na marcha do México em direção à ordem e ao progresso, pois despertaria nos mexicanos uma nova postura política ao fazê-los perceber a importância dos esforços do Estado no sentido de se buscar a paz e o desenvolvimento no país. Os positivistas, principalmente, Gabino Barreda, defendiam a relação entre a liberdade e a ordem, dando à primeira um sentido positivo, ou seja, não significando fazer-se o que se quer. Entender a liberdade como o direito de se fazer o que quer seria um estímulo à desordem, o que somente acabaria despertando sentimentos egoístas.

Além da criação da Associação Metodófila Gabino Barreda, durante o primeiro mandato de Porfirio Díaz na Presidência da República houve o surgimento de um importante jornal de difusão das ideias científicas em voga no século XIX. Este jornal era *La Libertad*, criado em 1878 por Justo Sierra e ex-estudantes da Escola Nacional Preparatória, como

<sup>131</sup> ZEA, 1990, p. 107.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 107.

Francisco Cosmes e Eduardo Garay. A principal bandeira de luta de *La Libertad* era o combate contra a anarquia e a promoção de uma educação científica, considerando como inimigos da ordem social tanto os liberais radicais por suas ideias revolucionário-metafísicas como o clero por seu pensamento conservador-teológico. Tratava-se de duas posições vistas como utópicas para a realidade social e política da nova era. Os liberais radicais somente enxergariam a realidade pelo prisma do progresso, enquanto que os conservadores somente levariam em conta o aspecto da ordem.

Desde as páginas de *La Libertad*, Justo Sierra, Francisco Cosmes, Telésforo García e outros colaboradores propunham como alternativa à política sustentada em concepções teológicas e metafísicas uma política imparcial fundamentada em uma ciência realística capaz de sintetizar o falso paradoxo entre ordem e progresso ou estática e dinâmica. A política imparcial utilizar-se-ia de um método científico objetivo para “diagnosticar” e “tratar” as “enfermidades” sociais.

Entre as causas apontadas pelos colaboradores deste periódico entre 1878 e 1884 como as principais para o quadro de “enfermidade” em que se encontrava a sociedade mexicana estavam a Constituição de 1857 e o seu excesso de individualismo, o federalismo enquanto um fator de desintegração do organismo social e a adoção de políticas econômicas sem um adequado estudo científico prévio da realidade.

Para os colaboradores de *La Libertad*, a Constituição de 1857 com o sistema político nela presente era um obstáculo ao progresso social, uma vez que se fundamentou na utopia do prevalecimento dos direitos individuais sobre o bem-estar da sociedade, não levando em conta a máxima aristotélica de que o homem é um animal social e, conseqüentemente, ele não pode estar acima da sociedade. Este excesso de individualismo deveria ser retirado da Constituição por meio da reforma de vários artigos de modo a

balancear os direitos da sociedade contra estes do indivíduo. Reformas particulares foram defendidas neste sentido. O artigo 3º da Constituição deveria não somente enfatizar a liberdade de ensino, mas também o caráter obrigatório da educação primária. Os direitos particulares do jovem estudante ficariam então sob a guarda do Estado. O artigo 5º era para ser modificado, uma vez que os direitos do trabalho proviriam diretamente da autoridade do governo e não do empregador.<sup>133</sup>

Quanto ao federalismo, os colaboradores do jornal pregavam a necessidade de um centralismo tanto dentro do governo federal como na relação entre os governos estaduais e

<sup>133</sup> RAAT, William Dirk. **Positivism in Díaz's Mexico, 1876-1910**: an essay in intellectual history. Michigan: University of Michigan Press, 1967, p. 148.



a União, usando como argumento a tese de que o federalismo era uma forma artificial de governo que propagava tendências separatistas e, consequentemente, promovia a desintegração do organismo social. Daí a importância de que o Poder Executivo fosse aquele que tivesse maior poder político (ainda que à custa do Congresso) e a duração do mandato do governante mudasse de quatro para seis ou sete anos, pois “a sociedade, como um todo unitário, deve ter uma forma única, centralista de governo que englobasse o conjunto da sociedade. Somente uma autoridade central poderosa poderia assegurar ao México a paz que era necessária para a ordem e o progresso”.<sup>134</sup>

No que se refere às políticas econômicas que vinham sendo adotadas pelos governos, segundo *La Libertad*, a causa do fracasso em grande parte delas deveu-se à ausência de um estudo científico prévio sobre a realidade. Se assim tivesse acontecido, os governos teriam adotado soluções para o problema do desenvolvimento econômico como o estímulo governamental a setores primários da economia, a criação de um sistema uniforme de impostos e tarifas, a redução das políticas de protecionismo comercial, a promoção do livre comércio, o surgimento de mecanismos de crédito público e privado possibilitados por uma política de atração de investimentos externos e o estímulo à colonização. Além disso, “embora a ênfase era dada sobre o papel do capital, *La Libertad* defendia uma forma vaga de paternalismo e direitos legais para o trabalho”.<sup>135</sup>

O jornal *La Libertad* com os seus colaboradores foi um importante aliado e porta-voz do presidente Manuel González, uma vez que existia um consenso entre o ideal da paz e do progresso do periódico com a política de paz, ordem, progresso e segurança pública que norteou a administração deste governante. Como afirma William Raat, para o general Manuel González,

a manutenção de uma força pública era necessária para a ordem social. O Exército, bem disciplinado e conforme com os avanços da ciência moderna, somente seria usado a favor do, e não contra o, interesse público. González comprometeu a sua administração com a reorganização da sociedade que seria verdadeiramente progressiva e como tal não abalada por instituições estabelecidas que fossem necessárias para o progresso. A sua esperança para o México era uma união de todos os mexicanos trabalhando juntos pela paz, pela liberdade e pelo progresso. Anos depois, Díaz admitiu que o general González, ao tomar posse, esforçou-se muito pelo mesmo objetivo supremo que tinha caracterizado a sua primeira administração, no caso, manter a paz segundo a Constituição; uma meta que somente poderia ser alcançada por meio da promoção de indústria e do comércio. Em 1º de dezembro de 1880, *La Libertad* e Díaz tinham sido bem-sucedidos em ganhar a presidência para González.<sup>136</sup>

<sup>134</sup> RAAT, 1967, p. 149.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 149-150.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 152-153.

A Associação Metodófila Gabino Barreda e o periódico *La Libertad* foram caracterizados pela defesa e difusão não exclusiva das ideias de Augusto Comte. Em outras palavras, os seus membros e colaboradores não se restringiram à concepção comteana do espírito positivo despertado por uma educação científica e um sentido prático do conhecimento. Paralelamente, difundia-se entre os intelectuais mexicanos a concepção organicista de Herbert Spencer, que não concebia o progresso somente em termos de uma simples ideia ou do resultado do desenvolvimento do espírito científico, mas como consequência da evolução natural do organismo social. Dessa maneira, do mesmo modo como um organismo natural, a sociedade também está sujeita a leis cuja ação tende a conduzi-la a um contínuo progresso. E este progresso

dá-se na integração da sociedade, enquanto que a integração leva a uma diferenciação dos seus indivíduos; isto significa que os indivíduos são mais livres, mais autônomo, enquanto que mais integrados encontram-se como relação a sua sociedade. Em uma sociedade plenamente desenvolvida, a integração é obra da natureza mesma; as leis da liberdade serão as leis do organismo social, a liberdade consistirá em “deixar fazer” às leis que regem dito organismo; porém, em uma sociedade debilmente desenvolvida, indefesa e inerte para o exterior, como o é precisamente a mexicana, o “deixar fazer” pode muito bem conduzir à anarquia, isto é, o trabalho integrador da sociedade não pode residir na própria sociedade e é necessário que a assuma o governante, a “autoridade pública”, que, dessa maneira, converte-se no verdadeiro motor do progresso.<sup>137</sup>

O pensamento evolucionista spenceriano foi tema de debate, em 1877, na Associação Metodófila Gabino Barreda, gozando de uma boa aceitação entre os seus membros. Todavia, o maior difusor das ideias spencerianas foi Justo Serra desde as páginas de *La Libertad*, em cujo periódico fazia profissão de fé, juntamente com outros colaboradores, sobre o pensamento do filósofo inglês:

é para mim, fora de dúvida que a sociedade é um organismo, que ainda que distinto dos demais, pelo que Spencer chama-lhe um “superorganismo”, tem as suas analogias inegáveis com todos os organismos vivos. Eu considero, por fim, que o sistema de Spencer, que equipara a indústria, o comércio e o governo, aos órgãos de nutrição, de circulação e de relação com os animais superiores é verdadeiro.<sup>138</sup>

O governo de Manuel González recebeu como herança do governo anterior de Porfirio Díaz uma autorização dada pelo Congresso para contratar a construção de novas estradas de ferro, permitindo ao atual presidente dar início a uma etapa de contínua expansão da malha ferroviária durante todo o Porfiriato. O primeiro passo neste sentido foi a concessão, em 1880, a duas empresas norte-americanas, a da Ferrovia Central Mexicana e a da Nacional

<sup>137</sup> CORDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana**: la formación del nuevo régimen. 2. ed. México: Era, 1973, p. 54-55.

<sup>138</sup> SIERRA, 1950 apud CORDOVA, 1973, p. 53-54.

Mexicana, para a construção de duas linhas férreas que ligassem o Centro com o Norte do país. A primeira ligaria a Cidade do México à Cidade Juárez e a segunda linha a capital do país a Nuevo Laredo. Entretanto, os investimentos norte-americanos não pararam por aí, pois, a partir de 1881, vários investidores estadunidenses obtiveram concessões para construir cinco sistemas ferroviários. Assim, ao final do mandato de Manuel González em 1884, a rede ferroviária, que tinha apenas 640 quilômetros antes de seu governo, passou para “5731 quilômetros e se podia ir de trem desde a Cidade do México à Toluca, às cidades do baixo guanajuatense, Zacatecas, Chihuahua e El Paso do Norte. Já estava também em uso a ferrovia de Nogales a Guaymas e vários ramais na região central”.<sup>139</sup>

Além disso, houve também o incentivo para a colonização estrangeira do país, principalmente, de europeus. Durante esse quadriênio, chegaram ao México pequenos grupos de italianos em busca das ofertas de melhores condições de vida pelo governo mexicano, como terras e créditos para darem início ao cultivo delas. Desse modo, em 1881, desembarcaram em Veracruz 430 colonos italianos e, em 1882, dois grupos, um com 1500 e outro com 600 italianos. Também chegaram ao México colonos cubanos, canários e chineses, ainda que com desconfiança. No total, a soma de colonos estrangeiros foi de uns 12000 indivíduos, distribuídos em várias colônias em Huatusco, Puebla, Cholula e outras localidades, sendo uma delas constituída por 172 socialistas utópicos seguidores de Robert Owen em Topolobampo. Todavia, o México recebeu poucos imigrantes se comparado com outros países do continente americano, o que pode ser explicado pelo fato de que

os emigrantes da Europa pareciam não compartilhar o otimismo geográfico dos mexicanos. Ou talvez no que não confiavam era na ordem política do México. Os emigrantes da Europa seguiram desembarcando nos Estados Unidos, na Argentina e nos demais países do Novo Mundo, mas não no México, apesar de que lhes oferecia mundos e fundos.<sup>140</sup>

No que se refere à produção agrícola interna e externa, a primeira manteve-se praticamente estagnada, colhendo-se praticamente a mesma safra de milho, feijão, pimenta e trigo da época da República Liberal Restaurada, apesar da existência de uma forte política protecionista. Isto é explicado pelo costume que os fazendeiros e trabalhadores rurais mexicanos tinham de produzirem produtos apenas suficientes praticamente para o próprio consumo. Por outro lado, a agricultura de exportação alcançou números consideráveis,

<sup>139</sup> GONZÁLEZ, Luis. El liberalismo triunfante. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. México: El Colegio de México, 1977, t. III, p. 211-212.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 206-208.

duplicando o valor da produção exportada de 10 para 20 milhões de pesos, número que seria obtido no segundo mandato de Porfirio Díaz.

Na mineração, houve um crescimento importante da extração de ouro e prata ano após ano, o que se deveu ao investimento externo nas minas por parte de empresas norte-americanas, francesas e inglesas após o restabelecimento das relações diplomáticas com esses países. O crescimento era, em média, de 1000 a 1500 quilos anuais de ouro e de 600 a 1000 toneladas anuais de prata. Ademais, houve a busca de melhorias na organização do setor com a criação da Sociedade Mexicana de Mineração em 1883 e a elaboração do Código de Mineração em 1884.

Este crescimento não foi tão vertiginoso no setor manufatureiro, sobretudo, nos três maiores ramos que eram o de açúcar, o têxtil e o de tabaco. Apenas os produtos da incipiente indústria fabril tiveram a sua produção com um crescimento relevante por conseguir ganhar aos poucos o mercado consumidor urbano, com destaque para o proletariado e a classe média.

Ao mesmo tempo, ocorreu uma ampliação do setor bancário no México, que, antes de 1880, era constituído apenas por duas instituições financeiras, o London Bank of Mexico e o Bank of South America, que era uma sucursal de um negócio inglês que fazia depósito, emissão, circulação e desconto. Em 1882, o Banco Franco-Egípcio de Paris estabeleceu, com o apoio do governo, o Banco Nacional Mexicano e, no mesmo ano, capitalistas mexicanos e espanhóis fundariam o Banco Mercantil Mexicano. Estes dois bancos fundir-se-iam em 1884, passando a se chamar Banco Nacional do México e tornando-se em um banco quase oficial, principalmente, depois do Código de Comércio do mesmo ano que proibiu a abertura de novas instituições bancárias de emissão, ficando responsável pela arrecadação de impostos públicos, pelas operações da Tesouraria Geral, pelo serviço das dívidas públicas e por fazer empréstimos e antecipações ao governo.

Uma preocupação fundamental do governo de Manuel González foi com a redução do endividamento da União, o que significava um maior controle do orçamento em termos da busca de um melhor equilíbrio entre receitas e gastos. Para isto, a partir de 1880, o governo federal passou a entrecruzar as variáveis econômicas com as financeiras por meio da estatística do comércio exterior, uma vez que boa parte dos tributos provinham de tarifas alfandegárias, principalmente, de importação, e do controle dos dados referentes às receitas e

aos gastos dos estados e municípios. Dessa forma, haveria como se definir de modo claro o orçamento federal, constituído, por um lado, das receitas oriundas da esfera econômica e, de outro, da distinção das esferas financeiras soberanas representadas pela diferenciação entre a Fazenda Federal e a dos estados, ou seja,

por meio da informação relativa ao valor fiscal da propriedade urbana e rural e das diferentes produções podiam-se mediar os consumos internos a partir dos quais se calcularia os efeitos que poderia ter um aumento deles, conhecendo as receitas estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, ao conhecer a evolução do comércio exterior, podia-se estimar a eventual participação dos impostos aduaneiros no orçamento das receitas e estipular o efeito sobre ditas receitas teria um aumento ou uma isenção de taxas de bens importados ou exportados. De modo similar, com os indicadores disponíveis, podia-se estimar o efeito do gasto federal realizado por meio da Secretaria de Fomento em obras públicas diretas – caminhos e pontes – e por meio de subsídios – ferrovias – nos diferentes ramos produtivos, assim como as suas repercussões nas finanças estaduais.<sup>141</sup>

Simultaneamente, o governo federal, como uma maneira de ampliar as suas receitas, criou novos impostos sobre as manufaturas nacionais e estrangeiras entre 1880 e 1884, o que gerou forte resistência tanto por parte dos interesses econômicos afetados como pelos estados que viam nestes impostos uma intromissão na sua autonomia financeira. A União, por sua vez, usou como instrumento de pressão sobre os estados a ameaça de abolir as alcabalas<sup>142</sup> e aduanas internas. De acordo com Marcello Carmagnani,

que se tratava de uma ameaça ilustra-o a convocatória que faz o secretário em 1883 de uma conferência de representantes dos estados com o fim de discutir como abolir as alcabalas internas. Durante a conferência os representantes dos estados propuseram uma fórmula de compromisso, acolhida na reforma constitucional de 1884 que estabeleceu que as alcabalas seriam abolidas a partir de 1º de dezembro de 1886, conseguindo assim o poder federal desmobilizar a oposição política que em nome da “soberania natural dos estados” tinha-se formado contra os novos impostos federais, os quais começaram a dar os rendimentos que esperava o governo. O compromisso alcançado em 1884 foi aperfeiçoado em 1886 quando por meio de uma nova reforma constitucional conseguiu-se que os estados não impusessem “nenhum direito pelo simples trânsito de mercadorias na circulação interna”.<sup>143</sup>

Uma medida de impacto do governo de Manuel González na estrutura social do país foi a ampliação da lei geral sobre a colonização em 15 de dezembro de 1883, baseando-se, para isto, na crença da importância da presença de colonos estrangeiros para o progresso da

<sup>141</sup> CARMAGNANI, Marcello. **Estado y mercado**: la economía pública del liberalismo mexicano, 1850-1911. México: El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 30-32. (Serie Hacienda).

<sup>142</sup> **Alcabalas** eram os tributos cobrados desde o período colonial e que consistiam em impostos de 2% sobre a circulação de mercadorias.

<sup>143</sup> CARMAGNANI, Marcelo. El federalismo liberal mexicano. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Federalismos latinoamericanos**: México/Brasil/Argentina. México: El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 162-163. (Serie Estudios).

agricultura. Existia uma enorme quantidade de terras produtivas esperando apenas uma mão-de-obra avantajada para cultivá-las, de acordo com os membros do governo. E esta missão de desbravar as terras de modo a promover a colonização europeia seria das companhias de agrimensura, que, em troca do serviço, recebiam um terço das terras agrimensuradas. Aproveitando-se da situação, estas companhias apossar-se-iam de terras de agricultores incapazes de demonstrar a sua posse por meio de títulos de propriedade de forma devida, principalmente, de índios. Desta lei, os artigos mais importantes eram, de acordo com Jesús Silva Herzog,

o 2º, no qual se fixam 2.500 hectares como limite para a alienação dos terrenos; o artigo 18º, que autoriza a organização de companhias de agrimensura; e o 21º, por meio do qual se faculta ao Executivo doar um terço dos terrenos agrimensurados às companhias como compensação pelos trabalhos e gastos realizados.<sup>144</sup>

Esta lei daria início a um processo de espoliação e de concentração da terra ao longo do Porfiriato que geraria sérios problemas para a estrutura agrária e social mexicana. Em outras palavras,

as companhias de agrimensura – cuja origem remonta às leis de colonização de 1875 – colaboraram desta forma para a destruição da pequena propriedade, que agoniza face à grande propriedade. O objetivo destas companhias é apenas o de medir as terras em desbravamento; mas, graças à sua aliança com os latifundiários, elas organizavam a expulsão dos pequenos proprietários de suas terras. Entre 1881 e 1889, as companhias de agrimensura desbravaram 32 milhões e 200 mil hectares.<sup>145</sup>

No sentido de se implantar uma ordem no país, o governo de Manuel González travou uma luta contra os caudilhos contrários à sua política e pessoa, conseguindo demolir os cacicados locais de Puebla, Jalisco e Zacatecas. Dessa maneira, criou-se a expectativa de que o general fosse o líder “iluminado” que traria a ordem e o progresso para o México, convertendo-se em “O Esperado”.

Contudo, tais expectativas logo se veriam frustradas por alguns erros cometidos pelo presidente da República, entre os quais, o acordo em torno da dívida inglesa e o lançamento da moeda de níquel. Os oposicionistas iniciaram uma campanha entre a população da capital do país, afirmando que tais medidas eram desfavoráveis à nação e visando tão somente o benefício dos gonzalistas que roubavam desavergonhadamente, dando

<sup>144</sup> SILVA HERZOG, Jesús. **El agrarismo mexicano y la reforma agraria**: exposición y crítica. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 114. (Serie Vida y Pensamiento de México).

<sup>145</sup> NUNES, Américo. **As revoluções do México**. Trad. Daniel Pastura. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 30-31. (Coleção Khronos).

início a violentos protestos populares contra o governo que ficaram conhecidos como a Revolta do Níquel.<sup>146</sup>

Ao mesmo tempo, devido ao problema da terra, o governo teve que enfrentar vários levantes indígenas, como por exemplo, em outubro de 1882, um grupo de índios rebelou-se no estado de San Luis Potosí e, entre 1878 e 1883, os índios apaches levaram pânico aos estados da fronteira com os Estados Unidos.

Durante o mandato de Manuel González, alguns colaboradores do jornal *La Libertad*, como Justo Sierra, Pablo Macedo, Rosendo Pineda e Francisco Bulnes, conseguiram chegar à Câmara dos Deputados. Além de ser importante para a difusão das ideias e a eleição destes colaboradores pela propaganda exercida, o periódico também lançou candidatos para governadores em alguns estados, como o general Porfirio Díaz para o governo de Oaxaca, Prudenciano Dorantes para o estado de Michoacán e Pedro Gutiérrez para o governo de San Luis Potosí. A eleição destes candidatos, na perspectiva dos redatores de *La Libertad*, marcaria o começo da Escola Científica Política do México, caracterizada pela adoção de ações políticas adequadas ao grau de progresso alcançado pela sociedade por parte de parlamentares e governantes, levando em conta, portanto, o conhecimento das leis naturais e suas relações e da realidade social. Caberia a qualquer governo que seguisse uma política científica

colocar a sua atenção nos problemas próprios da situação em que o México encontra-se, estimulando o trabalho, o esforço dos indivíduos, garantindo a ordem que é necessária para isto, acabando com toda desordem, fruto de uma falsa aspiração. A locomotiva é o símbolo do trabalho que deve ser estimulado acima das utópicas conquistas do direito.<sup>147</sup>

Em dezembro de 1884, iniciou o segundo mandato de Porfirio Díaz e com ele a conclusão da obra de pacificação do país não terminada em sua totalidade pelo governo anterior. Assim, Porfirio Díaz deu continuidade à destruição dos cacicados que tinham escapado da perseguição de Manuel González e impediu a formação de outros. Ademais, em nome da paz, combateu aqueles opositores que não conseguiu cooptar, fossem eles generais revoltosos, índios “bárbaros” ou bandoleiros. Quanto aos aliados, realizou praticamente todos os seus desejos, exigindo, em troca, o apoio condicional à sua figura, sendo estes capitalistas nacionais e estrangeiros, fazendeiros, políticos influentes e burocratas. No final das contas, Porfirio Díaz acabou impondo-se diante de todos e se tornando o símbolo da paz, ou melhor,

<sup>146</sup> Para um estudo detalhado da Revolta do Níquel, sugere-se a leitura do seguinte trabalho: GONZÁLEZ, Luis. El liberalismo triunfante. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. III.

<sup>147</sup> ZEA, 1990, p. 398.

o herói da tranquilidade pública. Tranquilidade necessária para trazer a ordem e com ela gerar as condições necessárias para o progresso.

Era o começo da fórmula que marcaria a figura de Porfirio Díaz enquanto governante, ou seja, “pouca política e muita administração”, que com o tempo transformar-se-ia em “zero política, cem administração”. Esta fórmula caracterizava-se pelos seguintes pontos:

primeiro, que traçar o caminho mais conveniente ao país, assim como determinar os meios de se salvar dos obstáculos que nele se apresentassem, ficava a cargo do Presidente da República. Segundo, as Câmaras de senadores e deputados deviam aprovar o que o Presidente lhes propusesse porque elas careciam da informação técnica que dão ao Presidente as suas secretarias, e porque o Presidente não tem outro afã que o desinteressado de servir ao país. Terceiro, a opinião pública e o povo têm que confiar na habilidade e no patriotismo do seu Presidente, e renovar esta confiança ao colher os frutos benéficos desta ação. Quarto, a fórmula significa que a confrontação aberta, pública, de interesses, opiniões ou sentimentos opostos resulta estéril, e o único fecundo é a ação presidencial, encaminhada sempre ao progresso material, mantendo a ordem e a paz como a sua condição necessária.<sup>148</sup>

Porfirio Díaz deu continuidade também ao processo iniciado no governo anterior de despojo das terras dos camponeses, principalmente, dos indígenas, por meio da lei de colonização de 1883. Faz-se importante notar que, até 1889, as companhias de agrimensura responsáveis pela destruição da pequena propriedade eram constituídas por 29 financistas que ocupavam altos postos na administração porfirista. De um total de 32.200.000 hectares agrimensurados entre 1881 e 1889, estes financistas

receberam, em conformidade com a lei, ou seja, sem pagamento algum, 12.700.000 hectares; e lhes foi vendido a preço vil 14.800.000. Total: 27.500.000 hectares, ou seja, algo mais de 13% da superfície total da República. Portanto, somente ficaram 4.700.000 hectares a favor da nação.<sup>149</sup>

Aliás, a questão da desapropriação das terras de camponeses com o apoio do governo mexicano far-se-ia constante na produção intelectual de Andrés Molina Enríquez e é apontada pelo autor como um dos fatores responsáveis pela dificuldade de se constituir uma unidade nacional no país, pois a contínua concentração de propriedades rurais nas mãos de poucos acentuava a desigualdade social por meio do empobrecimento cada vez maior de grande parcela da população. Isto aumentava os ressentimentos dos setores sociais mais baixos e diminuía as suas condições de sobrevivência e a sua parcela de contribuição na produção agrícola nacional e geração de riquezas para o México. O resultado era um permanente clima de tensão na zona rural que poderia redundar em um movimento

<sup>148</sup> COSÍO VILLEGAS, 1977, p. 129.

<sup>149</sup> SILVA HERZOG, 1980, p. 116.



revolucionário, que seria uma espécie de acerto de contas com o Estado mexicano que muito pouco ou nada vinha fazendo no sentido de inserir os setores sociais mais baixos nos benefícios obtidos pelo progresso econômico durante o Porfiriato, conforme previu Andrés Molina Enríquez, em 1909, na obra *Los grandes problemas nacionales*. Em suma, a desigualdade social oriunda da concentração de terras não criava as condições para que os camponeses prejudicados com este processo se sentissem pertencentes à nação mexicana. Pelo contrário, percebiam-se cada vez mais como excluídos da sociedade nacional diante de uma situação de miséria com a expropriação de suas propriedades e exploração brutal de sua mão-de-obra pelos grandes proprietários de forma praticamente servil.

A ânsia por pacificação e os gastos para combater o ímpeto de rebelião geravam sérias dificuldades para o tesouro público por causa dos altos custos da tranquilidade pública. Não é em vão que o orçamento nesse período encontrava-se em um quadro de desequilíbrio entre as receitas e os gastos federais, com uma tendência para a expansão dos gastos que chegou a ser de 12,5% anual. Os grandes propulsores desta tendência eram os gastos com progresso material, administração federal e defesa, com ênfase para o último, o que é explicado pelo fato de que não era barato manter em contínua ação um contingente de cerca de trinta mil homens que compunham o Exército. Dessa maneira, as despesas com defesa “caracterizavam-se por uma expansão superior à que registra a totalidade das necessidades estatais”.<sup>150</sup>

Esse quadro de desequilíbrio que chegou ao seu ponto máximo nos primeiros anos do segundo mandato de Porfirio Díaz, sobretudo, em 1885, quando os gastos federais atingiram 60 milhões de pesos e as receitas, em contrapartida, somente 30 milhões, sendo também acentuado com um gasto público expansivo visando o favorecimento do crescimento econômico. Isto geraria a crise fiscal do Estado mexicano, provocada pela equivocada premissa de que o gasto federal gera com o tempo um aumento das receitas, uma vez que coloca mais dinheiro em circulação na economia, gerando mais renda e, conseqüentemente, crescendo a arrecadação de impostos. Pelo contrário,

o gasto federal não gera, à distância do tempo, crescimento das receitas, mas o decréscimo das mesmas. Poder-se-ia sustentar, talvez que quando o déficit do orçamento não supera 10% das receitas federais, favorece a ativação econômica, mas quando eles superam, como aconteceu entre 1884 e 1885, 50% das receitas, termina por gerar recessão econômica e contração das receitas federais.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> CARMAGNANI, 1994, p. 113.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 240.

Um acontecimento importante desse segundo governo de Porfirio Díaz foi a reforma constitucional de 1887 que não somente possibilitou a reeleição do general para presidente da República, mas também o surgimento de uma política de conciliação entre União e estados. A reeleição também beneficiaria os grandes nomes das políticas estaduais, que, a princípio do Porfiriato, tinham sido excluídos do poder pela luta faccional e intervenção federal, vendo nesta a possibilidade do retorno e da permanência no poder permitindo assim, “uma maior governabilidade e uma regulação das lutas faccionais, com o resultado de que o Executivo Federal não necessitou como antes do instrumento institucional da desapareição dos poderes que permite a intervenção federal por meio da nomeação de governador interino”.<sup>152</sup>

Ao mesmo tempo, conviria aos grupos estaduais no poder manter relações amistosas com o grupo federal não somente pela então boa reputação do presidente da República, por entre outros motivos porque conseguiu pacificar o país, mas também pelo fato de que nunca se sabia quando se precisaria das forças federais para reprimir revoltas e grupos políticos opositores, além da maior facilidade para a captação de investimentos e recursos oriundos da União. Por outro lado, em troca, os governadores, que nomeavam os magistrados e elaboravam uma lista dos candidatos a ocuparem cadeiras no Congresso, deveriam apoiar e atender os interesses do governo federal na figura de Porfirio Díaz.

Esta política de conciliação ficou conhecida como “caciquismo”, por meio da qual Porfirio Díaz estabeleceu vínculos pessoais com os grupos locais de poder, controlados a partir do Palácio Presidencial, garantindo uma estabilidade do regime porfirista. Tal estabilidade comprova-se pela própria duração do Porfiriato. Com o apoio das elites locais, Porfirio Díaz pôde manter-se no poder por vários anos por meio de sucessivas eleições fraudulentas que procuravam dar uma aparência de democracia no país e de repressão às divergências políticas. A respeito do “caciquismo”, Luis González afirma que

a imobilidade dos funcionários é marca dominante nos governos dos estados. Díaz, o único eleitor, não jogou o jogo de pôr e tirar vice-reis desde que se apossou do comando. A cada governante que elegia parecia dizer-lhe: onde te ponho ficas. Por regra geral, os governadores vice-reis deixavam os seus governos somente quando entregavam a vida. Só faltou que alguém governasse depois de morrer. O Senado foi o asilo de ex-governadores. Havia certa dificuldade para ser deputado ou senador, mas conseguida a praça, tudo era fácil. As leis chegavam feitinhas. Só tinha que se pôr de pé e dizer sim. Com isto, “o ministro apontava a um pela afirmativa”.<sup>153</sup>

<sup>152</sup> CARMAGNANI, 1996, p. 167.

<sup>153</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 227-228.

Entre os secretários que compunham o gabinete de Porfirio Díaz, destacava-se Romero Rubio, que era, ao mesmo tempo, secretário do Interior desde 1885 e sogro do presidente da República. Foi a partir da influência política de Romero Rubio no governo federal e da nomeação de Rosendo Pineda para seu assessor (ex-colaborador do jornal *La Libertad*), que ideias científicas passaram a ter uma repercussão direta na política governamental. Mais tarde, em 1888, um pequeno grupo de jovens *criollos* adeptos das mesmas ideias, sendo alguns ex-colaboradores de *La Libertad*, constituído por nomes como José Ives Limantour, Pablo e Miguel Macedo, Joaquim Casasús, Francisco Bulnes e Rafael Reyes Spindola, seriam chamados para compor o governo de Porfirio Díaz. Este grupo ficaria conhecido como “os científicos”.

Em um novo mandato iniciado em dezembro de 1888, Porfirio Díaz decidiu preencher as vagas do serviço público com pessoas mais jovens, técnicas, urbanas e finas. Foi então que entrou em cena os jovens burocratas que ficariam conhecidos como “os científicos”. Tratava-se de um grupo de intelectuais que compunha os mais altos escalões da burocracia porfirista. Adeptos do saber enciclopédico, era um grupo que

tendia ao conservadorismo, à oligarquia e à tecnocracia. Era, certamente, salvo contadas exceções, positivista. Gostava mais da França como modelo que dos Estados Unidos. O seu plano conservador com relação ao México compreendia os seguintes pontos: reajuste do ramo de guerra; substituição do sistema tributário meramente empírico por outro que se apoiasse no cadastro e na estatística; política comercial atrativa para colonos e capitais estrangeiros; assistência preferente e assídua ao ensino público; melhoramento da justiça mediante a estabilidade de alguns juízes; reforma do sistema de substituição do presidente da República “para evitar perigos graves” e para poder prevenir o trânsito do governo unipessoal e lírico ao regime oligárquico e técnico.<sup>154</sup>

Os científicos com as suas ideias tiveram um papel ativo na promoção do crescimento econômico e industrial alcançado pelo México a partir de 1890, com dois deles se destacando por serem adeptos da atração do capital estrangeiro para investimentos no desenvolvimento industrial do país, no caso, José Ives Limantour e Pablo Macedo.

José Ives Limantour, em comunhão com o secretário de Obras Públicas, Francisco Bulnes, elaboraram um grande plano para a ampliação da malha ferroviária mexicana. No momento em que se criou esta secretaria, isto é, em 1891, o México contava com estradas de ferro que somavam 10 mil quilômetros. A partir de então, as ferrovias

---

<sup>154</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 224-225.

continuarão avançando a uma velocidade anual que em média é de 300 quilômetros. A ferrovia incorporará a cada ano em sua rede pelo menos uma nova cidade importante. Até 30 de junho de 1902, o tesouro federal tinha pago cerca de 130 milhões de pesos em subvenções à 44 companhias ferroviárias, construtoras de 15 mil quilômetros de vias.<sup>155</sup>

Contudo, os investimentos em obras públicas e comunicações não ficaram restritos às ferrovias. Houve também pesadas aplicações de capital em telégrafos, correios e obras portuárias. Em 1890, a rede telegráfica já se estendia por 70 mil quilômetros e, em 1901, existiam cerca de 10 mil agências dos correios que cuidavam de 156 milhões de cartas e encomendas por ano.

Outros setores beneficiados pelo crescimento econômico a partir de 1890 foram o industrial e o mineiro, em grande parte, graças ao apoio dado por Enrique Creel, um científico que foi embaixador mexicano em Washington e depois secretário das Relações Exteriores, que estimulou investimentos estrangeiros por causa de suas boas relações com o capital externo. Não foi por acaso que, portanto, a mineração passou a aumentar a sua produção em uma média anual de 6%, atingindo, em 1902, o total de 160 milhões de pesos. Outros fatores também importantes para o desempenho da mineração foi a lei mineira de 1892, que autorizou a plena propriedade do subsolo, e o uso de melhores técnicas de extração. Este setor correspondia até 1900 por 70% do valor total das exportações e, entre 1900 e 1910, a 63%, o que, na perspectiva de Américo Nunes, era “o resultado de uma situação semicolonial, decorrente ela mesma de uma estrutura agrária determinada por uma economia de autoconsumo com tudo o eu ela acarreta: produção contida, bloqueio da livre circulação de bens e da força de trabalho, mercado interno limitado”.<sup>156</sup>

A indústria também passou por uma aceleração no seu crescimento, sendo que, em 1892, o valor da produção industrial foi de 90 milhões de pesos, impulsionada pelos capitais estrangeiros e pelo desenvolvimento das ferrovias e dos portos. Entre as indústrias que mais cresceram, têm-se a têxtil, a de alimentos e a siderúrgica por se inserirem em uma etapa de modernização. Paralelamente, como um aporte para o crescimento industrial, em 1890, desenvolvia-se uma indústria elétrica que alcançava a capacidade instalada de 22 mil kw em 4 usinas a vapor e 14 hidrelétricas.

O crescimento econômico pelo qual o México passou a partir de 1890, foi, em grande parte, devido à atuação governamental dos científicos e justificado a partir do

---

<sup>155</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 235.

<sup>156</sup> NUNES, 1980, p. 41.

evolucionismo spenceriano. Baseados neste pensamento, no que se refere a sua posição favorável à liberdade individual, os científicos usaram as ideias de Herbert Spencer para racionalizar as suas metas de exploração econômica e liberdade. Em outras palavras, era chegado o momento do México provar ser capaz de obter a liberdade dentro da ordem, porém, não qualquer liberdade, mas sim a liberdade de se obter melhores condições econômicas para o indivíduo. A liberdade política era o que menos importava, desde que o indivíduo pudesse enriquecer-se livremente. O ideal a ser atingido era a liberdade econômica e a ordem política, constituindo-se esta meta em um instrumento a serviço daquela. Portanto, a adoção do pensamento de Herbert Spencer para justificar as metas econômicas por parte dos científicos deveu-se ao fato de que

o positivismo de Comte subordinava os interesses do indivíduo aos da sociedade; não é por acaso que tinha sido Comte discípulo de Saint-Simon. Não podia convir a nossa burguesia dita doutrina. Não sucedia o mesmo com o positivismo inglês, o qual tendia a justificar o liberalismo econômico da sua burguesia, contrário a todo possível coletivismo que subordinasse a ação do Estado aos interesses da mesma. O positivismo de Comte tinha surgido como reação ante a anarquia a que tinha dado origem a Revolução Francesa. Dita doutrina era também útil para situações semelhantes, como era a do México depois de sua longa e árdua luta. Porém, uma vez estabelecida a ordem, era necessário pô-la a serviço do grupo que a tinha estabelecido. O grupo que tinha pedido a ordem em nome da sociedade, ia agora pedir a liberdade em nome dos indivíduos desta sociedade. Porém, tratava-se de uma liberdade que nada tinha a ver com a liberdade política sustentada pelos liberais ou jacobinos mexicanos. A que agora pedem pode-se resumir na seguinte frase: liberdade para se enriquecer. Ordem política e liberdade econômica foi o ideal deste grupo, e a este ideal foi muito útil um positivismo como o de Spencer, que justificava os interesses da burguesia inglesa, um positivismo que não via na ordem o último fim, mas um instrumento a serviço dos interesses do indivíduo.<sup>157</sup>

Além disso, o evolucionismo também explicava a entrega dos recursos do país aos mais aptos, aos superiores e aos fortes, pois, se eram ricos, isto se devia ao fato de que tinham maior capacidade de lutar pela sobrevivência na sociedade, ao contrário, por exemplo, dos indígenas que se encontravam sempre na pobreza ou na miséria. Este critério e “a cobiça dos comissários de influência e dos negociantes do regime deram por resultado que todos os recursos do país se dissipassem em concessões com o pretexto da colonização e da rápida exploração do território”.<sup>158</sup>

Este anseio pelo rápido crescimento econômico não chegou, entretanto, a atingir todos os ramos da economia. A agricultura e a pecuária nada ou pouco avançariam, geralmente, sendo desenvolvidas nas piores terras, com técnicas rudimentares e sujeitas às condições climáticas nada favoráveis, afetadas por secas, neves e ciclones. Isto levaria a um

<sup>157</sup> ZEA, 1990, p. 403-404.

<sup>158</sup> VASCONCELOS, José. **Breve historia de México**. México: Compañía Editorial Continental, 1968, p. 414.

certo pessimismo por parte dos científicos com relação às condições naturais do México, difundindo-se a tese de que só à custa de muito trabalho poder-se-ia obter alguma riqueza da natureza mexicana, pois “só temos ‘maravilhas que encantam à vista’; no instante da cobrança, não dão nada”.<sup>159</sup>

Continuava o afã de promover o progresso da agricultura por meio da imigração e, de acordo com um censo populacional de 1900, de 13.508.000 habitantes, somente 60.000 eram imigrantes. A política imigratória mexicana, se comparada à de outros países do continente americano, era um fiasco.

Para piorar ainda mais a situação, a produção dos gêneros agropecuários de primeira necessidade dava-se nas piores terras, estando totalmente à mercê de fatores climáticos e realizada às custas de técnicas rudimentares, o que tornava os preços dos alimentos muito caros diante da escassez. Os fazendeiros só tinham olhos para a agricultura de exportação, que de 20 milhões de pesos, entre 1887 e 1888, passou para 50 milhões entre 1903 e 1904.

A pecuária tem uma realidade similar à da agricultura voltada para o mercado interno, sendo baseada em uma criação extensiva e descuidada. O crescimento dos rebanhos era apenas remoto, e, assim mesmo, por causa de investimentos norte-americanos, não chegando a atender o mercado interno, havendo, por isso, a necessidade de se importar animais dos Estados Unidos.

Enquanto isso, o campo enfrentava outro problema, que era o da continuidade da destruição da pequena propriedade e da propriedade comunal, processo que duraria até 1906, quando houve a dissolução das companhias de agrimensura. Ao longo do período de 1890 a 1906,

oito financistas tornam-se proprietários de 22.500.000 hectares: um dos associados, no estado de Chihuahua, com 7 milhões de hectares; dois outros em Durango, com 2 milhões de hectares; quatro outros na Baixa Califórnia, com 11.500.000 hectares. As companhias medem desta forma 49 milhões de hectares de terras incultas, o equivalente a 1/4 do território mexicano. O governo de Porfirio Díaz atribui ainda extensões de terrenos a financistas e a companhias estrangeiras nas regiões do Norte: Companhia Richardson, 220.000 hectares, às margens do Yaqui e outras terras do Norte, em um total de 300.000 hectares; Colorado River Land Co., 325.364 hectares ao norte da Baixa Califórnia; The Palomas and Co., 776.938 hectares no estado de Chihuahua; E. P. Fuller, 230.000 hectares; H.G. Barret, 105.702 hectares. A ideia de colonização está estreitamente ligada à de adjudicação das terras em desbravamento. Mas os únicos beneficiados pela legislação das terras em desbravamento são os estrangeiros, os *hacendados* e as companhias de agrimensura.<sup>160</sup>

<sup>159</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 232.

<sup>160</sup> NUNES, 1980, p. 31.

Um aspecto importante desse período foi a tentativa do governo de diminuir o desequilíbrio entre receitas e gastos federais existente no orçamento. Tal medida tornou-se possível devido a uma maior organização da fazenda pública por parte do ministro Matías Dublán, que procurou reduzir, principalmente, os gastos com a administração federal, iniciando um ciclo de déficit controlado do orçamento. Dessa maneira,

o governo não se veria obrigado a suspender totalmente a política expansiva do gasto público sustentada não só pelas receitas, mas também por antecipações bancárias e pela emissão de certificados da dívida pública amortizáveis pelas aduanas e pela Tesouraria do Distrito Federal, em espera de um aumento futuro das receitas federais. O resultado foi diferente do esperado porque as receitas federais não cresceram e desencadearam um novo ciclo de déficit de orçamento até 1892-1893, amplificado pelos passivos do ciclo precedente que se trataram de cobrir por meio de nova e mais consistente dívida flutuante.<sup>161</sup>

No plano das ideias, um aspecto de destaque foi a publicação do ensaio de Justo Sierra intitulado *México social y político* na *Revista Nacional de Letras e Ciências* em 1889. Este ensaio, um resumo das ideias científicas já publicadas no periódico *La Libertad*, trata da necessidade da implantação de um Poder Executivo forte capaz de impor a ordem, o que não significa a destruição dos outros dois poderes, principalmente, do Legislativo, que deve expressar os interesses dos governados e impedir que o Executivo implante uma tirania. Para isto, é importante que os cidadãos tenham consciência do valor do Poder Legislativo e se façam representar por meio dele, ao invés de delegar a solução de todos os problemas do país ao Executivo. Seguindo o pensamento de Herbert Spencer, de acordo com o qual, a tendência de toda sociedade é caminhar cada vez rumo a uma forma de organização social na qual o governo diminui a sua ação em prol da maior liberdade dos indivíduos, Justo Sierra acredita que

esta liberdade não se pode obter senão depois de uma disciplina social que faça menos necessária a intervenção do Estado. Aplicada esta tese ao México, resulta que este país ainda não tem alcançado a suficiente disciplina social para tornar menos necessária a intervenção do Estado. Pelo contrário, é um povo que apenas começa a se organizar, motivo pelo qual é absurdo que se queira conceder-lhe liberdades para as quais não está ainda capacitado.<sup>162</sup>

Em 27 de dezembro de 1890, fez-se uma emenda às pressas ao artigo 78 da Constituição Federal para que Porfirio Díaz fosse reeleito indefinidamente presidente da República, o que realmente aconteceu em 1892, 1896, 1900, 1904 e 1910. As coisas seriam ainda mais facilitadas em 1904, quando se ampliou o período presidencial para seis anos.

<sup>161</sup> CARMAGNANI, 1994, p. 241-242.

<sup>162</sup> ZEA, 1990, p. 400.

Dessa maneira, Porfirio Díaz tornou-se o presidente-imperador, a quem cabia a última palavra e todos deviam obedecer, isto é, como afirmava uma sátira da época,

o Caudilho Indispensável [...] aos seus habitantes faz saber: Artigo 1º Que é Presidente Constitucional o General Necesário por ter obtido a maioria absoluta de votos [...]. Artigo 2º Este período durará até que Deus queira [...]. Artigo 3º Publique-se por proclamação pública. Assinado. O Indispensável Caudilho.<sup>163</sup>

Esse quarto mandato, a partir de 1892, seria marcado, sobretudo, pela presença forte dos científicos no quadro administrativo do governo federal, constituindo-se em importantes aliados de Porfirio Díaz. De forma a melhor fazerem-se ouvir, os científicos criaram, em 1892, um partido político denominado União Liberal, reunindo muitos dos antigos colaboradores do jornal *La Libertad*. Entre os filiados ao novo partido, destacavam-se os nomes de Justo Sierra, Rosendo Pineda, Pablo Macedo, José Ives Limantour e Francisco Bulnes. O manifesto que marcou o aparecimento do novo partido data de 23 de abril de 1892, no qual a União Liberal apresentava-se como a herdeira dos ideais da Reforma, mas agindo de acordo com princípios científicos na análise da realidade mexicana, acreditando que não seria possível alcançar a liberdade sem antes não se passar pela ordem e pelo progresso.

A União Liberal foi o primeiro partido a estabelecer diretórios ao longo do território mexicano, objetivando torná-lo em um partido efetivamente nacional. O nível de organização era tal que se costumava realizar convenções a nível local para escolher candidatos e delegados. Estes últimos participavam, por sua vez, da convenção nacional, sendo que a primeira aconteceu durante o mês de abril de 1892, quando se elaborou o estatuto da União Liberal.

De acordo com este estatuto ou manifesto, o lema “liberdade, ordem e progresso” deveria ser combinado com outro de “paz, indústria e progresso”. Analisando a história segundo a teoria orgânica da evolução, afirmava-se que a paz era então o estado orgânico do México e que o caminho estava aberto para o desenvolvimento do comércio e da indústria, bastando, para isto, a realização de reformas governamentais, entre as quais, a independência do Poder Judiciário com uma política de não-remoção dos magistrados de seus encargos e a liberdade de imprensa.

Além disso, havia uma ênfase no papel do tecnocrata enquanto alguém capaz de aplicar construções teóricas baseadas em conhecimento científico em detrimento do saber

---

<sup>163</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 227.



metafísico do filósofo. Era do primeiro tipo de funcionário que o governo precisava para a realização de políticas que solucionassem os problemas nacionais. Em outras palavras, somente com “ciência, conhecimento científico e estatística, e método científico poder-se-ia reordenar a sociedade mexicana ao longo da trajetória do progresso e eventualmente da democracia. A educação científica era considerada a força mental do progresso”.<sup>164</sup>

É importante também frisar, ainda que tal ideia não se fizesse presente no manifesto da União Liberal, que alguns científicos como José Ives Limantour e Francisco Bulnes, tinham posições racistas com relação à população indígena a partir de ideias retiradas do positivismo comteano e do evolucionismo social de Herbert Spencer. Acreditavam que, baseados nas ideias de Augusto Comte, constituíam-se em uma elite governante por causa de sua superioridade social, e, inspirados em Herbert Spencer, demandavam pela condição de inaptidão para os que eram incapazes de se adaptar à realidade social. Portanto,

alguns científicos tinham atitudes racistas, pois eles tanto definitivamente acreditavam que o índio era biologicamente inferior como em sua aparente inferioridade social explicada a partir de um aspecto biológico, como por exemplo, a ideia de que o índio mexicano tinha sido malsucedido na luta “do mais apto pela sobrevivência”.<sup>165</sup>

O científico José Ives Limantour teria a oportunidade de colocar os seus conhecimentos científicos a serviço da reordenação da sociedade ao longo do caminho do progresso em 1893, quando passou a ocupar o posto de secretário da Fazenda, pretendendo solucionar a crise fiscal de 1891-1892 resultante do fracasso dos ex-secretários Manuel Doblán e Matías Romero em resolver o desequilíbrio existente no orçamento entre receitas e gastos federais. Neste sentido, José Ives Limantour reduziu drasticamente os gastos federais, ainda que prejudicando muitas vezes a prestação de serviços essenciais e os investimentos da União, de modo a possibilitar uma melhor relação entre gastos e receitas federais, diminuindo sucessivamente o déficit público até revertê-lo em superávit. Iniciou-se, assim, uma política de severo controle do orçamento visando a organização da fazenda pública. O governo passou a gastar com investimentos em fomento somente quando fossem realmente fundamentais para o progresso da nação, abrindo maior espaço e incentivando ainda mais os investimentos privados nesta área. Resumindo a política orçamentária de José Ives Limantour, pode-se dizer que ele

centralizou a proposta do orçamento da Secretaria da Fazenda, definiu a proposta a partir das receitas e não dos gastos e estabeleceu mecanismo de gestão do gasto público que dava liberdade à Secretaria da Fazenda para gastar total ou parcialmente as diferentes verbas do orçamento, com exceção das militares. Estas transformações

<sup>164</sup> RAAT, 1967, p. 195.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 200-201.

favoreceram uma melhor estimativa das necessidades estatais e a sua melhor correlação com os recursos financeiros, mas impuseram condicionantes negativas à capacidade do governo de interpretar as demandas de serviços públicos e estabelecer as suas magnitudes na proposta de orçamento.<sup>166</sup>

Portanto, foi por meio do não gasto de parte das verbas contidas no orçamento aprovado pelo Congresso Nacional que o governo conseguiria um superávit das contas públicas e não por causa de um aumento expressivo das receitas. Este corte no gasto federal

golpeia indiscriminadamente todos os objetivos de gasto reconhecidos como importantes pela elite política. Merece destacar-se o desinteresse pela oferta de justiça federal e pelo gasto para um adequado funcionamento dos poderes constitucionais. O não gasto de verbas orçamentárias da defesa é o único sinal positivo nesta tendência ao déficit dos serviços que deve oferecer o Estado federal aos cidadãos. Também o corte das verbas associadas ao progresso material e cultural é um fato evidente que enfatiza a insensibilidade da gestão fazendária limantouriana.<sup>167</sup>

Um fato marcante no campo das ideias foi a publicação de uma obra, em 1895, que serviria de referência para o pensamento de Andrés Molina Enríquez e para outros teóricos da Revolução Mexicana no que diz respeito ao problema agrário no México. Trata-se do trabalho denominado *Legislación y jurisprudencia sobre terrenos baldíos* de Wistano Luis Orozco. Este trabalho foi um marco na crítica ao latifúndio e as suas consequências para a sociedade mexicana. Neste aspecto, Wistano Luis Orozco defende a pequena propriedade como um ideal de organização econômica, prega a tese de que este tipo de propriedade constitui em algo essencial para se criar melhores condições para a produção agrícola e caracteriza a formação histórica da grande propriedade como fruto de roubos e crimes de todos os tipos, deixando os camponeses, principalmente, os indígenas, desapropriados dos meios de sobrevivência e entregues à miséria.

O jurista e estudioso da questão agrária no México acredita que os males desse país oriundam da maneira como se encontra organizada a propriedade. Qualquer estudo bem fundamentado da organização da propriedade em uma sociedade deve levar em consideração dois princípios essenciais, isto é, “primeiro que a propriedade agrária bem repartida contribui eficazmente à prosperidade e ao bem-estar das sociedades e, segundo, que as grandes acumulações de terra sob uma só mão causam a ruína e a degradação dos povos”.<sup>168</sup>

Na perspectiva de Wistano Luis Orozco, a origem da propriedade da terra está no Estado, que é a fonte de seu direito, pois ainda que seja o trabalho que fecunde a terra, este

<sup>166</sup> CARMAGNANI, 1994, p. 119-120.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 161-163.

<sup>168</sup> CÓRDOVA, 1973, p. 115.

não a cria. Sendo o Estado o representante legítimo da coletividade, toda vez que os limites da propriedade extrapolem o ideal de não prejudicar o bem-geral, ele tem o pleno direito de intervir na distribuição da propriedade. É exatamente este quadro de prejuízo à coletividade que enxergava no México, cuja origem remonta ao período colonial, quando existia uma agricultura baseada no cultivo rudimentar ou, simplesmente, havia uma grande quantidade de terras não cultivadas, o que gerava o estancamento da riqueza pública e a especulação sem fim em torno das propriedades. Tratava-se, segundo Wistano Luis Orozco,

de um “feudalismo rural”, “sem brilho e sem brasões”, que até hoje constitui uma verdadeira oligarquia em quase todos as regiões da República; as fazendas mexicanas ofereciam-se como imensidões desoladas e áridas, onde “alguns quantos senhores de força e faca dominavam sobre algumas centenas de infelizes escravos que chamam *peones*”, fazendas que por sua desmesurada extensão e pela falta de capitais não podiam ser cultivadas senão em um dez por cento, impedindo, desse modo, que se desse uma agricultura próspera e uma participação ampla dos mexicanos nos benefícios da mesma.<sup>169</sup>

O resultado desse processo foi uma tiranização do campo, onde os fazendeiros impõem a sua vontade e exploram os *peones* a seu bel-prazer e, estes, por sua vez, ficam reduzidos a uma situação de debilidade, degradação e servidão sem fim. Entretanto, pior do que isto era a maneira como o governo deixou-se corromper diante dos interesses da grande propriedade, não tomando nenhuma atitude para solucionar o problema. Pelo contrário, no pós-independência, acentuou-o ao realizar a nacionalização e desamortização de terras e promover a lei de colonização que entregou uma grande quantidade de terras nas mãos das companhias de agrimensura em prejuízo das comunidades indígenas e dos pequenos proprietários.

Portanto, o governo mexicano tem uma grande parcela de culpa no problema agrário, devendo, como forma de rever os erros cometidos, intervir para reformar a propriedade no campo. Esta reforma deve ter como grande objetivo a difusão da pequena propriedade, pois

o ideal de uma sociedade ditosa consiste em uma agrupação de famílias que desfrutem sem excesso todas as comodidades honestas da vida; onde a miséria e as enfermidades fossem coisas desconhecidas; onde não existisse o contraste da opulência orgulhosa e da objetiva indigência; onde o amor e as mútuas considerações formassem o vínculo social; onde o ordenado reparto das riquezas garantisse a dignidade e independência de cada um, tornando impossível a tirania oligárquica de uns e a escravidão de outros. Uma sociedade, enfim, culta, piedosa, alegre, virtuosa, sã, forte e trabalhadora, com abundante meios naturais de subsistência, comodidades, gozos e avanços.<sup>170</sup>

<sup>169</sup> CORDOVA, 1973, p. 115.

<sup>170</sup> SILVA HERZOG, 1980, p. 122.

A importância de Wistano Luis Orozco estava exatamente no fato de que, quinze anos antes da Revolução Mexicana, apontou as falhas do sistema econômico, social e político do Porfiriato, com ênfase para o problema da organização da propriedade, assentado sobre a miséria das massas populares, tornando-se, assim, fonte de inspiração e análise para muitos teóricos da revolução, entre os quais, Andrés Molina Enríquez.

A respeito da repercussão da obra de Wistano Luis Orozco no pensamento de Andrés Molina Enríquez, pode-se dizer que esta se estendeu por vários pontos de seu ideário. Primeiramente, assim como Wistano Luis Orozco, Andrés Molina Enríquez remonta ao período colonial para explicar as origens dos problemas nacionais mexicanos, buscando, portanto, as causas históricas para definir as condições sociais de grupos que compõem a sociedade mexicana. Ademais, como o outro intelectual o fez, ele criticou a situação agrária como típica de um feudalismo rural, pois “a fazenda é uma forma injusta e improdutiva que se sustenta ‘pela vaidade e pelo orgulho’ dos grandes proprietários. Nela o déspota fazendeiro ‘manda, grita, pega, castiga, encarcera, viola mulheres e até mata’, tudo impunemente”.<sup>171</sup> Todavia, Wistano Luis Orozco e Andrés Molina Enríquez discordavam quanto à maneira do Estado repartir terras entre os que não as tinham, o que lavaria a uma forte polêmica entre os dois intelectuais a respeito desta questão em 1911. Para o primeiro, as terras que o Estado deveria dar aos que carecessem delas deveriam provir dos terrenos nacionais, enquanto que, para o outro autor, seriam oriundas do fracionamento das fazendas, principalmente, por meio de um pesado encargo no momento de distribuí-las entre herdeiros.

O quinto mandato de Porfírio Díaz, após uma nova reeleição em 1896, seria marcado por uma importante medida econômica, que representou uma vitória para o secretário da Fazenda José Ives Limantour, ou seja, a abolição, no mesmo ano, das alcabalas que constituíam em um verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento do comércio interno entre os estados.

Outra iniciativa de destaque foi a Lei de Instituições de Crédito de 1897, definindo como bancos hipotecários aquelas instituições financeiras que realizassem empréstimos tendo como garantia para o pagamento as propriedades. Contudo, a mesma lei estabeleceu que os empréstimos não poderiam exceder a metade do valor dos bens hipotecados. O objetivo da lei era criar instituições financeiras capazes de outorgar créditos a prazo, facilitando, assim, o desenvolvimento da mineração, agricultura e indústria. No que se refere à agricultura, a lei acabou não surtindo efeito esperado, pois, ainda que

---

<sup>171</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2002, p. 67.

os bancos hipotecários certamente concederam bom número de empréstimos sobre propriedades rústicas em conformidade com os ordenamentos legais, fizeram-no unicamente aos grandes fazendeiros, que em múltiplas ocasiões não utilizaram o dinheiro emprestado para melhorar os sistemas de exploração de seus latifúndios, mas para cobrir outras dívidas já contraídas ou para atender aos seus crescentes gastos de uma vida improdutiva e faustosa.<sup>172</sup>

Ao mesmo tempo, a incipiente classe operária passava por sérias dificuldades por causa dos salários baixos e dos preços dos produtos que, geralmente, tinham reajustes superiores à capacidade de compra dos operários, ocasionando uma situação de escassez e fome que levaria ao surgimento de várias associações mutualistas e sindicatos que promoveram várias greves a partir de 1895, exigindo melhores salários e condições de trabalho.

Um ano depois da sua formatura em Direito, em 1902, Andrés Molina Enríquez publicaria a sua segunda obra, *La cuestión del día: la agricultura nacional*. Trata-se de um trabalho no qual ele analisa um sério problema econômico que perpassou toda a história do México e que permanecia durante o Porfiriato, isto é, a questão agrária, sendo necessárias medidas de caráter técnico para solucioná-lo.

Esta obra foi publicada no mandato de Porfirio Díaz que se iniciou em 1900, marcado negativamente pela presença no país de epidemias, como por exemplo, a de varíola e peste bubônica, e pelas forças da natureza que geraram catástrofes como terremotos.

Em 1900, três quartos da população mexicana ainda viviam na zona rural e, em sua maioria, em comunidades indígenas, ranchos e terras de grandes fazendeiros em péssimas condições de vida, à margem de qualquer desenvolvimento que ocorresse no setor agrícola.

A mineração e a manufatura cresciam em um ritmo acelerado. A primeira, com ritmo acelerado de 6% de aumento por ano, gerou uma produção de 160 milhões de pesos em 1902. Em 1900, 107 mil operários trabalhavam neste setor. Nesse mesmo ano, surgiu a Companhia Fundidora de Ferro e Aço de Monterrey S.A. que, em 7 de fevereiro de 1903, pôs em funcionamento o primeiro alto-forno da América Latina, impulsionando a siderurgia mexicana que estaria na base da expansão urbana e da industrialização do país.

A manufatura teve um crescimento anual de 1,7% e, em grande parte, fruto de investimentos, que teria como consequência a concentração cada vez maior de capitais e o desenvolvimento da mecanização que levou ao fechamento de muitas empresas artesanais.

---

<sup>172</sup> SILVA HERZOG, 1980, p. 149.

Em 1900, o setor empregava 624 mil operários, com uma produção anual, em 1903, de 163 milhões de pesos. Entre as indústrias mais dinâmicas, apareciam as de açúcar, tecidos e tabaco.

Paralelamente, continuavam os investimentos em vias de comunicação, sobretudo, em ferrovias, para facilitar o fluxo da produção nacional e, consequentemente, promover o desenvolvimento da economia mercantil do país. Em 1902, o México já possuía uma malha ferroviária de 15.135 km e, nessa época, houve a fusão de importantes empresas ferroviárias com a criação da Empresa das Estradas de Ferro do México, da qual o governo mexicano participava com 50% das ações.

Merece destaque a presença cada vez mais forte dos capitais norte-americanos no ramo ferroviário e em outros também importantes, como o de mineração e petróleo. Segundo Américo Nunes,

se, entre 1870 e 1908, os investimentos norte-americanos elevaram-se a 800 de dólares, em 1911 eles estão entre 1 bilhão e 44 milhões e 1 bilhão e 280 milhões de dólares: 82% dos investimentos norte-americanos operam nas estradas de ferro, nas minas e no petróleo. 40% dos investimentos totais no México – mais de 2 bilhões e 434 milhões de dólares, representando a taxa de capital-moeda total do país – são norte-americanos.<sup>173</sup>

No que se refere ao petróleo, foi por volta de 1900, quando se impulsionou a indústria petrolífera a partir do início da fabricação de automóveis em série, que os interesses norte-americanos cresceram os olhos sobre este produto. Sem falar na utilização posterior do petróleo bruto para movimentar caldeiras nas indústrias. Nessa mesma época, o financista Edward L. Doheny, que descobriu um lençol de petróleo nas proximidades de Tampico, juntamente com outros financistas, fundaram a Huasteca Petroleum Company. Mais tarde, em 1908, esta empresa adquiriria a concessão de exploração de outros campos em Veracruz, Tamaulipas e San Luis Potosí.

Contudo, o capital inglês também viu com bons olhos a possibilidade de se investir na exploração de petróleo no México e, em 1905, adquiriu concessões de campos na zona de El Ébano e no Istmo de Tehuantepec em nome da Companhia Mexicana de Petróleo El Águila, organizada pelo financista inglês Weetman D. Pearson.

Era o começo de uma batalha entre o capital inglês e o norte-americano pelo petróleo mexicano. No meio dela se encontrava Porfirio Díaz, que tendeu a privilegiar o capital inglês por causa de sua amizade com o diretor do grupo Pearson, Lord Cowdray, e do

---

<sup>173</sup> NUNES, 1980, p. 43-44.

medo da ameaça que poderia representar para o país um predomínio financeiro dos Estados Unidos. As consequências desta disputa foram que

a causa inglesa de Pearson, em conluio com homens influentes do regime, obteve contratos onerosos de obras públicas que deveriam executar os engenheiros do governo e as concessões petroleiras do Istmo e do sul de Veracruz. O resto da zona petroleira foi outorgada à Standard Oil, por Tampico, e à Huasteca. O governo somente se reservou nestes contratos a uma participação nominal. E o resultado tem sido que, sem saber bem o que se dava, pois se outorgavam os privilégios sobre o mapa, todo o petróleo do país passou para as mãos dos ingleses e norte-americanos. E apenas alguns políticos e aliados do Ditador obtiveram umas quantas ações liberadas, possuídas em segredo. Os milhões do petróleo mexicano não deixaram à região explorada nem sequer o proveito de um bom edifício para escola.<sup>174</sup>

A situação no campo cada vez mais piorava diante dos avanços sobre as terras pelas companhias de agrimensura. A desigualdade entre os *peones*, pequenos proprietários e latifundiários acentuava-se, com 1% do total das terras pertencendo aos *pueblos*, 2% estando nas mãos de pequenos proprietários e 97% sendo concentrados pelos grandes fazendeiros. Além disso, 96% da população rural era totalmente desprovida de propriedade de terra em 1903. Outro dado que revela a disparidade no campo é o da renda agrícola bruta, pois, em uma renda anual de 284.726.000 pesos, a renda anual per capita dos diaristas ou *peones* era de 61 pesos, a dos pequenos proprietários de 244, enquanto que a dos latifundiários era de 2.229 pesos.

As condições de vida da classe operária não eram muito melhores do que a dos *peones*, sendo obrigada a cumprir uma carga horária diária de 15 horas, recebendo um salário que mal dava para o sustento dela e de suas famílias e não tendo direito a férias e descanso aos domingos. Dessa maneira,

a vida dos operários não foi geralmente feliz. O desenvolvimento capitalista exigiu-lhe muitos sacrifícios. Tornou-se costume que o patrão não respeitasse nem os domingos. Os patronos do progresso sentiam-se educadores, estavam temerosos de que os seus dependentes caíssem nos vícios tradicionais do povo, dos quais tinham sido resgatados, não lhes concedendo tempo para o lazer. Somente tarefas diárias de quinze horas e somente salários que por milagre alcançassem para o sustento da família e de si mesmo, que não permitissem esbanjamentos, podiam redimi-los dos costumes feios da embriaguez, da preguiça e da luxúria.<sup>175</sup>

No México, assim como no Brasil, os seguidores de Augusto Comte dividiram-se entre os positivistas religiosos ou ortodoxos, liderados por Pierre Laffitte, e os positivistas filosóficos ou heterodoxos, seguindo a tendência de Émile Littré de refutar os

<sup>174</sup> VASCONCELOS, 1968, p. 414.

<sup>175</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 241-242.

esquemas religiosos de Augusto Comte por considerá-los difíceis de serem seguidos. O primeiro grupo era muito pequeno no México, podendo-se citar como os seus principais membros Agustín Aragón, também conhecido como o Papa da religião positivista no país, Horacio Barreda, filho de Gabino Barreda, Porfirio Parra, López de Llergo e Luis Mesa.

Até 1900, as associações e publicações sobre o positivismo no México tinham se dedicado quase que exclusivamente a um estudo e uma difusão mais acadêmica da filosofia de Augusto Comte. Foi nesse ano que o grupo de positivistas ortodoxos decidiram fundar a Sociedade Positivista, voltada mais para uma difusão ampla da filosofia de Augusto Comte, não restrita aos meios acadêmicos, sobretudo, do aspecto religioso do positivismo. Juntamente com a Sociedade Positivista, foi criado um jornal para a difusão dos preceitos religiosos positivistas, que se denominava *Revista Positiva*. No ano seguinte, a *Revista Positiva* não somente publicaria os treze principais artigos de fé<sup>176</sup>, mas também afirmaria que o aspecto essencial do positivismo era a Religião da Humanidade de Augusto Comte. Neste sentido, os treze artigos de fé serviriam para guiar os positivistas mexicanos em sua missão de fundir a nação mexicana com o Grande Ser da Humanidade. O objetivo final era a realização de tudo na vida que fosse útil, bonito e verdadeiro, conduzindo o homem para o progresso da humanidade.

Para Agustín Aragón, editor da *Revista Positiva*, era necessário não somente levar em conta a cultura científica presente na doutrina de Augusto Comte, mas também seguir o culto religioso, satisfazendo todas as aspirações do homem. Porém, não se tratava de

---

<sup>176</sup> “Os treze pontos do esboço podem ser parafraseados como se segue: 1. A Humanidade no total é um organismo que vive e se desenvolve; 2. O progresso da Humanidade é indicado pelo desenvolvimento de diferentes religiões dos tempos remotos até o presente; 3. Todas as religiões têm sido boas e úteis durante as suas épocas, mas têm sido invalidadas pelo novo conhecimento da ciência e pelo desenvolvimento de diferentes necessidades sociais; 4. A última religião, Cristianismo, quando julgada no conjunto, foi superior às religiões mais antigas, não na credibilidade dos seus princípios, mas em sua utilidade pessoal e social; 5. O desenvolvimento do conhecimento positivista (ou ciência) tem desacreditado a doutrina cristã e o Cristianismo está agora no estágio da sua dissolução; 6. Nenhuma religião pode ter qualquer influência ou utilidade no futuro a não ser que se baseia no conhecimento científico; 7. Não há uma forma de demonstrar a existência de Deus ou a imortalidade da alma, consequentemente, o positivismo nem afirma e nem nega estas doutrinas; 8. O Ser de natureza maior e de mais benefícios para o ser humano é a Humanidade (embora ela não seja nem onipotente nem perfeita). Este ser consiste de tudo o que o homem tem contribuído no passado, está contribuindo atualmente, e contribuirá no futuro; 9. Para este Ser nós oferecemos o nosso Amor, Serviço e Veneração. Este Ser não é um Deus, mas ocupa o lugar de Deus. Cada um pode servir este Ser seguindo a máxima: ‘Viver para outrem’; 10. No serviço da Humanidade nós consideramos tudo o que foi útil no serviço de Deus; 11. Os princípios morais aceitos que o homem pratica, têm geralmente sido acreditados por terem sido revelados ou ditados por Deus para o homem. Na realidade, os princípios morais têm sido o resultado da bondade e do desejo dos homens que têm especulado sobre a condição do homem em todas as épocas; 12. Nós aceitamos estes princípios morais como um resultado do trabalho da Humanidade, não de Deus, e deve lutar para aperfeiçoá-los no futuro; 13. A necessidade mais imediata e urgente dos nossos tempos é a formação de uma sociedade religiosa universal fundada sobre os princípios mencionados nos quais homens e mulheres de todas as nações, sem levar em conta as diferenças nacionais ou políticas, estarão unidos moralmente e intelectualmente assim como as pessoas da Europa Ocidental eram durante as épocas anteriores sob a Igreja”. (RAAT, 1967, p. 257-258).



um culto como outros até então existentes. Era um culto que, baseado no amor e na responsabilidade, estava livre de qualquer superstição teológica. Ademais, o grande ser cultuado era o ser coletivo conhecido como Humanidade, que, ao longo da história, por meio de grandes personagens, possibilitaria exemplos de vida que confirmavam a máxima da ética positivista, que seria “viver para a família, o país e a Humanidade”.<sup>177</sup>

Os sacerdotes positivistas mexicanos deveriam ter uma sabedoria ética como resultado da “síntese subjetiva”, ou seja, da síntese oriunda do conhecimento geral das ciências e que era um esquema moral relacionado ao saber científico válido universalmente para todos os homens. Com este conhecimento especial da moralidade, os sacerdotes positivistas seriam os guias na Era da Humanidade, considerada o estágio último e totalmente positivista da história.

Visando desenvolver nos seguidores o culto privado para o deus secular da Humanidade e seu servo Augusto Comte, de modo a despertar naqueles um espírito altruísta, os sacerdotes positivistas mexicanos instituíram a prática dos sacramentos sociais. Estes sacramentos eram oito, apresentação (batismo), iniciação e admissão (confirmação), destinação, matrimônio, maturidade, retiro, extrema unção ou transformação e, um último e complementar, realizado após seis anos do falecimento do indivíduo, conhecido como incorporação.<sup>178</sup>

Em 1902, foi introduzido na Sociedade Positivista o calendário positivista, que era dividido em treze meses que representavam os treze estágios de desenvolvimento mental na história do progresso humano. Cada mês e dia recebia o nome de uma grande personagem da história da Humanidade, cujo comportamento deveria ser imitado. Além disso, a Sociedade Positivista do México também deu início a um encontro anual em homenagem a Augusto Comte, consistindo

em um culto de adoração desenvolvido não somente ao redor da personalidade de Comte, mas também de Barreda, Bichat, Laffitte, Mill e outras. Estas sessões eram usualmente caracterizadas pela invocação, pela música de câmara, pelas leituras de obras poéticas e literárias e, ao final, pelo discurso principal em honra da pessoa a ser louvada.<sup>179</sup>

Nesse mesmo ano, os positivistas ortodoxos ainda se esforçariam para difundir o culto positivista ao longo do continente americano. Tendo em mente este objetivo,

<sup>177</sup> RAAT, 1967, p. 258-259.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 262.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 265.

colaboraram ativamente para a fundação da Sociedade Positivista da América Central, com sede na Guatemala.

A partir de 1903, os membros da Sociedade Positivista iniciaram uma forte campanha a favor da adoção no sistema de ensino público da Lógica inspirada na filosofia de Augusto Comte, sobretudo, da lógica indutiva, considerada como a essência do método científico para o conhecimento. Apoiado nesta campanha, um dos membros da Sociedade Positivista, Porfirio Parra, publicaria uma obra que, em seu pensamento, serviria como referência para o aprendizado da lógica, intitulada *Nuevo sistema de lógica inductiva y deductiva*. Ela seria proposta como o livro a ser adotado na reforma do programa do ensino de Lógica pelo diretor da Escola Nacional Preparatória, Manuel Flores, para o Conselho Superior de Educação Pública.

No trabalho de Porfirio Parra, a Lógica tem o seu estudo dividido em três partes, a *nociología* ou o estudo dos fundamentos subjetivos e objetivos nos quais se amparam os preceitos lógicos, a *logología* ou estudo da palavra a partir de uma perspectiva lógica e a *nociotecnica* ou estudo das operações lógicas. Ademais, também se desenvolve uma análise dos sofismas ou das falácias, considerados como “erros emanados de diversas predisposições do espírito humano, por causa das quais exageramos e eficácia das provas, até tomar por suficientes e completas as que não têm este caráter”.<sup>180</sup> Na perspectiva de Porfirio Parra, é importante revisar-se a forma como se obtém o conhecimento lógico, a começar pela própria concepção da palavra prova, pois

a ideia de **prova** não é muito clara. Depois de definir a lógica por meio da prova, teria que definir a prova mesma. Parra propõe que se substitua a palavra prova por outros conceitos claros e bem perceptíveis, que constituindo os elementos fundamentais da prova, valham pela definição da mesma. O conhecimento só é válido quando os fatos que ele contém, e as relações que ele entre os fatos afirma, correspondem cabalmente com a realidade das coisas. A esta cabal correspondência é à que se chama verdade de conhecimento, e os meios de que se dispõe para tornar indubitável dita correspondência levam o nome de **prova** de conhecimento.<sup>181</sup> (grifo do autor).

Em 1905, Andrés Molina Enríquez publicou a sua primeira obra importante, intitulada, *Juárez y la Reforma*, na ocasião da comemoração do centenário do nascimento de Benito Juárez, sendo premiado por ela. Neste livro Andrés Molina Enríquez interpreta os acontecimentos históricos do país, principalmente, a Reforma. De acordo com o autor, o principal aspecto positivo da Conquista e do período colonial foi a capacidade da dominação espanhola em promover a fusão de raças antagônicas, no caso, o branco e o índio, que se

<sup>180</sup> ZEA, 1990, p. 392.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 387-388.

encontravam em diferentes estágios evolutivos. Contudo, isto não significa que uma raça foi mais importante do que a outra, mas que uma colaborou com a outra para a sua existência no território mexicano, ou seja, “nem os espanhóis sozinhos teriam podido desenvolver em um meio alheio nem os indígenas teriam sido capazes de criar uma civilização tão avançada como a europeia sem o concurso dos conquistadores”.<sup>182</sup>

No que diz respeito ao período imediatamente pós-independência, diante de ausência de um príncipe espanhol capaz de implantar um governo organizado e estável, o México acabou caindo em uma etapa de desintegração, caracterizada pela luta pela supremacia do poder entre os *criollos* desde duas bases, o governo e o clero. Esta situação permaneceria assim até 1854, quando, por meio do Plano de Ayutla que derrubou o governo de Santa Anna, os mestiços apossaram-se do poder com a colaboração da facção liberal dos *criollos*, travando uma luta intensa com a facção conservadora dos *criollos* e a Igreja. Com a chegada ao poder de Porfirio Díaz em 1876, por meio do Plano de Tuxtepec, houve a consolidação dos mestiços na direção do país e o início da chamada etapa integral ou período da nacionalidade. Segundo Andrés Molina Enríquez, o Plano de Ayutla representou

o verdadeiro divisor de águas da história do México, o “ponto de partida de nossa nacionalidade”. Com ele chegaram ao poder os mestiços graças à maior energia que lhes proporcionava a preponderância de seu sangue indígena, elevado em plena ascensão evolutiva pelo decadente sangue espanhol. Porque se, por um lado, os mestiços padecem da desventura dos híbridos, ao herdarem “as loucuras de Dom Quixote sem o bom sentido de Sancho”, por outro, estão destinados a se desprender de suas raças de origem, a eliminar os defeitos herdados e a manter as suas vantagens sobre indígenas e *criollos*.<sup>183</sup>

Devido ao sucesso desta obra no meio intelectual mexicano, Andrés Molina Enríquez foi convidado a se integrar ao Museu Nacional pelo diretor da instituição, Genaro García, na qual, a partir de 1917, desenvolveu vários trabalhos de investigação e docência até o seu falecimento em 1940.

Durante o período de 1904 a 1910, o progresso econômico seguia de maneira acelerada, chegando os investimentos estrangeiros a 1 bilhão e 700 milhões de dólares em 1908, dos quais 38% eram norte-americanos, 29% eram ingleses e 27% franceses.

Na agricultura, o volume da produção quase duplicou, com o valor da produção para consumo interno passando entre 1904 e 1908 de 300 a 400 milhões de pesos e o da produção para exportação de 46 a 57 milhões.

<sup>182</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2002, p. 56.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 57.

Um crescimento muito maior teve a mineração, com a produção de ouro pulando de 15 toneladas entre 1902 e 1903 a mais de 30 entre 1907 e 1908, a da prata passando de 2.000 toneladas a 2.500 toneladas entre os mesmos anos, a de zinco crescendo de 900 toneladas em 1904 a 23.000 toneladas em 1907, e a produção de ferro, que no início do século XX era de 3.000 toneladas e, em 1910, de 60 mil.

Na indústria petrolífera, a produção teve uma verdadeira explosão, pois, no início do século XX, a quantidade de barris extraídos era de 5 mil anuais, enquanto que, em 1910, era de 8 milhões de barris. Isto se deveu, em grande parte, à descoberta e exploração de grandes reservas de petróleo.

No que se refere à produção manufatureira, esta pulou de 167 milhões de pesos em 1904 a 210 em 1907.

Este crescimento econômico seria ainda facilitado pelo bom desempenho das finanças do país devido à política econômica adotada pelo secretário da Fazenda José Ives Limantour. Dois pontos desta política merecem destaque. O primeiro deles é o superávit contínuo nos orçamentos, que no caso do orçamento de 1907-1908 atingiu os números de 114 milhões de receitas e 85 de gastos. O outro ponto foi a realização de uma reforma monetária de envergadura em 1905, visando, principalmente, a estabilidade do câmbio. A medida tomada por José Ives Limantour consistia na introdução do padrão-ouro, na implantação do peso como unidade do sistema monetário equivalente a 75 centigramas de ouro puro e na criação da Comissão de Câmbio e da Moeda responsável pela resolução da questão da cunhagem de moedas e sua circulação.

Em setembro de 1908, foi criada a Caixa de Empréstimos para Trabalhos de Irrigação e Desenvolvimento da Agricultura com um capital de 10 milhões de pesos, cujo objetivo era promover o crescimento da produção agrícola e gerar suporte para a construção de obras de irrigação. Contudo, esta instituição praticamente não teve quase nenhum papel no desenvolvimento da agricultura, pois

não fomentou a agricultura em nenhuma escala apreciável e nem contribuiu à construção de obras de irrigação de importância que com tanta urgência estava exigindo o progresso econômico do México. A flamejante instituição limitou-se a emprestar somas muitas vezes numerosas aos grandes proprietários de terras, pessoas que desfrutavam do favor oficial. Portanto, pode-se dizer que a Caixa de Empréstimos não cumpriu os propósitos que originaram o seu estabelecimento e que foi um completo e lastimável fracasso.<sup>184</sup>

---

<sup>184</sup> SILVA HERZOG, 1980, p. 149.

Aliás, o grande fracasso de todo o crescimento econômico alcançado pelo México durante o Porfiriato foi o fato de que beneficiou apenas uma minoria da população do país e um grupo de capitalistas estrangeiros, o que passou a ser percebido por aqueles que não tiravam vantagens do regime e, dessa forma,

as pessoas começam a falar dos defeitos da prosperidade e da ordem porfíricas; começam a repudiar os homens e os atos oficiais. A ditadura entre em um caminho de solidão e crítica difícil de entender em seu conjunto. De um dia para outro, Porfirio e seu bando começam a perder admiradores e a somar críticos. O sentir da opinião pública retira a sua confiança no Porfiriato. Os letrados mais ou menos jovens, a maioria da classe média urbana, os rancheiros e este e aquele proprietário de terra, os sacerdotes e mais de um bispo, os artesãos e trabalhadores industriais, os *peones* “livres” que trabalham por temporada nos Estados Unidos, começam a diminuir quem até pouco era para todos o grande protetor, a providência na terra, o arbítrio supremo, o super-homem, o herói da paz, o arquiteto da regeneração nacional, a Justiça Maior, o colosso do progresso, o taumaturgo que podia acalmar os ventos e as águas.<sup>185</sup>

Nesta redução da importância da figura de Porfirio Díaz teve um papel de destaque um grupo de jovens intelectuais nascidos entre 1873 e 1889, recém-formados ou ainda estudantes, que, contando com nomes como José Vasconcelos, Pedro Henríquez Ureña, Martín Luis Guzmán, Alfonso Reyes e Antonio Caso, mudaria o contexto intelectual mexicano. Este grupo constituiria o que ficaria conhecido como a geração do Ateneu.

A geração do Ateneu criticou o positivismo que, nas mãos dos científicos, servia como ideologia para justificar “a ordem e o progresso” alcançado pelo regime de Porfirio Díaz e que pretendia ser a solução para todos os problemas mexicanos. Embora se tratasse de uma crítica filosófica ao positivismo e não de uma crítica política ao regime, acabou colocando indiretamente em questionamento o princípio de autoridade do Porfiriato ao se atacar a base ideológica que justificava a existência dele.

Em nome de uma maior liberdade intelectual, a geração do Ateneu atacaria o autoritarismo das ideias existentes durante o regime de Porfirio Díaz, representado, sobretudo, pelo currículo positivista da Escola Nacional Preparatoria. Para isto, seria organizada a Sociedade de Conferências em 1907, transformada a posteriori, em 1909, no Ateneu do México. A maior liberdade intelectual significava “iniciar uma exploração por outras correntes do pensamento contemporâneo, tais como o bergsonismo, e o retorno à especulação metafísica que o positivismo condenava por infrutuosa”.<sup>186</sup> Portanto, em seus esforços para

<sup>185</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 250-251.

<sup>186</sup> FRANCO, Jean. **La cultura moderna en América Latina**. Trad. Sergio Pitol. México: Grijalbo, 1985, p. 68-70. (Colección Enlace).

superar a ditadura intelectual do positivismo, os ateneístas utilizar-se-iam de uma gama de correntes de pensamento filosóficas, pois

em Kant e Schopenhauer encontraram o impulso para a contemplação filosófica e a experiência estética. Nietzsche inspirou a rebelião individual contra a escrava adesão a qualquer doutrina. Também recorreram aos clássicos. Afonso Reyes (1889-1959), ateneísta mais jovem, pediu a restauração do latim, fundamental para a literatura, posto que ambos aspectos tinham sido “apagados” pelos positivistas como consequência da “reação liberal” contra a Igreja. O que de forma mais direta guiava os ateneístas era o que Vasconcelos denominou a “nova filosofia francesa” de Boutroux e, em particular, de seu aluno Bergson. Boutroux defendia a contingência no processo evolucionista, menosprezando o determinismo. A distinção que faz Bergson entre o tempo científico medido com precisão como espaço e o tempo científico medido com precisão como espaço e o tempo “real” como continuidade experimentada ou duração era, para os americanos, um conceito libertador. O tempo como duração é movimento perpétuo, inerente à vida mesma e, só pode experimentar-se internamente por meio da “simpatia intelectual” ou da “intuição”. A intuição, por sua vez, é a base do “ímpeto vital (**élan vital**)” em toda a natureza, uma força criativa que guia a humanidade para que supere todos os obstáculos, “talvez inclusive a morte”.<sup>187</sup> (grifo do autor).

Os ateneístas repudiaram o método positivo por causa da recusa dele em aceitar a capacidade humana de ir além dos limites materiais por meio da imaginação, usando-se como argumento a tese da observação e demonstração que, na realidade, já não observava e nem demonstrava nada, esgotado como estava por se reduzir aos seus cânones. O otimismo a respeito da capacidade da ciência em resolver todos os problemas da humanidade deveria ser substituído por um ceticismo que abrisse os olhos dos homens para a impossibilidade da ciência em oferecer soluções definitivas. Ao contrário, o que ela faz é estabelecer problemas, não se constituindo em uma ordem. Portanto, o progresso da ciência é contrário à ideia de ordem, pois uma ciência com ordem, não tendo uma luta perpétua entre o antigo e o novo saber, está morta. A partir desta concepção presente no meio de divulgação das ideias destes jovens intelectuais, que era o jornal *Savia Moderna*, fundado em 1906, a ciência do positivismo deixava de ser

a bandeira da paz, passando a ser mais uma expressão de um temperamento humano, expressão de paixões, pendão em luta, arma de guerra e não de paz. O positivismo mexicano entrava assim em crise: deixava de ser ciência definitiva, aparecendo como uma filosofia mais, o que atualmente chamamos de ideologia. Não expressava já a Ordem, mas uma ordem, não era um instrumento de paz, mas instrumento de guerra. Frente a ele se levantariam outros pendões, novas filosofias e com elas novos homens.<sup>188</sup>

Entre estes pendões estariam as Humanidades, campo do conhecimento depreciado pelo positivismo, tornando-se objeto de estudo e atenção, com ênfase para a

<sup>187</sup> HALE, 1991, p. 46-47.

<sup>188</sup> ZEA, 1990, p. 437.

Grécia e Roma como referência de aspirações humanistas. Ademais, diferentemente da geração positivista que enxergava no latino um símbolo de inferioridade cultural e racial, a nova geração via nele a representação da imaginação, da liberdade de pensamento e da crença na beleza do espírito humano, valores herdados das culturas grega e romana. Tais valores acabam por induzir o latino a crer em utopias, o que era visto como um defeito para os positivistas. De acordo com a geração do Ateneu,

o mundo da cultura grega oferecia um grande exemplo a seguir. Na realidade, as utopias só são negadas pelos conformistas, pelos que estão de acordo com uma certa ordem de coisas que não querem ver mudar. Porém, a nova geração não estava conforme com o mundo que lhe tinha tocado por sorte viver; queriam um mundo no qual tivessem alguma missão que cumprir, não o mundo positivista em que tudo estava feito.<sup>189</sup>

A missão de alguma forma começaria a ser cumprida em 1910, quando houve uma nova reforma educacional no sistema de educação pública do México. Nesta reforma reorganizaram-se as várias escolas superiores, que foram integradas para se criar a Universidade Nacional. Junto com ela apareceu a Escola de Altos Estudos, que a posteriori daria origem à Faculdade de Filosofia e Letras. Dessa maneira,

o sistema interino foi reorganizado para substituir a Escola Nacional Preparatória pela Universidade Nacional como o centro da organização educacional do México. Reformas específicas foram realizadas no currículo da Universidade. A lei de 7 de abril de 1910 instituiu uma Escola Nacional de Altos Estudos, “a filosofia e a história das doutrinas filosóficas” eram para ser incluídas. A Filosofia, de acordo com o Artigo 3º da lei, era para ser dada na seção de Humanidades da Universidade. Em outras palavras, a filosofia era para ser concebida amplamente e, inclusive, distintamente do modelo positivista. Depois desta legislação e durante aquele ano, Justo Sierra colocou-a em prática, estabelecendo uma cátedra de História da Filosofia que era dedicada à toda filosofia contemporânea, incluindo aquela de Bergson e William James.<sup>190</sup>

Todavia, a crítica de cunho político e social contra o autoritarismo do regime de Porfirio Díaz partiria de um grupo composto em sua maioria de indivíduos da classe média de tendência liberal radical. Entre estes havia profissionais liberais como engenheiros, advogados, professores, pequenos e médios comerciantes, artesãos, vendedores e intelectuais independentes. Os principais liberais radicais foram Camilo Arriaga, Librado Rivera, Rosálio Bustamente, Juan Sarabia e Antonio Díaz Soto y Gama.

Em 30 de agosto de 1900, Camilo Arriaga lançou um manifesto intitulado *Um Convite para Ingressar no Partido Liberal* na cidade de San Luis Potosí. Tratava-se de um

<sup>189</sup> ZEA, 1990, p. 439.

<sup>190</sup> RAAT, 1967, p. 251-252.

texto que não continha uma linguagem revolucionária. Na verdade, era um manifesto escrito por alguém cansado de uma burocracia senil e carcomida, que permanecia eternamente no poder, que não dava espaço para indivíduos mais jovens e tão ou até mais capacitados do que os científicos para ocuparem cargos públicos, e de um clero pomposo e conciliador. Em nome dos princípios do liberalismo mexicano do século XIX, fazia-se críticas ao avanço do clero e retrocesso das reformas liberais e se afirmava a necessidade de uma abertura democrática no país.

Em 13 de setembro de 1900, Camilo Arriaga fundou na mesma cidade o Clube Liberal Ponciano Arriaga, nome dado em homenagem a um parente de Camilo Arriaga e importante político liberal do século XIX. Foi o estopim para um movimento de união de todos os liberais no país, com o aparecimento de novos clubes e a multiplicação de jornais e publicações, entre os quais se destacaria o jornal *Regeneración* da Cidade do México, fundado pelos irmãos Jesús e Ricardo Flores Magón.

No ano seguinte, mais especificamente, em 5 de fevereiro de 1901, com o objetivo de se transformar o Partido Liberal em um partido nacional, a partir da iniciativa de Camilo Arriaga, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional Liberal em San Luis Potosí. A data escolhida não foi um fruto do acaso, pois era o dia em que se comemorava o 44º aniversário da Constituição Liberal de 1857. Durante o encontro, ficou clara a divisão dos liberais em duas alas, a dos moderados, que, como Camilo Arriaga restringiam-se a criticar as relações entre o clero e o governo federal, e a ala dos radicais, que composta por jovens como Ricardo Flores Magón, Librado Rivera, Juan Sarabia e Antonio Díaz Soto y Gama, optaram pela crítica e oposição direta ao governo de Porfirio Díaz, principalmente, no que se referia a política econômica social então vigente. No final das contas, acabou prevalecendo a posição dos liberais moderados, como se pode demonstrar pelo conteúdo do programa político desse primeiro congresso, que tão somente reafirmava os princípios libertários da democracia.

Entretanto, essa situação não perduraria por muito tempo por causa do entusiasmo causado em todo o movimento liberal pelos discursos dos liberais radicais. Assim, logo em março de 1901, Camilo Arriaga e Antonio Díaz Soto y Gama publicaram o *Manifesto à Nação*, no qual criticaram a imprensa semioficial e subserviente, o Partido Científico por seu caráter antidemocrático e a relação entre o clero e o governo federal, e pediam a destituição de Porfirio Díaz.

Estes pontos de vista seriam retomados por outro manifesto de 4 de novembro de 1901, convocando para o Segundo Congresso Liberal a se realizar na cidade de San Luis



Potosí em fevereiro de 1902. A pauta deste congresso incluía assuntos como reforma agrária, trabalho escravo nas fazendas e controle das riquezas nacionais por grupos estrangeiros.

A reação do governo não demorou, ocorrendo a prisão dos redatores do manifesto, no caso, de Camilo Arriaga e José María Facha. Além disso, em 24 de janeiro de 1902, poucos dias antes da realização do congresso liberal, agentes do governo invadiram o local onde se realizava uma reunião preparatória e atacaram os liberais, sendo vários presos, o que impediu a realização do congresso.

No início de 1903, a sede do Clube Liberal Ponciano Arriaga foi transferida de San Luis Potosí para a Cidade do México, onde foram publicados dois manifestos. O primeiro, datando de 23 de fevereiro de 1903, acusava Porfirio Díaz de opressor do povo mexicano. O segundo manifesto, lançado em 27 de fevereiro, criticava os problemas econômicos e sociais e propunha reformas para solucioná-los.

Em 2 de abril de 1903, os liberais realizaram um protesto com cartazes que continham dizeres contrários à reeleição de Porfirio Díaz. Porém, se esta manifestação não sofreu retaliação na Cidade do México, o mesmo não aconteceu em Monterrey, onde um protesto similar foi extremamente reprimido pelo governador de Nuevo León que buscava a reeleição, ou seja, o general Bernardo Reyes. Diante da abertura de um processo criminal por Camilo Arriaga e Antonio Díaz Soto y Gama contra o general Bernardo Reyes, aliado de Porfirio Díaz, os dois liberais passaram a sofrer ameaças, vendo-se obrigados a se refugiarem no Texas, Estados Unidos. Nesse momento, a liderança do movimento liberal passou para os irmãos Flores Magón, Juan Sarabia e Librado Rivera, que fundaram o Clube Liberal Redenção e lançaram um manifesto em 11 de abril de 1903, no qual, além de tacitamente reafirmar a posição contrária à reeleição do general Porfirio Díaz, oferecia também o apoio do Partido Liberal Mexicano a qualquer candidato que quisesse disputar o páreo sucessório contra o caudilho. A reação do governo veio na forma de repressão em 16 de abril de 1903, quando

a gráfica de *Regeneración* é destruída; os liberais são perseguidos e aprisionados. Muitos deles se refugiam, em janeiro de 1904, em Laredo, no Texas, onde recomeçam a publicar *Regeneración*, que circula clandestinamente no México. Mas, logo, as autoridades mexicanas encontram cúmplices no seio da administração norte-americana. É o começo de uma longa perseguição, nos Estados Unidos, contra os revolucionários “magonistas”.<sup>191</sup>

---

<sup>191</sup> NUNES, 1980, p. 159.

Em Saint Louis, Missouri, os magonistas entraram em contato com os ideais anarquistas, tornando-se Juan Sarabia, Ricardo Flores Magón e Antonio I. Villareal simpatizantes destas ideias, o que levaria a uma ruptura com Camilo Arriaga. Com isto, a liderança ativa do Partido Liberal Mexicano ficava nas mãos de Ricardo Flores Magón e era o início da radicalização maior do partido, que passou a adotar, em setembro de 1905, o lema “*Reforma, Libertad y Justicia*”, pregando a luta, até armada se fosse preciso, contra o regime político de Porfirio Díaz.

A oportunidade para esta luta veio com a primeira greve importante na história do México, iniciada em 1º de junho de 1906 na cidade de Cananea, sob a liderança dos mineiros Estabán B. Calderón e Manuel M. Diéguez da União Liberal Humanidade vinculada ao Partido Liberal dos irmãos Flores Magón. A greve de Cananea aconteceu nas minas de cobre que eram exploradas pela companhia norte-americana The Cananea Consolidated Copper Company e se deveu ao fato de que os mexicanos realizavam trabalhos mais árduos que os mineiros norte-americanos, mas em compensação recebiam uma remuneração menor. Em tempo de trabalho idêntico, enquanto o salário dos norte-americanos era pago em ouro e variava de 3 a 5 dólares por dia, os mexicanos recebiam em moeda nacional o equivalente a 3 pesos por dia. As reivindicações dos trabalhadores mexicanos consistiam em aumento de salário para 5 pesos e redução da jornada de trabalho para 8 horas. Diante da recusa da companhia em atender as reivindicações e da radicalização do movimento grevista pelos operários mexicanos, a greve foi brutalmente esmagada.<sup>192</sup>

Sob a tríplice influência do mutualismo socialista, do liberalismo social reformista e das reivindicações colocadas pelos operários na greve de Cananea, a Junta Organizadora do Partido Liberal Mexicano publica, em 1º de julho de 1907, o seu Programa com uma tiragem de 500.000 exemplares e divulgado clandestinamente por todo o México. Redigido em grande parte por Juan Sarabia e Antonio I. Villareal, muitas das reformas contidas neste programa seriam incorporadas à Constituição de 1917. Além disso, vários círculos operários entre 1906 e 1909 adotariam como princípios para a realização de greves o programa liberal de 1906. Entre as principais ideias nele contidas, destacam-se

reconhecimento dos direitos naturais para os filhos ilegítimos, com as mesmas regalias que os legítimos; perseguição e dissolução dos monopólios e trustes; supressão da usura; proibição de empregar crianças de menos de 14 anos; cobrança

<sup>192</sup> Para maiores dados históricos sobre a greve de Cananea, ler a seguinte referência bibliográfica: CABRAL, João Batista Pinheiro. **O Partido Liberal Mexicano e a greve de Cananea**: estudo de um movimento precursor da Revolução Mexicana de 1910. Brasília: UnB, 1981. (Cadernos da UnB).

de taxas à Igreja, como a qualquer estabelecimento comercial; nacionalização de seus bens e supressão das escolas do clero católico; salário mínimo de 1 peso para uma jornada de oito horas, regulamentação do trabalho doméstico e do trabalho a domicílio; higiene nos ateliês e fábricas; indenização para os acidentes de trabalho; repouso dominical; supressão das *tendas de raya* e das dívidas dos trabalhadores agrícolas para com os seus patrões; restituição dos *ejidos* aos *pueblos*; salário mínimo para os camponeses; proteção aos indígenas; confisco dos bens dos funcionários públicos; adquiridos durante as suas funções, a fim de dá-los à nação e distribuí-los para obras de serviço social; abolição da pena de morte; criação de um banco agrícola; supressão do serviço militar obrigatório e dos tribunais militares; garantia dos direitos dos trabalhadores pela lei; destituição dos Chefes Políticos e dos caciques; impossibilidade de reeleição; união dos países latino-americanos para defender a sua integridade e soberania.<sup>193</sup>

Apesar da crítica dos liberais à relação existente entre o clero e o governo, alguns setores da Igreja começaram a demonstrar insatisfação com o regime de Porfirio Díaz. Os motivos iam desde a falta de atitude do regime em derrocar as Leis de Reforma, passando pelo fato de que muitos funcionários públicos eram maçons, chegando até a recomendação do papa Leão XIII aos sacerdotes de que estes tomassem partido pelos pobres e oprimidos. O último motivo levou a várias iniciativas por parte dos membros do clero no sentido de se discutir e buscar soluções para os problemas sociais mexicanos. Em setembro de 1904, Dom José Mora del Río, bispo de Tulancingo, reuniu vários intelectuais católicos para discutir o estado de embriaguez, miséria e servidão em que se encontravam os camponeses. Em 1906, em um congresso agrícola católico realizado na cidade de Zamora, membros do clero e intelectuais católicos discutiram propostas para a solução dos problemas dos trabalhadores rurais, tais como serviço médico gratuito, aumento de salários, caixas de crédito e ensino de economia doméstica.

Foi nesse contexto de contestação ao regime de Porfirio Díaz que Andrés Molina Enríquez viria a estabelecer residência na Cidade do México em 1907, após o seu ingresso como docente e investigador no Museu Nacional. Paralelamente às atividades desenvolvidas por ele nesta instituição, também exerceu a advocacia em um escritório em sociedade com Luis Cabrera, que teria um papel importante em sua formação intelectual e atuação enquanto homem público. Era o início de uma convivência que resultaria em uma amizade para toda a vida, na qual Andrés Molina Enríquez e Luis Cabrera estabeleceram frequentes e longas conversas sobre a questão agrária no México, principalmente, a partir da publicação da obra *Los grandes problemas nacionales*. O próprio Luis Cabrera reconheceria a repercussão desta obra na elaboração por ele da Lei de 6 janeiro de 1915 que marcaria o princípio da reforma agrária mexicana, ainda que dando uma aplicação à lei de acordo com a

---

<sup>193</sup> NUNES, 1980, p. 59.

sua experiência pessoal. Além disso, por intermédio de Luis Cabrera, Andrés Molina Enríquez estabeleceu contatos com vários círculos políticos, sobretudo, o do antirreeleicionismo com expoentes como os irmãos Vázquez Gómez e Francisco I. Madero.

De acordo com Luis Cabrera, *Los grandes problemas nacionales* era uma obra de consulta obrigatória para aqueles que se preocupassem com a realidade mexicana e pensavam em elaborar um programa político capaz de mudá-la, apesar da escrita complicada que resultava em um livro de difícil compreensão. Em suas próprias palavras,

o livro de Molina Enríquez é extremamente pesado, segundo dizem os que não sentem pela questão agrária entusiasmo, esse amor que sentimos alguns; porém, além disso, tem, para ser lido, o inconveniente de que quase não traz citações de autores franceses, ingleses ou alemães para fundamentar a sua tese, a não ser simplesmente a observação dos fatos tal como ocorrem em nosso país; e naturalmente, como para muitos pseudosociólogos não é possível que tenhamos nem filósofos, nem sociólogos, nem homens que estudem estas matérias em nosso país, e como não vêm traduzidos do francês ou do inglês alguns de seus parágrafos, consideramos eles pouco digno de atenção. Este livro, entretanto, contribuiu em grande medida para o esclarecimento de muitas de nossas questões econômicas; não direi que contenha [...] todas as verdades que uma pitonisa pudesse revelar; mas certamente que desde que se publicou, vem contribuindo para o esclarecimento das matérias agrárias.<sup>194</sup>

Ao mesmo tempo, Andrés Molina Enríquez também escreveu artigos para vários jornais da Cidade do México, como *El Siglo XX*, *El Partido Liberal*, *El Imparcial* e *El Tiempo*. Tratava-se de artigos de fundo, contendo estudos sociológicos seriados e comentários políticos. No periódico *El Tiempo* ele publicou em capítulos parciais na forma de folhetins os seus *Estudios de Sociología Mexicana* que posteriori, em 1909, seriam reunidos para a publicação da obra *Los grandes problemas nacionales*. Os seus estudos foram o resultado do “contato com a campina mexicana, da convivência com os seus múltiplos problemas, da observação direta de sofridas realidades, das inquietações de uma formação intelectual rigorosa e de um *ethos* altamente reativo”.<sup>195</sup>

Era um momento que Andrés Molina Enríquez percebia como crucial para o destino do regime político de Porfirio Díaz e do país, enxergando a necessidade do estabelecimento de um outro governo por meio de uma transição política pacífica antes que a revolução o fizesse. Como outros intelectuais que se encontravam marginalizados do poder pelos científicos, decidiu apoiar aqueles que defendiam a ideia de eleger Bernardo Reyes como o substituto de Porfirio Díaz. Devido à simpatia do general Bernardo Reyes para com

<sup>194</sup> CABRERA, 1913 apud CORDOVA, 1978, p. 23-24.

<sup>195</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Álvaro. *Antología de Andrés Molina Enríquez*. México: Oásis, 1969, p. 13.

Andrés Molina Enríquez, o candidato a sucessor de Porfirio Díaz auspiciou a publicação de *Los grandes problemas nacionales*. Entretanto, com uma nova reeleição de Porfirio Díaz e o fracasso do sonho reyista, Andrés Molina Enríquez passou a pressionar os científicos no sentido destes realizarem um amplo conjunto de reformas sociais capaz de promover a organização nacional antes que a revolução a promovesse.

*Los grandes problemas nacionales* constitui o trabalho mais célebre de Andrés Molina Enríquez e uma das obras sociológicas de maior repercussão na história do México, sendo o resultado de muitos anos de estudo e observação. Aliás, nesta última palavra estaria, segundo Andrés Molina Enríquez, o diferencial da obra, pois o êxito dela estaria em que os estudos fundamentar-se-iam em uma observação direta da realidade. Porém, certamente esta não foi a principal razão para o êxito. Na realidade,

o que faz deste livro um documento imortal e, inclusive, uma **prova** da história nacional, são as poderosas teses políticas que o constituem, a verdadeira plataforma de princípios com a qual a Revolução travou a batalha ideológica com o antigo regime e construiu a nova ordem política.<sup>196</sup> (grifo do autor).

A obra propõe explicar a evolução da sociedade mexicana de maneira similar a de um organismo em formação. Cinco grandes problemas nacionais constituem uma espécie de “enfermidade” que impede o pleno desenvolvimento do organismo nacional por causa da ausência de integração dos diversos órgãos ou setores sociais que o compõem. Estes problemas são o da propriedade, do crédito, da irrigação, da demografia e de caráter político. Dessa maneira, Andrés Molina Enríquez fez um diagnóstico da sociedade mexicana e propôs possíveis tratamentos ou reformas para a cura de sua “enfermidade”. Como afirma Agustín Basave Benítez,

se é válida a opinião comum que diz que a nossa não é uma revolução ideológica no sentido que são a francesa e a soviética, também é certo que se desenvolve em torno dela uma ideologia não por eclética menos elaborada, e este livro é um de seus dois grandes eixos teóricos. Cinco “grandes problemas nacionais” dão o pretexto para fazer o diagnóstico e a prescrição de um tipo de transição social que é, efetivamente, equiparável ao que *La sucesión presidencial* de Madero significa em suas implicações políticas. Com eles em punho e sob os elmos do direito e da antropologia, Molina abre caminho entre a miscelânea de sua prosa para desfazer os agravos do latifundismo, das tendências anárquicas e, sobretudo, da ausência de coesão nacional.<sup>197</sup>

<sup>196</sup> CORDOVA, Arnaldo. Prólogo. In: MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978, p. 25-26. (Colección Problemas de México).

<sup>197</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **Andrés Molina Enríquez: con la revolución a cuestas**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 28. (Colección Vida y Pensamiento de México).

Os receios de Andrés Molina Enríquez quanto ao destino político do México eram cada vez mais justificáveis. Em 1908, o país enfrentou catástrofes naturais e uma série crise econômica que aumentaram o descontentamento com o regime de Porfirio Díaz.

No que diz respeito às catástrofes naturais, em alguns lugares choveu demais, provocando enchentes, enquanto que em outros, choveu quase nada, resultando em uma seca devastadora. A consequência disto foi a diminuição da produção agrícola da safra de 1908-1909, afetando, principalmente, a colheita de gêneros essenciais para a alimentação da população mexicana, como o feijão e o milho. Dessa forma, houve a escassez de alimentos e o aumento dos preços, tornando a sobrevivência um desafio ainda maior do que era para a população.

Como se isto por si só não bastasse, o país ainda passou por uma série crise econômica em 1908, provocada por uma crise comercial externa aprofundada pela restrição monetária resultante da reforma monetária de 1905. Consequentemente, a crise

determinou em 1908-1909 uma queda das receitas derivadas do comércio de importação que influenciaram poderosamente no primeiro déficit do orçamento desse século. Em última instância, a maior dependência das receitas federais do comércio exterior facilita o reaparecimento do desequilíbrio do orçamento e põe em evidência até que ponto o modelo financeiro elaborado no século precedente entra em sua fase de declinação e decomposição.<sup>198</sup>

A produção anual manufatureira caiu de 206 milhões de pesos para 188. Na mineira, o problema foi a desvalorização dos metais. O preço da prata depreciou-se muito. A produção de zinco, por causa de seu valor, foi a pique. O único metal que conseguiu escapar da crise foi o ferro.

A crise provocou, no conjunto, a redução da demanda interna e externa de mercadorias, com a queda das importações e exportações, sendo que as últimas somaram perdas de 8%. Portanto, “a balança comercial teve um saldo adverso em 1908. A crise econômica afetou, como de costume, aos mais insatisfeitos. A deterioração da vida material intensificou o desgosto social, já tão forte antes da crise. O país estava maduro para a briga”.<sup>199</sup>

O princípio da “pouca política e muita administração” passou a ser severamente contestado. Com o ressurgimento da política, houve o nascimento de autênticos partidos políticos, como o Partido Reyista, sob a liderança de José Lopez Portillo, que sugeriu uma chapa composta por Porfirio Díaz para presidente e Bernardo Reyes para vice, e o

---

<sup>198</sup> CARMAGNANI, 1994, p. 335-336.

<sup>199</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 256-257.

Partido Democrático, que sob o comando de Manuel Calero, propunha também a candidatura de Porfirio Díaz para presidente da República. Porém, este último, diferentemente do primeiro partido, cujo programa político praticamente reduzia-se aos princípios de autodeterminação do México e autêntica liberdade, apresentava um programa relativamente extenso, postulando ideias como

escolas gratuitas, obrigatórias, laicas e cívicas; sufrágio direto restringido aos alfabetizados ou aos que fossem chefes de família; município livre; imobilidade judicial; exercício da liberdade de imprensa e das Leis de Reforma; investimento fecundo das reservas do tesouro público; lei agrária a favor do trabalhador rural e legislação trabalhista.<sup>200</sup>

Entretanto, ambos partidos teriam uma vida curta. O Partido Reyista veria a sua principal figura, o general Bernardo Reyes, ser uma marionete nas mãos de Porfirio Díaz, sendo, primeiramente, despojado da Secretaria da Guerra e, depois, do governo do estado de Nuevo León em 1909, e, finalmente, despachado para estudos militares na Europa, deixando os correligionários sem apoio. Ao Partido Democrático faltou maior entusiasmo e melhor campanha para aglutinar filiados, acabando por se esvaziar aos poucos até desaparecer.

O partido político de oposição ao governo de Porfirio Díaz surgiria em torno da figura de Francisco Indalecio Madero, que, em dezembro de 1908, lançou um livro intitulado *La sucesión presidencial en 1910: el Partido Nacional Democrático*, buscando o apoio, sobretudo, da classe média, para a fundação de um grande partido político capaz de iniciar um movimento regenerador.

O objetivo central da obra era despertar o civismo de muitos mexicanos que se encontrava adormecido, constituindo-se a ausência de vida política em uma evidência do atraso do país. Contudo, para que os mexicanos pudessem ter uma vida política ativa, seria necessário que eles fossem efetivos cidadãos, o que implicava em ter liberdade para exercerem os seus direitos e cumprirem com os seus deveres para com a nação, sendo tudo previamente garantido e estabelecido pelos poderes públicos. Segundo Francisco I. Madero,

para “os homens que sabem lutar pela vida”, à parte de um regime político que lhes garanta os seus direitos e no qual possam designar livremente os seus mandatários, para que sejam perfeitos cidadãos, não faz falta a riqueza, nem sequer como passo inicial. A riqueza pode vir depois e não é preciso que a leve em conta como fim da vida em sociedade (é isto o que o pensamento maderista esforça-se por negar e inclusive por desprestigiar para os fins de sua concepção política).<sup>201</sup>

<sup>200</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 257-258.

<sup>201</sup> CÓRDOVA, 1973, p. 111.

Ao lado da liberdade, outro fator determinante para a constituição de uma cidadania efetiva no México seria a educação, principalmente, dos oprimidos, proporcionando aos indivíduos a conscientização de seus direitos e o estímulo para lutarem pela vida. Assim, o país poderia ter cidadãos prontos para o exercício de seus direitos, conhecedores da realidade nacional e responsáveis por abrirem caminho para o desenvolvimento da nação, o que não implicava na necessidade de se ter como pré-requisito a riqueza, estabelecendo-se uma polêmica com a ideologia porfirista e combatendo

a concepção elitista dos mais fortes, que excluía a maioria dos mexicanos do concerto nacional; porém, em Madero a polêmica é profundamente sentida e não só por razão de um elevado conceito do homem e de suas possibilidades, mas, sobretudo, por sua concepção política, tão corrente como grande é a dificuldade de sua linguagem. Madero não estabelecia como necessária, como teria sido para os porfiristas, a relação entre a riqueza e a educação; este era um vínculo puramente circunstancial; adiante, o Estado responsabilizar-se-ia pela instrução, procurando que esta chegasse a todas as camadas da população e, sobretudo, às mais pobres. A mesma figura do governante deixava de ser a do homem forte, para ocupar o seu lugar a do homem instruído.<sup>202</sup>

A princípio, a intenção de Francisco I. Madero era apoiar a continuidade de Porfirio Díaz no poder desde que este governante garantisse a liberdade para a escolha do vice-presidente da República, pois não haveria como negar os benefícios trazidos pelo regime de Porfirio Díaz, além de que não seria bom para o país a transição para um outro regime por meio do recurso das armas. Alimentado pela esperança de eleições livres para vice-presidente da República, que tendia a ser o substituto natural de Porfirio Díaz após a aquisição de uma experiência com o poder, Francisco I. Madero fundou o Partido Antirrelecionista em 22 de maio de 1909, com um quadro composto de intelectuais independentes, como Emilio Vázquez, Luis Cabrera, Frederico González Garza, Roque Estrada e José Vasconcelos, profissionais liberais e grupo econômicos do Norte do país.

A esperança deveu-se a uma entrevista dada por Porfirio Díaz, em meio à crise de 1908, a um jornalista norte-americano, conhecida como Conferência Creelman, na qual afirmou que não tentaria uma nova reeleição e que tinha chegado o momento da oposição organizar um programa nacional e do povo tomar o destino da nação em suas mãos. Contudo, longe de acalmar os ânimos diante da crise, Porfirio Díaz acabou “convertendo-se em agitador. Inferia-se de suas declarações que os amigos do presidente podiam aspirar, não só à vice-presidência, mas também à cadeira presidencial que ao concluir esse período, dois anos depois, teria que vagar por vontade expressa de Díaz”.<sup>203</sup>

---

<sup>202</sup> CORDOVA, 1973, p. 112-113.

<sup>203</sup> TENA RAMÍREZ, Felipe. **Leyes fundamentales de México, 1808-1973**. 5. ed. México: Porrúa, 1978, p. 723.



Tudo não passava, entretanto, de uma farsa, uma vez que o real interesse de Porfirio Díaz era “ficar bem ante a opinião estrangeira, e fez isto porque sabia que os seus aduladores apressar-se-iam a lhe rogar que aceitasse de novo o comando. Assim fizeram, com efeito, os governistas, publicando súplicas”.<sup>204</sup> Na prática, o que Porfirio Díaz fez nas eleições foi usar a máquina ditatorial para se reeleger e impor o nome de Ramón Corral como vice-presidente.

Descoberta a farsa, Francisco I. Madero passou para o confronto direto com o ditador nas eleições de 1910, iniciando um giro político por todo o país em sua campanha. Ademais, outro motivo que levou a este confronto foi o inconformismo de Francisco I. Madero com a sua exclusão do poder, apesar de ser membro de uma grande família patriarcal do Norte do México. Isto se deveu à destruição dos enclaves caciquistas pelos porfiristas após a vitória do levante militar em dezembro de 1876 como uma forma de se implantar uma estabilidade política. Entre estes enclaves estava a família de Francisco I. Madero, de tendência liberal e ligada à figura de Benito Juárez. Dessa maneira,

cada um dos homens fortes locais e os interesses que eles haviam criado em torno de si foram submetidos nos anos de 1880 e até o final do século. No início do século XX, novos grupos governantes haviam assumido o controle da maior parte das regiões do país. A essa altura, as famílias e os patriarca, alijados nos anos de 1880, renovaram-se em uma nova geração. Os filhos e netos dos caciques juaristas, rebentos ansiosos de famílias de renome, tentavam agora redirecionar o curso dos fatos e abrir caminho para um novo período de dominação, ou, pelo menos, para uma participação subordinada nos negócios locais e nacionais.<sup>205</sup>

Em 15 de abril de 1910, a candidatura de Francisco I. Madero para a Presidência da República foi oficializada pela Assembleia Nacional Antirreelecionista, constituída por 200 delegados dos estados. Como candidato a vice-presidente da República para compor a chapa foi indicado o nome de Francisco Vázquez Gómez. Após a vitória nas prévias do partido, Francisco I. Madero proferiu um discurso em que desafiava Porfirio Díaz, no qual afirmava que

“se o general Díaz desejando burlar o voto popular, permite a fraude e quer apoiar esta fraude com a força, então, senhores, estou convencido de que a força será repelida pela força, pelo povo decidido já a fazer respeitar a sua soberania e ansioso de ser governado pela lei”. Prometeu, além disso, para quando fosse presidente, investir o superávit da fazenda pública em edifícios escolares e mestres e propor reformas legais aliviadoras da situação do operário; fomentar a agricultura mediante a fundação de bancos hipotecários; promover a pequena propriedade agrícola;

<sup>204</sup> VASCONCELOS, 1968, p. 426-427.

<sup>205</sup> AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**: história mexicana contemporânea, 1910-1989. Trad. Celso Mauro Paciornick. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 26-27. (Ensaio Latino-Americanos 5).

substituir o “alistamento” pelo ensino militar obrigatório e procurar uma divisão mais justa dos impostos. Daria ao capital estrangeiro “toda classe de franquias, mas nenhum privilégio”, e iniciaria as reformas constitucionais dirigidas a suprimir a reeleição de mandões e governadores.<sup>206</sup>

Todavia, o programa político de Francisco I. Madero e Francisco Vázquez Gómez somente seria apresentado oficialmente em 26 de abril, contendo as seguintes propostas:

não-reeleição, sufrágio direto, liberdade política, liberdade de imprensa, liberdade de ensino; melhoria das condições de vida dos operários (criação de centros de aprendizagem, leis a respeito das pensões e das indenizações em casos de acidente do trabalho); fundação de colônias agrícolas; tentativa de solução do problema do índio; luta contra os monopólios e os privilégios; encorajamento à grande e, sobretudo, pequena agricultura, bem como à irrigação; mexicanização do pessoal das estradas de ferro; reforma do Exército e ensino militar obrigatório; reforço das boas relações com os países estrangeiros, em particular com os da América Central; investimentos de fundos públicos em benefício do país; impostos equitativamente repartidos.<sup>207</sup>

Com este programa Francisco I. Madero percorreria o país, mantendo reuniões políticas que, em pouco tempo, transformar-se-iam em manifestações de apoio à campanha antirreelecionista. Isto causou inquietações por parte dos partidários do regime. Francisco I. Madero ainda faria uma última tentativa de conciliação com Porfirio Díaz em um encontro em que propôs uma chapa com ele, abandonando a campanha antirreelecionista em troca de sair candidato a vice-presidente da República na chapa do general. Como a proposta não foi aceita pelo ditador, Francisco I. Madero partiu para uma campanha aberta e franca.

O resultado desta campanha foi a repressão da máquina ditatorial. No começo do mês de junho de 1910, Francisco I. Madero teve os seus comícios em Monterrey atrapalhados pela polícia. Entretanto, o pior ainda estava por vir, pois, em 7 de junho, Francisco I. Madero foi detido sob a acusação de perturbação à ordem após um discurso proferido em San Luis Potosí, sendo enviado para a prisão na Cidade do México. Neste discurso Francisco I. Madero afirmou aos seus partidários que “só existe uma coisa que os nossos opressores deveriam entender bem: hoje, o povo mexicano está disposto a morrer em defesa de seus direitos; e não é que ele queira incendiar o território nacional com uma revolução; é que ele já não tem medo do sacrifício”.<sup>208</sup> Na realidade, o objetivo real do regime era mantê-lo calado. E em umas eleições marcadas pela fraude e pelo terror, Porfirio Díaz foi reeleito em 26 de junho de 1910.

<sup>206</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 261-262.

<sup>207</sup> NUNES, 1980, p. 68-69.

<sup>208</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 33.

Contudo, o grande vitorioso nesse processo eleitoral foi, na verdade, Francisco I. Madero, pois a sua popularidade cresceu diante da imagem de vítima do regime que se construiu em torno de sua pessoa. A prisão por 45 dias tornou Francisco I. Madero em uma espécie de mártir dos descontentes e oprimidos. Os correligionários ainda esboçaram um protesto, em setembro de 1910, em plena comemoração do centenário da Independência, sendo detidos pela polícia. Posto em liberdade sob fiança, mas sendo obrigado a permanecer em San Luis Potosí, onde ficava a sua residência, Francisco I. Madero violaria esta imposição para a sua liberdade condicional em 5 de outubro, fugindo para San Antonio, no Texas.

Quinze dias mais tarde, ele lançou o Plano de San Luis, que seria a plataforma para a revolução, marcada para começar no dia 20 de novembro de 1910 às seis horas da tarde. Neste plano Francisco I. Madero “declarava nulas as eleições, desconhecia o governo de Díaz, trinava contra os abusos do Porfiriato, exigia o sufrágio efetivo e a não reeleição e assinalava a data e o horário para que todo mundo agarrasse as armas contra o tirano”.<sup>209</sup> Este plano era, no entanto, restrito a um plano político, não apresentando praticamente qualquer proposta para a solução dos problemas sociais e econômicos do país. Segundo Américo Nunes,

o **Plan de San Luis** é, em geral, muito pobre em matéria de renovação social e econômica: é sobretudo um plano político. O **Programa** pela candidatura, redigido quase que inteiramente pelos irmãos Vázquez Gómez, era mais “radical” que o **Plan de San Luis**. Este não se propõe mais, como fazia o **Programa**, a melhorar as condições de vida dos trabalhadores, a proteger a raça indígena, a encorajar o desenvolvimento da agricultura, a estabelecer pensões ou indenizações para os acidentes de trabalho. O **Plan de San Luis** não evoca mais a necessidade de combater os monopólios e os privilégios, nem mesmo de reforçar as relações com os países latino-americanos.<sup>210</sup> (grifo do autor).

A reação do governo não demorou, iniciando-se, no dia 13 de novembro de 1910, a perseguição da polícia e do Exército aos maderistas. Em 18 de novembro, um importante líder do movimento maderista, Aquiles Serdán, foi morto em sua residência na cidade de Puebla, onde tentou resistir em vão, encontrando-se lá farta quantidade de armas e munições.

Apesar do duro golpe sofrido pela revolução, em 20 de novembro, esta eclodiu em Chihuahua sob a liderança de Pascual Orozco, quando foi atacada Ciudad Guerrero. Ao mesmo tempo, Francisco Villa, um antigo ladrão de gado simpatizante da causa maderista, organizava guerrilhas próximas à cidade de Chihuahua. A família de Francisco I. Madero fazia, nesse momento, pesados gastos na compra de armas e munições nos Estados Unidos. E os liberais magonistas decidiram prestar o seu apoio ao movimento maderista.

<sup>209</sup> GONZÁLEZ, 1977, p. 266-167.

<sup>210</sup> NUNES, 1980, p. 70.

Rapidamente a revolução foi espalhando-se por outros lugares do México, em Guerrero sob a liderança dos Figueroa, em Zacatecas sob o comando do liberal Luis Moya, em Coahuila presidida pelos pequenos comerciantes Eulalio e Luis Gutiérrez, em Sonora liderada por José María Maytorena, na Baixa Califórnia comandada por José María Leyva e em Morelos presidida por Emiliano Zapata.

Em 14 de fevereiro de 1911, Francisco I. Madero retornou ao México para se colocar à frente do movimento rebelde. Todavia, até maio daquele ano, a guerra estava indefinida tanto para os maderistas quanto para as tropas de Porfirio Díaz. Ademais, quase que Francisco I. Madero foi apanhado após a derrota de suas forças em Casas Grandes. O destino da guerra somente passaria a ficar favorável ao movimento maderista em 8 de maio, quando alguns chefes militares, no caso, Pascual Orozco, Francisco Villa e Giuseppe Garibaldi, decidiram atacar Ciudad Juárez, que acabaria em suas mãos após três dias de combate.

Em 18 de maio, foi assinado um cessar fogo e, três dias depois, um acordo de paz acertando a formação de um governo provisório. Contudo, os combates prosseguiram com a tomada pelas tropas revolucionárias de cidades que ainda não tinham caído em suas mãos até início de junho de 1911. Em 25 de maio, conforme o acordado nos tratados de Ciudad Juárez, Porfirio Díaz assinou a sua renúncia, embarcando no dia seguinte no navio Ypiranga, em Veracruz, rumo ao seu exílio final.

Nesse mesmo dia, tomou posse na Presidência da República Francisco L. de la Barra, compondo um governo com membros porfiristas, liberais moderados, conservadores e somente dois revolucionários, no caso, Emilio Vázquez Gómez e Manuel Bonilla. Logo após, Francisco I. Madero começou um processo de desmobilização das forças revolucionárias, reconhecendo o Exército federal, apesar dos protestos dos insurgentes. O objetivo de Francisco I. Madero com esta atitude era

apagar a sua própria origem, desmobilizar as suas forças e adotar medidas preventivas para não ser arranhado pelas garras do tigre que ele tinha libertado. Confinado pela velha legalidade, ele quis aplacar a agitação e as expectativas que tinham sido despertadas no país que pretendia governar para estabelecer um novo governo e não uma nova ordem na República que experimentava espasmos convulsivos. Ele parecia desejar que o seu movimento correspondesse ao impulso de uma rebelião política do século XX e não às primeiras arremetidas de uma revolução social do século XX.<sup>211</sup>

Assim, em 7 de junho de 1911, seguido por mais de 100.000 adeptos, Francisco I. Madero entrou triunfalmente na Cidade do México, após uma marcha que percorreu o país.

---

<sup>211</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 38.

A princípio, Andrés Molina Enríquez repudiou Francisco I. Madero e o seu recurso à revolução por perceber nela a origem da desordem e o estabelecimento do atraso. Porém, diante da recusa dos científicos e do regime político de Porfirio Díaz em enxergar o quanto que se fazia necessário a realização de urgentes reformas sociais e da vitória do movimento maderista, restou a Andrés Molina Enríquez apoiar a insurreição de Francisco I. Madero como um último recurso para a promoção da mudança na estrutura socioeconômica do México e, conseqüentemente, a formação de uma organização nacional capaz de integrar as diversas partes da sociedade mexicana, constituindo uma unidade nacional.

Nesse momento, Andrés Molina Enríquez passou a manter contatos com alguns líderes do movimento insurreto, dialogando, por exemplo, com os irmãos Vázquez Gómez e Francisco I. Madero, insistindo sempre na urgência de se resolver os problemas nacionais, particularmente os de caráter social.

O governo interino de Francisco León de la Barra entre 16 de maio e 6 de novembro de 1911 foi marcado pelo confronto entre os porfiristas e os revolucionários. Um exemplo deste confronto aconteceu nos estados em que, apesar dos governadores provisórios serem maderistas, como as assembleias eram formadas por porfiristas, era comum o embate de ideias e interesses entre os poderes Executivo e Legislativo. Também era comum o conflito armado entre o Exército federal e as forças revolucionárias em vários lugares, o que levaria Francisco L. de la Barra a decretar, em 1º de julho, o desarme dos revolucionários e aqueles que desobedecessem a tal decreto seriam considerados criminosos.

Isto levou a uma primeira tensão no movimento maderista, havendo um desentendimento entre o presidente da República interino e Emilio Vázquez Gómez que, como muitos outros revolucionários, achava que a dissolução das forças revolucionárias significava entregar a vitória para os porfiristas e conservadores representados pelo Exército federal. Esta tensão acentuou-se ainda mais quando em um ato de afronta aos revolucionários, Francisco L. de la Barra condecorou os generais e oficiais e aumentou os salários dos soldados do Exército federal.

No campo a tensão também era cada vez mais intensa diante da inércia do governo em solucionar os problemas agrários. O secretário de Fomento Rafael Hernández deu continuidade ao processo de concentração das terras por meio da realização de contratos de arrendamento de bosques e terrenos nacionais para grandes proprietários de terras. Quando se pensou em fazer algo positivo, no caso da criação de uma Comissão Nacional Agrária para o

estudo do problema do campo e da reforma agrária, isto não passou do papel. A principal reação contra a inércia veio do grupo revolucionário de Emiliano Zapata em Morelos, que exigia a restituição imediata das terras comunais aos *pueblos*. Por outro lado, os fazendeiros pressionavam o governo para que desarmasse os zapatistas que ameaçavam invadir as suas terras. Francisco I. Madero tentou exercer o papel de interlocutor entre o governo e os zapatistas, prometendo a estes “resolver o problema agrário de acordo com as leis, conseguindo o início do licenciamento e desarme em três ocasiões consecutivas”.<sup>212</sup> Porém, era difícil a solução para o impasse, pois não havia uma ação coordenadora no governo federal para o apaziguamento. De um lado, o secretário de Governo Emilio Vázquez Gómez instigava os zapatistas para a luta, fornecendo-lhes armas e, por outro, em meio às negociações, sem motivo, Francisco L. de la Barra enviava contingentes militares comandados por Victoriano Huerta para massacrarem os zapatistas, o que levaria a um distanciamento entre o presidente interino da República e Francisco I. Madero que se sentia enganado.

Na área econômica, o governo interino seguia praticamente a mesma política do Porfiriato, com concessões dadas para o estabelecimento de novos bancos, a manutenção do câmbio de dois pesos por dólar do final do governo anterior e a obtenção de um empréstimo de curto prazo no valor de 20 milhões de pesos junto à firma Speyer and Company de Nova Iorque. Além disso, foi criada uma Comissão Consultiva de Indenizações para a análise de reclamações feitas por mexicanos e estrangeiros que se sentiam prejudicados por causa da revolução, sendo que “em fins de agosto tinha recebido 1004 reclamações que ascendiam a 10 milhões de pesos”.<sup>213</sup>

O quadro de instabilidade em que se encontrava o México acentuar-se-ia em 9 de julho de 1911, quando Francisco I. Madero anunciou a dissolução do Partido Antirreelecionista, o que desagradou muitos militares. Os argumentos para tal atitude foram que o movimento armado tornava impossível a existência do Partido Antirreelecionista e um novo partido poderia incluir em sua plataforma política o Plano de San Luis. Dessa maneira, com o apoio de liberais como Jesús Flores Magón, nasceu o Partido Constitucional Progressista. Quase ao mesmo tempo, ocorria uma luta sangrenta em Puebla entre porfiristas, liderados pelo ex-governador Mucio P. Martínez, e maderistas. Em 12 de julho, os soldados maderistas tiveram sérias baixas. No dia seguinte, ao invés de apoiar os seus aliados, Francisco I. Madero chegou a Puebla e felicitou o general Luis Z. Valle, chefe do comando

---

<sup>212</sup> ULLOA, Berta. La lucha armada (1911-1920). In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 15.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 15-16.

militar da região, por ter atacado os maderistas e deu ordens para licenciar as tropas revolucionárias. Isto geraria descontentamento entre os seus partidários mais próximos, entre os quais, Emilio Vázquez Gómez, que considerou a situação do país grave e pedia a renúncia de Francisco L. de la Barra e a posse imediata de Francisco I. Madero. Entretanto, Francisco I. Madero trairia os seus aliados ao apoiar a decisão do presidente interino da República de demitir Emilio Vázquez Gómez da Secretaria de Governo em 2 de agosto de 1911. Em resposta, os partidários de Emilio Vázquez Gómez nomearam o seu irmão Francisco como presidente do Partido Antirreelecionista.

Ademais, insatisfeitos, os vazquistas decidiram partir para uma nova insurreição para derrubar o governo interino. Para isto, foi redigido no dia 23 de agosto por Andrés Molina Enríquez o Plano de Texcoco, que considerava a aproximação entre Francisco I. Madero e Francisco L. de la Barra uma traição aos objetivos do movimento revolucionário, principalmente, aos princípios de reformas sociais urgentes. Entre os princípios contidos neste plano, destaca-se o fato de que ele

desconhecia os governos federal e estaduais, suspendia a ordem constitucional, outorgando provisoriamente ao seu próprio autor os poderes Legislativo e Executivo, e colocava em vigor cinco decretos reveladores do pensamento moliniano: sobre o fracionamento das grandes propriedades, sobre a liberdade de importação e exportação de cereais, sobre a proteção e gradual dissolução de ranchos, *pueblos* e tribos, sobre a supressão dos chefes políticos e sobre a regulamentação do trabalho por salário ou diária.<sup>214</sup>

Contudo, o Plano de Texcoco resultou em um verdadeiro fracasso, ainda que contasse com o apoio informal de líderes revolucionários como Emiliano Zapata. Este apoio em nada de concreto resultou por causa da falta de adesão efetiva à rebelião e fácil detenção de Andrés Molina Enríquez. Por este motivo, o plano foi ridicularizado até mesmo por Emilio Vázquez Gómez, para quem “a fracassada sublevação tinha sido ‘verdadeiramente humorística’ e que o incitador deveria pedir perdão pelo seu desvario”.<sup>215</sup> No final das contas, o plano tinha resultado apenas na prisão política de seu autor até março de 1912. Resumindo o que representou o Plano de Texcoco para a biografia de Andrés Molina Enríquez, Basave Benítez afirma que

o plano constitui o testemunho do fugaz desdobramento do ideólogo revolucionário que decide fazer sozinho a Revolução. Estreita e despedida, este fracassado projeto subversivo de Molina é, em uma vida absorta na intelectualidade e na burocracia, um parêntesis épico que se abre na ingenuidade e se fecha no cárcere. Mais além do

<sup>214</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2002, p. 46.

<sup>215</sup> Ibidem, p. 46-47.

projeto de nação há uma consigna e uma linha de mando: tudo fica sujeito ao vértice do poder supremo que encarna o seu promulgador. Andrés Molina Enríquez dá-se ao luxo de se autonear titular dos Poderes Executivo e Legislativo e expedir por cinco decretos para disfrutar por uns instantes, ainda que seja no papel, o mel do autoritarismo que sempre preconizou para outros. Caudilho por um dia, parece disposto a demonstrar que com a mesma facilidade com que escreve um tratado pode chamar à insurreição, passando da abstração ao pragmatismo. Entretanto, a sua falta de ofício político faz-lhe dar uma má passada: o documento não consegue motivar o levante do povo e certamente dá às autoridades provas para o afundamento de seu autor. O articulado da proclamação é, sem dúvida, uma homenagem a este tipo de idílico que leva um homem que se sabe conhecido só em pequenos círculos intelectuais a crer que com o prestígio das ideias pode mover multidões.<sup>216</sup>

O período em que passou na prisão não foi de nenhuma maneira tempo perdido, pois, enquanto lá esteve, Andrés Molina Enríquez estabeleceu contatos com Francisco Villa, alguns representantes do zapatismo e diversos grupos revolucionários. Além disso, pôde aprimorar os seus ideais revolucionários por meio da polêmica de cunho agrário mantida com Wistano Luis Orozco, a partir da qual surgiu, em 1911, um folheto intitulado *Filosofía de mis ideas sobre reformas agrarias: contestación al folleto del Sr. Lic. D. Wistano Luis Orozco*.

A origem da polêmica remonta à publicação por Wistano Luis Orozco de um folheto denominado *La cuestión agraria* em agosto de 1911, no qual refutava os projetos de lei para resolver o problema da propriedade de terra propostos por Andrés Molina Enríquez em um artigo para o jornal *El País*. Neste folheto, apesar de criticar a concentração de terras e afirmar que a melhor distribuição delas constitui um bem social, Wistano Luis Orozco defende o caráter inviolável da propriedade, discordando da proposta de Andrés Molina Enríquez de apropriação de terras herdadas com mais de 2.000 hectares baseada no princípio da utilidade pública. Portanto, para Andrés Molina Enríquez, o Estado, seguindo este princípio, tem plenos poderes para intervir diretamente no fracionamento de terras.

Enquanto Wistano Luis Orozco acha que o fracionamento de terras é fruto de um processo de lenta evolução, Andrés Molina Enríquez acredita que a divisão das propriedades somente ocorre com uma política firme e eficaz de combate à concentração de terras, o que implica na solução do problema da distribuição dos latifúndios por meio da cobrança de pesados encargos sobre as grandes heranças e da autorização para a ocupação de terrenos baldios por aqueles indivíduos ou aquelas comunidades que carecessem de terras.

Portanto, o folheto de Andrés Molina Enríquez representa

<sup>216</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2001, p. 30.



o marco mais claro de sua passagem do Porfiriato à Revolução. A diferença entre ele e Orozco está mais nos meios que nos fins, e se resume na proposta de Molina de dividir coercitivamente as fazendas para repartir a terra. A metamorfose do intelectual gradualista ao lutador social, ocorrida desde o cárcere ao qual o leva o seu Plano de Texcoco, ensina o rosto dual da depressão provocada pela sua derrota política e a consciência de seu triunfo moral e de seu ingresso na história do México.<sup>217</sup>

Entre julho e agosto de 1911, apareceram vários partidos políticos, enquanto que outros retomaram as atividades, como os Partidos Liberal Radical e Popular Evolucionista que lançaram Francisco L. de la Barra como candidato a presidente da República, o Partido Católico que designou Francisco I. Madero como seu candidato, o Partido Republicano ou Reyista que nomeou o general Bernardo Reyes como cabeça de chapa. Todavia, entre todos os partidos, o mais importante e vitorioso nas eleições de outubro de 1911 foi o Partido Constitucional Progressista, fundado por Francisco I. Madero, que realizou em agosto a sua convenção, escolhendo como candidato a presidente da República o seu fundador e como vice na composição da chapa José María Pino Suárez. No programa de governo do Partido Constitucional Progressista havia uma ênfase muito forte na efetivação dos procedimentos do Poder Judiciário e na garantia da liberdade individual. Entre outros pontos, o programa “prometeu expedir leis para fomentar a pequena propriedade, fixar impostos equitativos, repatriar os mexicanos e abolir a pena de morte”.<sup>218</sup>

Em 6 de novembro de 1911, Francisco I. Madero assumiu a Presidência Constitucional do México, compondo um gabinete de caráter conciliador, constituído, em sua maioria, por membros do governo anterior e essencialmente liberais e conservadores moderados. As únicas exceções, ou seja, os revolucionários, eram o secretário das Comunicações e Obras Públicas Manuel Bonilla e o do Interior Abraham González. Algo similar aconteceu no Poder Legislativo, permanecendo o Congresso Nacional similar ao do Porfiriato até 31 de agosto de 1912, o que representaria um sério obstáculo para a aprovação de iniciativas enviadas pelo governo de Francisco I. Madero, que enfrentou opositoristas que

com prestígio, experiência e dotes oratórios, atacaram e destruíram toda ação legislativa, exageraram as notícias sobre rebeliões, falaram de anarquia, bancarrota e apoio econômico dos Estados Unidos à revolução. A situação foi extremamente complicada para Madero, pois se tentava a aproximação dos partidos, os Renovadores indignavam-se, e se cedia à pressão destes, a oposição levantava-se ameaçadora, sem contar com que o Senado – renovado só em sua metade – foi foco

<sup>217</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2001, p. 29.

<sup>218</sup> ULLOA, 1977, p. 17.

de conspiração e intriga e os poucos revolucionários que chegaram a ele, como Belisario Domínguez, Fernando Iglesias Calderón, Juan Sarabia e Manuel Bonilla, pesaram pouco frente ao predomínio dos porfiristas Sabastián Chamacho, Francisco León de la Barra, Guillermo Obregón e José Castellot.<sup>219</sup>

Esta oposição também se aproveitaria da liberdade de expressão para, desde as páginas de periódicos como *El Imparcial*, *El País*, *La Nación*, *La Manaña*, *The Mexican Herald*, atacar o governo, não só apontando os seus erros, mas também caluniando os seus membros de modo a provocar na sociedade um descrédito da administração maderista. Administração que era impotente diante da pressão de múltiplos e conflitantes interesses. O principal erro de Francisco I. Madero foi a sua incapacidade em perceber a necessidade de um governo monolítico que consolidasse a vitória.

Porém, o que ocorreu foi o contrário. De um lado, permaneciam incrustados dentro da máquina governamental os porfiristas, preocupados apenas em manter os seus interesses e *statu quo* e, de outro, havia também no governo aqueles que reclamavam por reformas, sobretudo, sociais urgentes, isto é, os revolucionários. Reformas sociais que, no entanto, ver-se-iam atrapalhadas pela excessiva preocupação em se tomar qualquer atitude de acordo com a lei, inclusive para a solução de uma questão importante como a agrária.

Os revolucionários não tinham este tipo de preocupação, enxergando neste formalismo institucional uma tentativa de se impedir a realização das reformas urgentes. Entre eles aparecia a figura de Emiliano Zapata, que insatisfeito com o rumo político tomado pelo governo maderista, que, ao invés, de realizar a reforma agrária e devolver as terras espoliadas aos camponeses e às comunidades, reprimiu-os militarmente e devastou as aldeias, lançou, em 25 de novembro de 1911, o Plano de Ayala, retomando a guerra por terras contra os latifundiários e o governo.

No Plano de Ayala, Francisco I. Madero surge como uma espécie de traidor da causa da revolução, ou melhor,

como violador dos princípios de sufrágio efetivo e de não-reeleição que ele jurara defender; como alguém que havia afrontado “a fé, a causa, a justiça e as liberdades do povo”, como o homem “que impusera a sua vontade como norma governamental e influenciara o Governo Provisório”, provocando “reiterados derramamentos de sangue”, e como “o traidor da pátria, humilhando a sangue e fogo os mexicanos que queria as liberdades para agradar os latifundiários, científicos e caciques que nos escravizam”.<sup>220</sup>

<sup>219</sup> ULLOA, 1977, p. 18.

<sup>220</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 43.

Por isto, os redatores do Plano de Ayala, Otilio Montaño e Emiliano Zapata, passaram a desconhecer Francisco I. Madero como o chefe da revolução e presidente do México, nomeando para o seu lugar Pascual Orozco, que caso não aceitasse a designação, seria substituído pelo Emiliano Zapata.

Com o lema “Terra, Liberdade, Justiça e Lei”, o Plano de Ayala tinha um conteúdo marcadamente agrário, uma vez que

proclama que todas as terras, bosques e águas açambarcados pelos fazendeiros, políticos e caciques, devem ser devolvidos às comunidades rurais e defendidos de armas em punho; reclama a expropriação de um terço das bens dos grandes proprietários fundiários, mediante indenizações antecipadas, a fim de reconstituir os *ejidos*, as colônias e os fundos legais destinados aos *pueblos* – os fazendeiros que se opuseram a tal medida serão expropriados, os seus bens nacionalizados para que 2/3 deles se destinem às indenizações de guerra, às pensões de viúvas e órfãos dos que tombarem nas lutas em prol da execução deste Plano.<sup>221</sup>

Os zapatistas tentariam pôr em prática o conteúdo deste plano em 30 de abril de 1912, quando a Junta Revolucionária do estado de Morelos realizou a primeira restituição de terras em uma localidade denominada Ixcamilpa.

Contudo, a reação diante da inércia do governo de Francisco I. Madero com relação às reformas sociais não ficaria restrita aos zapatistas, pois, em 25 de março de 1912, Pascual Orozco, após tomar o estado de Chihuahua com a colaboração de vários maderistas, proclamou o Pacto de Empacadora, cujo lema era “Reforma, Liberdade e Justiça”, consistindo em um plano que tratava da questão social e do trabalho, influenciado pelo Manifesto do Partido Liberal de 1906. Sendo elaborado por Pascual Orozco, José Inés Salazar, Emilio Campa, Cheche Campos e Benjamin Argumedo, o Pacto da Empacadora propunha

a nacionalização de ferrovias e substituição de empregados estrangeiros por mexicanos; a supressão das *tendas de raya*, o pagamento em efetivos dos salários; a jornada máxima de 10 horas para assalariados e de 12 para aqueles que cumprissem por empreitada; as restrições ao trabalho de menores de 10 a 16 anos; o aumento de salários levando em conta os interesses do capital e dos trabalhadores, e a melhorar os lugares de trabalho. Reconhecia-se a propriedade da terra àqueles que a tivessem possuído pacificamente por mais de 20 anos e com títulos legais revalidados; pedia a reivindicação das terras arrebatadas por despojo, a repartição de terrenos baldios e nacionais, e a expropriação de fazendas com avaliação prévia e por causa de utilidade pública. Para este fim, o governo emitiria bônus agrícolas e pagaria aos seus possuidores 4 por cento anual até a sua amortização.<sup>222</sup>

Em 23 de março de 1912, em Rellano, ocorreu o primeiro confronto entre as tropas orozquistas e o Exército federal, com a vitória dos rebeldes, o que levou a um pânico

<sup>221</sup> NUNES, 1980, p. 75.

<sup>222</sup> ULLOA, 1977, p. 28-29.

geral na capital federal pelo temor de uma nova revolução e ao suicídio do comandante das forças federais José González Salas pela humilhação da derrota, sendo substituído pelo general Victoriano Huerta. Em 23 de maio, o Exército federal iniciou um novo combate em Rellano, obtendo a vitória, que seria seguida por outras até 8 de julho, com a retomada da cidade de Chihuahua e o desmantelamento da rebelião orozquista. A consequência desse fato foi que

o Exército federal adquirira legitimidade e prestígio na campanha; os seus comandantes apareceram como verdadeiros baluartes da ordem estabelecida e eram vistos como vitoriosos pela primeira vez, contra os exércitos irregulares; os interesses estrangeiros começaram a ver em Huerta o homem forte capaz de salvar a alquebrada democracia de Madero.<sup>223</sup>

Ao mesmo tempo, nos centros urbanos, o operariado buscava melhor organizar-se com a fundação de várias instituições operárias, em grande medida, devido às liberdades políticas asseguradas pelo governo. Estas liberdades acabaram tornando-se um fator desestabilizador do governo por causa das várias greves promovidas pelas organizações operárias, sendo as principais a Casa del Obrero Mundial (COM) e a Confederación de Círculos Obreros Católicos.

A Casa del Obrero Mundial foi criada em 15 de junho de 1912 pelos espanhóis Francisco Moncaleno, chefe do Sindicato de Trabalhadores das Pedreiras e anarquista, Eloy Armenta, alfaiate e anarquista, e Luiz Méndez, também alfaiate e com inclinação socialista. De uma maneira geral, a tendência desta organização operária era anarquista e inspirada nas ideias de P. Kropotkin, M. Bakunin e Elisée Reclus. Ela difundiu o seu programa ideológico em sindicatos, sociedades e ligas ao longo do país, infiltrando-se nas principais cidades e centros industriais e realizando greves, cujos objetivos eram o reconhecimento da pessoa jurídica da organização pelas empresas, a redução da jornada de trabalho para 8 horas, o salário mínimo de 2,50 pesos por dia e o descanso dominical. A Casa del Obrero Mundial agrupava trabalhadores de vários ramos como tipógrafos, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, motoristas de táxi, condutores de bondes, fundidores, encanadores, ferroviários, petroleiros e tecelões. Em seu programa, a organização operária

afirmava a luta de classes e a organização do proletariado em associações profissionais, que inicialmente formaria federações, logo confederações nacionais e finalmente um frente mundial que aniquilaria o regime capitalista. Para consegui-lo valer-se-iam da luta industrial: greve geral, sabotagem e boicote.<sup>224</sup>

<sup>223</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 49.

<sup>224</sup> ULLOA, 1977, p. 29.

Ademais, inicialmente, a Casa del Obrero Mundial exigia de seus filiados a não-participação na política ou na atividade militar. Ela que foi vítima de perseguição devido à antipatia de Francisco I. Madero pelas suas atividades, mandando expulsar o anarquista espanhol Juan Francisco Moncaleano, ainda que contasse com a participação e o apoio de muitos intelectuais e revolucionários influentes, como Rosendo Salazar, Santiago R. de la Vega, Rafael Pérez Taylor, Antonio Díaz Soto y Gama, L. Gutiérrez de Lara e Manuel Sarabia.

A outra instituição operária importante do período foi a Confederación de Círculos Obreros Católicos, fundada em fevereiro de 1912 e inspirada na encíclica *Rerum Novarum*<sup>225</sup>, realizando uma série de atividades como a criação de caixas econômicas e centros de assistência médica, a celebração de assembleias e reuniões de estudos sociais e a divulgação de suas ideias e ações em campanhas jornalísticas. Em janeiro de 1913, quando já contava com 30.000 filiados, celebrou a Grande Dieta em Zamora, onde lançou um projeto de direito do trabalho,

estipulando a necessidade de preservar o lar como fundamento de tranquilidade e ordem; o salário mínimo fixar-se-ia conforme o tipo de indústria e região, patrimônio familiar inalienável, seguro operário, conselhos permanentes de arbitragem e bases para a divisão de lucros das empresas. Considerava necessário reconhecer a pessoa jurídica de sindicatos profissionais com direito a adquirir propriedades móveis e imóveis, assim como jurisdição profissional sobre os seus membros e a sua representação diante dos poderes públicos. Por último, a Grande Dieta ditou normas para evitar a exploração dos trabalhadores de domicílio e concluiu que para obter a paz social, era necessário organizar a sociedade corporativamente.<sup>226</sup>

Em meio a esta crise social gerada pela inércia do governo de Francisco I. Madero, Andrés Molina Enríquez, após sair da prisão em março de 1912, retomou a sua cátedra no Museu Nacional e começou a escrever artigos para um jornal denominado *El Reformador*, de cunho agrarista patrocinado por Luis Cabrera, no qual ele criticaria a indecisão de Francisco I. Madero na solução dos problemas sociais, inclusive, do agrário, e defenderia a inevitabilidade da continuidade da revolução para a concretização das reformas que o México necessitava. Porém, nessa mesma época, Andrés Molina Enríquez intrigou-se com um grupo de espanhóis, dos quais sofreu perseguição, por causa de sua posição política anti-hispânica adotada no periódico.

<sup>225</sup> *Rerum Novarum* é uma encíclica de 15 de maio de 1891, promulgada pelo papa Leão XIII, que se refere à condição dos trabalhadores. Tratava-se de uma carta de princípios do catolicismo social, marcando o início de uma aproximação da Igreja Católica com o movimento operário.

<sup>226</sup> ULLOA, 1977, p. 30.

Foi exatamente com medo da continuidade da revolução que Francisco I. Madero, buscando apaziguar os ânimos, propôs dar início a um programa de reforma agrária que incluía a divisão das terras nacionais e a compra de algumas grandes propriedades para o fracionamento e a formação de pequenas propriedades. Para isto foi criada a Comissão Agrária Executiva, formada por José Lorenzo Cossío, Roberto Gayol e Manuel Marroquín y Rivera, que deveria realizar um estudo sobre a questão agrária. Este estudo foi apresentado em um relatório de 15 de abril e em outro de 10 de maio de 1912. No primeiro relatório, José Lorenzo Cossío, Roberto Gayol e Manuel Marroquín y Rivera posicionaram-se favoráveis à reconstrução dos *ejidos*, pois o camponês indígena ou mestiço não estava preparado para ser um pequeno proprietário por causa de sua tradição e de seus hábitos de vida. Além disso, propunha um estudo preliminar do governo antes da compra de terras de particulares para a reforma agrária, evitando, assim, a aquisição de terreno com má qualidade. No outro relatório, a mesma comissão acreditava que não bastava apenas a distribuição de terrenos em certas regiões, como no centro do país, pois havia a necessidade também de obras de irrigação que levassem água para terras sedentas. Contudo, as proposições da comissão não foram aceitas, sobretudo, a que se referia à reconstituição de terrenos comunais por causa do liberalismo clássico de Francisco I. Madero, permanecendo, assim, o impasse em torno do problema agrário. Além desta discordância, também o estudo da comissão

contrasta com o otimismo do presidente da República e de seu secretário de Fomento quanto à delimitação das terras nacionais, posto que, enquanto que os membros da comissão acreditavam que tais terrenos não estavam ainda bem localizados, aqueles falavam de milhões de hectares delimitados.<sup>227</sup>

Este impasse tornou a questão agrária praticamente insolucionável durante o governo de Francisco I. Madero, acentuando cada vez mais a tensão social.

Esta tensão social gerou um clima de insegurança que preocupava os capitalistas diante da incapacidade do governo em manter a necessária ordem para a prosperidade econômica. A relação entre capitalistas e governo deteriorou-se mais ainda quando o presidente tentou exigir o pagamento de impostos por parte de alguns investidores estrangeiros, como no caso da imposição de uma taxa, em 3 de junho de 1912, de 20 centavos por tonelada de petróleo bruto de produção nacional. Além disso, o governo criou um registro das companhias petrolíferas existentes. A preocupação do governo era criar uma fonte de renda para o Estado, obrigar os capitalistas estrangeiros a cumprirem obrigações mínimas para

---

<sup>227</sup> SILVA HERZOG, 1980, p. 191.

com o país e incentivar o capital nacional. Isto provocou a insatisfação e o interesse na queda de Francisco I. Madero, pois

a classe empresarial, tanto nacional como estrangeira, tinha fortes interesses criados no sistema porfiriano. A economia mexicana não agrícola anterior a 1911, era essencialmente monopolista, um grupo, que era bastante coeso, controlava a maioria das instituições financeiras e industriais; os estrangeiros eram espiritual, quando não fisicamente, parte do grupo. Díaz acreditava devotamente no princípio da modernização industrial a qualquer preço, e o preço exigido – e pago – incluiu isenções fiscais, concessões especiais de natureza monopolista, favoritismo, lucros altíssimos, uma força de trabalho dócil, mantida sob controle por leis sindicalistas criminais e artifícios similares, direitos de domínio eminente e uma multidão de conceitos afins. Pode-se discutir se a necessidade do desenvolvimento econômico justificava um preço tão alto, mas não há dúvida de que os empresários estavam convencidos disto. Ao exigir o uso do espanhol nas ordens ferroviárias, o governo de Madero estava dizendo de fato que o desenvolvimento econômico deveria valorizar-se segundo os benefícios que reportava aos mexicanos; a menos que tais benefícios chegassem de imediato à população do país, não havia razão de ser para a empresa. Estes e outros princípios – a abolição do monopólio, dos direitos especiais, do sistema legal dual –, sacudiram o coração do mundo dos negócios. Aceitar os princípios maderistas, por suaves e moderados que pudessem ser em comparação com as medidas industriais contemporâneas dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental, significava sancionar o desaparecimento de um modo de vida que a classe empresarial negava-se a abandonar.<sup>228</sup>

Outro grupo insatisfeito com o governo foi o Exército federal, que saiu fortalecido após a vitória sobre a rebelião orozquista. Todavia, os militares não conseguiram uma posição de destaque no poder como aconteceu durante o Porfiriato, pois Francisco I. Madero, plenamente civil, não tinha pretensões militares e nem desejava dar-lhes um espaço especial dentro da estrutura de poder. Foi contra o posicionamento dos militares em um nível pouco atrativo que Félix Díaz decidiu rebelar-se em 16 de outubro de 1912, em Veracruz, exigindo a recuperação da posição de prestígio do Exército federal, principalmente, da oficialidade. Como afirma Charles C. Cumberland,

o oficial do Exército federal descobriu-se representando um papel pouco atrativo: no desfile político em turno, era um observador, não um dirigente. Mais grave que isto, para a sua autoestima e o seu futuro, devia ser que nada parecia prometer no governo de Madero ou na filosofia dominante dos conselheiros mais próximos do presidente alguma melhora nas condições dos oficiais federais. A gota que encheu e quase derramou o copo foi que o governo maderista ratificou os graus e converteu em membros da oficialidade regular os chefes que tinham lutado contra Díaz. A elevação ao posto de oficial de indivíduos cujo único adestramento tinha sido adquirido na ação revolucionária, devia parecer aos alunos da academia militar um fato degradante para a sua qualidade de oficiais. E, com efeito, era. Mais ainda, a moral dos corpos regulares da oficialidade tinha melhorado só um pouco com a campanha contra Orozco, durante a qual os “irregulares” e as forças do Estado dirigidas por homens como Francisco Villa, Pablo González e os irmãos jovens do presidente, Raúl e Emilio, não só tinham carregado o peso da luta, mas que tinham

<sup>228</sup> CUMBERLAND, Charles C. **La Revolución Mexicana**: los años constitucionalistas. Trad. Héctor Aguilar Camín. México: Fondo de Cultura Económica, 1975, p. 18-19. (Sección de Obras de Historia).

colhido também, muitas vezes ou louros da vitória. Esta complexa variedade de fatores era o que enfurecia a oficialidade e o que Félix Díaz tratou de apresentar de modo persistente como um insulto ao Exército (ainda que não foi suficiente temerário para especificar a natureza exata dos insultos).<sup>229</sup>

A rebelião de Félix Díaz acabou sendo sufocada em poucas horas e ele foi preso e condenado à morte, porém salvo por Francisco I. Madero.

Outo setor que apoiaria a queda de Francisco I. Madero seria o dos latifundiários, temerosos do que pudesse representar um possível programa de reformas do regime da terra para os seus interesses. Este temor acentuou-se em abril de 1912, quando o governo criou a Comissão Executiva Agrária e existia a eminência do início de uma possível reforma agrária realizada pelo Estado, o que significava a destruição da posição social, econômica e política que disfrutavam, até então, os fazendeiros. Nesse momento,

para o grupo ameaçado, Madero converteu-se, justificadamente ou não, em símbolo da destruição; o visionário de Coahuila, por quem os fazendeiros tiveram antes mais desdém que medo, tinha-se transformado em uma força malévola que era necessário erradicar sem mais. Inclusive antes dessa data, muitos fazendeiros tinham-se oposto energicamente, ainda que de modo sob-reptício, ao governo de Madero; eles ou os seus redatores pagos informavam da corrupção, da blindagem ou do favoritismo do regime, ainda que as acusações carecessem de fundamento; e, certamente, capitalizavam neste sentido as debilidades efetivas e toda evidência de corrupção da nova ordem. Estas acusações minavam, de fato, a confiança pública no governo, mas pelo menos alguns membros da classe em questão decidiram incitar também ações mais diretas.<sup>230</sup>

Dessa maneira, grandes proprietários fundiários, Exército federal e capitalistas uniram forças e prepararam a derrubada do governo de Francisco I. Madero, vendo em Victoriano Huerta o homem forte capaz de dominar a anarquia do país e substituir a fracassada democracia maderista. Esta derrubada começou em 8 de fevereiro de 1913, quando o general Manuel Mandragón, comandando uma tropa de 2000 homens, rebelou-se e libertou os generais Félix Díaz e Bernardo Reyes. Logo após, o palácio presidencial foi atacado.

Durante os combates, Bernardo Reyes e o comandante da força leal a Francisco I. Madero, o general Lauro Villar, foram mortos. No lugar de Lauro Villar, assumiu o comando Victoriano Huerta, que conseguiu isolar os rebeldes em uma cidadela onde se guardava armas. Começava, então, os dez dias trágicos de uma falsa guerra que somente serviu para estabelecer a desordem na Cidade do México e demonstrar a fraqueza do governo de Francisco I. Madero.

<sup>229</sup> CUMBERLAND, 1975, p. 17-18.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 16-17.



Nesse ínterim, o líder da rebelião, Félix Díaz, e o general Victoriano Huerta mantinham conversações com o embaixador norte-americano Henry Lane Wilson, que tomou as dores dos investidores norte-americanos que se sentiam prejudicados com as medidas econômicas e a instabilidade do governo de Francisco I. Madero. As conversações conduziram ao Pacto da Embaixada, no qual Victoriano Huerta aceitava a Presidência da República em troca da anistia aos rebeldes.

Victoriano Huerta pôs em prática um plano para a prisão do presidente da República, enviando uma tropa leal ao governo para atacar os rebeldes na cidadela, enquanto que a sua ficou na retaguarda e se aproveitou da circunstância para mudar a guarda presidencial e prender Francisco I. Madero e o vice-presidente José María Pino Suárez, que sob a acusação de traição, foram obrigados a renunciar em 19 de fevereiro de 1913, sendo assassinados três dias depois nos arredores da Casa de Detenção por causa de uma pretensa tentativa de fuga.

No plano das ideias, o período do governo de Francisco I. Madero foi marcado pela decadência não só das ideias positivistas, mas também da Sociedade Positivista do México, a sede do Apostolado nesse país. Quando Francisco I. Madero chegou ao poder, a fé positivista acabou vendo-se obrigada a se ajustar aos novos problemas sociais expostos claramente pela revolução. E mais do que isto, tentaria conciliar aspectos totalmente inconciliáveis para Augusto Comte como revolução com ordem e progresso. Em 1911, Agustín Aragón, chefe do Apostolado Positivista mexicano, em suas notas políticas para a *Revista Positiva*, afirmava que, durante a revolução, somente os princípios do positivismo e a Religião da Humanidade poderiam manter a harmonia na sociedade para conduzi-la firmemente no caminho que unia a ordem com o progresso. Além disso, em outro artigo de janeiro de 1912 para a mesma revista, ele admitia a inevitabilidade de algumas revoluções, entre as quais a mexicana, e, em janeiro de 1913, reconhecia o erro dos positivistas mexicanos em relacionar o regime de Porfirio Díaz com a ordem positiva, aceitando muitos pontos de vista expostos pelos revolucionários como justos. De acordo com Agustín Aragón,

Díaz tinha sido efetivamente o oposto ao positivismo. E se o governo de Díaz tivesse correspondido aos desejos positivistas, a **Revista** seria a primeira a defender o seu governo contra os ataques dos revolucionários. Isto era nada mais do que um abandono do positivismo pelo México que justificava os seus lamentos revolucionários.<sup>231</sup> (grifo do autor).

---

<sup>231</sup> RAAT, 1967, p. 274-275.

A força da revolução e as dificuldades econômicas de 1914 acabariam por encerrar com a publicação da *Revista Positiva*, praticamente silenciando a Sociedade Positivista do México.

Durante o governo de Victoriano Huerta, Andrés Molina Enríquez tomaria algumas atitudes que o levaria a ser alvo de crítica por alguns revolucionários, como quando foi comissionado para fazer projetos de lei e aceitou algumas nomeações, e que demonstraria novamente uma falta de malícia política, assim como tinha ocorrido no Plano de Texcoco, pois participou da farsa eleitoral criada por Victoriano Huerta e marcada para outubro de 1913, lançando-se como candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada por David de la Fuente do Partido Liberal Republicano. Para isto, contaram na ingenuidade com o apoio de revolucionários como Frederico Gamboa, Eugenio Rascón, Manuel Calero e Jesús Flores Magón. Obviamente, a Presidência e a vice acabariam nas mãos de Victoriano Huerta e Aureliano Blanquet.

Entretanto, a vida pública de Andrés Molina Enríquez durante o huertismo foi, no geral, sem muita relevância, reduzindo-se a ocupar alguns postos públicos enquanto que, ao mesmo tempo, prosseguia em seus estudos sobre a realidade mexicana, sendo diretor do Instituto de Investigações Etnográficas, titular da Sexta Direção de Legislação e Trabalho e consultor técnico da Secretaria da Indústria e do Comércio.

Em 20 de fevereiro de 1913, Victoriano Huerta ocupou a Presidência da República, permanecendo por 17 meses. O seu governo foi reconhecido por quase todos os governadores dos estados, com exceção do governador do estado de Coahuila, Venustiano Carranza, assim como também pela maior parte das nações estrangeiras, exceto, por ironia do destino, pelos Estados Unidos, que ao eleger um novo presidente de tendência democrata, Woodrow Wilson, mudaria a sua política externa com relação ao México a partir de março de 1913.

Tal mudança deveu-se, primeiramente, à preocupação do novo presidente norte-americano em estabelecer relações com um país vizinho em que vigorasse a livre empresa e a democracia, exatamente o contrário do que era o huertismo, e, em segundo lugar, ao choque de interesses econômicos entre os norte-americanos e o governo de Victoriano Huerta, que tratou de dar preferência ao capital europeu, principalmente, britânico. Durante o huertismo, os investimentos ingleses foram de 807.622.000 de dólares e os norte-americanos somaram 800.000.000, com a invasão de capital inglês, sobretudo, no setor petrolífero,

prejudicando os interesses do capital norte-americano. Todavia, a deterioração das relações entre os governos da Cidade do México e de Washington acentuar-se-ia quando o primeiro recebeu um empréstimo de 150 milhões de dólares de um cartel europeu.

Pensando em buscar inicialmente uma solução pacífica para o problema, uma vez que não convinha uma intervenção militar no México por causa da grande quantidade de capital investido nesse país e para se evitar uma reação nacionalista de sua população, os Estados Unidos fizeram um acordo com a Grã-Bretanha, no qual os primeiros prometiam obter a anulação de uma lei de 1912 que isentava os navios norte-americanos de pagarem taxas ao cruzarem o Canal do Panamá em troca da redução dos investimentos britânicos no México.

Contudo, tal ação acabou não surtindo muito efeito, pois o governo de Victoriano Huerta estava decidido a adotar uma política externa similar à do final do Porfiriato, objetivando dar prioridade aos investimentos e às relações com nações europeias para impedir um possível domínio imperialista norte-americano sobre o México. Neste sentido, com o abandono do apoio dos ingleses ao seu governo, Victoriano Huerta tentaria uma aproximação com a Alemanha e o Japão. Em retaliação, Woodrow Wilson impôs um bloqueio econômico contra o governo de Victoriano Huerta e pressionou as potências imperialistas para que parassem de investir, fazer empréstimos e fornecer ajuda militar ao México.

Desesperado diante das dificuldades financeiras, Victoriano Huerta declarou, em janeiro de 1914, a moratória por 6 meses no pagamento das taxas sobre os bônus internos e externos do governo. Pressionado pelos seus compatriotas investidores por uma intervenção no México, o governo norte-americano enviou fuzileiros navais, que desembarcaram em Veracruz e ocuparam toda a cidade. A intenção dos Estados Unidos era promover a instabilidade e acelerar a queda de Victoriano Huerta. Porém, o que ocorreu foi uma onda nacionalista, até mesmo por parte dos revolucionários, entre os quais Venustiano Carranza, que exigia o fim da intervenção norte-americana em nome do princípio da autodeterminação.

De modo a evitar um possível confronto bélico entre os Estados Unidos e o México, Argentina, Brasil e Chile (grupo ABC) decidiram mediar um acordo com aqueles dois países, assinando-se um protocolo de acordo, em 25 de junho, em Niagara Falls. Entretanto, o impasse entre Estados Unidos e México só se resolveria com o reconhecimento de Venustiano Carranza como presidente do México e a imposição do princípio da

autodeterminação e não-intervenção na Conferência Pan-Americana de Washington em 1915, pois

as propostas norte-americanas em Niagara Falls (designação de um constitucionalista para presidente provisório; maioria constitucionalista na Comissão preparatória das eleições; manutenção das forças de terra e de mar dos Estados Unidos no México por um tempo indeterminado, que compreenderia o período das eleições) são rejeitadas tanto pelos delegados de Huerta como pelos constitucionalistas. Estes compreendem que a aceitação destas propostas significaria uma vitória inacabada, colocando-os sob a “proteção” direta e imediata dos Estados Unidos.<sup>232</sup>

No que diz respeito à política interna, a princípio, o gabinete de secretários do governo de Victoriano Huerta era constituído em sua maioria por felixistas e, por isso, haveria uma forte esperança por parte de Félix Díaz de que fosse o substituto natural do atual presidente da República. Porém, aos poucos, até 10 de outubro de 1913, quando a Câmara dos Deputados foi dissolvida e se implantou uma ditadura total, esta esperança dissipar-se-ia com a busca por Victoriano Huerta de se desvincular dos felixistas, substituindo aqueles que compunham o gabinete por outros da inteira confiança do presidente da República.

A dissolução da Câmara dos Deputados deveu-se ao impasse criado pela maioria dos seus integrantes para a aprovação de questões de interesse do governo, como negociação de empréstimo externo, nomeação de um novo gabinete, convocatória de um período extraordinário de sessões e prorrogação das eleições. A reação do governo veio por meio da perseguição e do assassinato de deputados. Com o questionamento dos procedimentos do governo pela Câmara dos Deputados em outubro de 1913, esta foi dissolvida e 80 de seus membros foram presos, e assumindo faculdades extraordinárias, Victoriano Huerta convocou eleições para 26 de outubro. Caberia ao novo Congresso Nacional empossado em 20 de novembro manter Victoriano Huerta no poder. As eleições caracterizaram-se pelo fato de que

Huerta não tinha concorrentes de perigo nem secretários em seu gabinete impostos pelo Pacto da Embaixada; não existia o Congresso da União, o Poder Judiciário era servil, os governos dos estados estavam nas mãos dos seus aliados incondicionais e as pessoas viviam atemorizadas. Ambiente adequado para efetuar uma farsa de eleições presidenciais e de membros do Congresso da União. No dia 26, as autoridades obrigaram os empregados do governo e militares a votar por Huerta e Blanquet, tiveram em seu poder as urnas, cometeram fraudes e exerceram a violência. O Congresso que resultou “eleito” depois de uma reunião preliminar e de outra formal nos dias 15 e 20 de novembro, anulou a eleição presidencial alegando que não se tinha instalado o número regulamentar de urnas e que o voto tinha sido depositado no presidente provisório, incapacitado pela lei para ser candidato.

---

<sup>232</sup> NUNES, 1980, p. 86.

Consequentemente, Huerta continuou na Presidência e o Congresso confirmou-lhe as faculdades extraordinárias nos ramos da Guerra, da Fazenda e de Governo que tinha assumido dias antes.<sup>233</sup>

Enquanto isso, as reformas sociais, principalmente, a agrária, ficavam por serem realizadas. O governo de Victoriano Huerta procurou apenas soluções paliativas para o problema das terras, não atacando a causa principal do mal, que era a estrutura fundiária do país. O máximo que fez foi fracionar terrenos nacionais em pequenos lotes e oferecê-los a algumas famílias sem terras.

Todavia, os secretários da Fazenda Toribio Esquivel Obregón e Eduardo Tamariz tentaram encontrar soluções para resolver a questão agrária, enviando propostas de leis para o Congresso Nacional que foram rejeitadas. A primeira proposta, que data de 8 de abril de 1913, apontava os latifúndios como o principal problema a ser combatido, pois os grandes fazendeiros tinham as suas propriedades comprometidas com grandes hipotecas sem pagá-las nunca, uma vez que pegavam um empréstimo para pagarem um antigo, enquanto que as classes média e baixa tinham vontade de adquiri-las, mas não podiam pagar por elas. Assim, a solução, para Toribio Esquivel Obregón, era que

o Executivo federal se convertesse em intermediário garantindo bônus emitidos por empresas fracionadoras, as quais comprariam terras para vendê-las em prazo amortizável de 24 anos e à razão de um lote por pessoa. Com o depósito de garantia que apresentassem ditas empresas, formar-se-ia um fundo para pequeno crédito agrícola.<sup>234</sup>

A outra de autoria de Eduardo Tamariz, datando de 17 de abril de 1914, “eximia de contribuição predial a pequena propriedade, tanto a explorada pelo chefe de família como a dada em parceria, sempre que o solicitante não disfrutasse de outras terras em propriedade, arrendamento ou parceria”.<sup>235</sup>

Uma medida agrária importante tomada pelo governo huertista foi a devolução de 78 *ejidos* aos índios yaquis e maias pela Secretaria de Agricultura em fevereiro de 1914, que tinham sido expropriados durante o Porfiriato.

No que se refere à classe operária, esta sofreu todos os efeitos da violenta repressão da ditadura huertista. Quem mais penou foi a Casa del Obrero Mundial, que, em maio de 1913, organizou vários protestos na Cidade do México exigindo uma jornada diária

<sup>233</sup> ULLOA, 1977, p. 40-41.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 42.

de 8 horas e semanal de 6 dias. O que conseguiu foi a prisão dos líderes mexicanos e a deportação dos estrangeiros. O resultado final de tanta repressão foi o fechamento da organização sindical e a confiscação de suas máquinas de impressão em 27 de maio de 1914.

O quadro de instabilidade constante em que se encontrava o México afetou seriamente a sua economia. O comércio sofria com a perda de mercado consumidor por causa das baixas nos campos de batalha. Simultaneamente, havia a destruição pela guerra civil dos meios de transporte e das vias de comunicação. Sem falar na carência de mão-de-obra que redundou na queda da produção agrícola, industrial e mineira e, conseqüentemente, na alta excessiva de preços e aumento do custo de vida. Isto resultou, por sua vez, para o governo na queda da arrecadação em um momento de excessivos gastos militares, levando-o a buscar empréstimos e, finalmente, a decretar a moratória no pagamento da dívida externa em janeiro de 1914, acentuando a fuga de capital e o desaparecimento do ouro e da moeda em espécie do mercado. O peso cada vez mais sentia o desequilíbrio da economia com a sua desvalorização, que “se começou a pressentir em fins do governo de Madero (49,55 centavos dólar), manifestou-se claramente depois da Dezena Trágica (48,55), caiu aceleradamente a partir de julho de 1913 (43,06) e em agosto de 1914 baixou a cerca de 4 pesos por um dólar (20,50).”<sup>236</sup>

A instabilidade aumentou com a notícia da morte de Francisco I. Madero em 1913, pois com ela veio a desesperança de que as reformas que o país tanto necessitava pudessem concretizar-se. Era o ponto de partida para a mobilização geral das forças insurrecionais que se demonstraram hostis a Victoriano Huerta.

No Sul do México, os zapatistas proclamaram guerra a Victoriano Huerta exigindo a aplicação do Plano de Ayala. No Norte, o começo da insurreição aconteceria em Chihuahua, provocada pela morte do governador maderista Abraham González e liderada por Francisco Villa, que logo se estenderia para Durango, Sinaloa, Zacatecas e San Luis Potosí. Ao mesmo tempo, em Coahuila, o governador Venustiano Carranza recusava-se a aceitar o governo de Victoriano Huerta, falando em nome da constitucionalidade ferida e conclamando pela derrubada do governante usurpador da República. Para isto, Venustiano Carranza partiu para luta, conseguindo dinheiro emprestado junto a bancos de seu estado, reagrupando forças leais constituídas de ex-maderistas não-desmobilizados sob o comando de seu irmão Jesús Carranza e Pablo González e obtendo uma resolução da assembleia local desautorizando o governo central. No final de março de 1913 chegaria à Fazenda Guadalupe com um

---

<sup>236</sup> ULLOA, 1977, p. 45-46.

contingente de setecentos soldados, onde elaborou, junto com Francisco J. Múgica e Lucio Blanco, em 26 de março, o Plano de Guadalupe, no qual repudiava o governo de Victoriano Huerta por violar a ordem e os preceitos constitucionais do país. Segundo o plano,

a luta que se tinha iniciado objetiva derrubar do poder Victoriano Huerta, a fim de reestabelecer a ordem constitucional, convocando eleições gerais e locais quando o Exército Constitucionalista, como desde o princípio foi denominado, ocupasse a Cidade do México. Ao senhor Carranza designou-se em dito plano Primeiro Chefe do novo exército e, por sua vez, encarregado do Poder Executivo da União. No plano não se diz nada sobre reformas de caráter econômico e social, devido a que Carranza pensou que isto era o conveniente desde o ponto de vista político e o caminho mais apropriado para alcançar a vitória em menor tempo e com menos derramamento de sangue.<sup>237</sup>

O Plano de Guadalupe foi reconhecido, em 18 de abril de 1913, por todos os representantes das forças nortistas como guia comum. A partir de junho o Exército Constitucionalista atuaria militarmente em várias frentes, com Lucio Blanco tomando posse de Matamoros, Francisco Villa unindo-se com o general Felipe Ángeles e, com isto, conseguindo importantes vitórias em Chihuahua, Álvaro Obregón comandando as batalhas em Sonora e Antonio I. Villareal dirigindo a campanha militar em Nuevo León.

Um marco importante na luta constitucionalista foi a primeira distribuição de terras revolucionariamente, ou seja, sem a intermediação do Estado, em 30 de agosto de 1913, por Lucio Blanco. Isto ocorreu com a expropriação da Fazenda Los Borregos e o seu fracionamento em pequenos lotes para a distribuição entre os camponeses. Entretanto, tal atitude foi desaprovada por Venustiano Carranza, que destituiu Lucio Blanco de seu comando, enviando-o para outra missão em Hermosillo.

Em 29 de setembro de 1913, Francisco Villa passou de Chihuahua para La Laguna, aí formando um exército de dez mil homens que ficou conhecido como Divisão do Norte, constituído por peões, ferroviários, condutores de mulas, vendedores ambulantes, contrabandistas, ladrões de gado, tendo como objetivo o fracionamento dos latifúndios do Norte do país para a formação de ranchos.

Enquanto isso, no Sul do México, em maio de 1913, Emiliano Zapata assumiu o comando da revolução na região.

O dia 23 de setembro de 1913 seria outra data marcante para a revolução desde o ponto de vista das reformas, pois nela Venustiano Carranza pronunciou um discurso de

---

<sup>237</sup> SILVA HERZOG, 1980, p. 218-219.

conteúdo social que oficializava o pensamento em voga dos constitucionalistas a respeito das reformas sociais, usando, para isto, da concepção própria do líder revolucionário sobre a luta de classes. Para Venustiano Carranza,

é mais que tempo de não mais se fazer promessas vãs ao povo [...]. O Plano de Guadalupe é um apelo patriótico, um apelo a todas as classes sociais sem lances nem sobrelances demagógicos. Mas é preciso que o povo mexicano saiba que, uma vez terminada a luta armada para a qual chama o Plano de Guadalupe, a magnífica e fantástica luta social, a luta de classes deverá começar; quer queiramos ou não, e sejam quais forem as forças que se possam opor, as novas ideias impor-se-ão no seio das massas.<sup>238</sup>

Além das forças federais, o Exército Constitucionalista teve que enfrentar outros dois inimigos, que eram a falta de recursos e a dificuldade de acesso a mercados para a obtenção de armas e munições. O primeiro fator deveu-se à escassez de bens ocasionada por uma economia em crise diante da revolução, sendo que a usurpação de mais recursos da sociedade poderia ocasionar um perigoso repúdio à causa constitucionalista e um inesperado apoio a Victoriano Huerta. Quanto ao segundo, o não-reconhecimento do governo de Victoriano Huerta pelo presidente dos Estados Unidos resultou no impedimento à aquisição de armas e munições pelo México naquele país, sendo que somente a posteriori Woodrow Wilson facilitaria este comércio para o Exército Constitucionalista de modo a agilizar a derrubada de Victoriano Huerta. Uma solução encontrada para o primeiro problema que persistia até a vitória final sobre as forças federais foi

o recolhimento de impostos pelos comandantes militares que operavam ao longo da fronteira com os Estados Unidos sobre exportações – de gado, particularmente – com o propósito de obter moeda forte para comprar apetrechos de guerra. Como cada comandante gozava de um acentuado grau de independência e fixava os tributos de modo arbitrário, segundo exigisse a situação imediata, antes do fim do ano de 1913 havia grandes diferenças em tais tributos. A fim de corrigir a situação e, sobretudo, para criar a impressão de um governo organizado que funcionava adequadamente, Carranza estabeleceu em outubro, por decreto, um imposto uniforme sobre o gado de várias classes. Conforme o controle constitucionalista estendia-se às regiões mineiras e petroleiras, Carranza ia submetendo estes produtos a um imposto de exportação. O imposto sobre o petróleo teve a sua origem, por igual, no desejo de controlar esta indústria e na urgência de arrecadar dinheiro para a revolução. Uma fonte de impostos de menor importância, em termos da receita total, foi a cobrança das estampilhas de impostos que já existiam; nas zonas que estavam sob o seu controle, os constitucionalistas atuavam simplesmente como o governo federal para efeito da cobrança dos impostos normais; os funcionários revolucionários locais coletavam-os e contabilizavam. Os constitucionalistas tinham também outra fonte menor: o imposto proveniente das propriedades sob intervenção. Em geral, os generais revolucionários apoderavam-se de propriedades pertencentes a “inimigos da revolução”, como um meio tanto para obter fundos como para se assegurar de que o governo de Huerta não teria acesso a estas receitas.<sup>239</sup>

<sup>238</sup> NUNES, 1980, p. 83.

<sup>239</sup> CUMBERLAND, 1975, p. 78-79.



Outra prática comum era a impressão de papel-moeda pelos chefes militares autorizada por Venustiano Carranza em fins de 1913. De acordo com Charles C. Cumberland,

antes de que começasse 1914, cada comandante em campanha de importância – entre eles estavam Obregón, Villa, Pablo González, os irmãos Arrieta, Manuel Diéguez, Luis Caballero e Francisco Murguía – estavam ocupados em lançar a circular resmas de papel-moeda sem garantia nem respaldo efetivos. Além disso, em vários estados ocorria esta prática enquanto era estabelecido um governo constitucionalista e, em princípios de 1914, havia seis estados com notas próprias. Em uma tentativa de pôr alguma ordem no caos existente, nos primeiros meses de 1914 Carranza decretou que todo o papel-moeda expedido pelos governadores constitucionalistas fosse aceito como moeda de curso legal em todas as áreas que os constitucionalistas controlavam.<sup>240</sup>

Apesar das dificuldades encontradas, o Exército Constitucionalista obteve sucessivas vitórias, sendo as mais importantes a tomada de Zacatecas pela Divisão do Norte composta de 16 mil homens em 23 de julho de 1914 e a derrota imposta ao Exército federal por Álvaro Obregón em Guadalajara em 18 de julho. No Sul do México, os zapatistas, por meio de uma ofensiva militar, em princípios de 1914, já ocupavam Morelos, Puebla, Tlaxcala e Guerrero e, em meados do mesmo ano, aproximavam-se da Cidade do México após a captura de Milpa Alta em 20 de julho. Estas derrotas marcantes do Exército federal acabariam obrigando Victoriano Huerta a renunciar em 14 de agosto de 1914, partindo para um exílio nos Estados Unidos, onde morreria alguns anos depois em uma prisão do Texas por tramar uma rebelião contra Venustiano Carranza.

Para os intelectuais, o governo de Victoriano Huerta foi um período duro, principalmente, para os ateneístas, quando foram obrigados a fugir para o exterior, enquanto que outros foram presos devido à oposição ao governo e, em muitos casos, às relações que mantinham com os revolucionários. Exemplos destas perseguições foram o exílio no exterior de Henríquez Ureña, que retornou ao país em princípios da década de 1920, e Alfonso Reyes, que voltaria efetivamente em 1938, e as contínuas viagens ao exterior de José Vasconcelos por ter se comprometido com os maderistas na revolução. Após a morte de Francisco I. Madero, José Vasconcelos buscou uma aproximação entre os líderes revolucionários mais moderados, esperando que eles dessem continuidade à política daquele governante.

Durante o período de 1914 a 1920, Andrés Molina Enríquez exerceu vários cargos públicos por curto tempo, sendo eles o de chefe interino da Direção de Bosques e Indústrias da Secretaria de Fomento (1916), representante da Secretaria da Fazenda e Crédito Público ante a Comissão Nacional Agrária (1916), advogado consultor tanto da Direção

<sup>240</sup> CUMBERLAND, 1975, p. 79-80.

Auxiliar da Comissão Nacional Agrária (1916) como da Direção de Águas da Secretaria de Agricultura e Fomento (1917) e advogado da Caixa de Empréstimos para Obras de Irrigação e Fomento da Agricultura da Secretaria da Fazenda e Crédito Público (1919). Entretanto, de todos os cargos, o mais importante foi o de membro consultor da Comissão Nacional Agrária em 1916, que era o órgão responsável pela análise da questão agrária e elaboração de políticas visando à solução de problemas vinculados ao campo. Coube a Andrés Molina Enríquez a redação do projeto do artigo 27 para ser apresentado ao Congresso Constituinte. Este artigo aborda pontos como o direito do Estado à expropriação das terras em benefício público, o subsolo como propriedade do Estado e exploração para o bem público, o reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas sobre as terras de uso comum e outros. Segundo Arnaldo Córdova,

o artigo 27, no fundamental, foi obra de um grupo de deputados e especialistas em matéria agrária reunidos em torno do então secretário do Fomento, engenheiro Pastor Rouaix, que era, além disso, deputado constituinte e presidente da Comissão Nacional Agrária, a qual o tinha enviado para Querétaro para que participasse nos trabalhos que dirigia Rouaix. De Molina parecem ser as ideias principais contidas no artigo 27, ainda que, certamente, não foi o único que as expressou, diz-se, inclusive, que Molina apresentou ao grupo do engenheiro Rouaix um projeto que não foi aceito, pois “era algo semelhante a uma tese jurídica com ideias totalmente distintas das que deveriam figurar no artigo 27”; entretanto, em todo o artigo reconhecem-se as concepções organicistas de Molina, em particular no cabeçalho do mesmo.<sup>241</sup>

Contudo, a presença do pensamento de Andrés Molina Enríquez na Constituição de 1917 não fica restrito ao artigo 27. Na realidade, a ideia mais importante do intelectual presente na Carga Magna, e que serviria de base jurídica para a realização de muitas reformas por parte do Estado mexicano até o período cardenista, foi o estabelecimento do princípio jurídico de que o bem público, sustentado na ideia de utilidade pública, estava acima dos interesses individuais. Isto deu ao Estado plenos poderes para a implantação de reformas em prol do desenvolvimento do país. Na concepção de Andrés Molina Enríquez,

os tempos clássicos do *laissez faire* tinham passado definitivamente à história. O Estado, adiante, viria a ser o verdadeiro motor do desenvolvimento social e a ele deviam submeter-se, de bom grado ou pela força, todos os elementos da sociedade. No Estado voltaria a se encarnar a **nação**, sem distinções de classe e sem que se reduzisse às elites privilegiadas, como tinha sucedido com o porfirismo; o **povo**, os deserdados, as classes baixas, a antiga massa dos “inconscientes”, voltavam a se integrar em um organismo que reconhecia a todos os grupos sociais por igual; as classes proprietárias não desapareciam como tais, simplesmente se limitava o seu poder ou se reduzia à impotência, para evitar que no futuro voltassem a se converter em fonte de desequilíbrios sociais ou em obstáculos para que o Estado desenvolvesse as suas funções.<sup>242</sup> (grifo do autor).

<sup>241</sup> CÓRDOVA, 1973, p. 224-225.

<sup>242</sup> Ibidem, p. 79-80.

Com a vitória sobre Victoriano Huerta, os constitucionalistas entraram triunfalmente na Cidade do México. Porém, nem todos os vitoriosos tinham esta oportunidade e isto se deveu às divisões existentes entre os que lutaram contra o huertismo. De um lado, havia Venustiano Carranza, rico proprietário de terras, científico, anticlerical, que se preocupava apenas em restabelecer a vigência da Constituição de 1857 e na manutenção da ordem no país, dissolvendo a máquina militar herdada do Porfiriato e buscando desmobilizar as forças revolucionárias e barrar o caminho dos zapatistas em direção à capital por meio dos acordos de Teoloyucan. Entretanto, Venustiano Carranza não contava que, por outro, havia também os novos caudilhos, entre os quais, Francisco Villa e Emiliano Zapata, que usando de sua força popular e armada, tinham as suas reivindicações e, além disso, queriam a sua parcela de participação no poder como uma espécie de divisão de um botim após a vitória alcançada. Francisco Villa, ex-domador de cavalos selvagens, ex-bandido, general de divisão, não tendo qualquer projeto efetivo de governo, era movido apenas por um impulso militarista incontrolável apoiado em um exército popular autossuficiente e organizado e pelo desejo de ser o Primeiro Chefe. Emiliano Zapata, líder do Exército Popular do Sul, via em Venustiano Carranza um burguês que não estava disposto a pôr em prática as reformas sociais esperadas pelo povo e contidas no Plano de Ayala.

Dessa maneira, a discórdia tornou-se inevitável diante “da falta de um programa preciso, do exercício do mando fora das normas constitucionais e da ausência de acordo com as conveniências pessoais de quem, de fato, tinha-se constituído no novo governante”.<sup>243</sup> Em uma última tentativa de se evitar que a discórdia levasse a uma guerra civil, buscou-se a celebração de uma Convenção Nacional Revolucionária, em 10 de outubro de 1914, inaugurada por Venustiano Carranza na Cidade do México, a fim de se discutir o programa da revolução. Entretanto, Francisco Villa recusou-se a participar de uma convenção em um lugar controlado pelas forças carranzistas. Diante do novo impasse, um grupo de generais independentes formado por Antonio I. Villareal, Lucio Blanco e Eulalio Gutiérrez conseguiram a transferência da convenção para um território neutro, no caso, Aguascalientes. Dessa vez, quem se recusou a participar foi Venustiano Carranza. Com o domínio dos generais independentes e sob a presidência de Antonio I. Villareal, no dia 30 de outubro a convenção decidiu

afastar Carranza de suas funções de Primeiro Chefe do Exército Constitucionalista e de Encarregado do Poder Executivo, reconhecendo-lhe a patente de general-de-divisão a partir do Plano de Guadalupe; a afastar igualmente F. Villa de suas funções de

---

<sup>243</sup> VASCONCELOS, 1968, p. 452.

Chefe da Divisão do Norte, a nomear um Presidente Provisório para realizar, durante o período pré-constitucional, as reformas políticas e sociais necessárias. A Convenção estipula que as divisões e os seus chefes dependerão no futuro da Secretaria da Guerra do Governo Provisório eleito pela Convenção. O caso do general E. Zapata deveria ser discutido logo que os delegados do Exército do Sul integrassem a Convenção, submetendo-se à sua soberania.<sup>244</sup>

A convenção acabou propiciando ainda mais a discórdia entre os grupos revolucionários, conduzindo a uma situação inevitável de guerra civil, pois, ao final, em 10 de novembro,

declarou-se soberana e independente de toda autoridade previamente constituída, adotou os principais artigos do Plano de Ayala, desautorizou Carranza como encarregado do Poder Executivo e Villa como chefe da Divisão do Norte, designando como presidente interino Eulalio Gutiérrez, chefe revolucionário de San Luis Potosí. Ali, nas exaustivas e frequentemente irrelevantes sessões de oradores, propostas e discussões, emergiam os problemas sociais que não tinham sido resolvidos pela guerra. A maré revolucionária adquiriu densidade ideológica; as questões pragmáticas que haviam dominado os exércitos do Norte cederam lugar a definições sociais. E brotaram dos vencedores a urgência de mudança e um espírito radical unindo exércitos e regiões por todo o país. Mas a divisão política e os alinhamentos caudilhescos impuseram a sua própria lei, e a divisão prosperou.<sup>245</sup>

Venustiano Carranza não acatou as decisões da convenção e, por isto, ordenou aos generais que participavam dela que se pusessem sob as suas ordens e impôs a condição de que só renunciaria ao cargo que ocupava caso Villa fosse tirado do comando da Divisão do Norte. Em resposta, o vice-presidente da convenção, o general José Isabel Robles, declarou Venustiano Carranza um rebelde e autorizou o avanço das forças do general Lucio Blanco e de Emiliano Zapata em direção à Cidade do México. Enquanto isso, Eulalio Gutiérrez transferia a sede do governo oriundo da convenção, primeiramente, para San Luis Potosí, depois, para Querétaro, e, finalmente, em 3 de dezembro de 1914, para a Cidade do México, que já estava ocupada pelas forças zapatistas e pelas tropas do general Lucio Blanco. No dia seguinte, Francisco Villa e Emiliano Zapata assinaram o Pacto de Xochimilco, no qual ambos

se transformam em verdadeiros senhores da convenção. Mas, se os “villistas” instalam-se na Cidade do México como conquistadores militares, os “zapatistas” sentem-se sem raízes lá. Têm, antes, o gesto do pedinte, do camponês perdido na “Grande Babilônia”, não a atitude daquele que é senhor de uma situação.<sup>246</sup>

Sentindo-se pressionado pelas forças villistas e zapatistas, Eulalio Gutiérrez em breve tempo saiu da capital do país, pensado em instalar o seu governo em um local onde pudesse melhor pensar em uma forma de unidade revolucionária. Desejo que foi frustrado

<sup>244</sup> NUNES, 1980, p. 91.

<sup>245</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 70.

<sup>246</sup> NUNES, op. cit., p. 83.

com a derrota de suas tropas em Guanajuato pelo general villista Abel Serratos. Nesse momento, a presidência dos convencionalistas passou para as mãos do general villista Roque González Garza, que trataria de, aos poucos, livrar-se dos zapatistas, começando por assassinar o principal delegado zapatista na convenção, no caso, Paulino Martínez. Em reação, Emiliano Zapata rompeu as relações com os villistas, abandonou a campanha militar contra os carranzistas e retornou a Morelos.

Paralelamente, desde a sede de seu governo em Veracruz, Venustiano Carranza tramava uma contraofensiva, conseguindo, para isto, um importante aliado, isto é, o setor operário, por meio de um pacto assinado, em 17 de fevereiro de 1915, entre o líder dirigente da Casa del Obrero Mundial, Gerardo Murillo, e o secretário do Interior de Venustiano Carranza, Rafael Zurbarán, no qual os membros da organização sindical decidiam não somente dar apoio moral aos constitucionalistas, mas também lutar ao lado destes, formando, para isto, os denominados batalhões vermelhos. Este pacto foi possibilitado, de acordo com Américo Nunes, por dois motivos:

de um lado, as medidas tomadas por certos chefes constitucionalistas, destinadas a estabelecer o salário mínimos nos estados de Querétaro, Guanajuato, Michoacán, Hidalgo, pelo general Obregón; em Sonora, por P. Elías Calles; em Veracruz, por Candido Aguilar; em Jalisco, por Manuel M. Diéguez; de outro, o esforço de alguns membros da Casa del Obrero Mundial, que tinham militado no Partido Socialista Operário fundado por Pablo Zierold (dissolvido por Huerta), para que ela abandone a sua atitude abstencionista em relação à revolução.<sup>247</sup>

Além disso, Venustiano Carranza também buscou o apoio dos camponeses e, para isto, promulgou o decreto de 12 de dezembro de 1914, também conhecido por Adições ao Plano de Guadalupe, e a lei de 6 de janeiro de 1915 que dá origem à reforma agrária oficial. No decreto Venustiano Carranza criticava Francisco Villa por pretender com as suas ações impedir o estabelecimento do governo provisório e, conseqüentemente, o triunfo completo da revolução, o que significaria a possibilidade de se tornarem efetivas as reformas esperadas pelo país, entre as quais, a agrária, criando condições para se implantar a igualdade entre os mexicanos. Entre as leis que propunha expedir com este objetivo, Venustiano Carranza cita no decreto

leis agrárias que favoreçam a formação da pequena propriedade, dissolvendo os latifúndios e restituindo aos *pueblos* as terras de que foram injustamente privados; leis fiscais encaminhadas a obter um sistema equitativo de impostos à propriedade imóvel; legislação para melhorar a condição do peão rural, do operário, do mineiro e, em geral, das classes proletárias; estabelecimento da liberdade municipal como

<sup>247</sup> NUNES, 1980, p. 97.

instituição constitucional; bases para um novo sistema de organização do Poder Judiciário independente, tanto na federação como nos estados; revisão das leis relativas ao matrimônio e ao estado civil das pessoas; disposições que garantam o estrito cumprimento das Leis de Reforma; revisão dos Códigos Civil, Penal e de Comércio; reformas do procedimento judicial, com o propósito de tornar expedida e efetiva a administração da justiça; revisão das leis relativas à exploração de minas, petróleo, águas, bosques e demais recursos naturais do país; reformas políticas que garantam a verdadeira aplicação da Constituição da República e, em geral, todas as demais leis que se estimem necessárias para assegurar a todos os habitantes do país a efetividade e o pleno gozo de seus direitos e a igualdade diante da lei.<sup>248</sup>

A lei de 6 janeiro de 1915, que, em parte, foi redigida por Luis Cabrera, marcou o princípio da reforma agrária oficial. Nesta lei afirma-se o direito de todos os *pueblos* que não têm terras de possuírem alguma para atender as suas necessidades básicas de sobrevivência. Ademais, aponta como uma das principais causas do problema agrário o despojo das terras dos *pueblos*, o que foi realizado com a cumplicidade das autoridades políticas para beneficiar uns poucos denunciante e as companhias de agrimensura, prejudicando o desenvolvimento econômico, social e cultural de milhares de famílias. Entretanto, a lei apresenta a falha de possuir uma vaguidade em muitos aspectos que aborda, tais como

a forma de pagamento das indenizações, previamente ou mediante os procedimentos para a avaliação dos terrenos, etc. No artigo 3º fala-se de expropriar nos casos de dotações, por conta do governo nacional; e no artigo 10º diz-se que quando um proprietário obtenha sentença favorável dos tribunais em caso de restituição, terá direito a receber a indenização correspondente de parte do tesouro público. A vaguidade da lei em certos pontos pôde ter sido intencional, com o objetivo de não estabelecer certamente problemas de difícil solução. Tinha que dar o primeiro passo, sobretudo, por razões políticas; tinha que atrair ao constitucionalismo a massa camponesa do Centro e Norte do país para combater com êxito a Divisão do Norte comandada pelo general Francisco Villa; tinha que ter na mão uma lei agrária frente ao Plano de Ayala, com o propósito bem claro de tirar do general Zapata o monopólio do ideal agrarista.<sup>249</sup>

Aproveitando-se dessas circunstâncias e dos desentendimentos entre Francisco Villa e Emiliano Zapata, Venustiano Carranza iniciou uma contraofensiva, reforçando as suas posições e o seu potencial militar. No início de janeiro de 1915, o general Álvaro Obregón tomou Puebla diante da fraqueza da defesa zapatista e, no final do mesmo mês, já ocupava a Cidade do México sem encontrar resistência por parte dos antigos ocupantes. A partir de então, a preocupação dos carranzistas passou a ser destruir o seu principal inimigo, isto é, Francisco Villa, que constituía uma ameaça mais concreta e imediata, pois Emiliano Zapata encontrava-se restrito a Morelos nesse momento.

<sup>248</sup> TENA RAMÍREZ, 1978, p. 808-809.

<sup>249</sup> SILVA HERZOG, 1980, p. 236-237.

Com a ocupação pelos carranzistas da Cidade do México, os convencionalistas transferiram o seu governo para Cuernavaca. Contudo, em breve, ou mais especificamente, em 12 de março de 1915, os zapatistas vieram a ocupar a capital do país e nela se reinstalou a convenção, agora para um período sessões que duraria de 21 de março a 9 de julho de 1915. No dia 11 de julho, a Cidade do México seria retomada pelos carranzistas sob o comando do general Pablo González.

A convenção, dessa vez, mudar-se-ia para Toluca, contando com a participação exclusiva dos zapatistas por causa da ruptura definitiva entre estes e os villistas. Iniciou-se, assim, uma troca de acusações em que

os villistas acusam sobretudo os zapatistas de não terem cortado efetivamente a linha de abastecimento estabelecida por Obregón desde o porto de Veracruz até os campos de Bajío. Por sua vez, os zapatistas acusam os villistas de retardarem por todos os meios a execução das reforças sociais decretadas pela convenção.<sup>250</sup>

O destino dos villistas e dos zapatistas estava selado. No dia 16 de julho, o general Álvaro Obregón tomou San Luis Potosí e, um dia depois, Zacatecas. Depois retomaria a Cidade do México das mãos dos zapatistas e derrotaria o general villista Panfilo Natera em Durango. Em 4 de setembro, os carranzistas entrariam em Saltillo. Entretanto, a derrota mais dura para os villistas ocorreu em Hermosillo, obrigando as suas forças a ficarem confinadas nas serras do estado de Chihuahua em outubro de 1915, enquanto que para os zapatistas aconteceu em junho de 1916, quando os constitucionalistas tomaram de assalto Tlaltizapán, onde ficava o quartel-general de Emiliano Zapata. Desse modo, “no final de 1916, as rebeliões agrárias do Sul e do Norte haviam revertido a sua condição original. Eram rebeliões locais resistentes e obstinadas, mas não desafiavam a nova hegemonia política, militar e administrativa do país”.<sup>251</sup>

Porém, isto não significava uma tranquilidade total para Venustiano Carranza, pois no seio dos constitucionalistas apareceu um grupo de tendência mais radical exigindo as reformas que tanto o país necessitava para a integração de todos os setores sociais na constituição de uma verdadeira nação. Segundo Eduardo Blanquel,

o constitucionalismo triunfou. Fiel à sua política realista e moderada, o seu chefe propôs adequar, atualizando-a, a Constituição de 1857 às novas circunstâncias mexicanas. Vã tentativa. De suas próprias fileiras surgiram os **jacobinos**. A revolução – pensavam estes – requeria uma unidade de princípios novos capazes de

<sup>250</sup> NUNES, 1980, p. 95-96.

<sup>251</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 95-96.

produzir uma verdadeira nação. E isto só era possível se à igualdade jurídica do velho liberalismo se acrescentasse uma boa dose de igualdade econômica e social. Se aos antigos direitos individuais já indiscutíveis se adicionassem os novos direitos sociais. Se as teses essencialistas do direito natural fossem revisadas à luz de uma nação histórica do homem e sua liberdade; do homem e sua propriedade; e do homem frente a outros homens. Se, por último, o Estado abandonando o papel de mero vigilante do processo social, se convertesse no promotor fundamental de seu melhoramento.<sup>252</sup> (grifo do autor).

Dessa maneira, em 14 de setembro de 1916, Venustiano Carranza expediu um decreto convocando eleições para um Congresso Constituinte, composto por representantes dos estados em proporção ao número de habitantes. Este congresso deveria discutir o projeto da Constituição reformada apresentado pelo Primeiro Chefe e, em dois meses, dissolver-se. Instalado em Querétaro, começou os seus trabalhos em 21 de novembro de 1916.

O projeto de Venustiano Carranza foi aceito em quase a sua totalidade no que diz respeito à organização política. Entretanto, o congresso demonstrou-se inconforme no que se referia às questões sociais, sobretudo, de conteúdo agrário e trabalhista, fazendo, por isto, modificações e adições. Neste sentido, merecem destaque os artigos 27 e 123 da nova Constituição. De acordo com Berta Ulloa,

o artigo 27 deu um caráter verdadeiramente revolucionário à Constituição, pois determinou que a propriedade de terras e águas corresponde originariamente à nação, e que esta tem o direito de transmitir o seu domínio a particulares para constituir a propriedade privada, à qual podem impor-se as modalidades ditadas pelo interesse público. Estabeleceu a expropriação mediante e não prévia indenização, ficando todos os latifúndios sujeitos a ela para criar pequenas propriedades, e facultou a *pueblos*, ranchos e comunidades pedir e receber terras por restituição e dotação. Fixou as extensões da pequena propriedade e das parcelas, distinguiu a propriedade do solo e do subsolo, o domínio daquela pode ser transmitido em propriedade privada, mas a propriedade do segundo e as suas riquezas pertencem ao domínio direto, inalienável e imprescritível da nação, que outorga concessões para a sua exploração a indivíduos ou sociedades que operem sob as leis mexicanas; regula a capacidade para adquirir propriedades imóveis, estabelecendo como regra geral que só os mexicanos têm este direito, condiciona o dos estrangeiros e exclui à Igreja.<sup>253</sup>

O artigo 123 também é marcado pelo seu caráter inovador, pois

os operários beneficiar-se-iam com uma legislação avançada que fixou em 8 horas a jornada de trabalho, a noturna em 7 e para os menores entre 12 e 16 anos em 6 horas; descanso semanal; a igual trabalho igual salário, sem levar em conta sexo nem nacionalidade; obrigou os patrões a proporcionar habitações cômodas e higiênicas, responder por acidentes e enfermidades de trabalho, etc. Enfim, o artigo “de Trabalho e Previsão Social”, como se chamou o 123, consagrou o direito de

<sup>252</sup> BLANQUEL, Eduardo. La Revolución Mexicana. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia mínima de México**. México: El Colegio de México, 1977, p. 143.

<sup>253</sup> ULLOA, 1977, p. 79-80.



associação profissional como garantia social para operários e patrões em defesa de seus interesses e, pela primeira vez na história do direito constitucional do mundo; incluiu-se no texto de uma constituição um princípio de tal natureza.<sup>254</sup>

A nova Constituição foi promulgada em 5 de fevereiro de 1917, entrando em vigor em 1º de maio do mesmo ano, e resultou de um pacto entre burguesia, trabalhadores organizados e camponeses armados, cabendo ao primeiro destes atores sociais a direção nacional e o cumprimento maior ou menor dos artigos. Desse modo,

fora do pacto, excluídas da Constituição, ficaram as “massas exaustas do povo”, particularmente as mais desorganizadas e primitivas, para as quais a Constituição no foi um instrumento direto nem indireto, e as quais não encontram nela expressão. A Constituição foi, pois, em resumo, instrumento e expressão de uma burguesia incipiente aliada aos trabalhadores organizados na luta contra o latifúndio e o imperialismo. A Constituição foi um instrumento do capitalismo e do desenvolvimento do país dentro do capitalismo. Mas como o país não se desenvolveu plenamente dentro do capitalismo, as instituições mais características da democracia capitalista tampouco se desenvolveram.<sup>255</sup>

Aproveitando-se da circunstância de que as potências imperialistas estavam envolvidas com a Primeira Guerra Mundial, Venustiano Carranza deu início a uma luta a favor dos interesses nacionais sobre as reservas naturais do subsolo, decretando, em 19 de fevereiro de 1918, um imposto sobre o petróleo das companhias estrangeiras. Em resposta, estas fomentaram um levante nos campos de petróleo liderado por Félix Díaz e Manuel Peláez e criaram, em 1919, nos Estados Unidos, uma Associação para a Defesa dos Direitos Norte-Americanos no México.

O governo de Venustiano Carranza caracterizou-se pela resistência na aplicabilidade das reformas sociais contidas na nova Constituição, principalmente, no que se refere à questão agrária, e pela ira dos revolucionários agraristas com o assassinato de Emiliano Zapata. Além disso, existia uma forte política faccionista que favorecia a corrupção. Foi em nome de uma política livre de faccionismo que, em 1º de julho de 1919, o Partido Liberal Juarista lançou o general Álvaro Obregón como candidato a presidente da República. Este general que foi até pouco tempo antes um aliado do carranzismo e secretário da Guerra. Por outro lado, Venustiano Carranza lançou como candidato Ignacio Bonillas. Era o início de uma campanha marcada pelo uso da máquina governamental em repressão à candidatura de Álvaro Obregón. Em abril de 1920, Álvaro Obregón e alguns oficiais militares de Sonora elaboraram o Plano de Agua Prieta desautorizando o governo de Venustiano Carranza.

<sup>254</sup> ULLOA, 1977, p. 80.

<sup>255</sup> GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **A democracia no México**. Trad. Ana Arruda. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 168. (Coleção Nossa América).

Venustiano Carranza terminou sendo assassinado por um aliado de Félix Díaz, Herrero, em Tlaxcalatongo, em 21 de maio de 1920.

Este é o contexto importante para a compreensão da etapa de mais destaque na vida de Andrés Molina Enríquez, pois é nele que atingiu a sua maturidade intelectual e é sobre ele que escreveu em suas obras. A partir de então, Andrés Molina Enríquez passou a viver mais da repercussão de sua atuação nos anos combativos da Revolução Mexicana e de suas ideias, o que será abordado no quarto capítulo da tese.

## **CAPÍTULO 2**

### **A SOCIOLOGIA COMO A CIÊNCIA POSITIVA PARA O ESTUDO DAS ENFERMIDADES NACIONAIS**

O entendimento dos projetos nacionais elaborados por Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez para a constituição de uma organização nacional passa pela compreensão não só contexto histórico e das correntes de pensamento em voga em seus países, mas também pelo estudo da presença das ideias dos principais teóricos da época em dois conceitos sobre os quais os autores brasileiro e mexicano desenvolveram toda a produção intelectual, ou seja, Sociologia e sociedade nacional.

O conceito de Sociologia enquanto uma ciência positiva voltada para o estudo da sociedade revela a preocupação de ambos os autores com uma tentativa de objetividade na análise das realidades nacionais do Brasil e do México. Isto distinguiria, na opinião de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, os seus estudos de qualquer outro anterior, pois, ao invés de se preocupar com a importação de ideias exógenas e a aplicação delas para o entendimento da realidade, partia-se da análise desta, que revelava aspectos de especificidade, e, assim, empregavam-se aquelas concepções teóricas que melhor se encaixassem para a constituição de uma descrição do estado em que se encontrava uma determinada sociedade.

Esta descrição da sociedade é possível por meio de um procedimento “clínico” similar ao empregado pela Medicina na elaboração de um “diagnóstico” da situação geral de um indivíduo. Em primeiro lugar, procura-se ver se cada uma das partes que compõe o todo denominado organismo social está exercendo adequadamente a sua função e de forma integrada. Caso não esteja, o passo seguinte é apontar a parte ou as partes que não estejam funcionando como se deveria e entender o motivo disto. Somente depois destes procedimentos, pode-se partir para outro que consiste na busca do tratamento do estado de “enfermidade”. Portanto, a sociedade nacional seria uma espécie de “organismo”, no qual cada setor social comporia um “órgão” que teria a sua função específica e importante, devendo trabalhar em sincronia com outros setores. Não sendo assim, toda a sociedade passa a padecer, devendo-se encontrar uma maneira de se estabelecer esta sincronia. Na sociedade nacional o Estado faria o papel de “cérebro”, sendo o “órgão central” responsável por emitir os estímulos para o funcionamento de cada um dos outros “órgãos” do organismo social.

Neste capítulo da tese realiza-se o estudo comparativo entre o pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez. Para isto, utiliza-se como suporte teórico-metodológico, primeiramente, a história comparada e, em segundo lugar, a história das ideias.

A história comparada possibilitará analisar, a partir dos projetos nacionais elaborados por Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, as estruturas e as correntes de pensamento nas sociedades brasileira e mexicana da segunda metade do século XIX e princípios do século XX e as ideias presentes nos dois intelectuais, seja para se encontrar analogias, seja para se abordar as diferenças, criando-se, assim, as condições para a percepção da existência de uma preocupação comum de contestar a ordem estabelecida que impeça a constituição de uma organização nacional. De acordo com Maria Lígia Coelho Prado,

é indiscutível a constatação de que são poucos os estudos produzidos no Brasil que buscam comparar o Brasil aos demais países da América Latina. Mas creio que tal comparação é rica em potencialidades e contribuiria para a reflexão sobre novos problemas e questões. Seria extremamente fecundo, com o rigor e os procedimentos metodológicos próprios do ofício do historiador, buscar “a unidade do problema” em duas ou mais sociedades latino-americanas e promover as devidas conexões globalizantes.<sup>1</sup>

Como o objetivo da comparação da pesquisa são as análises sociológicas que fazem Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez de suas respectivas sociedades nacionais, não se poderia deixar sem abordagem o conceito de nação e a sua compreensão no contexto em que os dois autores desenvolveram a sua produção intelectual. E esta abordagem encaixa-se no propósito da história das ideias, que é estudar as relações entre os processos sociais e os seus ideários, pois o conceito de nação emerge de um ideário pelo qual o Estado procura organizar-se, influenciando diretamente na vida dos indivíduos. Também este conceito surge e se desenvolve explicado pelas condições históricas de tempo e de lugar, pois, segundo Hannah Arendt,

o pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado, já que são os únicos marcos por onde pode obter orientação. Há um componente experimental na interpretação crítica do passado, cujo alvo principal é descobrir as verdadeiras origens de conceitos tradicionais, a fim de destilar deles a sua primitiva essência, que tão melancolicamente evadiu-se das próprias palavras-chave da linguagem política, deixando atrás de si formas ocas com as quais se dão quase todas as explicações, à revelia da subjacente realidade fenomênica.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> PRADO, Maria Lígia Prado Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 153, 2. sem. 2005, p. 11.

<sup>2</sup> ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 41. (Coleção Debates).

Então, o item a seguir tratará exatamente do desenvolvimento histórico do conceito de nação no período em que se deu a produção intelectual de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez.

## **2.1 A concepção de nação na segunda metade do século XIX e em princípios do século XX**

Antes de tudo, é importante salientar que a concepção de nação tem se modificado ao longo do tempo, não consistindo em um fenômeno natural, mas antes em um artefato mental, ou seja, é um produto de engenharia social de um determinado período histórico. Utilizando-se da definição de Benedict Anderson para nação, pode-se afirmar que ela é uma comunidade imaginada, pois “os membros de uma mesma nação nunca saberão muito de seus conterrâneos e, ainda assim, encontrarão neles, ou igualmente ouvirão deles, no significado de cada viver a imagem de sua comunhão”.<sup>3</sup>

Portanto, a nação desperta culturalmente nos indivíduos que vivem em um determinado espaço físico os sentimentos de filiação e origem comum, sendo estes os responsáveis por promover uma unidade sustentada na ideia de valores comuns compartilhados. Estes valores costumam ser elementos como a etnia, o território, o idioma, a religião e outros. São eles que criam na mentalidade dos indivíduos a ideia dos laços comuns, constituindo o sentimento de nacionalidade, que se interioriza de tal maneira em cada indivíduo que o leva a crer na origem natural da nação. Por sua vez, isto gera uma lealdade à nação pelo compartilhamento de certos aspectos em comum. A lealdade à nação faz com que, segundo Marc Howard Ross,

as pessoas não pensem sobre a origem da comunidade nacional com a qual elas se identificam, sendo vista como algo de caráter natural, frequentemente biológico, quando, de fato, é uma construção cultural e política cuja “razão de ser” necessita ser regularmente reafirmada e ensinada para sucessivas gerações.<sup>4</sup>

Sem a identidade e a lealdade proporcionadas pelo sentimento de nacionalidade não seria possível manter a coesão necessária entre os indivíduos para a sobrevivência da unidade nacional. Como afirma Ernest Gellner,

<sup>3</sup> ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**. New York: Verso, 1991, p. 6.

<sup>4</sup> ROSS, Marc Howard. Culture and identity in comparative analysis. In: CROTHERS, Lane; LOCKHART, Charles (Orgs.). **Culture and politics: a reader**. New York: St. Martin's Press, 2000, p. 45.

todas as unidades sociais, que tentam sobreviver, dependem de uma diversidade de mecanismos para a sua autopropagação. Um sentido de lealdade e identificação, por parte da população, é um dos fatores que contribuem para tal coesão, quando acontecer que ela seja concretizada. O que é mais marcante, esta força do sentimento parece muito independente da manipulação ou estímulo deliberado, por aquelas unidades políticas que sejam os felizes objetos deste sentimento de lealdade. Sem dúvida, com a frequência o fomentam e encorajam, mas podem ser, e com frequência são, independentes de tal encorajamento. A marcante demonstração disto é a força de tais sentimentos em favor de largas unidades, que ainda não existam de nenhum modo – por outras palavras, sentimentos irredentistas em favor de unidades que apenas existam ainda nas aspirações de seus aderentes e que, por consequência, não possuam em breve os recursos ou meios para encorajar o sentimento. É o sentimento que as faz existirem, em vez do contrário.<sup>5</sup>

Por outro lado, o sentimento de nacionalidade é uma *conditio sine qua non* para a existência do Estado, pois é a ideia de nação “que cria e mantém um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado”.<sup>6</sup> Dessa forma, a nação torna-se a ideologia do Estado, aparecendo, assim, o nacionalismo. Segundo Lucio Levi, “o Estado nacional gerou o nacionalismo, na medida em que as suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão do Estado e nação, isto é, a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições”.<sup>7</sup>

Entretanto, se a nação dá ao Estado uma dimensão nacional ao transformar o seu poder em uma forma de existência coletiva que implica uma identidade, há situações em que o Estado unifica ou conclui a unificação da nação. Podem ocorrer casos em que o nacionalismo cria a nação. Este é o caso da Irlanda. O nacionalismo irlandês surgiu na primeira metade do século XIX a partir de reivindicações da pequena burguesia e das camadas médias da sociedade. Este movimento foi radicalizando-se na segunda metade do século XIX com o apoio efetivo das massas populares, tendo, de acordo com Ricaurte Soler, “como sustentação ‘lógica’ o apoio moral e material dos proletários irlandeses emigrados para a Inglaterra e os Estados Unidos”.<sup>8</sup> O nacionalismo irlandês surgiu da reação contra a exploração colonial inglesa, o que acabou por criar uma unidade nacional, surgindo, assim, a nação. Segundo Ricaurte Soler,

se o domínio inglês assegurava a unidade da exploração colonial, afirmava também a unidade da nação oprimida. A comunidade de relações econômicas, que em outros casos tinha surgido da expansão do capital mercantil e das relações de produção

<sup>5</sup> GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia**. Trad. Vamireh Chacon et al. Brasília: UnB, 1991, p. 43-44. (Cadernos da UnB).

<sup>6</sup> ROSSOLILLO, Francisco. Nação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira et al. 8. ed. Brasília: UnB, 1995, v. 2, p. 797.

<sup>7</sup> LEVI, Lucio. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira et al. 8. ed. Brasília: UnB, 1995, v. 2, p. 799.

<sup>8</sup> SOLER, Ricaurte. **Idea y cuestión nacional latinoamericanas: de la independencia a la emergencia del imperialismo**. México: Siglo XXI, 1980, p. 27.

capitalistas, na Irlanda impunha-a a violência da exploração exógena. O processo nacional irlandês anunciava assim, para o futuro, que da libertação da Metrópole emergia também a possibilidade de transcender as relações econômicas por ela impostas.<sup>9</sup>

Um ponto a ser observado é que o fato da nação ser considerada uma comunidade imaginada ou um artefato mental não implica que se pense a nação como o resultado simples e puro do pensamento das elites dominantes nacionais, sendo aceita prontamente pela população. Pelo contrário, para que a ideia de nação crie um sentimento nacionalista, é preciso todo um processo de interiorização desta ideia, no qual as populações de cada região e de cada grupo social tiveram a sua própria forma de interpretação e assimilação. A nação não deve ser entendida como algo imposto de “cima para baixo” apenas, pois, a receptividade e a assimilação destas ideias pelos de “baixo” foi importante para que elas vingassem, levando-se em conta o papel do sujeito na criação do ideal nacional.

Ao se conceber o **fato social** como **coisa** externa aos sujeitos individuais, mantido pela **coerção**, não há, a rigor, espaço para a dimensão do valor e das visões de mundo. Considerada a primitiva aprendizagem da língua e dos valores, bem como a inserção em um mito de origem comum que **religa** os membros de uma nação, onde está este fenômeno senão como parte integrante destes sujeitos? Por quê, esta a questão, alguém permanece existindo como brasileiro, chinês ou árabe, seja ao exercer a cidadania, em seu território, seja no exílio ou nos guetos **internos** ou **externos**, onde se agrupam os excluídos? Por quê?<sup>10</sup> (grifo da autora).

Tal questão acaba remetendo a um ponto que será fundamental na análise da concepção de nação de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, isto é, se a sociedade nacional só existe porque há um grande número de indivíduos que aspiram a sua proteção e o bem-estar de seus descendentes, devendo, por isto, a nação preocupar-se com a garantia dos direitos e do bem-estar dos indivíduos, ou se a existência dos indivíduos só é possível vivendo-se coletivamente em uma sociedade nacional governada pelo Estado, devendo, por isto, prevalecer o bem-estar geral sobre o dos indivíduos, sendo a estrutura e as grandes transformações históricas da nação independentes da vontade de qualquer pessoa em particular. Em geral, a tendência é optar-se por uma das duas perspectivas. A primeira perspectiva tende a enxergar a nação como sendo concebida, planejada e criada por vários indivíduos, ou seja, trata-se de uma criação racional e deliberada de uma obra por pessoas individuais. Um exemplo deste tipo de pensamento é o liberalismo clássico. Os seus teóricos

<sup>9</sup> SOLER, 1980, p. 27.

<sup>10</sup> ROLAND, Ana Maria. **Fronteiras da palavra, fronteiras da história**: contribuição à crítica da cultura do ensaísmo latino-americano através da leitura de Euclides da Cunha e Octavio Paz. Brasília: UnB, 1997, p. 62-63.

ao depararem com formações em que este tipo de explicação é difícil – o Estado-Nação, por exemplo –, procedem **como** se estas formações sociais pudessem ser explicadas da mesma forma que as outras, aquelas que seriam deliberadamente produzidas por pessoas isoladas para fins específicos. Podem argumentar, por exemplo, que a finalidade do Estado-Nação é a manutenção da ordem – como se, no curso da história da humanidade, a organização de associações específicas de pessoas sob a forma de Estados-Nação tivesse sido deliberadamente criada para este fim específico por indivíduos isolados, como resultado de um pensamento racional.<sup>11</sup> (grifo do autor).

Por outro lado, a segunda perspectiva escolhe o oposto, ou seja, a sociedade nacional é uma entidade orgânica, supra individual que, de acordo com preceitos extraídos das ciências naturais, passaria por etapas de juventude, maturidade e velhice. Um exemplo desta forma de abordagem é o positivismo de Augusto Comte. Sobre ela, Norbert Elias afirma que,

enquanto, para os adeptos da convicção oposta, as ações individuais encontram-se no centro do interesse e qualquer fenômeno que não seja explicável como algo planejado e criado por indivíduos mais ou menos perde-se de vista, aqui, neste segundo campo, são os próprios aspectos que o primeiro julga inabordáveis que recebem maior atenção. E enquanto, no primeiro campo, continua obscuro o estabelecimento de uma ligação entre os atos e objetivos individuais e estas formações sociais, no segundo não se sabe com maior clareza como veicular as forças produtoras estas formações às metas e aos atos dos indivíduos, quer estas forças sejam vistas como anonimamente mecânicas, quer como forças supra individuais baseadas em modelos panteístas.<sup>12</sup>

A melhor alternativa seria, de acordo com Norbert Elias, pensar a sociedade nacional buscando a harmonização entre os direitos e bem-estar dos indivíduos e a manutenção e eficácia da nação. Em outras palavras,

só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito.<sup>13</sup>

Retomando o aspecto da assimilação da ideia de nação, é fundamental analisar os elementos que contribuem para este processo, tais como a língua, a memória, a religião e outros. Entretanto, quando se pensa nestes elementos, deve-se ter em mente que,

empiricamente, a nação pertence à ordem dos fenômenos cuja dificuldade de apreensão reside no fato de abranger um conjunto pouco homogêneo de indivíduos. Constitui-se de elementos definidores variáveis, tais como uma língua, um credo, uma memória e um destino político comuns. Neste sentido, o conceito de nação possui dificuldades semelhantes a outros conceitos gerais da Sociologia, tais como classe social, sociedade, cultura e civilização, os quais, pela sua natureza interna,

<sup>11</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 13-14.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 17.



supõem um grau de coesão às vezes manifesto apenas em momentos de exceção, como em situações limite: uma ameaça externa ou uma rebelião motivada por conflitos entre facções em uma dada sociedade nacional.<sup>14</sup>

Um primeiro elemento importante por meio do qual se pode iniciar a análise é a língua. A língua nacional é uma construção semiartificial, uma vez que a escolha do dialeto como base da língua nacional pode ser política ou ter implicações políticas. Ela é um importante elemento de coesão no momento em que cria uma elite intercomunicante com poder político. Ademais, ela apresenta um fator de arraigamento a um passado distante, ligado à ideia de tradição, o que, segundo Benedict Anderson, torna-se um elemento de

primordialidade, ainda que estas línguas conhecidas sejam modernas. Ninguém pode dar a data para o nascimento de uma língua. Cada uma surge imperceptivelmente fora de um passado horizontal. Línguas aparecem, então, mais arraigadas do que qualquer coisa nas sociedades contemporâneas.<sup>15</sup>

Contudo, para que a língua da elite se tornasse a língua oficial foi preciso desenvolver toda uma rede de difusão, principalmente, por meio da educação. Para Eric Hobsbawm,

na época anterior à generalização da educação primária não havia, nem poderia haver nenhuma língua nacional falada, e não ser certos idiomas literários ou administrativos do modo como eram escritos, dirigidos ou adaptados ao uso oral, seja como uma língua franca na qual os que falavam dialetos poderiam comunicar-se, seja como um meio para se dirigir a audiências populares por meio dos limites dos dialetos, por exemplo, a língua usada por pregadores ou declamadores de canções e poemas a uma área cultural mais ampla.<sup>16</sup>

A educação é um instrumento fundamental para a assimilação da ideia de nação ao dar a sensação de laços comuns e, conseqüentemente, gerar um sentimento de nacionalidade, pois, por meio da educação, de acordo com Marc Howard Ross, “as crenças, os costumes, os rituais, os comportamentos, as expectativas e os motivos são as pessoas em uma cultura”.<sup>17</sup> Os sistemas de educação visam estabelecer unidades nacionais relativamente homogêneas culturalmente por meio, segundo Ernest Gellner, “de uma educação central, prolongada e universal, ou quase. Tem necessariamente de ser levada adiante em um meio linguístico e cultural”.<sup>18</sup> Além disso, todo Estado necessita de infraestrutura tecnológica, administrativa e de comunicação e, para Ernest Gellner,

<sup>14</sup> ROLAND, 1997, p. 63.

<sup>15</sup> ANDERSON, 1991, p. 144-145.

<sup>16</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 69-70.

<sup>17</sup> ROSS, 2000, p. 60.

<sup>18</sup> GELLNER, 1991, p. 82.

a administração destes serviços tem que ser feita por meio de uma única linguagem e escrita. Isto reforça ainda mais o valor e a importância de poder dominar aquela linguagem e escrita, e ratificar a profunda identificação pessoal que se tem com ela, o irrevogável compromisso com ela, o investimento de seus planos a longo prazo, de suas autoimagens em seus termos e noções.<sup>19</sup>

Outro aspecto que torna a língua um fator para a consolidação da ideia de nação é o fato de parecer ser eterna, o que, para Eric Hobsbawm, é explicado baseado na perspectiva de que “exatamente por não ser naturalmente gerada, mas sim construída, adquire uma nova fixidez que a faz parecer mais permanente e, portanto (por uma ilusão de ótica), mais eterna do que realmente é”.<sup>20</sup>

Um segundo elemento é a etnicidade, porém não entendida como raça, e sim como etnicidade cultural. “O termo ‘raça’ não possibilita a identificação de grupos que possuem limites definidos e que, de qualquer forma, as classificações ‘sociais’ tentadas pelos antropólogos de maneira alguma coincidem com as nações modernas”.<sup>21</sup> Esta análise pode ser sustentada por três razões: 1) a base de um grupo étnico em uma sociedade é cultural; 2) as populações dos grandes Estados-Nações costumam ser heterogêneas; e 3) deve levar em conta o processo moderno de imigração.

Na realidade, o indivíduo é o que come, fala, veste, dança. Costumes que ele compartilha com outras pessoas em uma comunidade, criando um sentimento de unidade cultural. Esta etnicidade

torna-se “política” e dá lugar ao “nacionalismo” quando o grupo “étnico” definido por estes limites culturais não se limita a ser intensamente consciente de sua própria existência, mas também está imbuído da convicção de que o limite étnico deveria ter relação com o limite político.<sup>22</sup>

Um terceiro componente para o conceito de nação é a religião na medida em que possibilita um processo de junção de um povo a outras culturas e a estruturação de uma nação. O cerne da religião está na ideia de sociedade, sendo aquela expressão resumida de uma vida coletiva no todo, na medida em que

a força das representações religiosas reside no fato de que sintetizam as de **comunidade** e de **destino** histórico ou ontológico do grupo social. A sociedade nacional, enquanto uma representação de um espaço no qual se estabelece uma

<sup>19</sup> GELLNER, 1991, p. 89-90.

<sup>20</sup> HOBBSAWM, 1990, p. 77.

<sup>21</sup> ROSSOLILLO, 1995, p. 796.

<sup>22</sup> GELLNER, Ernest. **Encuentros con el nacionalismo**. Trad. Carlos Rodríguez Braun. Madrid: Alianza, 1995, p. 52.

filiação e uma origem comum aos seus membros, é, nestes termos, um dos desdobramentos do primeiro elo que reúne e cimenta a existência do social e está em relação próxima com o seu principal fundamento, o religioso.<sup>23</sup> (grifo da autora).

Contudo, a relação entre a religião e o nacionalismo moderno é paradoxal. Se, por um lado, “a religião é um antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão, por meio de uma prática comum e de irmandade, entre pessoas que de outro modo não teriam nada em comum”, por outro, como diz Eric Hobsbawm, “o nacionalismo moderno considerou-a com muita reserva (pelo menos em suas fases militantes) como uma força que poderia desafiar o proclamado monopólio da ‘nação’ diante da lealdade de seus membros”.<sup>24</sup>

Um outro elemento importante para a consolidação da ideia de nação é a memória, que pode ser entendida como lembranças de um passado cuja duração é maior que a vida dos indivíduos. Este passado é reconstruído com uma narrativa que seleciona os eventos mais relevantes capazes de criar uma identidade entre os membros da coletividade. Dessa forma, surge a memória coletiva enquanto uma convenção social, produzida pela coletividade, “possuindo vida própria, sobrevivendo, renovando-se e desenvolvendo-se em um linho indefinido entre passado e presente. E onde ela está ainda viva, o passado estará ainda conosco; um contato direto e imediato como o passado estará aberto ainda para nós”.<sup>25</sup>

A memória cria uma identidade entre os membros de uma coletividade porque ela é algo que permanece no tempo, durando mais que os homens e ligando as gerações umas às outras. Neste processo de constituição da memória enquanto um fator para a construção da identidade nacional, a História tem um papel fundamental. Não é por acaso que a História é constituída na esfera educacional e pública, pois, assim, é utilizada como um instrumento de legitimação de uma nação a partir do passado. Portanto,

a História é uma construção criativa do passado no contexto do presente. A escrita da História é um processo seletivo por meio do qual o historiador escolhe uma quantidade de fatos da memória e os dirige com a sua interpretação ao seu público. Este é um processo essencialmente social em que a História é escrita com a aceitação consciente do público. O historiador e o seu público influenciam na construção da História. A História, então criada, influencia na dinâmica da sociedade por outro lado. Aqueles aos quais é dirigida a História então cientes deste poder que a História exerce e são eles as pessoas que podem dizer que possuem “Consciência Histórica”. As pessoas com “Consciência Histórica” observam o fato de que a construção e o objetivo da História podem ser usados para criar uma

<sup>23</sup> ROLAND, 1997, p. 61-62.

<sup>24</sup> HOBBSAWM, 1990, p. 83.

<sup>25</sup> ANKERSMIT, Frank. Commemoration and national identity. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende (Org.). Memória, identidade e historiografia. **Textos de História**. Brasília, Universidade de Brasília, v. 10, n. 1/2, 2002, p. 31-32.

identidade coletiva. Este sentimento de pertencimento, de compartilhar interesses comuns e ter razões em comum é um pré-requisito para se constituir uma sociedade. Se usado com um objetivo contrário, a atualização e o controle da História podem ainda causar a desintegração deste vínculo. Portanto, a construção e o objetivo do Passado torna-se um tipo de “Processo Produtivo” que é altamente desejável para qualquer um que quer estabelecer e perpetuar a unidade em uma sociedade.<sup>26</sup>

No que se refere à historicidade da nação, cada época tem a sua própria concepção de nação. A ideia de Estado-Nação foi uma construção da modernidade, pois esta possibilitou a identificação de um Estado com uma nação por meio da homogeneização e padronização da população (principalmente após o surgimento de uma língua escrita), como uma exigência da administração direta de um vasto número de cidadãos pelos governos modernos e do desenvolvimento técnico e econômico. Foi com esta modernização que surgiram os elementos históricos componentes do Estado-Nação, como uma necessidade deste Estado de um “novo tipo de cultura central e que a sua população adquira uma forma cultural homogênea [...] inflamação moral e identificação social sem a qual resulta difícil que se desenvolva a existência da sociedade”.<sup>27</sup>

A segunda metade do século XIX foi testemunha de importantes transformações na concepção de nação. Antes de qualquer coisa, houve um rápido aumento nas despesas do Estado e da burocracia, sendo que este último ponto trouxe consigo um crescimento da especialização burocrática. A preocupação era com a coincidência entre a fronteira nacional e os limites políticos da nação.

Esta preocupação acabou provocando, por sua vez, entre as dinastias europeias, a busca de um vernáculo que pudesse servir como língua-de-Estado, facilitando a administração estatal sobre o território nacional, sem falar em uma maior integração entre os indivíduos de diferentes regiões ocasionada pela possibilidade de maior comunicação. Com o tempo, por meio da prática cotidiana, esta língua oficial ganharia legitimidade que lhe daria um certo invólucro de sacralidade e de muita antiguidade remontando a sua origem há tempos remotos. De acordo com Benedict Anderson,

como todas as dinastias, por volta da metade do século, foram usando **algum** vernáculo como língua-de-Estado, e também por causa do rápido aumento de prestígio por toda a Europa da ideia nacional, havia uma tendência discernível entre as monarquias euro-mediterrânicas para se mover no sentido de uma identificação

<sup>26</sup> KUMBHOJKAR, Shraddha. A study of ancient indians as means to control the process of administering the past. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende (Org.). Memória, identidade e historiografia. **Textos de História**. Brasília, Universidade de Brasília, v. 10, n. 1/2, 2002, p. 113-114.

<sup>27</sup> HOBSBAWM, 1990, p. 114.

gestual nacional. Esta nova identificação assegurava legitimidade que, em uma época de capitalismo, ceticismo e ciência, poderia cada vez menos estar baseada em uma sacralidade guardada e antiguidade diáfana.<sup>28</sup> (grifo do autor).

Outros recursos empregados também pelas dinastias europeias em meados do século XIX para promover a coincidência entre a fronteira nacional e os limites políticos da nação constituíram uma política nacional que incluía ações como o controle pelo Estado de uma educação primária compulsória, a organização de uma propaganda de Estado, a reescrita oficial da história, a militarização e as afirmações da identidade entre a dinastia e a nação.

No que diz respeito ao recurso da educação, este se deveu também aos efeitos causados pelas transformações econômicas verificadas na segunda metade de século XIX, tais como a mobilidade ocupacional, o aperfeiçoamento contínuo das técnicas de produção e a “semantização do trabalho” ou “a conversão do trabalho na manipulação de significados nas mãos de uma máquina ou em comunicação com outros seres humanos”.<sup>29</sup> Consequentemente,

pela primeira vez na história da humanidade, uma Alta Cultura converteu-se na cultura geral de toda uma sociedade, ao invés da conquista e do privilégio de uma minoria. A expressão “Alta Cultura” é utilizada aqui, certamente, em seu sentido sociológico e não valorativo: significa uma cultura padronizada, transmitida por educadores profissionais de acordo com normas codificadas bastante rígidas e com ajuda da alfabetização, em oposição a uma “Baixa Cultura” transmitida sem educação formal no transcurso de outras atividades vitais, em geral, sem especificar.<sup>30</sup>

Nessa mesma época apareceu um tipo de nacionalismo inspirado no determinismo biológico, principalmente, nas ideias de Charles Darwin, que afirmava que a nação deveria ser constituída por membros unidos não somente por laços culturais, mas também genéticos, capazes de criar entre os indivíduos um arraigamento à terra onde nasceram.

Outro momento marcante no século XIX para o tema aqui abordado foi a emergência do nacionalismo econômico, iniciada com a unificação nacional da Alemanha. Após a unificação, rapidamente a Alemanha tornou-se uma potência no continente europeu e passou a disputar com a Grã-Bretanha o predomínio comercial e naval nos mares. Esta disputa ocorreu com a criação de uma forte marinha de guerra alemã e o protecionismo como forma de desenvolver o sistema industrial. Tais medidas acabaram sendo adotadas por outros países

<sup>28</sup> ANDERSON, 1991, p. 85.

<sup>29</sup> GELLNER, 1995, p. 42.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 43.

européus, iniciando um período de nacionalismo econômico que dividiu o mercado mundial. Este processo conduziu ao que se denominou como imperialismo, que

foi o caminho que os Estados nacionais precisaram trilhar a fim de acompanhar as tendências das forças produtivas, que exigiam grandes espaços políticos e econômicos para atingir o seu desenvolvimento. Em um primeiro momento, o objeto da luta entre as potências europeias é representado pela repartição das colônias, mais tarde, o choque dá-se no velho continente assumindo o aspecto de uma nova luta para alcançar uma posição de hegemonia na Europa, tendo como protagonista a Alemanha, e que chega ao seu ponto final com a Primeira Guerra Mundial.<sup>31</sup>

Entre 1870 e 1914, o conceito de nação também foi marcado pela necessidade urgente de legitimidade e mobilização provocada pela democratização, principalmente, por meio da escolha dos governantes. O Estado passou a ser pensado em termos de dois elementos estruturais: o cidadão e o povo. Juntamente, a eleição tornou-se “o procedimento que possibilita ao povo escolher a sua classe dirigente e a orientação política do governo”.<sup>32</sup> Entretanto, a plenitude desta democracia dependia de um Estado uno e indivisível, ou seja, ela só “encontra a sua plena manifestação a nível nacional, sem ter as bases do autogoverno local. Tanto é que, mesmo quando eletivos, os centros do poder locais encontram-se subordinados ao Governo Central”.<sup>33</sup>

Dessa maneira, a democracia passou a ser um elemento de promoção da identidade nacional. A democracia tinha a sua legitimidade proveniente do povo e a sua atividade voltada para este. Consequentemente, segundo Alexander J. Motyl,

o povo pode ser uma associação multicultural, ou ainda multinacional, e mesmo assim é provável que um regime democrático, em seus apelos para o povo, tanto enfatizará as características nacionais daquelas pessoas (se elas são culturalmente homogêneas) como tentará criar características mais ou menos homogêneas (se as pessoas são culturalmente heterogêneas). Porque a legitimidade requer que uma forte conexão seja estabelecida entre o governo e o povo, a lógica da situação demanda que um povo, ou o povo em geral, seja transformado em uma coletividade merecedora do artigo definido.<sup>34</sup>

Por essa época, uma concepção liberal sobre a nação dizia respeito à questão das condições para a existência de uma nação, isto é, a “autodeterminação”. De acordo com esta visão, não importava que os “Estados-Nações” fossem heterogêneos (comportassem várias nações em um mesmo território), uma vez que era necessário às nacionalidades

<sup>31</sup> LEVI, 1995, p. 803-804.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 801.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 801.

<sup>34</sup> MOTYL, Alexander J. **Revolutions, nations and empires: conceptual limits and theoretical possibilities**. New York: Columbia University Press, 1999, p. 101-102.

pequenas, até por questão de sobrevivência, unirem-se a outras maiores. Basicamente, de acordo com Eric Hobsbawm, eram três os critérios para a assistência de um povo enquanto nação:

o primeiro destes critérios era a sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; o segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito e; o terceiro critério era dado por uma prova da capacidade para a conquista.<sup>35</sup>

A ideologia liberal pensou a nação em uma perspectiva de progresso e de inserção no historicamente novo entre 1830 e 1880. Ela explicava a existência da nação a partir da ideia de que “o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado do futuro”.<sup>36</sup>

Contudo, por volta da década de 1870, apareceu uma ideologia de direita sobre a nação em contraposição às ideias liberais nacionalistas. O liberalismo determinava como pré-requisito para a existência de uma nação um certo grau de desenvolvimento econômico, uma certa extensão territorial e quantidade populacional e uma homogeneidade linguística e cultural. O conceito de nação do liberalismo tinha uma natureza política, cuja origem remetia à Revolução Francesa. A nação era pensada em termos da ação de um grupo de indivíduos que decidiram viver coletivamente em um determinado território e constituir um Estado que deveria ser a sua expressão política, estando a soberania nas mãos da coletividade que compõe um certo Estado-Nação.

O princípio nacional baseado na soberania nacional foi sendo desenvolvido durante a Revolução Francesa e foi Jean-Jacques Rousseau o seu maior teorizador. Em que consiste o princípio da soberania nacional para ele? Consiste que o Estado não é um domínio pessoal do monarca, mas um domínio do conjunto de cidadãos. Foram sustentados neste princípio que os vários setores da sociedade francesa (burguesia, classes médias e povo) buscaram a “afirmação de seus direitos e o progresso das condições materiais contra os privilégios e a dominação arbitrária dos monarcas, da aristocracia e do clero”.<sup>37</sup> Substituem-se, então, os comportamentos de submissão pessoal pela racionalidade burocrática e o controle democrático do poder político. Segundo este princípio, “o Estado pertence ao povo, definido

---

<sup>35</sup> HOBBSAWM, 1990, p. 49-50.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>37</sup> LEVI, 1995, p. 800.

como um conjunto de cidadãos e não de súditos”.<sup>38</sup> Além disso, o povo é o soberano, devendo-se prevalecer a vontade geral.<sup>39</sup> É esta vontade geral que guia o Estado.

A Revolução Francesa também sacralizou coisas leigas como a Pátria, a Liberdade e a Razão por meio da opinião pública. Apesar de que esta sacralização foi uma experiência curta, ela foi importante por causa de sua capacidade de aglutinar a força do social, despertando um simbolismo que conformou uma força social marcada pelo caráter moral e profundamente sentimental. O ideal responsável por essa aglutinação foi a “fraternité”, uma vez que ele criou uma ideia de pertencimento a um Estado, tornando-se o grande ideal coletivo da Revolução Francesa.

Em contraposição às ideais liberais nacionalistas surgidas com a Revolução Francesa, a ideologia de direita de fins do século XIX não pensou a nação como resultado da ação deliberada de um grupo de indivíduos que, movidos por certas circunstâncias, decidiram aglutinar-se em um território, passando a viver coletivamente sob a égide de um Estado que deveria ser a expressão da coletividade. Pelo contrário, a ideologia de direita acreditava que a nação é o resultado de um conjunto de valores que são compartilhados pelos membros de uma comunidade nacional, mas que precisam ser despertados e estimulados continuamente pelo Estado para se criar uma consciência nacional na população. Percebe-se que o foco da concepção de nação passou da ideia de um corpo de cidadãos no qual a soberania estava na coletividade, sendo o poder considerado a expressão política do coletivo, para a noção da nação como uma comunidade em que o Estado, por meio de diversas ações, faz aflorar na população um sentimento nacional, explorando determinados aspectos que venham a dar uma identidade específica àquela nação como uma certa constituição étnica e cultural, uma língua característica e uma construção imaginária do passado que remonte a origens comuns e acontecimentos que demonstrem a grandeza do país e de seu povo. Em outras palavras, com o nacionalismo de direita “o Estado conferia coesão aos ‘elementos nacionalitários’ – língua, tradições, religião –, por si incapazes de estruturar uma nação no sentido moderno do termo”.<sup>40</sup>

Na mesma França em que apareceu durante a Revolução de 1789 a concepção liberal de nação política, desenvolver-se-ia o nacionalismo de direita. As circunstâncias

---

<sup>38</sup> LEVI, 1995, p. 800.

<sup>39</sup> A vontade geral em Rousseau é um conceito metafísico, uma vez que ela é a vontade do “todo”, ou seja, da coletividade, que é diferente da vontade dos indivíduos associados. Trata-se, enfim, daquilo que é comum a todos (eu comum).

<sup>40</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: História Social USP; Edições Loyola, 1999, p. 198. (Série Teses).



históricas que vão delineando o conceito de nação eram diversas. A França de fins do século XIX estava com o ego ferido diante de um contexto caracterizado por acontecimentos que seriam bem aproveitados por uma extrema direita política para difundir as suas ideias. Entre esses acontecimentos pode-se citar a perda da Alsácia-Lorena (1871), a crise econômica da década de 1880, a instabilidade política do sistema parlamentar francês e outros. Diante dessa situação, a reação dos nacionalistas foi o despertar de um sentimento de que

a França vivia uma longa decadência iniciada com a Revolução de 1789. Contra a perda da identidade, da glória, da ordem interna, do poder militar e de sua própria consciência nacional, os nacionalistas defenderam com ardor um programa regenerador de restauração das tradições, dos valores, das instituições, da religião católica e do lugar que cabia à França no cenário europeu. Tratava-se de disputar a lealdade dos franceses a favor da nação, em detrimento de outras lealdades.<sup>41</sup>

O nacionalismo de direita francês, que se utilizou inclusive do pensamento cientificista do século XIX por meio das ideias positivistas de Augusto Comte e do cientificismo racista, por exemplo, de Gustave Le Bon, posicionou-se como o verdadeiro intérprete da realidade e dos interesses nacionais, sendo o único movimento capaz de encontrar o rumo correto para os obstáculos que impediam a consolidação da nação. Criticou a concepção liberal de nação política, pois esta

propunha em risco a vitalidade da nação ao introduzir a ideologia revolucionária de 1789 no próprio cerne da definição da nacionalidade. Aquele nacionalismo não podia suportar a soberania popular, a participação política, a secularização, o individualismo, a admissão de diferenças culturais e ideológicas em uma coletividade nacional, implícitas no nacionalismo de base política. Para os nacionalistas de direita, apenas o seu nacionalismo poderia banir os riscos de dissolução do tecido social, da alienação da nação de si própria e da crise do Estado Nacional.<sup>42</sup>

Estas ideias do nacionalismo de direita teriam repercussões entre a intelectualidade nacionalista da América Latina, inclusive do Brasil e do México, no sentido de que, esta, assim como a francesa, incorporaria para si o papel de intérprete e defensora dos interesses nacionais, pregando a necessidade de construção de uma verdadeira nacionalidade a partir da atuação do Estado com um programa ou projeto de política nacional capaz de suplantar os obstáculos que impediam o desenvolvimento dos países enquanto nações. Entre tais obstáculos estariam problemas como a heterogeneidade étnica, a falta de unidade econômica e cultural, o cosmopolismo, a ausência de integração nacional e o prevailecimento do regionalismo, sobretudo, político, entre outros males.

<sup>41</sup> BEIRED, 1999, p. 196-197.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 199.

Uma vez traçada em linhas gerais e evolução histórica da concepção de nação entre a segunda metade do século XIX e princípios do século XX, pode-se iniciar o estudo das teorias em voga no Brasil e no México que contribuíram para a análise de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez de tal conceito.

## 2.2 O pensamento cientificista do século XIX e o estudo da sociedade nacional

As análises sociológicas de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez a respeito da realidade brasileira e mexicana, respectivamente, foram sendo elaboradas na medida em que os autores desenvolviam perspectivas próprias do contexto nacional com o qual mantiveram um contato direto. Acrescida a esta observação direta da realidade, contribuiu também para elaboração do pensamento dos dois intelectuais as leituras de teóricos cujas ideias eram vistas como de uma suposta validade universal e que tinham uma ampla difusão na América Latina no século XIX. Entre estas ideias, as de maiores repercussões nos meios intelectuais nacionais foram as de cunho cientificista, com destaque para o positivismo de Augusto Comte e o organicismo de Herbert Spencer. Este ideário cientificista caracteriza-se pela crença na aplicação de métodos científicos para a compreensão de todos os domínios da vida humana, encontrando-se, assim, soluções para os reais problemas da humanidade. Obviamente, entre estes domínios está o da sociedade e para o seu estudo foi aparelhando-se a Sociologia.

Entretanto, não se tratava de uma simples importação destas ideias para os contextos brasileiro e mexicano, mas de uma utilização delas que levava em conta as condições nacionais. Este processo de adaptação das ideias provenientes do exterior não consistia em uma cópia mal feita ou adaptação de qualquer maneira delas, mas na aplicação das ideias de modo que se tornassem instrumentos para a análise e transformação da realidade nacional.

A concepção da cópia ou da adaptação de forma inconsistente com o contexto nacional do pensamento europeu torna-se equivocada pelo fato de que, segundo Ângela Alonso,

as ideias importadas não tinham lá o caráter inteiriço que se supõe para qualificar as versões daqui como pouco rigorosas ou desajeitadas. Embora a clivagem política na Europa dos oitocentos fosse forte, as suas “circunstâncias teóricas” eram frouxas. Não só a sociedade estava “em transição” para formas sociais mais ajustadas ao capitalismo em expansão – o que a teoria social nascente percebeu de diferentes maneiras – mas também eram cambiantes os modos de percepção e de denominação dos fenômenos emergentes. Na segunda metade do século XIX, palavras como capitalismo, evolução, liberalismo, civilização, ordem e tantas outras eram consideradas de difícil definição por serem novas ou terem novos significados.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 17-18.

A este respeito, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez condenam a simples adoção de ideias e doutrinas estrangeiras sem um prévio estudo da realidade nacional, o que as tornaria inadequadas aos meios brasileiro e mexicano. Tal atitude revela simplesmente o artificialismo existente nos meios intelectuais do Brasil e do México, apegados como estavam muito ao bacharelismo pedantesco preocupado apenas com a aceitação de ideias trazidas por livros, crônicas e jornais estrangeiros, baseando-se, para isto, não no valor do conteúdo delas, mas no simples ato de que eles comprovariam uma vã erudição sem nenhum valor prático.

Refletindo a posição de Herbert Spencer sobre o estudo de qualquer sociedade, segundo o qual é necessário levar-se em conta neste tipo de estudo as particularidades do organismo social, o intelectual brasileiro e o mexicano depositariam na observação direta da realidade o caráter prático e a importância de qualquer estudo social, que estaria em sua capacidade de se aproximar o máximo possível de um “diagnóstico” fiel das circunstâncias em que se encontra uma sociedade propondo paralelamente, “tratamentos” para os seus problemas ou as suas “enfermidades”. Isto caracteriza não somente uma postura verdadeiramente patriótica do intelectual, uma vez que o trabalho tem como objetivo não apenas o bem-geral da sociedade nacional, mas também o caráter sociológico de seus estudos, pois estes só possuem tal aspecto quando são capazes de partirem de um conhecimento abstrato, analítico, de intelecção para outro conhecimento de conteúdo concreto, sintético e perceptivo. Sobre este ponto, Alberto Torres, em uma crítica à produção intelectual brasileira, diz que

fora das teorias, tudo quanto, em nosso país, tem-se por vida do pensamento e da opinião, é um estado de aérea divagação, erudita e brilhante, em que as ideias diluem-se, dilatam-se e envolvem-se, como para fugir, cada vez mais longe, à vida real, em uma gaseificação de tropas e palavras sonoras – pulverizadas em frases as generalidades mais vagas de todas as escolas – sem que as inteligências tomem pé ao trabalho de abstrair, de analisar, de sintetizar e de aplicar.<sup>44</sup>

O grave problema da mera importação e aplicação de ideias estrangeiras a outras realidades diferentes daquela em que foram produzidas está na incompatibilidade entre a evolução e a forma de vida entre os países europeus e a maneira como surgiram e se desenvolvem os países do continente americano. De um lado, têm-se as nações europeias com a sua evolução multissecular, o seu progressivo desenvolvimento em regiões densamente povoadas e a sua velha civilização e, de outro, há as nações americanas, criadas por descobrimento, formadas por colonização e, demonstrando uma falta de maior conhecimento

<sup>44</sup> TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978a, série IV, v. XVII, p. 35-36. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

da História da América e certo preconceito, em seu dizer, sem tradições, instituições aristocráticas, noção de hierarquia e tendência para a disciplina e a autoridade. Por isso, a mera adoção de doutrinas e pensamentos exógenos, sem uma análise crítica das circunstâncias locais, geram apenas conhecimentos vagos e sem conteúdo prático, não contribuindo em nada para um melhor encaminhamento do desenvolvimento do Brasil e de outras nações americanas. Se os homens de estudo fizessem o contrário, ajudariam os homens de governo a adotarem políticas compatíveis com as necessidades locais. De acordo com Alberto Torres,

a América, fundada pela política das Metrôpoles e pela cobiça dos colonizadores, possui uma falta de tradições e de instituições aristocráticas, de espírito de hierarquia, de tendência para a disciplina e para a autoridade; e traz, com um vício orgânico, uma fonte provável de ruínas e de desordens futuras: a vasta propriedade territorial, a exploração senhorial da terra, o estímulo de intensa exploração, que animou os seus primeiros habitantes e anima os de hoje. Se os homens de estudo e os homens de Estado compreendessem o problema da evolução humana e a sua inevitável diretriz, teriam realizado o encaminhamento para o progresso pela organização e distribuição do trabalho; teriam fundado, no solo americano, uma civilização. Mas os homens de saber e os homens de governo preferiram divagar, nos cenáculos literários e nas academias, repetindo, em nosso meio novo e viagem de estudo, os mesmos debates, as mesmas pesquisas curiosas, as mesmas teses teóricas de além-mar; e, enquanto isto, os espíritos práticos fundaram a vida fictícia que levamos, onde forças mínimas de escasso capital, multiplicando-se indefinidamente por milhares de expedientes, instalaram um verdadeiro feudalismo argentário, as mais imprevisas formas de especulação, as suseranias dos reis da indústria e dos negócios.<sup>45</sup>

Contudo, a excessiva preocupação com a observação direta da realidade resultou em uma falta de maior aprofundamento ou até em equívocos nos estudos de Alberto Torres, como se pôde ver na caracterização da evolução dos países do continente americano quanto à ausência eterna de tradição, de noção de hierarquia e de autoridade. Acrescenta-se a esta razão o fato de que o intelectual brasileiro teve uma formação eminentemente jurídica e política, como afirma Francisco Iglésias no prefácio do livro *A organização nacional*, faltando-lhe leituras em outras áreas de conhecimento, e a ausência de tempo em sua vida para ampliar a sua bagagem de leitura por estar dividido entre a política, a advocacia e o jornalismo e ter vivido pouco por problemas de saúde. Apesar disso, Alberto Torres insiste acreditando que é na observação direta da realidade de cada sociedade que se tem a orientação certa para a compreensão de seus problemas e o caminho para as suas soluções. Em sua perspectiva, não existem ideias capazes de conter uma verdade universal a tal ponto que sejam válidas para qualquer sociedade e de se converterem em paradigmas a serem seguidos, uma

<sup>45</sup> TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978b, série III, v. XVI, p. 95. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

vez que “a vida não obedece a dogmas: não são ainda conhecidos e a unidade do ideal, nem de seus corolários”.<sup>46</sup> Portanto,

filosofia, ciência, arte e política são sistemas de abstrações e de conceitos que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não se vitalizam, como elementos motores da vida real – nervos e sangue da nutrição e da vontade de um povo. Na prática, cada terra e cada povo tem a sua filosofia, a sua ciência, a sua arte, a sua política, que não alteram as ideias gerais, aliás limitadíssimas, do saber humano, mas fundam e desenvolvem formas e processos autônomos de viver.<sup>47</sup>

Uma postura similar adota Andrés Molina Enríquez quanto à importância da observação direta da realidade para um estudo efetivo e útil de uma sociedade. Porém, diferentemente do intelectual brasileiro, demonstra ter uma maior preocupação pelo conhecimento científico obtido por meio de leituras teóricas, ainda que sejam de autores estrangeiros, buscando gerar estudos mais meticolosos que conciliem a observação direta, a partir da experiência de vida, com as ideias de teóricos de maior repercussão na época. Dessa maneira, Andrés Molina Enríquez tinha uma maior bagagem de leituras em várias áreas e,

sob a orientação do positivismo e evolucionismo, o seu pensamento elabora análises históricas, normas jurídicas, classificações de teoria do conhecimento ou concepções de etnologia, com apoios indiscutíveis de observação e experiência comprovada, que se articulam em elementos científicos e tomam ação dinâmica ao concorrer como impulsos históricos à configuração do quadro social.<sup>48</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, o caráter sociológico de seus estudos resulta do método do contato efetivo com a realidade e, por isto, considerava que ninguém tinha estudado antes que ele a Sociologia do México, pois

se se pensa em que ocupando o mesmo meio físico, pertencendo à mesma espécie, tendo a mesma organização e vivendo com os mesmos procedimentos de nutrição, de reprodução e de seleção, cada criatura, devido às múltiplas, complicadas e complexas circunstâncias, é sempre distinta das demais e está chamada a seguir na vida comum de todas as de sua espécie, uma linha que não se confundirá jamais com alguma outra, compreendendo-se o valor de cada uma dessas circunstâncias, pois um desvio de dita linha, e até a direção geral de toda ela, podem depender da circunstância mais pequena e menos aparente. Tratando-se de uma sociedade, o conhecimento dela e do traço total ou parcial de sua marcha evolutiva, requerem de igual modo, o estudo de todas as suas circunstâncias especiais e o trabalho sintético da apreciação dessas circunstâncias em conjunto.<sup>49</sup>

A partir de uma breve compreensão das ideias dos dois principais teóricos que influenciaram no pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, poder-se-á mais

<sup>46</sup> TORRES, 1978a, p. 178-179.

<sup>47</sup> Idem, 1978b, p. 29.

<sup>48</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Álvaro. **Antología de Andrés Molina Enríquez**. México: Oasis, 1969, p. 16.

<sup>49</sup> CORDOVA, Arnaldo. Prólogo. In: MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978, p. 25-26. (Colección Problemas de México).

facilmente entender a concepção de nação do intelectual brasileiro e do mexicano. No caso, trata-se de Augusto Comte e Herbert Spencer.

### 2.2.1 Augusto Comte e o estudo positivo da sociedade

Augusto Comte, cujo nome completo era Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, nasceu em Montpellier, na França, em 19 de janeiro de 1789.

Em 1814, ingressou na Escola Politécnica de Paris, permanecendo nela por dois anos até o seu fechamento temporário pela Casa Real dos Bourbons sob o argumento de se tratar de uma instituição jacobinista em 1816. Durante os seus estudos nesta escola, foi influenciado, principalmente, pelo livro *Mecânica Analítica* de Lagrange, de onde tirou a inspiração para tratar dos princípios de cada ciência segundo uma perspectiva histórica.

Mesmo com o fechamento da Escola Politécnica, Augusto Comte continuaria em Paris, e foi durante essa etapa de sua vida que teve contato com uma obra essencial para a sua formação intelectual, ou seja, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* de Condorcet. Para Condorcet, a ciência do estudo da sociedade deve ser exata e objetiva assim como as ciências naturais não influenciadas por quaisquer interesses e paixões. Com um desenvolvimento científico e objetivo da ciência da sociedade obter-se-ia a compreensão das leis naturais que regem a vida humana. Em sua obra busca mostrar como tal compreensão poderia ajudar os homens a preverem o seu futuro e

apresentar a ordem das mudanças, expor a influência de cada instante sobre o seguinte e mostrar assim a marcha seguida pela nossa espécie, incessantemente renovada, aos passos por ela dados “rumo à verdade ou à felicidade”. Ora, em virtude da constância das leis da natureza que presidem ao desenvolvimento das faculdades humanas (intelectuais e morais) e de tudo o mais, os resultados já obtidos pelo homem no transcurso de sua história permitem traçar com alguma verossimilhança o quadro dos destinos futuros da espécie. Eles podem fornecer a base primeira de uma verdadeira “ciência da previsão” de seus progressos futuros, dirigi-los e acelerá-los.<sup>50</sup>

Porém, o próprio Condorcet reconhece a dificuldade de se atingir o objetivo de uma ciência da sociedade livre de preconceitos e interesses porque “os objetos submetidos ao conhecimento social tocavam nos interesses religiosos ou políticos”.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> CHEVALIER, Jean-Jacques. **História do pensamento político**: o declínio do Estado-Nação monárquico. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983, t. 2, p. 222-223. (Coleção Biblioteca de Cultura Histórica).

<sup>51</sup> LÖWN, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985, p. 38.

Augusto Comte considera-se um discípulo de Condorcet, porém, critica-o devido ao seu positivismo revolucionário ou negativo, ou seja, voltado para a crítica às classes dominantes em nome da Revolução Francesa. Ao invés deste tipo de positivismo, caracterizado por Augusto Comte como uma luta utópica, crítica e revolucionária, este propõe um positivismo conservador que defenda a ordem real baseada em métodos positivos. A partir desta ideia, Augusto Comte desenvolve a noção de física social, isto é, uma ciência que pretende estudar os fenômenos sociais com uma objetividade baseada nos métodos das ciências naturais.

Em 1817, Augusto Comte passou a trabalhar como secretário de Saint-Simon. Era o começo de uma convivência que duraria até 1824 e que teria uma grande repercussão na formação intelectual de Comte. Na obra intitulada *Da reorganização da sociedade europeia ou da necessidade e dos meios de reunir os povos da Europa em um só corpo político, conservando cada um a sua independência*, Saint-Simon afirma que o momento em que vive é caracterizado pela substituição da crença em Deus e em um céu povoado de anjos ou em um inferno dominado por demônios pelo prevalecimento da deusa Razão. Portanto, a ciência preside todos os tipos de fenômenos, sejam cósmicos ou espirituais. No caso da sociedade, esta será estudada por uma ciência, segundo o modelo biológico, que se chamará fisiologia social. Esta ciência tem como objetivo “demonstrar que, por exemplo, certas classes sociais são parasitas do organismo social, referindo-se aí à aristocracia e ao clero. Neste caso, a fisiologia social tem uma força crítica de oposição à ordem estabelecida”.<sup>52</sup>

Entretanto, foi em torno da discussão sobre o objetivo desta fisiologia social e do significado real do Iluminismo para a evolução da humanidade que se acentuaram as divergências entre Augusto Comte e Saint-Simon, levando à separação brusca de 1824. Um trabalho inicial de Augusto Comte trata destas questões e contém a sua posição de que o século XVIII foi, na realidade, um século dissolvente, devendo a humanidade caminhar exatamente em um sentido contrário, ou seja, de construção. Este trabalho denomina-se *Plano de trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade* (1822).

Nele esclarece ficar irrevogavelmente a sua direção ao mesmo tempo filosófica e social. Foi aí que surgiu a sua descoberta das leis sociológicas. O seu próprio título está a indicar a íntima combinação entre os pontos de vista científico e político que o haviam preocupado, até então, mas em separado.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> LÖWY, 1985, p. 38.

<sup>53</sup> SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre: AGE; UFRGS, 1998, p. 30.

Em abril de 1826, Augusto Comte iniciou em sua casa um curso, a partir do qual escrevia uma de suas principais obras, o *Curso de filosofia positiva*, constituída de seis volumes. O primeiro volume foi publicado em julho de 1830 e se inicia com a lei dos três estados que caracteriza a história humana. Estes três estados, que caracterizam a história humana, que são o teológico, o metafísico e o positivo. O primeiro é aquele no qual as divindades são a referência obrigatória do homem, ou melhor, nele

o espírito humano, dirigido essencialmente as suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, em uma palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo.<sup>54</sup>

O segundo estado caracteriza-se pela ignorância da realidade e pela descrença em uma divindade todo-poderosa, o que leva a crer em relações misteriosas entre as coisas, isto é,

os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente.<sup>55</sup>

O terceiro e último estado é o único modo do espírito humano aprender a realidade em sua plena consistência ou positividade. Em outras palavras, nele

o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se preocupar unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, a saber, as suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.<sup>56</sup>

Todas as ciências passaram necessariamente por estes três estados e somente se constituíram ao chegarem ao estado positivo, quando adotaram o método da observação e da experimentação no estudo dos fatos e de suas leis. Por sua vez, as ciências são divididas em abstratas e concretas. As ciências abstratas, que são as fundamentais, seguem uma ordem lógica, ou seja, partindo do estudo dos fatos mais simples e abstratos até chegar naqueles mais completos e concretos, e uma ordem cronológica. Desse modo, as ciências abstratas são sete,

---

<sup>54</sup> COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva / Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo / Catecismo positivista**. Trad. Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 4. (Coleção Os Pensadores).

<sup>55</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 4.



no caso, a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia e a Moral. No que se refere às ciências concretas, estas se caracterizam pelo fato de que ainda não estão constituídas, citando-se como exemplo a Mineralogia, a Botânica e a Zoologia. De acordo com Augusto Comte, a Matemática considera “os fenômenos mais gerais, mais simples, mais abstratos e mais afastados da humanidade, e que influenciam todos os outros sem serem influenciados por estes”.<sup>57</sup> Quanto à Sociologia e à Moral, elas se dedicam aos fenômenos “mais complicados, mais concretos e mais diretamente interessantes para o homem; dependem, mais ou menos, de todos os precedentes, sem exercer sobre eles influência alguma”.<sup>58</sup>

Portanto, na concepção de Augusto Comte, o estudo dos fenômenos sociais deve ser feito a partir de um conhecimento prévio das outras ciências abstratas, pois isto prepararia o indivíduo para ter uma capacidade de exame filosófico dos fatos sociais de acordo com o método positivo.

Além disso, é importante também frisar que, para Augusto Comte, quando se estuda os fenômenos sociais, deve-se ter como base a influência das leis relativas à vida individual, que é objeto da fisiologia propriamente dita, e a ação dos indivíduos uns sobre os outros, o que é tratado pela física social. Ambas constituem a denominada física orgânica. Portanto,

em todos os fenômenos sociais observa-se, primeiramente, a influência das leis fisiológicas do indivíduo e, ademais, alguma coisa de particular que modifica os seus efeitos e que provém da ação dos indivíduos uns sobre os outros, algo que se complica particularmente na espécie humana por causa da ação de cada geração sobre aquela que lhe segue. É, pois, evidente que, para estudar convenientemente os fenômenos sociais, é preciso partir de início do conhecimento aprofundado das leis relativas à vida individual. Por outro lado, esta subordinação necessária dos dois estudos não prescreve, de modo algum, como certos fisiologistas de primeira ordem foram levados a crer, a necessidade de ver na física social simples apêndice da fisiologia. A despeito de os fenômenos serem por certo homogêneos, não são idênticos, e a separação das duas ciências é de uma importância verdadeiramente fundamental. Pois seria impossível tratar o estudo coletivo da espécie como pura dedução do estudo do indivíduo, porquanto as condições sociais, que modificam a ação das leis fisiológicas, constituem precisamente a consideração mais essencial. Assim, a física social deve fundar-se em um corpo de observações diretas que lhe seja próprio, atentando, como convém, para a sua íntima relação necessária com a fisiologia propriamente dita.<sup>59</sup>

De certa maneira, a sociedade apresenta traços característicos do organismo de um indivíduo, pois as partes constitutivas de ambos são heterogêneas, mas solidárias, pois

<sup>57</sup> COMTE, 1991, p. 33.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 33.

objetivam a conservação do conjunto, cabendo a cada parte exercer uma função essencial e em coordenação com as demais, tudo sobre o controle de um poder central e superior. Além disso, assim como a evolução de um organismo não pode ser o resultado de um processo brusco, da mesma maneira a evolução de uma sociedade deve refletir os diversos estágios da vida de um indivíduo, consistindo em um processo paulatino e incompatível com uma revolução violenta.

Em abril de 1835, apareceu o segundo volume do *Curso de filosofia positiva*, dedicado ao estudo das especificidades da Astronomia e da Física. A Astronomia é caracterizada como uma ciência que adota como método a observação ou o exame direto, o que possibilitou ao homem libertar-se do orgulho antropocêntrico, enquanto que a Física, a partir dos trabalhos de Bacon, Descartes e Galileu, passou a adotar explicações de caráter positivo e aplicar os métodos da observação e da experimentação (comparação de resultados em condições provocadas). Segundo esta mesma linha evolutiva, veio a Química, que possibilitou ao homem compreender o universo.

O terceiro volume da obra surgiu em setembro de 1837 e trata da Química e da Biologia. No que diz respeito à última ciência, Augusto Comte analisa a existência de um organismo em interação com o meio, o que é denominado de mesologia. Nesta interação há um movimento de intercâmbio material e energético que caracteriza a positividade da vida.

Em junho de 1839, concluiu o quarto volume do *Curso de filosofia positiva*, dedicado ao estudo das ciências relativas ao homem, ou seja, a Sociologia (que até então era denominada de física social) e a Moral.

Para Augusto Comte, o homem, sendo um ser natural, só pode ser explicado e compreendido a partir das leis ou dos princípios que regem o mundo. Como as ciências sociais retratam a interação entre os homens no meio social, elas também se submetem a dois tipos de leis naturais. A primeira relaciona-se com a sociedade, os seus componentes e as suas atividades, enquanto que a segunda diz respeito ao homem de forma isolada ou como produto da vida social, abordando-o quanto aos aspectos intelectual (inteligência), afetivo (sentimento) e prático (atividade). A primeira lei é tratada pela Sociologia e a segunda pela Moral.

A Sociologia é uma ciência que estuda os fenômenos sociais com objetividade baseada nos métodos das ciências naturais. O princípio fundamental desta ciência é a ideia de

que os fenômenos sociais seguem as leis naturais, cabendo a ela ensinar aos homens que fatores, como por exemplo a desigualdade, são naturais e que compete a eles os aceitarem como algo de caráter natural de modo a promover a resignação e manter a ordem. Portanto, a Sociologia teria um papel fundamental na organização das sociedades ocidentais, o que somente se fará possível quando esta ciência tornar-se tão positiva quanto todas as precedentes, pois

cada uma das máximas gerais, que a nossa conduta privada ou pública exige, pode, desde então, adquirir uma consistência inabalável, baseando-se em **verdadeiras demonstrações, sempre acessíveis às inteligências competentes**, e espontaneamente aceitas pelo vulgo. A possibilidade de tal reconstrução evidencia-se pelo fato de resultar, essencialmente, o futuro humano, como qualquer outro, de um passado plenamente apreciável, sem que seja possível, à mais ativa intervenção do presente, nele determinar senão modificações secundárias. Foi esta a razão pela qual o meu principal precursor, o **eminente Condorcet, houvera já tentado fundar diretamente a política na história**. Embora este admirável esforço tivesse de abortar, pois que as ciências preliminares ainda não se achavam bem elaboradas, ele me indicou, com antecedência, a marchar a seguir para construir, enfim, a Sociologia, depois que a Biologia foi convenientemente esboçada. **O meu principal trabalho consistiu, desde então, em descobrir as leis fundamentais da evolução humana**. A teoria histórica, que daí resultou, pôde logo dominar o conjunto dos conhecimentos reais, de modo a construir a unidade sistemática que faltava à razão moderna, fundando uma **filosofia plenamente positiva**.<sup>60</sup> (grifo do autor).

Da resignação e da ordem depende o progresso da sociedade. Na realidade, a ordem não seria objetivo em si mesmo se não a estimulasse com as iniciativas, o poder criador e os impulsos do progresso, ou seja, este seria o fundamento da realização paulatina e necessária do espírito positivo, que, por meio da educação nos princípios da ciência, levaria a uma ordem social na qual as mentes estariam plenamente unificadas e uniformizadas. Não é por acaso que Augusto Comte divide o estudo da estrutura social em dois campos, ou seja, a estática social dedicada à análise da ordem social (ao estudo do organismo social em suas relações com as condições de existência) e a dinâmica social que trata da evolução da sociedade, partindo do conjunto para as particularidades e enfocando no progresso geral da humanidade.

É importante frisar que, para Augusto Comte, o progresso não significava desenvolvimento material, mas o aprimoramento de cinco instituições sociais fundamentais, isto é, a família, o capital, a linguagem, o governo e o sacerdócio.

A família, como a célula da sociedade constituída pela autoridade material do pai e pela previdência afetiva e moral da mãe, prepara os filhos para o convívio social.

<sup>60</sup> COMTE, Augusto. **Problemas sociais**: a sua solução positiva. Trad. Mário Barboza Carneiro. Rio de Janeiro: Emiel, 1940, p. 13-14.

Segundo Augusto Comte, “**colocando a felicidade na expansão dos sentimentos simpáticos**, cada indivíduo deve procurar, sobretudo, as **satisfações domésticas**, naturalmente acessíveis a todos, e mesmo mais apropriadas aos inferiores”.<sup>61</sup> (grifo do autor).

O capital forma o conjunto de bens e instrumentos fundamentais para a vida e a evolução humana. Ele tem uma origem e um destino social, o que conduz Augusto Comte a concluir que os capitalistas não são donos do capital, mas apenas gestores dele, devendo usá-lo para o bem da coletividade e o sustento deles e de suas famílias, evitando a usura e a luxúria. Por isso, a posse do capital deve ficar sempre nas mãos dos mais capacitados para geri-lo e não de qualquer descendente por motivo de herança.

Com relação à linguagem, Augusto Comte afirma que a sua importância está no fato de se tratar de um conjunto de meios que possibilite a comunicação entre os homens, criando as condições para a unidade humana e, conseqüentemente, tornando os interesses individuais em projetos coletivos. Surge, assim, a concepção de humanidade, pois, os homens, com uma curta existência, isolados e relativamente ignorantes, transformam-se pela linguagem em seres onipresentes, onipotentes e oniscientes com a transmissão de ideias, sentimentos e costumes ao longo do tempo.

O governo, enquanto o quarto elemento da estática social, é o poder material ou temporal da sociedade, estando em suas mãos o controle do organismo coletivo por meio do instrumento jurídico. A sua missão pode ser facilitada caso se utilize da solidariedade e da colaboração material entre as famílias. Dessa maneira,

**apreciado politicamente**, o principal caráter do positivismo consiste em **substituir sempre os direitos pelos deveres**, como as leis substituem as causas, pela eliminação radical das vontades arbitrárias, **afim de que o relatório tome o lugar do absoluto**. Todos os dignos cidadãos tornam-se, então, funcionários sociais, exercendo ao mesmo tempo um ofício especial e uma sábia participação na economia geral. **Confiança e responsabilidade** constituem sempre a dupla condição do serviço humano, no qual **a independência e o concurso** conciliam-se inteiramente. **O poder e a riqueza sendo constantemente referidos ao seu destino social, a sua concentração pessoal e justa inviolabilidade são logo reconhecidas como indispensáveis à sua eficácia cívica, pois grandes deveres exigem grandes forças**. É assim que a universal preponderância do ponto de vista humano enobrece e consolida, ao mesmo tempo, a obediência e o comando.<sup>62</sup> (grifo do autor).

Contudo, em um plano mais elevado de poder encontra-se o sacerdócio, pois este, ao invés de garantir tão somente a solidariedade e a cooperação entre as famílias, gera as

<sup>61</sup> COMTE, 1940, p. 26-27.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 26.

condições para a continuidade social, atuando sobre os espíritos por meio da persuasão. O sacerdócio é um poder espiritual, cuja autoridade moral é exercida por agentes sociais como mães, educadores, escritores e sacerdotes propriamente ditos, orientando os homens no caminho da felicidade e do bem comum. A este respeito, Augusto Comte diz que

**único diretor sistemático da educação universal**, o sacerdócio funda nesta a sua influência consultiva que abraça toda a existência humana, tanto privada como pública. A comum elaboração do aperfeiçoamento contínuo reserva-lhe especialmente a mais nobre atividade. Este melhoramento sistemático de nossa tríplice natureza, física, intelectual e moral, constitui necessariamente o **domínio indivisível do poder espiritual**, pois só este conhece bem as suas leis. O poder temporal limita-se a presidir o aperfeiçoamento constante das condições materiais, a mercê do conhecimento da ordem exterior, ensinada e desenvolvida pelo sacerdócio. Em virtude da universal confiança que inspira, **a autoridade religiosa torna-se o árbitro normal dos principais conflitos, domésticos ou cívicos.**<sup>63</sup> (grifo do autor).

Diante das diferenças entre os poderes temporal e espiritual, faz-se necessário uma separação entre eles para que cada qual exerça as suas funções, mas de modo coordenado, ou seja, sem um sobrepassar o campo de poder do outro, levando a um estado de anomalia social. Quando o poder temporal invade as fronteiras do poder espiritual, surgem as teocracias que imobilizam o avanço humano por concentrar o saber nos templos enquanto que a grande maioria dos indivíduos encontra-se em uma total ignorância. No caso contrário, aparecem os regimes totalitários que tornam os indivíduos em meros atendentes dos caprichos dos detentores do mando. Portanto,

todos os serviços intelectuais e sociais do sacerdócio exigem, sobretudo, a sua **inteira independência de cada poder temporal**. Mas, no estado normal, a separação fundamental dos dois poderes não poderia ser seriamente comprometida pela autoridade prática, apesar de suas intenções muitas vezes tirânicas para com o sacerdócio. Sem dúvida, ela jamais poderá aspirar a lhe arrebatá-lo o seu principal ofício, por exigir este um longo e difícil preparo teórico. Só os perigos inversos são para temer, em face da profunda popularidade facilmente obtida pela corporação especulativa, o que levaria ambições culposas a fazer degenerar a sociocracia em teocracia, pela usurpação do domínio temporal. É este o principal escolho de um regime, que a vigilância dos bons cidadãos e a solicitude sistemática dos dignos sacerdotes devem conter um descanso, pois esta tendência retrógrada muito se coaduna com a imperfeição natural dos melhores tipos humanos.<sup>64</sup> (grifo do autor).

A partir desta perspectiva da separação entre os poderes temporal e espiritual, Augusto Comte afirma que a história da humanidade é marcada pelos embates entre eles, estando um relacionado com a ideia de progresso (inspirado pelo protestantismo e relacionado com o estado metafísico) e o outro com a ideia de ordem (vinculado com o sistema teológico

<sup>63</sup> COMTE, 1940, p. 28-29.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 31.

e militar propícios da constituição católico-feudal do estado teológico). Trata-se da luta entre os conservadores que acreditam que a solução para os problemas das sociedades está na volta ao regime antigo e os metafísicos que creem na superação do regime anterior em nome da abolição de qualquer sistema regulador considerado como opressor.

Nos períodos em que esta luta dá-se, ocorrem abalos nas estruturas das sociedades, o que, porém, acaba por não resultar em grandes mudanças em curto prazo porque as transformações de ideias, crenças e costumes são lentas. O progresso precisa ser moroso para que as mudanças sejam irreversíveis.

Somente quando a humanidade atingir o estado positivo em sua evolução, o embate entre a ordem e o progresso deixará de existir e em seu lugar aparecerá uma conciliação entre ambos, pois os homens então perceberão que o progresso significa simplesmente uma maior ordem. A mudança de um estado para outro não implica na alteração dos elementos inalteráveis de uma sociedade, que são a família, o capital, a linguagem, o governo e o sacerdócio, mas em seu melhor ordenamento rumo a uma maior perfeição. Daí o equívoco de toda e qualquer revolução ao crer que pode alterar esta estrutura da sociedade. Outros equívocos também do pensamento metafísico na história da humanidade são as crenças na existência da noção de direito, que deveria desaparecer do domínio político, pois em uma ordem social positiva só existem deveres de todos para com todos e a noção de direito dá a ideia de individualidade, na liberdade de consciência, uma vez que a consciência não determina o modo de existência prática, assim como as condições materiais são insuficientes para definir a consciência, e na soberania popular, que não tem sentido em uma ordem social positiva na qual a ditadura exerce um despotismo espiritual e temporal baseada no princípio da força.

Na ordem social positiva, cada homem terá uma função na sociedade de acordo com as suas capacidades e deverá aceitá-la a partir da ideia de que todas as classes são necessárias e têm obrigações a cumprir. Acima do aspecto de que devem existir homens que dirigem e homens que obedecem, está a sociedade, pois ela está acima dos interesses individuais. Neste sentido, as decisões políticas devem ser guiadas por um instinto altruísta caracterizado pela moral da fraternidade entre os homens ou, em outras palavras, pelo sacrifício dos interesses particulares em prol do bem público. Daí a lei da existência da humanidade que, de acordo com Augusto Comte, é “viver para outrem”. Esta ordem social será o destino inevitável de todas as sociedades ocidentais, pois

as leis fundamentais demonstradas pela Sociologia sobre a natureza e o destino da humanidade, convêm necessariamente a todos os povos, salvo modificações secundárias sempre apreciáveis, atinentes sobretudo à desigual velocidade da comum evolução. A teoria histórica, diretamente relativa ao caso social mais completo deve também aplicar-se a todos os outros, que reproduzem, conforme os lugares, fases já concebidas segundo os tempos. Esta aplicação bem dirigida, promete às populações atrasadas uma preciosa compensação ao seu retardamento, permitindo tornar essencialmente sistemática uma progressão que teve a princípio de ser puramente empírica. Desviando estes povos de servil imitação, a teoria positiva das transições humanas indica-lhes a marcha que mais se adapta a cada nacionalidade, de modo a atingirem o nível final da humanidade mais pronta e pacificamente do que comportava a sua evolução original.<sup>65</sup>

Em fevereiro de 1840, apareceu o quinto volume do *Curso de filosofia positiva*, no qual Augusto Comte examina o estado teológico, passando pelo regime fetichista, pelo politeísmo até chegar à etapa social mais elevada deste estado com o monoteísmo, e o estado metafísico marcado pelo intuito destrutivo e pela desorganização das instituições sociais.

O último volume da obra surgiu em julho de 1842 e faz uma revisão da marcha evolutiva da humanidade, caracterizando o momento atual em que foi escrita pelo início de um regime racional, no qual existia a incorporação do proletariado à sociedade industrial e a fé monoteica com o catolicismo no Ocidente e o islamismo no Oriente. Além disso, neste volume Augusto Comte faz sérias críticas aos matemáticos, afirmando ter chegado o tempo dos biólogos e sociólogos ocuparem a principal posição no mundo intelectual. Isto resultaria na perda do posto de examinador de admissão na Escola Politécnica.

Em 1844, Augusto Comte publicou uma obra intitulada *Discurso sobre o conjunto do positivismo*, na qual analisa a escala de valores do sistema de lógica positiva, cujas características são o certo correspondente ao fenômeno astronômico em substituição ao vago, o real que diz respeito ao fenômeno químico ao invés do ocioso, o orgânico que se refere ao fenômeno biológico e que o valoriza como construtivo em detrimento do destrutivo, o relativo que diz respeito ao fenômeno sociológico em oposição ao absoluto e o simpático correspondente ao fenômeno moral que desperta qualidades inspiradas em bons sentimentos sociais que devem guiar as ações dos homens. Uma educação fundamentada neste sistema de lógica resulta no despertar de atitudes nos indivíduos que conduzem a uma unidade humana. Com relação a esta escala de valores característica do sistema de lógica positiva, Augusto Comte diz que

à lei dos três estados o meu **sistema de lógica positiva** sempre associou a lei de classificação das ciências, cuja aplicação dinâmica fornece um elemento indispensável à minha teoria da evolução, determinando a ordem necessária,

---

<sup>65</sup> COMTE, 1940, p. 42-43.

segundo a qual as nossas diversas concepções participam de cada fase sucessiva. Sabe-se que esta ordem está regulada pela generosidade decrescente dos fenômenos correspondentes, ou, o que implica o mesmo, por sua complicação crescente. Daí resulta a sua dependência espontânea em relação a todos aqueles que são mais simples e menos especiais. A hierarquia fundamental de nossas especulações reais consiste assim em sua classificação natural em sete categorias elementares: matemática, astronômica, física, química, biológica, sociológica e, enfim, moral; cada uma sofrendo antes da seguinte os diferentes graus essenciais da evolução total, que só poderia oferecer um caráter vago e confuso, sem o uso contínuo de tal classificação. Uma teoria formada pela íntima combinação da lei estática com a lei dinâmica parece primeiramente concernir apenas ao movimento intelectual da humanidade. Mas as explicações indicadas nos garantem previamente a sua aptidão necessária a também abarcar o desenvolvimento social, cuja marcha geral necessitou sempre depender da marcha de nossas concepções elementares sobre o conjunto da economia natural. A parte histórica de minha grande obra demonstra a correspondência contínua entre a evolução ativa e a evolução especulativa, cujo concurso natural deveria regular a evolução afetiva.<sup>66</sup> (grifo do autor).

No mesmo ano de 1844, Augusto Comte conheceu Clotilde de Vaux, esposa de um preso por crime infame, por quem se apaixonou sem ser correspondido. Esta mulher tornou-se uma espécie de musa para ele por despertar os seus sentimentos escondidos. Com o falecimento de Clotilde de Vaux em 1845, ela se transformou na fonte de inspiração de uma nova religião, cujos dogmas encontrar-se-iam em uma obra de quatro volumes, publicada entre 1851 e 1854, intitulada *Política positiva* ou *Tratado de sociologia instituindo a Religião da Humanidade*. Além disso, em 1852, publicou outra obra denominada *Catecismo positivista* ou *Exposição sumária da Religião Universal*. Nela deixa claro o objetivo da Religião da Humanidade que é reorganizar a sociedade a partir do sentimento social e da razão positiva. A partir da ideia de que a Humanidade é uma comunidade de seres passados, presentes e futuros, Augusto Comte desenvolveu a teoria do Grande Ser, que representaria a providência humana, ou seja, o ser que cria, assiste e encaminha todos os homens, objetivando o bem da coletividade. Assim, ele pretende substituir a ideia de Deus pelo Grande Ser, que seria uma espécie de motor imediato de cada existência individual ou coletiva, que inspirou a fórmula religiosa do positivismo, que é “o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”. O dogma principal da Religião da Humanidade é a crença de que o aperfeiçoamento moral do homem passa necessariamente pelo exercício contínuo do altruísmo. Daí a existência de uma máxima na religião positiva que consiste em “viver para outrem”. Explicando esta máxima, Augusto Comte afirma que

condensando toda a sã moral na lei viver para outrem, o positivismo consagra a justa satisfação permanente dos diversos instintos pessoais, enquanto indispensável à nossa existência material, sobre a qual assentam sempre os nossos atributos superiores. Por conseguinte, ele condena, posto que inspiradas amiúde por motivos respeitáveis, as práticas demasiado austeras, que, diminuindo as nossas forças, tornam-nos menos

<sup>66</sup> COMTE, 1991, p. 59.



aptos para o serviço de outrem. O destino social, em cujo nome ele recomenda os cuidados pessoais, deve ao mesmo tempo nobilitá-los e regularizá-los, evitando tanto uma preocupação exagerada como uma viciosa negligência.<sup>67</sup>

Augusto Comte pretendia criar uma religião supostamente natural, racional, científica e humana, cujas crenças estariam baseadas em conhecimentos exatos possibilitados pela razão. Por sua vez, seriam estes conhecimentos exatos que garantiriam a compreensão do mundo e, a partir dela, os homens poderiam livrar-se de toda forma de mistério, revelação ou vontade sobrenatural que implicasse em obstáculo para o aperfeiçoamento moral, intelectual e prático da humanidade.

A humanidade é constituída, segundo Augusto Comte, por uma estrutura tríptica ou um tipo de trindade, em que as partes dela são o passado, representado pelos mortos, que adquiriram uma vida subjetiva, o presente, formado pelos vivos que buscam esta vida, e o futuro, representado pelos não-nascidos que supostamente alcançarão a vida subjetiva. A solidariedade com a continuidade criam as condições para a existência e o desenvolvimento da humanidade, pois

não é só hoje que cada homem, esforçando-se por apreciar o que deve aos outros, reconhece uma participação muito maior no conjunto de seus predecessores do que no de seus contemporâneos. Semelhante superioridade manifesta-se em menores proporções nas épocas mais remotas, como o indica o culto comovente que sempre nesses tempos rendeu-se aos mortos. Assim, a verdadeira sociabilidade consiste mais na continuidade sucessiva do que na solidariedade atual. Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos: tal é a lei fundamental da ordem humana. Para se conceber melhor esta lei, cumpre distinguir, em cada verdadeiro servidor da humanidade, duas existências sucessivas: uma, temporária, mas direta, constitui a vida propriamente dita; a outra, indireta, mais permanente, só começa depois da morte. Sendo a primeira sempre corporal, pode ser qualificada de **objetiva**. Tal é a nobre imortabilidade, necessariamente imaterial, que o positivismo reconhece à nossa **alma**, conservando este termo precioso para designar o conjunto das funções intelectuais e morais, sem nenhuma alusão à entidade correspondente. Em virtude desta elevada noção, a verdadeira população humana compõe-se, pois, de duas massas sempre indispensáveis, cuja proporção varia sem cessar, tendendo a fazer com que os mortos prevaleçam mais sobre os vivos em cada operação real. Se a ação e o resultado dependem, sobretudo, do elemento objetivo, o impulso e a regar dimanam, principalmente, do elemento subjetivo.<sup>68</sup> (grifo do autor).

Prosseguindo a sua fala, Augusto Comte diz que

literalmente dotados pelos nossos predecessores, nós transmitimos de graça aos nossos sucessores o conjunto do domínio humano, com uma extensão cada vez mais fraca proporcionalmente ao que recebemos. Esta gratuidade necessária encontra a sua digna recompensa na incorporação subjetiva que nos permitirá perpetuar os nossos serviços, transformando-os.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> COMTE, 1991, p. 88.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 98.

Um ponto a ser destacado na teoria do Grande Ser de Augusto Comte diz respeito ao papel da mulher. Para o autor, a humanidade é formada apenas pelos homens, ficando as mulheres condenadas a uma posição inferior devido às leis irrevogáveis da natureza. Porém, isto não implica que elas não tenham qualquer função em uma sociedade positivista. Pelo contrário, elas são fontes de inspiração para cada um dos membros da sociedade por possuírem a providência moral que é a base de todas as demais providências, garantindo, assim, o melhoramento íntimo de cada indivíduo e, conseqüentemente, a aptidão para os melhores sentimentos. Por isso,

toda mulher deve ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente a sua santa missão. Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher aí promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, cujas justas homenagens ela aí dignamente recebe. Semelhante constituição assenta materialmente sobre esta regra fundamental, que só o positivismo sistematizou, mas que sempre foi pressentida pelo instinto universal: **O homem deve sustentar a mulher.** Sustentada primeiro pelo seu pai ou pelos seus irmãos, cada mulher é em seguida sustentada pelo seu esposo, ou pelos seus filhos. Tal é a base material da verdadeira constituição doméstica.<sup>70</sup> (grifo do autor).

Instituindo a Religião da Humanidade e se autoproclamando o primeiro Sumo Pontífice desta religião, Augusto Comte decidiu ficar recluso em sua casa e adotar voto de castidade, renúncia, pobreza e trabalho. Nela ele veio a falecer em 5 de setembro de 1857.

### 2.2.2 Herbert Spencer e o estudo do organismo social

Herbert Spencer nasceu em Derby, na Inglaterra, em 27 de abril de 1820. Teve uma formação bastante informal e influenciada pelo individualismo e pelas opiniões anticlericais de seu pai. Isto repercutia na tendência de Herbert Spencer de resistência à autoridade e de independência. A princípio, trabalhou como coordenador de estradas de ferro. Porém, pouco tempo depois passou a se dedicar exclusivamente ao jornalismo e à escrita política, tornando-se um propagador das causas do radicalismo filosófico e demonstrando ser simpático com as ideias do utilitarismo ao definir os termos bom e mau a nível de suas conseqüências prazerosas ou dolorosas para os indivíduos e ao adotar o princípio de que os indivíduos buscam para si a maior felicidade possível. O período mais importante de sua carreira jornalística foi de 1848 a 1853, quando exerceu as funções de escritor e subeditor do semanário financeiro *The Economist*, por meio do qual estabeleceu contato com importantes figuras da Era Vitoriana, tais como Henry Lewes, Thomas Carlyle e T. H. Huxley. Entre os

<sup>70</sup> COMTE, 1991, p. 220-221.

pontos de vista defendidos em seus artigos, destacavam-se as causas da nacionalização da terra, da adoção de uma política econômica de *laissez-faire* e da importância de que as mulheres ocupem um lugar e exerçam funções na sociedade.

O primeiro livro de Herbert Spencer foi publicado em 1851 e se denomina *Estática Social* ou *Circunstâncias essenciais à felicidade humana*, termo que foi tomado de empréstimo de Augusto Comte, referindo-se às condições necessárias para o estabelecimento de uma ordem social. Trata-se de uma perspectiva preliminar ao estudo do progresso e da evolução humana, para o qual se utiliza outro conceito comteano, ou seja, o de “dinâmica social”. Porém, diferentemente de Augusto Comte que acredita que a evolução humana levará à formação de uma sociedade na qual esta equivalerá ao Estado e onde dominará a coletivismo estruturado hierarquicamente e não competitivo, Herbert Spencer pressupõe que a humanidade caminha rumo a uma sociedade industrial, caracterizada pelo individualismo, pelo liberalismo e pela ausência do Estado. Este estágio seria produto do hábito e do instinto após um longo processo natural de adaptação e não de uma escolha racional do homem. A respeito deste processo natural de adaptação, Herbert Spencer considera que

afirmar que não existe adaptação alguma natural, e afirmar que, contrariamente ao que se passa com os outros seres, que tendem invariavelmente a se adaptar às circunstâncias que os rodeiam, o ser humano não tende a se adaptar a essas circunstâncias nem a sofrer modificações que o tornem capaz de realizar a vida que as circunstâncias impõem-lhe, equivaleria a dizer que as variedades do gênero humano são efeito sem causa ou que têm por causa a ação governamental. Contrariamente a esta proposição torna-se necessário admitir que os homens adaptam-se natural e continuamente às exigências de um estado social desenvolvido. Quem admitir este ponto hesitará na afirmativa de que uma adaptação artificial seja preferível à sua adaptação natural.<sup>71</sup>

Além disso, Herbert Spencer também acredita na perspectiva do desenvolvimento da liberdade humana e da defesa das liberdades individuais baseada em uma teoria evolucionista que parte do princípio de que tanto um organismo individual como um organismo social desenvolvem-se em uma linha evolutiva que vai do simples ao complexo, de partes semelhantes independentes a partes dissemelhantes, dependentes mutuamente. Desse modo, ao se observar a evolução histórica da humanidade, percebe-se que os homens viviam inicialmente de forma coletiva, mas sem uma vida social definida, o que implica dizer sem divisão de classes, sem divisão de trabalho e sem distinção entre dirigentes e dirigidos. Isto implica em um estágio social inorgânico caracterizado por um estado social homogêneo,

<sup>71</sup> SPENCER, Herbert. **A justiça**. Trad. Augusto Gil. Lisboa: Bertrand, 1919, p. 302. (Biblioteca de Filosofia Científica).

confuso, indefinido e sem coerência. Porém, à medida que a vida social desenvolve-se no tempo até atingir a escala das nações contemporâneas civilizadas, os agregados sociais vão tornando-se cada vez mais heterogêneos, definidos, coerentes e complexos. A este processo correspondem dois estágios da evolução social, ou seja, o orgânico e o superorgânico. Assim, a tendência geral é cada vez mais a especialização das funções, a maior regulamentação da vida, o surgimento de inúmeras instituições atuando de maneira sincronizada e objetivando a ação coordenada dos indivíduos e a harmonia na sociedade.

Um aspecto importante abordado no livro *Estática social* e que tem uma repercussão considerável, principalmente, na obra de Andrés Molina Enríquez diz respeito à questão do direito de propriedade. Para Herbert Spencer, desde os tempos remotos em que as propriedades comunais transformavam-se em individuais, o direito individual à propriedade ficou restringido pelos direitos do suserano imediato e do suserano absoluto, resultando na subordinação do direito de propriedade ao direito do chefe da coletividade. Porém, com a evolução política promovida pelo passar dos tempos, o poder supremo do monarca foi sendo substituído pelo poder supremo da nação e, com isto, o corpo representativo herdou o direito supremo de propriedade de que antes estavam investidos os reis. A existência deste tipo de direito até os dias atuais pode ser comprovada a partir do poder que tem o Estado de expropriar parcelas de terra para fins de utilidade pública mediante o pagamento de indenização.

Com a passagem dos estágios sociais primitivos aos períodos de transformação das pequenas comunidades em grandes agrupamentos e de desenvolvimento da atividade militar, houve uma perda simultânea da liberdade individual e do direito de participação na propriedade da terra. Contudo, com o declínio do poderio militar e a expansão do industrialismo, há uma reversão em tal situação, uma vez que se percebe o retorno da liberdade individual e da participação da propriedade da terra manifestada pela parte dela que o corpo representativo expropria e torna propriedade coletiva. Isto implica em duas consequências. A primeira delas é que o poder representativo, em favor do bem da coletividade que o delega o mando, tem o direito de alienar uma quantidade de terra e destiná-la aos usos que achar convenientes. Entretanto, como uma segunda consequência, os donos da terra não poderão ser desapossados dela sem receberem o preço em que foi avaliada, implicando o não cumprimento deste preceito em uma violação ao exercício do direito de propriedade e, por conseguinte, da liberdade do indivíduo de destiná-lo ao uso que lhe convier. Ademais, ao realizar o pagamento das terras expropriadas, o Estado deve levar em consideração as melhorias feitas pelos proprietários, acrescentando-as ao valor do solo, pois

a coletividade nenhum direito tem ao acréscimo de valor dado ao solo pelo arroteamento, pela cultura prolongada, pelas vedações, pelas drenagens, pela abertura dos caminhos, pela construção para os agricultores e para animais, etc., etc., acréscimo que constitui a quase totalidade de seu valor e que é um produto do trabalho pessoal, do trabalho retribuído, do trabalho dos antepassados. Tudo isto representa dinheiro legitimamente ganho por quem o embolsou.<sup>72</sup>

Fica, porém, uma indagação a ser feita com relação à legitimidade do direito de propriedade: no caso daquelas propriedades adquiridas por meio de espoliações, como as terras comunais dos indígenas no México ao longo do século XIX, os seus proprietários teriam legitimidade no direito de propriedade, devendo, por isso, a expropriação pelo Estado sem a prévia indenização ser considerada uma violência aos direitos individuais? De acordo com Herbert Spencer,

os proprietários atuais estão investidos no acréscimo de valor comunicado à fortuna pelo trabalho e pela arte: despojá-los dele seria um ato de gigantesco latrocínio. A violência e a fraude presidiram várias vezes as operações que deram e dão origem aos direitos existentes da propriedade territorial, mas muitíssimo maior seria a violência e a fraude praticada pela comunidade se confiscasse o valor que o trabalho e a arte dão à terra.<sup>73</sup>

Além disso, nenhuma instituição conseguirá implantar um regime equitativo ou próximo disto de propriedade sem antes não promover o caos em uma sociedade, pois os atuais proprietários dificilmente entregarão os seus bens, enquanto resultado de seus ganhos, sem antes não recorrerem à força, e sem causar uma degeneração dos indivíduos e uma decadência da comunidade, pois se uma minoria detém uma parcela considerável de propriedade é porque são superiores em suas qualidades físicas e mentais e sua faculdade de trabalho com relação a uma maioria de inferiores. Simplesmente entregar os bens daqueles para estes é desrespeitar a lei da seleção natural que prega a necessidade da sobrevivência do mais forte devido à sua maior adaptação ao meio, o que implica na inaptidão para a vida e no desaparecimento lento ou rápido dos indivíduos da coletividade, contradizendo com a razão histórica da vida em sociedade, ou seja, a proteção da vida e dos interesses de cada membro. Portanto,

dar remédios às iníquas violências realizadas durante milhares de anos, tornar-se-ia utópico e uma nova distribuição equitativa só pode realizar *in abstracto* tomando para base um sistema de compensação dos títulos e das reivindicações tanto do presente como do passado: ora estou persuadido de que tal distribuição adviria um estado de coisas pior do que o existente. Abstraindo de todas as objeções financeiras que se relacionam com os projetos de anexação do solo – e mostram elas que tal anexação é impraticável, pois a ser feita equitativamente, daria perda – bastará

<sup>72</sup> SPENCER, 1919, p. 106-108.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 106-108.

lembrar quanto a gerência pública é inferior à gerência privada, para nos capacitarmos desde logo de que o Estado proprietário único seria um deplorável administrador. Com o atual sistema, os que exploram a terra permanecem submetidos à relação direta entre o esforço e o resultado obtido; com o sistema da propriedade do Estado, o trato do solo ficaria ao abrigo das consequências desta relação direta. Os vícios inerentes ao funcionalismo desentranhar-se-iam em imensos e inevitáveis males.<sup>74</sup>

Outro aspecto importante abordado por Herbert Spencer com relação à questão da propriedade diz respeito ao direito de herança. Para ele, o direito de propriedade contém dentro de si o direito de um proprietário em deixar qualquer bem em proporções definidas a herdeiros especificados, uma vez que o princípio fundamental da justiça humana emana das condições necessárias para a conservação do indivíduo e da espécie. Entre estas condições consta o direito possuir ao longo da vida e mesmo após ela, que as disposições testamentárias em favor dos herdeiros implica. Dessa forma,

tratando-se de bens adquiridos à custa de um trabalho incessante e de um grande dispêndio de talento do qual haja advindo não só proveito individual para quem o possuía, mas também proveito coletivo, graças à uma invenção que preste serviços permanentes à humanidade, – parece dureza imerecida recusar inteiramente aos proprietários nestas condições o direito de estatuir certas condições que produzam efeito *post-mortem*.<sup>75</sup>

Por outro lado, como a garantia da existência do indivíduo e de sua propriedade é possibilitada devido às despesas com defesa e proteção dos cidadãos pelo Estado, nada mais justo de que o Estado aproprie-se de uma parcela dos bens a serem inventariados com o falecimento de seu proprietário. De acordo com Herbert Spencer,

visto que a conservação social prevalece sobre a conservação individual, é lógico admitir a legitimidade da restrição do direito de transmitir *post-mortem*, restrição que resulta da necessidade em que o Estado encontre-se de fazer face às despesas de proteção e de defesa dos cidadãos e das coletividades em que ele superintende. Nas atuais condições, é relativamente justo que a comunidade, atuando por intermédio de seu governo, aproprie-se da parte proporcional dos bens de cada cidadão que seja reclamada pelos cuidados da defesa nacional e da ordem social. As circunstâncias são que ditam a maneira pela qual esta necessária apropriação deverá ser efetuada. Não há razão ética alguma que se oponha aos motivos de conveniência que exigem que uma parte das receitas públicas provenha das quotas lançadas sobre as aquisições por transmissão.<sup>76</sup>

Entre 1853 e 1896, Herbert Spencer publicou *Princípios de sociologia*, obra composta por três volumes na qual, entre múltiplas temáticas, discute a constituição e os deveres do Estado. Para Herbert Spencer, a sociedade é uma espécie de organismo similar à

<sup>74</sup> SPENCER, 1919, p. 322.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 145-146.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 147-148.

constituição dos organismos dos corpos vivos, pois ambos se formariam a partir de unidades vivas separadas, mas que integradas constituiriam um todo. Caberia ao Estado, enquanto um órgão central, com papel similar ao “cérebro”, promover esta integração por meio de uma coordenação das funções das unidades de modo a atuarem sincronicamente, permitindo o desenvolvimento do organismo social. A importância deste funcionamento coordenado e sincronizado de todo o organismo social resulta em um tipo de cooperação, que se torna importante, principalmente, nas situações em que se faz necessária a proteção da vida e dos interesses de seus membros. Dessa maneira,

a cooperação mais urgente inicialmente é aquela requerida para um procedimento de combate aos inimigos. Portanto, o primeiro centro de regulação, individual e social, é criado como um meio de obter esta cooperação e seu desenvolvimento progride com a atividade desta cooperação. Como as unidades compostas são formadas pela integração de unidades isoladas, aí aparece tanto o caso de centros reguladores supremos e subordinados como o de que os centros supremos começam a se ampliar e complicar. As unidades apresentam-nos tanto desenvolvimentos em complicação e subordinação como também melhores aparelhos de controle, terminando por transmitir informação e comando instantâneos.<sup>77</sup>

Entretanto, da mesma maneira que existem semelhanças entre o organismo social ou a sociedade e o organismo animal, tais como o fato de terem um aumento de massa e um crescimento ao longo de uma parte considerável de suas existências, passarem por um aumento em tamanho, complexidade e estrutura, disporem de uma diferenciação de funções por causa de uma progressiva diferenciação da estrutura, possuírem diferenças conexas, poder a vida destruir-se e continuarem ainda a viver as unidades, ainda que por um curto tempo, há as diferenças que se devem a que as partes de um organismo animal constituem um todo concreto e as unidades viventes estão ligadas em contato íntimo, enquanto que os componentes de uma sociedade formam um todo discreto e as unidades viventes estão separadas e mais ou menos desconexas, no organismo animal existem algumas partes sensíveis e outras insensíveis, ao passo que na sociedade não se observa esta diferenciação, e no primeiro as unidades existem para o bem do todo, enquanto que no organismo social o todo existe para o bem dos membros individuais. Com relação às semelhanças e diferenças entre ambos organismos, Herbert Spencer comenta que

não existem analogias entre o corpo político e um corpo vivo, exceto no fato de que ambos apresentam uma mútua dependência das partes. Ainda que diversas comparações de estruturas e funções sociais com estruturas e funções do corpo humano sejam feitas, elas são feitas somente porque as estruturas e funções do corpo humano fornecem ilustrações familiares de estruturas e funções em geral. O

<sup>77</sup> SPENCER, Herbert. **The evolution of society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967, p. 47. (Collection Classics in Anthropology).

organismo social, discreto ao invés de concreto, assimétrico ao invés de simétrico, sensível em todas as unidades ao invés de ter uma ou algumas unidades sensíveis, não é comparável a qualquer tipo particular de organismo individual, animal ou vegetal. Todos os tipos de criaturas são diferentes das sociedades pelo fato de que exibem cooperação entre os seus componentes para o benefício do todo e este traço, comum a eles não é comum aos organismos sociais, pois nestes o todo existe para o benefício de seus componentes. Por outro lado, entre os organismos individuais, o grau de cooperação mede o grau de evolução e esta verdade geral também mantém-se entre os organismos sociais. Para aumentar a cooperação, criaturas de toda ordem apresenta-nos um aumento na complexidade dos aparelhos para deslocamento e influência mútua e para esta característica geral as sociedades de toda ordem fornecem uma característica correspondente. Estas, então, são as analogias alegadas; a comunidade nos princípios fundamentais de organização é a única comunidade alegada.<sup>78</sup>

À medida que a sociedade passa por um processo evolutivo que promove modificações na estrutura e nas funções de suas unidades, as instituições, como o Estado, não poderiam deixar de sofrerem os efeitos destas transformações e também percorrerem estágios evolutivos. Pensando em conservar a vida de suas unidades e a liberdade de cada uma, a sociedade deve buscar a cooperação para cumprir com estes desígnios e impedir a anulação ou a subalternidade de suas unidades por outras sociedades. Para isto, é necessário uma centralização da autoridade, capaz de impor a submissão das unidades por coerção. Surge, assim, um primeiro tipo de Estado na história da humanidade conhecido como militar, que, em nome do bem da coletividade, impõe uma obediência rígida ou sujeição dos membros da sociedade a um autocrata ou à uma oligarquia. Neste tipo de Estado prevalece a anulação das vontades dos membros individuais e apenas lhes concede o governo alguns direitos atenuados, pois o objetivo central é evitar o excesso de egoísmo em decorrência de um incompleto desenvolvimento moral dos indivíduos que lança as sociedades a lutarem entre si. Somente quando a ameaça externa for atenuada pelo desenvolvimento moral dos homens e internamente eles souberem respeitar mais os direitos uns dos outros em um quadro de disciplina social, não haverá mais a necessidade de coerção externa e, conseqüentemente, a proteção governamental cederá cada vez mais espaço à liberdade individual.

Nesse momento, devido a uma obediência voluntária dos indivíduos à lei, o Estado deixa de ser militar e autoritário para se tornar um Estado industrial, civil e liberal, dominado pela lei e não pela arbitrariedade dos governantes, caracterizando um salto evolutivo para uma sociedade com maior complexidade de funções, em que há um equilíbrio e uma interdependência entre as partes. A respeito deste processo evolutivo do Estado, Herbert Spencer diz que

---

<sup>78</sup> SPENCER, 1967, p. 47.



cada sociedade tem estruturas para continuar o conflito com outras sociedades e estruturas para se manter em sustento, e como as razões entre estas admitem todas as graduações, resulta que nenhuma classificação específica pode estar baseada em seus desenvolvimentos relativos. Não obstante, como o tipo militar, caracterizado pelo predomínio de um ou poucos, está constituído no princípio da cooperação compulsória, enquanto o tipo industrial, caracterizado pelo predomínio de todos, está formado no princípio da cooperação voluntária, os dois tipos, quando diversamente desenvolvidos para as suas formas extremas, são diametricamente opostos e os contrastes entre as suas características estão entre os mais importantes com os quais a Sociologia tem que tratar [...].<sup>79</sup>

Para Herbert Spencer, à medida que se concede amplos poderes ao Estado, a sociedade torna-se cada vez mais homogênea, o que contradiz com a lei da evolução natural, pois a tendência é que uma sociedade, a partir das exigências impostas pelo progresso, apresente uma ampla diferenciação na estrutura social (heterogeneidade) e, conseqüentemente, o Estado restrinja-se ao cumprimento de deveres básicos como a defesa contra agressões externas para manter a paz e a ordem e a prevenção da arbitrariedade entre os membros da sociedade como forma de lhes garantir proteção e segurança.

Entre 1860 e 1862, Herbert Spencer publicou a sua terceira obra importante baseada no evolucionismo social, que se denomina *Primeiros princípios*. Nela ele aborda a questão da seleção natural, que se aplica tanto aos organismos individuais como aos organismos sociais. A seleção natural diz respeito à capacidade que tem os organismos de sobreviverem na luta pela existência a partir da melhor adaptação a um meio. Contudo, enquanto que nos organismos individuais uma melhor adaptação de uma criatura implica no desaparecimento de uma outra que não teve a mesma capacidade, nos organismos sociais, por meio da cooperação, os indivíduos podem facilitar uns aos outros a adaptação ao meio e, conseqüentemente, a sobrevivência da sociedade. Desse modo, na proporção em que melhor adaptam-se ao meio, os homens tornam-se de um tipo mais elevado e

não pode deixar de seguir a par e passo a produção do tipo mais elevado da sociedade. As condições necessárias são aquelas nas quais cada um pode prover a todas as suas necessidades, e criar um número conveniente de filhos, não somente sem que isso impeça os outros de fazerem o mesmo, mas, pelo contrário, ajudando-os a fazê-lo. Considerada assim sob o seu aspecto físico, a conduta do indivíduo assim constituído e associado com indivíduos semelhantes, é tal que todos os atos, isto é, os movimentos de toda a casta, combinados, tornam-se tais que correspondem convenientes às exigências da vida quotidiana, a toda a ocorrência ordinária, a toda a contingência do meio. “Uma vida completa em uma sociedade completa”, não é mais que uma expressão para designar um equilíbrio completo entre as atividades coordenadas de cada unidade social e as do agregado das unidades.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> SPENCER, 1967, p. 62.

<sup>80</sup> SPENCER, Herbert. **O que é a moral?** Trad. Francisco Barros Lobo. Lisboa: Bertrand, 1915, p. 11.

Devido à concepção da seleção natural de Herbert Spencer e, por conseguinte, da perspectiva de que, no estudo das relações entre as necessidades e as funções de um organismo, deve-se levar em consideração as particularidades do meio, as ideias deste pensador tornaram-se importantes entre os intelectuais latino-americanos no período de 1890 a 1914. Segundo Charles A. Hale,

o sistema evolucionista de Herbert Spencer baseava-se no desenvolvimento de sociedades particulares, e os seus livros apareciam cheios de dados comparados sobre costumes específicos, crenças, rituais e características étnicas. Assim, de um modo geral, Spencer ajudou os latino-americanos a concentrar a atenção nas peculiaridades de sua própria sociedade dentro do esquema universal.<sup>81</sup>

Os anos de 1870 e 1880 marcaram o auge do pensamento spenceriano devido à repercussão de suas ideias, o que lhe valeu a eleição de membro correspondente da seção filosófica da Academia Francesa de Ciências Morais e Políticas em 1883. No ano seguinte, foi editado outro importante trabalho seu intitulado *O homem contra o Estado*, no qual retoma a discussão sobre o processo evolutivo pelo qual passa o Estado, afirmando que deve existir em cada fase da evolução social uma harmonia entre as práticas e as crenças e, além disso, as circunstâncias conduzem a transformações nas crenças, que, por sua vez, leva a mudanças nas condutas. Portanto, em sociedades em que as circunstâncias são de constantes guerras e ameaças externas e de arbitrariedade interna entre os seus membros, deve prevalecer a crença na necessidade da subordinação e na confiança com relação a uma autoridade central como condição para a preservação da existência nacional, ainda que isto signifique uma restrição aos direitos individuais.

Por outro lado, em um caso de redução da ameaça externa e respeito voluntário à lei por todos os membros de uma sociedade, opera-se uma modificação gradual na doutrina política, que começa a propagar a disposição para uma maior liberdade de ação dos cidadãos, repercutindo em uma resistência à expansão do poder da autoridade oficial e em um estabelecimento da limitação. Quando se chega a tal estágio da evolução, há um aumento da proteção dos direitos individuais pelo governo e uma redução simultânea nas usurpações feitas pelos governos a estes direitos. Na economia, por exemplo, isto implica na diminuição da ingerência do Estado por ser maléfica ao seu desenvolvimento, seja na forma de proibições, subvenções comerciais, penalidades à usura, regulação artificial de salários e preços ou quaisquer outras medidas. O mesmo pode ser dito a respeito do trabalho, passando-se

<sup>81</sup> HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Coord.). **Historia de América Latina**. Trad. Jordi Beltrán y Angels Solà. Barcelona: Crítica, 1991, v. 8, p. 26.

de um regime autoritário de regulamentação dos processos de produção para um regime que dá ao capitalista e ao trabalhador a possibilidade da escolha do que melhor atenda aos seus interesses. A conclusão final a que se chega é que

no homem primitivo e no pouco civilizado, não existe ainda o caráter requerido para uma cooperação voluntária ampla. O fato de associar os próprios esforços voluntariamente, aos de outras pessoas, para obter uma vantagem comum, implica em uma perseverança que, nem um, nem outro possui. Ademais, quando os benefícios esperados são remotos e pouco conhecidos, como acontece com muitos, é necessária grande força de imaginação entre os que se põem de acordo, imaginação, esta, que falta inteiramente aos homens não civilizados. Por outro lado, as poderosas associações particulares, cujo fim é a produção em larga escala, exigem uma subordinação hierárquica semelhante à produzida pela vida militar. Em outros termos, não se chega ao tipo industrial desenvolvido, tal como o conhecemos, senão passando pelo militar, o qual, pela disciplina, engendra a persistência nos esforços, o consentimento em agir sob uma direção – não imposta, mas aceita por contrato – e o hábito de se organizar para alcançar grandes resultados.<sup>82</sup>

Em 1902, Herbert Spencer teve o seu nome indicado para o Prêmio Nobel de Literatura. No ano seguinte, viria a morrer doente após um longo período de isolamento em sua residência em Brighton, Inglaterra.

### **2.3 A concepção sociológica da sociedade nacional de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez**

Adotando a perspectiva de Herbert Spencer a respeito do estudo das relações entre as necessidades e as funções de um organismo, segundo a qual deve-se levar em consideração sempre as particularidades do meio, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez acreditam que cada organismo social tem as suas peculiaridades compreendidas apenas pela observação direta da realidade. Diante desta comprovação, ambos os autores concluem que realidades próprias exigem soluções próprias, caso contrário, o estudo de uma sociedade nacional caracterizar-se-á pelo abstracionismo e pela mera especulação filosófica em detrimento do pragmatismo e do caráter objetivo da pesquisa. O que marca qualquer estudo da sociedade nacional como sociológico é exatamente o conhecimento pragmático gerado a partir da descrição da realidade com a adoção do método da observação e da busca de soluções para os problemas sociais com a experimentação de ações políticas compatíveis com a estrutura social e as condições do meio em que se insere. É esta marca que, seguindo o raciocínio de Augusto Comte, torna a Sociologia uma ciência positiva.

<sup>82</sup> SPENCER, Herbert. **O indivíduo contra o Estado**. Trad. Leôncio de Sá Filho. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1962, p. 165-166.

Portanto, o estudo da sociedade nacional deve fugir da abstração científica sustentada na mera importação de conceitos e teorias e se fundamentar na análise dos fatos sociais que conduz à percepção e à síntese da realidade concreta. Segundo Alberto Torres,

o interesse pelo semelhante, em sua realidade objetiva, como base dos métodos de estudo e de ação – submetidos os conceitos, acumulados, durante toda a história do espírito humano, ao contraste deste critério positivo – é a única bússola à empresa de solução às crises sociais e políticas de nossa espécie. Manter tais conceitos, como normas dirigentes da vida, importa submeter a humanidade à perpetração de valores arbitrários, muito condenados, na copela da experiência, à simples inspeção de olhos ainda inexpertos. Desprezá-los em globo, prejudicialmente, seria obra desassisada de destruição.<sup>83</sup>

A respeito deste assunto e enfatizando a contribuição da base objetiva do método positivo para o estudo da sociedade, Andrés Molina Enríquez afirma que

a escola filosófica **positiva** prestou incalculáveis serviços, uma vez que despojou tal estudo dos falsos elementos consistentes nas complicadas argumentações sem suficiente base objetiva e nos jogos pueris de vocabulário convencional, vazio e estéril com que pretendiam dilatar os seus alcances ao mundo superior do ultrasensível, reduzindo-os, portanto, ao seu campo próprio, a sua verdadeira função.<sup>84</sup> (grifo do autor).

Cabe agora, portanto, fazer uma análise mais apurada da influência do positivismo e do organicismo na concepção de sociedade nacional de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez.

### 2.3.1 A sociedade nacional como um tipo de “organismo”

Influenciados pela concepção biológica da Sociologia, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez entendem a sociedade nacional como um tipo de “organismo” constituído por unidades que apresentam diferenças de estrutura e função, sendo, por isso, heterogêneas, mas cuja atuação é harmônica entre elas, visando com isto a conservação do todo. Cada unidade tem uma função específica e fundamental a exercer no organismo social.

Esta perspectiva organicista da sociedade atende aos anseios dos dois autores de buscar a ênfase na compreensão das especificidades do meio no qual está inserida a sociedade nacional, pois a estrutura dela depende da adaptação ao meio. Sem o preenchimento das condições necessárias a uma adaptação do organismo social ao meio, a tendência é

<sup>83</sup> TORRES, 1978a, p. 36-37.

<sup>84</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978, p. 26-27. (Colección Problemas de México).

ocorrer a sua desintegração ou a sua extinção por outras sociedades mais fortes devido à possibilidade delas de manterem tal equilíbrio. Nota-se que, portanto, a lei da seletividade existente entre os organismos individuais também se aplica aos organismos sociais em uma clara referência à concepção da seleção natural de Herbert Spencer.

Para Alberto Torres, o maior ou menor processo de adaptação indica o estágio civilizatório em que uma sociedade nacional encontra-se, pois

em seu aspecto dinâmico, a noção de “civilização” deve exprimir um estado de equilíbrio e de harmonia entre o homem, o meio físico e a sociedade, capaz de assegurar bem-estar e cultura ao indivíduo e desenvolvimento à espécie, conservado e melhorado o patrimônio cósmico da humanidade e aperfeiçoado o seu patrimônio mental. É a ideia de Herbert Spencer, menos subordinada ao elemento físico, e mais ampla e mais justa, no que interessa à permanência e continuidade social, e ao valor dos bens que formam a nossa fortuna material e psíquica.<sup>85</sup>

A concepção organicista de Andrés Molina Enríquez é mais materialista que a de Alberto Torres, uma vez que não aborda a questão do progresso cultural como um resultado direto do desenvolvimento ocasionado pelo equilíbrio entre a sociedade nacional e o meio físico. Assim como nos seres vivos em geral, o objetivo deste equilíbrio é fundamentalmente na sociedade garantir aos seus membros as condições necessárias para obter a alimentação que possibilita a continuidade da existência. Neste ponto está a origem da vida social e o começo da história da humanidade, pois

nas funções da vida em geral e da humana em particular adverte-se certamente um fenômeno de combustão, que consiste na combinação do oxigênio do ar como corpo comburente (que queima ou faz arder) e do carbono dos alimentos como corpo combustível (que arde ou é queimado). Mediante este fenômeno, mantém-se a força vital que se desenvolve e continua como toda combustão, enquanto encontra os elementos necessários para se alimentar. Enquanto o homem teve que se alimentar dos produtos naturais sem produzir estes as matérias necessárias para a sua alimentação, a sua vida teve que ser necessariamente irregular; e se bem que muitas vezes levou-o à abundância, muitas o fez sofrer a escassez. Nestas condições, o esforço indispensável para sustentar a vida teve que ser verdadeiramente formidável. Além disso, a natureza destas matérias, não poucas vezes, tornou a ingestão inútil para a vida porque ou ditas matérias não ofereciam à combustão vital suficiente quantidade de carbono ou não lhe ofereciam este carbono na conveniente divisão. Até que o homem não encontrou cereais, não afirmou a sua existência e não assegurou a de sua espécie.<sup>86</sup>

Consequentemente, para Andrés Molina Enríquez,

os cereais, pelo amido que contêm, dão ao organismo carbono em quantidade suficiente e em um estado conveniente de divisão, para manter em condições favoráveis a combustão vital. A agricultura veio a tornar regular e sistemático o

<sup>85</sup> TORRES, 1978a, p. 179.

<sup>86</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 74-75.

aproveitamento deste carbono. Tal é a razão da singular concomitância que tem relacionado o aparecimento da agricultura em todos os povos ao princípio da multiplicação e do desenvolvimento destes, e **tal é a razão da relação singular que se adverte entre o estado de desenvolvimento de um povo e da natureza de sua ocupação do território em que vive, relação tão preciosa, que pode servir para medir o desenvolvimento evolutivo deste povo.**<sup>87</sup> (grifo do autor).

O que se observa é que, apesar de diferenças no entendimento da maneira como ocorre o equilíbrio entre o organismo social e o meio, tanto Alberto Torres como Andrés Molina Enríquez viam em tal equilíbrio a condição para o desenvolvimento das sociedades ao longo dos tempos. Leia-se desenvolvimento como sinônimo de progresso. Trata-se de uma linha evolutiva seguida pelas sociedades e que parte do princípio de que, na medida em que a relação entre organismo social e meio é mais harmoniosa, maior é o estágio de progresso em que uma sociedade encontra-se. Tal princípio é válido para qualquer sociedade humana, o que consistia, na realidade, em uma tentativa de superar os preconceitos referentes à crença de que há os organismos sociais superiores pelo fato de melhor adaptarem-se ao meio. Em outras palavras, todas as sociedades apresentam condições iguais de evoluir porque todas têm membros com aptidões e qualidades. O que torna uma sociedade mais evoluída e, conseqüentemente, mais forte do que a outra é a percepção de seus membros, principalmente, dos governantes, da importância de desenvolverem ideias, aspirações, métodos e instrumentos de acordo com a realidade.

Neste ponto, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez caem com a sua teoria da evolução das sociedades em uma concepção determinista da história ao enxergarem o desenvolvimento dos organismos sociais na perspectiva de uma linha ascensional rumo ao progresso como algo inevitável para a sobrevivência deles. Dessa forma, acabam por cair em contradição ao acreditarem no valor universal da teoria da seleção natural, pois criticam os teóricos “abstratos” exatamente pela adoção de ideias universais e deterministas para explicar os fenômenos sociais específicos de cada realidade nacional, retirando, por isso, a validade de seus estudos.

O próprio Alberto Torres afirma que

já não é possível, hoje, ao falar de qualquer das categorias do conhecimento humano, arriscar generalizações definitivas. A ciência vai diferenciando, dia a dia, os objetos de seus estudos, ao ponto de se restringir, quase, a um conjunto de métodos e dados de contraprova: cada fenômeno é a operação de uma multidão de leis; cada fato, o efeito de uma infinidade de causas.<sup>88</sup>

<sup>87</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 75-76.

<sup>88</sup> TORRES, 1978b, p. 57.

Por outro lado, Andrés Molina Enríquez acredita que se diferencia dos teóricos “abstratos” por compreender que o conhecimento de uma sociedade passa pela ação de inumeráveis fatores que geralmente se integram a priori com as condições locais e, por isso, vangloria-se de “chamar a atenção geral para a importância de explicações específicas para os problemas. Se outros méritos não consigo ter para merecer de meus concidadãos o título de patriota, acredito que este pelo menos deverá ser reconhecido com justiça”.<sup>89</sup> Entretanto, o que se observa é que (e o mesmo pode ser dito com relação a Alberto Torres) tal argumento fica comprometido diante da teoria da seleção natural, “que concebe um só caminho para o progresso pelo qual todos têm que transitar e que, no final das contas, distingue, já sabemos em prejuízo de quem, entre as sociedades civilizadas e as que ainda não saem da barbárie”.<sup>90</sup>

Outro aspecto importante na concepção organicista da sociedade de ambos intelectuais refere-se à ideia de que, assim como acontece com os organismos individuais, os organismos sociais passam por processos de dinamismo, movimento e inovações que resultam na passagem deles por estágios evolutivos. No que diz respeito a este processo de evolução histórica, Alberto Torres adotou como fonte de explicação para o desenvolvimento das sociedades nacionais a lei dos três estados de Augusto Comte, sobre a qual ele diz que

vem a pelo assinalar aqui o fenômeno mais importante da evolução do espírito humano, no desenvolvimento do indivíduo e na marcha da sociedade, fenômeno que recorda a lei dos três estados de Augusto Comte, mas que encontra a sua mais justa forma neste princípio: o espírito humano evolui do estado imaginativo e inventivo, para o positivo, na razão direta do desenvolvimento da razão e na inversa do império das necessidades. O homem e a sociedade sonhavam e criavam soluções, quando obedeciam a necessidades concretas e materiais; observam e raciocinam, à proporção que têm necessidades mais complexas e espirituais. Este princípio pode ser ainda formulado desta outra forma: o espírito humano evolui do imaginário para o positivo, e do emotivo para o racional. Resulta disto que se os fenômenos sociais escapam ao domínio do calculável, a evolução humana apresenta-se exatamente oposta à lógica que lhe permitiria traçar a rota no passado, por isto que se afasta do domínio da razão e da experiência à proporção que se distancia, nas primeiras idades. O progresso é o restabelecimento da evolução, na vida social, pela coordenação dos fatos psíquicos com os fatos físicos, graças à revelação e interpretação racional da experiência.<sup>91</sup>

Todavia, o processo evolutivo é o resultado de transformações graduais e lentas ao longo da história da humanidade. As mudanças na estrutura de uma sociedade que conduzem à passagem de um estágio evolutivo a outro e, por conseguinte, a um contínuo desenvolvimento, são produto de uma seguida maturação do corpo social. Isto se deve à

<sup>89</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 454.

<sup>90</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **Andrés Molina Enríquez: con la revolución a cuestas**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 26-27. (Colección Vida y Pensamiento de México).

<sup>91</sup> TORRES, 1978a, p. 156.

perdurabilidade do passado no presente e à impossibilidade de se romper totalmente com aquele, até mesmo porque nem tudo que tem origem no passado e sobrevive no momento atual é ruim, como é o caso da instituição denominada família. Daí o repúdio que Alberto Torres sente pela ideia de revolução da mesma forma que Augusto Comte. Na perspectiva de Alberto Torres, a revolução em nada resolve os problemas das sociedades nacionais, uma vez que

apenas as lideranças conseguem espaço e poder. Os demais ficam relegados a um plano de somenos importância e, sem alternativas, acomodam-se diante do inevitável, não participando do processo de mudança, por motivos ideológicos ou mesmo por alienação. Por isso mesmo tornam-se responsáveis pelo aumento da desordem que avassala a sociedade.<sup>92</sup>

No que se refere ao processo revolucionário, Alberto Torres afirma que

a realidade da vida humana depende, imediatamente, das relações do homem com o meio, dos homens entre os homens; a vida realiza-se pelo esforço sobre a natureza, com os encontros e as relações dos esforços. Tudo isto forma uma multidão de necessidades e de interesses, concretos, práticos: uns materiais, outros físicos; mas, ao passo que a vida, as suas necessidades e os seus interesses, são fatos reais, os espíritos, impacientes por descobrir as causas dos males humanos e por lhes dar remédio, abandonam o caminho horizontal das soluções terrestres para pedir à imaginação as soluções do milagre. Ao problema positivo da aplicação das energias humanas, deu-se a solução do socorro sobrenatural; a este socorro, a que acudiram, primeiro, poderes providenciais de várias naturezas, responderam, depois, as bênçãos e mercês da metafísica política. Foi assim que as revoluções defraudaram as aspirações humanas, iludindo a fome, a miséria, o instinto de ação, o impulso dinâmico das almas e dos corpos, com os artifícios de panaceias subjetivas. As instituições opressivas do passado, sob as formas do despotismo, da escravidão, da servidão, do poder dinástico, da autoridade, do feudalismo, eram, principalmente, restrições e peias ao desenvolvimento, à expansão, aos movimentos da personalidade, à ação de suas energias, ao trabalho, à distribuição dos meios de ação e dos frutos da ação.<sup>93</sup>

Em um primeiro estágio evolutivo na história da humanidade, denominado por Alberto Torres, assim como o fez Augusto Comte, como estado teológico, diante da forma incipiente de consciência que apresentava os homens e movidos por modos grosseiros de instinto, Deus era a explicação para todos os fenômenos que diziam respeito ao ser humano e ao meio em que se situava. Dessa maneira, este ser sobrenatural tornou-se uma espécie de criador, protetor, chefe e guia, exprimindo a solidariedade entre a vida de cada indivíduo que compunha uma coletividade e as vidas que o interessavam. A imagem de Deus ficou relacionada à ideia de proteção, de amparo, de assistência, de socorro e de guarda na vida

<sup>92</sup> LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. **Alberto Torres**: contribuição para o estudo das ideias no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1995, p. 21-22.

<sup>93</sup> TORRES, 1978b, p. 86-87.



social. Daí que nas primeiras sociedades dominasse a lei religiosa que manifestava laços de união entre os membros de uma coletividade pela vontade de Deus. O respeito a esta lei tornou-se imprescindível para o convívio social porque somente assim protegeria os membros da sociedade contra os males que estes não alcançassem e nem pudessem combater, entre os quais os deuses estrangeiros que seriam usados por outras sociedades para dominar aquela e extirpá-la. Assim,

o cosmos e a realidade não se mostravam ao homem senão por sensações e aparências grosseiras; a eterna pergunta sobre a **realidade**, ainda hoje insolvida, atormentava-o – não só como explicação das coisas, mas, até como instrumento da ação humana sobre as coisas, e entre os demais seres. Onde, então, a chave da verdade: a explicação do senso, a origem da razão, o impulso do movimento e da vontade? Deus. As sínteses humanas são tanto mais vastas e arrojadas, quando mais arbitrárias; Deus-Universo e Deus-Nação, Deus-criador e Deus-protetor, Deus-lei das coisas e lei das pessoas, Deus-origem e Deus-fim, Deus-princípio e Deus-destino.<sup>94</sup> (grifo do autor).

Para Alberto Torres, a origem da ideia de nação está na concepção de Deus, pois foi por causa dela que os indivíduos de uma mesma raça, língua e tradição e que ocupavam um mesmo território decidiram viver coletivamente em torno dos ideais de proteção, amparo, assistência e socorro, passando, assim, a compartilhar interesses comuns. Contudo, na medida em que o tempo foi transcorrendo, a ideia de nação tornou-se mais complexa, englobando outros conceitos como o de país, pátria e Estado, alterando os seus atributos e modificando o seu caráter. O exemplo mais concreto disto foi o que aconteceu com a Roma Antiga, pois, de acordo com Alberto Torres,

Roma foi, igualmente, “nação”, enquanto simples fusão tribal dos Rammianos, dos Titias e dos Luceres; quando conquistou, depois, toda a Itália, e quando dominou, afinal, sob a égide imeperial, o *orbis romanus*. A própria *civitas* dilatou-se até as margens do Tigre, as areais do Saara, a Britânia, as fronteiras longínquas da Germânia. Mas o espírito da nação permaneceu sempre o mesmo, dentro dos muros de Roma, ou, sob a autoridade dos prefeitos, nas províncias imperiais e nas senatoriais. A nação era a sociedade de todas aquelas “gentes”, congregadas à força pelas legiões romanas, mantidas, depois, em disciplina, por amor à paz e no interesse da segurança e da vida em comum: da ordem, em suma, fundada sobre a confiança na proteção, no amparo, na assistência.<sup>95</sup>

A Idade Média trouxe com ela um novo entendimento da ideia de nação vinculado com a noção de sociedade étnica, denominada de nacionalidade, compreendendo a sociedade dos habitantes de um país, englobando toda a sua existência, desde a vida memorial dos antepassados até a vida da geração presente. Nesse momento, a nação tornou-se

<sup>94</sup> TORRES, 1978b, p. 25.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 26.

**a associação dos indivíduos e famílias que habitam um território** com ânimo de permanência; formando, sobre o seu habitat territorial, o “País”, graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranquilidade e de segurança, superiores à vontade e ao poder de cada um dos seus membros – uma “Pátria”.<sup>96</sup> (grifo do autor).

A partir das grandes monarquias modernas, a propriedade tranquila da terra, a influência dos costumes industriais, o regime da autoridade legal, a consciência da segurança e da proteção jurídica foram cada vez mais ocupando o espaço que anteriormente era o dos costumes militares, do arbítrio dos chefes locais, criando, assim, ao longo de um território, uma rede de solidariedades mais forte e íntima entre os indivíduos e fortalecendo a forma de associação. Paralelamente, desenvolviam-se os trabalhos, as indústrias e as profissões, e multiplicavam-se os recursos. Apareceu a figura do Estado nacional político, caracterizado pelo domínio da esfera jurídica regido pelo regime da ordem e da legalidade. No que diz respeito à relação entre a política e a religião, o homem aos poucos tomou posse de seu governo e os assuntos relacionados com a vida coletiva começaram a ser tratados como objetos de pensamento, ação e arte secular. Era o princípio da separação do espiritual e do temporal e do dualismo do espírito e da matéria, gerando-se, assim, a concepção do livre arbítrio.

Com o desenvolvimento do capitalismo comercial e industrial iniciou-se uma transformação dos meios técnicos de produção e circulação e com este processo veio juntamente, a partir do século XVIII, uma crise durante a qual se consolidou a supremacia das atividades urbanas. O resultado final disto foi que, na perspectiva de Alberto Torres,

as nações antigas, formadas no compasso lento e amadurecido de sua evolução natural, sofreram primeiramente os abalos dessa crise, e depois os efeitos da dissolução foram irradiados para o resto do mundo, caracterizando um processo geral. Com o surto de expansão industrial e comercial veio a liberação da iniciativa individual, triunfando os princípios de liberdade comercial e política das “ideias individualistas”.<sup>97</sup>

Era a passagem do estado teológico para o estado metafísico, que trouxe a contestação da ordem existente, levando à queda do Antigo Regime e mergulhando a sociedade europeia em um estado de caos. Nesse momento, prevalecia a anarquia das ideias e dos atos. Os teóricos “abstratos” e os líderes revolucionários difundiram ideias abstratas e fizeram do idealismo e das entidades abstratas dele oriundas, baluarte de luta em busca da constituição de uma nova sociedade fundamentada nos lemas de liberdade, justiça e direito.

<sup>96</sup> TORRES, 1978b, p. 27.

<sup>97</sup> MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 145.

Desenvolvendo uma crítica às ideias em voga no estado metafísico, assim como o fez Augusto Comte, Alberto Torres as caracteriza como “não possuindo realidade objetiva, não representando os tecidos substanciais dos bens necessários ao homem: são meros atributos de aspirações na vida real; o esforço tem o aspecto de uma eterna ascensão ao cume inatingível da fantasia”.<sup>98</sup> Portanto,

os diretores dos destinos do homem não viram senão as formas aparentes da realidade, e supuseram que, opondo a liberdade à tirania, a igualdade à servidão e ao feudalismo, a justiça e o direito aos privilégios, solviam os seus problemas; mas, como os fatos da vida, do esforço e do trabalho, os estímulos ativos da natureza do homem, os móveis profundos de sua eficiência, não podiam ser atingidos por essas transformações exteriores, a desigualdade, a injustiça, a falência do direito e da ordem revestiam novas formas, e a sociedade permaneceu a mesma, decorando com outros nomes coloridos as suas velhas utopias.<sup>99</sup>

Os homens somente resolverão os problemas que afligem as sociedades nacionais quando atingirem o estado positivo na escala evolutiva da história da humanidade, ou seja, quando forem capazes de adotar políticas para solucionar os problemas baseadas no método positivo que tem como critério os dados da experiência e da observação. Além disso, a organização das sociedades passa pelo entendimento de que nenhum organismo social pode estruturar-se adequadamente e, assim, garantir a sua sobrevivência, sem vincular a ideia de progresso com a de ordem. Dessa maneira, a organização nacional deve ter a ordem como base e o progresso como condição fundamental para o desenvolvimento. Segundo Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos,

existia muita coisa em comum entre as concepções sociológicas e políticas de Alberto Torres e as tendências gerais do pensamento de Augusto Comte, começando pela vinculação e dependência recíproca entre Ordem e Progresso. Observamos em Alberto Torres a ideia de Progresso vinculada à existência da Ordem, e não esta isoladamente, pois somente com a Ordem, para o autor, pode o desenvolvimento ser estimulado. Neste sentido, as suas críticas dirigidas à Nação devem ser entendidas.<sup>100</sup>

Da mesma maneira como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez também adotou como explicação para o desenvolvimento das sociedades nacionais a teoria da evolução. Porém, não se fundamentou na lei dos três estados de Augusto Comte, mas na perspectiva de Herbert Spencer de que o desenvolvimento do organismo social consiste na passagem de uma estrutura simples com partes semelhantes e independentes a uma estrutura complexa com partes diferentes e mutuamente dependentes. A partir de tal concepção, Andrés Molina Enríquez defende a existência de uma evolução que começa com os primeiros

<sup>98</sup> TORRES, 1978b, p. 86-87.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 87-88.

<sup>100</sup> LEMOS, 1995, p. 26.

agregados sociais, homogêneos e indefinidos, e atinge o ápice com as sociedades civilizadas, heterogêneas e complexas.

Antes de tudo, para Andrés Molina Enríquez, a base de toda sociedade está nos sentimentos orgânicos que constituem o pai em chefe de família, a mãe em alguém subordinado ao chefe e os filhos em derivação da mãe e submetidos como esta ao chefe. Desse modo, tem-se o desenvolvimento natural da família e a formação dos laços que a integram. Contudo, a força e a intensidade destes laços dependeram, ao longo da história da humanidade, da abundância ou da escassez dos elementos de subsistência. De acordo com as condições existentes, a família permanecia compacta e se dilatava na tribo ou simplesmente se dispersava. A dilatação dos laços familiares e a constituição das tribos foram facilitadas com a agricultura, que, por sua vez, possibilitou a permanência dos indivíduos em um local, desenvolvendo-se, assim, a vida social. As tribos formaram-se com a multiplicação dos filhos em cada família, porém, por outro lado, tal processo com o tempo redundou na redução da solidariedade em torno da figura do pai fundador e, à medida que a distância entre os descendentes era maior, debilitava-se os laços de solidariedade. Ao mesmo tempo, com a morte do pai fundador e a contínua sucessão de chefes comuns, era normal as disputas pela chefia da tribo entre os descendentes do pai fundador, o que levaria ao aparecimento de vários indivíduos declarando-se chefes, e da confusão de enlaços familiares constituíram-se várias unidades sociais.

A partir dessa etapa, perdeu-se totalmente a concepção de filiação completa, verdadeira e efetiva e os únicos laços em comum que ainda existiam entre as unidades sociais eram as divindades em comum como resumo de seus antepassados e das relações destes com o sobrenatural. Estes laços remanescentes foram importantes porque

dessas divindades foi-se derivando com o aperfeiçoamento psíquico das unidades sociais o conceito da divindade superior, criadora de tudo, todo-poderosa e protetora de todas as criaturas humanas, às quais tinha, por sua vez, que sustentar e que defender. Tal é a razão do altar. O altar significa, pois, em conjunto, a nossa origem, o nosso sentimento de união ao princípio criador que nos deu o ser, a nossa subordinação absoluta a este princípio, a nossa fé na onipotência deste mesmo princípio, a nossa súplica do pão de cada dia, a nossa esperança de defesa em todas as lutas.<sup>101</sup>

Apareceu, assim, a ideia da divindade como pai e a noção de sociedade como constituída pelos filhos de uma família, isto é, por irmãos. Tratava-se, enfim, de uma associação dilatada de irmãos unida por um *pater* ou pai, de onde deriva a palavra pátria,

<sup>101</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 367.

que significa **pai**, a qual supõe a mesma concepção do agregado social, como uma família derivada de um pai comum, ou seja, como uma família de irmãos unidos pela mesma religião. Não importa a forma especial desta última. Ainda perdidas toda noção de parentesco propriamente tal entre as unidades sociais, e toda relação efetiva entre o princípio religioso e a coesão social que agrupa estas mesmas unidades, a concepção da sociedade como uma família persiste. Nos povos que têm chegado nestes dias ao maior grau de desenvolvimento, confundem-se a ideia de um pai comum e o sentimento de reconhecimento e carinho a uma mãe, comum também, com a existência da agrupação social, e se chama a esta: **a mãe pátria**.<sup>102</sup> (grifo do autor).

Dentro de uma família deve existir deveres recíprocos entre o pai e os filhos. Ao pai cabe zelar pela proteção e pelo sustento dos filhos. Por outro lado, os filhos devem, em troca, acatar o direito de autoridade do pai, ou seja, aceitar a submissão efetiva dos filhos para com o pai, pelo menos enquanto aqueles forem incapazes de governarem as suas vidas. Com a dilatação da família e a formação das tribos, esta autoridade permaneceu na figura do chefe, no caso, dos anciãos, que exerceram o poder pátrio em virtude da capacidade deles, de cima para baixo no sentido de sucessão, submissão e confiança. Entretanto, como a multiplicação dos membros das tribos era progressiva, assim como crescia com o passar do tempo o número de descendentes do pai fundador sem se chegar a um acordo sobre a questão da sucessão, surgiram delas várias unidades sociais com os seus próprios chefes. Cada unidade social ocupava uma extensão determinada de terras. O aumento populacional persistia a tal ponto que o território ocupado por uma unidade social já não era suficiente para garantir a sobrevivência de seus membros, havendo a necessidade da expansão em direção às terras de outras unidades. Começava-se, assim, as guerras entre as unidades sociais em uma espécie de luta pela sobrevivência, prevalecendo aquelas que tinham maior integração entre os seus membros e uma ação coordenada contra os inimigos por causa de sua maior organização.

Foi em nome desta necessidade de organização que os anciãos, diante da incapacidade de um exercício real da autoridade, cederam lugar para os indivíduos organicamente mais capazes, constituindo-se estes em chefes das unidades sociais e os restantes em súditos. Em torno da autoridade do chefe e da submissão dos súditos apareceu a figura do Estado e com ela o poder público exercido de cima para baixo e a confiança nele mantida de baixo para cima. A autoridade do chefe, enquanto representação do poder público, tornou-se um tipo de centro ou núcleo de concentração que mantém o equilíbrio dos sentimentos de mútua atração das partes componentes do organismo social, impedindo, assim, a sua desagregação, e que possibilita a integração das partes, dando força de ação e resistência

<sup>102</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 367-368.

ao conjunto. A força do chefe ou a interferência do poder público na vida dos indivíduos passou a depender, a partir de então, da ação das forças internas, ou seja, da capacidade maior ou menor dos membros da sociedade em respeitarem os direitos uns dos outros, não os infligindo e nem recorrendo à justiça com as próprias mãos para fazê-los valer, existindo, desse modo, a consciência de que o bem de todos, ou seja, da coletividade, diz respeito ao bem-estar de cada um, e da ação das forças externas, isto é, da tendência das sociedades em lutarem entre si, buscando na guerra subjugar ou até mesmo exterminar umas às outras. Quando assim ocorre, trata-se de um tipo de Estado militar como observou Herbert Spencer, devendo haver a obediência e a confiança incondicional dos membros da sociedade ao poder público, pois

a maior ou menor ação e a maior ou menor resistência de cada agregado nesses choques, como nos choques dos corpos físicos, dependerão de sua maior ou menor força de agregação, isto é, da intensidade de sua coesão, ou seja, no agregado, da intensidade dos sentimentos orgânicos constitutivos do corpo social; e a intensidade destes sentimentos, dependerá sempre da unidade e da integração do ideal pátrio. No choque de dois agregados, o de maior coesão romperá ao outro e se assimilará rapidamente os fragmentos deste; se os dois rompem-se e se compenetraram, os fragmentos que tenham maior coeficiente de coesão, unir-se-ão, vencerão os outros e se assimilarão. Os fragmentos dos vencidos resistirão a ação assimiladora dos vencedores em razão de seu próprio coeficiente de coesão social.<sup>103</sup>

A partir do que é afirmado até este ponto, Andrés Molina Enríquez desenvolve a tese de que, quando uma sociedade nacional passa por um longo período de paz, as partes que compõem o organismo social atingem um alto grau de avanço em seus caracteres e conseguem, assim, uma plena adaptação ao meio em que vivem. Desse modo, elas se dedicam à realização de suas funções e à melhoria de suas condições de vida, promovendo o desenvolvimento da economia e, por sua vez, uma maior divisão do trabalho e maior complexidade da estrutura social. Contudo, neste ponto o autor mexicano discorda de Herbert Spencer quanto ao seu princípio da evolução do militarismo ao industrialismo marcado pelo avanço do *laissez-faire*, ou seja, do indivíduo. Pelo contrário, a continuidade da evolução passa pelo contínuo controle social sobre os indivíduos. As sociedades nacionais incapazes de se adaptarem a esta realidade são débeis e, por isto, tendem a desaparecer, uma vez que

entre as nações como entre os indivíduos, a progressiva desaparecimento dos débeis é uma condição do progresso, que obedece, como disse Spencer, à ação de uma providência imensa e benfeitora. A conservação dos Estados débeis, obedece-se aos princípios de uma justiça artificial e escolástica, produz efeitos indeclinavelmente desastrosos. A nação que queira manter a sua existência, necessita dever esta existência a si mesma; tal é a lei natural.<sup>104</sup>

<sup>103</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 369-370.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 439-440.

Diante da aplicabilidade da teoria da evolução da sociedade a qualquer organismo social de acordo com o pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, ambos os autores desenvolvem uma análise da evolução histórica das sociedades brasileira e mexicana.

Para Alberto Torres, a evolução histórica do Brasil demonstra a existência de uma sociedade na qual jamais o homem que se estabeleceu em seu território conseguiu amoldar-se à terra e, por conseguinte, formar uma organização social adaptada ao meio, e nem estabelecer padrões de solidariedades para torná-la efetivamente uma nação. Portanto, é até certo ponto um equívoco usar a expressão colonização para se referir à primeira etapa de formação da sociedade brasileira, pois nela não se estabeleceram núcleos de população caracterizados pela solidariedade da população. O que ocorreu foi, simplesmente, uma transferência de população ou a vinda de uma horda de homens preocupados em se enriquecerem a qualquer custo, sem criar raízes ou vínculos no território.

Este processo deveu-se a duas circunstâncias. A primeira delas é a incapacidade de Portugal por causa de seu tamanho em realizar uma efetiva colonização do território, não tendo as condições para firmar instituições e obras duradouras, mas apenas passageiras. Prevalencia o improviso das realizações, as obras do acaso e o mero desejo de enriquecimento rápido e sem grande desprendimento de trabalho e recursos. Em suma,

Portugal, enviando para as suas colônias os elementos irrequietos do povo sem cultura e sem piedade, assentou as raízes de nossa história econômica sobre a cobiça da riqueza fácil, na mineração e na devastação das matas, com a submissão do indígena e a escravização do africano. Estes hábitos perduram enquanto permanecem as condições sociais que os alimentam.<sup>105</sup>

Ademais, no que se refere aos homens públicos, estes, em grande parte, oriundos da Escola de Coimbra, eram meros compiladores e propagadores de ideias, teorias e instituições dos centros urbanos europeus que eram incompatíveis com a realidade brasileira, estruturando-se, a partir delas, um aparelho burocrático pouco atuante e ineficaz na solução dos problemas da Colônia. Segundo Alberto Torres,

os homens públicos estavam longe de possuir preparo. Cientistas, literatos e juristas da Escola de Coimbra trouxeram, para o nosso meio, brilhantes ideias, conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas, estudados nos centros europeus. Com tal espólio de doutrinas e de imitações, arquitetou-se um edifício governamental, feito de materiais alheios, artificial, burocrático.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> TORRES, 1978a, p. 100.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 62.

A outra circunstância que dificultou um autêntico processo de colonização do Brasil foi as condições geográficas de seu território, com grande extensão de terras, diferenças na fauna, flora e clima entre as várias regiões e relevo que dificultava a comunicação entre as diferentes zonas, impedindo o surgimento de um sentimento de unidade e de solidariedade. Para Alberto Torres,

território heterogêneo, de conformação longitudinal, com rios e vias de comunicação menos favoráveis, erigido de cadeias de montanhas que o dividem e separam, era mais penoso ligar e abranger, em um todo, as diversas zonas, para lhes estudar o caráter comum e prefixar as condições de unidade e de solidariedade.<sup>107</sup>

Os portugueses foram incapazes de reproduzir na Colônia as instituições e os costumes da Metrópole e, diante desse fato, a sociedade colonial constituiu-se a partir de instituições improvisadas, incapazes de implantar a harmonia e a integração entre os setores sociais. Daí que a herança do período colonial para o Brasil no pós-independência tenha sido costumes e práticas voltadas para o esgotamento dos recursos naturais e o enriquecimento rápido, sem a preocupação em se criar e perpetuar instituições estáveis baseadas na realidade local.

A independência nada acrescentou a esse quadro considerado por Alberto Torres como desolador, uma vez que não resultou da convicção por parte da população em se superar a etapa colonial que prejudicava a “saúde” do Brasil. Pelo contrário, a maioria da população assistiu a esse processo político de maneira indiferente e sem participar dos fatos, enquanto que um pequeno grupo, a partir de acordos, concretizava a independência segundo os seus interesses. Nascia, assim, uma nacionalidade artificial, sem a consciência da população da importância do ocorrido no sentido dela tomar em suas mãos os destinos do novo país, ou seja, sem participar em uma política capaz de promover a organização e, com isto, criar as condições para o progresso nacional. Segundo Alberto Torres,

uma vez fundada, a Nação Brasileira não sentiu o sofrimento do estado colonial efetivo, como sociedade e como economia. O povo – que age, nestas coisas, por sensibilidade – nunca teve quem o advertisse. O povo não percebia, entretanto, a sua gradual eliminação, **só porque não sofria**. A perda incessante e paulatina da saúde não se revela senão a olhos prevenidos, e a ingênua alma brasileira tinha, sobre a imperecível grandeza de sua terra e de seu futuro, a ilusão do seu céu azul e de seu belo sol de ouro puro.<sup>108</sup> (grifo do autor).

Com a implantação do Império, continuou a situação de desorganização do país por causa da ausência de uma política de governo pelo Estado imperial que atendesse às

<sup>107</sup> TORRES, 1978a, p. 62.

<sup>108</sup> Idem, 1978b, p. 131.



necessidades íntimas do meio físico e social brasileiro. Escondia-se por trás do argumento da unidade territorial a inexistência de políticas públicas que resolvessem os problemas da terra, produção, povoação, comunicação e unidade social e a falta de homens públicos que fossem verdadeiros políticos e estadistas, ao invés de simples bacharéis preocupados em demonstrar falsa erudição na forma de discussões abstratas sobre instituições e princípios europeus. Enquanto isso, a sociedade imperial era uma sociedade sem povo, uma vez que a população nacional encontrava-se distribuída entre uma “casta” de donos da terra que exploravam o solo brasileiro por meio de técnicas de produção rudimentares e da exploração da mão-de-obra negra, os negros que viviam em condições degradantes, dando o seu sangue por algo que não lhe tinha sentido, uma massa de agregados, analfabetos e subnutridos, e uma multidão de bacharéis que, com falsa erudição, queriam implantar uma Paris na América. Dessa maneira,

nesta sociedade sem povo, onde as classes defrontavam-se quase com o rigor das castas da Índia, enquanto os donos da terra extraíam inconscientemente a seiva do solo, os legisladores enchiam os anais do Parlamento destes intermináveis discursos, tão usados nas épocas de decadência, onde, a propósito do fato impressionista do dia, acumulam-se inúmeros argumentos e copiosas citações de autores estrangeiros, sem que se chegasse jamais a conhecer os nossos problemas positivos e permanentes e a atingir os fenômenos reais da vida nacional e as suas causas íntimas e profundas. Não era de surpreender que o nosso caminhar fosse sendo conduzido por força de impulsão, ou por fatalidade de dissolução, entre movimentos desorientados.<sup>109</sup>

Ainda que tenha durante a sua juventude participado ativamente dos movimentos abolicionistas e republicano, a situação social do negro no pós-abolição da escravidão e o estado de desorganização nacional continuado ou até mesmo acentuado com a Proclamação da República, leva Alberto Torres a considerar os ideais republicanos, como tudo no Império, como fruto do improvisado e do abstracionismo, sem se pensar nas consequências desses acontecimentos para o futuro do país. Em outros termos,

a abolição e a República, aspirações morais do liberalismo, que as propagava romanticamente, fizeram-se um dia, de improviso, trazida uma a termo por movimento de interesse dinástico, a outra consumada pela revolta das forças militares – sem **sucesso** de antecedentes evolutivos, e sem estações de sazonalidade e maturidade, que lhes preparassem o êxito, traçassem o caminho e antecipassem as ideais e os elementos de substituição, mas como uma queda de frutos, crestados, ainda verdes, ao calor do sol, e presos ao galho da árvore, até que uma rajada lança-os por terra [...]. Assim, quando se decretou a abolição, todo o problema do trabalho surgiu, aos olhos de políticos e estadistas, com os dois aspectos mais curtos e imediatos: o da indenização aos lavradores, e o da necessidade de “braços” para as fazendas. O interesse permanente da produção, confiada, até esse dia, ao sistema grosseiro dos latifúndios, e a sorte dos ex-escravos e a sua educação para o trabalho livre, foram desprezados; continuou-se a pensar em importar colonos, para o trabalho assalariado; mas os “colonos” ou se instalaram, provisoriamente – às vezes, até por estações de colheita – para reemigrar com capitais, ou, quando não se fixam,

<sup>109</sup> TORRES, 1978a, p. 100-101.

nas cidades, em negócios e indústrias de pura transformação, entregam-se à indolência, nos centros rurais, passando, com os antigos agregados e ex-escravos, a formar a ambígua e miserável sociedade que se avista hoje, em muitas regiões do país, à margem das estradas, às portas das vendas, e nos campos, quase faminta, estúpida, sem estímulos, entregue ao álcool ou ao furto.<sup>110</sup> (grifo do autor).

Prosseguindo a sua análise, Alberto Torres afirma que, tanto no Império como na República,

o povo brasileiro continuou a ser esta mistura, incongruente e sem alma: um grupo numeroso de intelectuais, uma exorbitante massa de diplomados, pequena camada de indústrias e de comerciantes, nas cidades, e, pelo extenso território, donos de fazendas, explorando as terras, umas em exuberância de frutificação, outras quase ressequidas, com o braço imperito do colono; e, por toda a parte, multidões de indivíduos, sem profissão, sem alimento, vivendo quase ao ar livre, em muitos lugares realmente nômades, analfabetos, sem notícia da vida a uma légua de distância, sem consciência do dia seguinte.<sup>111</sup>

Se a República falha em cumprir a sua tarefa de organização nacional, isto se deve, de acordo com Alberto Torres, à incapacidade dos fundadores do novo regime em pensar em seu funcionamento segundo as condições do meio e os anseios de organização do país. Daí a contradição entre o ideal de se fundar a República sobre os princípios da liberdade e da democracia e a prática de um regime marcado por uma estrutura que privilegia e sustenta uma pequena parcela em total detrimento da maioria, o que impede o aparecimento de um sentimento de solidariedade e unidade, existindo somente um amontoado de orientações e vontades dispersas. E é nesta sociedade que a República acredita ter implantado um regime livre e democrático. Porém,

os homens que fundaram a República, propagandistas ardentes de entusiasmo, e antigos monarquistas, sinceramente desejosos de colaborar no novo regime, cogitaram, com o seu preparo doutrinário, de reformar a estrutura governamental, os aparelhos políticos e da administração. O país lucrou, em certos aspectos, com a descentralização, mas perdeu em outros; a vida intelectual ganhou em vivacidade, mas dispersou-se talvez mais, justamente pelo desenvolvimento da curiosidade e das aquisições teóricas; mas a vida jurídica, civil, social e econômica perdeu com os abalos da ordem pública, com a insuficiência das leis e incerteza do Direito e da Jurisprudência, com o aumento das despesas, dos impostos e da circulação fiduciária – e todos os seus consectários; e, ainda muito mais, com o esquecimento dos fundadores do novo regime do dever de elevar o povo soberano da democracia, com a educação de sua consciência cívica, à altura de verdadeiro árbitro de seus destinos. A democracia que fundamos apoia-se sobre a mesma sociedade hierarquizada onde, desde os políticos militantes e todos os que o Tesouro sustenta, as classes sucedem-se: intelectuais, diplomados, militares, burguesia industrial e comercial, grandes proprietários – conduzindo ao sabor de interesses passageiros e de belas frases toda uma população de *félás*, que mal alimenta-se, não trabalha e não sabe ler.<sup>112</sup>

<sup>110</sup> TORRES, 1978a, p. 101.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 102.

O Brasil somente se tornará uma verdadeira nação quando, na perspectiva de Alberto Torres, chegar a um estágio evolutivo em que a sua sociedade obtenha um certo grau de organização nacional capaz de despertar um sentimento de solidariedade e unidade entre os vários setores. Para isto é necessário, entretanto, um órgão central forte que catalise os diversos interesses individuais em torno de um projeto de política nacional que os agregue e os mova em direção do bem-geral da coletividade. Este projeto de política nacional implica em uma continuidade na tomada de medidas para que surtam os efeitos esperados em longo prazo, o que não ocorre na política republicana, pois

é certo que os manifestos e as mensagens presidenciais sumariam, com mais ou menos amplitude, notas sobre os departamentos dos serviços públicos, faces diversas dos problemas nacionais, e que sugerem alvitre e soluções sobre variados assuntos; por amplos que sejam, têm, contudo, todos eles, um caráter, minucioso e pormenorizado, de catálogos de sugestões e propostas, para aplicações parciais, sem espírito de conjunto, sem vista geral e coordenada de nossa fisionomia social, política e econômica, de seus problemas, de suas soluções. São programas de gestão transitória, para os quatro anos do período; faltam-lhes a envergadura e a luz, com que costumam verdadeiros estadistas concentrar, em traços fortes e nítidos, o sistema da política prática, o estudo positivo da fisiologia de um país, para lhes indicar o movimento e a direção. Estes programas quadriennais, esboçados no curto período de cada governo, são esquecidos, para se dar começo a novos ensaios e tentativas, na seguinte Presidência. A história da política republicana, em seu conjunto e em seus vários interesses, é uma jornada de marchas e contramarchas, de experiências e retrocessos [...].<sup>113</sup>

No que se refere à evolução histórica da sociedade mexicana, Andrés Molina Enríquez entende-a desde o ponto de vista de um organismo em formação. Assim se encontra porque ainda não foi capaz de se desenvolver ao ponto de obter uma unidade dos elementos que a compõe. Portanto, a sociedade mexicana encontra-se em desagregação e isto se deve a sua acentuada divisão em camadas sociais que, na realidade, diz respeito à luta entre as raças dos *criollos*, mestiços e indígenas ao longo da história. A este respeito é importante fazer duas observações. Primeiramente, enquanto Herbert Spencer enxerga que o processo evolutivo das sociedades parte do homogêneo ao heterogêneo e que a diferenciação social somente deixa de se acentuar quando elas entram em decadência, Andrés Molina Enríquez crê que a sociedade mexicana tem o seu desenvolvimento vinculado à integração das unidades sociais que a compõem, o que, por sua vez, depende da uniformidade étnica, pois a divisão em setores sociais corresponde à separação entre as raças que constituem a população nacional. Logo, diferentemente da concepção de Herbert Spencer, a evolução histórica da sociedade mexicana parte de um estado de heterogeneidade a outro de homogeneidade. Antes de tudo, o México deve pensar na homogeneização de sua população para depois buscar a heterogeneidade do

<sup>113</sup> TORRES, 1978a, p. 63.

progresso, com a passagem da etapa militar à de industrialização. A explicação para esta diferença de análise do processo evolutivo está, segundo Andrés Molina Enríquez, no fato de que “Spencer não se refere a diferenças raciais e desconhece a realidade latino-americana, uma vez que as suas induções partem de sociedades que nunca têm padecido da diversidade étnica”.<sup>114</sup>

A segunda observação a ser feita diz respeito ao papel da unidade de raça na constituição da unidade nacional em Andrés Molina Enríquez e Alberto Torres. O intelectual mexicano, incorporando as teses racistas em circulação no século XIX e em princípios do século XX, acredita que existem diferenças na constituição física das raças, resultantes da genética de cada uma, que as predispõem ou as limitam a terem um papel maior ou menor na construção da sociedade nacional, dependendo da capacidade de adaptação a um meio. Por exemplo, os *criollos* tendem geneticamente a um sentimento de autoridade, às tradições aristocráticas, a valorizar o que é oriundo do estrangeiro, principalmente, do europeu, em detrimento do nacional, e se for preciso até traem a pátria. Os indígenas são marcados pelo servilismo e pela apatia diante dos problemas que os cercam e afetam. Já os mestiços, por terem incorporado dos indígenas a capacidade de melhor adaptarem-se ao meio físico mexicano e dos *criollos* a capacidade de empreendimento, além de possuírem um amor próprio da raça ao que é nacional, deveriam constituir-se na raça padrão do México a partir da contínua mestiçagem e ser o elemento fundador de uma integração entre os membros da sociedade. Com relação ao mestiço, este constitui a parcela da população verdadeiramente nacional porque

o nascimento de todos os mestiços dentro do território nacional, o seu igual regime de vida no mesmo meio e na mesma condição de deserdados ansiosos do modesto bem-estar que têm podido ter à vista, a redução de sua atividade aos horizontes de seu próprio país, e o desejo comum de ascender às camadas sociais superiores, têm-lhes dado uma unidade completa de vida, de desenvolvimento, de desejos de satisfação, de propósitos de conduta e de aspirações de aperfeiçoamento. Todas as circunstâncias de unidades antes expressadas, compõem-se e traduzem em um firme, ardente e resolutivo amor pátrio. Entre todas as unidades orgânicas do elemento mestiço, existe de fato a comunidade de sentimentos, atos e ideias própria dos membros de uma família. Os mestiços fazem tudo por si sós e esperam tudo de seu próprio esforço.<sup>115</sup>

Por outro lado, Alberto Torres não acredita no fator raça enquanto um elemento constituinte da unidade nacional porque várias nações na atualidade têm a sua

<sup>114</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **México mestizo**: análisis del nacionalismo mexicano en torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 87-88. (Colección Historia).

<sup>115</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 393.

população constituída por elementos de diversas raças devido à tendência histórica do ser humano em migrar de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida, principalmente, a partir do século XIX, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Além disso, o intelectual brasileiro descarta a tese da superioridade genética das raças, acreditando que todas elas, em seu estado puro e perfeitamente adaptadas ao meio, tinham capacidades físicas e mentais similares para poderem lutar pela sobrevivência. Pelo contrário, a mestiçagem é que provoca a inferioridade da população porque os indivíduos gerados pelo cruzamento de raças diferentes perdem parte das capacidades originárias de cada uma daquelas que os formaram. No que diz respeito a este último ponto, Alberto Torres afirma que

quando contemplamos o tipo de um homem do povo europeu ou norte-americano, trabalhador, forte e disciplinado, temos, diante de nós, o produto de um cultivo multissecular de vários fatores sociais: a autoridade, o governo, as leis, os costumes. A política, formadora, nas velhas nações, do tipo atual de seu **soldado** do trabalho – substituta contemporânea do serviço da gleba e do enfeudado à corveia – foi uma pressão espontânea de forças arbitrárias, que modelam o homem. Todas estas forças relaxaram-se, ou dissolveram-se, em nosso meio; e é impossível restabelecê-las. Não há nenhuma diferença essencial de raça; as raças são função dos meios físicos e de períodos evolutivos; e, se alguma afirmação científica, radicalmente rigorosa, pode-se fazer, é a superioridade dos autóctones, para a nossa terra: depois destes, dos que têm origem em meios mais semelhantes (em nosso caso, o negro) e, por fim, dos que contam mais longo período de aclimação. No estado atual da ciência da hereditariedade, é erro sustentar que o cruzamento produz progresso étnico. Este prejuízo, sustentado por aí, *ad instar* de velhas noções de zootecnia, é contrário aos princípios das duas escolas de herodologistas contemporâneos: para os que admitem uma superioridade irredutível, em certas raças, o cruzamento não produz senão mestiços, semelhantes aos híbridos, cujos elementos genéticos, em conflito, destroem o equilíbrio orgânico; para os que não admitem esta superioridade, o cruzamento é indiferente. Basta que se reconheçam as diferenças e distinções étnicas para concluir-se que é preferível, a bem do aperfeiçoamento dos diversos tipos, evitar o cruzamento.<sup>116</sup> (grifo do autor).

Retomando a perspectiva evolucionista de Andrés Molina Enríquez sobre a sociedade mexicana, o período histórico pré-colombiano é caracterizado pela ausência de uma unidade entre as tribos indígenas que ocupavam o território mexicano, uma vez que elas ocupavam porções de terras distintas, falavam línguas diferentes e se encontravam em diversos graus de desenvolvimento evolutivo. Este último aspecto estava relacionado à capacidade de se organizar política, social e economicamente, e, assim, estabelecer-se em um território, criando raízes nele e deixando de ser nômade. Da relação entre as condições do meio e a capacidade de cada tribo em se organizar dependeu, durante o período da Conquista pelos espanhóis, a maior ou menor resistência ao colonizador. Sobre este ponto, para Andrés Molina Enríquez, as tribos indígenas podem ser divididas em três grupos regionais, ou seja,

<sup>116</sup> TORRES, 1978a, p. 196-197.

era o primeiro, o das que ocupavam a zona fundamental dos cereais (região central), sendo estas as de desenvolvimento mais avançado; era o segundo, o das que se tinham aglomerado no resto da planície do Sul e nos planos de descenso das costas e que seguiam em grau de desenvolvimento às anteriores; e era o terceiro, o das que ocupavam as regiões do Norte e que estavam em sua maior parte no estado primitivo. As tribos do primeiro grupo resistiram à conquista; as dos segundo, incorporaram-se ao estado de coisas criado pelo regime colonial, aceitando este com todas as suas consequências; as do terceiro, foram-se dispersando à só aproximação dos espanhóis. Estes, por seu lado, tiveram que fazer três classes de trabalho para reduzir as tribos indígenas, e foram: primeiro, o imediato e poderoso de submeter as que já se haviam fixado na zona fundamental; segundo, o menos intenso, mas mais durável de manter sujeitas as incorporadas, nas quais ficava, como era natural, muita força latente de rebeldia; e terceiro, o débil, mas secular e em atividade efetiva, de incorporar as dispersas que por sua pouca fixação ao solo, tinham, têm e terão ainda maior liberdade de movimento e, por isso, maior campo para a depredação e para a guerra.<sup>117</sup>

Apesar das diferenças no grau de desenvolvimento evolutivo entre as tribos indígenas, todas elas estavam abaixo do grau de evolução dos espanhóis, o que implicou na servidão daquelas por estes motivados pela cobiça pelas minas. Diante da ausência de animais de transporte e de carga, os indígenas que foram submetidos acabaram destinados para os serviços de extração e transporte de metais. Com o tempo, porém, após o reconhecimento da natureza humana dos indígenas e da abolição das *encomiendas*<sup>118</sup>, a servidão foi reduzindo e os nativos submetidos puderam dedicar-se ao cultivo das terras que ocupavam antes da Conquista, uma vez que, na perspectiva de Andrés Molina Enríquez, os espanhóis respeitaram o fato de que os índios já ocupavam os seus lugares antes da chegada deles àquelas terras. Isto se deveu, em grande parte, ao princípio jurídico contido na bula *Noverint Universi*, que estabeleceu os direitos primordiais dos reis espanhóis, sendo eles o ponto de partida de toda a organização jurídica das colônias. Entre estes direitos está o patrimonial dos reis espanhóis sobre as terras americanas, que concediam a ocupação delas na forma de *merced*<sup>119</sup>, no que se referia à posse feita pelos colonos espanhóis nos primórdios da colonização e que se tornaria com o passar do tempo na propriedade privada individual dos descendentes deles, ou seja, dos *criollos*, e de *ejidos*<sup>120</sup> que dizia respeito ao direito de ocupação pelos indígenas das propriedades comunais em que viviam desde antes da Conquista.

<sup>117</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 91.

<sup>118</sup> As *encomiendas* eram um sistema de trabalho adotado durante o período colonial na América Espanhola que consistia no pagamento pelo nativo do trabalho de conversão ao Cristianismo (religião Católica) por meio de serviços nas minas e terras do seu “protetor” (colonizador).

<sup>119</sup> *Merced* era um sistema de concessão de terras pela Coroa espanhola aos conquistadores que existiu desde o início da ocupação territorial na América com fim de estimular a colonização. As terras eram nominalmente de domínio da Coroa, dando-se aos colonizadores e seus descendentes o direito de usufruto, mas sem poderem aliená-las.

<sup>120</sup> Os *ejidos* eram terras coletivas distribuídas pela Coroa espanhola entre as comunidades indígenas com a finalidade de se preservá-las como núcleo de produção agrícola, baseando-se para isto nos costumes pré-coloniais muitas vezes.

Entretanto, devido à quantidade irrisória de mulheres peninsulares e *criollas* para se casar com o elemento espanhol de raça, tornou-se inevitável o cruzamento deste com as mulheres indígenas, surgindo dele o elemento mestiço, que vivia marginalizado e deserdado diante de seu desprezo por parte tanto dos espanhóis como dos indígenas, pois o seu sangue não era puro de nenhuma destas raças. Segundo Andrés Molina Enríquez,

correndo os séculos foi-se formando pelo cruzamento irregular dos varões dos elementos espanhol de raça, dividido em **peninsulares** e *criollos*, e as mulheres do elemento **indígena**, o elemento híbrido dos **mestiços**. O expressado cruzamento foi ao princípio geral, como é lógico que tenha sido; porém, a medida que o tempo foi avançando, foi-se fazendo mais que nas cidades, nos campos onde o contato das duas raças era mais íntimo, mais difícil o matrimônio regular, menos limitado o capricho dos espanhóis, e menor a distância nos costumes destes e dos indígenas. De um modo geral, todos eram desprezados pelos espanhóis por causa de seu sangue indígena, e repugnados por todos os indígenas por causa de seu sangue espanhol. A Igreja deu a muitos dos **deserdados** abrigo por causa do trabalho feito pelos jesuítas para subtraí-la do patronato; na Igreja os mestiços vieram a ser então a classe inferior do clero. De modo que ainda que a propriedade individual eclesiástica tinha permanecido sociologicamente indivisa, compartilhavam-na três grupos de raça: os **peninsulares** como classe superior, os *criollos* como classe média e os **mestiços** como classe baixa.<sup>121</sup> (grifo do autor).

Portanto, além da propriedade privada individual e da propriedade comunal indígena, o Estado espanhol também fez concessões de terras à Igreja, estabelecendo, assim, as bases para o aparecimento da propriedade eclesiástica. O clero, principalmente, na figura dos jesuítas, foi responsável durante o período colonial por importantes progressos na agricultura, por meio da realização de grandes obras de irrigação, e na pecuária, com a criação de animais para a alimentação e o transporte. Mais tarde, os jesuítas seriam vítimas do Estado espanhol em um processo de expulsão e nacionalização de seus bens chamados de “temporalidades”. Entretanto, o modo como aconteceu tal processo acabou por impedir que

as propriedades voltassem da Companhia de Jesus para a Coroa por meio de uma transmissão legal e correta, motivo pelo qual estas propriedades vieram a ficar em uma situação parecida à que em muitos anos depois estiveram as propriedades nacionalizadas pela lei de 13 de julho de 1859.<sup>122</sup>

No que se refere à população mexicana desde a Conquista, portanto, esta está composta por numerosos povos indígenas, vários grupos estrangeiros vindos desde os primórdios da colonização até agora e grupos oriundos da mescla daqueles povos com estes grupos. Para Andrés Molina Enríquez, o contato entre estes três grupos tornou-se ainda maior a partir da implantação do regime republicano no México, pois, por meio do princípio da

<sup>121</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 95-97.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 98-99.

igualdade civil, criaram-se as condições para a construção de uma possível unidade nacional com a maior relação e fusão entre as raças, preparando a formação de uma só.

Contudo, longe do processo de independência constituir-se em um acontecimento de integração do novo país e de construção de uma nação, ele deu início a uma etapa na evolução histórica da sociedade mexicana conhecida como período de desintegração por causa do conflito entre os diversos elementos constituintes da população mexicana. Com o desaparecimento da figura da Coroa espanhola e de sua representação legal na região por meio do vice-rei, perdeu-se os vínculos de organização coercitiva e de cooperação obrigatória. Em seu lugar sucedeu um poder federal, após o breve período do Império de Iturbide, incapaz de manter a ordem interna, de defender o país contra as ameaças externas e de promover o progresso devido às dificuldades políticas, econômicas e administrativas de governos comandados por dirigentes despreparados para o controle dos negócios. O confronto entre as unidades sociais começou quando, durante a Independência e logo após esse fato consumado expulsou-se o elemento peninsular, que não ofereceu grandes resistências diante do ocorrido por causa de seu escasso número e da ausência de maiores raízes no território mexicano. Restaram, ao final, três grupos de ação social que lutaram entre si, no caso, os *criollos* civis ou laicos, o clero e os indígenas. Com relação a estes grupos, Andrés Molina Enríquez comenta que

não correspondiam exatamente aos três elementos de raça que provinham do período colonial, que eram os *criollos*, os mestiços e o indígenas. Formada a colônia de quatro camadas sociais, que eram os espanhóis civis ou laicos acima, depois o clero e os *criollos*, os mestiços em seguida, e abaixo de todos os indígenas, a expulsão dos espanhóis significou para os demais, a ascensão de um grau na escala social, ou o que é o mesmo, um bem-estar de grande consideração. Os *criollos* e o clero livres da autoridade colonial, ficaram em cima, e como era natural por essa circunstância e pela de existir entre eles antigas rivalidades de grandes proprietários, entraram em luta. Os *criollos* civis ou laicos entre os quais o grupo dos **senhores** tinha o poder, civil, como bons discípulos dos espanhóis, sobradamente católicos, mas, antes que católicos **regalistas**, acreditaram que por causa deste poder deviam ter subordinado o clero por meio do antigo patronato dos reis da Espanha, que achavam ter herdado integralmente dito poder. O clero resistiu a tal subordinação declarando morto o patronato com a independência. No fundo, a facilidade de absorção e de amortização da Igreja constituía para a grande propriedade do elemento *criollo* laico, uma grande ameaça que esta tratava de conjugar, exercendo o patronato, não para favorecer à Igreja, mas para diminuir os seus meios de ação. A supressão do governo coercitivo e fortemente integral dos vice-reis e a adoção do descentralizado governo republicano que em lugar daquele que se formou, na qual por sua maior liberdade entraram também os mestiços e os indígenas.<sup>123</sup> (grifo do autor).

Esta luta levava a um estado de desordem que aumentava de maneira tão progressiva a ponto de quase fazer desaparecer a nacionalidade em mais de uma ocasião.

<sup>123</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 105-106.



Faltava uma autoridade que tivesse acima dos faccionismos políticos, possuísse uma formação e uma carreira militar marcada por conquistas em guerra estrangeira e fosse centralizado o suficiente para estabelecer a ordem no país. Contudo, ao mesmo tempo, o estado de luta constante acabou por fortalecer a coesão dentro de cada uma das camadas sociais ou raças constituintes da população e, a partir desse fato, demonstrou-se a superioridade do elemento mestiço sobre os demais.

Quando o México chegou a um estado de anarquia tal que redundou na redução de seu território nacional ao seu limite sociológico após a guerra contra os Estados Unidos e as lutas entre os *criollos* senhores e os *criollos* do clero que levaram ao esgotamento de ambas as partes, entraram em cena os mestiços, que se aproveitaram da circunstância para imporem a sua superioridade sobre todos os grupos de ação social e todos os elementos de raça com o Plano de Ayutla. Porém, até o governo de Ignacio Comonfort, os mestiços seriam donos da situação sem terem uma base de sustentação, pois faltava à Presidência de Juan Álvarez o apoio de outros grupos de ação social para que não tornasse a vitória dos mestiços provisória. Coube tal tarefa a Ignacio Comonfort,

um *criollo* novo, unidade intermediária entre os mestiços e os *criollos* de origem espanhola, que encabeçou resolutamente o novo governo e trouxe para ele os ***criollos* políticos** ou **moderados**, do grupo dos **senhores**, e estes, ou seja, os menos **moderados**, dirigiram os negócios, dando-lhe a sua orientação natural, contra a Igreja como proprietária, respeitando a Igreja como instituição religiosa. O tradicional desígnio de todos os *criollos* de origem espanhola que eram **regalistas** antes que católicos ia cumprir-se; a Igreja seria despojada de seus bens e ficaria impossibilitada para retomá-los. Aproveitar-se-ia do despojo da Igreja para dar bens aos mestiços que tinham feito a revolução e não os tinham. Coincidiam, pois, quanto ao despojo da Igreja o interesse dos mestiços e dos *criollos*. Tão de acordo estavam uns e outros que os mestiços incorreram no erro de considerar os ***criollos* moderados** como liberais.<sup>124</sup> (grifo do autor).

Entretanto, foi exatamente no objetivo de despojar as terras da Igreja que o governo de Ignacio Comonfort falhou e, com isto, perdeu o apoio de importantes grupos de ação social. A princípio, pretendia-se com as leis de desamortização despojar exclusivamente as propriedades eclesiásticas. Porém, a posteriori, como os *criollos* moderados eram bons católicos e não queriam passar a imagem de opositores à instituição religiosa, acabaram por dar às leis um caráter vago, isto é, encaminhado a colocar em circulação a propriedade amortizada de todas as instituições de duração perpétua. Com tal vagueza queria-se esconder o objetivo central de desamortizar os bens da Igreja. O resultado disto foi que as leis não surtiram o efeito esperado, pois não conseguiram realizar um trabalho efetivo e geral de

<sup>124</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 112-113.

desamortização dos bens eclesiásticos e, além disso, este processo acabou beneficiando apenas os *criollos* novos, sem nenhuma vantagem obtida pelos mestiços, e atacou as propriedades indígenas, despertando a ira destes, dando início a levantes armados, contando com o apoio do clero, para derrogar as leis de desamortização.

Diante da sucessão dos acontecimentos, os *criollos* senhores, temerosos de verem afetados os seus interesses com o desenrolar da Revolução de Ayutla, da mesma forma que os *criollos* novos, decidiram adotar uma postura neutra daí em diante, entregando nas mãos dos mestiços, liderados por um indígena conhecido como Benito Juárez, o destino da revolução. A respeito desta missão, Andrés Molina Enríquez diz que

os mestiços que eram os mantenedores da Revolução de Ayutla, e por fim das reformas transcendentais tão infelizmente começadas com as leis de desamortização, tiveram que suportar as consequências da revolução que contra ela se fazia, foram, na batalha que se iniciou, os desmandados, e o seu papel tinha que ser o da defesa. Desempenharam maravilhosamente este papel histórico, graças às condições de energia de seu sangue e às qualidades destacantes de um homem, que por suas condições de raça, estava completamente identificado com eles, alentando todos os seus ideais e respondendo a todas as suas esperanças, e que por suas condições de caráter, era a propósito para o trabalho da luta de resistência: este homem era Juárez.<sup>125</sup>

Este mesmo Benito Juárez teve a capacidade de perceber os equívocos das leis de desamortização e, para corrigi-las juridicamente, decretou as leis de nacionalização, focando o seu objetivo nos bens imóveis do clero e, conseqüentemente, reduzindo a sua ação a somente o clero e facilitando a aquisição de suas propriedades. Dessa maneira, o governo conservador que se tinha formado em oposição ao governo liberal sob o pretexto principal da reação contra as leis de desamortização ficaria enfraquecido e moralmente injustificável, levando à vitória de Benito Juárez e à implantação do primeiro governo uno, próprio e formal dos mestiços, uma vez que

primeiro, os **indígenas proprietários comunais** ficaram logo livres do perigo de novos despojos e foram distanciando-se da revolução; segundo, a Igreja perdeu os bens de que principalmente se alimentava a revolução; terceiro, os mestiços adquiriram alguns desses bens que lhes serviram para recrudescer os seus brios; e quarto, os *criollos* novos decidiram deixar a sua atitude expectante e se lançaram nos braços da revolução para buscar junto dos mestiços e ao amparo das novas leis, melhores lucros que os alcançados com as de desamortização.<sup>126</sup> (grifo do autor).

As leis de nacionalização juntamente com a expulsão do representante do Vaticano e de alguns ministros estrangeiros deixaram na Europa a impressão de que o México estava mergulhado em uma barbárie e despertou a crença de que os interesses europeus

<sup>125</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 115.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 116.

estariam a perigo diante de tal situação. Dessa forma, aconteceu a Intervenção da qual derivou o Império, fruto da vontade interventora da França de fazer o México caminhar para trás segundo Andrés Molina Enríquez. Para isto, era necessário destruir o governo de Benito Juárez ou tirar o governo das mãos dos mestiços para entregá-lo aos *criollos* conservadores. Assim, o Império fez-se reacionário, porém, o grupo reacionário nada já significava diante do processo irremediável de perda dos bens do clero. Acrescido isto à saída do Exército francês do território mexicano, a derrocada do Império tornou-se inevitável e, com ela, consolidou no exterior a percepção da firmeza do governo dos mestiços. Exatamente por ser a etapa de formação de um governo uno e sob o mando dos mestiços que Andrés Molina Enríquez denomina o período histórico desde o Plano de Ayutla até a queda do Império de etapa de transição, a qual se prolongaria até a Presidência de Sabastián Lerdo de Tejada.

Entretanto, a tarefa de se formar efetivamente um governo uno, forte, centralizado e sob o mando dos mestiços coube ao general Porfirio Díaz e à sua política integral que consistiu, de acordo com Andrés Molina Enríquez, em refazer a autoridade necessária para a organização coercitiva, de cooperação obrigatória, integral, do país. Daí que esse período inaugurou o que o autor denominou como etapa integral, marcada pela ordem e pelo progresso do país possibilitados pela concentração do poder. Isto requereu, antes de tudo, um trabalho de

dominação efetiva de todos os partidos, ou seja, de todos os elementos de raças e de todos os grupos de ação social: não só era necessário estar acima de todos os partidos para dominá-los, mas que, era indispensável exercer sobre eles uma verdadeira dominação, uma dominação efetiva. Nisto é no que tem brilhado muito o gênio do senhor general Díaz, porque tem sido uma obra, em nosso entender, sem precedentes na história da humanidade. Porque, a menos que não o saibamos, jamais se têm encontrado em um mesmo território tantos elementos de raça e tão distintos uns dos outros, por sua origem, por sua idade evolutiva e por suas condições de participação na riqueza geral, que fosse necessário unir em iguais tendências, coordenar em equilibrados interesses, e manter em fraternal comunidade, para constituir um país, sem contar para este trabalho com outros meios, que os que davam isoladamente ditos elementos, em cada um dos quais dominava a aversão para com os demais, e tendo que fazer este mesmo trabalho no dia seguinte de uma guerra externa. E o caso tem sido que tal trabalho tem-se feito pelos procedimentos mais simples em aparência e mais complexos na realidade: pelo de tentar satisfazer todas as aspirações quando, por outro lado, tem-se obtido a segurança de que não se perturbaria a paz; pelo de castigar sem misericórdia a todos os perturbadores desta paz.<sup>127</sup>

Como se pode notar, diferentemente do Brasil de Alberto Torres, o que impedia a formação de uma unidade nacional e a constituição da nacionalidade no México de Andrés Molina Enríquez não era a ausência de um governo central forte. O quê então faltou

<sup>127</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 135-136.

ao governo de Porfirio Díaz para que ele realizasse a tarefa de efetiva organização nacional capaz de promover a integração do México e constitui-lo em uma verdadeira nação? A resposta para esta questão está no fato de que para se obter sucesso na missão de se estabelecer uma organização nacional é necessário não somente a existência de um governo central forte, mas de um governo que, além destas características, promova uma política nacional que garanta o desenvolvimento do país de tal maneira que beneficie à toda população e não somente a setores privilegiados, o oposto do que ocorria no Porfiriato apesar de seu esforço de buscar integrar os diversos elementos componentes da sociedade mexicana por meio de concessão de benefícios e exigência de contrapartidas.

Porém, na prática, o que aconteceu foi que se concederam mais benefícios para uns setores sociais do que para outros, como foi o caso dos estrangeiros e *criollos* em comparação com os mestiços e, no que se referia aos indígenas, exigiu-se destes apenas contrapartidas sem qualquer bem-estar, pois tiveram as suas terras violentamente desapropriadas pelas companhias de agrimensura e as suas revoltas sufocadas. Portanto, colocaram-se os interesses individuais de alguns elementos sociais acima do bem-geral da sociedade, impedindo, assim, uma cooperação e unidade entre os seus membros. Em suma, o governo de Porfirio Díaz foi incapaz de elaborar e colocar em prática uma política nacional dotada de iniciativas adequadas e, conseqüentemente, coordenar e garantir as condições de existência e a ação dos elementos constituintes da comunidade nacional, impedindo que cada um deles tivesse um papel e a consciência disto na construção da nação. Segundo Andrés Molina Enríquez, “é necessário que nos esforcemos todos para fazer que a pátria seja verdadeiramente mãe, não só para alguns privilegiados, mas para todos os seus filhos”.<sup>128</sup> O grande equívoco do governo de Porfirio Díaz esteve na circunstância de não se preocupar que

todo o capital e toda a propriedade importante estão em grupos que são os preferenciais privilegiados, que estão unidos por uma estreita solidariedade de origem, e que são tão pouco numerosos, que em conjunto apenas vêm a ser quinze por cento da população total. Disto resulta que os grandes interesses nacionais estão concentrados nas mãos de uma maioria privilegiada que por causa de sua situação suga com progressiva avidez toda a riqueza do país, empobrecendo com rapidez correlativa a vida nacional. Com os dedos podem-se contar em cada cidade, em cada praça comercial, os nomes dos donos dos grandes negócios, e em todos os grandes negócios aparecem esses mesmos nomes, nomes que certamente as classes oprimidas conhecem bem. Diariamente se fazem e se desfazem companhias, *trusts*, etc., e sempre os mesmos nomes. Se quer, fixando-se um pouco em seus interesses futuros, se fizessem perdoar as vantagens de sua situação, menos mal seria; porém não nenhum negócio empreendem, nenhuma exploração começam, nenhuma empresa fundam, nenhuma especulação arriscam, que não tenha por base e por objetivo oprimir os grupos inferiores para insultá-los depois com o seu fausto, com a sua soberba, com o seu desprezo. Nós somos os primeiros a desejar que a riqueza

<sup>128</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 464.

nacional reparta-se melhor, em plena paz, porque compreendemos o que poderiam ser em determinadas circunstâncias, as iras dos grupos inferiores, o dia das reivindicações e dos castigos.<sup>129</sup>

Diante da inércia do governo de Porfirio Díaz frente à situação dos grupos socialmente inferiores, o dia das reivindicações e dos castigos veio na forma de uma revolução, que implodiu todo o edifício da “ordem” e do “progresso” constituído pelo Porfiriato. Não é por acaso que Alberto Torres considera o governo de Porfirio Díaz como um exemplo a não ser seguido em termos de organização nacional, uma vez que a Revolução Mexicana foi o resultado final de

um país um pouco culto, tendo caído, das mãos de um ditador que o manteve subjugado por dezenas de anos, sem jamais o organizar, em um estado de anarquia, inepta e sanguinolenta. Tirania, politiquice, ignorância popular e incompetência dos governantes, abandono da vida econômica em mãos de estrangeiros, fazendo do belo México um cenário de lutas bárbaras, só igualadas pela memória dos ritos canibais de seus astecas, onde os nacionais não se ocupam senão de manobras astuciosas, na paz, e de guerrilhas, para conquistar o poder, enquanto os estrangeiros procuram defender, à custa do prestígio e da autonomia do país, interesses que lhes foram abandonados: eis o quadro da vida política desse grande país.<sup>130</sup>

Entretanto, a concepção de sociedade nacional de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez não trata apenas da compreensão do que venha a ser o ideal de nação e a sua evolução histórica, mas também de seus elementos constituintes.

### 2.3.2 A concepção de nação e os elementos constituintes da identidade nacional

O entendimento do pensamento de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez passa pela compreensão de que ambos intelectuais acreditam que a construção de uma verdadeira nacionalidade no Brasil e no México consiste, antes de tudo, em um trabalho de análise dos problemas nacionais que causam a desorganização interna destes países e de elaboração de uma política nacional por parte de um governo central forte capaz de reverter tal situação. Diferentemente das velhas nações, que puderam constituir os seus laços de solidariedade em um longo processo de maturação e de espontaneidade, nas nações novas oriundas de um processo de colonização ou algo similar a isto, como é o caso dos países do continente americano, a nacionalidade não aparecerá espontaneamente, pois o contexto mundial de constante ameaça externa exige o urgente desenvolvimento da unidade nacional antes que venham a ser subjugadas ou desapareçam diante do poderio de antigas nações já consolidadas.

<sup>129</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 305-306.

<sup>130</sup> TORRES, 1978a, p. 203.

Adotando esta linha de raciocínio, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez aceitam a tese de uma nacionalidade formada desde cima, ou seja, como produto da direção do Estado sobre a sociedade, que, por meio de sua atuação acelerará o processo de consolidação dos laços de solidariedade entre os membros componentes da sociedade nacional. Portanto, a concepção de nação desenvolvida pelos intelectuais brasileiro e mexicano é influenciada pelo contexto histórico nacional e internacional em que foi elaborada.

Esta parte do presente trabalho acadêmico iniciou-se com um item dedicado à compreensão da ideia de nação na segunda metade do século XIX e em princípios do século XX porque uma história comparada como a que propõe esta tese deve levar em consideração que a escolha de um nível de comparação, como é o caso da concepção de nação em dois autores, inclui a percepção de que ele é historicamente constituído e situado, carregado de conteúdos específicos. O questionamento da historicidade do objeto de estudo e das marcas deixadas por ela sobre as suas características e os seus usos evita o problema das generalizações. De acordo com Maria Lígia Coelho Prado, a história comparada

não deve estar comprometida com a busca de generalizações; a produção acadêmica latino-americana, das décadas de 1960 e 1970, foi claramente marcada por esta discutível visão generalizante. Cientistas sociais estudaram a região a partir de uma perspectiva totalizante com ênfases na macro-história que privilegiava as estruturas econômicas e sociais. Dessa maneira, a América Latina era apresentada com semelhantes características históricas e com problemas similares a serem enfrentados no presente: pobreza, atraso, em uma palavra, **subdesenvolvimento**. Desse modo, o processo histórico da região poderia ser entendido a partir de categorias explicativas previamente construídas. O melhor exemplo são os ensaios que se dedicaram a trabalhar com a “teoria de dependência” na América Latina. Ainda que os textos mais sofisticados se preocupassem com as nuances nacionais, comumente a explicação generalizante estendia-se em seus traços mais fortes por todos os países latino-americanos.<sup>131</sup> (grifo da autora).

Alberto Torres desenvolve a sua compreensão do conceito de nação explicando antes o que entende por patriotismo. Para o autor, a noção de patriotismo está longe de implicar na ideia de mera abnegação da existência do indivíduo em momentos de guerra, quando em nome da pátria, sacrifica-se a vida na luta física. Tal entendimento consiste em uma ideia ultrapassada do que é o patriotismo, substituindo valores como a vida, a solidariedade e a cooperação por elementos negativos como a hostilidade e a morte. Isto, ao invés de despertar entre os indivíduos a crença na necessidade da convivência com outros em nome de interesses morais e materiais, acaba por criar apenas assomos de bravura passageiros, estimulando imagens e símbolos que não dizem respeito à realidade, não gerando autênticos

---

<sup>131</sup> PRADO, 2005, p. 11-12.

laços de solidariedade. Este tipo de patriotismo em nada contribui para a tarefa de organização nacional, pois

encobre uma confissão de abandono. A invocação à bravura, para longínquas e duvidosas batalhas, em lugar de nos mostrar noção certa de seus interesses morais e materiais com a alta coragem de civilizados, que estimam os bens intangíveis da honra, do brio, do amor à terra e à gente de sua pátria, capazes de trabalho e de organização, não nos faz aparecer senão como um povo de flibusteiros e de *condottiere*, valente para guerrilhas, com a intrepidez animal de leões, se quiserem, mas sem a coragem de varões livres. Explosão impulsiva, de forma oratória, esta patriotismo brota da fonte onde nascem as manifestações doentias da alma, explodindo na erupção de uma batalha homérica que não é, porém, do Homero da *Iliada*, mas do Homero da *Batracomiomaquia*.<sup>132</sup>

O patriotismo agressivo, como denomina Alberto Torres, não é desejável por ele porque a sua concepção de organização nacional tem como fundamento a ordem e somente por meio dela os homens podem deixar de pensar na guerra para se dedicarem exclusivamente à melhoria de suas condições de vida com o aprimoramento das técnicas de produção e a geração de riquezas, possibilitando o progresso. A ordem e o progresso implicam em desenvolvimento da sociedade e em sua ascensão na escala evolutiva, consolidando-a enquanto nação. Portanto, o patriotismo agressivo apenas estimula a guerra, fator gerador de desordem e, conseqüentemente, de atraso, não contribuindo em nada para a organização nacional.

O patriotismo ideal é aquele que baseado em laços de solidariedade constituídos na ideia de uma sociedade que, sob o abrigo da lei e do costume, ampara e protege a família e a prole, os bens mais preciosos para um indivíduo. Como pode a sociedade garantir este amparo e esta proteção? Garantindo a ordem e o progresso que possibilitará a continuidade da família e o futuro dos filhos. Trata-se de um patriotismo estimulado por uma solidariedade coletiva que consiste não na abnegação do indivíduo, mas na necessidade de segurança material. O patriotismo que o Brasil precisa não é o agressivo, pois este

não é o patriotismo dos brasileiros. Nós somos um povo sensato, de espírito claro e prático, de afeições reais, de sentimento profundo, íntimo e natural – sentimento direto e espontâneo, que vai imediatamente às pessoas, ao lar, aos compatriotas, à terra natal, sem liga de sugestões alheias aos impulsos do coração, sem laivos de conceitos adotivos, de inspirações doutrinárias, de crença, de filosofia, ou de escola. Somos um povo franco, com o senso real das coisas, das afeições das ideias. Entre cada um de nós e os objetos de nossa estima, de nosso amor, de nossa veneração, o eflúvio que nos vem das almas não se esbate na imagem cultural da religião, nem o empana a névoa de um conceito convencional, de uma sensibilidade de empréstimo: estende-se e penetra com a limpidez do sol nas manhãs claras. Um povo que assim sente, não pode bizantinizar-se na idolatria dos símbolos, corromper o espírito na

<sup>132</sup> TORRES, 1978b, p. 125.

adoração das fórmulas, quitar-se do dever, com a absolvição de contrições e de homílias, de penitências e de holocaustos sacrificiais. Este patriotismo é o patriotismo oficial ou litúrgico, o patriotismo dos protocolos e do ritual, bom, quando expresso com austeridade, para recordar, nos dias notáveis da vida nacional, os feitos gloriosos ou lutosos que passaram, reavivando a chama do amor pátrio. O patriotismo do povo brasileiro está vendo com inteira lucidez a realidade que o carca.<sup>133</sup>

A partir desta concepção do patriotismo ideal, Alberto Torres define a palavra pátria como significando a comunhão de aspirações de paz, de progresso e de bem-estar que cria uma coesão social, permitindo o convívio solidário entre indivíduos dentro de uma sociedade. Daí que a pátria traduza-se

no laço afetivo que nos une à gente de nossa terra, que nos está ligada pela comunidade da raça, da língua, da religião, do trabalho, dos costumes, das leis, do conjunto de relações sociais que predem o homem ao solo, a seu passado, à sua paisagem e, principalmente, para o homem moderno, à prole, ao futuro dos filhos – nosso e daqueles com que convivemos. Esta é a pátria real, a pátria viva; este, o vínculo de afeição, positivo. Boa ou má, esta gente é a gente nossa irmã, a gente de nossas solidariedades íntimas e sinceras. É por ela que nos cumpre trabalhar e lutar, é a ela que devemos os esforços de nossos espíritos e de nossos braços. Compondo-se a sociedade nacional dos descendentes dos portugueses, dos africanos e dos outros europeus que se estabeleceram no país, dos índios civilizados e dos que habitam as nossas selvas, são estes os elementos que devem formar o núcleo de nossa nacionalidade futura, e o objeto, desde já, de nossos cuidados, para que conservem a posição predominante a que têm direito e para que não sejam eliminados, dominados, ou submetidos, por novas camadas de população, ou por agentes da exploração colonial do país.<sup>134</sup>

Fundamentando-se o patriotismo ideal nos laços de solidariedade entre os membros de uma sociedade a partir da expectativa de que ela possibilite a ordem e o progresso necessários para o bem-estar da família e das próximas gerações, o nacionalismo deve ser, para Alberto Torres, mais que uma aspiração sentimental ou um programa doutrinário, um movimento de organização do país que crie as condições para um desenvolvimento sustentado pela ordem e pelo progresso. Enquanto não houver este desenvolvimento que estimula a coesão social, o Brasil não terá uma nacionalidade. Exatamente por isto que Alberto Torres faz o seguinte questionamento: “Quando se cogita de preparar o futuro de uma nacionalidade, qual o fim, o escopo, o ideal em mira, no espírito de políticos e estadistas?”. Ele mesmo responde: “O bem do homem, o bem da vida, a satisfação do conjunto de necessidades e interesses que resultam dos desejos e das afeições físicas e mentais do homem, e que se traduzem, na vida prática, pelas expressões de bem-estar, de felicidade, de contentamento”.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> TORRES, 1978b, p. 126-127.

<sup>134</sup> Idem, 1978a, p. 197-198.

<sup>135</sup> Idem, 1978b, p. 108.



É a satisfação do conjunto de necessidades e interesses dos membros da sociedade que cria as condições para a construção da nação, pois a nação é, em suma, a associação dos indivíduos e das famílias que habitam um território com anseio de permanecer nele, protegidos pelo Estado. Por isso, Alberto Torres afirma que

todos os problemas do Brasil resumem-se neste objetivo: formar, construir e desenvolver a Nação, que é a nossa gente de hoje e a sua prole, a gente de nossas raças e a dos que vierem, cordial e fraternalmente, conviver conosco: a verdadeira, a única Pátria, para corações sinceros e para espíritos serenos.<sup>136</sup>

Andrés Molina Enríquez tem uma perspectiva próxima a de Alberto Torres com relação aos conceitos de pátria e de nação. Para o intelectual mexicano, a noção de patriotismo está relacionada com a ideia de laços de solidariedade que despertam entre os indivíduos ocupantes de um território uma coesão social a partir da consciência de que a garantia de suas existências e de seus familiares está vinculada à permanência em um determinado território. Nesse momento, cada um dos membros de uma sociedade perceberá que a realidade de seus interesses está diretamente relacionada com a existência de um estado de equilíbrio social que crie as circunstâncias propícias para que possa progredir e ter a certeza de um futuro garantido para si, os seus familiares e os seus descendentes. Assim, cada indivíduo perceberá que o seu bem-estar depende do bem-geral da coletividade, cessando as hostilidades, vendo no respeito ao direito de outro membro da comunidade nacional a condição para que o seu possa existir, passando a se preocupar apenas com o trabalho e a geração de riquezas, que fará progredir o país com o desenvolvimento dos meios de produção e a contínua especialização das funções dos membros da sociedade, que poderá, então, evoluir de um estágio social homogêneo para outro cada vez mais heterogêneo.

Nota-se, portanto, claramente a influência das ideias de Herbert Spencer no entendimento de que vem a ser o patriotismo para Andrés Molina Enríquez. Além disso, onde o intelectual mexicano emprega o termo equilíbrio, pode-se entender como algo similar ao conceito de ordem para Alberto Torres enquanto base para o progresso e fundamento para o desenvolvimento da sociedade. Segundo Andrés Molina Enríquez,

definido assim o patriotismo, quando tenham desaparecido todas as grandes diferenças que agora contrapõem os elementos da população nacional; quando estas diferenças tenham-se transformado em simples diferenças de exercício e de trabalho necessárias para que exista o estímulo motor de toda agrupação humana, então todos os membros da família social mexicana, sejam os por nascimento ou os por adoção, posto que sobre estes isolados não se fará sentir a atração de sua família social

<sup>136</sup> TORRES, 1978a, p. 57-58.

progenitora, terão um só ponto de vista ao qual convergirão todos os propósitos de sua ação comum: o engrandecimento progressivo da pátria. Então certamente haverá pátria mexicana. Em todos os povos, enquanto não chega a um estado de equilíbrio que tenha certa estabilidade, todos os elementos que o compõem, esgotam as suas energias no trabalho de sustentar e defender as suas respectivas posições: o interesse comum não nasce senão quando este trabalho tem concluído. Quando em nosso país, a população chegue a converter o equilíbrio instável atual em um equilíbrio estável e definitivo, então poderá entender a simples verdade de que o interesse de alguém tem que começar pelo interesse dos outros. Compreender-se-á no México que ao trabalhar cada indivíduo, deverá buscar antes o proveito de seus compatriotas que o seu próprio, pois este se derivará daquele, e o sentimento do engrandecimento nacional desenvolver-se-á.<sup>137</sup>

Os laços de solidariedade despertados pelo patriotismo ajudam na criação da unidade de ideal, sendo este ideal a preocupação pelo bem-geral da coletividade que forma a pátria. A pátria é, portanto, a unidade do ideal comum, que “determina, mantém e desenvolve as forças de união fraternal entre os membros de uma coletividade”.<sup>138</sup> Sendo o ideal comum o fator essencial para a união dos indivíduos em uma pátria, cabe não somente buscar conservá-lo, mas também procurar estimular o desenvolvimento do sentimento fraternal componente deste ideal, pois

não só importa a conservação deste sentimento para manter o estado de agregação natural de todas as unidades sociais pátrias em sua mútua dependência, mas que há que desenvolver a força integral que ele produz, para determinar uma agregação mais estreita, uma integração mais e completa e firme de todas estas unidades, com o fim de derivar da maior integração assim produzida, uma mais perfeita diferenciação e um passo mais ativo do homogêneo ao heterogêneo, em que consistem, segundo a fórmula de Spencer, a evolução e o progresso. Em outras palavras, não só se necessita conservar as forças de coesão social para manter o agregado pátria em seu natal estado, mas que há também que desenvolver estas forças para que o agregado organize-se e se desenvolva em uma evolução progressiva. Esta evolução, pois, requer a formação de uma organização mais ou menos integral.<sup>139</sup>

De modo similar a Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez também acredita que os laços de solidariedade, que ajudam a criar a unidade de ideal, sob os quais se fundamenta o patriotismo, podem ser reforçados quando a sociedade cria as condições para o bem-estar de seus membros. Assim, cada membro percebe que a sua existência e a garantia de seus interesses materiais dependem da convivência em sociedade. O que os indivíduos buscam é o amparo da sociedade para que estes anseios concretizem-se. Quem dentro da sociedade tem poderes para possibilitar isto é o Estado, enquanto um órgão central coordenador e núcleo de concentração de poder, que, em troca das garantias de amparo e

<sup>137</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 425-426.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 368.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 368-369.

proteção dos indivíduos, exige destes o respeito ao seu direito de autoridade. Dessa maneira, “a autoridade do Estado vem servir em todo o conjunto pátria de centro, que, por um lado, equilibra o sentimento de mútua atração das unidades componentes e impede a desagregação destas; e, por outro, dá compactação e força de ação e de resistência ao conjunto”.<sup>140</sup>

A partir da garantia da existência e da possibilidade de realização dos interesses que os indivíduos passam a querer viver juntos em um determinado lugar, vindo nele o seu lar ou local de abrigo onde poderão constituir uma família e criarem os seus descendentes. Surge, assim, a unidade do lugar paralelamente à unidade do ideal comum, significando a primeira uma forma de coesão social pelo sentimento comum de amor à terra onde se pode ter as condições básicas de vida. Da junção das duas unidades estabelece-se a existência de uma verdadeira nacionalidade. Para Andrés Molina Enríquez, “a criação de uma só nacionalidade com todos os elementos da população tem que ser obra da unificação da pátria, e esta tem que ser obra, por sua vez, da unificação do lugar, por um lado, e da unificação do ideal, por outro”.<sup>141</sup>

Entretanto, existe uma diferença fundamental nas perspectivas de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez sobre a construção da nacionalidade. O intelectual mexicano acredita que na formação da nação deve-se levar em consideração fatores como a língua, a religião, os costumes e outros, que fazem parte da unidade do ideal comum ao lado do fator de preocupação pela garantia da existência dos indivíduos e de suas famílias e pela possibilidade de concretização de seus interesses. Por outro lado, para o autor brasileiro, o único aspecto realmente decisivo para a formação da nação é este último, uma vez que a tendência é o enfraquecimento daqueles outros aspectos devido ao contato cada vez maior entre os povos da terra, facilitado, principalmente, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte. Não se quer dizer com isto que se devam desconsiderar totalmente fatores tradicionais considerados componentes da identidade nacional, mas tão somente que

a sociedade política, a nação e, portanto, a pátria contemporânea, compõe-se de indivíduos de raças e religiões diferentes; os costumes, tendendo a conformar-se com os hábitos da universalidade quanto aos aspectos elevados da vida, vão perdendo o traço de caráter nacional, substituindo apenas uma infinidade de variantes quanto aos atos ordinários da vida, produzidas por influências locais. De todas as feições históricas, somente a língua, salvo exceção, mantém-se. Mas a língua nem é um cunho distintivo, sendo comum, por vezes, a mais de um país, nem

<sup>140</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 369-370.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 395-396.

dentro de cada terra, um elemento verdadeiramente tradicional. Obra da inteligência popular, intensamente evolutiva, por efeito da adaptação e sob a influência de necessidade da civilização e do progresso, ela transforma e multiplica, despreza e adota, incessantemente, imagens e símbolos de expressão.<sup>142</sup>

Alberto Torres explica em *A organização nacional* as razões pelas quais não se deve exagerar a importância do papel de fatores tradicionais como a religião, a língua, a raça, os costumes e outros na constituição da identidade nacional. Começando pela raça, ele acredita que este aspecto é o que tem perdido cada vez mais espaço no processo de constituição da identidade nacional, pois é difícil encontrar-se um país com um tipo étnico uniforme, principalmente, por causa das grandes correntes migratórias facilitadas “pelo pleno conhecimento do globo, de sua geografia física, política e econômica, pelo imenso desenvolvimento dos meios de comunicação, transporte e comércio, e pela intensa expansão da iniciativa e da ambição”.<sup>143</sup> Dessa forma, trata-se de uma fantasia, para Alberto Torres, querer resolver o problema das nacionalidades a partir da formação de uma única raça em um território, principalmente, quando se observa, no século XIX e em princípios do século XX, a predisposição das novas nações em branquear as suas populações, pois adotando a teoria da seletividade presente em Herbert Spencer, vê que a presença de determinadas raças é o resultado

dos meios físicos; é o meio que lhes determina os caracteres. Nenhum grupo humano trouxe predisposição espontânea, nem adquire nenhuma superioridade ou inferioridade, senão a que resulta da modelação do indivíduo e das gerações pelo ambiente em que vem sofrendo o processo da formação orgânica e mental.<sup>144</sup>

Quanto à questão dos costumes, a tendência é cada vez mais o prevalecimento dos costumes mundiais, que se generalizam, sob os costumes locais, que se vão atenuando, e, assim, entendendo-os como os hábitos de vida de certa população, vê-se um acentuado processo de uniformização deles em todo o mundo. Segundo o autor brasileiro,

quase por toda a parte os costumes, no sentido de hábitos da vida de relação entre os indivíduos, perderam uma grande parte de sua força, como elemento de coesão nacional. A proporção que se pronuncia, universalmente, a tendência para uniformização dos costumes, contrariando, muitas vezes, as conveniências, é menos sensível, dentro de cada país, o prevalecimento de costumes uniformes, resultantes de antigas ideias e instituições nacionais. Entre os costumes mundiais, que se generalizam, e os costumes locais, vai-se atenuando a cor intermédia dos costumes nacionais.<sup>145</sup>

<sup>142</sup> TORRES, 1978a, p. 122.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 119.

Tal perspectiva de Alberto Torres é o reflexo de sua análise de um contexto mundial em que vê, por meio da modernidade, uma densificação das redes mundiais, mercantis e financeiras, que provocava alterações nos costumes em todo o mundo, com importantes repercussões na sociedade brasileira, cujo resultado era a reprodução interna de manifestações universais de padronização dos hábitos em termos globais. Em suma, o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte acentua a inserção do indivíduo em um contexto mundial no qual predomina a indução de padrões de comportamento e a manipulação de valores universais desde os países que eram os centros mundiais do poder. O que faltou à análise de Alberto Torres foi a percepção de como tal processo prejudica a constituição de identidade nacional, pois ele promove a corrosão dos hábitos e valores nacionais em nome da valorização de uma globalização dos costumes das populações nacionais.

No que diz respeito à língua, Alberto Torres afirma que, apesar do fato de que as línguas, geralmente, não se restringem a um único país, elas tendem dentro de um território nacional a facilitar o contato entre os seus habitantes e, conseqüentemente, a fortalecer os laços de solidariedade. Por isso, defende que “o governo federal deve, como guarda da soberania e unidade nacional, impor o ensino, talvez exclusivo da língua nacional em todas as escolas primárias do país”.<sup>146</sup> Porém, novamente Alberto Torres equivocou-se ao não perceber como as línguas nacionais poderiam encontrar-se ameaçadas enquanto um elemento de identidade nacional diante da mundialização dos costumes com a modernidade, pois isto cria entre as populações dos países o hábito de interferência de outras línguas estrangeiras ou, como se queira, a absorção do idioma local. Por exemplo, na época de Alberto Torres, havia a forte influência cultural da França no Brasil, o que ocasionava certo “afrancesamento” do português brasileiro em nome da moda e do “bom gosto”.

Outro fator abordado pelo intelectual brasileiro é a religião, que se utilizando de seus dogmas, pode vir a se tornar, ao invés de um elemento contribuinte para a construção da identidade nacional, um obstáculo para a nacionalidade, uma vez que impossibilitada de realizar, na prática, as suas promessas e esperanças sociais contidas em sua moral e filosofia, acaba por jogar uns indivíduos de um credo contra outros de outra seita, prevalecendo a paixão, a intolerância, a intransigência e o impulso sobre a razão. Daí que

dentro do mesmo país, nas guerras civis, católicos e protestantes, dividem-se entre os partidos combatentes e se massacram sem nenhuma atenção à fé. A religião não é, portanto, na prática, um laço de fraternidade entre os homens, nem uma linha de

---

<sup>146</sup> TORRES, 1978a, p. 119.

divisão entre as nações, ou entre grupos sociais; não une os sectários, universalmente, nem os separa em cada país dos adeptos de outros credos. O seu destino é formar um mero laço espiritual entre os indivíduos. A indiferença à fé, nos campos de batalha e nas lutas políticas internas, está, portanto, na lógica de seu caráter, salvo a confissão, que daí resulta, da impotência de todas para realizar o ideal da fraternidade.<sup>147</sup>

Apenas quando a religião dirige os seus princípios de fé e moral para a vida social, sem torná-los em um instrumento de luta política, pode ter um papel coesivo nas sociedades. Eis a razão da incompatibilidade entre o poder temporal e o poder espiritual, devendo cada um restringir-se à sua esfera de ação. O que deve ser foco de atenção não é o fato da existência de várias tendências religiosas dentro de uma mesma nação que disputam um maior número de fiéis, mas o deslocamento desta disputa para fora do território que lhe é próprio e, assim, “a moral espiritual corrompe-se, a ideia religiosa perverte-se em baixo estímulo partidário, e a crença, seca de seiva espiritual, não é senão uma divisa facciosa”.<sup>148</sup> Sendo necessária, portanto, a separação entre os poderes temporal e espiritual, Alberto Torres acredita que,

ideia abstrata da sociedade política, a nação pode coexistir com todas as tendências religiosas, ou com algumas, viver com uma, ou sem nenhuma, evoluindo e se desenvolvendo, sob inspiração exclusiva dos princípios políticos, sociais e econômicos que devem reger a marcha da sociedade temporal. O homem associa-se para diversos fins, sob móveis diferentes; e assim como em cada consciência não se pode conceber conflito entre os pensamentos que induzem o indivíduo para diferentes associações, também as associações formadas por impulsos destes pensamentos devem-se encontrar, no terreno prático, sem repugnância e sem conflito. Nas lutas políticas não se compreende a existência de um partido católico, de um partido protestante ou de um partido agnóstico, assim como não se compreende a pretensão de se adotar por critério de ação partidária o fato, que não as ideias – pois que as ideias religiosas são alheias às questões de nacionalidade – de ser alguém católico, protestante, ou religioso. A intervenção deste critério é um desvio da razão, um fator de desordem; e, como todas as questões especulativas e de consciência levadas para a atividade prática, tornam-se, deslocando-se, de seu eixo, excitantes passionais, tão condenável é o católico que faz de sua fé bússola orientadora da ação política, como o livre pensador que abre combate no terreno partidário aos credos religiosos.<sup>149</sup>

Baseado em sua interpretação da atuação dos fatores tradicionais na constituição de uma identidade nacional, Alberto Torres tem como o principal elemento de unidade de todos os membros da sociedade nacional a garantia da existência de todos estes membros e de seus descendentes e a condição para a concretização de seus interesses em um território a existência de um Estado. Compete aos indivíduos valorizarem o Estado, mantendo-o e respeitando as leis impostas por ele para o convívio social, e, em troca, este dar meios para

<sup>147</sup> TORRES, 1978a, p. 120.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 122.

que aqueles tenham condições dignas de existência, garantindo a concretização de muitos de seus interesses e o futuro de seus descendentes. É este último objetivo existente em todos os indivíduos que os une em um pacto de convivência e mantém um povo estabelecido em um território. E o elo responsável para que este laço, que constitui a essência da unidade nacional, não se rompa é um poder estatal que estabeleça direitos e deveres de cada um e possibilite os meios para que cada um possa desenvolver as suas potencialidades e ascender socialmente.

Enfim, o ponto mais importante da unidade nacional diz respeito à interiorização nos indivíduos da crença de que o bem-estar individual depende do bem-geral. A partir do momento em que esta crença torna-se o princípio-guia do comportamento político da população, todos entendem que o bem da pátria é o seu próprio, despertando-se, assim, o espírito nacional dentro de cada um. Neste processo, cabe ao Estado, conforme já foi afirmado, posicionar-se como “um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente”.<sup>150</sup>

Andrés Molina Enríquez não nega a importância deste ponto para a obtenção da unidade nacional. Contudo, não acha que se deva reduzir tanto, como fez Alberto Torres, o papel que tem os fatores tradicionais na construção de uma identidade nacional. Entre estes fatores, o primeiro a ser abordado é a origem, que se refere à unidade orgânica e absoluta que a noção de pátria supõe a partir de uma identidade pelo compartilhamento de um território, de uma história de um povo, do sangue e de orientações em comum. Enquanto não houver qualquer um destes pontos em comum, não existirá uma unidade de origem, mas tão somente grupos sociais dispersos, diferenciados e lutando contra a ação dos demais.

Estas diferenças de origem acabam resultando em diferentes critérios patrióticos, prejudicando a formação de uma verdadeira nacionalidade. É exatamente isto que observa Andrés Molina Enríquez com relação ao México, ainda que perceba um ponto positivo que é um progressivo movimento em direção a uma unidade de origem entre o indígena e o mestiço. Segundo as suas próprias palavras,

em nosso país, por mais que todos os povos indígenas tenham diferentes origens, a unidade do território em que têm vivo e ao qual têm reduzido todo o horizonte de sua vida, e a unidade de sua escravidão colonial que lhes tem feito esquecer muito as suas origens primitivas, têm-lhes feito de certo modo uma origem comum que pelas mesmas razões tem podido confundir-se com a dos mestiços; por seu lado, os mestiços ligando-se aos indígenas, como sucede efetivamente, para que a mestiçagem possa avançar como tem vindo avançando, confundem em uma mesma

<sup>150</sup> TORRES, 1978a, p. 117.

as origens do seu sangue indígena próprio com as do sangue indígena original. Precisamente as afinidades de origem que existem entre indígenas e mestiços, explicam a sua progressiva fusão. Do mesmo modo, teriam-se podido fundir o elemento mestiço e o *criollo* – quando menos o *criollo* espanhol – se não tornassem esta fusão impossível, por um lado, a orientação patriótica europeia dos *criollos*, que os inclina a buscar os enlaços europeus de preferência, e, por outro, a condição de classe social superior, de aristocracia, que os mesmos *criollos*, devido a circunstâncias especiais, têm podido conseguir e conservar.<sup>151</sup>

A solução para este problema estaria em uma unidade de origem obtida por meio de um processo de mestiçagem que dissolvesse os grupos sociais dispersos que compõem a população e que têm orientações diferentes, substituindo-os por uma massa homogênea de mestiços que prevalecerá sobre os demais grupos por sua superioridade étnica, criando, assim, uma população nacional com uma unidade de origem que refletirá na existência de um critério patriótico único, vendo o interesse da pátria mexicana na defesa do território nacional contra as ameaças externas. Entretanto, de acordo com o intelectual, a realização do trabalho de unificação da origem não será fácil, pois

encontrará fortes resistências: as principais destas resistências partirão dos grupos *criollos*, mas apresentarão não poucas também os mestiços. É claro que os *criollos* não se renderão sem combater. Se na realidade fossem patriotas mexicanos, fariam o seu quarto de hora de reflexão, buscariam o verdadeiro interesse da pátria mexicana, e em caso de não estar de sua parte, procurariam por uma evolução que salvasse, mediante convenientes modificações, os seus grandes interesses – estes grandes interesses que são por certo os pequenos interesses – e se alcançaria o bom resultado proposto; porém, é isto provável, será sequer possível?<sup>152</sup>

O próprio Andrés Molina Enríquez responde a esta questão com um não, uma vez que

como na realidade não são mexicanos de espírito, não se deterão a fazer consideração patriótica alguma, mas certamente resistirão com todas as suas forças a qualquer ação interna neste sentido, e quando se sintam incapazes de resistir, invocarão os grandes interesses estrangeiros comprometidos, e apelarão de novo à Intervenção, se não da Europa, que já quase não é possível, certamente dos Estados Unidos. Com relação ao triunfo interno, buscarão a ele no campo das ideias e no dos fatos: no campo das ideias, por meio da ciência e do talento de suas mais seletas unidades, defenderão o que chamarão com todas as letras, **os interesses da civilização**, e se voltarão contra os mestiços para lhes impor as suas opiniões, da polêmica, do editorial periodístico, da caricatura, da burla social, se é que não da conclusão suficiente, ou do silêncio majestoso e depreciativo; e no campo dos fatos, buscarão sob a ameaça de sua abstenção ou de sua ação própria, ou sob a ameaça da intervenção estrangeira, a ação direta da autoridade para apagar as novas ideias, para calar a voz de seus propositores e para castigar o que chamarão **uma regressão à anarquia passada**. A força dos *criollos* está em seu nascimento estrangeiro; no palanque dos interesses estrangeiros que creem poder mover para determinar uma nova intervenção.<sup>153</sup> (grifo do autor).

<sup>151</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 396-398.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 398.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 398.



No que diz respeito à atuação da religião na construção da identidade nacional, Andrés Molina Enríquez considera-a como o fator mais importante entre os tradicionais para a obtenção da unidade nacional porque, por um lado, constitui uma das formas de unidade de origem (orientação religiosa) e, por outro, possibilita fortalecer os laços de dependência orgânica que são pré-requisito para a existência da pátria, que é uma derivação do interesse comum e do amor, aspectos bastante enfatizados pela moral religiosa. A unidade religiosa é algo inquestionável no México e, para isto, o intelectual mexicano fundamenta-se no argumento da resistência que há entre a população mexicana à difusão do protestantismo e de qualquer outra religião que não seja a católica.

O único problema que existe nesta unidade religiosa consiste na maneira como os grupos sociais concebem os princípios da fé católica e atuam enquanto fiéis. Neste sentido, há os indígenas, que convertidos por missionários e ministros cristãos católicos, adotam uma espécie de catolicismo idolátrico influenciados pela maneira como se realizavam os cultos pré-colombianos. Há os *criollos* conservadores, que são católicos puros, constituindo-se em membros do grupo laico dos conquistadores na época da Conquista e em católicos “regalistas” no período colonial. Defendem a limpeza e a elevação dos princípios de fé da religião católica. Existem também os *criollos* dignatários da Igreja, que foram os missionários da Conquista, os católicos submetidos pelo patronato aos reis da Espanha e os que solicitaram o reconhecimento da Igreja mexicana à Roma no pós-independência. Apesar de submissos ao Vaticano em questão de fé, são marcados por uma relativa maleabilidade quanto à disciplina do culto, o que resulta na tolerância com relação a todas as formas católicas que apresenta a população mexicana. Quanto aos *criollos* reacionários, estes são católicos ortodoxos e foram os responsáveis pela organização da Igreja no período colonial e pela luta travada no pós-independência a favor da defesa dos bens desta instituição contra a Reforma. Os *criollos* moderados, que foram os católicos reformistas no período colonial e os autores da Lei de Desamortização durante a Reforma, procuram reduzir o seu culto católico à esfera privada devido às suas posições e atitudes políticas. Os *criollos* novos ou financeiros são os católicos por tradição e não por fé e, como os mestiços, não são atuantes. Estes últimos, por despojarem a religião de suas formas materiais, são os responsáveis pela Reforma, sendo denominados por isto de “jacobinos”.

Em meio a estas diferentes maneiras de ser católico, caberá à Igreja mexicana encontrar o modo de adequá-las aos seus princípios de fé, moral e disciplina, e, assim, fortalecer a unidade religiosa no país. De acordo com Andrés Molina Enríquez,

existe, pois, em nosso país, a unidade religiosa do catolicismo romano, em formas muito diversas que começam com a idolatria dos indígenas e acabam com a religião sublimada dos mestiços; porém, é seguro que a Igreja mexicana assim como se tem encontrado de fato, como maneira de fazer caber todas estas formas dentro de seus princípios, saberá encontrar a maneira de fazê-las caber dentro da comunhão de seus princípios, fazendo desaparecer toda diferença religiosa que nos importa tanto, já que esta unidade tem que ser um dos mais ativos fatores da constituição de nossa nacionalidade, e uma das causas determinantes da consolidação desta para o futuro.<sup>154</sup>

Diferentemente de Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez não chega a dar tanta ênfase à questão da separação entre o poder temporal e o poder espiritual por considerá-la como algo superado a partir das leis de Reforma implantadas pelos liberais no século XIX e presentes na Constituição de 1857.

Outro fator de unidade nacional a ser considerado por Andrés Molina Enríquez é o tipo morfológico, ou seja, a aparência da população, que, em sua opinião, deve ser padrão para se evitar as diferenças que separam os grupos sociais, constituindo-se em um elemento de discriminação de um grupo com relação aos outros por ser facilmente perceptível e impedindo a formação de laços de solidariedade entre a população. É exatamente isto que Andrés Molina Enríquez observa no México, onde há os indígenas que, por causa de seu estado econômico, são considerados “feios” e “rudes” em geral, os mestiços ansiando por melhorar o seu tipo e os *criollos* que, pelo bem-estar que vêm gozando a longo tempo, são vistos como “formosos” e de “trato fino”.

Segundo o intelectual mexicano, como os mestiços são os melhores adaptados às condições do meio, juntamente com os indígenas, os mais patriotas e a maioria da população, deve-se lutar para que eles, com a melhoria de suas condições de vida, fiquem com um tipo tão ou até mais “formoso” que o atual dos *criollos* e se tornem mais “finos”. Entretanto, tal tarefa não será fácil, uma vez que

as resistências à unificação do tipo partirão de todos os elementos e de todos os grupos. O elemento indígena será o que resista menos porque para ele é sempre tipo superior e melhor o mestiço; porém, o elemento *criollo* em todos os seus grupos defenderá o seu tipo, fino e formoso como o de todas as classes sociais que têm gozado de longo bem-estar, e o elemento mestiço procurará, como procura agora, elevar o seu tipo em beleza e fineza até o *criollo*. Será bom, entretanto, precisar bem a ideia para os mestiços de que quando estes consigam ter as condições de bem-estar que merecem, o seu tipo ficará formoso e fino consideravelmente. É bem sabido, e as nossas observações pessoais o têm podido comprovar, que nada indica com mais exatidão o estado econômico de um povo que a multiplicidade ou a raridade dos tipos de beleza plástica nele. Se os nossos índios, em geral, são feios, isto se deve a que vivem em condições muito miseráveis.<sup>155</sup>

<sup>154</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 402-403.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 404-405.

Os costumes, entendidos como o resultado dos esforços das unidades sociais de um povo para melhor adaptarem-se ao meio em que vivem, são outro aspecto importante a ser considerado na construção da identidade nacional. Por serem oriundos de um longo processo de seleção, os costumes aparecem a partir de uma escolha de acordo com as necessidades fisiológicas individuais e a sucessão de condições ambientes. Dessa maneira,

o processo de seleção natural ao determinar quais são os mais aptos para viver em um lugar qualquer, faz tal determinação sempre no sentido da maior capacidade de resistência nesse lugar à ação das forças ambientais ou, o que é o mesmo, no sentido da melhor adaptação às condições ambientes de dito lugar; e a adaptação que assim se faz, por força tem que se fazer em precisa correlação com os meios artificiais de que se serve o organismo para buscar o equilíbrio entre o seu próprio funcionamento e o das forças ambientais que o circundam. Estes meios artificiais são os que dão os costumes. Consequentemente, um costume significa sempre uma conquista no processo de adaptação ao meio, e tem que para o que dela se serve a importância de uma função vital. Sendo assim, é irracional tratar de arrancar um grupo humano de seus costumes para lhe impor outros estranhos.<sup>156</sup>

Como se pode notar, Andrés Molina Enríquez não vê como Alberto Torres a possibilidade da adoção de costumes de outros povos como algo compatível com o objetivo de constituição de uma unidade nacional, sendo a universalização e a uniformização dos costumes a nível mundial inevitável por causa de um processo de densificação das redes mundiais, mercantis e financeiras, típico da modernidade. Apegando-se à teoria da seletividade de Herbert Spencer, o intelectual mexicano desconsidera este processo e considera um sério obstáculo a adoção de costumes estrangeiros para a formação de uma identidade nacional e critica os *criollos* por valorizarem e incorporarem costumes exógenos e denegrirem os locais. Isto só vem a destruir tudo o que é nacional.

A solução para tal problema, que pode ser considerada um tanto radical, estaria em um contínuo processo de miscigenação que conseguisse a dissolução dos grupos *criollos*, pois, enquanto isto não acontecer,

estes resistirão à adoção de costumes que consideram inferiores aos europeus que eles têm adotado ou pretendem adotar: mais ainda, invocarão como sempre os interesses da civilização a favor destes costumes, e tomarão todo trabalho encaminhado àquela dissolução como uma regressão à barbárie. Os mestiços, seguros de sua missão, não recuarão. Muitos deles, entretanto, em seu empenho de se considerar iguais aos *criollos*, fazer-lhes-á coro, porém, tudo passará, e é incontestável que os mestiços chegarão a impor em nosso país o império de nossos costumes puro e são, que não por serem nossos, deixam de ser tão bons quanto o são os estranhos que o *criollos* têm por melhores.<sup>157</sup>

<sup>156</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 405.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 409.

A posição tomada por Andrés Molina Enríquez é similar a de Alberto Torres no que se refere à necessidade da manutenção de uma unidade da língua nacional e de sua preservação e difusão por meio de uma rede de ensino. Contudo, indo mais além, o autor mexicano preocupa-se com a interferência e a adoção de línguas estrangeiras, principalmente, diante da atitude de valorização do que vem do exterior em detrimento do que é próprio. As consequências da despreocupação com a unidade da língua são que

por um lado, fala-se de ensinar o castelhano aos indígenas e, por outro, preocupa-se esquecer o castelhano para aprender idiomas estrangeiros. Não há uma só escola na República cujo objetivo definido e real seja ensinar a língua espanhola aos indígenas que não a conhecem, e certamente há escolas primárias em que é obrigatória a aprendizagem de uma língua estrangeira. Crê-se inútil proteger a arte dramática nacional, e se subvenciona companhias que representam em italiano ou em francês. E se isto é pelo que toca à ação oficial, pelo que toca à ação dos *criollos* e, sobretudo, dos **criollos novos**, o desapego por nossa língua é um verdadeiro cúmulo do absurdo.<sup>158</sup> (grifo do autor).

O resultado deste desapego pela língua espanhola é que

há imbecis que, mesmo sendo mexicanos, não querem usar o idioma nacional, mas algum outro estranho mal aprendido no exterior. Abandonam os *criollos* nesta capital aos mestiços os teatros que desponta o florescimento de nossa cultura própria, e enchem qualquer outro teatro em que uma companhia de mérito duvidoso representa em italiano, francês ou inglês. E aqui de passagem diremos que apenas se compreende que haja alguém que pretenda gostar da arte dramática em um idioma que não é o próprio. A beleza de construção das frases, a entonação com que elas são pronunciadas, a intenção que lhes dá vida e colorido, e as sonoridades, harmonias e cadências de sua música especial não podem ser apreciadas de verdade senão por aqueles que possuem em propriedade o idioma em que essas frases pronunciam-se ou quando mais por aqueles que possuem esse idioma com perfeição. Não é de se crer que todos os concorrentes às representações em que nos ocupamos estejam em condições de saber o italiano, o francês ou o inglês como os italianos, os franceses ou os ingleses, e o fato de que às mesmas representações concorram não passa de uma ridícula vaidade. Voltando à questão principal, os nossos poetas e os nossos escritores perdem a originalidade que pudessem alcançar do desenvolvimento livre de suas faculdades ao fazerem servis imitações de produções estrangeiras e ao adotarem cânones, procedimentos, modos e palavras notoriamente inferiores aos nossos. Até os nossos homens de ciência em seu afã de buscar antes o aplauso estrangeiro que o nacional, escrevem livros em idiomas estranhos.<sup>159</sup>

A ameaça à unidade da língua faz-se sentir de modo mais acentuado no caso da interferência da língua inglesa devido à proximidade com os Estados Unidos e à influência cada vez mais forte desse país no México. Isto pode ser comparado pelo crescente interesse na aprendizagem e pela utilização ampla da língua inglesa no cotidiano mexicano, vindo, em muitos casos, até a substituir expressões de origem espanhola e indígena. A respeito desta invasão, Andrés Molina Enríquez afirma que

<sup>158</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 409.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 409-410.

todo mundo recebe publicações em inglês; todo mundo anuncia em inglês; todo mundo aprende inglês; todo mundo quer até pensar em inglês. Os letrados em inglês veem-se por todas as partes, as marcas em inglês por todas as partes circulam e até os nossos nomes próprios astecas têm-se transformado como o de **Popocatéptl** em **Popo** para estar em inglês. O inglês tem-se tornado uma condição indeclinável da capacidade do empregado, o inglês tem-se tornado o idioma dos negócios; e até as declarações semioficiais do nosso governo aparecem ao público em inglês. Caso siga assim, dentro de alguns anos o idioma nacional não existirá: o teremos sacrificado a um servilismo repugnante. Os estrangeiros em geral e em particular os que falam inglês fazem bem em impor em todas as partes a sua língua: assim o faziam os espanhóis do século de Carlos V na Inglaterra; e assim deveríamos fazer nós quando menos em nosso país. Deveríamos pensar que se os estrangeiros vêm a nosso país, mais lhes interessa vir, ainda que se diga o contrário, que nós os esperemos e recebamos. Se, pois, vêm, devemos obriga-los a se conformar com o nosso modo de ser, fazendo a estes o sacrifício da língua herdada em suas relações conosco; porém, ao invés de fazer assim, ao invés de que lhes imponhamos a nossa língua, apressamos a aprender as deles antes que a própria. Merecíamos perder a nossa formosa língua espanhola que estamos, com efeito, a ponto de perder, e se por acaso a perdermos, esta arma a menos teremos em nossas mãos para defender a nacionalidade.<sup>160</sup> (grifo do autor).

A defesa da língua nacional e, conseqüentemente, a salvaguarda da unidade em torno dela deve ser fruto de dois tipos de trabalho, sendo um encaminhado à difusão da língua espanhola entre os indígenas e o outro voltado para a proteção dela contra as demais, sobretudo, a inglesa. Quanto ao primeiro tipo de trabalho,

ele deverá consistir em um ensino sistemático e exclusivo: com o qual a escola dê aos indígenas que não falam espanhol o uso desta língua, fazendo bastante mais pelo país do que faz na atualidade. A respeito do segundo, nós não pretendemos levar o nosso país a um exclusivo irracional. Não pretendemos isolar a nossa pátria das demais nações da terra. Não queremos fechar as nossas fronteiras nem os nossos portos aos estrangeiros nem à suas empresas; porém, é necessário que não sacrifiquemos nem a uns nem a outros a nossa vida nacional futura. Não só dos interesses do momento vive uma nação, e é indispensável que não sacrifiquemos aos estrangeiros que possamos atrair, nem às empresas que com eles possam vir, nem aos negócios que com eles possamos realizar, nem aos meios de conseguir todos estes fins a nossa existência nacional, como fazemos na realidade, pondo em perigo a conservação de nossa língua. Necessitamos reagir com toda energia contra este perigo. É bom, é útil e é distinguido possuir o maior número possível de línguas, mas já que a língua é um dos elementos componentes do ideal de pátria, é indispensável defendê-la das que a invadem, reduzindo no possível o uso das invasoras. Fazendo assim, não só asseguramos a integridade de nossa língua como parte do ideal pátrio, mas também evitaremos muito o desvio de nossas classes intelectuais que aprendem e sabem o que passa em outros países e ignoram profundamente o que sucede no nosso. As medidas em que terá de consistir a redução do uso das línguas estrangeiras invasoras deverá consistir, por um lado, na proscrição resolvida do ensino oficial dessas línguas nas escolas públicas primárias e preparatórias, no favorecimento efetivo e real das traduções e na imposição dos impostos que se julguem prudentes sobre os rótulos, publicações e documentos de destino ou de uso popular que estejam em idioma estrangeiro. Quanto ao mais, estas medidas poderão reduzir-se ao francês e ao inglês.<sup>161</sup>

<sup>160</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 410.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 410-411.

Como se pode observar ao longo da análise dos fatores considerados por Andrés Molina Enríquez como importantes para a constituição da identidade nacional, no caso específico do México nota-se um papel de destaque dado por ele aos mestiços nesta tarefa. Tanto é assim que o autor mexicano chega a propor um processo de mestiçagem contínua, ao contrário do que achava Alberto Torres, como algo necessário para a formação de uma população forte, isto é, melhor adaptada às condições ambientes do meio em que vive, e capaz de gerar uma unidade nacional por causa de seu maior apego à terra natal como consequência da melhor adaptação.

Baseado em que ideia Andrés Molina Enríquez dá este papel de destaque aos mestiços na construção da nacionalidade mexicana? Na interpretação da evolução histórica da sociedade mexicana, principalmente, em sua análise dos períodos considerados por ele como de transição e integral, quando os mestiços, tendo forte presença entre os liberais, foram responsáveis diretos por importantes transformações na sociedade durante a Reforma e o Porfiriato. O Porfiriato foi uma etapa histórica fundamental para o México, pois, sendo Porfirio Díaz um mestiço, ele foi ao mesmo tempo o líder de uma política de governo capaz de impor pela primeira vez na história mexicana pós-independência alguma ordem e algum progresso no país. Além disso, não se deve esquecer, conforme foi abordado na biografia de Andrés Molina Enríquez, que ele próprio era um mestiço.

Por possuírem características como uma melhor adaptação às condições ambientes do território mexicano, um apego à terra natal que resulta em um grande amor pátrio e um espírito de iniciativa que os levaram ao poder e a tomarem as medidas necessárias para a existência de uma ordem e um progresso no país, além de serem a maior parcela da população, os mestiços deverão ser os grandes responsáveis pelo empreendimento de estabelecer uma definitiva organização nacional que possibilite ao México constituir-se em uma verdadeira nação. Entretanto, o processo de mestiçagem contínua não deve resultar da simples mistura de raças do ponto de vista biológico, mas também da aproximação dos elementos *criollo*, mestiço e indígena de um estágio evolutivo ideal para elevar o México a um estágio mais civilizatório, uma vez que cada um destes elementos encontra-se em um estado de desenvolvimento diverso, impedindo a integração da população, causando o repúdio mútuo entre os grupos sociais e criando uma situação de desordem.

Em suma, faz-se necessário também um trabalho de redução de todos os elementos da população mexicana a um estágio evolutivo em comum, que consistiria, segundo Andrés Molina Enríquez,

em fazer adiantar a alguns e fazer retroceder a outros. Seguramente que seria muito bom fazer adiantar a todos até encontrarem o grupo dos *criollos novos*, que é o mais avançado; porém, a dissolução dos grupos *criollos* e a incorporação de suas unidades ao elemento mestiço são indispensáveis para a constituição firme da nacionalidade e, consequentemente, não será possível fazer adiantar o elemento mestiço logo mais além de sua cultura própria. O elemento indígena certamente necessitará que avance em todos os seus grupos, como tem feito em sua rápida incorporação ao elemento mestiço, e é seguro que avançará com grande violência e se incorporará com mais rapidez ainda ao elemento mestiço quando lhe favoreça em seu governo próprio no desenvolvimento de sua propriedade, na propagação da língua espanhola e em outras circunstâncias.<sup>162</sup> (grifo do autor).

No trabalho de redução de todos os elementos da população mexicana a um estágio evolutivo em comum, a princípio, o parâmetro do estado de desenvolvimento a ser seguido é obviamente o dos mestiços, apesar de que isto implique em uma redução inicial no nível de cultura, uma vez que eles estão em um estado inferior ao dos *criollos*. Porém, isto logo poderá ser superado e maiores estados de desenvolvimento alcançar-se-ão porque os mestiços são o elemento social com maiores energias, os fortes, os que têm maior unidade de propósitos e, exatamente por isso, detêm o poder e mandam. Fica, contudo, a ser pensado o critério utilizado por Andrés Molina Enríquez para estabelecer o estágio evolutivo de cada um dos grupos sociais da sociedade mexicana.

De acordo com o intelectual mexicano, a população nacional está composta de diversos grupos que se encontram em condições diferentes de desenvolvimento e, por conseguinte, apresentam todas as formas de sociedade que a humanidade pode oferecer. Cada uma destas formas está vinculada à noção que se tem de domínio territorial, constituindo-se esta o critério principal para a avaliação dos estados de desenvolvimento. Dessa maneira, os grupos que vivem em sociedades nômades ou sociedades sedentárias, mas móveis, apresentam uma falta absoluta de toda noção de direito territorial. Aqueles que formam sociedades de ocupação comum não definida ou sociedades de ocupação comum limitada têm noção da ocupação, mas não a de posse. Os que constituem sociedades de posse comunal, sem posse individual, ou sociedades de posse comunal, com posse individual, demonstram ter noção da posse, mas não a de propriedade. Os grupos que vivem em sociedades de propriedade comunal ou sociedades de propriedade individual apresentam noção da propriedade. E finalmente aqueles que formam sociedades de crédito territorial ou sociedades de titulação territorial fiduciária têm a percepção dos direitos de propriedade territorial desligados da porção territorial mesma. Portanto, há várias sociedades dentro da sociedade mexicana.

---

<sup>162</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 412.

O elemento social indígena é aquele que apresenta dentro de si a maior variedade de estados de desenvolvimento, embora, em geral, não tenha chegado a possuir plenamente a noção de propriedade, encontrando-se, assim, distribuído entre os primeiros três estados. Segundo Andrés Molina Enríquez,

os povos indígenas mais avançados começam a tocar o primeiro destes graus. O conceito da propriedade, independente da posse, só pode chegar a ser preciso desde que exista a titulação escrita. As tribos da zona fundamental dos cereais (região central do país) estão um pouco mais ou menos no período da posse; as tribos do resto da planície do Sul e das vertentes exteriores das cordilheiras estão um pouco mais ou menos no período da ocupação; e as do Norte estão de um modo geral no período da falta de toda noção de direito territorial. Entretanto, do que acabamos de dizer, é preciso indicar que se confundem muito. As da zona fundamental e as do resto da planície do Sul e das vertentes exteriores das cordilheiras estão geralmente constituídas na forma de *pueblos*, agrupações que se podem considerar como os esboços da cidade em sua forma latina.<sup>163</sup>

Quanto aos mestiços, estes apresentam componentes situados entre os estados de desenvolvimento quarto, como no caso dos mestiços rancheiros que vivem em sociedades de propriedade comunal, e quinto, com total compreensão da noção de propriedade individual. No que se refere aos *criollos*, todos estes se encontram no último estado de desenvolvimento.

Quais os procedimentos a serem adotados para que os indígenas, os mestiços e os *criollos* ficassem em um mesmo estado de desenvolvimento? Com relação aos indígenas, há que, acima de tudo, retirá-los da situação social de pobreza e, em vários casos, de miséria em que se encontram, principalmente, na zona rural, trabalhando em regime de servidão nas grandes propriedades em troca apenas do estritamente necessário para a sobrevivência no dia-a-dia. Isto acaba impedindo que eles ascendam socialmente e possam investir em seu desenvolvimento cultural. Daí a importância de um amplo projeto de reforma agrária, incluindo a concessão de terras e o apoio técnico e financeiro, que, a princípio, de acordo com o estado de desenvolvimento dos indígenas, concedesse propriedades comunais a eles e aos poucos fosse despertando neles a noção de propriedade individual até chegarem ao estado atual de desenvolvimento dos mestiços que têm esta noção.

O erro da Reforma e do Porfiriato foi, segundo Andrés Molina Enríquez, querer implantar o regime da propriedade privada entre os indígenas sem estes terem o grau de evolução suficiente para entendê-lo, o que levou à perda de suas terras e à acentuação de sua situação de pobreza. A respeito da utilização da reforma agrária como recurso para a ascensão no estado de desenvolvimento dos indígenas, o intelectual mexicano afirma que,

<sup>163</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 92-93.



com relação aos grupos do primeiro estado do primeiro período, “ou seja, nômades, é nosso parecer que se estabeleçam reservas militares que estejam nas melhores condições possíveis de comunicação com os grandes centros, obrigando a todos os indígenas a se congregarem nas reservas”.<sup>164</sup>

No que se refere aos grupos de indígenas do segundo estado do mesmo período, Andrés Molina Enríquez propõe que “delimitar-lhes-á o terreno em que se encontrem, dar-lhes-á por seu e estender-lhes-á o título dele”.<sup>165</sup> O resultado do processo de reforma agrária nestes dois primeiros grupos de indígenas será que em ambos

se favorecerá a formação da comunidade, restabelecendo a organização simples e de fácil funcionamento a que estejam acostumados, regulamentando-a de modo que a autoridade que se eleja ou nomeie como cabeça desta organização seja rigorosamente obedecida para que ela seja o núcleo em torno do qual se forme o interesse comum; procurar-se-á o plantio e a propagação das plantas de alimentação que não requeiram cultivo ou que o requeiram muito rudimentarmente; ensinar-se-á aos indígenas buscarem os aproveitamentos naturais do terreno e fazerem comércio deles, como a lenha, o *tequexquite*, o cal, etc.; e quando estejam acostumados a este modo de viver, ir-se-á criando neles pouco a pouco a noção de posse individual, primeiro transitória e depois definitiva dos terrenos que cultivem, o qual não será difícil mediante um pouco de cuidado e uma regulamentação hábil.<sup>166</sup>

Quanto aos indígenas que já se encontram no estado de posse comunal da terra, isto é, nos que tenham chegado já ao terceiro período, haverá,

por um lado, que converter esta posse em propriedade comunal, mediante o título correspondente, e terá, por outro, que procurar que, como se tem feito de um modo espontâneo nos que por ele atravessaram em uma época anterior, forme-se a posse individual. A princípio, esta será vacilante; porém, chegará a ser definida primeiro para ser persistente depois. O procedimento tem sido e seguirá sendo o seguinte: o *comunero* começa por fazer sua, exclusivamente sua, a casa que constrói e habita, dando princípio à posse individual; logo que os seus elementos de vida e ação permitam-o, toma um pedaço de terra juntamente a sua casa e o semeia; se a colheita favorece-o, é quase seguro que já não perderá a posse desse terreno; se a colheita perde-se, ou persiste e o volta a semear no ano seguinte ou o abandona, esse terreno volta ao fundo comum; se as circunstâncias são mais amargas, abandona até a casa e emigra; de todos os modos, com o tempo a favor da seleção, veem-se aparecer os primeiros possuidores.<sup>167</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, a concretização da reforma agrária entre os povos indígenas que têm a noção de posse comunal passa por duas condições necessárias, ou seja,

<sup>164</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 192.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 192-193.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 192-193.

é a primeira a de favorecer, sem obstáculos, a ocupação de frações da terra comum pelos *comuneros*, mas sem pretender que todos tomem-as por igual, senão deixando que neles a seleção determine a repartição de ditas frações; e é a segunda a de que uma vez retida a ocupação das mesmas frações durante três, quatro ou cinco anos, segundo pareça conveniente, possa a autoridade que presida a organização interna do *Pueblo* expedir aos ocupantes títulos de posse **preventiva** ou **preparatória**. Haverá que facilitar a ocupação individual evitando que esta se impeça ou dificulte a título do interesse comum ou de dedicação especial dessa ou daquela parte do terreno de modo que em todo o terreno comum o *comunero* possa escolher e se apropriar da fração que melhor pareça, não excedendo essa extensão de certos limites. Enquanto essa ocupação seja transitória, como necessariamente terá que sê-lo muitas vezes, não se considerará que com ela se tem perdido a comunidade no terreno ocupado nem que se tem adquirido posse sobre ele; porém, enquanto o fato material da ocupação prolongue-se por um tempo dado, o qual ninguém poderá saber melhor que a autoridade interna do *Pueblo*, bom será dar existência legal a essa posse. Além disso, tal posse deverá ser ilimitada para que não produza outros efeitos que a exclusão formal dos demais *comuneros* do gozo da fração possuída e o direito de transmitir essa posse por venda aos demais *comuneros* ou por herança aos seus sucessores; de modo que o possuidor não poderá vender dita fração à pessoa estranha à comunidade. Quando os *pueblos* já titulados em que por dominar as posses individuais tenham passado do terceiro período e do primeiro estado do quarto período, uma vez que essas posses tenham certo tempo, como dez, quinze ou vinte anos, haverá que declarar ditas posses como propriedades definitivas, que sem obstáculo algum poderão ser alienadas a terceiros. Então, os povos indígenas terão chegado ao estado da propriedade individual.<sup>168</sup> (grifo do autor).

Procedimento similar deverá ser adotado pelos mestiços rancheiros que habitam os ranchos, que são um tipo de propriedade comunal. Conforme se pode notar, a perspectiva de unidade de estado evolutivo entre a população mexicana como um aspecto importante para o estabelecimento de uma unidade nacional implica em certo preconceito por parte de Andrés Molina Enríquez, que imbuído das concepções civilizatórias do século XIX, acredita que a consolidação de uma nação passa necessariamente pelo seu desenvolvimento, e, para isto, faz-se necessário superar qualquer forma de atraso. É este atraso o que o autor enxerga na maneira como o índio mexicano organizava-se socialmente e vivia, havendo a necessidade de retirá-lo do estado de atraso por meio da interiorização nele de padrões de organização e modos de ser que o conduzissem para a civilização, ainda que isto implicasse em perda de sua cultura e, conseqüentemente, de sua identidade. Todo sacrifício é válido em nome da construção da nacionalidade mexicana.

Uma diferença importante entre Andrés Molina Enríquez e vários intelectuais latino-americanos do período com relação a esta perspectiva civilizatória está em sua desilusão quanto ao papel exclusivo da educação como um elemento difusor da civilização, sobretudo, entre os indígenas. Sem as condições materiais que possibilitem aos indígenas a melhoria de seu padrão de vida, a educação não surtirá efeito algum, pois não terão os índios

<sup>168</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 193-194.

nem condições financeiras e nem energia suficiente para se dedicarem a sua instrução e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento cultural. Por isso, Andrés Molina Enríquez critica o fato de que

o gasto de um tanto por cento excessivo sobre as rendas públicas para o serviço da instrução produz a paralisação de urgentes trabalhos de ordem econômica, que ao serem atendidos, farão melhor ao conjunto social pelo favorecimento das condições gerais de vida que indubitavelmente tem produzido o estéril ensino de conhecimentos em terrenos não preparados suficientemente para recebê-los, para fazê-los germinar e para permitir o seu desenvolvimento, o seu florescimento e a sua frutificação.<sup>169</sup>

Quando os indígenas e os mestiços rancheiros chegarem a um estado de desenvolvimento muito próximo ao de alguns mestiços que se encontram no quinto estado, que, em geral, são aqueles que são funcionários na zona urbana, completará a unificação do estado evolutivo o processo de mestiçagem. Apesar de estes últimos mestiços encontrarem-se próximos ao grau evolutivo dos *criollos*, estes são ainda superiores em capacidade de percepção, aptidões de compreensão, forças de raciocínio e faculdades de expressão, devido a um melhor padrão de vida que lhes garante maiores energias para o organismo individual. A solução para esta diferença está exclusivamente na incorporação rápida dos *criollos* pelos mestiços, o que será possível com a melhoria das condições de existência destes últimos e o processo de mestiçagem. Entretanto, isto não será fácil porque os *criollos* utilizarão todo o seu poderio econômico para impedir a unificação do estado evolutivo,

de modo que o *criollo* por razão só de sua posição social está em condições de alcançar de um funcionário mestiço maiores vantagens que os mestiços restantes e que os indígenas. Isto é de uma verdade inegável. Esta situação dos *criollos* leva-os não só a aproveitar as vantagens de sua influência sobre os funcionários mestiços para alcançar todos os proveitos que a administração pública pode legalmente render, desde a injusta preferência nas nomeações para os mais altos postos públicos até a intervenção imoral por **recomendação** nas decisões dos mais altos tribunais do país, mas também a causar toda classe de prejuízos aos mestiços e aos indígenas, desde o envio dos indígenas que lhes estorvam ao **contingente** até o processamento e condenação à prisão mais ou menos longa e dolorosa dos mestiços que protestam contra os seus desmandos. Os *criollos* já usam e usarão mais adiante de sua influência sobre os funcionários mestiços para impedirem o trabalho de sua própria dissolução ou quando menos para resistirem a este trabalho dilatando o momento dela.<sup>170</sup> (grifo do autor).

A partir da importância que Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez dão ao Estado na constituição de uma nação, nada mais óbvio do que dedicar o próximo capítulo da tese para o entendimento da concepção deste fator nos dois autores.

<sup>169</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 414-415.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 416-417.

### **CAPÍTULO 3**

## **O ESTADO COMO ÓRGÃO CENTRAL DO ORGANISMO SOCIAL E A POLÍTICA ORGÂNICA OU INTEGRAL**

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez elaboraram diagnósticos dos problemas que afligiam as sociedades brasileira e mexicana e apontaram como causa principal destes problemas as políticas adotadas pelos Estados de seus respectivos países. Tais políticas, ao invés de promoverem um futuro melhor, apenas acentuavam a desigualdade interna, as tensões sociais e a dependência externa, aspectos que ameaçavam a soberania, impediam a formação de uma unidade nacional e obstaculizavam a construção da nacionalidade.

Os diagnósticos dos dois autores refletem a maneira como eles compreendiam as sociedades brasileira e mexicana e a população que as constituíam, que se encontravam sob a égide dos Estados oligárquicos da República Velha e do Porfiriato, caracterizados como incapazes de adotar uma política nacional que solucionasse os problemas causadores de um quadro de desorganização nacional. Portanto, a partir das necessidades e aspirações que os intelectuais brasileiro e mexicano sentiam no nível da existência cotidiana, eles elaboraram projetos de política nacional que continham respostas ou tratamentos aos problemas ou às “enfermidades” apresentados pelos organismos sociais nacionais.

Constituindo estes projetos de política nacional em um produto de um artefato mental que buscava traduzir por meio do discurso adotado a realidade vivida, eles estavam destinados a transformar dadas circunstâncias históricas, caracterizadas pela desintegração das sociedades brasileira e mexicana devido à ausência de uma cooperação e de um trabalho coordenado entre as unidades sociais destes organismos sociais. Para isto se carecia de um órgão central que fosse capaz de controlar o funcionamento de cada uma daquelas unidades de modo que a atuação de uma acontecesse em sincronia com a das demais, visando a manutenção de todo o organismo social.

Acima do bem-estar de cada uma das partes componentes está o bem-estar do todo, uma vez que o seu pleno funcionamento e a sua existência representa também que as partes estão existindo em condições normais próprias para a sobrevivência. Dessa maneira, utilizando-se da ideia de Herbert Spencer de que em sociedades nas quais não há cooperação entre os seus membros, a solução é a imposição de um centralismo hierárquico, Alberto Torres e Andrés Enríquez propõem como forma de implantar as reformas necessárias para a

transformação da realidade nacional, a montagem e o funcionamento de um governo central forte e atuante na defesa dos interesses nacionais.

Em suma, cabe ao Estado exercer o papel de cérebro ou órgão central responsável pela coordenação do funcionamento e pela integração das partes que compõem o organismo social. Tem-se, assim, a justificativa intelectual para a implantação de regimes políticos de tendência autoritária, que sustentam a imagem de uma sociedade una e indivisível, marcada por um controle social que normaliza, uniformiza e totaliza o conjunto da vida social em nome do valor dominante da identificação entre o Estado e a sociedade civil. Exemplo típico disto foi o Varguismo no Brasil e o Cardenismo no México.

Não é por acaso que Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez eram contrários à aplicação no Brasil e no México do individualismo difundido pelo pensamento liberal, pois a ideia dos direitos individuais acima do bem-geral da coletividade apenas geraria nas sociedades brasileira e mexicana a anarquia causadora da dissolução da existência social. Um grande desafio a ser enfrentado pelos dois países estaria exatamente no fato de que as associações, as classes e os grupos de interesses predominam sobre o bem comum.

Daí que Alberto Torres critica àqueles que, baseados na concepção deste predomínio, concebem o Estado como algo oposto ao indivíduo, uma vez que

habituaos, pelo falsíssimo critério do contraste entre noções externas, a conceder o Estado e o indivíduo como entidades opostas, esses espíritos radicais são levados a crer que, resultando da ação conjunta dos indivíduos, o Estado representa uma função particular da sociedade, destinada a realizar certas faculdades limitadas, cujos poderes e cujo exercício são natural e forçosamente demarcados. Em um ponto de vista teórico, admitida a existência de uma sociedade plenamente normal, onde as faculdades sociais se desenvolvessem e se aplicassem com inteira espontaneidade, dotadas de todos os recursos da força material e psíquica, concebe-se que o Estado pudesse ser dotado de funções rigorosamente definidas e prescritas. Na sociedade brasileira estas condições estão longe de existir. Não é verdade, em primeiro lugar, que, na sociedade brasileira, o Estado e o indivíduo contraponham-se e se encarem, reciprocamente, como duas forças ativas, opostas uma à outra. O indivíduo é ainda uma entidade apagada, indefinida. Entre o homem e o órgão político da sociedade, interpõe uma multidão de corpos, associações, agregados permanentes ou adventícios, que esmagam o indivíduo ou o arremessam para obscura e remota perspectiva.<sup>1</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, é necessário que o bem da coletividade seja colocado acima dos direitos individuais como a maneira de impedir que estes resultem em prejuízo à soberania nacional, entendida como o poder de autodeterminação não subordinado

---

<sup>1</sup> TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978a, série IV, v. XVII, p. 136-137. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasiliana).

a nenhum outro, seja interno ou externo, em obstrução à faculdade do Estado em intervir para realizar os seus fins e o do direito e em favorecimento de alguns interesses particulares, acentuando desigualdades sociais. Em suma, pôr o bem da coletividade acima dos direitos individuais significa evitar que estes se contraponham ao bem-geral. Assim, a sociedade chega a um ponto de equilíbrio estável e definitivo. A respeito deste equilíbrio, o autor mexicano afirma que

quando em nosso país a população chegue a converter o equilíbrio instável atual em um equilíbrio estável e definitivo, então poderá entender a simples verdade de que o interesse de um tem que começar pelo interesse dos outros. Se o particular faz o impulso, a sociedade dá o resultado. Assim, pois, compreender-se-á no México que ao trabalhar cada indivíduo, deverá buscar antes o proveito de seus compatriotas que o seu próprio, certo que este se derivará daquele, e o sentimento do engrandecimento nacional desenvolver-se-á.<sup>2</sup>

Como uma forma de reforçar o seu ponto de vista, Alberto Torres defende a perspectiva da preeminência da sociedade sobre o indivíduo, pois “o indivíduo é uma fração mínima, uma unidade perdida, quase atômica”, enquanto que as sociedades são “associações dominadas e dirigidas por energias mais fortes”.<sup>3</sup> Partindo deste pressuposto, o autor brasileiro chega a afirmar que a sociedade faz os indivíduos, rejeitando qualquer estudo de uma sociedade que se sustente na ação isolada dos indivíduos. Para ele,

a sociedade faz o indivíduo; o caráter e o valor são, normalmente, determinantes das tendências, sobre um caudal de energias; quando há ordem na sociedade, cada onda é feita do concurso das correntes individuais; na anarquia, as ondas são feitas dos ímpetos e dos saltos acrobáticos dos apetites e das ambições. As personalidades fortes são esmagadas, de encontro à própria fortaleza; as almas bem-intencionadas, esterilizam-se na amargura e na descrença. Tudo isto, porém, significa apenas uma coisa: a sociedade faz o indivíduo; mas não pode produzir indivíduos úteis uma sociedade que se não acamou em seu leito natural – que não coordenou a sua direção.<sup>4</sup>

Assim como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez defende a ideia da preeminência da sociedade sobre o indivíduo, com o controle social daquela sobre este, pois o individualismo tão somente promove a desintegração da sociedade por não se preocupar com a representação do todo social. Para Andrés Molina Enríquez, quanto maior é uma sociedade, maior deve ser o prevalecimento desta sobre o indivíduo. Segundo as suas próprias palavras,

<sup>2</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978, p. 425-427. (Colección Problemas de México).

<sup>3</sup> TORRES, 1978a, p. 140.

<sup>4</sup> TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978b, série III, v. XVI, p. 51-52. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

a medida que as sociedades crescem em extensão e força integral, diminuem a amplitude e a intensidade da ação do indivíduo; porém, em sentido oposto, mercê à lei econômica da divisão do trabalho, crescem o bem-estar e a felicidade do mesmo indivíduo, o qual produz o progressivo aperfeiçoamento deste último. Sobre isto, não acreditamos ser necessário insistir, e só chamamos a atenção de nossos leitores para o fato de que contra o que sustentam diariamente quase todos os nossos publicistas, a maior liberdade individual não corresponde ao maior, mas ao menor progresso; os indivíduos de maior liberdade são os selvagens; a medida que o progresso avança e que a civilização floresce, a liberdade individual restringe-se.<sup>5</sup>

A quem caberia o papel de manter o bem-geral da coletividade acima de qualquer interesse individual ou de grupo? Ao Estado que contasse com um governo central forte que se fizesse presente nas várias áreas, política, econômica, social e cultural, de tal maneira que promovesse um desenvolvimento para beneficiar toda a população e não só a determinados setores da sociedade. Agindo assim, o Estado seria capaz de estruturar o país e impedir, ao mesmo tempo, a sua dissolução diante das ameaças externas.

Sem a união de todas as unidades componentes do organismo social em torno do bem-geral, o que é estimulado pelo Estado, não há como este organismo desenvolver-se, ou seja, sair de forma amorfa para adquirir uma estrutura e uma diferenciação funcional. Isto é um trabalho de despertar da vitalidade do organismo social, ou seja, de estímulo e interferência em cada uma de suas partes para que se desenvolvam e visem o bem-comum em coordenação com as outras. Trata-se, enfim, de se obter um funcionamento adequado ou, simplesmente, uma organização baseada em uma harmonia entre as unidades sociais, cujas consequências seriam, em primeiro lugar, o fim de um quadro de degenerescência ou de amorfismo do organismo social e, em segundo lugar, a estruturação da vida social de tal modo que cada parte ou órgão teria a consciência de sua função para a existência da sociedade nacional. A respeito deste pensamento estatal-centralista, pode-se dizer que ele bebeu nas fontes do positivismo e do organicismo, principalmente, deste último, uma vez que

é palpável a adequação da metáfora organicista para expressar uma visão conservadora do próprio processo de mudança que se pretende acionar, ressaltando a perdurabilidade do passado no presente, a concepção do crescimento e da mudança como desenvolvimento de um princípio interno contido na origem, a indispensável maturação do corpo social antes da efetivação de reformas ou enxertos institucionais. O poder estatal forte é necessário não somente para erradicar os males do passado, cuja força de inércia só pode ser superada por uma cirurgia enérgica, como também para manter sob controle o próprio processo de mudança, assegurando a sobrevivência do que porventura exista de bom. Porém, não se trata, como nas versões mais exacerbadas do romantismo político, de aspirar à contemplação de uma plenitude da forma, à auto deificação da Nação. Trata-se, isto sim, de dar forma ao que não a possui. É clara, sob este aspecto, a conotação forte do termo **organização**. Trata-se de imprimir forma, de produzir estrutura e

<sup>5</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 347.

diferenciação funcional em uma sociedade percebida como amorfa, ameboide. O componente de transformação e mudança nesta ideologia aparece assim igualmente subordinado à metáfora do organismo. A mudança tem como finalidade a produção de forma, a qual exige como primeiro requisito a constituição de um cérebro ou centro coordenador. A aquisição de forma orgânica – a organização nacional – estaria assim na dependência de uma influência catalisadora, de uma estrutura estatal capaz de se intrometer em todo o organismo social, despertando a sua vitalidade.<sup>6</sup> (grifo do autor).

O diagnóstico das enfermidades sociais e o tratamento adequado para a erradicação delas passa necessariamente, de acordo com Alberto Torres, pela atuação de uma autoridade efetiva e prática que, por meio de sua ação coletiva e responsável, seja capaz de fazer previsão e intervir nos mais variados assuntos que envolvam a vida coletiva quando achar conveniente. Esta autoridade é o Estado, que é um fator de promoção da ação nacional e, conseqüentemente, de manutenção da vida do país, pois se constitui em uma força cujo objetivo é realizar os desejos e satisfazer as necessidades do conjunto da vida social. Este conjunto não é nada mais e nada menos que

a soma das energias vivas e autônomas. Transcorridos os processos psíquicos, que provocam, impelem e dirigem as vontades e os atos, a vida social resulta da soma das vontades e dos atos individuais, sob o influxo, brando, às vezes, de certos estados emotivos, ao impulso, violento, das paixões, outras vezes. As forças sociais reduzem-se, em última análise, a vontades, atos e relações – fatos positivos, observáveis, verificáveis: estas forças obedecem a impulsos, se não sempre egoístas, sempre individuais e imediatos. **As únicas forças da sociedade, que, assim, poderiam-se dizer espontâneas, caminham para realizar desejos e satisfazer necessidades de caráter individual.** Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de **manter a vida do país**, no que interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com os seus vários órgãos. A nação a quem falta este órgão está condenada a se dissolver, a se desagregar, a ser conquistada, e se o momento é propício, ao surto de outro povo mais forte, mais bem governado.<sup>7</sup> (grifo do autor).

Ao exatamente buscar atender aos interesses gerais da sociedade, o Estado desperta entre os membros dela a ideia de que a realização de seus desejos e o atendimento de suas necessidades devem ser compatíveis com o bem-geral, pois a concretização de seus interesses dá-se apenas com a existência em coletividade que é coordenada pelo poder estatal. Isto acaba por criar um vínculo à terra onde se vive e viverão os descendentes e, ao mesmo tempo, desperta laços de solidariedade em torno de um interesse comum pelo bem da coletividade, do qual depende a realização dos interesses particulares. Dessa maneira, o Estado forma o homem nacional a partir da fórmula justa que prega

<sup>6</sup> LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 362-363.

<sup>7</sup> TORRES, 1978b, p. 117.



“o Estado pelo indivíduo, pela terra e pela sociedade, no presente e no futuro”; e a verdade, que esta fórmula consagra, é, apenas, esta: a cultura do indivíduo e da sociedade não é outra coisa senão a ampliação, na democracia, da cultura, que o Estado sempre fez, de um grupo de indivíduos. Substituída a nobreza pela igualdade legal, e extintos os privilégios, a missão de cultura e de civilização não é mais do que a organização legal do mesmo instinto que conduziu os homens fortes do passado a se reunir e a fruir a associação por eles formada, explorando as multidões – não associadas, mas submetidas. Mais um documento da natureza evolutiva das instituições: fundado em proveito de alguns, o Estado foi-se desenvolvendo e ampliando; e até hoje, por todo o planeta, ele é, ainda, em grande parte, fonte de vida e de prosperidade para uma camada, mais ou menos vasta, da sociedade: todos os que vivem do erário público, todos os que têm negócios com os poderes políticos, e, principalmente, todos os que usufruem riquezas, propriedades, profissões, vantagens, resultantes das instituições, das forças e dos critérios do passado, criados pelo Estado. Em nosso país, o Estado é ainda órgão e patrono de uma minoria, entregue o povo aos azares das forças impulsivas de um passado que não cogitou dos destinos do homem brasileiro, e de um presente que o não conhece, nem mesmo como unidade de recenseamento e como aluno da escola pública.<sup>8</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, também a sociedade mexicana era um organismo social desestruturado e, por isso, encontrava-se em um estado amorfo, o que impossibilitava o seu progresso. Competiria ao Estado assumir a direção da sociedade nacional, levando o bem-estar a todas as unidades sociais a partir da ideia da construção do predomínio do bem-geral sobre os interesses particulares e, por conseguinte, criando em toda a população o amor à terra em que se vive e a percepção de que a realização dos interesses particulares depende do bem-geral da coletividade, o que conduziria ao aparecimento de uma forte unidade nacional.

A concepção de Andrés Molina Enríquez é que de nada adianta a existência de direitos individuais se não há força suficiente por parte do direito para obrigar a todos os membros da sociedade a respeitá-los. A única instituição com poder suficiente para isto é o Estado e daí a estreita ligação entre este e o indivíduo. A força do Estado está no fato dela ser legitimada pelo seu direito de exercício do poder para garantir a segurança e a realização dos desejos dos membros de uma sociedade contra todos aqueles que queiram afetá-los. Privilegiar alguns elementos sociais em detrimento dos demais é causar mal-estar entre eles, que deveriam atuar unidos, de maneira harmônica, cada qual exercendo a sua função para a existência da nação. É este mal-estar que se observa ao longo da história mexicana, levando a um estado de luta constante entre os elementos sociais e, conseqüentemente, à desordem regida por uma espécie de lei da selva. De acordo com Andrés Molina Enríquez,

os piores males para a sociedade mexicana derivam-se dos erros que os governantes têm cometido ao longo de nossa história independente, erros que têm propiciado que no México imponha-se, no final das contas, a lei da selva, preconizada como

<sup>8</sup> TORRES, 1978a, p. 229-230.

princípio motor da vida social. As decisões políticas e, em geral, a intervenção do Estado na vida social leva ao questionamento da lei da selva como princípio motor da vida social e nem por assomo pode-se aceitar que na vida da sociedade deve governar a lei do mais forte. A ação que o Estado deve desenvolver na sociedade não deve estar encaminhada a favorecer o benefício dos mais fortes, dos possuidores da riqueza e da cultura. Em outras palavras: a política não deve estar a serviço da natureza, isto é, da lei da selva. A política pode submeter a natureza ou, pelo menos, dirigi-la, mas, de qualquer forma, colocar-se acima dela.<sup>9</sup>

Portanto, a missão do Estado consiste em construir a unidade de uma sociedade nacional, conciliar os setores sociais que têm sido inimigos e se colocar a serviço de todos os seus membros da sociedade sem exceção. A construção da nacionalidade significa conciliação e não discórdia. É uma tarefa que compete ao Estado, que pode ser realizada quando este ajuda a difundir o princípio do bem-geral da coletividade acima dos interesses particulares.

Neste ponto surgem, entretanto, dois questionamentos: Como garantir que os governantes colocarão o interesse geral acima dos interesses particulares, não privilegiando àquele grupo social de onde provêm ou àqueles setores que mais colaboraram para a sua chegada ao poder? Isto não é um obstáculo para que o Estado exerça o seu papel de órgão central capaz de integrar os órgãos e coordenar o funcionamento harmônico deles em um organismo social? Pensando exatamente nisto que Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez desenvolveram a ideia da necessidade de se adotar uma política acima dos faccionismos.

### **3.1 Por uma política acima dos faccionismos**

Para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, a política que o Brasil e o México precisam é uma política racional, integral ou orgânica, que baseada na observação, no estudo e na reflexão dos problemas nacionais, seja capaz de adotar ações lúcidas e racionais para solucioná-los de forma compatível com a experiência, isto é, com a realidade. Longe da política ser o resultado das ações arbitrárias de grupos visando apenas o estabelecimento de uma ordem que lhes garanta o domínio do poder e os seus interesses, ela deve ser um conhecimento oriundo da experiência e acima dos interesses pessoais, de classe ou de associações. Somente assim, a política poderá indicar as oportunidades e os meios de ação adequados para beneficiar a coletividade, impedindo os desentendimentos entre as unidades sociais e, conseqüentemente, gerando um estado de ordem sobre o qual se pode lançar os fundamentos para o progresso.

---

<sup>9</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 45-46.

Da união da ordem com o progresso cria-se as condições para o desenvolvimento da sociedade a partir dos princípios de conjunto, de harmonia e de equilíbrio, dando a possibilidade para a existência da nação. Não é por acaso que Alberto Torres refere-se às nações modernas como obras de arte política. Uma política racional, integral ou orgânica acabaria por despertar as consciências brasileira e mexicana e coordená-las para uma unidade nacional definida, lutando incessantemente contra os fatores e as tendências de desagregação.

Quando as instituições responsáveis por coordenar a política em uma sociedade nacional não têm como objetivo o bem-geral da coletividade, ao invés de serem um fator de organização nacional, acabam, na verdade, tão somente se tornando um complicador a mais no quadro de desorganização, pois longe encontram-se de se constituir na justa expressão do pensamento, do critério e do sentimento de todo o país. Tal complicação acentua-se ainda mais diante da ignorância do meio nacional.

A consequência disto é uma situação de degenerescência da vida política nacional, caracterizada pelos abusos, usos excessivos da violência e escândalos envolvendo as autoridades públicas, o que gera a sensação de licença para a prática de quaisquer atos ilícitos e a desmoralização das autoridades e o desequilíbrio funcional no organismo social pela ausência de um órgão central que possa realmente coordenar as partes do organismo. Algo mortal para a nação, pois a sorte de uma sociedade nacional depende dos atos, do temperamento e do caráter de seus dirigentes. Em outras palavras, a política deve fundar-se sobre a capacidade dos governantes.

Isto explica a preocupação de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez com os critérios a serem utilizados para a escolha adequada dos governantes. Trata-se, enfim, de critérios de seleção. Para Alberto Torres, o critério de escolha dos governantes deveria basear-se em uma seleção individual, enquanto que, de acordo com Andrés Molina Enríquez, dois seriam os critérios, ou seja, as seleções individual e coletiva.

Os mais aptos para governar seriam, segundo o intelectual brasileiro, aqueles que unissem os conhecimentos adquiridos com a aplicação prática destes no entendimento da realidade nacional e na solução de seus problemas. O primeiro passo a ser dado na escolha dos governantes é facilitar o acesso ao ensino superior dos mais capazes, ainda que não tenham boas condições financeiras. De acordo com ele,

se os governos velassem pela educação e seleção intelectual da sociedade, facilitando aos capazes menos afortunados o acesso às escolas e aos cursos superiores, e dificultando, quanto possível, o curso acadêmicos aos que só alcançam graças ao privilégio da riqueza paterna, poder-se-ia dizer que estaríamos em vésperas de realizar uma verdadeira democracia moderna, onde nenhum cérebro perder-se-ia, na inércia, ou por abandono.<sup>10</sup>

Observa-se aqui duas tendências importantes em Alberto Torres quanto à escolha dos governantes. A primeira delas é o critério da posse do diploma superior como uma condição fundamental para que qualquer indivíduo viesse a se tornar governante. O que ele critica não é valorização da posse de um diploma superior para a ascensão social e a ocupação de cargos públicos, mas o modo como se dá o ensino nas faculdades, marcado pela excessiva tendência para a teoria em detrimento do conhecimento prático, conduzindo à incorporação de ideias abstratas, importadas do exterior, que pouco ou nada tem a ver com a realidade nacional muitas vezes.

A outra tendência é necessidade de um processo seletivo neutro que possibilite o acesso dos mais capacitados à faculdade, independentemente da posição social, devendo o Estado conceder meios para a continuidade nos estudos daqueles que não dispõem de muitos recursos. Trata-se, enfim, de uma proposta de “democratização” do acesso ao ensino superior.

Além disso, Alberto Torres deixa claro que não basta apenas ao bom governante esta formação intelectual, mas também a capacidade de dar ao conhecimento adquirido um sentido prático na resolução dos problemas nacionais. Desenha-se, assim, o quadro que caracteriza a escolha dos bons governantes que deveriam conduzir o processo de reformas presentes no projeto de política nacional. Todavia, o que ocorre no Brasil e em outros países não é uma seleção a partir dos valores individuais, mas consistente na posição social, no poder financeiro e em critérios de caprichos e preferências pessoais. De acordo com Alberto Torres,

em nenhum país o mandato político está, atualmente, em mãos dos mais capazes. A educação intelectual não favorece, por outro lado, o desenvolvimento das faculdades de vasta percepção e remota e indireta previsão, que são a luz cerebral do político. Entre nós, onde os estudos são especiais, técnicos e profissionais, e os espíritos habituaram-se mais a reproduzir e adotar ideias que a apreendê-las e induzi-las dos dados da realidade, esta falha é ainda mais sensível. A nossa falta de senso e de preparo político é fácil de demonstrar, por meios de simples aplicação, para qualquer pessoa: estudar os trabalhos dos homens públicos, de outros tempos e de hoje; e deste estudo resultará, logo, que nenhum deles se ocupou dos problemas de **nossa** nacionalidade, de **nossa** sociedade, de **nossa** gente e de **nossa** terra; consultar dois de nossos políticos – tomados ao acaso – sobre os problemas capitais do país; e não

---

<sup>10</sup> TORRES, 1978a, p. 133.

se encontrará uma ideia comum, entre os dois, com visos de coisa capaz de servir de critério à direção de nossa vida prática. Fora dos chavões políticos e jurídicos da liberdade, do direito, da administração, da finança, e dos princípios de Economia Política, rural e de agronomia um indício de que os nossos estadistas tenham estudo os problemas de nosso clima e de nossa natureza, de nossas raças e de nossa índole: os fenômenos de nossas relações físicas e sociais. As classes superiores da sociedade são tão alheias às ideias e realidades da política, que as suas impressões sobre as coisas públicas não passam de sensação de prazer, ou de desprazer, por atos ou palavras, agradáveis ou não à sensibilidade, consoante ou não a prejuízos e conceitos superficiais, tomados em seu valor vulgar.<sup>11</sup> (grifo do autor).

Para Andrés Molina Enríquez, a escolha dos governantes seria o resultado de uma seleção individual e coletiva. A respeito da primeira seleção, ele afirma que o governante ideal é aquele que com a sua perspicácia e um passado político como exemplo é capaz de integrar os vários setores sociais em torno de sua figura, atendendo aos interesses de todos eles, mas exigindo, em troca, a lealdade à sua política nacional. Observam-se três aspectos com relação à escolha dos governantes a partir do critério da seleção individual para o autor mexicano. O primeiro é que ele não dá ênfase tanto à questão da formação intelectual como o fez Alberto Torres, mas destaca a capacidade nata do indivíduo em conhecer a realidade nacional a tal ponto que possa encontrar soluções possíveis para os seus problemas de maneira que beneficie à toda coletividade. O segundo aspecto diz respeito ao exemplo de vida do indivíduo, que por seu passado glorioso e marcado por demonstrações de patriotismo, é capaz de provocar a admiração dos membros da sociedade nacional, facilitando o apoio ao seu governo pela confiança causada por isto. E o último aspecto trata da relação paternalista entre o governante e o restante dos membros da sociedade nacional, que por ter os seus interesses garantidos pela autoridade do governante, deve agradecer-lhe na forma de apoio incondicional à sua figura e ao seu governo.

Quanto à seleção coletiva, entre os vários grupos da sociedade nacional, o poder deveria ficar nas mãos daquele que melhor representasse a nacionalidade, se adaptasse ao meio físico do país e entendesse a realidade nacional. No caso do México, esta missão caberia aos mestiços. De forma a tornar mais compreensível o que entende por seleção individual e coletiva, Andrés Molina Enríquez define que

a seleção que se faz em um grupo social para assegurar a sobrevivência dos indivíduos mais aptos é a **individual**; e a **coletiva** é a que se faz entre vários grupos sociais para assegurar a sobrevivência dos mais aptos também. A seleção que temos chamada **individual**, conduz de preferência, à adaptação dos indivíduos ao meio, e a seleção que temos chamada **coletiva**, conduz, de preferência também, à perfeição dos indivíduos.<sup>12</sup> (grifo do autor).

<sup>11</sup> TORRES, 1978a, p. 251-252.

<sup>12</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 346.

Dentro do processo de seleção individual, o bom governante, para a implantação de uma política capaz de promover a organização nacional, seria aquele que “estivesse acima de todos os partidos, ou seja, acima de todos os elementos de raça e de todos os grupos de ação social”.<sup>13</sup> Isto porque o intelectual enxergava no México de princípios do século XX uma distinção entre os elementos dos diferentes grupos sociais que implicava, em geral, na ocupação por cada um deles de uma posição social e na representação de cada um por uma agremiação política por causa da divergência de interesses. A relação entre o governante e o restante da população deve ser tão paternalista que Andrés Molina Enríquez crê que nela se desenvolve vínculos de amizade que devem fundamentar-se em uma lealdade recíproca. Por isso,

no que diz respeito à parte que ele tem que exigir de seus amigos, ela tem que consistir, substancialmente, em lhes pedir que quando a marcha das coisas por ele estabelecida causem-lhes prejuízos ou desagrado, acudam a ele para que adote o remédio, se puder, e no caso de não poder, conformem-se, sem acudir à revolução, sob a pena de se converter de amigos seus em seus inimigos mortais. Nesta virtude, todo descontente tem sido o seu inimigo, e o tem tratado como tal.<sup>14</sup>

Na seleção coletiva os elementos sociais a serem escolhidos como governantes deveriam ser os mestiços, uma vez que não apresentam os “defeitos” das raças que lhes formaram, isto é, os indígenas e os *criollos*. Os mestiços incorporaram apenas as qualidades importantes de cada uma das outras raças, o que lhes possibilita a garantia da existência em um processo de seleção coletiva. Segundo Andrés Molina Enríquez,

os mestiços repugnam dos *criollos* o catolicismo espanhol, o seu sentimento de autoridade e as suas tradições aristocráticas, e dos indígenas a sua abjeção de raça servil e o seu catolicismo semi-idolátrico. E como, para os mestiços, a religião, a autoridade e as tradições dos *criollos*, e o servilismo e a semi-idolatria dos indígenas, são formas de opressão à expansão de sua própria raça, deram ao seu desejo de se libertar delas a forma de um desejo de liberdade que os leva a se chamarem **liberais**.<sup>15</sup> (grifo do autor).

Além disso, os mestiços herdaram dos indígenas a capacidade de melhor adaptarem-se ao meio físico mexicano do que os *criollos*, uma vez que, de acordo com Andrés Molina Enríquez, teria nos mestiços mais sangue indígena do que espanhol, o que é consequência das circunstâncias de que o cruzamento destas raças aconteceu com um número muito reduzido de espanhóis. Tal cruzamento foi, em geral, entre os homens da raça espanhola e as mulheres da raça indígena, faltando todo um contingente de mulheres

<sup>13</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 133-134.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 109-110.

espanholas. E se o elemento espanhol considerava inferior o elemento *criollo* de sangue puro, achava o elemento mestiço mais inferior ainda por vê-lo confundido com o indígena. Por sua vez, o indígena, ainda que repugnava o mestiço por sua natureza híbrida, fazia isto em um grau menor e não ao ponto de evitar o cruzamento com ele durante a história nacional.

O resultado foi que os indígenas e os mestiços constituíram-se em raças mais fortes do que as dos *criollos* e espanhóis na luta pela sobrevivência no território mexicano. Para o intelectual mexicano,

se o objetivo e fim de toda seleção orgânica é conseguir até onde seja possível a adaptação ao meio, e é tanto mais perfeito um organismo quanto melhor alcança esta adaptação, não há dúvida em que o organismo do índio é um organismo superior, como verdadeiramente o é. Nem em todas as partes é possível a vida humana no território nacional; porém, nos lugares onde o é, o índio pode viver apesar das diferenças de altitude, clima, umidade e salubridade que existem entre esses lugares, se bem que nem em todos esses lugares multiplica-se do mesmo modo. O território nacional, de um modo geral certamente, só produz milho, pimenta e feijão, e o índio está preparado para viver unicamente destes produtos. O território nacional carece de meios naturais de fácil comunicação, e o índio está conformado para fazer grandes caminhadas a pé. O território nacional carece naturalmente de meios de transporte, e o índio tem um músculo especial que lhe permite ser animal de carga. O território nacional, pela variedade de suas condições meteorológicas, torna difícil a defesa artificial da vida contra elas, e o índio está acostumado a resisti-la nu. O território nacional, pela ação de múltiplas circunstâncias, tem em seu seio muitas extensas e variadas zonas de enfermidade e morte, e o índio está preparado para viver em muitas delas, sem outra defesa que a força de sua própria seleção. A raça espanhola na América esgotou as suas energias, como o demonstra a debilidade da Espanha e como o demonstra nos países hispano-americanos a debilidade dos *criollos*; por outro lado, as energias indígenas mostram-se em crescente desenvolvimento nos mestiços e se sentem palpar nos índios.<sup>16</sup>

Além da necessidade de se estabelecer critérios para a escolha dos governantes como um aspecto a ser considerado para a implantação de uma política orgânica voltada para o bem-geral da coletividade, deve-se também ter em consideração a importância de se pôr fim às representações partidárias, ou seja, às facções políticas que visam apenas defender os interesses particulares de determinados grupos sociais em detrimento do bem-estar geral da sociedade, pois a preocupação destas facções é tão somente promover agitações políticas em nome das lutas pela conservação de posições e a realização de interesses particulares. Destes partidos surgem legisladores e governantes voltados apenas para os enredos pessoais e de grupos, perdendo-se de vista o conjunto da vida social e promovendo desordens diante da ausência de consciência sobre a coletividade e de direção política. Desse modo, perde-se o vínculo do interesse coletivo, a consciência dos perigos comuns e o senso da solidariedade e da cooperação. O que as nações precisam é de uma política nacional, ou seja, de uma política

<sup>16</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 342-344.

acima das políticas dos partidos, que possa coordenar, por meio da observação, do estudo, da experiência, uma ação consciente sobre os movimentos da sociedade nacional.

Para Alberto Torres, o grande problema da política brasileira é a distância que se estabeleceu entre ela e a vida social como resultado da luta entre facções, representantes de interesses específicos de certos indivíduos, em torno de posições e ideias que não refletem os interesses da coletividade, buscando-se justificar as disputas pessoais pelo poder a partir de ideias que não dizem respeito à realidade nacional. Este alheamento da política com relação à realidade acaba por constituir a política brasileira,

de alto a baixo, em um mecanismo perturbador da ordem da sociedade, contrário ao seu progresso; governos, partidos e políticos, sucedem-se e alternam-se, levantando e combatendo desordens, criando e destruindo coisas inúteis e embaraçosas. Os governantes chegaram à situação de perder de vista os fatos e os homens, envolvidos entre agitações e enredos pessoais. E é este estado de coisas que todos têm por manifestação normal de nossa vitalidade, em torno do qual se debatem as opiniões, forma-se os partidos, elegem-se legisladores e chefes de Estado, surgem e desaparecem as personalidades, agita-se a oratória, fervilham doestos e calúnias, rebentam revoluções e violências de toda espécie, explodem crises de sangue e de escândalo; e, nesta agitação, que não representa, aqui como em outros países, outra coisa senão a estagnação de um povo descuidado de si mesmo, perdido na contemplação de miragens teóricas, paralisado, por falta de consciência e de direção, toda a atividade pública reflete-se em um eterno debate entre dois coros, onde as pessoas alternam-se, fazendo uns o papel de tiranos e de bandidos, outros de juízes punidores, contando, estes, hinos de louvor aos vencedores, clamando, aqueles, as mais tremendas e cruas objurgatórias.<sup>17</sup>

Estas lutas partidárias acabam por criar esquemas injustos de concessão de benefícios e privilégios para alguns indivíduos, pois estes benefícios e privilégios baseiam-se não em uma seleção individual, ou seja, nas qualidades e méritos pessoais, mas na simpatia e preferência apoiadas no espírito de corpo e no “coleguismo”, quando não, o que é ainda pior, no nepotismo. Dessa maneira, põe-se de lado os critérios da concorrência e do êxito em nome de formas equivocadas de solidariedade que estabelecem hierarquias, vantagens, superioridades e subalternidades, cujo efeito colateral é subordinar a justiça social à “justiça” do agrupamento. A cada grupo que chega ao poder, a tendência é substituir vários servidores do Estado, uma vez que cada um deles enxerga aos demais como adversários, compostos por membros de posições e comportamentos abjetos, devendo, por isso, serem excluídos do aparelho burocrático-estatal.

O critério para as escolhas e exclusões longe de ser racional, é tão somente emocional, acentuando ainda mais as discordâncias e as repugnâncias, o que leva a um estado

---

<sup>17</sup> TORRES, 1978b, p. 88.



contínuo de desordem. Nota-se isto claramente, de acordo com Alberto Torres, no fenômeno político conhecido como coronelismo, no qual, diante da necessidade do apoio local para a vitória nas farsas eleitorais, concede-se todos os tipos de privilégios e favores entre os governos federal, estaduais e municipais. Assim, para os aliados, tudo e a complacência da lei, e para os adversários, nada e o peso da lei na forma de repressão e violência desmedida. Sobre o coronelismo, o intelectual brasileiro afirma que

para documento dos fenômenos de dispersão, a política oferece um quadro altamente expressivo: a base de nossas organizações partidárias é a política local. Sobre a influência dos corrilhos eleitorais das aldeias ergue-se a pirâmide das coligações transitórias de interesses políticos – mais fracos na representação dos estados, dependentes dos estreitos interesses locais; tênue, no governo da União, subordinado ao arbítrio e capricho dos governadores.<sup>18</sup>

Outro resultado negativo das lutas partidárias é a ausência de uma política nacional que atenda aos interesses da coletividade e seja seguida pelos sucessivos governos, possibilitando a médio prazo dar os primeiros passos efetivos rumo à organização nacional. Cada grupo que ocupa o poder procura em seu governo adotar um programa diferente, interrompendo o trabalho do governo anterior, ainda que tenha logrado algum sucesso, por causa do egoísmo e orgulho partidários. Desse modo, não se consegue estabelecer no Brasil uma política da nação ou uma política orgânica fundada em ações que tenham como ponto de partida o conhecimento consciente da terra e não correntes de ideias rígidas e inflexíveis sustentadas na ortodoxia partidária e incompatíveis com a realidade nacional. Ao invés da política orgânica,

são patentes os desencontros e conflitos, nos programas dos governos que se sucedem; e, no trabalho de emendar erros e tapar buracos, missão única dos bons governos, a preocupação exclusiva com um ou dois objetos administrativos, que forma cada programa, absorvê-los tanto, e demanda tamanho esforço, contra as rodas desencontradas do mecanismo político, que não é lícito duvidar de cada período presidencial, preso aos compromissos de seu restrito programa, abandona e sacrifica tudo mais; donde resulta, por sua vez, que cada governo não faz senão destruir o pouquíssimo realizado pelos que o precederam.<sup>19</sup>

Quando os governos adotam uma postura como a acima descrita, perde-se a noção de futuro, concentrando-se apenas no presente e nos interesses momentâneos e se perde de vista a perspectiva da necessidade de que o bem-estar das próximas gerações seja garantido para que se possa dar continuidade à existência da nação brasileira, pois isto depende uma política orgânica que busque a solução definitiva, e não paliativa, dos problemas nacionais. Em outros termos,

<sup>18</sup> TORRES, 1978a, p. 68.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 158-159.

políticos e administradores encaram os indivíduos e o povo, em seu ser atual; a própria ideia do governo representativo é baseada sobre o postulado do direito ilimitado de cada geração de dispor do país ao seu arbítrio: donde resulta que a política formada de uma sucessão descontínua de desígnios e opiniões, inspiradas sobre as impressões mais vivas dos reclamos imediatos e das formas aparentes dos interesses. Este critério precisa ser definitivamente abandonado: cada geração devora a geração seguinte, supondo cuidar de seus interesses. É preciso impor o critério oposto de que políticos e estadistas devem adotar o método do exame do conjunto, do fundo da sucessão e do encadeamento dos problemas, para soluções definitivas.<sup>20</sup>

Na realidade, o repúdio de Alberto Torres pelos partidos políticos no Brasil da República Velha deve-se à relação que ele estabeleceu entre os partidos locais e o poder das oligarquias, servindo esses apenas como agremiações para a defesa dos interesses particulares delas, perdendo-se de vista a noção dos interesses da coletividade. Assim, tendo-se como justificativa a necessidade de uma política orgânica, o autor propõe que se crie uma alternativa à representação faccionista, que apenas conduzia o país a conflitos dilacerantes, e a adoção de uma representação da sociedade organizada, principalmente, por meio das classes econômicas, dando-se voz a toda vida social e não só a uma parcela dela. Isto seria o começo de um equilíbrio social fundamental para a missão de organização nacional, a qual dependeria do apoio de todas as unidades sociais.

É em torno da preocupação com a inserção de outros setores sociais, além das oligarquias, na vida política que Alberto Torres desenvolve a perspectiva da representação corporativa e difunde uma avaliação pessimista sobre os partidos políticos como pensados pela doutrina liberal. Com relação à posição da doutrina liberal a respeito da representação política por meio de partidos, Alberto Torres diz que

os políticos que ainda leem pela cartilha do velho constitucionalismo inglês, acreditam que a realidade do regime representativo depende da existência de partidos organizados, com programas e quadros permanentes; mas a verdade é que as lutas modernas da opinião já não se adaptam a correntes uniformes e duradouras: os problemas são mais vastos, complexos e variáveis; com a intensidade da vida das novas sociedades, apresentam-se, a curtos intervalos, com os mais distintos aspectos; e o decurso de tempo, como a posição das questões, modificam a situação dos agrupamentos e a própria orientação das pessoas. Os partidos perderam, em toda a parte, o caráter de permanência, de rigidez, de inflexibilidade. A ideia de conservação – ambigualmente ligada, aliás, ao conceito tradicionalista e ao propósito de manutenção dos regimes vigentes – confundiu-se com a do liberalismo, nas formas conciliantes do oportunismo e do progressismo.<sup>21</sup>

A visão corporativista dos interesses coletivos de Alberto Torres tem em mira uma forma de organização e representação política da sociedade de tal maneira que esta possa

<sup>20</sup> TORRES, 1978a, p. 234-235.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 89.

estabelecer relações diretas com o Estado para obter deste os benefícios que tanto espera. Não se trata de manipulação da sociedade pelo poder estatal, mas de uma relação de troca, na qual aquela se utiliza de sua representação para pressionar este no sentido de criar as condições propícias para a garantia da existência e a concretização dos interesses e, em contrapartida, dá ao Estado o apoio necessário para a realização da política nacional que conduzirá o país à organização nacional. A força de um governo central depende deste apoio da sociedade.

Pensando em uma representação política na qual os deputados e senadores se preocupam não em atender aos interesses dos grupos de eleitores e dos estados que representariam, mas sim à comunidade nacional, Alberto Torres propõe um sistema eleitoral extremamente complicado para a escolha dos membros do Poder Legislativo. Ademais, é importante observar que como uma forma de fortalecer ainda mais o governo central ou a União e, por conseguinte, diminuir o poder que dispunha, sobretudo, os estados política e economicamente mais influentes da federação, no caso, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Alberto Torres chega a propor em sua reforma constitucional a substituição da nomenclatura estado por província. A explicação para isto estaria na alusão ao Império e em seu entendimento de que nesse período, enquanto eram províncias, os estados não dispunham de todo o poder que apresentavam durante a República Velha, principalmente, os três mais fortes, em detrimento do governo central, representando o federalismo republicano um obstáculo à constituição da unidade nacional.

No que se refere ao Senado, segundo o projeto de revisão constitucional de Alberto Torres, o seu corpo parlamentar seria constituído por três grupos de representantes,

procurando conciliar o critério político com o profissional, pois ao lado de representantes de classes estariam 21 senadores eleitos pelas Províncias e cinco eleitos por toda a nação. Ainda procura fazer que a representação das diversas profissões seja proporcional à importância delas.<sup>22</sup>

Desse modo,

o Senado compor-se-á de representantes, eleitos da seguinte forma: 1º) Cinco senadores, maiores de 35 anos, nomeados por todo o país; 2º) 21 cidadãos, maiores de 35 anos, nomeados pelas províncias e pelo Distrito Federal; 3º) 37 cidadãos, maiores de 35 anos, nomeados pelos seguintes grupos de eleitores: três senadores, pelos sacerdotes do Clero Católico; um pelos sacerdotes das demais confissões religiosas; um, pela Igreja e Apostolado Positivista Brasileiro; dois, pelas associações de caridade, mutualidade e fins morais, sem caráter religioso, de número limitado de sócios, reconhecidos pelo Governo; um, pelos eleitores arreligiosos; três

<sup>22</sup> LIMA, A. Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, série V, v. XLIII, p. 258. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

pelas congregações, academias, associações científicas, literárias e artísticas, de número limitado de sócios, reconhecidas pelo Governo, e professores de ensino secundário e primário; dois, pelos magistrados e advogados; dois, pelos médicos, farmacêuticos e cirurgiões-dentistas; dois, pelos engenheiros e industriais; cinco, pelos lavradores que cultivarem produtos de exportação; seis, pelos lavradores e produtores, em geral, de gêneros de consumo no país; um, pelos operários urbanos; três, pelos operários agrícolas; dois, pelos banqueiros, comerciantes, corretores e pessoas que exercerem profissões congêneres; dois, pelos funcionários civis e militares da União, das províncias e dos municípios; um, pelos jornalistas e redatores de outros órgãos de publicidade. O processo da eleição deste grupo de senadores será regulado por lei especial. O mandato dos senadores durará por nove anos. A representação das classes e das províncias não significa que estes senadores devam-se considerar, nem exclusivamente nem principalmente, advogados dos grupos sociais e das províncias que representarem, senão órgãos de seu pensamento e de seus interesses, no conjunto harmônico e permanente da sociedade nacional.<sup>23</sup>

Com relação à Câmara dos Deputados, esta seria composta de 125 parlamentares eleitos por sufrágio direto, sendo a metade eleita por distritos eleitorais, um quarto pelas províncias e o outro quarto por todo o país. De acordo com Alberto Torres, o Congresso Nacional funcionaria durante seis meses improrrogáveis, recebendo os parlamentares somente o salário referente aos dias efetivos de trabalho.

O autor brasileiro espera que por meio desta composição do Poder Legislativo o país se encontre realmente representado em sua ampla gama de opiniões e interesses, buscando com o exame destas opiniões e destes interesses e a conciliação chegar a uma orientação comum que tenha como objetivo o bem da coletividade. Portanto,

ilusório, como seria, em nosso tempo, retroceder à forma do governo de partido, impõem-se organizar a representação de modo a que o Poder Legislativo possa-se considerar o expoente da mentalidade do país, onde todos os órgãos do espírito e da atividade nacional tenham voto, para apurarem, com detido exame das opiniões e dos interesses e à luz da orientação social que a Constituição determina, o modo de solver as aspirações e necessidades do presente, mantendo e promovendo o desenvolvimento dos fatores gerais e permanentes da evolução do país. Assim, realiza-se, com a maior perfeição possível, o ideal do sistema representativo, já no ponto de vista da delegação do mandato, já no da representação dos interesses e das ideias. Maiorias e minorias perdem, assim, no conjunto das diversas formas da representação, a feição arbitrária dessas coletividades pessoais, heterogêneas, ou incolores, a que estão hoje reduzidos, em toda parte, os partidos políticos, – agremiações puramente numéricas, de todo anódinas, como valores sociais e intelectuais.<sup>24</sup>

Algumas considerações precisam ser feitas a respeito do sistema eleitoral para a escolha dos membros do Poder Legislativo, conforme é pensado por Alberto Torres. Primeiramente, trata-se de um sistema eleitoral, principalmente, no caso da eleição para o Senado, extremamente complexo e até mesmo utópico devido a pouca probabilidade de sua

<sup>23</sup> TORRES, 1978a, p. 253-254.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 254-255.

aplicação, o que pode ser demonstrado pelo fato de que Alberto Torres não conseguiu encontrar um modo de colocá-lo em voga, deixando sem explicação o processo como ocorreria a eleição. Ele que, baseado no cientificismo, tanto enfatizou a necessidade de um estudo da realidade nacional e a importância de se adotar soluções para os problemas a partir da observação, experimentação e prática, acabou, por meio do sistema representativo assim pensado, caindo no erro de que tanto criticava os teóricos “abstratos”, ou seja, a formulação de ideias vagas e com pouca ou nenhuma aplicabilidade na realidade.

Outro aspecto a ser levado em conta é como se pode garantir que, diante das pressões, coerções ou trocas de favores, uma representação classista não se deixe induzir pelos interesses particulares de seus eleitores ou de outras representações ou se submeta aos caprichos do mau governante, colocando em xeque o interesse geral? Como afirma Barbosa Lima Sobrinho,

os órgãos de classe, mesmo quando os componentes da corporação estejam contra o governo, não desejam perder as boas graças do Poder Executivo que, para eles, corporifica realmente o Estado. As representações proletárias receiam, mais que tudo, a polícia; as outras temem represálias econômicas e a influência das autoridades fiscais. Por isso mesmo, uma representação classista costuma agir, nas assembleias políticas, como as diretorias de associações de classe que, via de regra, por mais maltratadas que sejam pelos governos, preferem sempre as atitudes e os sorrisos da sujeição. Interesses políticos e interesses classistas não se confundem e não se identificam sempre, o que explica a necessidade de representação autônomas, classistas nos órgãos de classes, políticas nos corpos políticos. O ideal estaria em coordenar os dois setores e as duas influências, à procura de um entendimento mais perfeito e de uma interpretação mais completa.<sup>25</sup>

A eleição para a Presidência e a Vice-Presidência da República deveria ser realizada por meio de um colégio eleitoral, portanto, por via indireta, composto por senadores, deputados federais, presidentes das províncias e membros das Assembleias Legislativas, diretores do Tribunal de Contas, procuradores e delegados da União nas províncias e nos municípios, membros do Supremo Tribunal de Justiça e dos tribunais de segunda instância, magistrados e membros do Ministério Público, professores e diretores do Instituto de Estudos dos Problemas Nacionais (instituição educacional pensada por Alberto Torres para analisar os problemas do país e buscar soluções para estes nas várias áreas do conhecimento científico), membros das corporações e associações de caráter científico, artístico, profissional, social, moral ou sindical, de número limitado de sócios, membros das comissões sindicais, organizadas, com o respectivo número limitado, para representarem as classes que participam

<sup>25</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres**: sua vida e pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 364-365.

na escolha dos senadores. Alberto Torres acredita que, assim, serão escolhidos governantes capacitados e preocupados com o bem-estar da coletividade, pois, o eleitorado, que os elegerá, terá, por seu alto nível de instrução (condição para fazer parte dele), a capacidade de selecionar os indivíduos mais apropriados para as exigências dos cargos.

Novamente, assim como ocorreu com as eleições para o Poder Legislativo, há alguns questionamentos sobre a escolha do presidente e vice-presidente da República no sistema eleitoral elaborado por Alberto Torres. Quem garante que a eleição indireta não seria marcada por problemas como a eleição direta com a participação da população em geral, pois maior nível de instrução impediria os conchavos, a compra de votos, as pressões, a troca de favores pessoais? Como se pode ter certeza de que o governante eleito por colégio eleitoral levará mais em conta o interesse geral da sociedade que um escolhido por eleição direta, não buscando satisfazer os seus interesses pessoais e procurando manter-se no poder à custa de manipulação de seu eleitorado? Trata-se de pontos que não são refletidos por Alberto Torres ao elaborar o seu sistema eleitoral.

Andrés Molina Enríquez é mais radical do que Alberto Torres com relação àqueles que deveriam ocupar os cargos de presidente e vice-presidente da República. Como o México não se encontraria em um estágio evolutivo no qual a sociedade estaria totalmente integrada, sendo as suas unidades sociais capazes de colocarem o bem-geral acima dos interesses particulares, a Presidência da República deveria ser exercida por um ditador e a Vice-Presidência por um nome de sua confiança.

O presidente-ditador deveria adotar uma política de concessão de benefícios a todos os setores sociais, indiferente às divergências partidárias e de interesses, para, assim, conseguir o apoio geral para a implantação de uma política nacional visando a organização nacional, que beneficiará à coletividade como um todo. Trata-se, enfim, de uma relação paternalista entre o governante e os governados, pois, para aqueles que apoiam o presidente, há a concessão de benefícios, e, para os que se opõem ao seu governo, existe a represália. Contudo, uma relação deste tipo, para que tenha sucesso, depende de várias qualidades políticas por parte do governante, como por exemplo, um espírito patriota admirado por toda a população, demonstrado pela participação ativa em grandes acontecimentos da história nacional, e a capacidade de perceber quais são os anseios, desejos e interesses dos diferentes grupos sociais, buscando compatibilizá-los com uma política nacional orientada para o bem-geral da sociedade nacional.

Adquirindo com qualidades como estas o prestígio entre todos os grupos sociais e partidos políticos que representam os seus interesses, o governante pode colocar-se sobre todos eles e adotar uma política orgânica ou integral que imponha na sociedade laços de organização e cooperação que mantenham unidos todos os elementos da população. Portanto, o trabalho de adoção de uma política integral é fruto de uma autoridade forte que se põe acima dos faccionismos. Este trabalho é fundamental em

agrupações humanas nas quais não há comunidade de interesses, de sentimentos e de desejos, e, como consequência disto, não existe uma nação no estrito sentido da palavra, e as unidades que formam esses grupos, alheias umas às outras, geralmente, e ainda antagônicas às vezes, não constituem uma verdadeira pátria.<sup>26</sup>

Na política integral o governante exerce um papel de árbitro, colocando-se acima dos faccionismos por causa de suas faculdades extraordinárias e de um modelo de conciliação de todos os interesses existentes na sociedade sob a sua direção, no qual se submetem e se resolvem os conflitos de interesses. Desse modo, o presidente-ditador

começa a concentrar em suas mãos todo o poder subdividido, pulverizado em todo o aparato governamental. Pouco a pouco se ab-roga o direito de eleger aos governadores, e faz que estes se ab-roguem o de eleger aos funcionários inferiores todos, sem derrogar uma só lei eleitoral, e sem que sequer deixem de se fazer com regularidade as eleições em algum ponto da República, conseguindo com isto, poder fazer-se obedecer por todos esses funcionários. Do mesmo modo, ab-roga-se todas as prerrogativas do Poder Legislativo Federal, e faz que os governadores ab-roguem as de suas legislaturas, e de igual modo, ainda que indiretamente, ab-roga-se as prerrogativas do Poder Judiciário, elegendo ele, ou pelos funcionários judiciais da Federação, fazendo que os governantes atuem do mesmo modo nos estados, e ainda intervindo em casos especiais, diretamente nas decisões dos juízes, coisa que os governadores devem fazer também em seus respectivos estados. Em resumo, assim, concentra-se o poder nas mãos do governo federal, e especialmente nas do presidente da República e de seus ministros do Estado que formam um Conselho semelhante ao dos soberanos absolutos.<sup>27</sup>

Diferentemente de Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez não se preocupa com a forma de representação política e nem com a composição do Poder Legislativo, uma vez que, para ele, mais importante do que o processo eleitoral, é o controle do presidente da República sobre as eleições de modo a garantir a escolha de deputados e senadores e de governadores de estado e representantes das assembleias estaduais que sejam compatíveis com a política integral nacional. Ao invés de correr o risco de entregar totalmente nas mãos da população a escolha de seus representantes, o que poderia resultar na eleição de indivíduos sujeitos apenas a interesses particulares, como propõe Alberto Torres, Andrés Molina

<sup>26</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 134.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 135.

Enríquez, na dúvida, prefere um sistema eleitoral controlado desde um centro de poder político e apenas existente para dar a imagem da permanência de um certo regime democrático do qual toda a população participaria. Estendendo tal controle também ao Poder Judiciário, o presidente da República também deveria escolher os seus membros baseado nos critérios da capacidade para o exercício do cargo e de adesão à política integral, impedindo, assim, ações por parte deste poder que sejam incompatíveis com as vontades do Poder Executivo federal. Os governadores, de inteira confiança do presidente da República, deveriam adotar atitudes similares com relação aos poderes Legislativo e Judiciário estaduais.

Na realidade, em nome da necessidade de uma política acima da divergência de interesses e dos faccionismos, Andrés Molina Enríquez propõe o controle do presidente-ditador sobre a eleição dos representantes e a nomeação de funcionários dos três poderes a nível federal e estadual, e, conseqüentemente, a prática de ações compatíveis com os anseios e desejos do Poder Executivo Federal, que representam o bem-geral da nação, por meio da interferência nos poderes Legislativo e Judiciário e nos estados, colocando-se em xeque a divisão dos poderes e de suas respectivas funções na República e o pacto federativo em nome da causa da centralização.

A política integral deve implantar uma conciliação entre os diversos grupos sociais para se acabar com um quadro de desordem social provocada pela ausência de um interesse em comum e pelos faccionismos que os isolam e buscam dar vozes apenas aos interesses de certos setores da sociedade. Porém, para que tal conciliação surta efeito, é preciso que inclua todos os grupos e não somente as classes dominantes, como foi a política de Porfirio Díaz. Todos os setores sociais devem participar do modelo conciliatório que os colocará em acordo e integrará toda a sociedade, pois, como todos eles serão aceitos como um ponto de apoio essencial para a organização nacional, beneficiar-se-ão do bem-estar produzido por esta organização. Dessa maneira, consolidar-se-á um sistema no qual todas as unidades sociais aderirão à política do Estado, cuja autoridade máxima é o presidente da República. O fundamento da conciliação será a amizade, expressão utilizada por Andrés Molina Enríquez para representar uma relação paternalista entre o Estado e a população. A respeito desta relação, o autor mexicano afirma que

as fibras que desde as unidades mais humildes enredam-se e tecem nesse sistema até a personalidade do presidente, que é o nó a que convergem todas, é a amizade: amizade que, como todos os afetos que levam em conjunto este nome, dá direito a exigir do amigo tudo o que o amigo pode conceder, segundo o grau de amizade que se tem, e a categoria, a personalidade e as condições do amigo que usa esse direito;



mas que, por outro lado, impõe a este último amigo, para com o outro, obrigações correlativas, segundo também o grau de amizade que une os dois, e a categoria, a personalidade e as condições do obrigado. Por causa dessa amizade que oferece todas as matizes da mútua consideração e do mútuo sacrifício, todas as unidades sociais podem pedir ao presidente da República, segundo as suas necessidades e tendências próprias, e o presidente da República pode-lhes ir concedendo o que pedem; porém, por outro lado, pede-lhes, por sua vez, sacrifícios proporcionais. Dessa maneira, reparte entre todos amplos benefícios, e obtém o sacrifício de todas as pessoas, conseguindo orientar para a sua todas as vontades.<sup>28</sup>

Com a conciliação impede-se qualquer forma de desordem social, uma vez que isto pode significar uma ameaça às conquistas que venham a ser obtidas por meio da política integral implantada e coordenada desde o Estado. Isto sem falar no temor diante o poder do Estado, principalmente, do Executivo federal, que se pode fazer sentir na forma de repressão àqueles que se oponham à tarefa de organização nacional. A vantagem de um modelo de conciliação como este é que

a amizade pode ser para todos, segundo a maleabilidade sob a mão da autoridade, uma desculpa para a obediência e a submissão; a amizade, calando todos os orgulhos, dobra todas as inflexibilidades. Prontamente, a amizade do presidente da República tem a vantagem de não obrigar os grupos de ação social a transigir entre si as suas tradicionais diferenças; cada um deles pode seguir encastelado em suas preocupações para com os demais; ao final, os sacrifícios impostos a uns em razão dos outros aproximará a todos e atenuará pouco a pouco as diferenças.<sup>29</sup>

Outro ponto relevante considerado por Andrés Molina Enríquez na luta contra os faccionismos é a necessidade de se extinguir com um fenômeno político similar ao coronelismo no Brasil, que no México denomina-se como *cacicato* ou *cacicazgo*, pois esses caciques impedem a constituição de um governo central e normal, que, por causa de sua influência econômica e política, passam a dominar cada distrito e recanto do país, dividindo-o e levando aos caos cada região em que mandam quando não veem os seus interesses atendidos pelos governadores dos estados e pelo presidente da República, ficando estes à mercê daqueles. Dessa maneira, os caciques levantam-se contra o poder legal, paralisando-o e, por conseguinte, gerando um estado de anarquia. Por isso, o presidente-ditador

tem que fazer o trabalho da concentração do poder e para isto deve favorecê-lo, em grande parte, as suas condições de guerreiro vitorioso; porém, se para concentrar o poder sem romper as formas republicanas tem que se tornar Augusto, para reduzir e submeter a tanto senhor feudal como existe na República tem que desenvolver as mesmas qualidades de astúcia, perseverança, energia, e até de perfídia e crueldade que fizeram célebres os criadores da França contemporânea.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 136-137.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 142-143.

Entretanto, a existência de um governo central forte que promova uma política orgânica ou integral capaz de integrar todas as unidades do organismo social e coordená-las para um funcionamento harmônico, acima das divergências de interesses, seria facilitado por um regime constitucional compatível com o estágio evolutivo da sociedade nacional, ou seja, com as necessidades dela. No caso do Brasil e do México, como é fundamental, para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, a construção de um Estado poderoso, incontestável, irresistível e eficaz para promover uma política nacional que conduza o país à organização nacional, a Constituição deve perceber esta necessidade e facilitar as condições para a centralização e a edificação deste Estado forte.

### **3.2 A crítica ao regime constitucional abstrato**

Utilizando-se do pensamento cientificista que afirma a importância de um conhecimento da realidade, isto é, da experiência, para a adoção de quaisquer medidas que venham a solucionar os problemas da sociedade, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez concordam com a ideia de que um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos países é compatibilizar a lei com a realidade, ou seja, aproximar o regime constitucional das condições locais. Em outras palavras, é preciso estabelecer uma concordância entre as leis e a vida da sociedade a partir do estudo racional dos dados concretos, observados e verificados pela experiência.

O maior dos obstáculos para a concretização da organização nacional é o desconhecimento da realidade e a adoção de iniciativas fundadas apenas em ideias abstratas. É exatamente isto o que acontece, de acordo com Alberto Torres, com relação ao regime constitucional no Brasil, que rege com as suas leis, oriundas de um artificialismo e não do estudo direto dos problemas do país, um regime político que não conduz à integração da sociedade nacional por meio da satisfação de suas necessidades e da realização de seus interesses. Desse modo, o diagnóstico que o autor brasileiro faz da Constituição de 1891 é de um conjunto de normas de caráter não-prático que levam a um funcionamento irregular da Constituição e a processos artificiais que a deturpam.

Em suma, a Constituição de 1891 não passa de uma lei teórica. Isto se deve às medidas legislativas inspiradas em ideias abstratas e na adoção de medidas tomadas no calor das discussões, sem uma reflexão suficiente e, por isso, sendo de improviso e fruto do acaso; interferindo de forma nula ou negativa na sociedade e não contribuindo em nada para a melhoria de um estado de desordem que impera. Por sua vez, tais medidas legislativas são o resultado de uma

educação intelectual que não favorece o desenvolvimento das faculdades de vasta faculdades de vasta percepção e remota e indireta previsão. Entre nós, onde os estudos são especiais, técnicos e profissionais, e os espíritos habituaram-se mais a reproduzir e adotar ideais que a apreendê-las e induzi-las dos dados da realidade, esta falha é ainda sensível. Não há, em toda a nossa história constitucional, um só documento em que se vislumbre o reflexo de um raio de luz sobre o conjunto social do país e a perspectiva de seu futuro.<sup>31</sup>

O que faltava aos legisladores brasileiros é a capacidade de elaborarem leis adaptadas às formas sociais e ao espírito de seu tempo, ou seja, que sigam a marcha da evolução e as transformações nos costumes e nas tradições da sociedade nacional, ao invés de se apegarem apenas a concepções teóricas e a um estilo legislativo, metódico e simétrico, regular e lógico, assimilado dos textos jurídicos franceses. Daí que Alberto Torres afirme que se deve preferir o modelo inglês e norte-americano de se elaborar textos jurídicos, que, por dar ênfase às formas explicativas, permite ao legislador dar maior clareza ao seu pensamento, o que não é possível obter-se por meio de textos sintéticos, que deixam lacunas e pontos obscuros, abrindo margem para vários tipos de interpretação da lei e dificultando a sua execução. As Constituições da Inglaterra e dos Estados Unidos, pela preocupação em serem claras e harmonizarem a lei com a vida nacional, devem ser referências, pois

a Constituição é a expressão, o leito e o reflexo da vida nacional, o espelho de seu desenvolvimento, como na Inglaterra e nos Estados Unidos: noção que permitiu ao primeiro desses países realizar uma vida legal e harmônica, com uma constituição feita de textos cujo sentido vai evoluindo com a marcha da sociedade, e costumes e tradições que se transformam, adaptam-se, substituem-se, caducam e reaparecem, sem que os intérpretes vejam nisto conflito ou infração da lei, guiados pelo senso superior que faz da política – isto é, da arte de fazer o acordo das leis com a vida da sociedade – o critério diretor da legislação, do governo e da judicatura; e que inspirou ao segundo essa constituição de normas simples, quase desconexas, sobre as quais juízes e legisladores assentaram um mecanismo vivo de princípios orgânicos, induzidos dos textos constitucionais, ou imanentes no pensamento geral da Constituição e no de seu fim adaptativo aos particulares. Entre nós, a redação da Constituição e a interpretação constitucional fazem de cada disposição particular um princípio isolado, forte e eficiente, contra o conjunto expresso da Constituição, os princípios implícitos em suas cláusulas e as ideias que, precedendo logicamente as razões das disposições expressas e dos princípios implícitos, e as dominando necessariamente, formam a essência virtual – não só o espírito, no sentido comum da linguagem jurídica – mas a própria força motora, ativa e vital, do código da vida de um povo. Tais foram os magnos princípios que John Marshall induziu e elaborou das normas da Constituição americana.<sup>32</sup>

Os legisladores brasileiros não percebem, segundo Alberto Torres, o que representa a Constituição para um país, sendo a norma que rege a personalidade coletiva, uma vez que cada princípio nela contido é expressão dos pensamentos da vida nacional. Por isso,

<sup>31</sup> TORRES, 1978a, p. 251.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 215.

ele insiste tanto na importância de que os princípios da Constituição, que estão distribuídos em artigos, parágrafos e incisos apenas para facilitar a comunicação entre os órgãos públicos e a sociedade, mas que, na essência, formam uma unidade, devem adaptar-se à realidade a fim de que possam alcançar fins práticos e compatibilizem a Constituição com o grau de desenvolvimento evolutivo da sociedade. Acima das discussões passageiras e da filiação dos legisladores à esta ou àquela concepção teórica, devem os princípios constitucionais obedecerem à evolução e às necessidades da sociedade. Isto explica porque

uma das causas da confusão da força governamental com a forma discricionária, está no caráter das Constituições e das leis. Copiadas do estrangeiro, ou formuladas sob inspiração de ideias teóricas, e não atendendo aos fatos da sociedade, nem se aplicando a suas necessidades, o Poder Público sente-se, quando entra em contato com as realidades, desarmado para agir. A Constituição, como lei prática, não pode ser uma lei formal: é um verdadeiro roteiro político; uma síntese, não só dos métodos, processos e instrumentos, necessários ao progresso nacional, senão, também, de seus grandes fins e objetivos, ditados pela natureza de sua terra e de seu povo. Formada neste espírito, ela evita, por um lado, o arbítrio, e habilita o poder a realizar os encargos do governo. Cumpre gravar firmemente nos espíritos esta ideia de que a lei constitucional é uma lei nacional – a fonte de todas as leis nacionais e a lei nacional suprema – onde os problemas do presente e os do futuro devem estar indicados e fixado o índice de suas soluções.<sup>33</sup>

Se se observa a Constituição de 1891 enquanto uma obra estética, ela é, segundo Alberto Torres, um notável documento de cultura jurídica, caracterizado pela excessiva preocupação em estabelecer regras e funções e proclamar os ideais da liberdade e democracia. Entretanto, na prática, o que se nota é que as disposições contidas em tal constituição não são obedecidas por causa da ausência de inteligibilidade das leis, explicada pelo fato de que ela foi o resultado não de um trabalho legislativo fundamentado na observação e experiência, mas sim na transferência de concepções jurídicas estrangeiras, tendo como modelos a Constituição dos Estados Unidos com o seu regime presidencial e federativo e as teorias dos publicistas franceses. De maneira a dar um caráter mais eficaz e prático à Constituição de 1891, Alberto Torres propõe uma revisão constitucional que siga os seguintes princípios:

I. A Constituição é uma lei política, de fins práticos, fundada em objetos sociais concretos, e destinada principalmente a manter ligados, harmônica e organicamente, os interesses gerais e permanentes do país; II. A base de sua interpretação é o fim prático e social que o seu conjunto e os seus princípios destinam-se a realizar; III. Nem o sentido literal do texto, nem a fonte, origem, escola, ou tradição doutrinária a que estiver ligado, servirá de argumento a qualquer interpretação contrária ao seu destino prático e fim social; IV. Por elemento histórico da interpretação deve entender-se, não somente, nem principalmente, os debates, pareceres, discursos legislativos e mais atos preparatórios da elaboração da lei, mas,

<sup>33</sup> TORRES, 1978a, p. 249.

sobretudo, a razão de legislar e os interesses, as relações e os fatos, inspiradores dos princípios legislativos, e os seus fins permanentes e gerais; V. Sendo objeto da Constituição e das leis promover os fins da sociedade e da vida individual, os seus princípios devem ser entendidos no sentido mais favorável a tais fins: ao desenvolvimento e progresso da sociedade e ao interesse e à prosperidade dos indivíduos; VI. O elemento prático da interpretação deve ser entendido com relação ao bem-estar geral e permanente da sociedade e do indivíduo, ao desenvolvimento e à sucessão progressiva dos fatos e fenômenos sociais e jurídicos, e jamais aos acidentes, fatos isolados e interesses parciais e momentâneos.<sup>34</sup>

Da mesma forma como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez insiste em que os legisladores devem preocupar-se ao elaborarem as leis de um país, principalmente, o conjunto das leis supremas, ou seja, a Constituição, com o estágio evolutivo da sociedade nacional e os aspectos específicos de sua realidade. Por isso, o intelectual mexicano afirma que o espírito de uma Constituição é determinado “pelo tempo e pelas ideias jurídicas, que como tudo o que se relaciona com a vida, evolui sem cessar”.<sup>35</sup>

Diante desta perspectiva, como o México ainda não atingiu um estágio evolutivo de desenvolvimento e organização nacional pleno, faz-se necessário acima de qualquer coisa a existência de um Estado forte, que ao exercer a função de órgão central, seja capaz de coordenar e harmonizar as ações das unidades componentes do organismo social nacional. Tal função deve ser facilitada pela Constituição, dando-lhe poderes para a realização de sua missão de estabelecimento da organização nacional. O principal princípio que deveria contar na Constituição para isto seria o de que os direitos da coletividade estão acima dos direitos individuais, pois se estes existem é porque são garantidos e protegidos de possíveis violações por parte de outros indivíduos, cabendo tal tarefa ao Estado, enquanto um órgão que dispõe de poder para punir os que infringem os direitos de outros e representante dos interesses da coletividade (pelo menos assim deveria ser para Andrés Molina Enríquez).

O despertar da unidade nacional, como já foi visto, está relacionado com a percepção por parte dos membros da sociedade nacional de que os seus direitos e interesses individuais dependem do bem-estar da coletividade, o que explica a necessidade de que tenham os direitos e interesses acima dos seus. Contudo, contradizendo à esta necessidade, a Constituição de 1857 dificulta a tarefa do Estado mexicano de promover a organização nacional ao ser regida pelo princípio de que os direitos individuais devem ser anteriores e mais importantes que a sociedade, “dando ao indivíduo uma força tal que, nos conflitos entre o indivíduo e o Estado, prevalece o indivíduo”.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> TORRES, 1978a, p. 268-269.

<sup>35</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 471-472.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 472-473.

Em uma tentativa de explicar este equívoco, Andrés Molina Enríquez afirma que ele está relacionado ao fato de que, na época da elaboração da Constituição de 1857, os legisladores não tinham conhecimento da teoria científica da evolução, pois esta ainda estava em uma fase de elaboração, isto é,

o conceito das sociedades como organismos vivos não tinha sido formado, e a verdadeira natureza das sociedades não se tinha conhecido. Acreditava-se, então, que o direito individual era o que formava as sociedades humanas: até a vida humana acreditava-se que dependia deste direito, que a negação deste último destruía por sua base a sociedade e que as alterações que nele pudessem fazer-se a prejudicavam. Dava-se, conseqüentemente, ao direito individual uma origem que era anterior e se afirmava que devia estar acima da sociedade, e, por conseguinte, de toda lei que emanasse desta, até da lei que presidisse a sua organização, ou seja, até da lei constitucional. Com a inviolabilidade dogmática de tal direito, pretendia-se evitar que os indivíduos fizessem desaparecer a sociedade e que a sociedade fizesse desaparecer os indivíduos.<sup>37</sup>

Este pensamento era um equívoco, pois, para Andrés Molina Enríquez, reforçar os direitos da coletividade significa dar maiores poderes aos órgãos públicos para assegurar certos direitos individuais, como por exemplo, o direito à propriedade privada. O que propõe o autor mexicano é que, em nome da garantia mínima dos direitos individuais contra possíveis ameaças de outros membros da sociedade, o Estado, enquanto representante da vontade e do poder do conjunto social, poderia violá-lo sempre que fosse algo necessário para o bem-estar geral. Daí que, por exemplo, como a má distribuição das terras é um fator de tensão no campo e causador da instabilidade dentro da sociedade mexicana, prejudicando à coletividade, o Estado teria poderes para expropriar propriedades privadas e realizar a reforma agrária, indiferentemente e acima do direito individual à propriedade privada. A posse excessiva desta nas mãos de poucos indivíduos implica em prejuízo ao restante dos membros da sociedade. Isto resulta em que,

ao declarar que a propriedade das terras e águas compreendidas dentro do território nacional, corresponde originalmente à nação e que delas se deriva o direito de domínio que em forma de propriedade privada podem ter os particulares, estabelece-se como princípio fundamental que sobre os direitos de domínio dos particulares está o direito de propriedade da nação; isto é, que o direito da nação como direito de propriedade é anterior e está acima dos direitos de domínio dos particulares; ou, em outros termos, que o exercício dos direitos de domínio dos particulares em que consiste o que se chama a propriedade privada está sujeito às limitações e modalidades que imponha a estes direitos o direito primordial e superior da nação, ou seja, da sociedade em conjunto.<sup>38</sup>

O grande risco que se corre ao dar na Constituição tanto poder ao Estado é que, ao invés deste promover uma intervenção estatal justa, progressista, racional e valiosa

<sup>37</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 472.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 473-474.

baseado no princípio de que é um representante dos direitos da coletividade e que estes direitos estão acima dos individuais, como pensa Andrés Molina Enríquez, apenas se utilize do mesmo princípio para justificar a repressão contra aqueles que se oponham a certos governantes e suas políticas. Assim, viola-se os direitos individuais não por causa dos interesses gerais da nação, mas sim devido a disputas pelo poder político.

Como o autor mexicano não vê a hipótese de que, no Estado pensado por ele, o governante acabe tendendo a certos grupos sociais em detrimento dos demais, seja por questões de classe, ideologia ou apoio político para alcançar e se manter no poder, acredita que se a Constituição der plenos poderes ao Estado para intervir na sociedade, isto será o resultado do interesse coletivo, uma vez que toda Carta Magna, ainda que seja imposta por uma escassa minoria e se encontre equivocada em suas concepções jurídicas, é “a mais exata expressão da vontade nacional, resumindo a ação dos que a impõem, a sanção dos que a consentem, e a importância dos que a resistem”.<sup>39</sup> Portanto, qualquer modificação ou revisão e a elaboração de uma nova Constituição é o resultado da suprema vontade nacional. Tal postura implica em que toda Constituição deve estar, para Andrés Molina Enríquez,

perfeitamente adaptada aos fatos no curso dos séculos, relacionada essa legislação com o estado social presente e desenvolvida a mesma para a realização dos princípios jurídicos mais avançados: toda Constituição deve derivar a sua força do laço em estreito abraço com o passado, presente e porvir. Toda lei constitucional em sua aplicação e execução engloba forçosamente tempos passados, presentes e futuros: o enlace evolutivo dos acontecimentos não deixa solução de continuidade entre os fatos materiais que os determinam, não permite que se tracem linhas precisas de separação entre esses fatos, e não torna possível, por isso, que se possam separar com exatidão as relações jurídicas que se desprendam, por sua vez, de fatos que foram, são e serão.<sup>40</sup>

Outro aspecto importante retratado por Andrés Molina Enríquez sobre a Constituição diz respeito à importância de que os imperativos categóricos nela contidos devem ficar resguardados sob a proteção do Poder Executivo federal para que sejam cumpridos, uma vez que ele deve ser o executor supremo da Constituição. Ademais, segundo o autor mexicano,

todos os artigos devem levar em si mesmo o império de sua aplicação e execução; em nenhum caso pode fazer-se depender esta aplicação e execução da existência ou falta de leis derivadas. Não havendo leis derivadas, deve entender-se que a aplicação e execução dos artigos constitucionais está compreendida nas faculdades do presidente da República como executor supremo da Constituição.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Álvaro. *Antología de Andrés Molina Enríquez*. México: Oasis, 1969, p. 256.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 256-257.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 257.

Todavia, o fortalecimento do papel do Estado de interventor na sociedade de modo a promover a organização resulta na ampliação da esfera de ação do governo federal presente na Constituição. Em outras palavras, ao invés da dissolução do poder público entre as esferas federal, estadual e municipal, o que pode levar ao embate em torno das competências de cada uma delas, contribuindo apenas para acentuar um quadro de desordem, para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, a Constituição deve propiciar, diante das necessidades impostas pelo estágio evolutivo em que se encontram as sociedades brasileira e mexicana, uma maior concentração de poder nas mãos da União para que esta possa cumprir a sua tarefa de promoção da organização nacional por meio das reformas contidas em um projeto de política nacional.

### **3.3 A centralização e a divisão de poderes no Estado nacional**

Diferentemente de Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez, devido à sua forte tendência a um pensamento mais autoritário, não chega a desenvolver uma concepção mais aprofundada sobre as esferas de ação ou competências da União, dos estados e dos municípios, e nem sobre a divisão e o papel de cada um dos poderes constituintes da República. A sua preocupação é tão somente em enfatizar a necessidade de uma grande centralização de poder nas mãos do Poder Executivo Federal (subentenda-se do presidente da República) em detrimento dos governantes estaduais e municipais e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Para o intelectual mexicano, a forma de governo da República federal como foi idealizada no período pós-independência pelos líderes políticos do México apenas conduziu a um estado de anarquia e à iminente ameaça de desaparecimento do país pela ausência de um governo central forte capaz de se colocar acima da dispersão dos elementos sociais, impondo a integração deles em nome da existência da sociedade nacional e garantia do bem-estar da coletividade. Por isso, a ausência de uma unidade nacional impõe como condição, pelo estágio evolutivo em que se encontra a sociedade mexicana, a constituição de um Estado no qual a maior parcela de poder deve estar na figura do presidente da República e no Poder Executivo que ele comanda, buscando convergir os objetivos dos governadores e prefeitos e as funções dos poderes Legislativo e Judiciário para a sua personalidade e as metas de seu projeto de política nacional. Desse modo, supera-se a debilidade do poder federal, dando-lhe a autoridade necessária para estabelecer uma organização coercitiva de cooperação obrigatória e integral.



A maneira de se obter isto é por meio do controle sobre a escolha dos governantes estaduais e municipais, dos representantes do Poder Legislativo, tanto os parlamentares componentes do Congresso Nacional, como os membros das Assembleias Estaduais, e dos funcionários do Poder Judiciário, seja a nível federal ou estadual, além da concessão de benefícios em troca da amizade, fundamentada na lealdade recíproca e na dura punição em caso de traição.

Com relação à questão da centralização, tal política implicaria, além de uma maior concentração de poder nas mãos da União, também em uma coordenação de ações entre os estados e a federação para a realização de propósitos de interesse nacional. Consequentemente, “o que os estados não possam fazer, pode fazê-lo a federação, e o que a federação não possa fazer, podem fazê-lo os estados; e quando estes e aquela possam, por sua vez, fazer a mesma função, sem prejuízo de suas respectivas atribuições, será para o bem do país”.<sup>42</sup>

Em suma, o sistema de organização política da nação, ao sobrepor o governo federal sobre os governos dos estados, possibilitará a integração de todo o país, dando corpo à concepção de nação mexicana. Daí a importância de que

os governos dos estados reproduzem a forma do governo federal e, na parte que corresponda aos governadores, devem estes trabalhar com faculdades discricionais semelhantes às do presidente da República e em acordo com este. Quanto maiores e mais profundas são as reformas que têm que se fazer em um país, tanto mais rápidas devem ser para que os prejuízos e transtornos que produzam, durem o menos possível.<sup>43</sup>

Para Alberto Torres, o grande desafio a ser enfrentado pelas instituições estatais está no excessivo poder dos grupos locais, que querem manipulá-las de acordo com os seus caprichos e interesses particulares. Desse modo, pensa-se a federação não da maneira como deve ser, ou seja, enquanto a união de estados autônomos sob um poder soberano, mas como a junção de unidades soberanas regidas pelos impulsos dos partidos estaduais.

Em outras palavras, prevalece-se a ideia de que as unidades da federação no Brasil dispõem de uma autonomia que chega ao extremo de uma pretensa soberania, o que impede o aparecimento de uma solidariedade entre elas necessária para a constituição de uma homogeneidade nacional e, consequentemente, para lançar as bases de uma organização

---

<sup>42</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Álvaro, 1969, p. 257-258.

<sup>43</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 477-478.

nacional. Tal organização nacional deve ser o trabalho de um governo central forte e consciente da importância do poder político disponibilizado entre os seus órgãos públicos, substituindo o regionalismo que apenas dá a imagem de que o Brasil é formado por uma constelação de pequenas repúblicas, pela proeminência do governo federal. Ao invés da hegemonia política pertencer aos estados, ela deve concentrar-se na União, o que não é refletido pelos políticos da República, pois estes

são estadualistas, por amor local e por força do interesse representativo; os intérpretes da Constituição, fiéis ao método de exegese que aprendemos no Direito Romano, e habituados a uma deplorável submissão ao argumento de autoridade, transplantaram para a nossa jurisprudência constitucional os conceitos e comentários da doutrina e da jurisprudência americana assim como haviam desenvolvido as regras do Direito Privado com ilustrações e comentários da doutrina e da jurisprudência portuguesa e francesa.<sup>44</sup>

O grande erro da Constituição de 1891 foi, segundo Alberto Torres, não subordinar plenamente os estados à federação, permitindo que os poderes dos órgãos estaduais fossem definitivos por exclusão como se os estados preexistissem, permitindo a eles uma descrição ampla de seus poderes. O que falta, então, é uma restrição dos poderes dos órgãos estaduais por meio da demarcação clara das esferas de ação da União, dos estados (que em seu projeto de revisão constitucional Alberto Torres passa a denominar como províncias) e dos municípios. A partir do momento em que isto fica esclarecido na Constituição Federal, caberá ao governo federal, em uma perspectiva similar a de Andrés Molina Enríquez neste ponto, enquanto o guardião e o instrumento da lei suprema do país, garantir o respeito e a execução do princípio das zonas de competência dos poderes federal, estadual (ou provincial) e municipal, tornando a vida jurídica nacional em uma realidade objetiva. Isto implica, antes de qualquer coisa, em um estudo sintético das linhas gerais de nosso direito, ou seja, em

fixar, em primeiro lugar, as disposições que definem os órgãos dos poderes federais e lhes conferem as atribuições, atentar para limitações expressamente impostas à ação dos poderes locais, examinar os direitos assegurados e as garantias outorgadas aos habitantes do país; ter em vista a autonomia municipal, que a Constituição manda observar; deduzir, de tudo quanto está exposto, os princípios que implicitamente contêm-se no sistema da organização federal, nas limitações postas, nos direitos individuais e na autonomia dos municípios; e, sobre este trabalho de seleção, de exclusão e de definições, circunscrever, enfim, o círculo da autoridade política dos estados.<sup>45</sup>

Alberto Torres não chega ao ponto, como o faz Andrés Molina Enríquez, de propor, em nome da causa da unidade nacional, a intervenção direta na escolha dos

<sup>44</sup> TORRES, 1978a, p. 74.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 81.

governantes e dos representantes nos órgãos estaduais e municipais e o controle de suas políticas de governo por parte do Poder Executivo federal de modo que haja uma convergência de metas entre as políticas adotadas pelas três esferas do poder. Entretanto, como um último recurso no caso de esgotada qualquer possibilidade de consenso entre a política adotada pelos políticos locais e os interesses nacionais, constituindo-se em uma ameaça para o regime federativo, propõe a intervenção direta da União nas províncias, pois

Alberto Torres previa intervenções que se não desmandassem em atos de força ou na exibição de prepotência, mas que se fizessem sentir oficial ou oficialmente, iniciando-se no terreno amistoso e não saindo dele senão depois de esgotados todos os recursos conciliatórios. Pensava antes em uma função quase paternal que mais orientasse do que impusesse, o que seria uma esperança vaga ou aleatória, considerados os impulsos que levam os governantes ao despotismo, sobretudo, se, no caso, fermentassem ressentimentos de velhas contas não liquidadas.<sup>46</sup>

Ao lado do mecanismo da intervenção direta da União como instrumento de fortalecimento do poder central e combate ao regionalismo que impedia a constituição de uma unidade nacional e tornava os estados em espécies de repúblicas soberanas sem conexão entre si, Alberto Torres chegou a propor, no mesmo sentido, a substituir a designação de estados por províncias. Conforme já foi dito anteriormente em outra parte deste capítulo da tese, a explicação para esta mudança de designação está na alusão ao Império e na compreensão do autor de que nesse período da história nacional, enquanto eram províncias, os estados não dispunham de todo o poder que apresentavam durante a República Velha, principalmente, os três econômica e politicamente mais fortes, no caso, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo Francisco Iglésias, o projeto de revisão constitucional de Alberto Torres

altera substancialmente dispositivos da Constituição de 1891, desde pormenores como substituir a designação de estado pela antiga de província, ou a “República dos Estados Unidos do Brasil” preferir “República Federativa do Brasil”, até coisas mais profundas, como o fortalecimento da soberania nacional, com mais objetividade e campo para intervenção do governo federal nas províncias, com outra redação do famoso artigo 6º, que fica mais amplo e severo, no aumento das prerrogativas do poder central. É uma das manifestações do sentido da proeminência do governo federal sobre o das unidades, pois não era do agrado do político e teórico o regionalismo que lhe parecia dominante a ponto de tornar o país uma constelação de poderes de republiquetas.<sup>47</sup>

Alberto Torres esperava que a intervenção fosse utilizada como um recurso objetivando a manutenção da ordem e tranquilidade nas províncias, impedindo que a

<sup>46</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 359.

<sup>47</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio. In: TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, série IV, v. XVII, p. 25. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

deflagração de lutas locais levassem a um estado de anarquia, a garantia de preceitos constitucionais como a liberdade, segurança e propriedade, e o bem-estar do cidadão por meio de fatores como a prosperidade, a educação, o trabalho e a remuneração justa. Dessa maneira, estabelece os casos específicos em que a intervenção faz-se necessária:

1º Para repelir invasão estrangeira, ou de uma província em outra; 2º Para manter o regime republicano federativo e a soberania política da União; 3º Para manter a ordem e a segurança nas províncias mediante requisição de qualquer dos órgãos de seus poderes; 4º Para assegurar a execução das leis e sentenças federais e apoiar o funcionamento normal e livre exercício dos poderes e autoridades federais; 5º Para assegurar ou restabelecer o estado normal de paz e legalidade em regiões conflagradas ou anarquizadas, bem como nas que não estiverem sob a autoridade e proteção legal dos poderes provinciais; 6º Para tornar efetivas as garantias constitucionais à liberdade, à segurança e à propriedade, assegurar aos cidadãos bem-estar, prosperidade e educação, direito ao trabalho e a seus instrumentos, bem como à justa remuneração de seus frutos.<sup>48</sup>

Além disso, Alberto Torres também prevê intervenção nos seguintes casos:

7º Para harmonizar as leis e os atos dos poderes das províncias e dos municípios com a Constituição, as leis e os atos federais, das outras províncias e dos outros municípios; 8º Para harmonizar os interesses gerais e permanentes, atuais e futuros, da nação e dos indivíduos, em todo o território do país; 9º Para garantir a liberdade comercial, apoiar a produção e assegurar aos consumidores a aquisição de tudo quanto interessar à vida, à saúde, à educação e à prosperidade, por seu justo preço; 10º Para facilitar a todos os brasileiros capazes os meios de instrução, estudo e aperfeiçoamento intelectual, quando não tiverem próprios; 11º Para tornar efetiva a educação moral, social, cívica e econômica das populações, a instrução primária e a agrícola, prática e experimental; 12º Para autorizar as províncias e os municípios a contraírem empréstimos internos e externos, verificar a sua necessidade e fiscalizar a sua aplicação; 13º Para assegurar e proteger a autonomia efetiva das populações e os interesses permanentes e futuros do povo, a legítima e regular representação popular nas eleições e moderação, justiça e critério na decretação e arrecadação dos impostos, 14º Para verificar a constitucionalidade dos impostos criados, bem como o emprego legal e reta aplicação dos dinheiros públicos, contra o abusivo exercício dos poderes locais, por parte de suas autoridades; 15º Para promover e defender os interesses gerais, permanentes e futuros do indivíduo, da nação brasileira e da sociedade humana.<sup>49</sup>

Para Alberto Torres, tais casos em que podem ocorrer a intervenção do governo federal nos negócios peculiares às províncias não implica em um cerceamento total à autonomia das províncias e dos municípios, mas em uma concepção de autonomia como o meio para atender aos interesses das populações locais. A essência da autonomia não está nos representantes dos poderes locais e nem em suas instituições, mas no serviço prestado ao povo, devendo, por isso, ser a boa realização deste serviço o único limite efetivo para a autonomia. O que se busca efetivamente com a intervenção federal é condicionar a autonomia

<sup>48</sup> TORRES, 1978a, p. 218.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 219.

de tal forma que cumpra com o seu papel. O objetivo da presença destes casos de intervenção na Constituição é deixar claro que esta

não se destina a fazer uma impossível demarcação entre a área da soberania e a da autonomia – entre a ação ordinária dos poderes federais e a sua ação extraordinária – mas a indicar os fins que autorizam a intervenção da União, seja por força de suas faculdades normais, seja para acudir a interesses excepcionais.<sup>50</sup>

Todavia, o bom funcionamento do regime federativo não deve consistir apenas, de acordo com o intelectual brasileiro, na transcrição dos casos em que pode acontecer a intervenção federal nas províncias, mas também na delimitação pela Constituição das competências específicas da União e das províncias, preocupação que não é compartilhada por Andrés Molina Enríquez com relação ao governo federal e aos estados no México devido ao seu pensamento excessivamente autoritário que praticamente concentra quase todo o poder político nas mãos da figura do presidente da República. Para Alberto Torres, a centralização não significa atropelar as esferas de ação das províncias e dos municípios e nem em se retirar quase que totalmente os seus poderes políticos.

A centralização deve consistir na busca de que os poderes locais adotem políticas compatíveis com o interesse nacional, tendo em vista a ideia de que compõem uma união de várias províncias que constituem a nação, cuja soberania é garantida pela União, devendo, por isso, as normas, as ações e o poder estabelecidos por ela estarem acima do plano político local. Em caso de divergência entre os três planos de poder, ou seja, o federal, o provincial e o municipal, deve-se prevalecer sempre as decisões do primeiro, enquanto o responsável pela organização nacional e pela unidade nacional, o que implica na necessidade de uma União com poderes suficientes para uma energia de comando capaz de manter a integração do país.

Um ponto a ser revisado na Constituição de 1891 no sentido do favorecimento da centralização, conforme já foi citado anteriormente, diz respeito à alteração da denominação da República brasileira, pois, na opinião de Alberto Torres,

o nome “República dos Estados Unidos do Brasil”, inspirado no da norte-americana, fortalece a opinião, dominante na política, de que os estados são dotados de uma autonomia que assume de fato as proporções da soberania. A denominação **Estados Unidos do Brasil** traduz este espírito da Constituição. É preferível o nome: **República Federativa do Brasil**.<sup>51</sup> (grifo do autor).

<sup>50</sup> TORRES, 1978a, p. 220.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 213.

Outra medida trata das competências específicas da União e das províncias, embora Alberto Torres tenha cometido o ato falho de não abordar a esfera de ação do poder municipal. Desse modo, estabelece que

deve ser da competência exclusiva da União decretar: 1º Impostos sobre a importação de procedência estrangeira e sobre a exportação para o estrangeiro de mercadorias de produção nacional; 2º Direitos de entrada, saída e estada de navios, sendo livre de tributos a navegação de cabotagem, o transporte por mar e terra e a entrada, circulação e comércio de mercadorias nacionais e das estrangeiras que já tiveram pago impostos de importação; 3º Taxas de selo, salvo as taxas de selo fixo sobre os atos emanados dos governos provinciais e dos negócios da sua economia; 4º Taxas dos correios e telégrafos federais; 5º Impostos sobre as operações de câmbio, quando não se destinarem à liquidação de contas comerciais comprovadas por documentos autênticos, passados pelas autoridades consulares e pelas alfândegas nacionais; elevados ao dobro, quando representarem remessas de capitais ou de rendimentos para o estrangeiro, salvo quando o capital estiver aplicado no país em meras operações de crédito, e ao quádruplo, quando representarem remessas de capitais ou de rendimentos de brasileiros ou estrangeiros, proprietários de bens no Brasil e residentes no estrangeiro, ou em viagem por tempo superior a um ano; 6º Impostos progressivos sobre a renda, adicionais aos impostos fixos que cabem às províncias, aplicados aos rendimentos de capitais e bens improdutivos, e agravados nos casos de ausência ordinária ou frequente dos capitalistas, e de sua desocupação, ou ocupação em trabalhos sem produtividade econômica.<sup>52</sup>

Com relação a estas competências da União, Alberto Torres acredita ser da esfera exclusiva de ação dela o controle sobre o comércio exterior, devendo regulá-lo. Daí o grande equívoco que é dar às províncias o direito de tributação sobre a exportação, uma vez que tal tributação é fundamental para o funcionamento do regime de trocas no plano de intercâmbio internacional. Ademais, nada mais justo para a promoção do desenvolvimento econômico do país do que uma pesada tributação por parte da União sobre a fuga de capitais e rendas, uma vez que isto não contribui em nada para a geração de riquezas nacionais por meio da produção e da indústria. Pelo contrário, apenas acentua um quadro de improdutividade e má gestão dos capitais nacionais, não sendo justo deixar apenas sobre as classes trabalhadoras do país o peso de uma tributação para o funcionamento do aparelho burocrático-estatal, enquanto que os especuladores apenas se enriquecem cada vez mais à custa da espoliação dos recursos nacionais.

A respeito das competências exclusivas das províncias, afirma-se que ela deve consistir em decretar impostos

1º Sobre o consumo; 2º Sobre imóveis rurais e urbanos, inclusive o imposto territorial; 3º Sobre transmissão de propriedade; 4º Sobre indústrias e profissões; 5º Sobre a renda, por meio de uma taxa fixa, proporcional. Deve competir, também

<sup>52</sup> TORRES, 1978a, p. 236.

exclusivamente, às províncias decretar: 1º Taxas de selo fixo sobre os atos emanados de seus respectivos governos e negócios de sua economia; 2º Contribuições concernentes aos seus telégrafos e correios.<sup>53</sup>

O autor brasileiro afirma sobre estes pontos que, dentro de um regime federativo bem estruturado, o imposto sobre o consumo é mais adequado como fonte de arrecadação de recursos para as províncias do que o imposto de exportação. Além disso, também o imposto territorial pode constituir-se em uma importante fonte de renda para os governos provinciais manterem as suas máquinas administrativas e cumprirem com as suas obrigações se for bem empregado, promovendo, assim, a prosperidade econômica. Um absurdo é continuar infringindo o preceito da necessidade do controle do governo federal sobre a política comercial do país ao se conceder aos estados o poder para tributar as mercadorias estrangeiras, com o intuito de proteger a produção local ou de aumentar a arrecadação de impostos. Isto é extremamente prejudicial para a receita da União, pois o seu orçamento depende diretamente das probabilidades de importação, tendo nesta uma das bases de cálculo para a probabilidade anual de gastos e investimentos. Em outras palavras,

a autorização concedida aos estados neste ponto é um dos grandes absurdos da Constituição vigente. Um dos princípios capitais do regime federativo é o da exclusiva competência do governo federal para fazer a política comercial do país; para, como se diz na Constituição Americana, “regular o comércio internacional”; e o meio mais frequentemente empregado, de regular o comércio internacional, é tributar a importação com taxas proibitivas ou protecionistas. A autorização, dada aos estados, neste texto, não se pode explicar senão a título de se lhes permitir praticar atos de política comercial, proibindo ou embaraçando por meio de impostos, a entrada de mercadorias estrangeiras em seus territórios, com o fim de apoiar a produção local, desde que a Constituição dispôs (parece que supondo atender com isto aos interesses da União, no ponto de vista fiscal) que o produto do imposto reverteria para os cofres federais. O Congresso Federal, orçando anualmente a receita da União, calcula-a sempre de acordo com as necessidades da renda e com as probabilidades da importação: as taxas estaduais atuam como elemento perturbador dos cálculos da produção dos impostos federais, podendo anular a sua melhor fonte de renda. É uma faculdade monstruosa, aberrante do sistema da Constituição, que, se não foi usada ainda com efeitos desastrosos, pode, no declive de decadência a que vamos sendo arrastados, tornar-se, de momento para outro, mais uma causa de dissolução da vida nacional.<sup>54</sup>

Entretanto, existem casos em que devem ser proibidas as atuações tanto da União como das províncias para o adequado funcionamento do regime federativo, sendo estes os seguintes:

1º Tributar a produção de uma província, exportada por outra província ou pelo Distrito Federal; 2º Tributar a entrada no território de uma província, de mercadorias de outra província ou estrangeiras, que já tenham pago impostos de importação, o

<sup>53</sup> TORRES, 1978a, p. 237.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 238.

percurso das mesmas mercadorias desde o porto, estação ou qualquer ponto de desembarque ou de descarga, até a entrega ao importador, e o trânsito pelo território de uma província, de mercadorias de outra, com destina a uma terceira, bem como os veículos de terra e água que as transportem; 3º Tributar o comércio de importação de mercadorias de outras províncias e estrangeiras, seu capital, suas operações, seus estabelecimentos, sua renda, e as próprias mercadorias importadas, seja em gênero, em depósito atual, ou no conjunto dos negócios de certo período; 4º Tributar os negócios sobre as mercadorias importadas, antes de passarem das mãos do importador para as do retalhista, ou para as do comprador a retalho; 5º Criar impostos que, embora recaindo também sobre mercadorias de produção da província, embarquem, dificultem ou tornem desvantajoso o comércio de mercadorias de outra província ou estrangeiros.<sup>55</sup>

O estabelecimento destas competências e proibições faz-se necessário porque o regime da federação republicana não conseguiu implantar uma unidade no país, possibilitando o funcionamento coordenado do organismo nacional. Pelo contrário, o que se observa é apenas um aglomerado de órgãos funcionando cada qual ao seu bel-prazer, sem dar importância à existência do organismo em um todo. Se isto ocorre é porque falta um órgão central forte capaz de se colocar acima de todos os demais e, por meio de uma ação segura e enérgica, impor um controle sobre o funcionamento deles, fazendo-os trabalharem em prol do interesse da coletividade em uma estrutura harmônica. Em suma, todos os órgãos sociais trabalharão pelo bem-estar da coletividade, cumprindo cada qual o papel que lhe cabe, pois a sua sobrevivência e de seus descendentes dependerá das boas condições em que se encontrar o organismo como um todo.

Tal papel coordenador cabe a um governo central forte, que exercerá o papel de um “cérebro” ou centro do “sistema nervoso” do organismo social, emitindo os estímulos para ação de cada uma das unidades sociais e interferindo diretamente nelas para que se voltem para o grande projeto de uma política orgânica ou integral. O excesso de autonomia em detrimento da centralização apenas impede a função coordenadora da União e a consequente integração da sociedade nacional, constituindo-se em uma “enfermidade” a mais a ser combatida. Este combate passa por um tratamento cujo “remédio” é o fortalecimento do governo federal, evitando que a federação desintegre-se por meio do desmembramento do poder entre a União, os estados e os municípios, o que só faz com que estes órgãos percam força na tarefa da administração pública.

Isto explica a importância de que a soberania nacional recaia sobre os órgãos do poder federal, pois é este princípio que serve de fundamento para que as decisões e as leis

---

<sup>55</sup> TORRES, 1978a, p. 239-240.



surgidas desde a esfera federal sobreponham-se àquelas das esferas estadual e municipal, impedindo o arbítrio e mantendo a integridade da federação, pois

o estado, o município, o distrito, onde as leis, ou uma lei da União, não tiverem cumprimento, ou execução permanente, fica sendo uma região estranha ao mapa constitucional da República; a União tem o dever de o restaurar no regime legal, na vida de ordem e de liberdade, que constitui a situação normal, no país, para a sua população e para cada um dos seus habitantes.<sup>56</sup>

É o respeito de cada estado e de cada município ao princípio da soberania nacional que garante a existência de uma política orgânica, ou seja, de uma convergência das direções da União, dos estados e dos municípios para um destino comum, ou seja, o interesse geral do país, impedindo o aparecimento de litígio entre estas esferas de poder público nos atos de administração e legislação, o que apenas resulta na opressão do destino da população e do futuro do país. A autonomia dos estados e dos municípios visa apenas estender e aproximar os fios do tecido da trama do poder público aos mais longínquos rincões do território nacional, sem que, entretanto, perca-se de vista que estes fios entrelaçam-se até chegar aos poderes federais, completando-se, assim, o tecido da organização nacional. Daí a importância de que a União procure fazer com que o tecido não se rompa para formar núcleos intermediários, e se para isto for necessário o uso da intervenção federal, que assim o faça, uma vez que

quando o governo da União intervém na política estadual, ou exerce pressão sobre os estados, não significa isto senão que, reconhecendo esta supremacia, o poder federal procura conquistar a força do poder local. Ainda na hipótese de ser acertada a ação governamental dos estados – que a ninguém parece admissível – só resultariam desta organização de antagonismos e de conflitos os maiores prejuízos para o país; e os estados não fariam, efetivamente, senão se prejudicarem uns aos outros, porque a questão não é de **soma** de direções acertadas, mas de **síntese** de direções progressivas, convergentes e harmônicas: de sinergia superorgânica de forças políticas, em suma.<sup>57</sup> (grifo do autor).

O alinhavo do tecido da trama do poder público federal, provincial (termo que Alberto Torres utiliza em seu projeto de revisão constitucional para substituir “estado”, embora este apareça mais em sua obra devido à sua preocupação em se apegar à análise da realidade brasileira tal como acreditava ser no período histórico conhecido como República Velha, o que fica demonstrado pelo aparecimento da terminologia “província” apenas na última parte da obra *A organização nacional* denominada “Da revisão constitucional”) e municipal, que constituirá a essência da organização nacional, será um trabalho resultante do

<sup>56</sup> TORRES, 1978a, p. 78.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 165.

uso de um instrumento denominado de política orgânica. A política orgânica tecerá os fios de poder público tão próximos e unidos uns aos outros de tal forma que os enfeixará desde os núcleos municipais, passando pelos núcleos provinciais e atingindo o enlace final que estará no núcleo federal.

Se, por um lado, este enfeixe implicará na restrição da autonomia dos estados e dos municípios a favor de uma maior atenção e concentração de poder em torno da União, ou seja, de uma centralização, por outro, ele criará uma harmonia e interação entre a política administrativa, legislativa, educacional, econômica, etc., de tal modo que haverá uma reciprocidade de relações entre as esferas federal, provincial e municipal do poder público capaz de conduzir a uma convergência em torno dos interesses nacionais, aparecendo, assim, uma política orgânica fundadora da organização nacional. Portanto,

cumprir ter em vista que qualquer tentativa de distribuição seria arbitrária, partindo da falsa noção de que o regime federativo demarca e divide o país em zonas territoriais e massas de populações destacadas, e os poderes de governo em sistemas distintos e separados. Na realidade, não se dá nada disto. A população e o território confundem-se, nos interesses e nas relações; e os poderes de governo entrelaçam-se de forma a não ser possível traçar propriamente limites. A verdadeira conclusão a tirar das atribuições é que, tanto o governo federal, como os estaduais e os municipais, ganham em jurisdição com os atributos da nova função política social, assumindo apenas a União o posto de direção, harmoniosa e mediação, que lhe cabe, por força da soberania.<sup>58</sup>

Contudo, fica ainda uma indagação a ser respondida com relação à questão da centralização na concepção da política orgânica de Alberto Torres. A centralização também implica em uma distribuição desigual dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, favorável ao primeiro destes, conforme acha necessário Andrés Molina Enríquez para a realização das reformas que o México precisa para se formar uma unidade nacional, com uma grande concentração de poder nas mãos do presidente da República?

Para Andrés Molina Enríquez, a situação em que se encontra o México, caracterizado como um país sem unidade nacional por ter um povo com propensão natural à dispersão, impõe uma maior concentração de poder, o que implica no estabelecimento de uma ditadura. Esta ditadura deve resultar da concessão de faculdades discricionais pela constituição que possibilite ao presidente da República ter amplos poderes para agir no sentido da promoção da integração das unidades sociais, ainda que isto implique na interferência nos poderes Legislativo e Judiciário para a efetivação de uma política integral. O

---

<sup>58</sup> TORRES, 1978a, p. 235.

bom resultado da política orgânica ou integral depende de uma ação conjunta e harmônica em torno de objetivos comuns entre os três poderes.

Como as reformas contidas na política orgânica são o resultado da observação, experiência e prática por parte do Poder Executivo federal, representado pela figura do presidente da República, compete a ele impor a convergência de ações e objetivos entre os poderes. Daí que o Estado no México deve constituir-se em um Estado no qual o verdadeiro poder tem que residir no Poder Executivo, sendo a divisão de poderes uma questão tão somente técnico-institucional, ou seja,

de simples divisão do trabalho, no qual o Poder Executivo é **naturalmente preponderante**, pela simples razão de que o seu titular é o Chefe da Nação ou do Estado e só ele tem as Forças Armadas a sua disposição; os outros dois poderes, o Legislativo e o Judiciário, devem considerar-se **complementares do Executivo** e estão obrigados a uma ação conjunta com ele. Quando os “imperativos categóricos” (isto é, as reformas sociais) da Constituição estiverem em jogo e não houver procedimentos especiais para lhes dar cumprimento, deve conceder-se ao Poder Executivo, claro, “como executor supremo da Constituição”, todas as faculdades discricionais, entre muitas outras, para efetuar dito cumprimento.<sup>59</sup> (grifo do autor).

São estas faculdades que tornarão possíveis o programa de reformas que formam a política orgânica ou integral para o estabelecimento da organização nacional. Em outras palavras, os poderes extraordinários permanentes do presidente da República resultam da necessidade de efetivação das reformas para a constituição da nacionalidade mexicana. Com relação a estes poderes extraordinários, Andrés Molina Enríquez defende que

há que dar aos nossos sistemas de governo a única forma em que eles podem exercer a sua função, concedendo-lhes, por sua vez, as faculdades plenamente legais que delas se despreendem e as faculdades discricionais complementares que são e serão por muito tempo absolutamente indispensáveis. Os nossos governantes, até que não se constitua definitivamente a nossa pátria, deverão ter faculdades ditatoriais, com tanta maior razão quanto que todos os trabalhos de constituir a nossa pátria definitivamente possam produzir transtornos internos que será indispensável sufocar, e por acaso também, perigos mais ou menos grandes para a segurança comum que haverá que conjurar ou afrontar. Porém, certamente que o caráter ditatorial de nossos governantes devera referir-se a suas faculdades de ação, não à continuidade nem à condição das pessoas que esses governos encarnem.<sup>60</sup>

Portanto, a ausência de uma organização nacional que impede a constituição de uma verdadeira nacionalidade mexicana impõe como necessidade uma forma ditatorial de governo, como o chefe da nação dispondo de poderes extraordinários, indiferente de quem venha a ocupar a Presidência da República. Este pensamento autoritário de Andrés Molina

<sup>59</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 66-67.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 434-435.

Enríquez acabou-o induzindo a uma despreocupação com relação a uma análise sobre a divisão e função de cada um dos poderes da República, sem falar no equívoco de não expressar claramente que poderes extraordinários deveria ter o presidente da República para a realização da política orgânica ou integral.

Postura contrária é adotada por Alberto Torres, que acredita que a implantação de uma política orgânica capaz de estabelecer a organização nacional, a partir da convergência de objetivos entre os poderes da República em prol da integração nacional e da constituição da nacionalidade, não implica em uma centralização a tal ponto que aumente as esferas de ação do Poder Executivo em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário. Em outras palavras, não vê como Andrés Molina Enríquez que a acumulação de poderes no Executivo federal viesse servir para facilitar a tarefa de realização das reformas de que tanto o país precisa. Por isso, Alberto Torres propõe que o Executivo, Legislativo e Judiciário sejam distintos e independentes. Ao invés da deificação da figura do presidente da República, enquanto representante máximo do Poder Executivo, o que a estrutura de Estado, com todos os seus aparelhos e instrumentos, deve ter claro é que a sua razão de ser é

zelar pela causa pública, gerir os interesses coletivos. Preservar o interesse geral contra a soma dos interesses individuais; dirigir a vida permanente do país, através dos impulsos pessoais e das correntes passageiras da paixão, da ambição e das ilusões, defender o todo contra as partes, a agregação contra a desagregação, o interesse público contra os apetites, o progresso nacional contra as cobiças, o bem-estar de cada um, e o bem-estar de todos, contra as fantasias, as leviandades, a precipitação de maiorias, ou de minorias acidentalmente predominantes, e de cada um; a segurança da propriedade e dos direitos contra os regimes aleatórios que, com suas leis e atos ineptos, põem em jogo os haveres de todos; a sorte das diversas camadas da sociedade, condenadas aos azares do trabalho instável e à carestia da vida, com a desorganização econômica da sociedade, quando a política é contrária à corrente dos interesses do país, é a missão do Estado.<sup>61</sup>

Contudo, a efetivação da razão de ser do Estado depende da existência de uma política nacional, íntegra, límpida e indivisível, ou seja, faz-se necessário que haja uma ação coordenada em torno de objetivos comuns visando o bem-geral da coletividade tanto entre a União, as províncias e os municípios, como entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Pensando nisto, Alberto Torres propõe a criação de um quarto poder na República, denominado por ele de Poder Coordenador, que seria um órgão integrante do regime presidencial federativo na medida em que agiria para controlar a ação da União, das províncias e dos municípios, e as medidas tomadas pelos outros três poderes da República, no sentido de que atuem em equilíbrio e coordenação em uma política orgânica que possibilite a integração do país para o bem da terra e de seus habitantes.

---

<sup>61</sup> TORRES, 1978b, p. 114.

O Poder Coordenador seria exercido por um Conselho Nacional, composto por vinte membros vitalícios no máximo, escolhidos pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal, que somente poderiam perder o cargo por força de sentença judicial. A inspiração para a criação deste poder foi buscada por Alberto Torres no Poder Moderador que existia no Império, que era um poder neutro e acima dos demais poderes governamentais, cujo objetivo era zelar pela independência, pelo equilíbrio e pela harmonia entre os poderes políticos em nome da governabilidade do país. Inspirada no pensamento de Benjamim Constant,

que fazia do Poder Real, em contraposição à autoridade executiva do **Poder Ministerial**, “*la clef de toute organisation politique*”, “um poder neutro, colocado acima e fora dos demais poderes governamentais, como uma força preservadora, reparadora, sem ser hostil”, a Monarquia Constitucional cria um poder neutro, na pessoa do chefe de Estado. O interesse verdadeiro desse chefe não é o de que qualquer poder derrube os outros, mas o de que todos apoiem-se, entendam-se e ajam de acordo uns com os outros. Essa a inspiração a que obedeceu a Carta brasileira de 1824. Em seu artigo 98 classificava o Poder Moderador como “a chave de toda a organização política”, delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, “para que, incessantemente, vele sobre a manutenção da independência, do equilíbrio e da harmonia dos mais poderes políticos”. O Imperador exercia esse Poder Moderador nomeando os senadores, convocando o Parlamento no intervalo das sessões, sancionando os decretos legislativos, aprovando e suspendendo interinamente as resoluções dos conselhos provinciais, prorrogando ou adiando a assembleia geral e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado. Outras funções desse Poder eram as de nomear e demitir ministros de Estado, a de suspender magistrados, a de perdoar ou moderar as penas impostas aos condenados por sentença, a de conceder anistia, nos casos “que assim aconselhem a humanidade e leis do Estado” (art. 101 da Constituição do Império).<sup>62</sup> (grifo do autor).

Entretanto, há uma diferença entre o Poder Coordenador pensado por Alberto Torres e o Poder Moderador do Império devido à necessidade de se adaptar esse poder ao regime presidencial. Esta importante diferença é que as atribuições do Poder Coordenador não seriam exercidas pelo presidente da República, enquanto representante máximo do Poder Executivo, mas por um órgão colegiado, algo próximo ao Conselho de Estado do Império, porém, com mais poder decisório por causa do acúmulo de funções tais como o reconhecimento dos poderes dos representantes do povo, a autorização ao presidente da República de intervir nas províncias e a solução dos conflitos entre os poderes da União entre si, dos conflitos suscitados dos poderes das províncias entre si ou entre os poderes das províncias e os dos municípios. Trata-se, enfim, de um poder que deveria atuar em todas as esferas da atividade da nação, buscando ser uma espécie de regulador político, jurídico e eleitoral, e, desse modo, ligando os órgãos públicos do país para o estabelecimento de uma política orgânica que vise a realização dos ideais nacionais. Para Alberto Torres, o Poder Coordenador seria

<sup>62</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 361-362.

um centro de energias para dar uniformidade e continuidade aos interesses nacionais. A necessidade de manter a continuidade administrativa e política, tão necessária aos regimes democráticos, torne talvez útil a criação deste poder, modificando em sua estrutura e composição, feito um coordenador político, em vez de político-jurídico, pois viria a exercer no Brasil o papel “de um verdadeiro Conselho de Estado à moderna, acrescido de funções e com uma missão mais larga”. Seria um elemento de plasticidade, equilibrando os outros poderes, submetendo-os a uma espécie de moderação consultiva e taxativa, centralizando os órgãos de vida no país, revivescência do Poder Moderador.<sup>63</sup>

Exatamente por ter inspirado-se na experiência do Poder Moderador do Império para propor a criação do Poder Coordenador, Alberto Torres defende que este órgão não é produto de imaginação, mas algo necessário para o bom funcionamento do regime presidencial federativo a partir da observação da vida política nacional e do estudo das instituições públicas brasileiras. Em suma, “é instituição nova, no Direito Público; não é, porém, um invento de imaginação, como tantas outras. Se se lhe perscrutar a natureza íntima, chegar-se-á à conclusão de que é o Órgão necessariamente integrante, nos países de nossa índole, do regime presidencial federativo”.<sup>64</sup>

Esta necessidade é a de equilíbrio e ajustamento de todo o sistema. Todavia, a tarefa do Poder Coordenador não ficaria restrita a este aspecto, mas também incluiria a guarda da liberdade e igualdade dos cidadãos como forma de alcançarem as condições para o seu desenvolvimento de acordo com as capacidades de cada um e de impedir qualquer sistema de privilégio que implique em obstáculo ao processo de seleção natural entre os indivíduos, devendo estes ocuparem as posições na sociedade indiferente de sua origem social. Para isto, compete ao Poder Coordenador facilitar e propor aos poderes públicos a criação e manutenção de órgãos que possibilitem o desenvolvimento da cultura pessoal como meio de ascensão social. Em suma, o Poder Coordenador deveria preocupar-se com a garantia dos direitos individuais como forma de assegurar a dignidade da criatura humana. A partir destas perspectivas, Alberto Torres define como competências do Poder Coordenador, representado pelo Conselho Nacional:

1º Apurar as eleições para presidente e vice-presidente da República e verificar os poderes dos senadores e deputados ao Congresso Nacional; 2º Autorizar o presidente da República a intervir nas províncias, quando for necessário o emprego da Força Pública; 3º Resolver os conflitos suscitados entre os poderes federais ou entre estes e os das províncias e as autoridades municipais, as questões de duplicata de poderes e legitimidade de exercício de funções de autoridade, mediante representação de qualquer dos poderes ou autoridade, incluindo-se nesta atribuição os casos de intervenção, pressão ou imissão ilegal e sub-reptícia de um poder sobre a autoridade ou o exercício do mandato ou das atribuições de outros; 4º Decretar, genérica e

<sup>63</sup> LIMA, 1935, p. 261.

<sup>64</sup> TORRES, 1978a, p. 241.

obrigatoriamente, a inconstitucionalidade das leis e dos atos dos poderes federais, das províncias e das autoridades municipais, mediante representação de qualquer autoridade ou cidadão, ou *ex officio*; 5º Consolidar, de 10 em 10 anos, a legislação da República, conforme os diversos ramos em que puder ser classificada, publicando anualmente boletins com as alterações decretadas pelo Congresso Nacional, nos quais se fará referência aos textos ou princípios ab-rogados, derogados ou revogados.<sup>65</sup>

#### Caberia também ao Poder Coordenador:

6º Acompanhar os debates do Congresso Nacional, estudando os projetos em discussão, a fim de lhe representar, chamando a atenção para os casos de inconstitucionalidade que verificar e para os de conflito das medidas em discussão com o sistema geral das leis do país e com as leis que tiverem relação com sua matéria; 7º Fazer o estudo permanente do sistema de impostos da União, das províncias e dos municípios, e dos respectivos processos de arrecadação, para o fim de: a) acompanhar seus efeitos com relação à economia geral do país, e, particularmente, aos interesses do consumo e da produção, e com relação às diversas classes de contribuintes, especialmente no que disser respeito à incidência e repercussão dos referidos impostos sobre as classes menos abastadas; b) comparar os impostos da União, das províncias e dos municípios para os mesmos fins da letra a e para verificar sua harmonia e conformidade com os interesses gerais e permanentes do país; 8º Defender e manter, em todo o país, a liberdade comercial, fazendo observar e cumprir as disposições constitucionais e leis tendentes a garanti-la, e adotando mais as seguintes providências: a) declarar nulos e sem efeito os impostos e as taxas que a infringirem, bem como os respectivos regulamentos de arrecadação; b) declarar nulos os atos, as leis, as concessões e os contratos do Governo da União, das províncias e dos municípios que concederem monopólios e privilégios, facilitarem açambarcamentos de qualquer natureza, criarem embaraços ao comércio, preferências e favores a intermediários, prejudicando os interesses dos consumidores e dos produtores; c) promover a adoção pelo Congresso Nacional, pelas assembleias provinciais e pelas municipalidades, de leis tendentes a assegurar-la, decretando estas medidas quando, sendo de evidente necessidade, não forem tomadas pelos poderes competentes dentro do prazo de dois anos; d) examinar as concessões, os regulamentos e as tarefas das estradas de ferro e empresas de navegação e outros veículos de transporte por terra e água de qualquer natureza, de empresas de entrepostos, armazéns, depósitos, docas, cais, trapiches, estações de embarque ou desembarque de passageiros, carga ou descarga de mercadorias, para o fim de anular os preceitos e as taxas infringentes da liberdade comercial; e) fazer a polícia econômica do país, fiscalizando as operações do comércio internacional, a fim de estudar as causas de desequilíbrio cambial e de perdas de qualquer natureza no intercâmbio, e as relações entre a produção e o consumo, para efeito de defender o produtor e o consumidor de monopólios, açambarcamentos, fraudes, pressões e abusos de qualquer natureza, de intermediários inúteis e despesas e ônus desnecessários, assim como o país, em geral, dos efeitos de todos os negócios aleatórios ou contrários à economia individual ou da sociedade, esforçando-se pela mais larga distribuição da riqueza e emancipação da produção e por fazer a esta a maior cota possível da renda dos produtos.<sup>66</sup>

#### E finalmente:

9º Examinar a legislação das províncias e os regulamentos e as posturas municipais para reclamar dos poderes competentes as modificações necessárias à sua harmonia com a política e a legislação nacional e com os interesses gerais e permanentes do

<sup>65</sup> TORRES, 1978a, p. 315.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 315-316.

país, dos cidadãos e dos povos; 10º Promover a defesa do solo e das riquezas naturais do país, propondo as medidas necessárias para preservar as fontes de riqueza ainda virgens e para assegurar a conveniente exploração, conservação e reparação das que estiverem em exploração; 11º Promover a defesa da saúde, do bem-estar, da educação e cultura de toda a população do país, reclamando dos poderes competentes as providências que julgar necessárias a esses fins; 12º Fiscalizar a organização do trabalho e a distribuição dos meios e instrumentos de trabalho, inclusive a concessão de terras a nacionais e estrangeiros já estabelecidos no país, assim como a organização do crédito e de associações sindicais e de mutualidade para defesa dos interesses dos produtores, consumidores e trabalhadores; 13º Decretar a perda da autonomia às províncias que caírem em estado de anarquia política, administrativa, financeira, ou judiciária, provendo à sua administração, pelo período de cinco anos, para o fim de as reorganizar; 14º Resolver as questões coletivas suscitadas entre locadores e locatários de serviços, sobre salários, horas de trabalho e condições de higiene, bem-estar e segurança; 15º Velar, em geral, na defesa da liberdade e igualdade dos cidadãos, não tão somente perante a lei, senão também no que respeita ao alcance dos meios necessários ao desenvolvimento e à cultura pessoal, provendo a defesa da liberdade da consciência dos direitos dos indivíduos, contra a pressão de forças sociais de qualquer natureza, dotadas de privilégios legais, tradicionais ou de gestão ou por causa da massa de seus adeptos, embaraçar o surto, a expansão ou o desenvolvimento das ideias e das atividades, propondo aos poderes públicos a criação e manutenção de estabelecimentos e órgãos de cultura livre, destinados a propagar e aplicar conhecimentos emancipados de qualquer tendência inspirada em fim alheio à exclusiva investigação das verdades positivas.<sup>67</sup>

Em sua missão de estabelecer o equilíbrio entre as ações da União, das províncias e dos municípios, o Poder Coordenador deveria convergir as ações dos poderes públicos para a criação das condições para o pleno desenvolvimento das capacidades e a proteção dos direitos e do bem-estar dos cidadãos, e, como um complemento a este segundo aspecto, possibilitar os meios para o progresso econômico do país de tal forma que as riquezas geradas propiciassem a melhoria do padrão de vida da população em geral, dando, assim, forma às condições materiais enquanto recurso para o bem-estar da coletividade e não de uma restrita parcela da sociedade. Todavia, o Poder Coordenador acabaria por concentrar atribuições que poderiam ser dadas a vários órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho, o Ministério da Economia, o Tribunal Superior Eleitoral, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério da Agricultura e outros. Entretanto, este excesso de atribuições implicam em problemas que não foram percebidos por Alberto Torres. Primeiramente, a dificuldade em se garantir o funcionamento da estrutura de um órgão tão complexo e de raio de ação tão amplo, composto pelo Conselho Nacional e por seus funcionários distribuídos entre um procurador da União em cada província, um delegado federal em cada município e um representante, situado em um preposto da União, em cada distrito e quarteirão.

Em segundo lugar, o perigo de que o Poder Coordenador usurpasse as competências de outros órgãos ou que, manipulado pelo Poder Executivo, viesse a servir para

---

<sup>67</sup> TORRES, 1978a, p. 316-317.



ampliar a presença e atuação deste último em detrimento dos outros. E finalmente, ao invés de se constituir em um fator de equilíbrio no regime presidencial federativo, sobretudo, no que diz respeito à relação entre a União, as províncias e os municípios, acentuasse um quadro de tensão promovido por interesses e disputas políticas que levassem não a uma coordenação de ações, mas à usurpação e a conflitos provocados pelas intervenções federais.

Diante de tantas atribuições do Poder Coordenador, quais competências caberiam aos outros poderes da República? No que se refere ao Poder Executivo, Alberto Torres critica a tendência existente na República Velha do presidente da República em absorver os poderes constitucionais do Legislativo, conduzindo ao que ele denomina como regime despótico, no qual todo o poder acaba ficando nas mãos do presidente e da oligarquia que o apoia. Isto somente destrói as engrenagens da máquina do Estado brasileiro, pois impede a ação coordenada entre os poderes da República e impõe um regime de silêncio em que só pode prevalecer uma vontade, ou seja, a do chefe supremo do Executivo nacional.

O bom funcionamento do regime presidencialista implica na eficiência da máquina do Estado, isto é, da ação harmônica das peças que a compõem (órgãos públicos) e, para isto, faz-se necessário que cada uma delas tenha consciência de suas funções e respeite as atribuições das demais. Dessa maneira, o autor brasileiro estabelece como competências do Poder Executivo:

1º Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos, instruções e regulamentos para sua fiel execução; 2º Nomear e demitir livremente os ministros de Estado e, em geral, os funcionários administrativos incumbidos da execução das ordens do Governo; 3º Exercer, ou designar quem deva exercer, o comando supremo das forças de terras e mar, quando forem chamadas às armas, em defesa interna ou externa da Nação; 4º Administrar o Exército e a armada e distribuir as respectivas forças, conforme as leis federais e as necessidades do Governo nacional; 5º Prover os cargos civis e militares de caráter federal, salvas as restrições expressas na Constituição; 6º Indultar e comutar as penas, nos crimes sujeitos à jurisdição federal; 7º Declarar a guerra e fazer a paz; 8º Declarar imediatamente a guerra nos casos de invasão ou agressão estrangeira; 9º Dar conta anualmente da situação do país ao Congresso Nacional, indicando-lhe as providências e reformas urgentes, em Mensagem que remeterá ao secretário do Senado no dia da abertura da sessão legislativa.<sup>68</sup>

Ademais, segundo Alberto Torres, também compete ao Poder Executivo:

10º Convocar o Congresso extraordinariamente; 11º Nomear os magistrados e membros do Ministério Público; 12º Nomear os membros do Supremo Tribunal de Justiça e os ministros diplomáticos, sujeitando a nomeação à aprovação do Senado. Na ausência do Congresso, designá-los-á em comissão até que o Senado pronuncie-se;

<sup>68</sup> TORRES, 1978a, p. 313.

13º Nomear os demais membros do corpo diplomático e os agentes consulares; 14º Manter as relações com os Estados estrangeiros; 15º Declarar por si, ou seus agentes responsáveis, o estado de sítio em qualquer ponto do território nacional, nos casos de agressão estrangeira ou grave comoção intestina; 16º Entabular negociações internacionais, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e aprovar os que as Províncias celebrarem, submetendo-os, quando cumprir à autoridade do Congresso; 17º Intervir nas províncias quando o caso de intervenção for de natureza executiva, devendo preceder autorização do Conselho Nacional, se for necessário emprego da Força Pública; 18º Prestar as contas dos exercícios financeiros.<sup>69</sup>

A partir das atribuições estabelecidas ao Poder Executivo, Alberto Torres define que o Poder Legislativo deve preocupar-se em criar as condições fundamentais para a governabilidade do país, o que resulta na elaboração e aprovação de medidas que facilitem o bom funcionamento da máquina estatal e a máxima extensão do raio de ação do poder público ao longo do território nacional. Isto facilitaria o trabalho de organização nacional. Além disso, cabe também ao Poder Legislativo contribuir para o desenvolvimento do país, controlando o orçamento, analisando a maneira como são feitos e em que áreas realizam-se os gastos públicos, julgando os empréstimos contraídos, velando pelo equilíbrio nas contas públicas e intervindo na estrutura e no funcionamento do comércio, da indústria, da agricultura e do sistema financeiro nacional. Em suma, este poder deve ser um aliado, principalmente, do Poder Executivo, na implantação e realização de uma política orgânica que integre o país e estabeleça uma unidade nacional. Assim, são competências do Poder Legislativo:

1º Orçar a receita, fixar a despesa federal anualmente e tomar as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro; 2º Autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, e a fazer outras operações de crédito; 3º Legislar sobre a dívida pública, e estabelecer os meios para seu pagamento; 4º Regular a arrecadação e a distribuição das rendas federais; 5º Regular o comércio internacional e a liberdade comercial, no interior do país; alfandegar portos, criar ou suprimir, entrepostos; 6º Legislar sobre a navegação dos rios que banhem mais de uma província ou se estendam a territórios estrangeiros; 7º Determinar o peso, o valor, a inscrição, o tipo e a denominação das moedas; 8º Criar bancos de emissão, legislar sobre ela e tributá-la; 9º Fixar o padrão dos pesos e das medidas; 10º Resolver definitivamente sobre os limites das províncias entre si, os do Distrito Federal e os do território nacional com as nações limítrofes; 11º Autorizar o Governo a declarar guerra, se não tiver lugar ou se malograr o recurso do arbitramento, e a fazer a paz; 12º Resolver definitivamente sobre os tratados e as convenções com as nações estrangeiras.<sup>70</sup>

Segundo Alberto Torres, cabe também ao Poder Legislativo:

13º Mudar a capital da União; 14º Conceder subsídios às províncias; 15º Legislar sobre o serviço dos correios e telégrafos federais; 16º Adotar o regime conveniente à segurança das fronteiras; 17º Fixar anualmente as forças de terra e mar; 18º Legislar sobre a organização do Exército e da Armada; 19º Conceder ou negar passagem a

<sup>69</sup> TORRES, 1978a, p. 313.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 308.

forças estrangeiras pelo território do país para operações militares; 20º Mobilizar e utilizar a guarda nacional ou milícia cívica; 21º Declarar em estado de sítio um ou mais pontos do território nacional, na emergência de agressão por forças estrangeiras ou de comoção interna, e aprovar ou suspender o sítio que houver sido declarado pelo poder Executivo, ou seus agentes responsáveis, na ausência do Congresso; 22º Regular as condições e o processo da eleição para os cargos federais em todo o país; 23º Legislar sobre o direito civil e o comercial; decretar o código de segurança e defesa social, e as leis processuais de toda a República; 24º Organizar a magistratura e os demais serviços do Poder Judiciário, em todo o território da República.<sup>71</sup>

E finalmente:

25º Estabelecer leis uniformes sobre naturalização; 26º Criar e suprimir empregos públicos federais, fixar-lhes as atribuições e lhes estipular os vencimentos; 27º Conceder anistia; 28º Comutar e perdoar as penas impostas, por crime de responsabilidade, aos funcionários federais; 29º Legislar sobre terras e minas de propriedade da União; 30º Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a política, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União; 31º Submeter à legislação especial os pontos do território da República necessários para fundação de arsenais ou outros estabelecimentos e instituições de conveniência federal; 32º Decretar as leis e resoluções necessárias ao exercício dos poderes que pertencem à União; 33º Decretar as leis orgânicas para a execução completa da Constituição; 34º Adiar suas sessões; 35º Autorizar a fundação de universidades e estabelecimentos de ensino superior nas províncias, não sendo permitido a nenhuma delas estabelecer e manter institutos de instrução superior enquanto não tiver organizado a educação agrícola, secundária e elementar, prática e experimental; 36º Legislar sobre a organização da assistência e mutualidade social, para fins morais, educativos, de higiene, econômicos e outros de necessidade ou unidade social.<sup>72</sup>

Além destas funções específicas, Alberto Torres também atribui as seguintes competências não exclusivas ao Poder Legislativo:

1º Velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de caráter federal; 2º Animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a colonização por nacionais e estrangeiros que já habitarem o país, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3º Criar instituições de ensino superior e secundário nas províncias; 4º Prover a instrução secundária no Distrito Federal.<sup>73</sup>

Quanto ao Poder Judiciário, Alberto Torres tem a perspectiva de que o equilíbrio e a harmonia entre os poderes em um regime federativo presidencialista passa pela existência de uma organização judiciária independente do Poder Executivo, o que depende da seleção por concurso público para o ingresso de funcionários no Poder Judiciário. Além disso, como instrumentos para o reforço desta independência, o intelectual brasileiro propõe a unidade da justiça, ou seja, das magistraturas federal e provinciais como meio de combate a

<sup>71</sup> TORRES, 1978a, p. 308-309.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 309-310.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 310.

uma forma nociva de federação que enfraquece o Poder Judiciário, e a extensão da vitaliciedade, inamovibilidade, insusceptibilidade administrativa e irredutibilidade dos vencimentos das magistraturas.

A partir do momento em que se proporciona a independência do Poder Judiciário e se estabelece na Constituição Federal as respectivas atribuições dos tribunais, compreendendo-se os casos em que se faz necessária a intervenção destes órgãos para a proteção das leis, ter-se-á no país uma organização jurídica de caráter eficaz. Porém, no caso de que não seja possível a unificação das magistraturas federal e provinciais, dever-se-á estabelecer as matérias de competência dos tribunais federais para que os tribunais provinciais tenham plena consciência de quais questões não podem intervir.

No caso da justiça federal, esta deve ser constituída por um Supremo Tribunal de Justiça, com sede na capital da República e composto por quinze juízes nomeados a partir dos critérios de saber e reputação, e pelos tribunais federais distribuídos pelo país e formados por juízes concursados. Para Alberto Torres, cabe ao Supremo Tribunal de Justiça:

I. Processar e julgar, originária e privativamente: a) o presidente da República, nas infrações da lei comum, e os ministros de Estado; b) os ministros diplomáticos, nas violações comuns e nas de responsabilidade; c) as causas entre a União e as províncias, ou entre províncias; d) os conflitos entre tribunais de apelação; II. Julgar, em grau de revista, as sentenças dos tribunais de apelação e de outros juízes e tribunais que tiverem por efeito dar por findos os respectivos processos, quando houver injustiça notória ou nulidade manifesta; III. Rever os processos findos; IV. Decidir, em última instância, sobre as sentenças dos tribunais de apelação, nos seguintes casos: a) quando a decisão do tribunal inferior for contra a validade, ou a aplicação, de tratados e leis federais, questionada na causa; b) quando se contestar a validade de leis ou atos dos governos das províncias em face da Constituição ou das leis federais, e a decisão do tribunal inferior considerar válidas as leis e os atos impugnados; c) quando a ação tiver sido proposta com apoio na Constituição, em lei, ou tratado federal, originar-se do exercício de uma função, ou da prática de um ato, dos poderes da União, e a decisão tiver sido contrária ao direito reclamado; V. Julgar, em grau de recurso, as questões de *habeas corpus* e as de espólios de estrangeiros, em geral.<sup>74</sup>

Com relação aos tribunais federais, segundo Alberto Torres, é da competência deles processar e julgar:

a) as causas em que alguma das partes fundar a ação, ou a defesa em disposição da Constituição Federal; b) todas as causas propostas contra o Governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis e regulamentos do Poder Executivo, ou contratos celebrados com o mesmo Governo; c) as causas provenientes de compensações, reivindicações, indenização de prejuízos ou quaisquer outras propostas pelo Governo da União contra particulares ou vice-versa;

<sup>74</sup> TORRES, 1978a, p. 320.

d) os litígios entre uma província e cidadãos de outro, ou entre cidadãos de províncias diversas, diversificando as leis destas; e) os pleitos entre Estados estrangeiros e cidadãos brasileiros; f) as ações movidas por estrangeiros e fundadas quer em contratos com o Governo da União, quer em convenções ou tratados da União com outras nações; g) as questões de direito marítimo e navegação, assim no oceano como nos rios e lagos do país; h) as questões de direito criminal ou civil internacional; i) os crimes políticos.<sup>75</sup>

É importante frisar que, para Alberto Torres, no caso da existência de tribunais provinciais, somente nas circunstâncias de *habeas corpus* e espólio de estrangeiro, caberá o recurso voluntário à justiça federal, pondo fim aos processos referentes às decisões dos juízes estaduais com relação a outras questões como acontecia até aquele momento na Primeira República.

### 3.4 A política orgânica ou integral para a constituição da organização nacional

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez enxergam as sociedades brasileira e mexicana como organismos disformes e sem conexão ou integração entre as suas partes constituintes, o que impede a formação de uma unidade destas e, por conseguinte, a constituição dos respectivos organismos sociais em nações. Tal conexão ou integração entre as partes deve ser o resultado de um trabalho de organização liderado por um órgão central, no caso, o Estado, que exerce a função de centro coordenador e impõe um mínimo de harmonia entre as ações das diferentes unidades sociais em prol do bom funcionamento e, consequentemente, da sobrevivência do organismo social, devido ao seu poder de influência catalisadora e forte capaz de conduzir a sociedade no sentido da saída de um quadro de “amorfismo” ocasionado pela desintegração em que ela se encontra.

Entretanto, o sucesso do trabalho de organização nacional depende da aplicação de um conjunto de medidas políticas compatíveis com as necessidades das sociedades nacionais. Em outras palavras, faz-se necessário combater com ações efetivas todos os problemas da coletividade que impedem a constituição de uma organização nacional. Esta efetividade depende de um conhecimento prévio da realidade por meio da observação dos problemas e da adoção de soluções para estes de acordo com o estudo das circunstâncias locais e não baseada na importação de ideias que pouco ou nada dizem respeito às condições específicas de uma sociedade. É a este conjunto de ações ou medidas implantadas pelo Estado e que formam um amplo projeto nacional de reformas visando a organização e a integração do

---

<sup>75</sup> TORRES, 1978a, p. 292.

organismo social que os autores brasileiro e mexicano deram o nome de política orgânica ou integral.

A partir do momento em que o Estado conseguisse levar os benefícios oriundos desta política orgânica ou integral para todos os setores sociais, cada um destes veria que a realização de seus interesses particulares dependeria do respeito ao poder estatal e da existência da sociedade nacional, criando neles um sentimento de estima e de preocupação pela nação, formando-se, assim, um apego às coisas da terra que despertaria um espírito nacional. De certa forma, a identidade nacional dependeria muito da lealdade ao Estado por causa da garantia que este daria aos membros da sociedade para a sobrevivência e a realização de seus interesses.

A política orgânica ou integral induz os indivíduos a enxergarem na proteção de seus interesses e na realização de seus anseios não uma parte dos direitos que lhes cabe enquanto cidadãos nacionais, mas como produto de uma política de distribuição de benefícios por parte do Estado para amplos setores sociais e que exige, como contrapartida, uma lealdade para com aquele e as suas ações. Trata-se, portanto, da difusão da ideia de que os benefícios dados à população nacional não têm origem nos direitos de todos, mas nas ações benéficas do Estado, a qual José Murilo de Carvalho dá o nome de “estadania” em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*.<sup>76</sup>

Contudo, a realização da política orgânica ou integral que beneficie a coletividade depende de que o poder estatal seja exercido por autoridades com qualidades especiais oriundas de um processo de seleção natural e dotado com um amplo raio de atuação e de que os interesses gerais sejam postos acima de interesses particulares. É em torno deste último ponto que se desenvolve toda uma crítica aos partidos políticos pelo caráter faccionista deles, preocupados como são apenas em exercerem pressão, adquirirem representatividade ou ocuparem o poder público para atenderem aos interesses de certos grupos ainda que em prejuízo do bem-estar da coletividade. Assim, propõe-se como solução para tal problema a relação direta entre as unidades sociais e o Estado como uma maneira de se privilegiar os interesses de uma maior gama possível de indivíduos organizados em torno de setores sociais. Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez acreditam que, assim, todos os setores sociais podem melhor organizar-se e se fazerem representar, buscando na negociação com o Estado da garantia de seus direitos e a realização de seus interesses.

---

<sup>76</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Em suma, a política orgânica ou integral para a constituição de uma organização nacional depende de uma dose de fortalecimento do poder estatal, principalmente, do governo federal, para a implantação das reformas necessárias e de um sentimento altruísta por parte das autoridades e da população em geral capaz de gerar um espírito nacional. Entre as principais medidas ou ações políticas que constam no programa de reformas constituintes do projeto de uma política nacional de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, têm-se o desenvolvimento da agricultura, a reforma agrária e a preservação dos recursos naturais; o progresso econômico; o investimento em educação e; a implantação de uma política de defesa nacional e de relações exteriores. Assim, a política torna-se uma atividade criadora de uma nova sociedade, cujo destino é modificado pela presença ativa do poder público em todos os domínios da vida coletiva.

#### 3.4.1 O desenvolvimento da agricultura, a reforma agrária e a preservação dos recursos naturais

Existe um consenso entre Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez quanto ao papel importante a ser exercido pelo desenvolvimento da agricultura na tarefa de organização nacional. Para ambos autores, o progresso das sociedades ao longo da história da humanidade é baseado na capacidade delas em produzirem alimentos. O surgimento da atividade agrícola possibilitou ao homem o fornecimento dos nutrientes necessários para o bom funcionamento de seu organismo por meio dos alimentos cultivados, o que não era possível com a coleta de produtos na natureza, pois estes além de serem obtidos em quantidades muitas vezes insuficientes, não davam a energia suficiente para o desenvolvimento físico e intelectual. Além disso, também estimulou o apego à terra por esta lhe oferecer as condições para a existência, propiciou o desenvolvimento contínuo das técnicas de produção no sentido de ampliar e aprimorar o cultivo de alimentos, promoveu o aparecimento de sociedades fixas e organizadas e gerou riquezas por meio do trabalho.

Exatamente por ser um parâmetro central na avaliação do grau de evolução das sociedades e fonte de vida para as suas populações, a agricultura deve ser um foco de atenção na política orgânica ou integral a ser implantada pelos Estados brasileiro e mexicano. Isto implica na criação de condições para um contínuo progresso da produção agrícola tanto quantitativa como qualitativamente.

É neste ponto que consiste o grande desafio a ser enfrentado pelos Estados brasileiro e mexicano quanto ao desenvolvimento da agricultura, pois em ambos países a

produção agrícola encontra-se afetada, na perspectiva de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, pelos problemas da grande concentração fundiária, da dependência dos mercados internacionais pela ausência do cultivo de uma maior variedade de produtos e da adoção de técnicas rudimentares. Estes problemas acarretam em uma circunstância caracterizada: 1) pela insuficiência na produção de alimentos necessários para o atendimento do mercado interno e o encarecimento do custo de vida diante da importação deles; 2) pela deterioração do padrão de vida nas cidades por causa do êxodo rural ocasionado pela fuga do homem do campo que não vê condições para a sua sobrevivência e de sua família, criando um quadro de instabilidade nas áreas urbanas, quando não permanece e trabalha em um regime servil para os latifundiários; 3) pela instabilidade da economia nacional diante das ameaças de crise mundial, que ocasionam em queda na demanda do produto-rei e, por conseguinte, na redução na entrada de receitas no país, resultando em prejuízo para todos os setores e em queda na arrecadação do Estado e; 4) pela destruição dos recursos naturais fundamentais para a continuidade da atividade agrícola.

No sentido de se buscar soluções para tais questões, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez propõem medidas como a ampliação na gama de produtos centrais para as economias brasileira e mexicana, os investimentos em irrigação em regiões nas quais se fazem necessários, a facilitação do acesso ao crédito tanto para o pequeno, médio e grande proprietário (no caso do México também àqueles que vivem em terras comunais), a difusão de técnicas mais avançadas de produção e a conscientização para a importância da preservação dos recursos naturais, e um programa de reforma agrária que estimule o aparecimento de uma grande quantidade de pequenas propriedades como uma maneira de se melhor aproveitar as terras, incentivar-se a permanência ou fazer voltar o homem para o campo e se aumentar a produção agrícola nacional. Dessa maneira, também se cria os meios para o desenvolvimento da capacidade do homem nacional para o trabalho, sem haver a necessidade de se recorrer à mão-de-obra estrangeira, isto é, à imigração, para se suprir a carência de força para a produção.

Para Alberto Torres, tanto o organismo dos indivíduos como o organismo social buscam os meios necessários para a garantia de sua vitalidade e evolução. Isto implica na realização das condições que possibilitem a preservação do organismo na luta pela sobrevivência. Entre as condições necessárias impostas para a existência dos dois tipos de organismos, destaca-se a alimentação, pois ela não somente gera os nutrientes que são transformados em fonte de energia para o funcionamento dos órgãos do corpo humano, mas



também liga os homens à terra por esta lhe oferecer os meios para a vida, levando-o a desenvolver a produção e o trabalho nela. Este apego à terra por parte de um grupo de homens é um princípio fundamental para o aparecimento das sociedades fixas e organizadas. Daí que, segundo o intelectual brasileiro, “a lavoura é a forma essencial do trabalho, é a vida por excelência – a expressão primordial da pátria. O homem e a terra que o homem cultiva dão, melhor que tudo mais, a ideia celular da pátria”.<sup>77</sup>

Não é por acaso que, desde as primeiras civilizações, a preocupação sempre esteve em torno do desenvolvimento da agricultura, pois, para Alberto Torres,

não há razão para se modificar, apesar da aparição de novos fatores e de casos de exceção, o juízo da História sobre a correlação entre o grau de civilização dos países e a sua capacidade para a produção de gêneros de alimentação. As grandes civilizações pertenceram sempre a países de produção alimentar, ou pelo menos capazes de se suprirem fartamente. Se o desenvolvimento moderno dos transportes tem criado uma circulação mais extensa dessas mercadorias, não o tem feito em vantagem das populações das regiões importadoras nem quanto à alimentação nem quanto à riqueza. A aptidão para as grandes culturas alimentares é a base das riquezas das nações; – todas as nações realmente ricas, até hoje, possuíram essa capacidade proporcionalmente às suas necessidades, nas épocas de desenvolvimento; que, salvo coisas excepcionais que não temos motivos para esperar, produzam-se aqui, foram essas culturas que fizeram a prosperidade e riqueza dos povos.<sup>78</sup>

Perspectiva similar com relação à importância da agricultura para a sobrevivência do ser humano e o desenvolvimento das sociedades é defendida por Andrés Molina Enríquez ao afirmar que o homem depende da combustão do oxigênio e do carbono para a sua existência, sendo o primeiro obtido no ar e o segundo por meio da ingestão em quantidades adequadas de cereais. Enquanto o homem não estabeleceu o cultivo permanente de cereais em uma terra, ele não foi capaz de obter a quantidade de carbono suficiente para o funcionamento de seu organismo e, conseqüentemente, para garantir a sua sobrevivência. Isto fez com que ele criasse vínculos com o solo, despertando nele o apego à terra e a vontade de melhorar as condições dela de modo a facilitar os meios de sobrevivência.

Contudo, é importante observar que os homens procuram estabelecer-se no planeta naquelas regiões que, por causa dos recursos naturais nelas existentes, facilitem uma produção agrícola em melhor quantidade e qualidade. É nessas regiões que, por este motivo, aglomeram maior quantidade de indivíduos e, por conseguinte, onde surgem e se desenvolvem as sociedades humanas. Andrés Molina Enríquez dá a elas o nome de zona

<sup>77</sup> BARRETO, Dalmo. **Alberto Torres**: sociólogo e jornalista. Niterói: Instituto Nacional do Livro, 1970, p. 76.

<sup>78</sup> MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 134-135.

fundamental dos cereais, que, no caso do México, localiza-se na região central do país, caracterizada por ser a única região capaz de produzir cereais de alta qualidade em quantidade superior ao consumo de seus habitantes, o que explica o desenvolvimento e a concentração populacional por ela alcançados. A respeito da importância da agricultura ao longo da história da humanidade, o autor mexicano diz que

até que o homem não encontrou os cereais, não afirmou a sua existência e não assegurou a de sua espécie. Os cereais, com efeito, pelo amido que contêm, dão ao organismo carbono em quantidade suficiente e em um estado conveniente de divisão para manter em condições favoráveis a combustão vital. A agricultura veio para tornar regular e sistemático o aprovisionamento desse carbono. Tal é a razão da singular concomitância que tem unido a aparição da agricultura em todos os povos ao princípio da multiplicação e do desenvolvimento destes, e tal é a razão da relação singular que se adverte entre o estado de desenvolvimento de um povo e a natureza de sua ocupação do território em que vive, relação tão precisa, eu pode servir para medir o desenvolvimento evolutivo desse povo. O que principalmente faz os seres dependerem do solo é a necessidade de tomar dele os elementos da alimentação. Como os elementos substanciais da alimentação dos grupos humanos estão concentrados nos cereais, facilmente se pode compreender por quê todos esses grupos estão ligados às zonas que ditos cereais produzem.<sup>79</sup>

A importância da zona fundamental dos cereais explica a grande concentração populacional na região central do México, sobretudo, na Cidade do México, e as disputas que se têm travado ao longo da história nacional entre os grupos que anseiam chegar a deter o poder no país por essa zona. Trata-se da região produtora de gêneros alimentícios básicos para a população mexicana, como o milho, o feijão e o trigo, que atende às demandas de consumo de todo o país devido aos recursos nela existentes que possibilitam uma alta produtividade, além de deter a maioria das riquezas geradas pelo grau de desenvolvimento alcançado e pela maior densidade demográfica. Por isso,

longe da zona, nem ainda com excepcionais elementos de produção agrícola tropical, mineira e industrial, a população pode crescer. Toda a nossa história, desde os tempos pré-históricos até os nossos dias, tem sido a luta pelo domínio da zona de referência. O poder que tem a fortuna de exercer o seu domínio na zona dos cereais, tem sido permanente; o que essa fortuna não tem conseguido, tem sido transitório. Ela terá que ser sempre em nosso país o objetivo principal de toda operação militar transcendente; longe dela, um exército de certa magnitude morrerá de fome.<sup>80</sup>

Diante da função estratégica do desenvolvimento da agricultura para a existência e a evolução das sociedades, deveria ser foco de atenção dos Estados brasileiro e mexicano o zelo por este importante setor da economia nacional. Entretanto, o que se observa é uma situação de abandono caracterizado pelo prejuízo da produção agrícola ocasionado por

<sup>79</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 76.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 77-78.

problemas como a grande concentração fundiária, a ausência do cultivo de uma maior gama de produtos e a adoção de técnicas rudimentares de cultivo.

Com relação ao primeiro problema, Alberto Torres remonta as suas origens ao sistema de exploração da terra implantado durante o período colonial, que, em sua perspectiva, preocupou-se tão somente em vender a riqueza da terra para o mercado externo, não demonstrando interesse em reter o capital nacional e nem em criar as bases sólidas de organização da produção voltada para o desenvolvimento da economia local. Em sua tendência de explorar e se voltar para o mercado externo, a colônia criou o hábito de exploração alienada e predatória a partir de uma ordem econômica internacional fundamentada no privilégio, no monopólio comercial, na concentração produtiva e na concorrência desleal. O resultado deste sistema de exploração é o prejuízo da organização nacional diante de formas parasitárias de capital e da deterioração da economia local com a especulação e a exploração por parte de estrangeiros.

Além disso, também se formou um tipo de propriedade que criou uma sociedade colonial constituída por uma reduzida aristocracia territorial, que somente facilitava a drenagem das riquezas para o exterior, e por uma população pobre, inconsciente e sem participação no lucro da empresa colonial. Como consequência deste tipo de empresa, cujos moldes em que se encontrava estruturada perduraria ainda durante a República, havia o mau uso da terra por falta de um estudo do solo e das condições de fertilidade e a monocultura de um produto que atendesse às demandas de consumo do mercado externo, criando um círculo vicioso de esgotamento das terras, escasseamento das riquezas, drenagem do capital gerado para o exterior e falência e substituição de gerações de proprietários. Desse modo, não se despertou a consciência entre os brasileiros para a conveniência da conservação e exploração racional da riqueza nacional em um instinto de preservação nacional. Sobre este aspecto, Alberto Torres afirma que

a lavoura nacional foi sempre, de fato, em lugar de agente principal, na série das operações do intercâmbio, um serviço colonial da exportação, incumbido da extração das riquezas; e, se, apesar de todos os percalços e de todas as circunstâncias, os lucros fabulosos de nossas especiarias davam para lhe fazer chegar às mãos, às vezes, proventos consideráveis, a falta de educação industrial, o absentéismo, a prodigalidade, faziam-se colaborar com os seus concorrentes, na obra da própria ruína. No estudo dos problemas da produção e da riqueza nacional, cumpre ter sempre em vista os elementos da relação do valor das riquezas extraídas em função do tempo e da extensão das regiões exploradas, e da relação da extração das riquezas e do esgoto do solo, em função da riqueza conservada no país, da riqueza em movimento, e da riqueza exportada para o exterior. Só assim se pode chegar a formular conjecturas justas sobre o nosso ganho e as nossas perdas e sobre a

realidade de nosso progresso material. Estes elementos deixam fora de dúvida a falaz suposição da formação de uma riqueza nacional, consolidada ou móvel: a ilusória pretensão de nosso progresso material.<sup>81</sup>

Os grandes proprietários são o principal exemplo da falta de consciência da necessidade da exploração racional dos recursos nacionais devido ao tipo de produção agrícola por eles desenvolvido, caracterizado pela ocupação de grandes extensões de terra dedicadas ao cultivo de um produto de exportação, pela adoção de técnicas rudimentares que causam o rápido empobrecimento do solo e o seu posterior abandono, pela ausência de um espírito empreendedor que leva os grandes fazendeiros a investirem a maioria de seus rendimentos não em melhorias na propriedade e na produção, mas sim em gastos supérfluos em uma vida de luxúria nas cidades e na Europa, e pela exploração excessiva dos trabalhadores rurais, deixando-os em um estado tal de pobreza que acaba fazendo com que abandonem o campo e se desloquem para as cidades, quando conseguem, piorando, assim, o nível de vida nas zonas urbanas. Isto é uma clara demonstração da ausência de valor econômico, e sem ele

o homem não pode ter personalidade. É sob esse aspecto que se mostra a maior fraqueza da sociedade nacional. O brasileiro não tem vida econômica e não recebe educação para o trabalho e para a administração. A produção, na agricultura, representa um simples sistema de exploração imprevidente da terra. O grande produtor, pouco amante de sua profissão, ausente, em muitos casos; pródigo, escravo de seus gostos e hábitos perdulários, dissipa a fortuna e perverte a prole, habituando-a ao parasitismo, ao luxo, à vida nas cidades, a requintes de vaidades sociais e econômicas.<sup>82</sup>

Enquanto isso, os pequenos proprietários de terra ficam jogados à própria sorte, conseguindo com muitas dificuldades manterem o sustento deles e de suas famílias por causa da inexistência de ações políticas no sentido da difusão de novas técnicas de produção, do acesso ao crédito rural mais fácil e da comercialização do excedente da produção. Este último ponto, que inclui iniciativas que também se estendem aos grandes produtores, trata de medidas como a redução das despesas intermediárias da exportação com o sistema de armazéns de depósito presentes nos portos, a diminuição dos impostos de exportação e a imposição aos produtores do regime comercial, na administração e na escrituração, para a obtenção de crédito e a facilitação das transações com o governo, de modo a forçá-los ao conhecimento exato de suas operações e do estado de suas propriedades. De acordo com Alberto Torres,

---

<sup>81</sup> TORRES, 1978b, p. 128-129.

<sup>82</sup> Idem, 1978a, p. 205.

algumas dessas medidas já estão adotadas, mas, em lugar de empregadas como meios de redução dos *faux frais* e de supressão de intermediários, usam-se conjuntamente com outros ônus à lavoura, tornando-se, assim, em vez de favores que deveriam ser, outros tantos parasitas. Crédito fácil e barato, com leis severas de liquidação, resolveriam muitas de nossas mais sérias dificuldades econômicas.<sup>83</sup>

Porém, situação pior é a daqueles que não têm propriedades e que, por isto, veem-se diante da necessidade de trabalharem em um regime de servidão nas grandes fazendas, quando obtêm trabalho, migrarem para as cidades ou perambularem pelas estradas levando uma vida de miseráveis. A culpa em grande parte por esta situação é dos poderes públicos, desde a União até os municípios, uma vez que não criam as condições para a estabilidade e a prosperidade do homem no campo, encontrando-se este, por isso, reduzido à uma vida mesquinha que se resume em se alimentar a cada dia com o mínimo possível, sendo saciada a fome muitas vezes com bebida alcoólica e fumo.

Segundo Alberto Torres, a solução para tal problema está no estabelecimento de um regime social de trabalho que possibilite a reorganização econômica do campo e crie o amor pela vida agrícola ao invés da repugnância pelo trabalho rural por causa das condições econômicas e sociais do campo. Em outras palavras, não é possível fixar o homem no campo sem lhe dar o acesso à propriedade e nem lhe conceder os meios para o desenvolvimento da produção por meio da instrução sobre as técnicas modernas de cultivo, da implantação de um sistema de irrigação nas regiões mais áridas do país e do acesso ao crédito rural. Neste sentido, o intelectual brasileiro critica a falta de atenção dos poderes públicos com relação aos pequenos proprietários e aos trabalhadores rurais desprovidos de terra e afirma que “a grande produção é a única de que os poderes públicos têm cuidado, porque interessa ao fisco e porque é ainda a maior riqueza do país, explorando-a uma de nossas classes mais influentes”.<sup>84</sup>

Contudo, as classes superiores da sociedade brasileira têm também a sua parcela de culpa em tal problema, pois, ao invés de colaborarem para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais nacionais, dando-lhes trabalho digno, preferem explorá-los ou simplesmente dispensar a sua mão-de-obra usando como argumento uma suposta propensão à indolência por parte das raças que compõem a população nacional. Para Alberto Torres, este argumento não tem embasamento científico, pois, se, principalmente, os negros e os índios têm permanecido em uma situação de miséria, isto não se deve a fatores

---

<sup>83</sup> TORRES, 1978a, p. 205-206.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 207.

biológicos, mas sim ao fato de que a sociedade brasileira os tem abandonado à própria sorte, impossibilitando que progridam. A suposta superioridade do branco europeu é simples resultado de uma vaidade étnica, uma vez que as raças são produtos dos meios físicos e, conseqüentemente, é o meio que lhes determina os caracteres. Por isso, as raças que compõem a população nacional, no caso, o índio, o negro e o branco descendente dos portugueses, estão mais adaptadas para os trabalhos usuais da lavoura, fazendo-os com regular perícia.

O que falta ao homem brasileiro é propiciar-lhe as condições para criar uma tradição própria de amor e cultivo adequado da terra, uma vez que

ele não é mais indolente que qualquer outro; é mesmo, talvez, mais paciente, para a tarefa, que o europeu e o americano; mas, ao passo que o campo, na Europa e nos Estados Unidos, é uma escola de destreza e de ginástica educativa, do corpo e do espírito, para a faina agrícola, onde, de tempos imemoriais, a prática da agricultura e os conhecimentos empíricos vêm passando de geração para geração, como as sementes passam de colheita a colheita e de mão em mão – a gente de nossa terra ainda está por formar o acervo, não de ideias teóricas de agricultura, mas dessas tradições elementares que estão para a aptidão do lavrador como o movimento dos dedos para a habilidade da costureira, os costumes para a moral e o folclore para a alegria e para o lirismo íntimo da vida. Nós não sabemos ainda o que a nossa terra pode produzir e como deve produzir.<sup>85</sup>

A partir desta análise, Alberto Torres entende como um absurdo o estímulo à imigração europeia baseado na tese da indisposição para o trabalho por causa da inferioridade das raças que constituem a população brasileira. Isto só contribui mais ainda para que o brasileiro não tenha a devida preparação para o trabalho, pois não encontra, desde a infância, o apoio para que desenvolva o espírito de iniciativa, laboriosidade e resistência que compõem a essência de um produtor enquanto agente dinâmico da vida social. Assim, tem-se um motivo para a carência de trabalhadores rurais no Brasil, circunstância que é piorada diante da tentativa de solução equivocada para tal problema de se recorrer à colonização estrangeira, pois esta termina não resolvendo a questão pelo fato de que, porque são mais ativos e preparados, os estrangeiros tão somente agravam ainda mais um quadro de desbravamento excessivo das terras brasileiras. Ademais, estes enfrentam as mesmas dificuldades que os nativos para estabelecerem e desenvolverem as suas atividades agrícolas, uma vez que a posse da terra sem assistência não prende o homem ao campo, obrigando-o a se refugiar nas cidades e acentuando ainda mais o caos nas zonas urbanas. No final das contas, só especuladores e aventureiros ganharão com a política de incentivo à colonização, substituindo o amor à terra e à produção pelo desejo do ganho e da riqueza fácil.

---

<sup>85</sup> TORRES, 1978a, p. 54.

A solução para o quadro de desorganização em que se encontra a agricultura passa pela conscientização de que

o Brasil é um país que não produz o suficiente para a alimentação de seu povo, sendo a alimentação popular escassa, má e cara; grande massa do povo brasileiro consta de bandos, miseráveis e nômades, em processo quase de eliminação, e de proletários irregulares, sem preparo para o trabalho; a educação é quase nula, na maioria dos estados, mal orientada, em todo o país; não temos estatística, e tanto basta para nos colocar em nível inferior, na escala das civilizações; nossa cultura superior, notável no número dos estudiosos e na vastidão da erudição de alguns, está longe de corresponder ao estado da cultura dominante nos países adiantados, onde se encontra um escol de homens dotados do conjunto de conhecimentos, e com a educação das faculdades práticas e racionais, necessários à direção da opinião e à solução dos problemas gerais. Encaramos o problema primordial da população, no ponto de vista empírico da colonização, repetindo hoje os nossos homens públicos os mesmos chavões que se diziam há cinquenta anos, sem atenção às leis da multiplicação e progressão das massas humanas, aos fenômenos da raça, da adaptação, da localização, da assimilação e do progresso da atual geração nacional e das que a devem suceder, assim como a dos descendentes dos próprios imigrantes de hoje.<sup>86</sup>

No que diz respeito ao problema da ausência do cultivo de uma maior gama de produtos, Alberto Torres afirma que o efeito mais nefasto da dependência da economia nacional da produção e comercialização de um ou de poucos produtos é a extrema subordinação ao mercado internacional e aos especuladores estrangeiros, que de um momento para outro podem jogar a economia interna em um quadro de crise profunda com a simples deterioração do preço de um produto de exportação. Além disso, esta dependência excessiva de um produto de exportação apenas acentua uma situação de exploração extensiva dos recursos naturais do país, que, no final das contas, acaba por beneficiar os intermediários, que adquirem o produto por um baixo custo e o revendem no exterior a um preço muito superior, gerando uma circunstância de usura que drena as riquezas nacionais para o estrangeiro. Trata-se da instalação de um mecanismo no qual o grande proprietário promove com a sua produção um saque brutal aos recursos naturais do país e o comércio desta produção estabelece a transferência de quase toda a riqueza gerada para o exterior, dando muito pouco ou nenhum proveito para a economia nacional. Portanto, a ampliação da quantidade de produtos cultivados significa o fim da pressão espoliativa dos intermediários. Contudo, esta ampliação deve consistir na escolha daqueles gêneros alimentícios que, pela adaptação às condições naturais do país, sejam propícios ao meio nacional, substituindo os gêneros importados ou cultivados por processos artificiais. Neste sentido,

sendo coisa repugnante ao simples bom senso atacar, combater, abandonar ou embaraçar as produções, atualmente exploradas, devendo o esforço pelo desenvolvimento da policultura e das indústrias próprias de nosso meio consistir em

---

<sup>86</sup> TORRES, 1978a, p. 167-168.

medidas indiretas, entre as quais se destacam as que se aplicam às relações entre a produção e o consumo, é força tolerar o atual regime de suprimento de braços à lavoura, mas imprescindível iniciar uma política de fixação definitiva dos trabalhadores, garantindo trabalho ao proprietário e prosperidade ao trabalhador. Devendo ser o escopo de formar a nacionalidade o objetivo supremo de nossos esforços, evitar que o Brasil continue a ser explorado colonialmente pelo capital e pelo trabalho estrangeiros é a primeira norma de nossa orientação política.<sup>87</sup>

Quanto à questão da adoção de técnicas rudimentares de cultivo, Alberto Torres afirma que falta para o desenvolvimento da agricultura no Brasil um estudo mais aprofundado das condições ambientais para se conhecer os recursos naturais existentes e a melhor maneira de utilizá-los com a ajuda de técnicas de cultivo para o aumento da produção agrícola. Existem uma série de fatores como a ação das florestas sobre o curso dos ventos, a produção de correntes aéreas locais entre as serras elevadas, a retenção das matas sobre as fontes, os mananciais e os cursos de água, a ação dos ventos atraídos pelos campos contra o excessivo ressecamento causado pela irradiação terrestre do calor e etc., que estão ainda por estudar e quase são determinantes para se conhecer os impedimentos colocados por cada região para o desenvolvimento da agricultura e os recursos técnicos modernos para se superar tais obstáculos e promover aqueles cultivos melhores adaptados às condições ambientais locais. Isto impede problemas como o esgotamento e mau uso de recursos naturais como a água, a terra e as matas por causa da produção extensiva sem as técnicas adequadas ou do cultivo de gêneros que são inadaptados ao meio e que pode contribuir para o seu desequilíbrio. Daí que

uma das mais caras imagens de nosso culto à Pátria é a proclamação de nossas riquezas. Foi, por longos anos, axioma de nosso otimismo oratório; começa a ser uma das desilusões de nosso ceticismo postiço. A questão do valor intrínseco do solo é um problema tão complexo, depende tanto de dados, ainda insuficientes, de Geologia e de Agronomia, e do estudo comparativo das utilidades e das necessidades atuais e futuras do homem e da sociedade, que toda pretensão de formular sobre ela juízos categóricos é, pelo menos, prematura. Pondo-a de parte como tese, há um aspecto de nossa riqueza natural que se nos impõe à atenção: a da relação do clima com a produtividade da terra. A natureza equatorial e tropical carece de certos elementos primordiais de conservação da fertilidade das terras e da regularidade das produções: os gelos e as neves, mananciais e águas correntes e fontes de umidade para a atmosfera, e para o solo a queda anual das folhas, origem da terra vegetal. Em nossos climas, estes elementos são substituídos pelas condensações atmosféricas, alimentados os terrenos pelas águas que aí se formam.<sup>88</sup>

Por isso, segundo Alberto Torres,

preservar as florestas, nos espinhaços das serras, nos altos dos morros, nos planaltos, nos pontos elevados, e, em geral, em toda a parte onde a derrubada não for imposta por necessidades reais das populações no cultivar a terra por processos racionais,

<sup>87</sup> TORRES, 1978a, p. 187.

<sup>88</sup> Idem, 1978b, p. 99-100.



intensivos e conservadores, torna-se, para nós, um interesse vital, de dobrada importância, em relação aos países frios ou temperados, onde estes assuntos já fazem, aliás, um pouco, objeto de cuidados governamentais. O nosso sistema hidrográfico, tão desigual e ingratamente distribuído, tão mal estudado e brutalmente desperdiçado, sem nenhum regime de canalização e de irrigação; as nossas florestas, tão levemente devastadas, nesse afã de ir estendendo populações aventureiras e empresas capitalistas, que lastram, como pragas devastadoras, por todo o território, estão a pedir, antes, uma política de conservação da natureza, de reparação das regiões estragadas, de concentração das populações nas zonas já abertas à cultura, sendo educado o homem para aproveitá-las e para as fazer frutificar, valorizando-as.<sup>89</sup>

Trata-se, enfim, de um mecanismo de exploração dos recursos naturais de forma imprevidente como resultado da falta de conhecimento sobre o meio ambiente e de técnicas modernas e apropriadas de produção, destruindo-se, assim, todo um potencial que poderia dar melhores resultados para o país no futuro caso fossem os recursos explorados racionalmente na atualidade. Para que tal racionalidade exista, é preciso que haja a consciência da necessidade do estudo da terra e

o sinal da consciência, quanto a este ponto, só se mostrará no dia em que, abandonando tentames de melhoramentos materiais artificiosos ou, pelo menos, prematuros, como o das culturas secas, voltarmos sensatamente os olhos para as regiões já exploradas e em exploração, e para os vales férteis onde abunda a água, existentes em todo o país, para restaurar, por meios conhecidos, não muito custosos e de efeitos próximos, as condições de unidade e de produção, que lhes vão faltando, corrigir e retificar as falhas e insuficiências das terras, sanear as regiões insalubre e defender as riquezas naturais, em estado de produção ou virgens: procurando concentrar e fazer florescer as populações nacionais sobre estas zonas. Um país em que a cultura extensiva da terra esgotou, em menos de três séculos, zonas equivalentes ao dobro, talvez, da área do Egito, explorando agricolamente, só dentro da vida história, quatro mil anos antes de nossa era, e ainda hoje em plena produção, não precisa abater o seu espírito, nem se desmoralizar a seus próprios olhos, para explicar as fraquezas e crises de sua constituição social: basta-lhe lembrar que nenhum outro povo soberano passou, nos tempos modernos, por igual conjuntura, e que causas destas natureza não se revelam, em regra, a povos e governos, senão com o flagrante de sua realidade.<sup>90</sup>

Assim como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez remete a origem do problema da concentração fundiária ao período colonial ou, mais especificamente, aos instrumentos legais que repartiram a propriedade e foram derivados da bula *Noverint Universi*, responsável por legitimar a Conquista e dar à Coroa a propriedade dos novos territórios. Com a repartição dos territórios, os conquistadores e os missionários e seus sucessores institucionais apossaram-se de grandes parcelas de terras, que ao invés de as utilizarem para o desenvolvimento da produção agrícola, detiveram-nas como símbolo aristocrático de *status* e poder. Os imigrantes oriundos das classes inferiores da Espanha ficaram com pequenas propriedades ou ranchos. Os mestiços, enquanto produto do

<sup>89</sup> TORRES, 1978b, p. 100.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 46-47.

cruzamento entre espanhóis e índias, estabeleciam-se nos ranchos quando eram aceitos pelo pai ou se refugiavam no baixo clero quando eram renegados. Os índios receberam o direito de ocupação das terras comunais, que, em geral, eram as piores terras.

Ademais, por causa do grau de evolução em que se encontram ao longo da história mexicana os diferentes grupos que compõem a população nacional, nota-se a existência de vários estados evolutivos quanto à noção dos direitos territoriais, que são a falta absoluta de toda noção de direito territorial; a noção da ocupação, mas não da posse; a noção da posse, mas não da propriedade; e a noção da propriedade territorial, desligada da posse territorial mesma. Esta diferença nos graus evolutivos e na noção de direito territorial implica em divergências entre os grupos que compõem a população mexicana com relação ao apego à terra, pois

dada a estreita relação que existe em todos os povos da terra entre as condições de produção dos elementos que proveem do carbono necessário para a combustão vital a todas as unidades desses povos e o grau de desenvolvimento que estes conseguem alcançar, resulta claro que a medida que os povos vão avançando, vão tornando mais firmes, mais precisas e mais complicadas as suas relações com o terreno que ocupam: vão lançando, digamos assim, mais e mais dilatadas e mais profundas raízes nesse território, e vai sendo por isso mais difícil desprendê-los destas raízes e desalojá-los. Os povos de alta civilização deixam matar a quase todas as unidades que os compõem, antes de consentir em perder o seu domínio territorial. Das relações do território com a população que a ocupa, desprendem-se todos os laços jurídicos que se chamam direitos de propriedade, desde os que asseguram o domínio geral do território até os que asseguram o domínio da mais insignificante planta nascida em um terreno.<sup>91</sup>

Outra consequência do tipo de estrutura fundiária existente no México desde o período colonial é a forma de relação estabelecida entre os grandes proprietários e a terra. Nesta relação, mais importante do que o desenvolvimento da produção por meio do cultivo da maior extensão da propriedade possível e da adoção de técnicas modernas para a geração de maior quantidade de capital, da qual uma parcela poderia ser reinvestida na melhoria da produção, a preocupação dos grandes proprietários é apenas deter uma grande parcela de terras para a manutenção de uma posição aristocrática. A posse da terra baseia-se em um espírito de dominação mantido pela vaidade e pelo orgulho e não necessariamente pelo propósito de cultivo. O grande proprietário geralmente determina o cultivo de um só produto que lhe traga rendimentos certos e adota técnicas rudimentares, pois o mais importante não é aumentar a produção, mas evitar os acréscimos nos custos com ela, garantindo uma renda fixa aos latifúndios que é gasta com luxos nas grandes cidades ou no exterior. Além disso,

<sup>91</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 90-91.

entrega-se o comando das fazendas a administradores, que protegidos pelo poder e pela influência dos donos, realizam todos os tipos de barbáries contra os trabalhadores rurais.

O objetivo do fazendeiro mexicano não é promover o desenvolvimento da agricultura, segundo Andrés Molina Enríquez, mas fazer com que

os produtos e gastos de sua fazenda tenham a maior normalidade possível; um fazendeiro, contanto que não se veja no extremo de alienar ou de onerar a sua fazenda, conforma-se com a renda que ela lhe produz; o seu trabalho não se encaminha para aumentar a produção, mas para assegurá-la. Além disso, a produção das fazendas é quase sempre segura, mas também é extraordinariamente raquítica e rotineira.<sup>92</sup>

Portanto, o verdadeiro espírito das fazendas é constituído

pelo senhorio e pela renda. **Tudo o que você vê desde aqui, fazendo mover a vista ao seu redor, é meu**, dizia-nos uma vez um fazendeiro, e mostrava com isso grande satisfação; o que menos parecia interessar-lhe era a falta de proporção entre a grande extensão da fazenda e a parte que nela se destinava ao cultivo. Tal é o caráter de toda a nossa grande propriedade. Consequentemente, dentro dos limites territoriais de uma fazenda, o proprietário torna-se uma espécie de senhor feudal. Manda, grita, pega, castiga, encarcera, viola mulheres e até mata.<sup>93</sup> (grifo do autor).

Referindo-se a casos de violência ocorridos com relação às fazendas e observados ao longo de sua vida, Andrés Molina Enríquez relata que

tivemos a oportunidade de instruir o processo do administrador de uma fazenda próxima a esta capital por ter sequestrado e torturado um pobre homem acusado de ter roubado uns bois, o citado administrador prendeu o suposto réu por alguns dias na fazenda, e logo mandou cortar-lhe os dedos polegares das mãos. Tivemos a oportunidade também de saber que o encarregado de uma grande fazenda do estado do México tem cometido no espaço de uns trinta anos todas as violências possíveis contra os habitantes dos ranchos e povoados circunvizinhos: em um rancho próximo, não há uma só mulher livre ou casada que ele não tenha possuído por livre vontade ou pela força; várias vezes os vizinhos indignados o têm acusado ante a autoridade, e esta sempre se tem inclinado ante ele; o têm querido matar e então os castigados têm sido eles. Tivemos ocasião de ver que o administrador de outra grande fazenda, porque em sua opinião as sementeiras de um *Pueblo* estendiam-se até terrenos da mesma fazenda, mandou incendiar essas sementeiras. Um detalhe ajuda poderosamente a comprovar a nossa afirmação sobre este ponto: muitos dos administradores de fazendas nas zonas dos cereais são espanhóis de classe ínfima; esses espanhóis, com efeito, são muito a propósito para o caso, porque em quase todos eles, com a pouca proximidade do homem moderno, descobre-se o antigo conquistador.<sup>94</sup>

A manter esta estrutura de exploração da terra herdada do período colonial, sustentada sobre a vaidade ou o orgulho dos grandes proprietários, a tendência é cada vez

<sup>92</sup> CORDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana**: la formación del nuevo régimen. 2. ed. México: Era, 1973, p. 129-130.

<sup>93</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 158.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 159.

mais se acentuar o processo de concentração fundiária e, a medida que se vai estendendo os limites das fazendas, é seguro que tal exceda em muito as possibilidades de cultivo que possa o proprietário alcançar, prejudicando, assim, o desenvolvimento da agricultura no México. Este contínuo processo de concentração da terra nas mãos de poucos é facilitada pelo processo de desamortização das terras coletivas dos indígenas e dos ranchos dos mestiços pelas companhias de agrimensura e pelos grandes proprietários devido à ausência de títulos legais de posse da terra por parte daqueles e pela venda das pequenas propriedades por parte dos homens do campo que já não têm mais condições de manter a propriedade e desenvolver a produção de gêneros para a sobrevivência deles e de suas famílias e a comercialização do excedente. Dessa forma, a queda na produção agrícola mexicana é inevitável com a redução dos tipos de propriedade que realmente se dedicam à plantação de toda a extensão do terreno com uma variedade maior de gêneros alimentícios.

Caso ocorresse o contrário, ou seja, predominasse os ranchos, as terras comunais e as pequenas propriedades individuais sobre os latifúndios, sobretudo, na zona dos cereais (região central do México),

a produção e com ela a população ascenderiam até alcançar proporções colossais. Até o momento, no conjunto da produção geral da República, e muito especialmente da produção de cereais, a produção das fazendas que representam nove décimos do terreno útil, não é a principal; a sua função não chega a ser a do abastecimento direto, mas a da regulação. A produção principal é a dos pequenos proprietários individuais, a dos rancheiros agricultores e a das comunidades indígenas: a dos pequenos *pueblos* e ranchos remontados nas serranias. Nesses pequenos *pueblos* e ranchos, cada agricultor sempre colhe para o seu consumo e vende o excedente. Durante os meses que imediatamente seguem aos das colheitas, os pequenos produtores enchem os mercados, e nos anos de boas colheitas abastecem-os até que as novas colheitas recolham-se. Quando não alcança cobrir a demanda, seja porque as condições de caráter muito local determinam um consumo demasiado rápido, seja porque o ano tem sido de colheitas insuficientes para todo o consumo, os fazendeiros acodem a satisfazer a demanda, atraídos pela alta natural dos preços. Os anos em que se diz que as colheitas têm-se perdido são aqueles em que se têm perdido as dos produtores pequenos, que semeiam em sua maior parte **por temporada**; nas fazendas, como só se semeia por irrigação, as colheitas raramente se chegam a perder.<sup>95</sup> (grifo do autor).

Para Andrés Molina Enríquez, como a produção principal é a dos pequenos produtores e as suas condições não são favoráveis,

não se pode calcular jamais se as colheitas bastarão ou não para o consumo. Como pela diversidade de situação dos terrenos, as colheitas repartem-se desigualmente, e a colheita particular de cada pequeno produtor tem que satisfazer antes que tudo o consumo deste, e este mesmo vende o excedente segundo as suas necessidades em cada mercado local, o fiel da balança que, por um lado, sustenta a demanda e, por

<sup>95</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 174.

outro, a oferta, oscila constantemente, produzindo a variedade e contínua mobilidade de preços. A produção das fazendas é relativamente insignificante; ainda que essa produção seja sempre segura, quando falta a outra, a principal, é necessário bater na porta dos Estados Unidos do Norte para que cubra o que falta.<sup>96</sup>

Portanto, de modo a atender a demanda interna por gêneros de necessidades básicas, o certo seria incentivar os pequenos produtores, que cultivam uma maior variedade de produtos que são vendidos nos mercados locais, uma vez que a produção nas grandes propriedades está voltada mais para garantir os lucros dos fazendeiros, sendo caracterizada pela monocultura com a adoção de técnicas tradicionais e dedicada para a exportação, somente atendendo o mercado internacional no caso de alta nos preços provocada por uma excessiva procura em relação à oferta. Entretanto, por causa da ausência de uma política de Estado de incentivo aos pequenos produtores, a realidade é bem diversa. Estes, além de sofrerem as pressões exercidas pelas grandes propriedades circunvizinhas no sentido de prejudicá-los para tomar posse de suas terras, também são onerados com o excessivo peso dos impostos que caem sobre eles, enquanto que os fazendeiros praticamente não pagam tributos utilizando-se de sua influência e de seu poder para corromper os funcionários públicos, não declarando o real valor de seus bens e sonegando impostos.

Além destes problemas, os pequenos produtores, tanto os que habitam as pequenas propriedades, os ranchos e as terras comunais, deparam-se com questões como: 1) o tamanho excessivamente reduzido de suas terras e a qualidade inferior delas, o que dificulta muito o seu cultivo e pleno aproveitamento; 2) a falta de títulos completamente legais de posse, estando expostas, a qualquer momento, a serem declaradas terrenos baldios e, conseqüentemente, a serem desamortizadas de acordo com a Lei de 9 de outubro de 1856; 3) a venda a um baixo preço por parte dos indígenas daquelas terras comunais divididas em parcelas e transformadas em propriedades privadas devido ao fato de que eles não atingiram um estágio evolutivo capaz de desenvolver neles a noção de posse individual da terra; 4) a dificuldade ou a impossibilidade de obtenção de crédito agrícola por causa da ausência de garantia para o pagamento da dívida contraída, uma vez que as propriedades que poderiam ser hipotecadas não têm a sua documentação ou titulação completamente regularizada; e 5) a inexistência de um programa governamental que permita o desenvolvimento da pequena produção por meio da facilitação do acesso aos pequenos produtores de novos instrumentos de cultivo, como maneiras de trato da terra, plantações melhores adaptadas às condições ambientais e irrigação.

---

<sup>96</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 174.

Tal quadro só vem a acentuar ainda mais a situação vantajosa em que se encontram os *criollos* grandes proprietários e a arruinar os pequenos produtores, que se vêm na necessidade de vender as suas terras e buscarem outros rumos ou trabalharem nas fazendas, sendo explorados em um regime servil de trabalho que tende cada vez mais a piorar. Com relação a este aspecto, Andrés Molina Enríquez diz que

estando os *criollos* grandes proprietários na vantajosa situação em que se encontram, é claro que a primeira forma em que se aproveitam dessa situação é na de proteger sua grande propriedade. Assim é, com efeito, e mercê a essa circunstância, entre outras muitas, certamente, existem ainda as fazendas. As fazendas têm deixado de ser, como antes eram, o melhor negócio do país, depois das minas, às quais se não igualavam em amplitude de rendimentos, superavam em segurança de produtos. Os tempos atuais não são propícios para as fazendas. Por serem já as fazendas negócios inferiores, e tão inferiores quanto já não são negócio, sustentam-se pelas duas séries de trabalhos que são o alargamento do fundo e a redução artificial dos gastos na forma de redução de impostos e de redução de salários. O alargamento do fundo produz uma redução do trabalho; esse alargamento obedece ao desejo de aumentar a produção baseado no acréscimo das fontes naturais da propriedade, não na multiplicação da intensidade do cultivo; por isso, a referida redução do trabalho traduz-se em uma diminuição considerável do número de trabalhadores. Ainda que em aparência a maior extensão dos trabalhos resultantes da ampliação do fundo pareça aumentar o número de trabalhadores, na realidade, esse número seria muito maior se se procurasse aumentar a produção pela intensidade do cultivo ao invés de procurá-la por dita ampliação. Se em lugar de que o fundo crescesse em extensão, se dividisse em várias frações, é seguro que estas dariam lugar a maior quantidade de trabalho que aquele. A tendência ao engrandecimento extensional das fazendas tem que produzir uma diminuição correlativa do número de trabalhadores que elas têm que ocupar.<sup>97</sup>

Ademais, prosseguindo em sua linha de raciocínio, Andrés Molina Enríquez afirma que outro fator que leva a uma diminuição do número de trabalhadores rurais é a redução de gastos nas fazendas

na forma de redução de salários; esta redução produz a **seleção depressiva** por meio da qual os trabalhadores úteis vão sendo expulsos e substituídos pelos inúteis, em uma progressão que tem chegado a não deixar nas fazendas senão a escória dos trabalhadores. Sendo assim, como é, na realidade, claro é que o salário agrícola tem que estar nas fazendas reduzido ao mínimo possível com relação à quantidade dos salários pela natureza da fazenda mesma e com relação ao valor do salário pela seleção depressiva. Há que acrescentar, além disso, que pela natureza mesma das coisas, o salário agrícola tem que ser inferior ao salário do operário. O salário agrícola calcula-se dividindo o valor total do salário dos dias de trabalho, que não são muitos, entre todos os dias do ano, supondo-se que em todos trabalha-se. O salário do operário é sempre superior por ser um trabalho permanente, enquanto que o trabalho do trabalhador rural é intermitente. Nada tem, pois, de estranho que o salário dentro da zona dos cereais tenha chegado a ser insuficiente para sustentar a vida do trabalhador rural e que, por consequência, quase todos os trabalhadores rurais tenham fugido dos campos. As fazendas, pois, longe de contribuírem para melhorar a condição do homem do campo, tendem a prejudicá-lo, diminuindo o número de suas unidades pela expulsão dos melhores.<sup>98</sup> (grifo do autor).

<sup>97</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 306-307.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 307-308.

A realidade desanimadora da agricultura no México ainda é mais complicada porque os pequenos produtores empobrecem as suas terras ao permitirem a rápida destruição dos recursos naturais nelas presentes diante da necessidade de complementarem a renda e da demanda por parte das indústrias de matérias-primas, como por exemplo, a madeira, que levou à derrubada massiva dos bosques pelos mestiços e indígenas. No que diz respeito às grandes propriedades, o problema não está na derrubada das florestas, pois a produção restringe-se sempre a uma parcela ínfima das terras, além de que os fazendeiros procuram proteger as suas madeiras especulando com a possibilidade de obter mais lucros com a sua extração em um futuro em que não haja mais tal recurso nas pequenas propriedades, ranchos e terras comunais. A questão a ser pensada está no esgotamento da terra naquela parcela da propriedade que é cultivada por causa da adoção de técnicas rudimentares, da ausência de uma rotatividade no cultivo de outros gêneros que não esgotem o solo e da não-utilização da prática de descanso de uma parcela de terra por um período e da produção de outra parte da propriedade que não tenha sido cultivada. O mesmo se aplica àquelas terras dedicadas à pecuária, ou seja, os pastos, que devem ter um manejo tal que impeça o esgotamento das pastagens. No que se refere à exploração predatória de madeira, o autor mexicano diz que

enquanto não houve ferrovias nem fábricas, os montes tinham muito pouco valor, razão pela qual os *pueblos* e os ranchos tinham conservado os seus; porém, quando a construção e o consumo das ferrovias e dos estabelecimentos industriais, por um lado, e a facilidade de comunicações, por outro, abriram amplos mercados às madeiras, exigindo a grande exploração dos bosques, começou não uma exploração, mas uma completa poda dos montes. Os primeiros que desapareceram foram os pequenos montes dos mestiços porque estes encontraram naqueles uma riqueza inesperada que só podiam aproveitar consumindo-a, dado que a exploração regular e metódica requer capital, e eles não o tinham. Depois, a exploração tem passado aos montes comunais. Os indígenas e os rancheiros também se têm encontrado logo com uma riqueza que em seu infinito desejo de bem-estar têm procurado aproveitar, da mesma forma que os mestiços, consumindo-se, posto que de outro modo não lhes é dado aproveitá-la. As grandes fazendas, pelo contrário, vendo que os montes desapareceram da propriedade comunal, têm suspenso ou pelo menos reduzido a exploração na espera de uma alta de preço que necessariamente terá que vir e que irá ascendendo cada dia mais. Isto tem produzido um desequilíbrio completo entre a demanda e as condições de exploração que dão a oferta, pois como aquela aumenta, dia a dia, esta não se satisfaz com a exploração normal dos bosques, mas com a destruição forçada e cada vez mais arrasadora dos montes dos *pueblos* e dos ranchos que pouco a pouco vão convertendo-se em verdadeiros paramos, sem que os *pueblos* e os ranchos, por sua escassez de recursos, possam atender à repovoação desses montes.<sup>99</sup>

Assim como acontecia no Brasil, o homem do campo encontrava-se em uma situação de abandono no México. Exatamente por isso, Andrés Molina Enríquez afirma ser um absurdo, como pensa Alberto Torres, incentivar-se a colonização estrangeira em

<sup>99</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 197-198.

detrimento dos nativos, utilizando-se como argumento a inferioridade racial da população nacional, no caso do México, do mestiço e do indígena, e da incapacidade dela para o trabalho e o papel de agente da promoção do desenvolvimento do país. O incentivo à colonização estrangeira resulta em um comportamento de adoração e subordinação com relação ao elemento estrangeiro em uma clara demonstração de gratidão por sua vinda e de esperança de que permaneça e se incorpore à família nacional. Para que esta esperança transforme-se em fato, o governo federal concede uma série de benefícios a eles por meio de leis, sendo que os próprios mexicanos não desfrutam de benefícios de tais magnitudes, tornando o estrangeiro em um indivíduo privilegiado. De acordo com o intelectual mexicano, o responsável pela panaceia da imigração estrangeira, sobretudo, europeia, é o *criollo*, obedecendo

a um impulso instintivo de sangue que o induz a amar e, consequentemente, a admirar e a considerar os europeus, dos quais ele se sente ser uma derivação, como superiores aos demais homens e como capazes de fazerem com facilidade o que ele mesmo não se crê capaz de fazer, e menos capaz de fazer ainda em nosso país as raças que considera como inferiores à sua. É esta uma ilusão semelhante a que tinham os *criollos* senhores e os *criollos* clero antes da Intervenção sobre a maneira de dominar a anarquia; não sendo eles capazes de submeterem os mestiços e os indígenas, e acreditando que os mestiços são mais incapazes de submeter os indígenas e eles mesmos (os *criollos*), julgavam muito fácil para os europeus submeterem a todos; foi necessário o fracasso da Intervenção para que tal ilusão se desvanecesse, e, todavia, eles atribuem esse fracasso a essas ou àquelas circunstâncias.<sup>100</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, contribuem para formar a ilusão da imigração europeia fatores como,

por um lado, a distância das nações europeias com relação ao nosso país e, por outro, o exemplo de outros países, que naturalmente ou de um modo artificial têm atraído numerosos imigrantes. As colônias de europeus sempre são julgadas possíveis porque desconhecemos muito as nações europeias, e para julgar a possibilidade de atrair as suas unidades não vemos senão o fato comprovado de que muitas dessas unidades emigram para alguns países do outro lado do Atlântico. Ninguém se fixa em que toda corrente de imigração para uns povos e de imigração para outros obedece a um trabalho de desintegração daqueles e de integração destes, e que a integração nos últimos supõe uma força de atração neles que se gera e trabalha neles mesmos, e essa força não é outra que a de sua própria energia vital que se manifesta no bem-estar geral de suas unidades próprias. Tão logo que em um país as unidades de que se compõe começam a gozar de um bem-estar superior ao de que gozam as de outro, as deste último começam a se desprender dele para se unirem ao primeiro. Isto é o que acreditamos que tem passado nos Estados Unidos primeiro e na Argentina depois.<sup>101</sup>

Ao contrário do que acham os *criollos*, para Andrés Molina Enríquez, os elementos mestiço e indígena podem ser sim agentes ativos no desenvolvimento do México

<sup>100</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 326-327.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 327.



por meio do trabalho deles, bastando para isto lhes dar as condições necessárias para que possam estimular e fazer aflorar as suas capacidades. Isto implica em um bem-estar relacionado com a existência em uma dada sociedade, despertando, assim, a ideia de que a garantia de uma condição mínima de vida depende da convivência naquele meio social. Desse modo, cria-se o apego à terra, fundamento do patriotismo e fator decisivo para a constituição da nacionalidade. Da mesma forma como pensa Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez acredita que é este apago à terra um elemento que une todas as unidades sociais em torno da nação, formando uma espécie de força centrípeta que integra a sociedade nacional em torno do bem-geral da coletividade, do qual depende o bem-estar de cada membro da sociedade. De acordo com Andrés Molina Enríquez,

por muito intensas que sejam as forças de coesão social nas sociedades, essas forças são como todas as mecânicas, e diminuem e se perdem pela distância e pelas resistências, e, conseqüentemente, atraem com tanta menor força as unidades sociais quanto maior é a distância em que essas unidades encontram-se com relação ao centro de atração. É claro, pois, que nos conjuntos sociais demasiado extensos, pela dispersa colocação de suas unidades, ou muito compactos pelo grande número de unidades integradas, as unidades muito distantes ou muito indiretamente atraídas, estarão, ou muito debilmente unidas ao centro de atração, ou estarão sempre expostos a sofrer a influência de qualquer outra força de atração. É o mesmo efeito que se produz quando em uma superfície plana espalha-se pó de ferro e se coloca no meio dele uma barra imantada; certamente se produz um movimento de agrupação das partículas do pó de ferro para os polos da barra, mas essa agregação faz-se até onde alcança a força de atração e entre as partículas atraídas com tanta mais intensidade quanto mais próximos estão dos polos. Muitas partículas não sofrem a atração, motivo pelo qual ficam onde antes estavam, e outras ficam muito debilmente agregadas. Se depois se coloca próximo da barra imantada outra semelhante, esta, por sua vez, produz um novo movimento de atração por causa do qual muitas partículas das livres agregam-se e se agregam também muitas das já agregadas à barra anterior, da qual se desagregam para se agregarem à outra por mais que força atrativa desta última seja menor que a força da que se colocou primeiro.<sup>102</sup>

Continuando o seu raciocínio, o autor mexicano diz que as forças de agregação dos compostos sociais ou forças de coesão traduzem-se

nas vantagens que o indivíduo alcança sempre da vida em conjunto com os demais, e o trabalho de alcançar essas vantagens produz, por um lado, a seleção por causa da qual alcançam maiores vantagens e se unem mais ao conjunto os mais capazes; e, por outro, o efeito de que o conjunto aperfeiçoe-se cada vez mais e ofereça ao indivíduo maiores vantagens. Conseqüentemente, em todo conjunto social, os indivíduos que não participam parcial ou totalmente das vantagens desse conjunto por sua distância material do centro desse mesmo conjunto, e os indivíduos que não participam parcial ou totalmente de ditas vantagens por terem sido separados pela seleção da ação direta do próprio conjunto, estão expostos a sofrerem sempre, de fato, a influência de outros centros de atração.<sup>103</sup>

<sup>102</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 327-328.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 328-329.

Além disso, utilizando-se de uma argumentação igual à de Alberto Torres com relação ao índio e ao negro no Brasil, Andrés Molina Enríquez acredita que o índio, por ser nativo da terra mexicana, e o mestiço, por conter sangue indígena percorrendo as suas veias, estão melhor adaptados ao meio mexicano, apresentando características que possibilitam uma maior resistência às dificuldades impostas por esse meio, de acordo com a lei da seleção natural. Consequentemente, o índio e o mestiço estão mais preparados que o *criollo* e o estrangeiro para a dura labuta de cultivo de terra mexicana, constituindo-se, caso tenham as condições mínimas para desenvolverem as suas capacidades, em agentes primordiais para o desenvolvimento da agricultura do país. A tendência é que, a partir do processo de seleção natural, todo grupo imigrante seja vencido e rapidamente eliminado, pois

os imigrantes europeus necessitam pão, necessitam habitações adequadas, necessitam roupa e tudo isto para virem fazer um trabalho que só as rudezas do solo têm que reduzir a um mínimo depreciável; o trabalho do europeu em nosso país terá que ser sempre inferior em intensidade e em continuidade e, conseqüentemente, em rendimento, ao do mestiço e ao do indígena, e custará muito mais. O salário dos campos apenas basta em tempos normais para melhorar a alimentação de grau simples, para vestir de manta e para habitar em casa de pau-a-pique ou de palha; e em caso de concorrência, poderia descer até se resumir estritamente a estas condições. Para que a concorrência com o imigrante europeu pudesse decidir-se a favor deste, seria indispensável que este imigrante se conformasse com um salário inferior ao que serve para comer *tortillas* com sal, para vestir de manta e para viver em casas de pau-a-pique ou de palha; e para ganhar esse salário, seguramente não virá, como, com efeito, não vem. Tudo isto, certamente, em tempos normais. Nos atuais tempos em que os trabalhadores rurais nacionais não alcançam para se proporcionarem com seu salário nem *tortillas* com sal, nem roupa de manta, nem casa de pau-a-pique ou de palha; nos tempos atuais em que até os nossos trabalhadores rurais emigram empurrados pela miséria, menos ainda poderão vir imigrantes europeus, e os que cheguem a vir pelo engano de algum engodo especial, logo serão arrebatados pelas correntes que estão levando a nossa população trabalhadora para os Estados Unidos.<sup>104</sup>

A solução primordial para o problema do desenvolvimento da agricultura no Brasil e no México está tanto para Alberto Torres como para Andrés Molina Enríquez em uma organização da estrutura fundiária nos respectivos países, ou seja, em uma melhor distribuição das terras. Segundo Alberto Torres, como o trabalho de desenvolvimento da agricultura brasileira deve ser uma tarefa a ser realizada pelos elementos nativos que compõem a população nacional, compete ao Estado dar-lhes terras e, ao mesmo tempo, a assistência necessária para que permaneçam no campo e possam alavancar a produção agrícola do país. Na realidade, trata-se da criação de núcleos de colonização nacional, vizinhos de todas as regiões onde se careçam de trabalho periódico, que incentivariam a volta do migrante ao campo com o acesso à propriedade para a produção de bens de consumo que a

<sup>104</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 351-352.

grande cultura abandonou. O temor quanto à não aceitação desta volta ao trabalho no campo não faz sentido, uma vez que

a própria relação entre a aptidão do homem e o trabalho contém implícita a tendência do maior número para os trabalhos da terra. A propriedade é, além disso, uma sedução poderosa, e, se ao incentivo que ela gera, juntasse-se um certo cuidado por tornar a existência agradável nos centros agrários, dispersando-se um pouco, pelas cidades e vilas do interior, em obras de saneamento e modestos melhoramentos, o que se despende, em obras luxuosas e despesas improdutivas, nas capitais, dando-se, além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, a experiência venceria rapidamente os primeiros obstáculos e se consolidaria. Ao lado da grande cultura, que explora as produções que se exportam, fundar-se-ia a pequena cultura, para as produções de consumo; os nossos **párias** seriam incorporados à sociedade; e o Brasil possuiria uma vasta classe aplicada ao trabalho de lhe fornecer o alimento, que, até nas cidades, é escasso e mau, para as próprias classes médias. A proporção que o colono estrangeiro viesse aportando ao nosso território, ele iria encontrando um povo, um verdadeiro povo de homens, estabelecidos, produtores, dignos, da nobre dignidade do trabalho, cuja sociedade não lhe repugnaria, e com os quais iria criando os laços de comércio, de amizade, de parentesco, que o uniria indissolivelmente à nacionalidade, em vez de o manter isolado em “colônias”, como até aqui.<sup>105</sup> (grifo do autor).

A utilização do trabalhador nacional no desenvolvimento da atividade agrícola seria feita por meio de um processo de distribuição de terras incultas e devolutas entre aqueles indivíduos que fossem despossuídos de propriedade, com o estabelecimento deles em pequenos lotes, e da organização de comunidades agrárias. Assim, com a formação de um amplo grupo de proprietários no país, dar-se-ia as condições para o surgimento de cidadãos conscientes e ativos no trabalho de organização nacional, superando-se, assim, um quadro de degeneração dos trabalhadores nacionais diante da falta de expectativa na vida e de incentivo ao trabalho pelo Estado, levando-os aos vícios, principalmente, ao alcoolismo. Porém, é importante frisar que, para Alberto Torres, este programa de reforma agrária deveria ser feito respeitando-se a propriedade enquanto um direito inviolável.

Juntamente com a distribuição de terras, faz-se também necessário, nos casos de prestações de serviços aos trabalhadores rurais nas grandes propriedades, elaborar-se leis que estabeleçam o mínimo de garantias aos empregados, criando uma relação mais harmônica com os patrões. Entre tais leis, deveria constar uma que implantasse um salário mínimo para a existência do trabalhador e de sua família, cabendo aos órgãos públicos federais averiguar o seu cumprimento.

Com a reforma agrária e a regulamentação do trabalho no campo, é possível que se organize

---

<sup>105</sup> TORRES, 1978a, p. 132-133.

um regime de estabelecimento de trabalhadores, em todos os municípios e distritos, se possível, ou quando o não seja, nas regiões mais próximas, garantindo, por meio de contratos seriamente feitos e lealmente executados, entre o governo, o produtor e o operário, a efetividade do serviço, nos grandes estabelecimentos agrícolas, a bem dos fazendeiros, e terras, instrumentos e outros meios de trabalho, aos operários, para que cultivem as suas lavouras fora das épocas de emprego, provendo o Estado a educação e cultura das populações proletárias. Conviria que fosse promovido, ao lado disto, por ocasião das liquidações e execuções, a divisão das propriedades, de forma a se dispersar a riqueza, consolidando-se o bem-estar popular. É uma ideia de que os nossos políticos não se compenetraram ainda a de que o Brasil precisa constituir **o seu povo**, dotando as classes pobres da sociedade deste mínimo de segurança e de bem-estar, consistente em propriedade, no conhecimento e exercício de uma profissão reprodutiva, na certeza de obter trabalho e remuneração (relações da produção com o consumo), em instrução e hábitos de vida regular – que dão ao proletário europeu, do campo e das cidades, posição relativamente estável em seu meio. A nossa política deve mesmo caminhar com mais coragem – sem atacar a propriedade e os direitos constituídos – no sentido de uma distribuição mais larga das riquezas e de um nivelamento mais completo das possibilidades e dos meios de ação.<sup>106</sup> (grifo do autor).

Um problema que consta na proposta de reforma agrária de Alberto Torres diz respeito à ausência de uma melhor explicação sobre os critérios a serem utilizados para se determinar quando uma terra pode ser considerada improdutiva ou mal aproveitada por um proprietário particular. Além disso, carece-se de maiores detalhes sobre os critérios de distribuição das terras incultas e devolutas, e sobre o tamanho do lote que cabe a cada família, devendo-se para isto se levar em conta a maior ou menor facilidade para o cultivo da terra de acordo com a disponibilidade de recursos naturais do local e a quantidade de famílias a serem assentadas. O que deixa claro o autor brasileiro é a sua tendência favorável a que nas colônias onde se estabeleçam os trabalhadores e as suas famílias criem-se cooperativas e mutualidades agrícolas, pois estas contribuem muito para a missão de regeneração da vida no campo. Segundo Alberto Torres,

é conhecida a ação regeneradora das cooperativas e mutualidades agrícolas em várias regiões da Europa. Populações decadentes, indivíduos degenerados e corruptos, reergueram-se, moralizaram-se, deram-se ao trabalho, e prosperaram, graças a essas associações, destinadas à compra e venda de terras e instrumentos de lavoura, cedidas a indivíduos sem capital. O que as mutualidades têm feito na Europa, o governo pode e deve fazer aqui.<sup>107</sup>

Um aspecto positivo na análise de Alberto Torres sobre o problema agrário no Brasil é a sua ideia de que não basta o estabelecimento do homem do campo em uma parcela de terra pelo Estado sem lhe dar a assistência necessária para que seja viável o cultivo do solo. Isto conclui ações como a implantação de sistemas de irrigação em regiões onde o acesso à água seja mais difícil, a facilitação da obtenção de crédito rural para investimentos na

<sup>106</sup> TORRES, 1978a, p. 187-188.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 132.

produção agrícola e a conscientização para a necessidade de um correto manejo dos recursos naturais.

A implantação de sistemas de irrigação em regiões onde o acesso à água seja mais difícil tem como objetivo possibilitar o uso dos recursos hídricos como um elemento que dinamize a produção agrícola do país, que, por sua vez, é o fator essencial de vitalidade do organismo social ao gerar as riquezas necessárias para manter e nutrir a vida interna. Tais riquezas são fruto do trabalho, que para dar os rendimentos regulares e esperados precisa da colaboração de recursos de transformação do meio ambiente. Um destes recursos é a irrigação que se faz necessária nas regiões onde o índice pluviométrico é baixo, seja por causa das derrubadas de florestas com assoreamento de rios e lagos, seja devido à pobreza natural de vegetação e recursos hídricos de fácil acesso, como no Nordeste brasileiro. Desse modo,

o nosso sistema hidrográfico, tão desigual e ingratamente distribuído, tão mal estudado e brutalmente desperdiçado, sem nenhum regime de canalização e de irrigação; as nossas florestas, tão levemente devastadas, nesse afã de ir estendendo populações aventureiras e empresas capitalistas, que lastram, como pragas devastadoras, por todo o território – sem amor pela terra nem interesse pelo futuro humano –, estão a pedir, antes, uma política de conservação da natureza, de reparação das regiões estragadas, de concentração das populações nas zonas já abertas à cultura, sendo educado o homem para aproveitá-las e para as fazer frutificar, valorizando-as.<sup>108</sup>

No que diz respeito ao acesso do pequeno produtor ao crédito rural, este se encontraria dificultado porque a política econômica do Estado brasileiro volta-se para a produção agrícola exportadora por esta gerar muita arrecadação. Ademais, as instituições financeiras existentes no país, sendo em sua maioria controladas por grupos estrangeiros, estão preocupados apenas em conceder créditos para as atividades de produção e transporte de gêneros de exportação, acentuando um quadro de dependência externa da economia nacional. Este quadro de dependência faz com que todas as riquezas geradas no país escoem-se para o exterior e o capital obtido com elas fique, em sua maior parte, nas mãos dos intermediários, quase sempre estrangeiros, permanecendo uma quantidade mínima, que é gasta, ou com luxos pelos grandes proprietários, ou com obras de embelezamento dos centros urbanos, sem quase nenhum investimento na melhoria da produção. Em outros termos,

atrair capitais é uma das fórmulas em que se traduz a balda de solver instantaneamente, por meios de artifícios, os problemas de nossa economia, dependentes da organização do trabalho, da circulação e do consumo. Por avultado eu seja, o capital não acudirá senão a pequeno número de proprietários – os que conservam prestígio e dispõem de apoio, para se recomendarem aos bancos: e a

---

<sup>108</sup> TORRES, 1978b, p. 100.

história dos empréstimos à lavoura, aí está, registrada na escrituração de nossas casas de crédito, para mostrar os efeitos desses socorros extremos a proprietários falidos. O nosso problema econômico é o problema da organização do trabalho, da circulação e do consumo; o capital nos há de vir com a circulação e pela circulação; e só nos virá, profícuo e benéfico, do estrangeiro, quando as condições do **crédito** chamarem-o, no interesse do mutuante. Fora disto, o capital não nos será senão fator de agravamento de nossa crise orgânica – circulando, por algum tempo, nas mãos dos intermediários que exploram o esforço do produtor, e alimentando as profissões que, vivendo de trabalhos estranhos à produção, não se preocupam com o problema dos juros e das amortizações, nem com o da alienação e do esgoto das riquezas.<sup>109</sup> (grifo do autor).

A solução para a questão da facilitação do acesso ao crédito rural estaria no estímulo do Estado ao desenvolvimento da produção agrícola voltada para o mercado interno, ou seja, do cultivo dos gêneros que supram a demanda de alimentação da população nacional, sendo que tal tarefa caberia, principalmente, aos pequenos proprietários. Tal medida viria junta com a iniciativa estatal de incentivo à criação pelos pequenos produtores de mutualidade ou cooperativas agrícolas que facilitem o armazenamento e o transporte da produção até os centros consumidores, reduzindo os prejuízos com a exploração dos intermediários por parte dos pequenos produtores e diminuindo, por consequência do fim desta exploração, o preço final do produto para os consumidores. Desse modo, gerar-se-ia uma circulação interna de riqueza, que propiciaria a obtenção de capital por parte do pequeno proprietário, o qual investiria uma parcela desse capital na melhoria da produção com a consultoria dada por técnicos do governo a ele. Além disso, é óbvio que os pequenos produtores pagariam às cooperativas pela associação e pelos serviços prestados, devendo uma boa parcela desta arrecadação ser revertida em fundos de créditos a serem emprestados para aqueles produtores que o necessitassem. Portanto, cabe ao Estado brasileiro velar pela produção agrícola voltada para o mercado interno, pois

a produção que se exporta – fruto, em regra, de grandes capitais – produzindo fortunas, não representa sempre riqueza generalizadas; e exatamente porque consiste em mercadorias que excedem das necessidades, ou de que o país não carece, provoca especulações avultadas, e acumula-se, quer na produção, quer nas transações, em mãos de um grupo ou de uma classe, transformando-se em instrumento manejável de oscilação do crédito e, portanto, de instabilidade da riqueza geral.<sup>110</sup>

Quanto ao ponto da conscientização para a necessidade de um correto manejo dos recursos naturais, pode-se dizer que, para Alberto Torres, ele é fundamental para a recuperação e preservação da terra e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da atividade

<sup>109</sup> TORRES, 1978a, p. 55-56.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 145.

agrícola no campo brasileiro. Isto é o resultado de uma legislação que deve tratar do aspecto da conservação dos recursos naturais e da regulação de sua produção, garantindo-se, assim, o futuro das próximas gerações. A ausência deste tipo de preocupação tem acarretado, por exemplo, na devastação das matas, alterando-se o regime de águas e as condições atmosféricas e, desse modo, afetando a produção agrícola nacional. Porém, o que se observa é que

os indivíduos que têm a propriedade do solo e do subsolo julgam-se, e o são quase sempre em Direito, senhores de suas riquezas. Cada indivíduo e cada geração dilapidam, assim, em proveito próprio, fontes preciosas de imensos valores. O homem tem sido um destruidor implacável e voraz das riquezas da Terra. Toda a vida histórica da humanidade tem sido uma vida de devastação e de esgotamento do solo, de incêndio de tesouros e de florestas, de esterilização da superfície da Terra. A exploração colonial dos povos sul-americanos foi um assalto às suas riquezas; toda a sua história econômica é o prolongamento deste assalto, sem precauções conservadoras, sem corretivos reparadores, sem piedade para o futuro, sem atenção para com os direitos dos pósteros.<sup>111</sup>

A solução para o problema da preservação dos recursos naturais passa pela aplicação de leis e realização de ações do Estado visando a conservação e a exploração racional dos recursos disponíveis na natureza brasileira, o que inclui o reflorestamento dos morros, o tolhimento das derrubadas das florestas, o saneamento de áreas alagadiças, o uso de meios jurídicos e força policial para o cumprimento das leis ambientais, etc. Portanto,

seria de elementar prudência que os poderes públicos procurassem sustar a devastação das matas, feita, às vezes, para o nefasto desenvolvimento de culturas extensivas, outras com o único propósito de extração de madeiras e de lenha; que procurassem manter as populações nas regiões já exploradas, desenvolvendo novas culturas, por processos intensivos; que estimulassem o gosto pelo amanho da terra e pela produção; que habituassem o homem à vida do campo; que fiscalizassem e corrigissem as alterações do clima, os acidentes meteóricos, o ressecamento de certas terras, o alagamento de outras, o abandono, em suma, de quase todas onde a árvore do café pereceu por velhice; que, antes de tudo, promovessem a utilização destas últimas, recolonizando-as com elementos estrangeiros e, de preferência, nacionais, para poupar com zelo, senão com usura, as riquezas ainda não exploradas.<sup>112</sup>

Outra iniciativa importante a ser adotada pelo Estado refere-se à implantação de um ensino nas escolas rurais que conste com a disciplina de Economia Rural, devendo esta dar noções básicas de agronomia e zootecnia, preparando os futuros produtores para o correto manejo dos recursos naturais durante o trabalho rural. Com relação aos produtores rurais que já se encontram fora da idade escolar, estes devem contar com o auxílio de consultoria de técnicos do governo, que, entre outras funções, devem instruir os produtores para aplicarem as técnicas mais modernas de cultivo de modo que obtenham a maior produtividade possível sem o esgotamento dos recursos disponíveis em suas propriedades. Isto consiste em um processo

<sup>111</sup> TORRES, 1978b, p. 91.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 92.

educacional de orientação dos espíritos no sentido da disseminação de novos hábitos de trabalho e da valorização da labuta no campo. É com este objetivo em mente que Alberto Torres afirma que

o Brasil é, ainda, e apesar da ação de seus governos, um repositório e uma reserva de riquezas; e a humanidade, crescendo desproporcionalmente à sua produção, e, principalmente, ao seu sistema de distribuição econômica, está pedindo, neste momento, lições, e escola, de produtividade econômica, ao contrário das de esgotamento da natureza – que é o que se tem feito e se está fazendo, com pueril e demente imprevidência, entre nós.<sup>113</sup>

Da mesma forma que Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez também acha que o problema do desenvolvimento da agricultura em seu país tem como aspecto central uma reformulação da estrutura fundiária com uma melhor distribuição das terras. Para o intelectual mexicano, esta melhor distribuição das terras significa pôr fim a um processo de amortização delas, que se encontram concentradas nos latifúndios com baixos índices de produtividade devido à preocupação dos grandes proprietários *criollos* em deter a posse das terras por mero espírito aristocrático fundamentado na vaidade e no orgulho. Ao se promover a divisão das grandes propriedades em muitas frações, passando-as para as mãos dos mestiços e dos indígenas, a tendência é ocorrer, com a assistência do Estado, um aumento na produção agrícola que faria crescer a riqueza em circulação dentro do México, beneficiando todo o país. Além disso, a questão do fracionamento dos latifúndios é fundamental para a formação de uma unidade nacional, pois, por meio dele, acabar-se-ia com o sistema de privilégios que beneficiam os *criollos* em detrimento dos mestiços e índios, obrigando os primeiros a se incorporarem à massa da população e, assim, colocando os interesses da coletividade acima dos particulares. Com a multiplicação do número de propriedades dedicadas à produção agrícola, beneficiar-se-ia um número muito maior de pessoas com essa produção e, desse modo, também se multiplicaria o desenvolvimento econômico.

Os latifúndios são a origem da organização social estruturada em torno do sistema de privilégios que impede a integração dos *criollos* à massa da população porque eles, baseados em suas grandes posses, sentem-se como superiores aos mestiços e aos índios, desprezando-os. Tal quadro de concentração das riquezas exige medidas urgentes por parte do Estado, tratando-se de uma questão de salvação da nacionalidade mexicana. Cabe ao poder estatal escolher entre realizar esta tarefa por meios pacíficos ou deixar que uma revolução faça-a, o que, no final das contas, aconteceu. A respeito deste quadro, Andrés Molina Enríquez descreve-o do seguinte modo:

---

<sup>113</sup> TORRES, 1978b, p. 110.



A observação direta dos fatos, que se pode fazer somente percorrendo a zona fundamental dos cereais por ferrovia, mostra à vista menos perspicaz que os pequenos centros de povoamento, onde a produção dos cereais faz-se por cultivo quase intensivo, encontram-se nas montanhas, onde esse cultivo faz-se à custa do trabalho e de energia, enquanto que se atravessam planícies após planícies, todas bem dotadas de recursos hídricos e próprias para o cultivo, abandonadas e desertas. Quem pergunta a razão de que seja assim, alguém responde: **toda esta planície pertence à fazenda H**. Algumas léguas mais adiante se nota o mesmo fenômeno, e a resposta é sempre a mesma: **a fazenda X**. Por outro lado, lá, nos confins das fazendas e prensados contra as fazendas, veem-se os *pueblecitos* que são no lugar os centros de povoamento, nos quais muitas vezes está o centro do distrito ou da municipalidade a que as fazendas pertencem; e se advertem certamente, pelas sementeiras cuidadosas e em pleno vigor de crescimento, as pequenas extensões de terras de que esses *pueblos* vivem. E quem vê de perto algum dos expressados *pueblecitos*, assombra-se com o que vê. Quem queira, pode pegar a ferrovia de Toluca e ver próximo do túnel de Dos Ríos no pequeno *Pueblo* que se chama Huixquilucan, a enorme quantidade de parcelas de cultivo que, perfeitamente cuidadas, sobem até os cumes das montanhas de Las Cruces, em que dito *pueblo* encontra-se. Não terá ocorrido a todos aqueles que têm visto esse *pueblo* e outros como ele que se as grandes planícies das fazendas estivessem cultivadas assim, outros seriam os destinos nacionais?<sup>114</sup> (grifo do autor).

Como se pode notar, diferentemente da análise de Alberto Torres que não faz qualquer vinculação entre raça, classe social e posse da terra, Andrés Molina Enríquez, baseado na relação entre estes três fatores, chega a afirmar que a sociedade mexicana é uma espécie de “sociedade de castas”, havendo cada vez mais a concentração das riquezas nas mãos dos *criollos* e estrangeiros, não existindo quase nenhuma possibilidade de ascensão por parte dos mestiços e indígenas pelas condições sociais em que estes grupos sociais encontram-se. A partir deste pressuposto, o autor mexicano

distingue quatro camadas: estrangeiros (norte-americanos e europeus); *criollos* (novos, moderados, conservadores e clero); mestiços (diretores, profissionais liberais, empregados, Exército, operários superiores, pequenos proprietários e rancheiros) e indígenas (clero inferior, soldados, operários inferiores, proprietários comunais e trabalhadores rurais). Combinou o critério racial com o classista; figuram nas classes altas ou privilegiadas todos os estrangeiros e os *criollos*. Formam as classes médias os mestiços, e as classes baixas os indígenas. Quatro consequências desprende do dito anteriormente: concentração da riqueza nacional em muitas poucas mãos; conservação do regime da grande propriedade e o prejuízo consequente aos trabalhadores rurais; opressão dos grupos de agricultores (pequenos proprietários e rancheiros, e indígenas proprietários comunais) e, enfim; “o caráter abortivo da indústria em nosso país”.<sup>115</sup>

Essa “sociedade de castas” somente será dissolvida ao se incorporar os *criollos* à multidão de mestiços e indígenas, criando-se, assim, uma unidade nacional em torno da defesa dos interesses da nação. Desse modo, ao invés da crença na superioridade dos *criollos* que justificaria a concentração da riqueza em suas mãos e do recurso à intervenção estrangeira

<sup>114</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 152-153.

<sup>115</sup> GONZÁLEZ NAVARRO, Moisés. **Sociología e historia en México**: Barreda, Sierra, Parra, Molina Enríquez, Gamio, Caso. México: El Colegio de México, 1970, p. 45-46.

para defender os seus interesses particulares, prevalecer-se-ia a preocupação pelo bem-estar da coletividade, o que implica na melhoria das condições de vida da maioria da população. E uma das principais iniciativas para isto está em uma melhor distribuição das terras que ponha fim à desigualdade profunda entre a população e à exploração de uma minoria privilegiada sobre uma maioria que se encontra na pobreza e, em alguns casos, até na miséria. Isto implica em que, de acordo com Andrés Molina Enríquez, “esforcemo-nos todos para fazer com que a pátria seja uma verdadeira mãe, não só para alguns privilegiados, mas para todos os seus filhos”.<sup>116</sup>

Outro ponto a ser comparado na perspectiva sobre a reforma agrária em Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez diz respeito ao fato de que o autor mexicano deixa mais claro os procedimentos a serem usados para a desapropriação das terras que são improdutivas nas grandes propriedades. Um primeiro procedimento refere-se a uma cobrança mais justa dos impostos entre os grandes proprietários, pequenos proprietários, *rancheros* e *comuneros*, e, para isto, faz-se necessário pôr fim ao esquema de sonegação de impostos pelos primeiros, que usando de seu poder econômico e de sua influência corrompem os funcionários públicos e escondem o tamanho real e o valor de suas propriedades, ficando o peso de tributos, como o territorial, todo sobre os ombros dos pequenos proprietários e produtores.

A solução para tal problema está na formação de um correto cadastro, realizado distrito por distrito, em um lapso de dez anos, do tamanho e valor das propriedades existentes em todo o país, cobrando-se tributos de acordo com estes critérios e tornando o sistema fiscal mais justo. Dessa maneira, ou os grandes proprietários preocupam-se em estender a produção sobre uma área maior de terras e aumentar o volume dos produtos a serem cultivados em suas propriedades de modo a gerar renda suficiente para garantir a sua existência, os custos com produção e manutenção das fazendas e o pagamento dos tributos, ou se verão na necessidade de desamortizá-las diante da impossibilidade de mantê-las. É nesse momento que devem intervir as instituições de crédito de um tipo especial, criadas pelo Estado mexicano, para que adquiram as fazendas e as fracionem, de modo que aqueles que não disponham de terras possam comprá-las em longos prazos e em abonos pequenos, que cobrirão o preço e os juros existentes até o seu pagamento total. A este respeito, Andrés Molina Enríquez afirma que

o país necessita que se fundem instituições de crédito de um tipo especial para que estas comprem as fazendas que sejam vendidas e as fracionem em condições de que os pequenos produtores possam adquirir as frações dessas fazendas, pagando ditas

<sup>116</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **Andrés Molina Enríquez: con la revolución a cuestas**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 444. (Colección Vida y Pensamiento de México).

frações a longos prazos e em abonos pequenos, que cobrirão, por sua vez, o preço e os juros que isto cause até o seu pagamento total. É seguro que a maior parte dos fazendeiros resistirão a vender as suas fazendas; porém, é indubitável que o só fato de que haja quem se proponha a comprá-las sistematicamente, fará que elas aumentem de valor e que possam ser vendidas o bom preço, o que determinará que muitos proprietários resolvam vendê-las. Por outro lado, as instituições compradoras, com o fracionamento e a venda das frações, reembolsar-se-ão amplamente. Somente haverá que cuidar de que os fracionamentos façam-se em frações que não excedam certo limite de tamanho, e que não possam ser adquiridas pelos proprietários vizinhos.<sup>117</sup>

O outro procedimento encontrado por Andrés Molina Enríquez para forçar a desamortização das grandes propriedades e a realização de um amplo programa de distribuição de terras entre os pequenos produtores é o estabelecimento de uma lei por meio da qual as autoridades públicas possam intervir de modo a obrigar os herdeiros a fracionarem a propriedade herdada. Isto ocorreria com uma tributação pesada pelo Estado sobre as transmissões de domínio por herança, o que se justificaria pelo dever que tem o Estado de colocar o interesse social acima do interesse privado, baseando-se, para isto, no fato de que, na perspectiva do intelectual mexicano,

no sistema capitalista, o mau não está na criação e na acumulação de capital que um homem faz para o seu uso exclusivo e que constituem a propriedade privada, mas na prolongação que é costume fazer dessa propriedade, mais além da vida do proprietário, por meio da herança. Toda fortuna é o produto de duas forças concorrentes, a do indivíduo que cria e a da sociedade que contribui com noventa por cento para a sua criação, e que, para isto, morto o autor dela, a sociedade deve recolhê-la para evitar os dois mais funestos efeitos do capitalismo, que são a acumulação de capital em poucos donos e a multiplicação dos inaptos a custas dos aptos.<sup>118</sup>

Portanto, ainda que a herança seja um direito referente à proteção e amparo deixado pelo cônjuge e pelos pais, ele é de força menor que o do proprietário à propriedade gerada pelos esforços legítimos na luta pela sobrevivência, o que dá ao Estado plenos poderes para que imponha certas condições à herança, uma vez que o herdeiro não tem formado a fortuna que irá desfrutar. Daí que esse momento seja o apropriado para

impor a divisão forçada de todas as propriedades reais que excedam determinada extensão, que para a divisão deverá fazer-se em duas partes. Na primeira se dará a cada herdeiro uma unidade das já citadas, com a faculdade de que possam escolher os herdeiros a localização de suas unidades respectivas. Na segunda, o resto da propriedade, uma vez tomadas pelos herdeiros as suas respectivas unidades, vender-se-á em frações da segunda unidade ou tipo que será inferior em extensão à outra unidade. Se a propriedade não alcance para que cada herdeiro tenha a sua unidade das primeiras, ou do primeiro tipo, dividir-se-á por partes iguais entre todos os herdeiros.<sup>119</sup>

<sup>117</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 182-183.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 184.

Segundo Andrés Molina Enríquez, para que a divisão das propriedades deixadas como heranças possa ser efetiva,

haverá que tributar com um altíssimo imposto de transmissão a alienação em qualquer tempo das propriedades que excedam em extensão a um determinado tamanho da unidade do primeiro tipo, a fim de que os proprietários não iludam a divisão por herança, vendendo as fazendas em vida; haverá que proibir, uma vez feita a divisão, as sociedades que nos primeiros dez anos formem-se entre os herdeiros de unidades vizinha e cujo objetivo seja a exploração em comum delas, haverá que proibir também que quando algum herdeiro venda a sua unidade, volte-a a comprar ele mesmo ou algum de seus co-herdeiros nos dez anos que sigam à data da venda ou alienação; e haverá que ditar, por último, algumas outras disposições semelhantes. A divisão forçada não impedirá, certamente, que na conta de partilha respectiva estabeleçam-se entre os herdeiros as necessárias compensações porque, seguramente, ainda que as unidades sejam da mesma extensão, terão que ser de valor desigual. O mais importante da divisão será a alienação das unidades do segundo tipo porque se estas não fossem dadas aos pequenos produtores, malograr-se-ia um dos principais objetivos da reforma. Como os novos adquirentes são em sua maior parte pobres, haverá que formar as instituições de crédito de tipo especial e que emprestem até três quartos do valor de cada unidade sob a condição de que estes três quartos sejam reembolsados à instituição prestamista em um período de vinte a vinte e cinco anos e em pagamentos parciais que compreenderão capital e juros.<sup>120</sup>

De maneira similar a Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez também acredita que não basta o estabelecimento do homem do campo em uma parcela de terra pelo Estado sem lhe dar a assistência necessária para o desenvolvimento de sua produção agrícola. É fundamental a adoção de medidas como a implantação de sistemas de irrigação, a facilitação da obtenção de crédito rural e a preservação dos recursos naturais disponíveis na propriedade.

A implantação de sistemas de irrigação tem como objetivos, de acordo com Andrés Molina Enríquez, a produção de vegetação onde esta não exista completamente, ou seja, muito pobre, a criação de espécies de vegetais que tenham valor comercial e preço compensador nas regiões onde haja vegetação em abundância, e o cultivo entre as espécies de vegetais de valor comercial dos cereais que sejam complementares destes. Todos estes objetivos são importantes, embora haja uma escala de maior importância do terceiro para o primeiro, pois

se é benéfico produzir vegetação pelo só fato de que esta exista, tem que ser mais benéfico produzi-la para que seja útil. O cultivo de todas as espécies que possam produzir artigos de comércio, além de ajudar a vida orgânica das unidades componentes da população, ajuda a manutenção dessa vida em particular e a da vida social em conjunto pelo valor econômico de ditos artigos. Disto podemos deduzir que todo trabalho de irrigação destinado a produzir espécies de vegetais úteis tem mais importância que os destinados a produzir vegetação neutra, se é que alguma pode chamar-se assim. Entre a produção de espécies vegetais úteis, tem que ser preferencial a de cereais pelo papel que estes desempenham na vida humana. Por

<sup>120</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 184-185.

isso, os trabalhos de irrigação feitos para produzirem cereais têm que ser de importância capital nos povos. O mesmo pode dizer-se das espécies que sem ser cereais complementam estes para a alimentação.<sup>121</sup>

Entretanto, segundo Andrés Molina Enríquez, as obras de irrigação devem levar em conta a importância de cada uma das regiões do território nacional para a produção agrícola e a disponibilidade de água existente em cada uma delas. Diante da necessidade em todos os povos da produção de cereais e como esta acontece melhor em certas regiões mais que em outras, concentrando-se, por isso, naquelas uma grande parcela do conjunto social, nada mais lógico do que se supor que, ainda que as obras de irrigação sejam convenientes em todo o território mexicano, estas devem priorizar a zona fundamental dos cereais. As obras de irrigação são o resultado da soma dos esforços que podem ser realizados pelas unidades da população em prol de seus interesses privados e pelo Estado em nome das necessidades e dos interesses gerais da coletividade. Em suma, os trabalhos de irrigação

terão que ser feitos pelos particulares e pelo Estado; e como em nosso país o Estado, de acordo com as nossas instituições, divide-se na Federação e nos estados, os mesmos esforços deverão ser feitos, em parte pelos particulares, em parte pela Federação, e em parte pelos estados, ou melhor dizendo, em parte pelos particulares, em parte pelos estados e em parte pela Federação. Sendo assim, é claro que o trabalho pode dividir-se muito bem, deixando livremente aos particulares fazer todas as obras que tenham por objetivo a produção de vegetação geral e de vegetação agrícola em particular; reservando a ação dos poderes públicos dos estados para favorecer a produção de cereais nas zonas que possam existir dentro de seu território e que possam desempenhar a função de zonas fundamentais para a sua população; e reservando a ação dos poderes públicos da Federação para favorecer a produção de cereais da grande zona fundamental da República. Como essa zona pode ser ampliada para o Norte, e os trabalhos que se tenham que fazer para ampliá-lo são de tal magnitude que nem os particulares e nem os estados poderão fazê-los, uma vez que nestes haverá que começar por criar a vegetação, ditos trabalhos deverão ser feitos também pela Federação.<sup>122</sup>

A respeito do trabalho de irrigação a ser realizado pelos poderes públicos, ele deve ter os seguintes critérios como guia de ação para que surta os resultados esperados: 1) a importância de se descobrir e centralizar os esforços nas zonas fundamentalmente produtoras de cereais; 2) o estudo prévio das zonas de possível ampliação das fundamentais; 3) a determinação das obras de irrigação que tornarão possível dita ampliação, empreendendo-as com fundos próprios e; 4) a concessão de subvenção para que particulares façam obras de irrigação dentro das referidas zonas. Contudo, no que se refere a este último ponto, os poderes públicos devem tomar o cuidado não acentuarem ainda mais a desigualdade no campo ao concederem fundos em condições ultraexcepcionais aos grandes proprietários para que estes

<sup>121</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 241.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 243.

façam obras de irrigação em suas fazendas pensando em seu benefício próprio e não no desenvolvimento da produção agrícola para o bem-geral da coletividade. Trata-se de um equívoco a ser evitado porque

os donos da grande propriedade conhecem bem o estado da propriedade territorial, fixam-se nas questões relativas à condição das águas, e estão bem orientados a respeito da conveniência de aumentar por todos os meios possíveis a produção fundamental, ou seja, a dos cereais e a dos produtos complementares; porém, por seu próprio interesse, têm procurado reduzir o objetivo da irrigação a só a irrigação das fazendas. Não se têm preocupado, por isso, mais que com as dificuldades que as fazendas encontram para se promoverem de capitais com as excepcionálissimas condições em que por sua precária situação os necessitam, e têm pedido estes capitais. O esforço dos fazendeiros tem-se feito sentir nos sentido de que lhes sejam emprestados capitais numerosos a longos prazos e com juros muito reduzidos, e têm demandado ditos capitais aos poderes públicos a título de imperiosa necessidade nacional. Têm proclamado em todos os tons que se os poderes públicos ministram os capitais de referência, terão feito todo o possível em bem da irrigação do território da República, quando tão claro é ver que o que farão será favorecer de um modo anormal a irrigação das fazendas, contribuindo para consolidar o fatal regime destas e dificultando, por isso, o trabalho de seu desaparecimento, de sua transformação em parcelas de propriedade regular.<sup>123</sup>

Na realidade, um trabalho de irrigação como o acima descrito apenas reforçaria a grande propriedade, dificultando ainda mais a realização da reforma da estrutura agrária no México. Por este motivo, para que o desenvolvimento esperado da agricultura por meio da reforma da estrutura agrária seja alcançado, constituindo-se a irrigação em um fator contribuinte para a concretização desta meta, faz-se necessário antepor a divisão da grande propriedade à implantação de um sistema de irrigação. Sem isto, todo favorecimento esperado com tal trabalho não passará de mera ilusão, contribuindo-se, pelo contrário, ainda mais para a absorção da pequena pela grande propriedade. Com a divisão das grandes propriedades,

nenhum esforço por parte dos poderes públicos será necessário para elevar a produção, uma vez que para os pequenos agricultores tão ávidos de terras, possuindo estas, terão as condições de cultivo que vêm mantendo a sua existência desde há quatro séculos; e feitas as reformas para elevar a produção por irrigação ao seu máximo, não será necessário, por parte de ditos poderes, mais que o gasto de juros. Para os agricultores, o juro que os poderes públicos ofereçam-lhes será bastante estímulo. Porque é indubitável que dividida a propriedade, a concorrência de produção chegará a ser muito grande e as seguranças que a irrigação proporciona sempre serão o suficientemente desejadas para que sejam a qualquer preço adquiridas, e em tais condições, o estímulo expressado produzirá resultados surpreendentes.<sup>124</sup>

No que diz respeito à facilitação da obtenção de crédito rural pelo pequeno produtor, os grandes obstáculos estão na ausência de títulos completamente regulares de posse

<sup>123</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 265.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 275-276.

por parte das pequenas propriedades, dos ranchos e das terras comunais, e na concentração das instituições de crédito nos centros urbanos, dificultando pela questão das grandes distâncias o acesso dos produtores a elas. Com relação ao primeiro obstáculo, Andrés Molina Enríquez afirma que há no México dois tipos de propriedade quanto ao critério de titulação escrita, ou seja, a que é titulada e a que está fora da titulação. Além disso, dentro da propriedade do primeiro tipo, há aquelas que se ajustam plenamente ao sistema de titulação nos moldes da titulação cartorial sucessiva, estando elas nas mãos, em sua maioria, dos *criollos*, que as herdaram dos espanhóis divididos, durante o período colonial, em conquistadores (civil) e missionários (Igreja), ficando as terras dos primeiros mais tarde para os *criollos* senhores, e a dos segundos, com a Reforma, sob o domínio dos *criollos* novos ou liberais, e há outras que ainda não se adequam bem ao sistema da titulação escrita e, por isso, apesar de terem títulos de posse, ficam fora da titulação regular, como é o caso de pequenas propriedades.

A explicação para a indefinição da propriedade territorial no México está em que, segundo Andrés Molina Enríquez,

requerendo o sistema da titulação escrita, cultura, práticas e recursos que só tinham os proprietários **senhores** e o **clero**, e requerendo também um pessoal de oficiais de cartório, que a Colônia não tinha, unicamente ditos proprietários **senhores** e **clero** puderam ter as suas propriedades com bons títulos primordiais e com os demais documentos da titulação cartorial sucessiva até a Reforma; isto é, só a grande propriedade chegou até a Reforma com titulação perfeita, se bem que com algumas interrupções que lhe causaram a expulsão dos jesuítas e a Guerra de Independência. A propriedade comunal titulada, em seu grupo de *pueblos*, chegou à Reforma sem que muitos desses *pueblos* tivessem título algum, e tendo os demais por únicos títulos a *merced* primordial e os cartoriais das operações celebradas em conjunto; e em seu grupo dos ranchos chegou até a Reforma tendo a maioria desses ranchos a *merced* individual primordial com algumas operações cartoriais celebradas em conjunto como únicos títulos, e estando muito desses mesmos ranchos sem título primordial ou sem título algum por terem perdido os que tinham. De modo que se tendo perdido quase todos os títulos primordiais da propriedade do clero ao passar, primeiro, por causa da expulsão dos jesuítas, e segundo, por causa da Reforma, aos **criollos novos** ou **criollos liberais**, quando se abriu o período integral, só a grande propriedade dos **criollos senhores** tinha os seus títulos relativamente completos.<sup>125</sup> (grifo do autor).

A indefinição da propriedade territorial resulta em um quadro caracterizado pela ausência de perfeita identificação, de completa segurança e de absoluta igualdade de condição, o que torna inviável a difusão do crédito no país. A ausência de perfeita identificação deve-se à falta de exatidão na escrituração da propriedade titulada, ocasionada, ao longo da história mexicana, por uma situação de violência e confusão que levou à indeterminação dos direitos de muitos proprietários às terras e do tamanho delas.

<sup>125</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 200-201.

Consequentemente, com o passar do tempo, perdeu-se toda a relação entre os limites das propriedades que constam nos títulos e as possessões efetivas tidas por causa deles.

Diante da ameaça de perda de uma parcela ou do total da propriedade, seja por disputas com os vizinhos, seja por denúncias a partir da Reforma, os proprietários, em um instinto de defesa, passaram a ocultar os seus títulos. Ademais, observa-se o interesse dos proprietários em não deixarem claro os títulos das propriedades devido ao excessivo peso do fisco. Este processo de ocultação dos títulos foi praticado, principalmente, pelos indígenas e pelos rancheiros, que, ao invés de os exibirem como forma de reivindicarem a posse das terras, por não acreditarem na justiça, preferiram não se fazerem sentir para conservarem as terras. Isto só veio a ser acentuado com a lei de nacionalização de bens estabelecida pela Reforma, uma vez que

deu motivo a que pudessem ser atacadas quase todas as propriedades estranhas ao clero, porque sendo como era este o único banqueiro da época, quase todas essas propriedades estavam ligadas a ele por diversos contratos que podiam dar motivo a denúncias e pleitos. No que diz respeito à nacionalização, o medo da propriedade de aparecer em seu verdadeiro estado sempre nos tem parecido justo; muitas vezes os denunciante perseguiram créditos de mais de cem anos de data, completamente ignorados até pelos próprios proprietários. Por consequência, de todas as circunstâncias expostas, ao se abrir o regime de Díaz, era tão difícil conhecer a propriedade territorial que muitas vezes os próprios proprietários não conheciam bem as suas propriedades.<sup>126</sup>

Diante da ausência completa ou parcial de titulação por parte de muitas propriedades e da ameaça eminente de perda delas a partir da Reforma, considerando-as como terrenos baldios, criou-se um clima de insegurança com relação à propriedade que se estendeu até o regime de Porfirio Díaz com a alienação dos considerados terrenos baldios. Para Andrés Molina Enríquez, o grande responsável por tal estado de coisas foi a Reforma

porque nos procedimentos da nacionalização desconheceu por completo a prescrição e fez uma multidão de operações que tiveram por base obrigações contraídas de muito tempo atrás, e já esquecidas e mortas pelo abandono do clero. Consequentemente, ao se abrir o regime de Díaz, os direitos de todos os proprietários eram vacilantes e estavam expostos a uma multidão de perigos.<sup>127</sup>

Com relação ao problema da absoluta igualdade de condição da propriedade no México, este se deve, sobretudo, à existência de propriedades não tituladas entre os grupos indígenas, que, por sua falta de desenvolvimento evolutivo, são incapazes de compreender a importância da titulação. A reversão desta situação passa pela difusão entre eles de modo

<sup>126</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 201-202.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 192-194.



gradual do regime da propriedade privada, despertando neles aos poucos a noção de propriedade individual, ao invés de se tentar impor-lhes a ideia da propriedade privada e titulada sem que os indígenas tenham o grau de evolução suficiente para compreender a importância dela. A respeito deste processo evolutivo, Andrés Molina Enríquez diz que

se se trata de grupos do primeiro estado do primeiro período, ou seja, nômades, é nosso parecer que se estabeleçam reservas militares que estejam nas melhores condições possíveis de comunicação com os grandes centros, obrigando todos os indígenas a se congregarem nas reservas; se se trata de grupos do segundo estado do mesmo primeiro período, delimitar-lhes-á o terreno em que se encontrem, dar-lhes-á por seu e lhes estenderá o título dele. Em uns e em outros se favorecerá a formação da comunidade, restabelecendo a organização simples e de fácil funcionamento a que estejam acostumados, regulamentando-a de modo que a autoridade que se eleja ou nomeie como cabeça dessa organização seja rigorosamente obedecida para que ela seja o núcleo em torno do qual se forme o interesse comum, procurar-se-á o plantio e a propagação das plantas de alimentação que não requeiram cultivo ou que o requeiram muito rudimentarmente; ensinar-se-á aos indígenas buscarem os aproveitamentos naturais do terreno e fazerem comércio deles, como a lenha, o *tequexquite*, a cal, etc.; e quando estejam acostumados a esse modo de viver, ir-se-á criando neles pouco a pouco a noção de posse individual, primeiro transitória e depois definitiva dos terrenos que cultivem, o qual não será difícil mediante um pouco de cuidado e uma regulamentação hábil.<sup>128</sup>

Com relação aos povos que tenham chegado ao terceiro período, ou seja, os que

tenham já a posse comunal, haverá, por um lado, que converter essa posse em propriedade comunal, mediante o título correspondente, e haverá, por outro, que procurar que, como se tem feito de um modo espontâneo nos que por ele atravessaram em uma época anterior, forme-se a posse individual. A princípio, está será vacilante; porém, chegará a ser definida primeiro para ser persistente depois. O procedimento tem sido e seguirá sendo o seguinte: o *comunero* começa por fazer sua, exclusivamente sua, a casa que constrói e habita, dando princípio à posse individual; logo que os seus elementos de vida e ação permitam-o, toma um pedaço de terra geralmente junto a sua casa e o semeia; se a colheita favorece-o, é quase seguro que já não perderá a posse desse terreno; se a colheita é perdida, ou persiste e o volta a semear no ano seguinte ou o abandona e esse terreno volta ao fundo comum; se as circunstâncias são mais amargas, abandona até a casa e emigra; de todos os modos, com o tempo a favor da seleção, veem-se aparecer os primeiros possuidores.<sup>129</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, duas ações são fundamentais para despertar a compreensão da importância do título de propriedade da terra entre os indígenas:

a primeira ação é favorecer, sem obstáculos, a ocupação de frações da terra comum pelos *comuneros*, mas sem pretender que todos as tomem por igual, deixando que neles a seleção determine a repartição de ditas frações; e a segunda é que, uma vez retida a ocupação das mesmas frações durante três, quatro ou cinco anos, segundo pareça conveniente, possa a autoridade que presida a organização interna do *Pueblo* expedir aos ocupantes títulos de posse **preventiva** ou **preparatória**. Haverá que facilitar a ocupação individual evitando que esta seja impedida ou dificultada a título

<sup>128</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 284.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 284.

do interesse comum ou da dedicação especial dessa ou daquela parte do terreno de modo que em todo o terreno comum o *comunero* possa escolher e se apropriar da fração que melhor lhe pareça, não excedendo essa extensão de certos limites. Enquanto essa ocupação seja transitória, como necessariamente terá que ser muitas vezes, não se considerará que com ela a comunidade tenha perdido o terreno nem que o ocupante tenha adquirido posse sobre ele; porém, enquanto o fato material da ocupação prolongue-se por um dado tempo, o qual ninguém poderá saber melhor que a autoridade interna do *pueblo*, bom será dar existência legal a essa posse. Ademais, tal posse deverá ser limitada para que não produza outros efeitos que a exclusão formal dos demais *comuneros* do gozo da fração possuída e o direito de transmitir essa posse por venda aos demais *comuneros* ou por herança aos seus próprios sucessores; de modo que o possuidor não poderá vender dita fração à pessoa estranha à comunidade. Quando os *pueblos* já titulados em que, por dominar as posses individuais, tenham passado do terceiro período e do primeiro estado do quarto período, uma vez que essas posses tenham certo tempo, como dez, quinze ou vinte anos, haverá que declarar ditas posses como propriedades definitivas, que sem obstáculo algum poderão ser alienadas a terceiros. Então, os povos indígenas terão chegado ao estado da propriedade individual.<sup>130</sup> (grifo do autor).

Devido à existência de uma ampla gama de propriedades, com terrenos de todas as classes, de todos os gêneros e de todas as espécies, desde baldios, passando por “mercedados”, adquiridos por composição colonial, de procedência eclesiástica, até chegar aos de “repartimento” e outros, sendo uns com títulos especiais completos ou viciosos e outros sem título algum, torna-se difícil que os homens de negócios ofereçam uma grande disponibilidade de crédito agrícola aos produtores sem terem garantia alguma de pagamento do empréstimo adquirido. A falta desta garantia é explicada pelo fato de que, diante da inexistência de títulos de posse completamente regulares por parte de muitas propriedades no México, não há como se saber realmente a situação delas, e as instituições de crédito para realizarem empréstimos por meio de contratos hipotecários precisam trabalhar baseadas no conhecimento das propriedades e no valor real destas. Tal aspecto ainda é mais complicado diante da distância que separa as instituições de crédito, localizadas nos centros urbanos, e as propriedades que muitas vezes estão nos mais longínquos rincões do país e de difícil acesso.

Uma possível solução para este último impasse seria o estabelecimento de sucursais das instituições de crédito em vários pontos do México, encurtando a distância com relação às propriedades, mas

para isto seria necessário que contassem com uma amplitude de recursos que não poderão adquirir nas condições presentes, porque os capitalistas, tomando ações dos bancos, colocariam entre eles e os proprietários dois intermediários supérfluos, o banco e a sucursal; esses intermediários os distanciariam muito de ditos proprietários, sem lhes oferecerem vantagem alguma em compensação: preferem tomar ações dos bancos hipotecários só para operações próximas, operações plenamente visíveis. As demais operações, isto é, as distantes, fazem-nas ou os bancos comerciais ou os próprios capitalistas. Porém, uns e outros, por sua vez,

<sup>130</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 284.

procedem como os bancos; não se aventuram em operações distantes que não podem conhecer bem. De tudo isto tem resultado que só se fazem as operações imediatas aos centros prestamistas, ou seja, as operações em que as propriedades de garantia estão próximas das cidades.<sup>131</sup>

Além deste impasse, há o problema também de que o capital estrangeiro, que controla a maior parte das instituições de crédito no México, não se arriscam a fazer operações de crédito sem as condições mínimas para a garantia do pagamento de empréstimos realizados. Por isso, acaba-se dependendo ditas operações do capital nacional, que é disponível em quantidade insuficiente para atender às necessidades do mercado. Consequentemente, a demanda pelo crédito proveniente do capital nacional supera a oferta, provocando a elevação dos juros cobrados pelos empréstimos e a possibilidade de que os prestamistas deem preferência às operações que tenham como garantia de pagamento as propriedades próximas às cidades, prejudicando aos produtores que estão distantes dos centros urbanos e que necessitam de crédito rural para investimentos na produção. Se a distância que separa as instituições de crédito das propriedades rurais dificulta o acesso das grandes fazendas ao crédito rural, apesar de que estas estão melhores tituladas e são mais fáceis de se conhecer por causa da sua magnitude, no caso das pequenas propriedades, a condição para o acesso ao crédito agrícola é muito pior, sendo que,

com crédito limitadíssimo, grande escassez de capital e altos juros, as circunstâncias, já por si difíceis da grande propriedade, isto é, das fazendas, têm chegado a ser críticas, pois as circunstâncias da pequena propriedade são muito piores, porque a medida que se descende da grande propriedade em direção à pequena individual, os títulos são mais imperfeitos, as heranças são menos fáceis de conhecer, o crédito é mais reduzido proporcionalmente ao valor de ditas heranças, o capital destinado a empréstimos em nossas classes pobres mais escasso e o juro dos empréstimos mais altos.<sup>132</sup>

Pior ainda é a situação dos grupos indígenas que cultivam pequeníssimas propriedades oriundas da repartição dos *pueblos*, pois o único crédito a que têm acesso é o do bodegueiro, que vende fiado pão, milho e aguardente a preços abusivos, adotando como garantia de pagamento a tomada de frações de ditas propriedades. Nos casos das terras comunais, ou seja, o *pueblo*, e do rancho, não há qualquer possibilidade de crédito diante da inexistência de titulação regular da posse da terra.

É exatamente no sentido de regularizar a situação da propriedade territorial no México, principalmente, a dos pequenos produtores de modo a facilitar a obtenção de crédito

<sup>131</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 216-218.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 219.

rural, que Andrés Molina Enríquez propõe um trabalho de delimitação, mensuração e cadastramento pelo Estado de todas as propriedades no momento de se colocar em prática o programa de reforma agrária. Portanto, paralelamente às iniciativas de estímulo à distribuição de terras por meio do cadastro fiscal de maneira a estabelecer a cobrança de impostos a partir do valor real da propriedade e da tributação sobre as propriedades herdadas no momento da divisão do patrimônio entre os herdeiros, na medida em que os fazendeiros venderem partes de suas terras a instituições de crédito que devem revendê-las em frações e condições de pagamento favoráveis aos pequenos produtores e o Estado apropriar-se de parcelas de terras em processo de herança para destiná-las à reforma agrária, deverá acontecer na entrega das terras aos pequenos produtores o trabalho de regularização dos títulos de posse delas. Ao mesmo tempo, com o estímulo à evolução da noção de propriedade individual entre os grupos indígenas que vivem em terras comunais e a gradual divisão delas, a tendência é pôr fim à desigualdade quanto ao sistema da titulação escrita da propriedade territorial no México, facilitando a disponibilidade de crédito rural para investimentos na produção agrícola a todos os produtores.

Outra medida importante a ser implantada para a correção do estado de desigualdade legal existente na propriedade territorial mexicana diz respeito ao esclarecimento de maneira clara na Constituição Federal de quais são as terras privadas, comuns e públicas e qual a destinação de cada uma delas. De acordo com Andrés Molina Enríquez,

a ciência do Direito, como é sabido, tem dividido as coisas em comuns, públicas e privadas; as primeiras são aquelas que estão fora do comércio pela impossibilidade de sua perfeita apropriação; as segundas são aquelas que a lei põe sob o domínio do conjunto social; as últimas, ou seja, as privadas são aquelas sobre as quais os particulares têm direitos de propriedade plena. As públicas são originalmente patrimoniais, ou seja, próprias do Estado ou da autoridade em sua qualidade de pessoa moral jurídica capaz de ter e de dever direitos. Se o Estado ou a autoridade em exercício de suas funções e para os fins de sua instituição dá destino especial às coisas públicas patrimoniais, pode fazer essas coisas de **uso comum** ou **coisas do fisco** de modo que podem dividir-se as **coisas públicas** em **patrimoniais**, de **uso comum** e **do fisco**. Finalmente, enquanto são coisas **patrimoniais**, estão dentro do comércio geral e podem ser obrigadas, alienadas e prescritas, mas tão logo que algumas deles recebem o destino especial do **uso comum** ou do **objetivo fiscal** a que podem ser destinadas, ficam por esse só fato fora do comércio geral **enquanto esse destino dura** e, por isso, não são susceptíveis de ser obrigadas, alienadas nem prescritas, tornando, **quando o expressado destino cessa**, a ser como antes, **patrimoniais** e, conseqüentemente, obrigáveis, alienáveis e prescritíveis. Uma vez dedicados os baldios, como alguns dos terrenos agora chamados nacionais, a algum objetivo de **uso comum** ou de **interesse fiscal**, têm deixado de estar no comércio e não são por parte da Federação bens disponíveis, nem por parte dos particulares susceptíveis de ser prescritos. Se tudo isto se tivesse entendido bem, não teriam sido declarados baldios senão os terrenos propriamente baldios ou não adquiridos nem

possuídos por alguém, e se teriam evitado muitos gastos, muitas inquietações e muitos atropelos aos proprietários e aos *pueblos*, e se teria dado a uns e outros notórias vantagens.<sup>133</sup> (grifo do autor).

Quanto à solução para se superar a dificuldade da obtenção de crédito rural provocada pela concentração das instituições de crédito nos centros urbanos, Andrés Molina Enríquez propõe a criação de algumas instituições de crédito destinadas a comprar fazendas e a reparti-las, vendendo as frações em pagamentos de longos prazos e em pequenos abonos que cobrirão capital e juros, ao mesmo tempo em que podem também conceder créditos aos produtores para que adquiram em condições favoráveis os meios necessários para iniciarem o cultivo agrícola. Com o fim de encurtar a distância que separa os produtos daquelas instituições, o intelectual mexicano acredita ser conveniente o aparecimento de instituições especiais de crédito de caráter local por meio do estímulo dos governos dos estados e dos municípios, e, dessa maneira, “qualquer privilégio, sobretudo, os de facilidade de titulação ou de simplificação no pagamento dos empréstimos, bastará para unir os pequenos capitalistas da localidade para fazê-los fundar uma instituição de crédito que saberão dirigir e livrar a pequena agricultura local do ágio”.<sup>134</sup>

Assim como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez também percebe como ponto importante a preservação dos recursos naturais para o desenvolvimento da agricultura em seu país. Entretanto, diferentemente do autor brasileiro, que acredita em um processo de conscientização quanto ao correto manejo dos recursos naturais por meio de uma legislação que deve tratar do aspecto de sua conservação e da regulamentação da produção agrícola, da realização de ações pelo Estado visando a recuperação e melhoria dos recursos naturais já degradados em regiões que sofreram de uma exploração econômica irracional, e da educação técnico-agrícola que possibilite a adoção das técnicas de cultivo para se gerar uma maior produtividade sem a destruição do meio ambiente, Andrés Molina Enríquez pensa em outra forma de preservação dos recursos naturais. Para o autor mexicano, esta preservação depende da iniciativa do Estado de distribuir as terras das grandes propriedades entre os pequenos produtores por zonas, cada uma das quais propícia para o desenvolvimento de uma atividade, como por exemplo, a zona de montes com a extração de matérias-primas como a madeira, a zona de cultivo voltada para a produção de gêneros alimentícios e a zona de pasto dedicada à pecuária. Desse modo, cada um dos proprietários de terras dessas zonas preocupar-se-ia em conservar os recursos naturais nelas disponíveis para que possam continuar a desenvolver as

<sup>133</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 224-227.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 237-238.

atividades mais adequadas a cada uma e, assim, garantir o sustento deles por muito tempo.

Segundo Andrés Molina Enríquez,

tão logo principie o trabalho de divisão da grande propriedade, com a igualdade de toda a propriedade ante o imposto, começará necessariamente a exploração dos montes das fazendas, pois haverá a necessidade de tirar destas mais produtos, e naqueles a exploração não será bem feita, todavia, em razão de que lhes faltará capital pela enorme amortização dele que toda fazenda significa; porém, pelo menos, essa exploração será feita em melhores condições que as dos montes comunais, produzirá melhores madeiras e desterrará dos mercados as de ditos montes comunais, permitindo a estes a conservação dos recantes que agora são matéria da exploração; e quando a divisão consuma-se, ficaram separadas a propriedade monte, a propriedade terra de cultivo e a propriedade terra de pastos, porque não será possível que uma só propriedade reúna tudo. Então, o proprietário de um monte terá que viver da exploração desse monte e o explorará com cuidado, com método e com capital, uma vez que se vendendo o resto da parte divisível por herança em uma dada fazenda, o produto da venda repartir-se-á entre os herdeiros; o proprietário de terras de cultivo viverá desse cultivo e necessitará dar produtos ao dono do monte pelas madeiras que necessite e ajudará a manter a demanda dessas madeiras e, por isso, os preços e as vantagens do dono dos montes; e até o dono de pastos terá bons produtos, porque expulsos os gados das terras de trabalho e dos montes, terão que se reduzir aos terrenos de pasto, e, então, segundo cresça a demanda de pastos, aumentará ou diminuirá a extensão dedicada a eles e até o seu cultivo que então aparecerá entre nós.<sup>135</sup>

Uma segunda meta presente no projeto de política nacional de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez visando a constituição da organização nacional no Brasil e no México diz respeito ao progresso econômico.

### 3.4.2 O progresso econômico

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez afirmam que somente há progresso econômico em uma nação quando as atividades econômicas nela desenvolvidas colaboram para a existência e o aperfeiçoamento dos indivíduos e, desse modo, constituindo-se em um fator de conservação da sociedade nacional. O bem-estar material proporcionado a cada indivíduo pela convivência em uma dada sociedade é um ponto importante para que ele se integre com outros na preocupação pela conservação do meio social, pois a sua prosperidade passa a depender diretamente do progresso material da nação. É neste sentido que a economia, enquanto um elemento que pode contribuir para a evolução do organismo social, deve basear-se no estímulo à produção, ao trabalho e à circulação interna, criando, assim, um mercado nacional forte, para estimular as potencialidades internas. Tal estímulo é que garante a autossuficiência da sociedade nacional, impedindo a sua absorção por parte das potências

<sup>135</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 197-198.

estrangeiras por meio do esgotamento das riquezas internas e de sua drenagem para o exterior na forma de capital.

Entretanto, é exatamente este tipo de preocupação que faltaria no Brasil e no México, onde os Estados, inconscientes da importância da organização de uma economia interna para o progresso dos dois países e da conservação das riquezas nacionais para a garantia da soberania nacional, simplesmente não desenvolveriam nenhum projeto de política econômica voltado para o combate à desorganização do trabalho e da produção e à exportação das riquezas e dos capitais. Em outras palavras, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez acreditam que o progresso econômico brasileiro e mexicano dependia do combate ao capitalismo em sua forma de *laissez-faire* e da intervenção do Estado na economia de modo a promover a integração econômica das regiões do país e a constituição de uma economia interna forte. Isto significa impedir a alienação da economia nacional por parte da ordem capitalista mundial.

No caso específico do Brasil, de acordo com Alberto Torres, as autoridades procuram abordar os problemas econômicos do país não a partir do estudo da realidade nacional, mas desde doutrinas, filosofias e escolas trazidas da Europa e dos Estados Unidos e adotadas segundo as simpatias momentâneas por cada uma delas, resultando em iniciativas paliativas que, além do caráter temporário, não resolvem a fundo a questão da desorganização econômica. Isto se reflete em uma perspectiva equivocada sobre uma falsa prosperidade do país, baseada em luxúrias como palacetes, carruagens, automóveis e vestuários, trocados por nossas riquezas que são drenadas para o exterior, sem deixar nada de substancial e produtivo em termos de capital que represente a possibilidade de um real progresso econômico. Na realidade, trata-se de um melhoramento material que não contribui para o desenvolvimento da sociedade nacional porque não resulta na melhoria das condições de vida do homem por meio da distribuição da riqueza e da circulação comercial e monetária. Daí que Alberto Torres chega à conclusão de que

a base da prosperidade de um país está neste princípio, que pode ser considerado a primeira lei orgânica das sociedades contemporâneas: assegurar a todos os homens a posse dos elementos necessários à vida sã, do corpo e do espírito, provendo-lhes os meios indispensáveis ao exercício de suas aptidões, segundo a direção de suas capacidades.<sup>136</sup>

Em uma análise similar à de Alberto Torres com relação ao significado da prosperidade econômica, Andrés Molina Enríquez também pensa que esta somente existe

---

<sup>136</sup> TORRES, 1978a, p. 130.

quando a economia cumpre a sua função principal de criar as condições para que os indivíduos, por meio de suas capacidades demonstradas em seu trabalho, possam satisfazer as suas necessidades e, conseqüentemente, garantir a própria conservação. Portanto, o fundamento da prosperidade está na possibilidade de qualquer indivíduo por meio de seu trabalho gere capital e, com ele, garanta a sua sobrevivência e melhoria de vida, ou seja,

o homem tem que satisfazer todas as suas necessidades com o seu trabalho pessoal. Tal e não outro deve ser o objetivo da produção em geral e tal e não outro deve ser, conseqüentemente, o da propriedade ou do capital. O capital teve por origem o instinto da própria conservação e o seu verdadeiro objetivo tem sido sempre e é satisfazer as necessidades individuais que são a consequência natural desse instinto. Enquanto o indivíduo utiliza o capital para o fim que o gerou ou o adquiriu, este capital deve ser inviolável e é perfeitamente natural, justo, racional e conveniente que assim seja. O principal título que funda o direito ao capital consiste no fato de tê-lo criado, formado ou adquirido; do contrário, ninguém criaria, formaria ou adquiriria capital e a vida humana seria impossível.<sup>137</sup>

Contudo, a pretensa prosperidade econômica vista no Brasil e no México não resulta no acesso dos indivíduos aos elementos necessários para a sua sobrevivência e melhoria nas condições de vida, mas no enriquecimento de um pequeno grupo privilegiado ligado à economia de exportação em detrimento da maioria da população nacional. A razão deste problema está no fato de que, para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, o Brasil e o México não se preocuparam em estimular o desenvolvimento da economia nacional com a promoção de uma produção capaz de atender ao mercado interno, e conseqüentemente, gerar uma circulação comercial e monetária interna que mantivesse o capital criado nos países por meio das riquezas geradas com a produção interna. Pelo contrário, mantendo uma economia de exportação sustentada em um sistema colonial de exploração, assiste-se, mesmo depois de independentes, à drenagem das riquezas nacionais na forma de capital para as metrópoles do capitalismo internacional, possibilitada pelo domínio estrangeiro sobre os meios de comunicação, o comércio intermediário e a estrutura financeira, o que é facilitado pela campanha proferida por membros das elites nacionais favoráveis à invasão dos capitais estrangeiros. No final das contas, esta economia de caráter predatório acaba apenas por beneficiar aos estrangeiros, que concentram com a sua especulação sobre a produção nacional a parte dos capitais gerados, e aos setores nacionais ligados à economia de exportação, ficando o restante da população reduzida a um estado de pobreza pela ausência de estímulo à produção, ao trabalho e à circulação interna.

Para Alberto Torres, este quadro reflete uma situação de desorganização da economia brasileira sustentada na exploração colonial extensiva das riquezas nacionais, no

<sup>137</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2001, p. 417.



desenvolvimento de um comércio prejudicial à produção nacional e em um surto industrial animado por tarifas protecionistas e, por isso, caracterizada pela especulação, pelas indústrias improdutivas, pela divisão das riquezas entre as classes afortunadas e pelo regime de restrições, entraves, monopólios e privilégios. Para complicar ainda mais a desorganização da economia brasileira, há uma falta de liberdade comercial no interior do país provocada pelos entraves ocasionados pelas bitribuições de artigos importados e de produzidos por um estado e enviados para outros em decorrência da soberania excessiva atribuída aos estados. Enfim, o rumo tomado pela economia nacional transforma o Brasil, segundo Alberto Torres,

em uma unidade exportadora de produtos tropicais, enquanto que a população não possui os gêneros de primeira necessidade que o campo pode fornecer. O campo é drenado de sua população, atraída para as cidades. Desenvolviam-se as indústrias, sob a proteção dos órgãos de governo, acompanhadas da “especulação”, da esperança nas “fortunas de loteria”. Torres critica as indústrias, que atraem para as cidades uma população que se torna imprevidente, que vegeta ao lado das grandes fortunas que vão sendo formadas “ao azar”. Ainda no terreno econômico, Torres avançará para a constatação de que, nos centros urbanos que se industrializavam, formava-se um proletariado. As suas reivindicações eram, contudo, um aspecto apenas do problema mais geral do país, o do pauperismo. O problema operário existia nos grandes centros que se civilizavam, onde as finanças comandavam. O resto do país vegetava, abaixo das condições mínimas de sobrevivência. A grande propriedade rural era a única a ser protegida pelos poderes públicos, enquanto que o pequeno proprietário, o trabalhador do campo, estava completamente desprotegido.<sup>138</sup>

É em nome da necessidade de organização da economia nacional que se deve combater más tendências como a especulação, a indústria artificial e o protecionismo a atividades especulativas para que se implante uma nova ordem econômica no país fundamentada no trabalho, na produção, na preservação dos recursos e na melhor distribuição da riqueza. Tal organização é o resultado de uma política econômica de Estado contínua e baseada na análise da realidade que imponha uma diretriz prática à economia nacional, orientando-a no sentido da defesa dos interesses nacionais. Não é por acaso que, portanto, na ausência desta diretriz prática,

temos sido um país ao qual tem faltado organização e educação econômica, capital, crédito, organização do trabalho, política adaptada às condições do meio e à índole da gente: um país desgovernado, em suma. A supremacia do comércio e das colônias estrangeiras sobre a sociedade nacional, o enfeudamento econômico das populações a estrangeiros, são fatos já antigos, crescentes, progressivos, notados por observadores isolados de nossa vida, mas desconhecidos ou desprezados pelos governos. À falta de capital, de trabalho organizado, de crédito, cumpre juntar-se, assim, a falta absoluta de uma **política** nacional. A política nacional de um povo pode-se definir como a atividade espontânea da sociedade, na defesa de seu caráter e

<sup>138</sup> SIMÕES NETO, F. Teotônio. **Repensando Alberto Torres**. São Paulo: Semente, 1981, p. 152-153. (Coleção Revelações).

de sua economia; no preparo nutritivo de seu desenvolvimento material, e no educativo de seu espírito. Esta política resulta, em geral, de um **instinto** da própria nacionalidade, isto é, de um certo número de hábitos, gravados hereditariamente nos organismos, transmitidos pela tradição, que conservam o vínculo do interesse coletivo, a consciência dos perigos comuns, o senso do auxílio mútuo, da solidariedade e da cooperação, fixados, por experiência secular, entre indivíduos relativamente semelhantes, habitando a mesma terra.<sup>139</sup> (grifo do autor).

A inexistência da uma política econômica definida e compatível com os interesses nacionais, capaz de promover o desenvolvimento da economia nacional, fica clara em certas medidas tomadas pelos governos, tais como a tomada de empréstimos com pagamentos de juros para o apoio a determinados grupos e setores da economia de forma muitas vezes improfícua, a adoção de tributos visando apenas as necessidades do tesouro e onerando a produção, o incentivo à entrada massiva de capitais externos mesmo nas áreas estratégicas para a garantia da soberania nacional e a aplicação de um protecionismo em benefício de incipientes e artificiais indústrias nacionais e em prejuízo da circulação de mercadorias e do consumo. Dessa maneira, o Estado acaba tendo, ao contrário do que se espera, uma influência perturbadora e aviltante,

como criador e fomentador de especulações, de negócios ilegítimos, de indústrias sem base em nossa natureza, de jogo, pelas operações fictícias de câmbio e pela loteria, e de fortunas fraudulentas, acumuladas à custa de ruína de associações e instituições de crédito; como testemunha passiva da desvalorização das terras e do assalto à propriedade alheia, mas administrações de sociedades e bancos, sem fiscalização e sem contas; como espectador indiferente, em suma, do espetáculo de insolvabilidade e de irresponsabilidade, estado quase geral do comércio e da agricultura, depois das crises financeiras e econômicas com que a ação dos governos os têm perturbado.<sup>140</sup>

Aos efeitos destas causas, Alberto Torres também afirma que

acrescem muitos outros fatores de desequilíbrio e de perturbação; o imposto, desde a União até aos municípios, ataca propriedades, produções, indivíduos e a circulação comercial inteira, com uma audácia e uma inconsciência de repercussão e incidência quase cegas; a vida oficial, com a manutenção e localização das forças militares e navais e do funcionalismo, com obras públicas e luxos inúteis, desloca atividades, ou concentra e congestionam, aqui, a circulação, para anemiá-la em outros; a influência política e o favoritismo ocasionam outros desequilíbrios, no traçado das estradas de ferro, nas obras dos portos, nas vantagens criadas em favor de certas cidades, de certas regiões, de certos grupos. Por toda a parte, em suma, e por todos os meios, o governo é criador ou eliminador de vida social e econômica. Com a simples supressão de sua ação e de sua influência, no que têm de artificial, os governos tornar-se-iam cooperadores eficazes da vida e da prosperidade geral; mas a verdade é que lhes compete hoje um papel muito mais vasto e complexo, de criação, de estímulo e de multiplicação de vida e de riquezas.<sup>141</sup>

<sup>139</sup> TORRES, 1978b, p. 130.

<sup>140</sup> Idem, 1978a, p. 147.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 147.

O fato dos governos não terem a devida percepção da importância da intervenção estatal no sentido da determinação de uma diretriz econômica definida que atenda aos interesses nacionais acaba por perpetuar um quadro de exploração predatória das riquezas do país e de transformação destas em capitais em benefício de estrangeiros existente desde o período colonial. Durante a etapa histórica em que foi colônia de Portugal, o Brasil passou a sofrer com a dilapidação de suas riquezas por causa do sistema de exploração implantado por sua Metrópole, caracterizado pela colonização feita por elementos da população portuguesa (sem cultura) que estabeleceram uma economia colonial assentada no objetivo do enriquecimento rápido por meio da mineração, da devastação das matas, da agricultura extensiva, tendo como fonte de trabalho a submissão do indígena e a escravização do africano.

Tal ordem não sofreu profundas alterações com a independência. Pelo contrário, o Império apenas reafirmou a existência da exploração predatória realizada à custa do sangue e dos músculos do negro e do esgotamento da terra. Com a abolição da escravidão e a proclamação da República, o problema da economia nacional ficou reduzido a uma discussão sobre a indenização dos fazendeiros e a necessidade de braços para as grandes propriedades, recorrendo-se à mão-de-obra estrangeira assalariada, ao mesmo tempo em que se deixava os antigos agregados e os ex-escravos jogados à marginalidade e entregues à própria sorte. Por isso, Alberto Torres afirma com convicção que

conhecemos, apenas, durante o período colonial, o regime das explorações por feitorias; raros estabelecimentos possuímos, há pouco, parecidos com os desses formidáveis esgotadores de riquezas, à custa do trabalho bruto de felás e de negros. Foi preciso que a República atingisse a maioria, para que se nos apresentasse a perspectiva de ver instalar, entre nós, colônias de minerações como as da África do Sul, monopólios industriais e agrícolas, extensas regiões entregues à exploração alheia, estradas de ferro marginadas de vastas zonas de influência estrangeira, toda a perspectiva de uma rede de viação férrea destinada a realizar a obra, absolutamente destituída a realizar a obra, absolutamente destituída de base e de necessidade econômica, de um aparelho de circulação continental interna; extensas culturas de borracha, entregues a estrangeiros, na Amazônia; o escândalo inqualificável do enfeudamento da indústria pastoril a um sindicato; a eventualidade da concentração do comércio de café, em mãos de comerciantes forasteiros; o estabelecimento de bancos hipotecários, munidos de favores e privilégios, que a Turquia não concederia, talvez.<sup>142</sup>

A presença de uma diretriz econômica definida que atenda aos interesses nacionais implica, antes de mais nada, no estabelecimento entre os diversos órgãos constituintes do Estado brasileiro de uma conformidade de fins e de ação, acabando com a

---

<sup>142</sup> TORRES, 1978b, p. 93.

desorganização fiscal da União, dos estados e dos municípios, os abusos tributários, os esbanjamentos, a corrupção e má aplicação do dinheiro público, as avultadas dívidas externa e interna e as disparidades na legislação administrativa. Desse modo, o Estado poderá impor uma organização econômica próspera ao país, encerrando uma etapa de indiferença diante da ausência de domínio sobre as fontes de riqueza, os meios de nutrição, as obras vivas da indústria e do comércio. Trata-se de uma reação pela conservação do país, isto é,

da reação de uma nação – mal despertada do sonho de uma existência quase patrimonial, que um feliz isolamento permitiria sobre vasto e, até agora, farto território – em face da alienação de sua economia. É aqui que a posição dos que nos governam mostra o espetáculo de uma surpreendente indiferença. E se os governos, impenetráveis em sua maciça postura de esfinge, param diante do ataque à nossa liberdade e do saque a nossos bens, não se sente, também, entre os que dirigem a opinião, a atitude reta e máscula, que os fatos impõem.<sup>143</sup>

No que diz respeito ao problema econômico enfrentado pelo México nos anos finais do Porfiriato, após um longo período de progresso econômico que beneficiou a uma restrita parcela da população mexicana, Andrés Molina Enríquez considera como o seu fator mais determinante a política de Porfirio Díaz de concessão de benefícios aos *criollos* e aos estrangeiros por se sentir pressionado diante da ameaça de uma intervenção externa no caso de que estes indivíduos vissem os seus interesses particulares prejudicados, uma vez que eles não hesitariam em recorrer às suas nações de origem quando achassem necessário. Assim, em nome da paz a qualquer custo, o Porfiriato adotou uma política econômica que atendia aos *criollos* e aos estrangeiros por meio de expedientes e empréstimos, indiferente à situação do orçamento, confiando em que o progresso do país viria por consequência natural. Para isto, fez-se necessário aumentar as receitas do governo federal por meio do aumento dos impostos, que, no final das contas, pesou quase que totalmente sobre os setores menos privilegiados da sociedade, pois os mais ricos e influentes utilizavam-se de sua posição para burlar as leis e esconder o patrimônio e, conseqüentemente, sonegar tributos. Acrescente-se a isto os estímulos à entrada de capitais por meio da concessão de monopólios, subvenções e isenções de impostos. Enfim, os *criollos* e os estrangeiros

têm sabido aproveitar a sua descendência estrangeira para que as suas nações de origem interessem-se por eles. Daí a atração de capitais com que eles têm feito as comunicações e têm formado e estimulado a indústria em todos os seus ramos, desde o mineiro até o manufatureiro. Aquelas comunicações e esta indústria têm permitido a consolidação do poder federal, têm favorecido o desenvolvimento econômico da nação e têm elevado o comércio. Porém, para tudo isto o senhor general Díaz tem que abrir mão muito das generosidades porque, no fundo, os procedimentos dos *criollos* e dos estrangeiros, tratando-se de assuntos econômicos, têm sido iguais aos

<sup>143</sup> TORRES, 1978b, p. 118.

dos espanhóis, tratando-se de assuntos políticos. O privilégio, o monopólio, a subvenção, a isenção de impostos, tudo sob a forma da concessão administrativa, têm sido os meios não pouco opressores e duros, que têm posto em atividade. O senhor general Díaz tem enriquecido-os imensamente.<sup>144</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, o progresso econômico fundamentado pelo Porfiriato não contribuía efetivamente para a organização nacional e nem para o desenvolvimento do país porque apenas acentuava a desigualdade social e a concentração das riquezas nas mãos de poucos indivíduos. Observa-se claramente este processo de desigualdade social e concentração das riquezas no campo, onde a produção agrícola encontrava-se extremamente prejudicada pela detenção das propriedades nas mãos de uns poucos fazendeiros que não tinham interesse nem condições de cultivarem adequadamente a totalidade das terras que possuíam. Sendo a produção de alimentos o elemento mais importante para o progresso e o fortalecimento de um país, uma vez que garante a existência da população (daí que as sociedades são **organismos agrários produtores de alimentos** antes de mais nada), de nada valeria todo o avanço alcançado na industrialização, no comércio, nas finanças, nas vias de comunicação e etc., se a agricultura e a pecuária não atingissem um grau de desenvolvimento que possibilitasse atender à capacidade de consumo da população e, por conseguinte, estimular a prosperidade de outros ramos da economia, que dependem de saudáveis e numerosos indivíduos para a realização de seus negócios.

Outro problema observado por Andrés Molina Enríquez na economia mexicana e percebido por Alberto Torres no Brasil é a falta de desenvolvimento de uma economia interna devido à ausência de estímulo ao crescimento da produção e do comércio internos. A grande maioria da produção mexicana é voltada para o mercado externo e no sistema de trocas comerciais imposto pela divisão internacional do trabalho (o México é um exportador de produtos primários para o intelectual mexicano) as riquezas do país evadem-se para o exterior sem o devido retorno. Entretanto, tal situação não será revertida enquanto não se melhorar as condições de vida da parcela da população que efetivamente consome a produção interna, ou seja, os mestiços e os indígenas. Enquanto permanecer esta realidade, dificilmente o mercado interno mexicano poderá desenvolver-se, pois,

sendo tão escassas quanto são as capacidades de consumo dos mestiços e dos indígenas, uma vez que a produção nacional de consumo interno só tem como consumidores basicamente os indígenas, é claro que essa produção não poderá alcançar um grande desenvolvimento. **Só excepcionalmente uma indústria qualquer poderá começar de um modo firme e normal sendo indústria de exportação, pois, por regra geral, todas necessitam contar para serem viáveis**

<sup>144</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 140.

**antes que com o consumo externo que com o dos mercados internos; o que falta em nosso país à indústria em geral é consumo interno; e o que torna precária e frágil a existência de nossa atual indústria é que pensa antes no consumo dos mercados estrangeiros que no consumo dos próprios.** É bom que os metais preciosos, que o *henequén*, que o tabaco, que o *guayule*, que as frutas, etc., busquem o consumo externo; porém, sempre nos têm parecido um absurdo que antes de pensar em se podemos ou não produzir o trigo necessário para o nosso comércio interno, pensemos, como pensa a Sociedade Agrícola Mexicana, em que sejamos um país exportador de trigo. Diante da difícil situação de nossas fábricas de fios e tecidos de algodão, somos um país exportador desta fibra, e antes de que coma feijão o elemento indígena que representa trinta e cinco por cento de nossa população total, somos um país exportador deste grão, segundo comprovam as estatísticas da Secretaria da Fazenda. As consequências de ter desconhecido, esquecido ou desprezado estas verdades, têm sido de grande transcendência para a nação.<sup>145</sup> (grifo do autor).

A destinação da produção mexicana para o mercado externo e a ausência de estímulo ao desenvolvimento da economia interna reduz cada vez mais a produção dedicada para o consumo interno (entenda-se dos consumidores mestiços e indígenas, pois, a vaidade, a falta de patriotismo e a qualidade inferior de muitos produtos nacionais levam os *criollos* a dar preferência aos artigos estrangeiros), ocorrendo a necessidade de uma sistemática importação de produtos essenciais que poderiam ser produzidos no país. Os poucos produtores que insistem em se dedicar para o mercado interno veem-se prejudicados diante da invasão das mercadorias importadas em larga escala, restando-lhe para a sobrevivência como único recurso a redução dos preços de seus produtos. Como estes produtos são fruto do trabalho, no caso da produção agrícola, dos pequenos proprietários e dos habitantes de terras comunais, ou seja, mestiços e indígenas, estes veem seu poder aquisitivo reduzido e, conseqüentemente, sua capacidade de consumo.

No que se refere à produção industrial, a qualidade inferior dos artigos nacionais com relação aos importados e a invasão dos produtos estrangeiros levam as fábricas, primeiramente, a se unir uma com as outras e a fechar as demais, realizando um trabalho artificial de divisão dos rendimentos, e, em segundo lugar, a reduzir os preços dos artigos manufaturados por meio do corte de custos, sobretudo, com a diminuição dos salários dos operários, composto em grande parte por mestiços, esmagando, aqui também, a sua capacidade consumidora. Acrescenta-se a este fato a fuga do campo para os centros industriais de vários trabalhadores rurais por causa das péssimas condições de trabalho existentes nas fazendas, aumentando a oferta de mão-de-obra e possibilitando aos donos das fábricas contratarem operários com salários cada vez menores. A este processo Andrés Molina Enríquez denominou de **seleção depressiva do trabalho**, no qual,

<sup>145</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 319.

por causa do movimento da população trabalhadora dos campos rumo aos estabelecimentos industriais, o número dos operários em ditos estabelecimentos tem aumentado consideravelmente, e dos expressados estabelecimentos, uns têm podido desenvolver os seus trabalhos em igual proporção, e outros se têm detido em seu desenvolvimento, resultando em que a oferta de braços nos próprios estabelecimentos tem vindo excedendo progressivamente à demanda dos industriais, e estes têm feito um rebaixamento correlativo dos salários, rebaixamento que, por outro lado, vem correspondendo às crescentes dificuldades de desenvolvimento de suas empresas, provindo essas dificuldades da minguante capacidade de consumo dos mercados internos. Em tais circunstâncias, tem sucedido, na realidade, primeiro, que o movimento de atração que os estabelecimentos industriais determinavam tenha-se suspenso já, tomando as unidades que antes o seguiam o caminho do Norte; segundo, que em ditos estabelecimentos tenha-se feito e se está fazendo com mais vigor a cada dia, na forma de exigentes regulamentos, a mesma **seleção depressiva** que se encontrou nos campos; e terceiro, que esta seleção, deixando sem trabalho a população operária excedente e muito numerosa, tenha obrigado a esta emigrar de estabelecimento em estabelecimento, de mina em mina, de fábrica em fábrica, contribuindo poderosamente a que as unidades dessa população se organizassem e determinassem as recentes greves, cuja extensão e organização surpreenderam todo mundo.<sup>146</sup> (grifo do autor).

Com relação a estas manifestações dos trabalhadores, o autor mexicano considera um equívoco

atribuir as graves a estereis trabalhos de agitação, de perseguir aos diretores delas como agitadores políticos e de aplicar para diretores e dirigidos os castigos extraordinários só justificados para os revolucionários de ofício. As graves de operários obedecem a um estado de fome em nossas classes baixas.<sup>147</sup>

No que se refere à produção brasileira, Alberto Torres pensa que os problemas relativos à ela não serão solucionados enquanto não se descobrir os meios para se superar obstáculos como a falta de trabalho, a perturbação das relações econômicas e comerciais e a desordem do sistema fiscal e tributário. A superação de tais obstáculos passa pela ação estatal fundamentada em uma política econômica que tenha como princípio a ideia de que o trabalho e a produção são os fatores de criação da riqueza e do capital. Porém, esta riqueza e este capital devem permanecer em sua maior parte no país, e, para isto, faz-se necessário estruturar-se uma produção voltada para o mercado interno e somente secundariamente para o mercado externo, com uma disciplinada organização do trabalho. Em suma, o eixo produção-trabalho-consumo deve ser o objetivo primordial de uma política econômica que pretenda estabelecer uma organização na economia nacional.

Alberto Torres afirma sobre o trabalho no Brasil que os governantes frequentemente proclamam a necessidade que tem o país de homens e de capitais, mas estes se esquecem de

<sup>146</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 321-322.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 322.

um terceiro elemento, que não ocorre a ninguém, colocando-se em primeiro lugar: o de trabalho; estou de acordo com a cláusula expressa de que, se o Brasil precisa de capitais e de homens, só os não tem recebido, e os não continuará a receber, naturalmente, sem solicitação, em boas e justas condições, por não haver organizado o seu trabalho.<sup>148</sup>

Quanto à produção e ao consumo, trata-se de dois fatores importantíssimos para a prosperidade econômica,

e esta se manifesta quando o consumo representa o uso, generalizado na sociedade, das coisas que interessam à vida sã, e encontra a sua expressão de equilíbrio na compensação das perdas da produção exportada por entradas equivalentes, e a sua expressão de prosperidade, quando as entradas representam valor superior às perdas resultantes da extração, cultura e comércio das que se exportam. Ora, o que se dá, entre nós, é que, representando as nossas exportações um grande esgoto da riqueza substancial da terra, não recebemos, não conservamos e não consumimos senão coisas insignificantes, improdutivas e inúteis, não chegando ao interior, senão em fração mínima, a parte circulante destas paralisada, como fica, nas capitais e nas cidades mais importantes, a parcela mais avultada. Quanto à capital, seria irrisório admitir que tenhamos entradas correspondentes ao valor das nossas exportações e das perdas de sua extração.<sup>149</sup>

Entre todos os setores da economia nacional, o Estado deve dar ênfase em sua política econômica à produção agrícola, pois, assim como Andrés Molina Enríquez, Alberto Torres também acha que tal setor é fundamental para garantir a existência da população, que bem alimentada tem força para trabalhar e gerar riquezas. Daí que a terra é a base da riqueza, dependendo os outros ramos da economia da produção agrícola devido à necessidade que eles têm da existência dos empreendedores, investidores, financiadores e clientes para a realização de seus negócios e estes indivíduos da alimentação para sobreviverem.

O estímulo à produção agrícola voltada para o mercado interno depende de uma ação de organização do trabalho e, para isto, é preciso uma educação econômica, a formação de um espírito empreendedor, um trabalho de propaganda e de estímulo para o exercício da atividade agrícola, a redução do custeio e a correção da política fiscal. Além disso, com um programa de reforma agrária e, por conseguinte, com o aparecimento de muitas pequenas propriedades, estimular-se-á a melhoria da produção e o desenvolvimento do trabalho por meio da concorrência entre os produtores. Em suma, o Estado brasileiro deve ter como perspectiva que

a produção dos gêneros de alimentação, essenciais à vida e à fabricação de tudo quanto interessar imediatamente à existência, à saúde e ao conforto; a circulação e o suprimento ao consumo desses gêneros e dos importados que tiverem igual interesse,

<sup>148</sup> TORRES, 1978b, p. 108.

<sup>149</sup> Idem, 1978a, p. 190.



e em geral, a produção nacional que empregar matéria-prima nossa, devem ser objeto de uma política de apoio, destinada a lhes exonerar o comércio de encargos excessivos, a libertá-los de monopólios, açambarcamentos e intermediários inúteis, pondo, tanto quanto possível, o produtor em relação direta com o consumidor.<sup>150</sup>

Portanto, a ação do Estado deve consistir em associar os produtores em instituições de mutualidade de maneira a lhes facilitar o acesso ao crédito e a armazéns e entrepostos de exportação e de consumo, e, assim, pondo-os em contato direto com as praças exportadoras e consumidoras. Dessa maneira, estimula-se o comércio entre produtores e consumidores, tornando mais lucrativos as vendas para os primeiros e possibilitando preços melhores para os segundos graças aos cortes nos gastos com a produção e a comercialização dos gêneros. O comércio interno é um fator fundamental para o desenvolvimento do mercado interno, devendo-se, por isso, pôr fim a todas as restrições que sirvam de obstáculos ao comércio interestadual. O fim das restrições significa a acentuação da liberdade de comércio enquanto um elemento de estímulo à livre concorrência e que, por isso, é um instrumento dos interesses materiais do povo. Cabe ao governo

velar, atentamente, pela produção e pelo comércio nacional, dirigi-lo, aconselhá-lo e orientá-lo, para impedir que interesses particulares, de indivíduos, localidades ou de Estados, venham a provocar correntes e trocas comerciais que importem prejuízos graves e avultados, em troca de limitados benefícios, pessoais ou locais. Quanto ao comércio estrangeiro, fora de toda utilidade que procurássemos fixar, de vez, com o mais consciencioso estudo de nossa economia e de nossas condições de produtividade, as coisas que não devemos cogitar de produzir, para pedi-las ao comércio das outras nações, em um regime de franca e leal concorrência; que combatêssemos a criação de indústrias impróprias de nosso meio, ou inoportunas, e que empenhássemos todos os esforços por produzir e fazer circular no país, com a mais ampla liberdade e todas as vantagens asseguradas a produtores e consumidores, tudo quanto interessar à vida, à saúde, ao bem-estar, à propriedade e à educação dos brasileiros.<sup>151</sup>

De acordo com Alberto Torres, o grave problema do comércio estabelecido entre o Brasil e as economias centrais do capitalismo internacional é que longe dele ser um fator de prosperidade e acumulação de riquezas para a nação, simplesmente tais trocas comerciais têm representado um processo de empobrecimento para o país porque o seu funcionamento não obedece às necessidades reais da coletividade nacional, mas à ambição de um grupo de comerciantes, principalmente, estrangeiros, que ocasiona a drenagem das riquezas nacionais e a exportação de capitais. Desse modo, a riqueza obtida com as mercadorias exportadas acaba por se concentrar, em sua maior parte, nas mãos de intermediários que provocam uma especulação avultada, passando estes a predominarem

<sup>150</sup> TORRES, 1978a, p. 209.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 233-234.

sobre os produtores nacionais, que ficam apenas com a menor parcela dos lucros obtidos com a produção de exportação.

Segundo o intelectual brasileiro, um estudo sério, baseado em dados estatísticos do comércio exterior, revelaria uma grande disparidade entre a riqueza obtida pelo país com tal comércio e mal aplicada em investimentos improdutivos como palacetes, carruagens, automóveis, joias, vestuários, etc., e as perdas colossais resultantes dos recursos explorados e exportados. Assim, pode-se dizer que

o aumento de nossas exportações e importações não traduz senão a expressão da troca dos produtos e dos próprios elementos e forças produtivas de nossas terras virgens, por coisas fúteis, solicitadas pela nossa vaidade, ou que se fazem necessárias, justamente por causa de nossa incúria. É um fato que se pode dar, e que se dá, na exploração de qualquer território selvagem por feitorias estrangeiras. Toda a nossa fictícia **circulação** econômica é obra, assim, de uma federação de feitorias, que, desde as vendas do interior até as casas de importação e de exportação, as estradas de ferro, as fábricas, o comércio intermediário e os bancos – em mãos, quase totalmente, de estrangeiros – não fazem senão remeter para o exterior, em produtos, lucros comerciais, industriais e bancários, rendas de várias naturezas, a quase totalidade dos frutos de nossa terra. As duas verbas da exportação e da importação equivalem para a nossa economia a verbas de passivo, e de um passivo colossalmente precário, enormissimamente lesivo. É isto, e só isto, eu está **em progresso**, entre nós, acarretando, com imensa perda para a terra, e com o abatimento e a desmoralização do povo, o prolongamento, na vida mundial, da corrente de fenômenos que, havendo dado causa às guerras e revoluções do passado, provocarão daqui por diante, se não forem tolhidos, ainda maiores e mais desastrosos conflitos.<sup>152</sup> (grifo do autor).

No caso do México, o problema do comércio interno e da circulação econômica no país está no impedimento ao desenvolvimento deste comércio ocasionado pela contínua redução da capacidade de consumo por parte dos mestiços e dos indígenas. Tal fato está relacionado, por sua vez, diretamente com a falta de estímulos àqueles produtores dedicados à produção nacional que, por isso, veem-se cada vez mais desestimulados e empobrecidos. Sendo eles próprios também consumidores de outros gêneros além dos que produzem, tendem a ver a sua capacidade de consumo cada vez mais reduzida. Acrescenta-se a isto a diminuição progressiva dos salários dos trabalhadores rurais e dos operários diante da grande quantidade de mão-de-obra disponível.

Com a insuficiência da produção nacional para atender as demandas de consumo do mercado interno, faz-se necessário suprir tal carência com a importação de vários gêneros, o que somente acentua a crise da produção nacional diante da concorrência dos produtos importados com muitas vezes melhor qualidade. Segundo Andrés Molina Enríquez,

---

<sup>152</sup> TORRES, 1978b, p. 16-17.

a sistemática importação do milho norte-americano tem reduzido consideravelmente os produtos normais da produção agrícola nacional de milho, e todos os grupos agricultores têm ressentido consideráveis prejuízos; e essa mesma importação tem impedido as altas agudas dos preços normais do milho, mas por causa dos prejuízos causados à agricultura nacional, tem elevado o nível médio normal do valor deste grão, uma vez que tem evitado as reduções naturais da produção. Por isso, tem sustentado a demanda e tem impedido as quedas de valor relativas aos anos bons, toda vez que há que tirar destes agora os proveitos que antes se tiravam dos preços altos; a própria importação, produzindo a alta do valor médio normal do preço do milho, tem encarecido a subsistência de todos os grupos sociais, uma vez que o valor da subsistência, como todos os valores na República, dependem, principalmente, do valor do milho; e, por último, a repetida importação tem produzido o efeito de desenvolver a população inferior sem relação com as condições gerais que permitem a vida em nosso país, o qual tem produzido um excesso de população indigente que não aumenta com o seu trabalho, e sim diminui com as suas necessidades, a capacidade de consumo dos principais grupos consumidores.<sup>153</sup>

De acordo com o intelectual mexicano, como a tendência é a acentuação destes males de forma contínua, o resultado é que

vai diminuindo progressivamente a capacidade consumidora dos mercados internos para a indústria de consumo interno e, por isso, vão aumentando progressivamente as dificuldades dessas indústrias até o ponto de ameaçá-las de morte, porque enquanto o capital investido nessas indústrias não alcance lucros convenientes, fugirá delas, a menos que todas as empresas do mesmo gênero unam-se em *trusts* monopolizadores, como algumas já têm tentado, e como todas procurarão, com tanta maior razão quanto que mercê aos estrangeiros e aos *criollos* novos, o monopólio é entre nós uma das formas principais de criação de indústrias. É inútil dizer que a consolidação de nossas raquíticas indústrias em *trusts* monopolizadores, elevando artificialmente os preços, piorará consideravelmente as condições de nossas classes baixas, se é que estas podem ser piores do que já são.<sup>154</sup>

Portanto, além de prejudicar a produção agrícola nacional, a ausência de meios de aquisição entre os mestiços e os indígenas tem impedido o desenvolvimento da indústria no México, o que, para Andrés Molina Enríquez, não representa, no final das contas, uma questão que exige grandes preocupações. As razões são que, primeiramente, a industrialização é apenas um derivado da fortaleza que o organismo social mexicano deveria mostrar por meio da produção agrícola e, em segundo lugar, por estar sob o controle da casta superior, ou seja, dos *criollos*, apesar destes não consumirem os seus produtos, a indústria nacional acaba por não interessar tanto aos setores mais importantes da população no trabalho de organização nacional, isto é, aos mestiços e indígenas. Ademais, exatamente para poderem sobreviver, as indústrias terminam por produzir artigos de consumo externo, prejudicando ainda mais o desenvolvimento da economia nacional e se aproveitando das facilidades de comunicação propiciadas pelos investimentos ocorridos durante o Porfiriato em ferrovias. O resultado disto é que as indústrias voltadas para a produção de exportação

<sup>153</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 320.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 321.

são cada dia melhores e aumentam sem cessar o número dos mercados de consumo, alguns dos quais são de capacidade consumidora quase indefinida; porém, as de consumo interno, ao chegar a certo ponto de seu desenvolvimento, ponto muito próximo ao de sua partida, têm-se detido, e têm tratado de buscar a continuação de seu desenvolvimento no exterior. As que não têm podido fazê-lo, têm ficado definitivamente detidas, e entre elas se tem feito uma seleção que tem acabado com muitas empresas. O limite de detenção de todas as indústrias de consumo interno tem sido e é sempre o da capacidade compradora de nossa massa social.<sup>155</sup>

De acordo com Andrés Molina Enríquez, por causa das diferenças de origem, costumes e tendências entre os setores sociais e os grupos étnicos que compõem a população mexicana, distinguindo-os também tanto no consumo de certos produtos e não de outros como na capacidade consumidora de cada um deles, e da incapacidade da indústria nacional em atender as demandas de toda a massa social, repartem-se

as nossas indústrias em condições tais que nenhuma produz para as três grandes divisões da população: estrangeiros e *criollos*, mestiços e indígenas. A população compõe-se, em números redondos, de quatorze milhões de habitantes, dos quais quinze por cento são estrangeiros e *criollos*, cinquenta por cento são mestiços e trinta e cinco por cento são indígenas. A indústria açucareira não produz mais que para os estrangeiros e *criollos*, e para os mestiços; as indústrias de fios e tecidos só produzem para os mestiços e para os indígenas. A indústria cervejeira só para os mestiços, e para os *criollos* e os estrangeiros. As indústrias de álcool só para os mestiços e para os indígenas. As indústrias de objetos de luxo para os *criollos* e os estrangeiros. Por razão da imensa maioria numérica que representam em conjunto os mestiços e os indígenas sobre os *criollos* e estrangeiros, é evidente que as indústrias principais são e têm que ser as que têm por consumidores os habitantes que formam esse conjunto.<sup>156</sup>

Para o autor mexicano, esta sua afirmação pode ser reforçada pelo fato de que

os indígenas e os mestiços, pela escassez de seus recursos e por sua própria inclinação natural, entre os produtos nacionais, que em nossos mercados competem com os similares de produção estrangeira trazidos pelo comércio, e estes últimos, preferem os nacionais e apenas consomem os outros, enquanto que os *criollos* e os estrangeiros preferem os de procedência estrangeira, ainda que de qualidade inferior, de modo que, na realidade, os *criollos* e os estrangeiros apenas contribuem à manutenção de nossas indústrias por mais que eles sejam os fundadores e os proprietários de ditas indústrias.<sup>157</sup>

A perspectiva de Alberto Torres a respeito da industrialização é similar a de Andrés Molina Enríquez no que se refere ao caráter apenas complementar da atividade industrial para a economia nacional se comparada com o aspecto fundamental da produção agrícola, pois a terra é a base da riqueza, devendo, por isso, o Estado brasileiro estimular o desenvolvimento do que denomina de “indústrias naturais”. Além disso, em uma visão

<sup>155</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 311.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 311-312.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 312.

ingênua da divisão internacional do trabalho, o autor acredita que existem países que, por suas especificidades, devem dedicar-se às atividades industriais, enquanto que outros tendem a se especializar nas atividades rurais, sendo estas mais vantajosas para estes. Nota-se claramente o equívoco em não perceber as desvantagens deste tipo de especialização para as trocas comerciais entre os países, acentuando um quadro de profunda dependência externa. Segundo Alberto Torres,

nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo contestar-lhe esse destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida e dos que empregam matéria-prima nacional. É isso que nos impõe a área de nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. O equívoco dos que pensam de outra forma só pode resultar do prejuízo de que a produção deve constar dos gêneros comuns na Europa, e da ideia, arraigada no espírito de muitos, da necessidade das grandes propriedades, de extensa exploração intensiva. O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem, quase geralmente, de elementos necessários às culturas europeias, deve ser um país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedade e fazendas-modelo, mas no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na infinidade de produtos de nossa terra, de excelente valor nutritivo para o seu clima, sendo reservadas as regiões temperadas para algumas culturas europeias e confiado o suprimento de outros produtos, absolutamente inaclimáveis, assim como o dos produtos industriais que não têm aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro. O descaso de nosso protecionismo, criando e desenvolvendo indústrias impróprias ao nosso meio e ao nosso estado de adiantamento econômico, resultou, por todos os lados, em gravames para o país, em sua economia interna e no comércio com o exterior.<sup>158</sup>

Alberto Torres é contrário a uma industrialização baseada no protecionismo alfandegário em prejuízo dos consumidores e que, no final das contas, apenas promove o enriquecimento e a prosperidade de uma minoria da sociedade. De acordo com o intelectual brasileiro,

para favorecer limitado número de indústrias, onera-se o consumidor, forçando-o a aceitar produtos de inferior qualidade, e excluem-se do regime das trocas produtos que competiriam naturalmente ao comércio estrangeiro fornecer; deslocam-se para essas indústrias, mas remuneradoras, braços e capitais; e o comércio estrangeiro, expulso da concorrência no tráfico de gêneros que lhe deveriam caber, desforra-se, introduzindo mercadorias que devêramos produzir e só não produzimos porque todas as forças lhes são adversas. Invertendo a lógica das posições, comprometemos a nossa economia e a nossa gente.<sup>159</sup>

Em suma, Alberto Torres critica uma industrialização artificial que é caracterizada pelo seu aspecto nocivo para o desenvolvimento da economia nacional porque não atende às necessidades da população brasileira, preocupando-se com a produção de bens

<sup>158</sup> TORRES, 1978a, p. 207-208.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 208.

onerosos devido à dificuldade de obtenção de matérias-primas e muitas vezes de qualidade inferior aos de mesmo tipo que poderiam ser importados. Ao mesmo tempo, a industrialização artificial estimula o esvaziamento do campo pela fuga de mão-de-obra para as regiões urbano-industriais por causa da busca dos trabalhadores por supostas melhorias nas condições de vida, constituindo-se em um fator de desvio da vocação agrária do país. Portanto,

o desenvolvimento das cidades e o protecionismo industrial atraem populações e capitais dos campo para os grandes centros. Em regra, todas as medidas de proteção a indústrias particulares, que não consistem em simples eliminação de embaraços e supressão de elementos parasitários, dos mercados e do comércio, importam privilégios para a classe favorecida, e, dentro desta, para os exploradores mais fortes.<sup>160</sup>

Um ponto de divergência entre Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez sobre possíveis formas de se estimular o desenvolvimento da economia nacional diz respeito à promoção do progresso dos transportes, principalmente, com relação à construção de ferrovias. Para Alberto Torres, longe de serem um fator de progresso, as ferrovias são, na realidade, um elemento prejudicial à economia nacional, uma vez que facilitam o êxodo rural, a realização de um comércio marcado pela venda ao exterior das riquezas nacionais, representando uma verdadeira deterioração da terra, e pelo consumo de produtos supérfluos, e a adoção de hábitos e costumes contrários à estabilidade e ao trabalho nas localidades interioranas do país. Pode-se muito bem haver prosperidade econômica em uma dada região sem a necessidade de ferrovias, pois o fundamental é criar os meios para que os produtores tenham segurança econômica. Portanto, é uma ilusão crer-se sempre que o desenvolvimento da viação implica sempre em estímulo ao progresso do país, pois

as estradas de ferro satisfizeram, entre nós, até certo ponto, a necessidade, e realizaram progressos; é ainda possível que, em um ou em outro raro caso particular, esquecido por falta de apoio, ao passo que outros, menos necessários, eram atendidos, seja conveniente abrir um novo traçado, estendendo-se uma nova linha, aqui ou acolá, – mas o que não pode deixar dúvidas em nenhum espírito claro, capaz de ver as realidades sem as visões do preconceito e da fantasia, é que a nossa viação tem ido além dos interesses da população e da economia, tornando-se antes fator de ruína que de civilização. As estradas de ferro criam transportes, mas seria inexato dizer-se que, nos países novos, promovam circulação e distribuição econômica: o que elas realmente fazem é estimular a exploração extensiva. Com esse efeito, cooperam para todos os males assinalados; e, facilitando o intercurso do interior para as praças comerciais, contribuem para a **falsa** troca econômica (uma das grandes causas de ruína, nos países novos), com introdução, em grande escala, de mercadorias de luxo, gêneros de pronto consumo e virtualhas, em troca da extração e do desbarato das riquezas naturais.<sup>161</sup> (grifo do autor).

<sup>160</sup> TORRES, 1978a, p. 144-145.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 189-190.

O principal motivo da restrição imposta por Alberto Torres à ideia de que a expansão indefinida da malha ferroviária contribuiria necessariamente para o progresso econômico deve-se ao fato dele acreditar que as ferrovias acentuariam um quadro de dependência e exploração do Brasil pelas potências estrangeiras, na medida que facilita um comércio externo marcado pela deterioração dos recursos naturais e pelo envio de capitais para o exterior. O que simplesmente as ferroviárias fazem é ligar as regiões produtoras de gêneros para exportação com as principais cidades e os principais portos, mas sem integrar as populações. A ilusão quanto à vantagem trazida por uma ferrovia por parte dos habitantes de uma região percorrida por ela esconde a verdade de que tal suposta vantagem

não é sempre um benefício para as localidades e as populações. Nas regiões já exploradas, as estradas de ferro precipitam a decadência das zonas intermédias e prolongam a exploração extensiva da terra: duplo desastre econômico e social. Nas regiões novas produzem sempre o segundo desses resultados. É menos exato dizer-se ainda que o progresso das populações do interior depende de estradas de ferro, coisa que se não dá senão quando as estradas destinam-se a ligar localidades e populações prósperas e florescentes, a salvo dos riscos que pode causar uma excitação súbita do regime de trocas. Enquanto as localidades representam, como entre nós, núcleos de populações esparsas, sem progresso, normal e equilibrado, na expansão dos povos pelo território, como no caso do Rio de Janeiro, e de todas as nossas grandes cidades com foros e pretensões de civilização, que avizinham regiões quais incultas, habitadas, não por gente pobre e laboriosa, mas por bandos miseráveis de vadios, entre bárbaros e selvagens, – as estradas de ferro atuam como causas de ruína, facilitando o êxodo das populações para os grandes centros, o esgotamento da terra, o consumo de produtos voluptuosos e frívolos, a criação de hábitos, costumes, ambições e estímulos contrários à estabilidade, ao trabalho, à vida serena e sóbria no pequeno torrão cultivado.<sup>162</sup>

Ademais, segundo o intelectual brasileiro, as ferrovias, ao invés de promoverem a integração populacional e econômica no país, na verdade,

não entrelaçam as populações do interior, uma com as outras; não formam redes de relações recíprocas, movimentando a circulação interna: são vias de drenagem e de atração de povos e de riquezas, para as praças comerciais, para as capitais, para os portos, para os centros de negócios e de luxo. O interior não passa, no regime de inflação comercial, que elas criam, de um mosaico de zonas de produções para exportação; salvo minguadas culturas de poucos gêneros de consumo, e as precárias indústrias estritamente necessárias para manter a vida dos que aí fazem a extração da seiva da terra e a sangria de suas riquezas, essas regiões não veem crescer, nem se desenvolver, nada do que forma a base da vitalidade de um povo.<sup>163</sup>

Por outro lado, para Andrés Molina Enríquez, a construção de ferrovias é uma necessidade primordial para o desenvolvimento da economia mexicana na medida que gera empregos de diversos tipos, desde os trabalhos para engenheiros, passando pelos de pedreiros,

<sup>162</sup> TORRES, 1978a, p. 191.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 192.

agentes contratistas e provedores, chegando até ao serviço dos contadores, possibilitando a circulação na economia de milhões de pesos entre os trabalhadores de todos os setores sociais na forma de salários. Além disso, as estradas de ferro trazem facilidades para o deslocamento da população desde os lugares mais distantes e estimulam o crescimento do comércio por causa da quantidade cada vez maior de mercadorias transportadas em menor tempo e com mais segurança. Isto somente contribui para o aumento dos meios de produção e da circulação das riquezas. Na perspectiva do autor mexicano, se houve algum progresso econômico durante o Porfiriato, este se deveu, em boa parte, “aos milhões de pesos derramados profusamente em todo o país pelas obras das ferrovias”.<sup>164</sup>

Se isto assim aconteceu, deveu-se à intervenção estatal no sentido que a construção de estradas de ferro se constituísse em um elemento de promoção do progresso econômico. Portanto, a superação dos problemas que afetam a economia mexicana passa necessariamente por uma política de Estado que promova a organização e o desenvolvimento material da sociedade de maneira absolutamente eficaz. Neste sentido, em nome da superação daquilo que o México ainda tem de atraso material, Andrés Molina Enríquez elaborou uma ideia fundamentada na ênfase do papel do Estado como gestor

do tipo de soluções políticas que se devem dar para procurar o desenvolvimento. As ideias democráticas que na Europa e na América do Norte servem para constituir uma sociedade de homens livres e um regime de direito, são desprestigiadas por sistema e substituídas por valores e medidas políticas de caráter eminentemente pragmático, que implicam sempre o sacrifício da liberdade dos cidadãos e ainda de seu bem-estar material, a favor de um futuro desenvolvimento; em uma palavra, o atraso como realidade presente e o progresso como futuro.<sup>165</sup>

Segundo Alberto Torres, a verdadeira prosperidade econômica somente chegaria ao Brasil também por meio de uma intervenção estatal na economia que resultasse em uma política pragmática capaz de superar os problemas que condicionam o seu atraso. O principal objetivo desta política seria garantir a independência econômica do Brasil, pois, até o momento em que Alberto Torres escreve, percebe que a economia nacional está sob a égide das influências externas e em completa falta de organização da atividade interna. Buscando reverter este quadro, adverte para a importância de

manter independente a nação, para o que é imprescindível preservar os órgãos vitais da nacionalidade: suas fontes principais de riqueza, suas indústrias de primeira necessidade e de utilidade imediata, seus instrumentos e agentes de vitalidade e de circulação econômica; a viação e o comércio interno; a mais ampla liberdade de

<sup>164</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Álvaro, 1969, p. 196.

<sup>165</sup> CÓRDOVA, 1973, p. 35-36.



indústria e comércio. Nenhum monopólio, nenhum privilégio; a mais plena garantia e proteção ao trabalho livre, à iniciativa individual, à pequena produção, à distribuição das riquezas.<sup>166</sup>

Nesta direção, propõe medidas como: 1) promover a formação de um capital nacional que permanecesse no país e controlado por brasileiros ou por estrangeiros residentes. Isto implica na organização do crédito, no aparelhamento da produção, no fortalecimento da circulação interna, evitando-se as depressões e flutuações cambiais que resultam em meios de drenagem das riquezas nacionais, na regulamentação das condições e relações de trabalho, e no melhoramento do trabalho por meio da facilitação do acesso aos instrumentos de produção; 2) reformar a política fiscal que constitui um sério obstáculo à produção devido aos encargos excessivos, fazendo-se preciso remodelar os impostos de modo a torná-los favoráveis à constituição de um regime de fiscalização e de política econômica, que visa facilitar os negócios entre produtores e consumidores. Além disso, é necessário pôr fim às tarifas protecionistas e se criar impostos progressivos sobre os rendimentos de bens e capitais improdutivos; 3) estabelecer o controle do capital nacional sobre setores estratégicos, como a navegação de cabotagem, as atividades de transporte interno e os negócios ou indústrias de interesse vital para a nação, definidos assim pela natureza de seu objeto, seu valor, sua influência e seu alcance social ou econômico. Assim, pode-se impedir que o Brasil seja uma colônia do capital e do trabalho estrangeiro, constituindo-se em polo de feitorias coloniais; 4) decretar o fim da febre das emissões de papel moeda que é uma consequência de um quadro de débito na balança do intercâmbio de valores com o exterior, sendo o meio circulante brasileiro simplesmente um mero instrumento de troca cambial pela ausência de um mercado interno que faça a sua movimentação. O resultado disto é um alto processo inflacionário.

Tais medidas são o trabalho de arte política e legislativa, cujo sucesso resultará na libertação do país da dominação das potências estrangeiras. De acordo com o autor brasileiro,

a expansão do comércio, da viação e dos instrumentos de crédito internacionais domina apenas uma fase de evolução humana, resultante da excitação do individualismo e dos inventos materiais, nascidos da iniciativa e do espírito econômico dos séculos XVIII e XIX – fase que não pode perdurar, com a mesma intensidade, pelo menos; e o nosso país, fraquíssimo pela singularidade de sua natureza, não poderá resistir à dominação, se não opuser obstáculos políticos e legislativos.<sup>167</sup>

<sup>166</sup> TORRES, 1978b, p. 107-108.

<sup>167</sup> Idem, 1978a, p. 195.

Pode-se, assim, a partir das considerações deste ponto do capítulo, abordar a outra meta do projeto de organização nacional dos autores que se refere ao investimento em educação.

### 3.4.3 O investimento em educação

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez enxergam na educação um instrumento para a conscientização das unidades sociais componentes das populações brasileira e mexicana a respeito da realidade que as cercam, mobilizando-as no sentido do impulso da mudança social necessária. Em outras palavras, os dois autores veem na educação um objeto de regeneração nacional, mas desde que esta esteja atrelada às circunstâncias nacionais e não ao ensino de conhecimentos importados que nada dizem respeito à realidade local. É desta forma que as realizações educacionais podem constituir-se em um fator de reabilitação orgânica de um povo.

Para Alberto Torres, a educação ideal é aquela que se fundamenta no ensino estruturado em torno de uma preparação sintética e de uma cultura filosófica, moral e estética que relacione os conhecimentos específicos com as leis gerais do conjunto e com a realidade. O problema da educação brasileira é que ela consiste em um privilégio de abastados, que não por capacidade intelectual, mas por terem condições financeiras de obterem título de bacharel, formam uma elite intelectual. É esta elite intelectual que se apossa dos cargos públicos, não prestando serviços para o bem público, mas para os seus interesses pessoais. Ademais, os conhecimentos por ela adquiridos, valorizados e difundidos são fundamentados em “ideias de convenção, importadas dos grandes centros, utilizadas diariamente, sem que correspondam aos problemas reais do país, que pedem outros remédios, que só o tipo de pensamento de vistas largas (grandes sínteses, grandes generalizações) pode oferecer”.<sup>168</sup>

Influenciado claramente pelo pensamento de Augusto Comte, Alberto Torres acredita que a aprendizagem de qualquer conhecimento deve passar pela compreensão dos fenômenos subordinada a uma percepção das leis científicas universais, sem se perder de vista a importância de se ter como guia do conhecimento a busca da verdade. Portanto, o conhecimento adquirido nas instituições de ensino deve ter como parâmetro o saber de maneira sintética e voltado para a prática. É baseado nesta concepção da educação que prega a necessidade de que esta se volte para a realidade brasileira. A educação deve ser uma resposta

---

<sup>168</sup> SIMÕES NETO, 1981, p. 153.

aos problemas que afetam a sociedade nacional, sendo um deles a ausência de estímulo e preparo para o trabalho. É por meio de uma educação para o trabalho que se retira o homem brasileiro do estado de apatia em que se encontra, orientando-o por meio da lição de laboriosidade na direção de que se torne um agente dinâmico da vida social. Segundo Alberto Torres, o povo brasileiro,

expressão, como fator social, de uma fração deliberadamente abandonada, confessadamente desprezada, conscientemente condenada por incapacidade física e por incapacidade moral, pelos que o dirigem; caluniado por vezes até no espírito, no caráter, na probidade, pelo grupo de seus filhos que sabe falar e escrever, este povo só tem por necessidades a impor a seus governantes a justiça, por um lado, as suas qualidades, e uma severa, mas humana e nobre, política de educação para o trabalho. Se os nossos estadistas estudassem a nossa sociedade e lessem o que se passa em outros países, saberiam que o fenômeno, aqui observado, da deslocação das populações nacionais, do trabalho para as profissões improdutivas e para a ociosidade, é geral, principalmente, nas nações rapidamente colonizadas.<sup>169</sup>

Contudo, insiste-se no preparo daqueles que demonstram um pouco de capacidade intelectual ou que dispõem de recursos financeiros exclusivamente para o bacharelismo estimulado pelos cursos superiores, desprezando-se totalmente a formação para o trabalho agrícola e industrial. São tais bacharéis os indivíduos que se aglomeram nos centros urbanos, acreditando no direito de exercerem cargos públicos pelos títulos que detêm e, dessa forma, enchem os corredores das repartições públicas, inchando ainda mais o aparelho burocrático do Estado. A solução para esta questão está em que “demos instrução primária, a todos os que podem ver e ouvir; instrução secundária e superior, a todos os que são capazes, não a dando a nenhum que o não seja; educação social e profissional, também a todos; e não temamos o futuro”.<sup>170</sup>

Sendo tão importante o setor agrícola para a economia nacional, parece um absurdo, para Alberto Torres, a repugnância que há na população brasileira pelo trabalho e pela vida no campo. Isto é o resultado, de acordo com o autor, da falta de uma educação apropriada para despertar o amor à vida agrícola, sem haver uma preocupação com o estudo da terra e dos meios de trabalho. Pensando nisto, Alberto Torres propõe a criação de escolas rurais que se destinariam à vida do campo e a instituição nos estabelecimentos de ensino normal da disciplina de Economia Rural, na qual se daria noções básicas de agronomia e zootecnia necessárias para a formação destinada ao trabalho rural. Todavia, segundo o intelectual brasileiro,

<sup>169</sup> TORRES, 1978b, p. 109.

<sup>170</sup> Idem, 1978a, p. 135.

para realizar a política educativa do país, orientada pelo escopo do preparo geral das populações para a vida agrícola, cumpre estabelecer severas medidas de seleção, em todas as camadas da sociedade, das verdadeiras aptidões e capacidades para os estudos superiores, dificultando-se aos menos aptos acesso a esses estudos. A instrução secundária e a superior são hoje privilégio e destino dos filhos abastados; injustiça e perda de valores intelectuais para o país, por um lado, com desastrosa influência de incapazes, por outro; deslocação, afinal, para as letras e profissões liberais, de uma enorme massa de brasileiros.<sup>171</sup>

Além disso, a organização do sistema educacional no Brasil também inclui a competência das esferas federal, provincial e municipal no que se refere aos investimentos e ao estabelecimento de instituições de ensino. Para Alberto Torres, deve ficar esclarecido a partir da necessária reforma da Constituição do país o funcionamento gratuito do ensino primário e do ensino profissionalizante, sendo vedado às províncias a implantação de instituições de ensino superior enquanto não forem totalmente capazes de organizar a educação agrícola, elementar e secundária.

É importante frisar também o caráter inconstitucional que o autor brasileiro enxerga na existência de instituições federais de ensino primário, devendo tal ensino ser de competência exclusiva das províncias e dos municípios, pois se já é difícil manter funcionando com relativa ordem a instrução primária de um pequena região, torna-se impossível que o governo federal consiga coordenar e controlar tal instrução espalhada pelas várias províncias, sendo que cada uma delas equivale, em território, a um país. O que o governo federal pode fazer é colaborar subsidiariamente para o funcionamento do sistema de instrução primária das províncias e dos municípios. Em suma,

a intervenção de que aqui se cogita é, em primeiro lugar, de natureza eminentemente política; a primeira função da União é, neste particular, de direção e de orientação; mas o seu dever não se pode limitar a isto, cumprindo-lhe promover, subsidiariamente, nas províncias, a educação e cultura do brasileiros.<sup>172</sup>

Andrés Molina Enríquez não chega a elaborar com detalhes um programa de reforma educacional para o México, apontando o tipo de educação que deveria ser mais objetivo de atenção por parte do Estado, a responsabilidade de cada nível do poder público para com um grau específico de ensino e o papel de cada tipo de educação para a formação intelectual e profissional de cada membro da população nacional. Todavia, assim como Alberto Torres, o intelectual mexicano também vê na educação um instrumento para a formação da nacionalidade por meio da regeneração do caráter dos membros da sociedade

<sup>171</sup> TORRES, 1978a, p. 231.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 231.

nacional. Esta regeneração faz-se com a criação de uma força intelectual e moral constituinte da corrente de opinião que possibilita a tomada de consciência e a análise crítica da realidade, pensando-se, assim, em prováveis meios de transformá-la. Os principais beneficiados com este processo são exatamente

os prejudicados pelas condições especiais de estado social que chamamos civilização, pois, assim, podem ter consciência de seu estado e compreender que lhes prejudica o privilégio dado a alguns em detrimento dos demais; e isto explica porquê nas nações em que mais voos tem-se dado à instrução pública, tem tomado tão grandes proporções o problema social.<sup>173</sup>

Entretanto, a formação da nacionalidade por meio de um instrumento como a educação é um processo de longa duração, sobretudo, no que se refere aos grupos indígenas da população mexicana, que se encontram nas primeiras escalas da evolução social. Devido à circunstância de que cada um dos elementos étnicos componentes da população mexicana situam-se em diferentes graus de evolução, os efeitos produzidos pela educação sobre eles demoraria maior ou menor tempo para dar resultado de acordo com o desenvolvimento de cada um. Isto independe, portanto, da disposição ou indisposição dos elementos *criollo*, mestiço e indígena para adquirir conhecimento, mas, pelo contrário, está vinculado ao estado de evolução de cada um. Segundo Andrés Molina Enríquez,

nós tivemos ocasião de comprovar pela observação rigorosa do corpo de professores do estado do México, composto de mais de mil pessoas, que as deficiências de capacidade intelectual e de aptidão não dependem da vontade dos indivíduos, mas de falta de evolução cerebral neles. Ao estado de evolução cerebral em que existem as capacidades e aptidões, não se chega sem um longo processo de educação de faculdades que requer o tratamento educativo de várias gerações.<sup>174</sup>

Outro aspecto importante a ser abordado pelos Estados brasileiro e mexicano na política orgânica ou integral visando atingir o objetivo fundamental da organização nacional é a implantação de uma política de defesa nacional e de relações exteriores.

#### 3.4.4 A implantação de uma política de defesa nacional e de relações exteriores

Diante de um contexto internacional de princípios do século XX marcado pelas ameaças constantes de confronto militar e pela fraqueza do Brasil e do México por causa da ausência de organização nacional, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez elaboraram uma concepção sobre o programa de defesa nacional e de política de relações exteriores a ser

<sup>173</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2001, p. 422.

<sup>174</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 301-302.

adotado pelos seus respectivos países. No caso do autor brasileiro, a preocupação com tais questões deve-se à ameaça à soberania nacional proveniente das grandes potências em um contexto imperialista e à presença muito forte de capitais e, com estes, de interesses relacionados com grupos estrangeiros. No que se refere ao intelectual mexicano, a atenção também volta-se para o perigo oriundo da presença de estrangeiros e de seus capitais no território, principalmente, os de origem norte-americana, sendo os Estados Unidos a maior ameaça à existência do México devido à sua proximidade geográfica.

A conclusão a respeito da fraqueza do Brasil por parte de Alberto Torres ocorreu com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, quando, considerando que todos os países de uma forma ou de outra se encontrariam afetados, pregou a urgência do fortalecimento do Brasil para que pudesse aproximar-se o máximo possível de uma posição de independência e de autonomia no quadro internacional. Para isto, seria preciso colocar em prática o conjunto de reformas contidas em seu programa de organização nacional que forma o que ele denomina de política orgânica. Além disso, o país também necessitaria repensar a sua política de defesa nacional, ou seja, reestruturar o modo como as forças de proteção da soberania nacional encontravam-se organizadas.

Alberto Torres enxergava a Primeira Guerra Mundial como um conflito resultante da disputa de poder entre as grandes potências em um contexto imperialista, não cabendo ao Brasil, enquanto uma nação fraca no quadro internacional, adotar nenhum alinhamento, mas se manter neutro. A guerra era consequência da ausência no mundo de um “*orbis humanus*”, ou seja, de um corpo social internacional em que cada nação seria um órgão coordenado por um órgão central que controlaria as suas ações, no caso, a Corte Internacional de Justiça. Este órgão central equivaleria a uma espécie de “cérebro” e a humanidade ao organismo dos seres vivos, cabendo à Corte Internacional de Justiça controlar as ações das nações para que estas atuem de maneira coordenada para a contínua evolução da humanidade, o que somente aconteceria em um contexto de paz internacional. O imperialismo vem no sentido contrário desta evolução, pois estimula a existência de uma sociedade internacional em que há a dominação de uma nação por outra movida não apenas pelo desejo de domínio, mas também por um espírito egoísta. Para o autor brasileiro,

a paz é obra de construção da evolução humana, através da diferenciação das Nações, tendo como objetivo o interesse da vida. Reconhece os imperialismos, mas entendendo-os, não acha que sejam inevitáveis. O homem pode orientar a sua evolução, rumo a uma sociedade nacional em que o interesse da vida, do bem-estar, seja garantido, e a uma sociedade internacional sem dominação de Estado sobre

Estado. O imperialismo, no plano internacional, corresponde aos interesses particulares (individualistas) no plano nacional. Se guerra há, é que o homem não conseguiu ainda criar o “*orbis humanus*”; é que os interesses nacionais ainda se sobrepõem aos interesses da humanidade. A paz é uma consequência da criação deste “*orbis humanus*” e, ao mesmo tempo, como o homem marcha para a criação real deste mundo humano, isto por si só revelaria que a paz é possível. Da mesma forma que a guerra privada (o duelo, por exemplo) foi eliminada na ordem interna, a guerra pode ser também eliminada no plano internacional.<sup>175</sup>

Se, no plano nacional, cabe ao Estado ordenar as relações entre os homens, à nível internacional, compete à Corte Internacional de Justiça regulamentar a convivência entre os Estados. O que há em comum como uma forma de impedir a desorganização nacional e a desordem internacional é o instrumento de que dispõem o Estado e a Corte Internacional de Justiça para impedirem estes problemas, que é a lei, cabendo a ambos zelarem pelo seu respeito. Esta corte teria as funções de magistratura (aplicação das leis internacionais), corpo legislativo (elaboração e aprovação das leis) e conselho de arbitragem, tornando-se

em um centro de autoridade mundial. Os países em vias de formação deveriam ser preparados para sua emancipação. A Corte teria ainda a atribuição de intervir nos países que não tivessem as mínimas condições de manter sua ordem interna. Esta intervenção justificar-se-ia tendo em conta os interesses de vida, da liberdade. Limitava-se assim o poder de intervenção dos países velhos, aumentava-se o peso internacional dos novos, preparava-se a emancipação dos países em vias de formação. Criava, ao mesmo tempo, um centro mundial de autoridade em que os intelectuais teriam o papel preponderante, uma vez que as melhores capacidades de cada país para lá seriam enviadas.<sup>176</sup>

Alberto Torres demonstra um grande apreço pelos setores militares brasileiros em virtude dos grandes serviços prestados por estes para a pátria. Entretanto, se o organismo nacional como um todo encontra-se em um estado degenerativo, as Forças Armadas, enquanto um órgão constitutivo deste organismo, não pode fugir da situação de dissolução geral que afeta a vida social do país. Portanto, as Forças Armadas precisam organizar-se.

O primeiro passo a ser dado neste sentido é acabar com a premissa da necessidade da existência de uma enorme estrutura militar para se garantir a segurança nacional. Para Alberto Torres, as guerras sempre demonstram a insuficiência dos contingentes existentes nos quartéis nos momentos de confronto bélico e da recorrência às ruas na busca de soldados para suprir tal carência. Além disso, quando se há uma estrutura militar permanente e enorme, a tendência é constituir-se um espírito de corpo, ou seja, aparecer uma hierarquia baseada em hábitos de instrução e disciplina que levam à perpetuação de um setor em torno

<sup>175</sup> SIMÕES NETO, 1981, p. 109.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 143.

dos laços de solidariedade fortalecidos por contatos frequentes, prejudicando a escolha e a ascensão de militares por aptidões e méritos. Assim, forma-se uma sociedade militar paralela à sociedade civil, vivendo uma vida à parte com seus próprios costumes. Portanto, nota-se que, se para os elementos civis da sociedade, o corporativismo é necessário para se pôr fim à representação política de caráter faccionista e garantir a participação de todos os setores na distribuição dos benefícios oriundos da política orgânica, por outro lado, a mesma tendência, se aplicada entre os membros das Forças Armadas, gera privilégios e foros prejudiciais à escolha dos indivíduos mais preparados para as funções militares. Não é por acaso que, de acordo com o autor brasileiro, a vida política e a vida militar são duas realidades distintas, devendo-se, por isso, os militares afastarem-se da política. Na realidade,

um Exército político é apenas uma facção e não propriamente o Exército. O Exército só pode desempenhar a sua função de força de unificação afastando-se, decididamente, de tudo que pudesse separar, dividir e desagregar os cidadãos brasileiros. Um Exército político é como um partido que usa, como símbolo, a bandeira nacional. O Exército não pode ser político, pela razão de que não pode e não deve estar a serviço de interesses nem sempre respeitáveis e, por isso mesmo, representando pleitos e reivindicações de indivíduos ou de grupos.<sup>177</sup>

A estrutura militar ideal para o Brasil seria aquela na qual apenas um pequeno contingente formaria parte permanentemente das Forças Armadas, pela instrução, pelo exercício, pela prevenção, pela preparação e pela mobilização. Quanto aos soldados propriamente ditos, estes deveriam constituir milícias cívicas espalhadas ao longo do território nacional, garantindo, assim, uma defesa eficiente contra os desembarques de exércitos estrangeiros em qualquer parte do país. Estas milícias disporiam de instrutores competentes, centros de comando, de abastecimento e de munições, com a vantagem de conhecerem os terrenos profundamente, possibilitando uma mobilização dos contingentes de maneira fácil e rápida. Cada cidadão receberia aos domingos, próximo à sua residência, os treinamentos referentes a exercícios e manobras, aplicadas à natureza da ação defensiva e à dos terrenos, despertando em cada um a energia física e moral para a defesa da pátria. A defesa da pátria é para o autor brasileiro, “um **estudo de consciência** e um **impulso de instinto**: o chamado **espírito nacional** dos povos, contra as agressões armadas dos povos inimigos; não é nem um **sentimento**, nem uma ideia, nem um **princípio de ação**”.<sup>178</sup> (grifo do autor).

Em suma, no que diz respeito à organização militar, “não carecemos mais do que melhorar a eficiência de nossas forças, com educação do pessoal, exercícios frequentes e

<sup>177</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 399.

<sup>178</sup> TORRES, 1978b, p. 50.



severo espírito de justiça, na disciplina e nas promoções”.<sup>179</sup> A organização militar é uma tarefa que exige a sua realização urgente porque é cada vez mais comum o confronto armado entre os povos, principalmente, entre os anglo-saxões e os germânicos pela hegemonia imperial no mundo, movidos como estão apenas por uma lógica impulsiva de cada vez mais buscarem poderio político, militar e econômico. Diante deste quadro, pode-se deduzir que há

uma forte tendência para a paz armada, o que vale dizer: uma tendência, senão para perpetuar o uso das guerras, para manter o equilíbrio internacional sobre a base da força militar. A guerra é, hoje, uma instituição puramente política, quase puramente governamental – mantida pela sociedade dos que governam, nas monarquias, e por preconceito, sobrevivente de velhas tradições nos círculos oficiais das democracias. Seja o ânimo dos governos manter a política da guerra, ou a da simples pressão militar, a posição do Brasil é a de um país exposto a todas as eventualidades do conflito.<sup>180</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, um adequado programa de defesa nacional é um aspecto estratégico para a preservação da pátria. Entretanto, a organização militar depende, para a sua eficácia, do sentimento de amor à pátria que somente aparece quando existe uma unidade da população em torno do bem-geral da nação. Portanto, a existência da pátria está diretamente relacionada com a sua capacidade de manter a sua continuidade na luta com os demais povos, o que, por sua vez, está vinculada com a presença de uma unidade e força de espírito nacional.

O ponto central a ser pensado para o estabelecimento da organização militar no México está relacionado com a natureza do território nacional, ou seja, com o fato de que a zona fundamental dos cereais (Planalto Central) é a principal região do país, sendo a sua conservação algo estratégico para a defesa nacional e a consolidação de qualquer poder político. Daí que, diante da importância da região central do território mexicano,

as grandes massas de soldados, os grandes exércitos, deverão estar concentrados na zona fundamental que lhes oferecerá suficientes meios de subsistência, e só deverão distanciar até onde seja fácil e seguro que possam conservar a sua comunicação com dita zona: do contrário, ainda vencedores como em La Angostura, padecerão de fome, e terão que retroceder. O Exército nacional deverá, pois, compor-se na zona fundamental de tropas regulares.<sup>181</sup>

Com relação às outras regiões do país, localizadas nas cordilheiras, nos istmos, nas planícies e nas penínsulas, deve-se dar preferência à defesa do território feita por milícias, em uma proposta que se aproxima à de Alberto Torres, por causa da facilidade destas em se

<sup>179</sup> TORRES, 1978a, p. 202.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>181</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 430.

movimentar com o conhecimento prévio do terreno pelos seus membros. Contudo, o sucesso das milícias ou tropas de caráter regional depende de um mínimo de organização e de articulação entre os seus membros, devendo, para isto, ter uma estrutura a nível local de fornecimento e armazenamento de munição e mantimentos e de treinamento dos soldados em combate de guerrilhas. A função das milícias neste tipo de combate será,

como em todo tempo tem sido nessas regiões, a de fatigar o inimigo, fazendo-o permanecer muito tempo nessas e dando ocasião a que o clima, a escassez e as dificuldades do terreno declinem-o e o ponham à mercê das tropas regulares que em caso necessário recuarão para voltar a se resguardar em sua natural *ciudadela*.<sup>182</sup>

Os soldados que comporiam tanto o exército permanente como as milícias deveriam ser convocados por meio de serviço militar obrigatório, indiferentemente da posição social do indivíduo, contribuindo-se, assim, para uma igualdade melhor entre as unidades sociais e a dissolução dos privilégios dos *criollos*. Entretanto, o serviço militar depara-se com o problema de que ao se educar para a guerra e armar os diferentes setores da população nacional, estes tentam resolver as suas diferenças pelas armas, desencadeando uma série de revoltas e guerras internas. Portanto, o bom funcionamento do modelo de serviço militar obrigatório depende da unidade da população mexicana, isto é,

é indispensável que o nosso estado social, mediante a dissolução dos grupos *criollos*, adquira plena estabilidade; e quando ela se tenha conseguido e tenhamos obtido a unidade de ideal e de condição em que tem que consistir, será igualmente indispensável que todos os mexicanos busquem criar os elementos de defesa comum. Ah se os *criollos* fossem de verdade mexicanos e patriotas! Se em lugar de se encastelar em suas preocupações e de tornarem os seus interesses armas de luta interna, se prestassem a facilitar a criação definitiva da pátria e a salvação da nacionalidade, o quanto chegaria a lhes dever o país! Porém, julgamos isto impossível ou quando menos muito difícil, e terá que fazê-lo tudo à mercê da energia mestiça que não deverá retroceder diante de nada, nem diante do perigo de morte da nacionalidade. Não há poder superior à energia de um povo que se levanta. O dia em que compreenda os Estados Unidos que para o caso de uma invasão, seremos capazes de fazer o que os ianques fazem conosco, pensarão nela mais do que se crê, e práticos como são, optarão melhor por se colocar do lado das forças vivas nacionais para acabar de matar as forças que claudicam e morrem imediatamente. Em último caso, perecemos todos; porém, será indubitavelmente melhor.<sup>183</sup>

Assim como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez enxerga na presença dos interesses estrangeiros no México uma ameaça concreta à soberania nacional, pois estes jamais hesitarão em recorrer à ajuda de suas nações de origem no caso de se sentirem prejudicados. Contudo, devido à proximidade geográfica e aos obstáculos impostos a qualquer tentativa de invasão dos países do continente americano pelos governos europeus por meio da

<sup>182</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 430.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 431.

Doutrina Monroe, a principal ameaça provém dos cidadãos norte-americanos que residem e/ou investem no território mexicano. A maneira de se amenizar o perigo de ocupação do México pelos Estados Unidos é demonstrando a preocupação do Estado mexicano em não prejudicar os interesses estrangeiros, mas, pelo contrário, em conciliá-los com os interesses nacionais de modo a proporcionar o desenvolvimento do México. Além disso, é preciso conscientizar aos grupos estrangeiros que lhes interessa a evolução do país em termos do estabelecimento de uma política integral que crie as condições para o surgimento de uma organização nacional. Porém, pesará contra tal iniciativa o fato de que,

por um lado, os *criollos* tratarão de confundir os seus interesses com os dos norte-americanos para que o temor de ferir a estes defenda os seus; e, por outro, é possível que os mesmos interesses norte-americanos empenhem-se na continuação do estado de coisas atual, seja por desconfiança do novo estado de coisas que se possa criar depois, seja porque na continuação do atual estado acreditam poder alcançar maiores lucros, seja porque acreditam ser patriótico estorvar em benefício de seu país a formação de uma nação poderosa próxima da sua. Tudo isto pode ser e é, em nossa opinião, que ao se empreender todas as grandes reformas que indicamos, o que haverá que definir bem as nossas intenções e marcar bem os nossos propósitos para evitar más interpretações; porém, acreditamos que certamente pode fixar-se a ideia de que se todas as seguranças que possamos oferecer, devendo ser todas as que possamos, não são bastantes para evitar a interpretação desses interesses, haverá que se buscar o modo de passar sobre eles, pois, se temos que ser uma nação propriamente tal, é necessário que a sejamos impondo a sua existência política. É preciso evitar que devamos a conservação de nossa existência política a uma complacência de favor. **Ou somos ou não somos: está é a questão;** e em lugar de nos perdemos nas dúvidas de Hamlet, devemos buscar a solução logo. Se temos que desaparecer, mas vale que seja logo.<sup>184</sup> (grifo do autor).

Diante de um quadro internacional marcado pelas disputas de poder entre as potências mundiais e pelas ameaças à soberania nacional das nações fracas por parte das nações fortes, Alberto Torres acredita que, sendo o Brasil um país fraco, a melhor política de relações exteriores a ser adotada pelo governo brasileiro é a baseada no espírito da ampla cordialidade e retidão, sem nenhuma preocupação de influência ou hegemonia. Como o Brasil está longe de ser uma potência militar e econômica, não há lógica em que o país adote uma política internacional caracterizada pela exaltação à guerra como maneira de demonstrar a sua influência e o seu poder. Portanto, é o interesse que move um país em sua predisposição à guerra ou não, cabendo às nações imperialistas verem na guerra um instrumento de expansão e de domínio, enquanto que nações fracas devem enxergar nela um recurso final para a resistência e a defesa. Na realidade,

as guerras resultam sempre de um **interesse** político, de **valor econômico**, para o **país** que as promove, e da fraqueza, física e moral, do outro país. Integrado o seu território natural, os americanos viveram ao lado do México e das repúblicas da

<sup>184</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 433.

América Central, sem nenhum ataque à sua **soberania política**. Foi mister que se impusesse à sagacidade de seus estadistas o urgente e colossal interesse da abertura do canal, para que se lhes pudesse atribuir, na política dessa região, uma iniciativa ofensiva à Colômbia.<sup>185</sup> (grifo do autor).

É claro, para Alberto Torres, que convêm aos países fortes armar-se, pregar, propagar e prestigiar a necessidade e a fatalidade da guerra, enquanto que aos países pobres interessa amar-se, porém, esforçando-se pela manutenção da paz. Daí que a guerra é a teoria dos fortes e a paz é a teoria dos fracos. Às nações fracas, como o Brasil, compete seguir uma política de relações exteriores preocupada com as soluções de arbitramento, a prevenção da guerra, o apoio ao movimento pacifista mundial, a defesa da igualdade entre os Estados-Nações, sejam potências ou não. A solução pacifista é a arma da força moral, a única força disponível às nações fracas. Enfim,

a paz corresponde ao interesse de todos os povos, atende à conveniência atual de alguns governos, e será repelida por outros motivos de oportunidade. Por nosso lado, temos todo interesse em promovê-la e abreviá-la, mas precisamos estar prevenidos de que ela não resolve os perigos que nos ameaçam, na política internacional, podendo precipitar-nos, pelo contrário, de envolta com a ilusão e os entusiasmos da vitória moral, em uma política idílica, em que sacrifiquemos os interesses vitais da pátria.<sup>186</sup>

Para Alberto Torres, o grau de evolução dos países no mundo é similar ao estágio evolutivo seguido pelo ser humano ao longo de sua vida. No ser humano há diferenças em termos comportamentais, intelectuais e de emancipação de acordo com a idade, ou seja, criança, jovem e adulto. A característica da criança é a ausência de emancipação, necessitando-se prepará-la para a emancipação e a vida madura. No jovem há que se destacar a presença forte do idealismo e um comportamento impetuoso. E por fim, no adulto observa-se a presença da experiência, mas, ao mesmo tempo, um acomodamento. Estas diferenças entre crianças, jovens e adultos pode ser aplicada com relação aos países. Os países em fase infantil, como as nações latino-americanas, estão com o trabalho de organização todo por fazer, devendo isto ser obra de arte política. Além disso, trata-se de países sem preconceitos sedimentados, na opinião de Alberto Torres, embora não seja o que se observa na análise de Andrés Molina Enríquez sobre a sociedade mexicana. São nações em que não se pode dizer que haja uma raça que se arrogue superior e aristocracias de sangue, mas sim que são cosmopolitas, com naturais de várias pátrias convivendo harmoniosamente, constituindo-se, neste aspecto, em modelos de humanidade a serem seguidos.

<sup>185</sup> TORRES, 1978a, p. 202-203.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 204.

Os países juvenis, como por exemplo, os Estados Unidos, apresentam como ponto positivo a valorização de certos ideais como a liberdade, mas, por outro lado, a impetuosidade deles os conduzem a atitudes passíveis de crítica como um excessivo individualismo e a ausência de previdência demonstrada no caráter predatório dos recursos naturais, sem se pensar nas gerações futuras. Por outro lado, os países adultos ou antigos, como por exemplo, os da Europa, tiveram uma

evolução que se fez aos trancos e barrancos, os privilégios foram sendo acumulados ao longo dos séculos, a questão social indica que não foram resolvidos os problemas básicos da vida. Alberto Torres admira-lhes a cultura, mas teme a sua cobiça com relação aos países novos ou em fase infantil.<sup>187</sup>

De acordo com Andrés Molina Enríquez, a posição estratégica do México no globo terrestre impõe a esse país uma política externa especial, que deve levar em conta o pertencimento ao continente americano (política externa continental, que se subdivide em extracontinental e intracontinental), a localização na região ístmica do continente (política externa ístmica) e a situação em que se encontra pelo fato de estar localizado na região entre um país como os Estados Unidos e outro como a Guatemala (política externa de vizinhança).

A respeito da política externa continental em seu aspecto extracontinental, ela trata da independência e da ação do continente americano com relação à Europa e à Ásia, dando-se pouca ou nenhuma importância às relações com a África e a Oceania devido ao pouco significado que, na perspectiva do autor, têm na política internacional. Ela está diretamente vinculada com a Doutrina Monroe, principalmente, no que se refere aos europeus, que declara o direito dos Estados Unidos em impedir qualquer agressão dirigida contra alguma nação americana, no sentido de ocupar o seu território ou mudar as suas instituições. Entretanto, o posicionamento correto do México sobre a Doutrina Monroe deve ser na direção de que a sua aplicação não se restrinja apenas à ação dos Estados Unidos, estendendo-se também a todas as nações americanas. Tal posição oficial por parte do governo mexicano faz-se necessária devido,

primeiro, ao caráter continental da Doutrina; segundo, pela necessidade de suprir o caso de que os Estados Unidos declarem não ter interesse em sua aplicação; e terceiro, por causa da conveniência de impor a todas as nações americanas, inclusive aos Estados Unidos, a obrigação de buscar o acordo comum.<sup>188</sup>

<sup>187</sup> SIMÕES NETO, 1981, p. 144.

<sup>188</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 436.

No que se refere à política externa continental de caráter intracontinental, esta deve guiar-se pela preocupação do México em não intervir nos assuntos internos das demais nações sem um pedido oficial expresso e que não tenha caráter político. Dessa forma, o governo mexicano terá a capacidade moral suficiente para exigir de outros países o respeito à sua soberania. A intervenção ocorre geralmente nos casos de conflitos entre nações e de guerras internas.

Contudo, cada caso tem a sua especificidade e nem sempre a intervenção é aconselhada. Quando há o conflito entre nações, o argumento usado favoravelmente àquela ação é o da necessidade de se construir um tipo e padrão de equilíbrio nos moldes do equilíbrio europeu. Contudo, pesa contra esta justificativa o fato de que

o equilíbrio forçado, por muito que se ampare sob as dobras da bandeira lírica da paz, nem lá na Europa nem aqui na América, pode ser nunca conveniente, porque estorva o desenvolvimento natural das nações, dificultando a seleção coletiva mercê à qual o progresso faz-se e se consegue o progressivo aperfeiçoamento da espécie humana. A paz muito prolongada em um país produz um avanço tal da seleção individual, que as suas unidades conseguem alcançar uma adaptação ao meio, quase completa, que lhes dá caracteres de muita energia racial, mas escasso desenvolvimento evolutivo; e, por outro lado, o estado de guerra permanente produz tal força de agregação que mercê à ela avança muito a divisão do trabalho, e a especialização de funções aperfeiçoa muito os indivíduos, mas os faz degenerar porque os separa muito das condições gerais da adaptação. Do qual se segue que nem é bom um estado de paz permanente que leva os povos à condição da China, nem é bom tampouco um estado de guerra permanente que os faz fisicamente degenerar, e uma vez que não é possível seguir um meio termo, porque a vida dos povos que é orgânica faz-se por ritmos, quando menos há que seguir o ritmo de paz e guerra que vez deixam de oferecer as circunstâncias.<sup>189</sup>

Diferentemente de Alberto Torres que explica a guerra e a paz em termos da política externa baseada em interesses por parte das grandes potências ou países fortes e dos países fracos, devendo estes últimos, por questão de sobrevivência, adotarem uma política pacifista e conciliadora, Andrés Molina Enríquez acredita que a paz e a guerra estão acima da questão dos interesses e são explicadas melhor como fenômenos naturais resultantes da própria necessidade de que as nações evoluam na luta pela sobrevivência com as demais. Qualquer política internacional implantada no sentido de se impor um equilíbrio ou uma paz inexistente não passa de uma iniciativa de caráter artificial que apenas prolonga a existência de Estados débeis, impedindo o processo de seleção natural e, conseqüentemente, o progresso da humanidade. A mesma posição deve ser tomada com relação às guerras internas que ocorrem nos países por causa das disputas de poder entre diferentes setores sociais. Tais

<sup>189</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 438-439.

disputas são saudáveis porque possibilitam, no final das contas, a vitória dos grupos mais preparados em um processo de seleção natural, constituindo-se em um grande equívoco a intervenção de uma nação estrangeira para a tomada de partido a favor de um dos grupos contendentes. A explicação para o equívoco deve-se a que

é impossível que fora do país em que se desenvolvem os fatos que determinam a intervenção de uma potência estrangeira, possam apreciar-se as circunstâncias especiais desses fatos, e o primeiro que se ocorre sobre isso é que toda intervenção nesses termos tem que ser verdadeiramente cega. Certo é que sempre que se solicita uma intervenção, fazem a respectiva solicitação grupos sociais de maior ou menor significação que em aparência a justificam com a comprovação das ações executadas pelos grupos sociais contra os que a mesma intervenção demanda-se, e certo é também que a própria intervenção só se concede depois de ouvido o parecer do ministro residente a quem se supõe ao tanto do que ocorre no país, que deverá ser intervindo; porém, certamente se compreende que os grupos sociais que pedem a ajuda externa, se a pedem, é porque são mais débeis que os outros, isto é, porque representam menor número, interesses menos importantes, ou ideais menos elevados que os outros, e se é assim, não devem ser protegidos. Em nossa opinião, as unidades desses grupos, designadas desde a Revolução Francesa com o nome de **emigrados**, são as unidades mais depreciáveis e odiosas que um país pode ter; representam a negação absoluta de todo patriotismo, porque a primeira obrigação que o patriotismo impõe é a de lutar dentro da pátria por ela, e em caso de ser vencido, a de saber morrer.<sup>190</sup> (grifo do autor).

Prosseguindo o seu raciocínio, o intelectual mexicano critica esta atitude por parte daqueles que chama de "unidades mais depreciáveis" da sociedade nacional como de "mendicância" no exterior que resulta na entrega aos estranhos da soberania nacional. Em outras palavras, tal atitude é

o empenho de que forças morais ou materiais estrangeiras derrubem um governo nacional para impor outro, sendo como é a função de eleger o governo próprio a mais alta função da soberania e o mais alto atributo da nacionalidade. Os ministros diplomáticos da nação interventora na nação intervida sempre têm que se enganar, porque é sempre impossível que um estrangeiro conheça a fundo um país que não é o seu, sempre esse estrangeiro deixar-se-á levar por seus preconceitos próprios, e quando esse estrangeiro está investido com o caráter diplomático, por força está colocando no meio privilegiado das classes superiores que necessariamente extraviam a sua opinião. Por outro lado, a intervenção da potência estranha, tendo que seguir o caminho que os imigrados traçam-lhe, tem que fazer sempre uma obra que no país intervindo tem que ser rechaçada pela vontade dos que não têm pedido a intervenção e, por isso, dita obra tem que estar sempre inevitavelmente condenada a ser rudemente combativa. Poderá impor-se pela força com o tempo; porém, impondo-se a si mesma a obrigação permanente, ou quando menos dilatada, de tornar efetiva essa imposição, isto é, impondo para sempre ou por muito tempo sobre o país intervindo um verdadeiro estado de guerra. Nem ainda em interesse do que chamamos no presente momento histórico os foros da civilização, pode justificar-se a intervenção em um país estranho por causa de que por muito que em aparência os atos das classes e dos funcionários acusados como violadores desses foros importem violações efetivas, estas podem não ser reais, ou podem ser necessárias para o progresso desse país.<sup>191</sup>

<sup>190</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 440-441.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 442.

Em termos da elaboração de uma política externa ístmica, a sua importância deve-se à posição geográfica estratégica do território mexicano, que o torna uma destacada rota comercial de ligação entre os continentes europeu e asiático e os Estados Unidos. Neste aspecto, do ponto de vista comercial, a política externa ístmica deve ser regida por um regime de liberdade internacional absoluta, possibilitando um crescente tráfico internacional e intranacional, que facilitado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes no território mexicano, criará as condições para a circulação de homens e recursos e, conseqüentemente, para a entrada de recursos pecuniários no país. Portanto, é de interesse nacional a existência deste estado de liberdade, uma vez que ele promove o desenvolvimento econômico do país por meio da circulação de riquezas. Entretanto, diante do papel estratégico do sistema de comunicações do México na política externa ístmica, é fundamental que o país tenha um controle sobre ele,

pois tal sistema tem antes de tudo uma importância estratégica nacional, como a têm em todo país as comunicações comerciais; é antes de tudo uma arma própria, como são todos os órgãos para um organismo, e não devemos consentir jamais em que uma ação estranha mova essa arma que só deve mover-se por nossa mão, porque do contrário poderia voltar-se contra nós mesmos. Tudo isto não quer dizer, contudo, que façamos sempre um uso egoísta do sistema de nossas comunicações ístmicas em prejuízo de todas as nações da terra em geral ou de algumas especiais em particular. Não, a nossa política ístmica deve ter uma precisa relação com as direções todas de nossa política nacional; porém, não deve subordinar-se estritamente a elas, mas que deve manter-se na liberdade necessária para que nosso país dê-lhe em cada passo a direção que convenha aos seus interesses próprios, segundo a estimativa livre e soberana que façam destes interesses.<sup>192</sup>

Um ponto delicado da política externa mexicana diz respeito, segundo Andrés Molina Enríquez, à localização do país entre duas nações tão diversas como os Estados Unidos e a Guatemala. De um lado, está uma nação muito forte, que diante da debilidade do México com relação à ela, impõe-lhe uma política equilibrada e de boa convivência que impeça o conflito e, por conseguinte, o seu desaparecimento. Todavia, tal política é dificultada pelos interesses particulares existentes de um lado e de outro, sobretudo, por parte dos norte-americanos, que conduzem a choques dolorosos. A tendência é que estes choques acentuem-se diante da necessidade que tem o governo mexicano em acabar com os privilégios dados ao elemento estrangeiro norte-americano em detrimento das unidades sociais nacionais para possibilitar a unidade da população em torno da nação e impor a dignidade nacional em conjunto. Por tal motivo, corre o México o perigo de uma intervenção norte-americana diante das reclamações dos cidadãos estadunidenses de que os seus interesses estão sendo afetados.

<sup>192</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 444.



A única solução para o impedimento deste conflito é o convencimento por parte da diplomacia mexicana com relação ao governo norte-americano de que medidas com aquela tendência não têm como objetivo prejudicar propositalmente os interesses dos elementos estrangeiros que investem e/ou residem no México, mas criar as condições para o estabelecimento de uma certa ordem e de um progresso que levará o país ao seu desenvolvimento, o que no futuro os beneficiará, pois isto não somente ampliará o mercado interno com a inclusão de todos os setores sociais, mas também colocará um término definitivo a um quadro histórico de instabilidade política e convulsão social. De acordo com o intelectual mexicano,

é explicável que todos os negociantes norte-americanos tenham horror aos movimentos políticos do país em que se encontram, e que procurem levar o clamor de seus temores ao governo de seu país. Porém, ademais, sofrendo a natural influência das classes sociais em que têm vinculado os seus negócios, é natural que levam ao seu país, com o clamor de seus próprios temores, o das queixas de ditas classes. O que fará os Estados Unidos ao receber as demandas de seus nacionais negociantes de agora e as queixas dos *criollos* no caso de um movimento ou de uma revolução, que poderíamos chamar nacionalista, em nosso país? Interviriam em nossos assuntos para impor a paz sob um governo por eles elegido e para deixar as coisas em seu estado presente só sob o pretexto de proteger os interesses já criados por seus nacionais? Acreditamos sinceramente que não. Porque a sua ação não pode ir mais longe do que exija racionalmente a proteção daqueles interesses. Se, pois, calculada a proporção desses interesses e a de seus proveitos futuros, os mestiços se comprometessem e obrigassem não só a respeitá-los, mas a indenizá-los *in-integrum* em caso de perda, e até a lhes pagar uma quantidade considerável por sua neutralidade, sob a garantia de todos os bens nacionais se for preciso, ou sob boas garantias privadas, caso se considerassem suficientes, tratando para isto com os próprios interessados, não vemos por quê razão poderiam os capitalistas queixar-se, nem compreendemos o que pudesse invocar os Estados Unidos para justificar a sua intervenção. Quando a nossa dignidade nacional em conjunto para com os Estados Unidos e individual para com os residentes norte-americanos em nosso país permita-nos traçar de igual para igual em um e em outro caso a direção de nossa política com os Estados Unidos e com os norte-americanos residentes, deverá ser tal relação a de uma franca, leal, incondicional e absoluta amizade até os limites da maior latitude deste sentimento.<sup>193</sup>

Por outro lado, há a Guatemala, nação débil, e que devido a esta debilidade pode sofrer uma intervenção por parte do México, no caso, a nação mais forte. Contudo, para Andrés Molina Enríquez, uma atitude como esta não interessa à política externa de vizinhança do México, uma vez que agindo assim o país perderia a moral para questionar uma possível intromissão dos Estados Unidos em seus assuntos internos. Além disso, deve-se levar em conta também o fato de que

nós temos para com a Guatemala laços de parentesco étnico e histórico que nos obrigam mais para com ela que para com os Estados Unidos, e estes laços devem traduzir-nos de uma amizade estreita, afetuosa, viva, leal e generosa, como convém

<sup>193</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 447.

a uma irmã maior com outra que cresce e se educa ao seu lado. Portanto, já que indicamos como orientação de nossa política para com os Estados Unidos a **dignidade** e **amizade**, acreditamos dever indicar para a nossa política com a Guatemala a orientação de **amizade** e **generosidade**. O México deverá criar com a Guatemala, que a tem como nação, um alto espírito de justiça e um alto sentimento de fraternidade.<sup>194</sup> (grifo do autor).

Desse modo, neste capítulo abordou-se os pontos centrais da política nacional orgânica ou integral, que visam a constituição de uma organização nacional sob a coordenação do Estado, a partir da análise do pensamento de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez.

---

<sup>194</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p. 448.

## CAPÍTULO 4

### **A REPERCUSSÃO DO PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES NA REVOLUÇÃO DE 1930 E NO VARGUISMO (1930-1945) E DE ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ NO PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO MEXICANA (1920-1940)**

O estudo das ideias que perpassam o pensamento de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez não deve restringir-se apenas à percepção da necessidade de se compreender estes intelectuais como personagens históricos inseridos em um tempo e espaço e sendo influenciados pelo conjunto de ideias em voga no meio intelectual de seus respectivos países. Além disso, é preciso ter-se em perspectiva que, mais do que somente produto de um determinado meio, as ideias são também instrumentos capazes de transformar uma realidade. Em outras palavras, a relação entre as ideias e a realidade tem uma mão dupla. De um lado, por mais crítico e ousado que seja um intelectual, ele jamais terá a possibilidade de se afastar totalmente do conjunto de ideias em circulação em sua sociedade, pois depende deste como suporte teórico para desenvolver as suas próprias interpretações da realidade. Nota-se isto claramente nesta tese quando Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez utilizaram-se do pensamento cientificista da segunda metade do século XIX e de princípios do século XX, com destaque para o positivismo de Augusto Comte e o organicismo de Herbert Spencer, como base teórico-metodológica para desenvolverem os seus modelos de análises de suas sociedades nacionais e dos problemas que as afligiam, elaborando-se, então, um projeto de política nacional em contraposição à ordem estabelecida durante a República Velha e o Porfiriato. Como afirma Norbert Elias,

por mais rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão, nem que seja apenas pelos instrumentos linguísticos a seu dispor. Se os utilizar de um modo que se afaste demais do uso vigente, deixará de ser inteligível. Suas palavras perderão a função principal de instrumentos de comunicação entre as pessoas. O potencial de desenvolvimento delas pelo indivíduo pode ser considerável, mas é sempre limitado. É que as ideias que deixam de ser comunicáveis não têm sentido.<sup>1</sup>

Contudo, por outro lado, se existiu a preocupação de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez em constituírem em seus ensaios sociológicos um projeto de política nacional incluindo um conjunto de reformas capaz de reverter um quadro de “degeneração” do organismo social, é porque havia a intenção de que as suas ideias chegassem até as consciências das forças políticas nacionais capazes de transformar uma realidade vista como

---

<sup>1</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 79.

maléfica para a existência da nação. Em suma, a partir da realidade vivida, elaborou-se um projeto político em resposta a problemas percebidos na sociedade, esperando-se que este fosse uma expressão concreta deles e, por meio de sua conscientização por parte das forças políticas capazes de suplantá-los com a leitura dos ensaios sociológicos, construísse uma espécie de ponte entre a realidade vivida e uma outra possível melhor.

É neste ponto que se entra no campo da repercussão do pensamento de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez ou, como se queira, no espaço entre a realidade e o discurso na mediação política, pois muitas de suas ideias encontrariam difusão entre as forças políticas insatisfeitas com a ordem estabelecida na República Velha e no Porfiriato, enxergando estas no ideário dos dois intelectuais uma tradução das suas aspirações. Desse modo, pode-se explicar a razão da retomada do pensamento de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez quando tais forças decidiram atuar para a derrocada da ordem liberal-oligárquica e a implantação de novos regimes com a Revolução de 1930 e a Revolução Mexicana. Conforme diz Serge Berstein,

na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso, a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso.<sup>2</sup>

O que se pretende neste capítulo da tese é captar as formas como se deram as apropriações de muitas das ideias presentes no pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez por parte das forças políticas que contribuíram para a queda dos regimes liberal-oligárquicos e a implantação de uma nova política nacional no Brasil no pós-Revolução de 1930 e no México com a institucionalização da Revolução Mexicana, principalmente, durante o Cardenismo. Em outras palavras, procura-se perceber os pontos de aproximação que há entre o ideário dos dois intelectuais, que foram os precursores de uma corrente de pensamento existente no Brasil e no México de princípios do século XX, baseada em ideias científicas, com destaque para o positivismo de Augusto Comte e o organicismo de Herbert

---

<sup>2</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996, p. 61.

Spencer, preocupada com os destinos a serem tomados pelos dois países em um quadro composto por atraso econômico, instabilidade política, desigualdade social e dependência externa, e tópicos das políticas nacionais adotadas no período pós-Revolução de 1930 no Brasil e na etapa da institucionalização da Revolução Mexicana a partir da década de 1920. Dessa maneira, é possível remeter ao pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez a gênese de certas ideias e ações políticas existentes nos projetos nacionais vigentes a partir dos anos de 1930 no Brasil e de 1920 no México, como por exemplo, a constituição de um Estado forte e agente do desenvolvimento, o despertar na sociedade do sentimento de pertencimento à nação, a valorização da cultura nacional, os programas governamentais para a melhoria das condições de vida das camadas populares, a intervenção do Estado na economia e outras.

Neste sentido, pode-se afirmar que, ao contrário do que tradicionalmente as ciências sociais latino-americanas costumam afirmar sobre as políticas nacionais nesse período, essas políticas não foram o resultado de um vácuo de poder ocasionado pela inexistência de um grupo dominante capaz de impor seus interesses diante de outros setores, nem da necessidade de se utilizar de um processo de manipulação e/ou impedimento ao surgimento da cidadania ativa por meio da concessão de benesses às massas “alienadas” em troca de apoio às ações políticas do novo regime instaurado, mas de uma corrente de pensamento que foi amadurecendo a partir de princípios do século XX com as críticas aos regimes liberal-oligárquicos e a elaboração de projetos de política nacional baseados no pensamento cientificista de cunho positivista de Augusto Comte e, principalmente, organicista de Herbert Spencer. Com relação a esta corrente de pensamento, Patricia Funes afirma que ela foi responsável por colocar a nação sob o olhar microscópico que permitisse o estudo das especificidades da estrutura de cada organismo social, a identificação dos problemas ou “enfermidades” que impediam a sua evolução e melhor adaptação ao meio que seria o contexto histórico internacional da época e a descoberta de possíveis “diagnósticos” para sanar estes males e possibilitar o funcionamento “saúdável” e de maneira coordenada de todos os setores ou órgãos sociais que compõem a sociedade nacional, deixando de ser um organismo degenerado e disforme por causa de problemas em suas partes constituintes e da ausência de um órgão coordenador (um “cérebro”), no caso o Estado, que atuasse para garantir o funcionamento integral delas. Segundo Patricia Funes,

a ensaística de princípios do século XX esteve repleta de metáforas orgânico-biologistas para expressar a nação. A medicalização do discurso, a naturalização e a valorização do social impregnou os estudos nos quais a sociedade

aparecia como um organismo. Aparece na ensaística de princípios do século XX uma preocupação sociológica que tenta dar conta destas “mórbidas” sociedades. O tecido da nação, sob o microscópio dos intelectuais cientificistas, é explicado sob critérios funcionalistas de corrupção, degeneração e seleção, das artes do bisturi ou do laboratório. Tratava-se de detectar a enfermidade, por mais doloroso e vergonhoso que fosse o diagnóstico, para operar por conseguinte. A leitura da sociedade em termos médicos diagnosticava patologias.<sup>3</sup>

A partir da crítica à política adotada pelo Estado brasileiro durante a República Velha e pelo Estado mexicano durante o Porfiriato, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez buscaram apontar aspectos cruciais como o desenvolvimento, a dependência, a problemática social e os elementos fundamentais para a existência da nação, e foram precursores em seus respectivos países de um modelo de política nacional, caracterizado pela presença de um governo central forte, representante dos interesses gerais da nação e condutor do processo de modernização e construção de uma unidade nacional, repercutindo as suas ideias entre os atores políticos e intelectuais que tiveram importante papel na crítica e derrocada da República Velha e do Porfiriato e na montagem da estrutura e no funcionamento dos regimes políticos que surgiram no Brasil no pós-Revolução de 1930 e no México com o término do período combativo e o início da etapa de institucionalização da Revolução Mexicana a partir dos anos de 1920. Portanto, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram autores que começaram no Brasil e no México uma reflexão intelectual sobre como “salvar a nação” por meio de seus escritos e, a partir da repercussão da produção intelectual deles, tal missão

erigiu-se em uma tarefa que os intelectuais explicitamente tomam como parte de suas incumbências. Consideramos que esta ideia de “salvação” é tributária da ideia de crise à qual vai indissolivelmente ligada. Esta “crise” guarda relação com os efeitos da Grande Guerra no pensamento latino-americano, ao mesmo tempo em que se vê reforçada pelo colapso, pela erosão ou pelas impugnações à ordem oligárquica. Isto leva à revisão dos pressupostos políticos, sociais e culturais dessa ordem. O centro temático no qual precipitam essas revisões é a nação. A novidade é que a nação já não é considerada um atributo, um perímetro que acompanha ou completa o Estado, mas o lugar de condensação das complexidades e contradições sociais no contexto de uma modernidade esquiva e eclética, e ainda assim passível de análises críticas.<sup>4</sup>

É importante ter em mente ao se abordar a questão da repercussão do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez nas ideias de diferentes atores políticos e intelectuais que atuaram na crítica e derrocada da ordem liberal-oligárquica no Brasil e no México e na estruturação e no funcionamento dos regimes políticos que aparecem

<sup>3</sup> FUNES, Patricia. **Salvar la nación**: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 138-139.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 69.

no pós-Revolução de 1930 e na etapa de institucionalização da Revolução Mexicana que estes adaptaram dos dois autores às circunstâncias do papel de cada indivíduo ou grupo político em um dado contexto histórico, utilizando-os como fatores de autoridade para justificar e legitimar as suas ideias e ações políticas. Na realidade, este fato é o reflexo de que há uma estratificação no campo intelectual, onde

a autoridade (ou o prestígio, ou a reputação) não se encontra igualmente distribuída – alguns indivíduos e alguns grupos alcançam mais atenção que outros –. Há sempre aqueles que desempenham posições eminentes na conversação intelectual, os que ocupam o centro. Quando se faz referência à influência dos intelectuais, quando se julga se tem tomado a posição correta ou lhes reprova a sua abstenção ou a sua docilidade, pensa-se basicamente nesse estreito grupo de maior visibilidade e audiência, uma minoria com relação ao entorno muito mais amplo do campo intelectual.<sup>5</sup>

Não se trata de uma simples aceitação do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez por parte dos atores políticos e intelectuais, mas de uma seleção de certos aspectos do ideário dos dois autores de acordo com as especificidades de atuação, intenções, contextos e ideias das diferentes forças políticas. Em outras palavras, pode-se afirmar que

as ideias **servem** aos interesses, podendo até mesmo serem **utilizadas** por determinados interesses, mesmo que originalmente não os representassem. Parece-me, ainda, que considerar o contrário, vendo nas ideias representações “puras” de tais ou quais interesses, leva à dissociação do pensamento do processo histórico concreto. Explicando-me: leva a considerar que o conhecimento dos próprios interesses é sempre cristalino, que é apresentado cristalinamente para os outros. Entretanto, a própria história está aí para nos indicar que nem sempre é assim. O pensamento, uma vez objetivado (e uma das formas de objetivação do pensamento é a obra) insere-se no processo político, podendo ser utilizado, apropriado, por diferentes correntes políticas.<sup>6</sup> (grifo do autor).

A análise da repercussão do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez é importante porque a compreensão de muitas ideias e ações políticas do período da e pós-Revolução de 1930 e de institucionalização da Revolução Mexicana são susceptíveis de um entendimento mais aprofundado a partir de suas origens que se pode buscar no ideário dos dois intelectuais.

---

<sup>5</sup> ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: \_\_\_\_\_ (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008, v. I, p. 13. (Colección Conocimiento).

<sup>6</sup> SIMÕES NETO, F. Teotonio. **Repensando Alberto Torres**. São Paulo: Semente, 1981, p. 11-12. (Coleção Revelações).

#### **4.1 A repercussão do pensamento de Alberto Torres na contestação da ordem da República Velha e na construção de uma nova ordem a partir da Revolução de 1930**

##### **4.1.1 A presença das ideias de Alberto Torres nos anos de 1920**

À medida que crescia a insatisfação entre vários setores da sociedade brasileira com a ordem política oligárquica estabelecida durante a República Velha, constituía-se um corpo estruturado de ideias de crítica contra o regime vigente que se apropriava de vários tópicos do pensamento de Alberto Torres. A insatisfação e a crítica atingiram o auge na Revolução de 1930 com a queda da República Velha.

Os anos de 1920 foram um período de questionamento à ordem estabelecida durante a Primeira República e de demanda por mudança e reforma. Atores políticos, artistas e intelectuais iniciaram, assim, uma mobilização de cunho nacionalista, preparando a atmosfera do país para a intempérie que se denominaria Revolução de 1930 e mudaria o clima político por meio da derrocada da República Velha. As causas da Revolução de 1930 remetem, principalmente, a uma série de acontecimentos ocorridos entre 1922 e 1930, período conhecido como “a crise da República do Café”. Alberto Torres, que faleceu em 1917 e não encontrou muito espaço entre os seus contemporâneos para a divulgação de seu pensamento, seria retomado nesses anos e se tornaria uma espécie de mentor intelectual desta geração com a discussão em torno de suas concepções nacionalistas voltadas para o desenvolvimento e a construção de uma unidade nacional.

O mérito de Alberto Torres, que foi o motivo da repercussão alcançada por seu ideário a partir dos anos de 1920, é a formulação de uma argumentação crítica à realidade nacional baseada em uma análise sociológica que leva em conta a busca da compreensão do ambiente físico e social do Brasil e dos problemas que os afetavam. Em outras palavras, a marca de seu pensamento foi o estudo dos problemas e, conseqüentemente, a tentativa de se encontrar soluções para eles desde o conhecimento da realidade nacional, indo de encontro com o desejo de uma geração de buscar as reformas em uma República que até então não atendia aos interesses da população nacional, mas sem perder de vista os aspectos que dariam uma identidade singular ao país.

Entretanto, é importante frisar novamente que no processo de apropriação das ideias de Alberto Torres ao longo dos anos de 1920 e, sobretudo, a partir de 1930, por



diferentes setores e atores sociais, houve a utilização e adaptação delas de acordo com as circunstâncias e os interesses e modos de pensar de cada um deles. Como afirma Adalberto Marson, “ideólogos e políticos dos ‘mais capazes’ encarregar-se-iam de preencher as lacunas do projeto de Alberto Torres, adaptando-o, por solerte intuição, a necessidades políticas estranhas às condições sociais e ao momento histórico de que ele foi prisioneiro”.<sup>7</sup>

A retomada do pensamento de Alberto Torres tem como marco o ano de 1922, exatamente o início do mandato presidencial de Artur Bernardes e a data comemorativa do centenário de independência do Brasil. Este último aspecto deve ser observado com muita atenção, pois os preparativos para a comemoração da data trouxeram junto uma mobilização da sociedade no sentido de se fazer um balanço sobre o quadro de atraso histórico do país e se buscar possíveis soluções para superá-lo, encaminhando a nação rumo à modernização. Segundo Ângela de Castro Gomes,

aqui entre nós, redimensionando uma demanda que era mundial, começavam as preocupações com os preparativos do que deveria ser a grande comemoração do Centenário da Independência, a se dar em 1922. Comemorações como essa costumam mobilizar os governantes e a sociedade em geral, pois são sempre uma oportunidade e um convite especiais à realização de balanços, quer com objetivos de engrandecimento, quer com explícita intenção crítica. Por isso, políticos e intelectuais estão particularmente nelas envolvidos, uma vez que têm como atribuição específica a produção de análises que permitam a compreensão da realidade do país, com base nas quais serão construídos projetos visando o seu maior progresso. Em síntese, explicações sobre as causas do atraso.<sup>8</sup>

Artur Bernardes governou o país entre 1922 e 1926 e chegou à Presidência da República após a sua vitória em eleição conturbada, sendo ele o candidato da situação e Nilo Peçanha o da oposição. A candidatura de Nilo Peçanha deveu-se a um movimento conhecido como Reação Republicana, cuja causa estava na insatisfação dos estados da Bahia, do Pernambuco e do Rio de Janeiro, considerados como de segunda grandeza, com o tipo de federalismo imposto por São Paulo e Minas Gerais que não lhes permitia uma maior participação no poder central. Em outras palavras, requeria-se uma melhor distribuição das benesses clientelistas do governo federal, embora o manifesto que lançou a candidatura da chapa Nilo Peçanha-J. J. Seabra usasse de outros argumentos para justificar o movimento de Reação Republicana, como por exemplo,

<sup>7</sup> MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 186.

<sup>8</sup> GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4, p. 492.

criticava o processo adotado por São Paulo e Minas Gerais na escolha do candidato à Presidência da República, reivindicava maior autonomia do Legislativo frente ao Executivo, exigia mais respeito para com as Forças Armadas e tinha como receituário econômico o equilíbrio cambial e orçamentário da União. Portanto, uma observação que pode ser feita é que os tópicos constantes do manifesto de 1921 combinavam algumas questões conjunturais – como a crise econômico-financeira do período final do Governo Epitácio Pessoa, ou mesmo o desprestígio, também naquele governo, da corporação militar – com questões mais gerais e permanentes do sistema oligárquico, como o da escolha dos candidatos oficiais à Presidência da República e a do retraimento do Legislativo frente ao Executivo. Havia um acento discreto na ideia de institucionalização da vida partidária e de cumprimento dos rituais da democracia representativa, e uma grande ênfase na questão do funcionamento do regime federalista, que beneficiava os grandes estados em detrimento dos demais.<sup>9</sup>

Apesar da vitória fraudulenta da candidatura oficial na eleição ocorrida em 1º de março de 1922, o movimento de Reação Republicana conquistou um importante aliado na resistência ao resultado do pleito, ou seja, setores do Exército, principalmente, os oficiais, que dariam início a uma conspiração contra o novo governo e em apoio aos candidatos derrotados. A esta conspiração deu-se o nome de movimento tenentista, que, na realidade, deveu-se à represália imposta diante da inconformidade do grupo político derrotado na eleição. Tal represália veio de maneira mais intensa com a exclusão dos insatisfeitos das comissões que realizavam os trabalhos de reconhecimento eleitoral na Câmara Federal. Diante deste quadro, surgiram rumores de golpe militar, o que se tentaria colocar em prática com a rebelião nas guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal em julho de 1922, obrigando o ainda presidente Epitácio Pessoa a decretar o estado de sítio no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

A oficialidade, já insatisfeita por causa do caráter antimilitar da candidatura de Artur Bernardes, foi atingida em seus brios por supostas cartas enviadas pelo candidato à Presidência da República e publicadas no jornal carioca *Correio da Manhã* em outubro de 1921 que condenavam em termos pejorativos e grosseiros o jantar promovido por ocasião da posse do ex-presidente da República Hermes da Fonseca na presidência do Clube Militar. Já havendo vencido as eleições de 1922, mas sem ter empossado ainda, Artur Bernardes e o governo foram alvos de críticas pelo Clube Militar em junho de 1922, que protestou contra a utilização de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Em represália, o governo mandou prender Hermes da Fonseca por insubordinação e desobediência ao governo federal e determinou o fechamento do Clube Militar, alegando para a prática de tal ação a transgressão à lei que dispunha contra associações prejudiciais à sociedade.

<sup>9</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 104-105.

Em reação a estas ações do governo Epitácio Pessoa, aconteceu em 5 de julho de 1922 o Levante dos 18 do Forte, episódio que teve como desfecho a marcha dos insurgentes do Forte de Copacabana em direção ao Palácio do Catete sob o comando do tenente Siqueira Campos e a morte de uns e o ferimento de outros pelas forças leais ao governo. Esta insurreição sufocada representou a ruptura definitiva entre o governo e os jovens oficiais do Exército, que em nome da moralização dos costumes políticos, corrompidos como estavam pela incompetência, pela descentralização administrativa, pelas fraudes eleitorais e pelo domínio dos grandes estados, e da imposição de reforças institucionais, passaram todo o ano de 1923 tentando rearticular os seus esquemas golpistas por meio do contato entre políticos simpatizantes ao movimento e militares como Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Joaquim Távora e o general Dias Lopes. A respeito do movimento tenentista, José Murilo de Carvalho afirma que

a própria Constituição republicana, refletindo a ideia do soldado-cidadão, já introduzira a famosa expressão da obediência “dentro da lei”, acrescentando fundamento legal à posição dos tenentes. Juarez, o tenente que mais amplamente tentou articular as posições do grupo, achava que o dispositivo constitucional dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais. A capacidade de decidir, segundo ele, o militar a adquiria na cadeira de Direito Público da Escola Militar que lhe permitia ombrear com o bacharelismo dos políticos profissionais.<sup>10</sup>

A rearticulação de esquemas golpistas acabaria por levar a um novo levante tenentista em São Paulo em 5 de julho de 1924, contando, dessa vez, os tenentes com o apoio de alguns regimentos da Força Pública Paulista sob o comando do major Miguel da Costa. A liderança do novo levante que tomou vários quartéis coube a Isidoro Dias Lopes, Juarez Távora e seu irmão Joaquim. Os fortes combates que se estenderam até as ruas da capital paulista entre os rebelados e as tropas leais ao governo levaram à fuga do governador Carlos Campos e ao bombardeio da cidade a partir de 11 de julho. Diante da ameaça de destruição de São Paulo e da morte de milhares de pessoas, Isidoro Dias Lopes decidiu transferir, a partir de 27 de julho, o levante armado para o interior, tomando-se as estradas de ferro Paulista, Mogiana e Sorocabana e dirigindo-se rumo ao rio Paraná, onde a resistência durou até 1925 e houve o ataque a alguns quartéis de forças leais ao governo de Mato Grosso e no Paraná. Entretanto, o movimento tenentista em 1924 não se restringiu apenas a São Paulo, eclodindo no mês de julho em outras partes do país, como por exemplo, em Mato Grosso no dia 12, em Sergipe em 18 e no Amazonas no dia 23. De acordo com Oliveiros S. Ferreira,

---

<sup>10</sup> CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1978, t. III, v. 2, p. 211.

a Questão Militar foi o terreno em que se plantaram as sementes do Partido Fardado. Delas nasceu a frondosa árvore do tenentismo em que estão presentes todas as características do modo de ser do Partido, ao menos nas duas revoluções pelas quais até hoje é lembrado: a de 1922 e a de 1924. Nelas encontramos a insubordinação contra a hierarquia regulamentar, a necessidade que os revolucionários têm de encontrar um totem – o marechal Hermes, 1922, o general Isidoro Dias Lopes, em 1924 –, a condenação do mundo político em defesa da honra militar e a busca de apoios na esfera civil. Se a última característica não está evidente no movimento dos “18 do Forte”, ressalta claramente da posição dos revolucionários de 24, conforme se pode ler no **Manifesto** que lançaram à população de São Paulo no dia 10 de julho, no qual declaram ter estado ansiosos por “encontrar-se com os representantes da imprensa desta capital” para tornar públicas as suas razões, além de poder tranquilizar a população quanto a seu objetivo, que era fazer que São Paulo tivesse “um governo de paulistas de valor e de caráter, de homens arraigados às suas nobres tradições”.<sup>11</sup> (grifo do autor).

Na proporção em que a repressão das tropas do governo ia aumentando com relação ao levante tenentista em São Paulo, os rebelados deste estado deslocavam-se em direção ao Sul do país. Paralelamente, em outubro de 1924, iniciou-se uma revolta tenentista no Rio Grande do Sul sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes. Ambos os movimentos formaram duas colunas que se encontrariam no sudoeste do Paraná, dando origem à Coluna Prestes. Sob a liderança de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, tal coluna percorreu o Brasil em cerca de 2500 quilômetros, não apenas enfrentando forças do governo, polícias estaduais e milícias, mas também desbravando e tendo contato com uma realidade de atraso e pobreza que marcava os sertões brasileiros e que era desconhecida por uma parcela da sociedade nacional que se limitava à região litorânea. A marcha empreendida teve desfecho em fevereiro de 1927, quando atingiu a Bolívia.

Diante de uma situação de ameaça constante ao seu governo, o presidente Artur Bernardes viu-se na precisão de promover uma reforma constitucional em 1926, impondo medidas como a limitação do *habeas-corpus*, o veto parcial do presidente e a ampliação do poder de intervenção federal nos estados, com o fim de fortalecer o poder da União e a autoridade do Poder Executivo. Com relação a esta reforma constitucional e às suas possíveis razões, Raymundo Faoro afirma que

não corresponde à realidade o clichê de reduzir a inquietação de 1922-27 a mero antagonismo pessoal, sem bandeira e sem conteúdo ideológico. Falsa será, de outro lado, confundi-la com mais um surto militarista, obra da indisciplina dos quartéis. A raiz histórica do movimento situa-se em uma corrente de elos soltos, mas em formação o estuário, alimentado pelo Exército, o povo e o protesto contra o domínio hegemônico da política dos governadores. A espinha dorsal, muitas vezes mal entrevista, será a reorganização do aparelhamento estatal, para a realização de tarefas políticas só exequíveis mediante reformas de maior profundidade. Uma caricatura: um programa liberal por meio de instrumentos ditatoriais. Como sempre

<sup>11</sup> FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: SENAC, 2000, p. 91-92.

acontece com os contestadores, o outro lado deles se aproxima sob a pressão de iguais necessidades, realizáveis com métodos diversos, de cima para baixo, sem ruptura do sistema. Esta feição revela-se na mudança, volte-se a insistir, da estrutura presidencial do regime, cada vez mais presidencial e cada vez menos federal. Caberá a Artur Bernardes, com a reforma constitucional de 1926, reforçar os poderes da União, com a consequente maior densidade dos poderes presidenciais, em sensível recuo ao esquema liberal. Ocorre que, nesse período, o mercado interno requer maior homogeneidade nacional, anulando os compartimentos estanques estaduais. A revolta, separando-se da carapaça liberal, amadurece tendências autoritárias, no propósito de realizar reformas coordenadas por um esquema não oligárquico, mas democrático. No campo do governo, em defesa da ordem, a autoridade extrema-se, também em rumo antiliberal, justificando-se não mais nas transitórias suspensões das garantias, mas em uma ideologia autoritária. Dois rumos antiliberais, na verdade: um, em nome do povo, outro, em nome da ordem. Enredados nos meios, nos instrumentos, perece, em ambos os lados, a estrutura liberal do regime, na essência mais federal que liberal. O rumo – a centralização, com a renovação do modelo político.<sup>12</sup>

A situação de instabilidade política que marcou o governo de Artur Bernardes teve reflexos na economia, dificultando o trabalho de adoção de uma política financeira. Ainda assim, tal política apresentou aspectos positivos, em grande parte, beneficiada por um quadro mundial de surto das atividades econômicas e de prosperidade propiciado com o término da Primeira Guerra Mundial. O setor da economia brasileira que mais vantagens obteve com este processo de *boom* financeiro do pós-guerra foi o cafeeiro, com o estímulo da produção por meio da retomada do crescimento da demanda no exterior, o que, consequentemente, também resultou no alargamento do crédito. Paralelamente, o governo apelou para o recurso de emissão de grande quantidade de papel-moeda a partir de 1923, com o intuito de estimular os negócios e ativar a vida financeira. O resultado desta política foi não somente um crescimento nas plantações de café, mas também uma melhora na taxa cambial. A respeito desta política financeira, Caio Prado Júnior diz que

tudo isto provocará um grande incremento das plantações de café. Entre 1918 e 1924 o número dos cafezais paulistas passará de 828 milhões para 949. E repete-se novamente a velha história da superprodução. Mas dessa vez (1924) tomar-se-ão medidas muito mais amplas. Em vez de simples expedientes e operações momentâneas (como fora em 1906), adota-se um largo esquema de valorização permanente. É que as condições já são outras. A Grande Guerra modificara profundamente as condições do comércio cafeeiro; e ele deixara de ser, como no passado, o terreno agitado em que se digladiavam os interesses financeiros de numerosos grupos concorrentes. Do grande conflito de 1914-1918 resultara, neste como nos demais grandes setores da economia mundial, a formação de novos e muito maiores trustes financeiros que agora imperam sós, cada qual em seu terreno e sem concorrentes apreciáveis. É sob os auspícios de um destes grandes grupos internacionais que se realizará no Brasil a nova operação de valorização. E sem oposição, ele implantará um novo domínio financeiro muito maior e absoluto que o de seus predecessores de 1906, no campo da economia brasileira do café. Este grupo será o de Lazard Brothers & Co. Ltd., de Londres.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, v. 2, p. 293. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

<sup>13</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 233-234.

Merece referência também na atuação na economia cafeeira desse período o Instituto do Café do Estado de São Paulo, órgão criado para controlar a exportação do produto por meio da regulação das entregas ao mercado e, por conseguinte, mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura. Isto implicava em medidas como a retenção da produção de café em armazéns, a sua liberação de acordo com a demanda do mercado exterior e o financiamento dos produtos que tinham as colheitas retidas no valor de 50% por meio de um banco oficial do estado de São Paulo. Recursos que, por sua vez, provinham de adiantamentos do grupo financeiro inglês Lazard Bros. e de um imposto sobre o café de mil-réis-ouro por saca para as despesas com o esquema e serviço das dívidas contraídas. A atuação do instituto,

destinada inicial e aparentemente só a regularizar o escoamento da produção e manter a estabilidade dos preços, não tardará em se transformar em um *corner* imenso do café. Com os 60 e tanto por cento que representavam a sua contribuição para o consumo mundial, o Brasil poderá lançar-se em uma grande manobra especulativa a forçar a alta dos preços. É o que se fará, particularmente depois de 1926. Para isto não se terá mais que reduzir as ofertas na proporção conveniente, o que o aparelhamento do Instituto do Café facultava. Os banqueiros e demais interesses internacionais que atrás da cortina manobravam o Instituto, recolherão da manobra consideráveis proveitos.<sup>14</sup>

Outro importante setor da economia brasileira era o da indústria, impulsionada pelo processo de substituição de importações imposto pela Primeira Guerra Mundial, uma vez que os países exportadores de produtos manufaturados encontravam-se em um estado de beligerância. Nos anos posteriores à guerra, a industrialização não sofreu alterações quanto à sua concentração geográfica em torno do eixo Rio-São Paulo. Baseando-se em um censo realizado em 1920, José Murilo de Carvalho afirma que a industrialização

concentrava-se nas capitais, com destaque para o Rio de Janeiro, ainda a cidade mais industrializada do país, e para São Paulo, que se transformava rapidamente no principal centro industrial. Carca de 20% da mão-de-obra industrial estava na cidade do Rio de Janeiro, ao passo que 31% concentrava-se no estado de São Paulo. Em 1920, havia no Brasil ao todo 275.512 operários industriais urbanos. Era uma classe operária ainda pequena e de formação recente.<sup>15</sup>

Juntamente com o crescimento da produção, houve também um grande surto de abertura de estabelecimentos industriais entre 1915 e 1920. Em 1920, “os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra”.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> PRADO JÚNIOR, 1978, p. 235-236.

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 58.

<sup>16</sup> PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 261.

Contudo, as indústrias brasileiras sofriam de sérias limitações para o seu pleno desenvolvimento. Primeiramente, dependia a maior parte delas, para a sobrevivência, de elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial, pois elas não foram fruto da conquista de mercados, mas apenas ocupavam o espaço na produção que não podia ser atendida pelos artigos importados por causa da situação financeira do país. Em segundo lugar, tratava-se de indústrias fictícias ou, na realidade, de meras montadoras de peças que provinham do exterior. Neste aspecto, merece ênfase a importação de maquinaria, que, por causa das tarifas e da depreciação monetária, tinha um alto custo e, por isso, mantinha-se obsoleta, impedindo a renovação e o aperfeiçoamento das indústrias. O resultado disto era produtos de baixa qualidade e estabelecimentos de proporção, rendimento e produção insignificantes. Finalmente, a indústria também padecia com o problema da carência de capitais, ocasionado por um baixo nível econômico do país e deficiências estruturais. A situação financeira da população mal dava para gerar uma acumulação necessária para os empréstimos públicos e, conseqüentemente, as modestas poupanças praticamente foram absolvidas em sua totalidade pelo Estado, restando aos estabelecimentos industriais apenas os capitais provenientes de fundos individuais dos seus empreendedores. Ainda assim,

a indústria passara já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados de seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes de artigos estrangeiros. Este será um importante fator de equilíbrio de nossas contas externas e da normalidade financeira do país. É nesta conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio.<sup>17</sup>

Uma consequência deste processo de industrialização foi o aumento do contingente de operários urbanos e, com ele, a constituição de um movimento operário que buscava melhores condições de trabalho e salários. Até os últimos anos da Primeira Guerra Mundial, a principal influência dentro do movimento era exercida pelo anarquismo, principalmente, em São Paulo devido à presença estrangeira. Porém, havia também os setores operários em órgãos e empresas públicas e que, geralmente, por isso, tendiam a manter ligação com o governo, sendo conhecidos como “amarelos”. A partir de 1922, tanto anarquistas como “amarelos” passaram a enfrentar a concorrência de uma terceira força dentro do movimento operário com a criação do Partido Comunista do Brasil e o surgimento dos socialistas. Diferentemente dos anarquistas que se afastavam de qualquer vínculo com a

---

<sup>17</sup> PRADO JÚNIOR, 1978, p. 262.

política, os socialistas acreditavam que a luta política seria um instrumento por meio do qual se poderia obter os interesses de classe. Todavia, indiferente a qualquer tendência, toda vez que se fizesse necessário o uso da repressão para conter manifestações e greves operárias, o governo e os patrões não vacilavam, seja na forma de expulsão de estrangeiros, seja por meio da ação da polícia.

Apesar das divisões e da repressão, não se pode negar que

sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo, no que se refere aos direitos civis. O movimento lutava por direitos básicos, como o de se organizar, de se manifestar, de escolher o trabalho, de fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria.<sup>18</sup>

Foi nesse contexto do governo de Artur Bernardes que começaram a aparecer obras e artigos analisando o quadro histórico e a situação de atraso em que o país encontrava-se, fazendo várias referências a Alberto Torres e procurando resgatar certas ideias presentes em seu pensamento. Uma destas publicações foi um artigo de Vivaldo Coaracy denominado “Os dois Brasis” e editado na *Revista do Brasil* em abril de 1922, no qual buscava seguir a linha de raciocínio de Alberto Torres, desenvolvendo um estudo dos problemas nacionais a partir de uma perspectiva evolucionista. Deste estudo Vivaldo Coaracy chega à conclusão da existência de dois Brasis, o do Sul e do Norte, cada qual com os seus tipos raciais humanos e as suas economias específicos. Enquanto existisse um Norte atrasado e um Sul mais desenvolvido, não se poderia falar em termos de uma unidade nacional. Pelo contrário, a tendência seria a formação de duas nacionalidades. A principal solução para tal impasse é, de acordo com Vivaldo Coaracy, a promoção da integração do país por meio de um desenvolvimento similar da estrutura econômica do Norte e do Sul, sem depender tanto do capital externo e mais voltada para o mercado interno, e a revisão de certos fatores prejudiciais ao seu progresso, como por exemplo, a dependência de um só produto de exportação e a concentração fundiária. Neste artigo, Vivaldo Coaracy refere-se a Alberto Torres como

“o único sociólogo que sabia como olhar para os nossos problemas a partir de um ponto de vista brasileiro”. Aqui Coaracy não estava sozinho. Muitos outros intelectuais que se colocaram a atacar a República Velha nos anos 20 encontraram o seu mentor em Torres. Nem todos que citavam o nome de Torres seguiam sinceramente o seu pensamento, e Coaracy tinha, a este respeito, certas

---

<sup>18</sup> CARVALHO, J., 2004, p. 60.



ambiguidades. Ele seguia, contudo, o ideário de Torres ao ver no *status* da grande propriedade, na economia monocultora do café e na estrutura social do latifúndio os principais obstáculos para o progresso nacional.<sup>19</sup>

Um meio de comunicação que constantemente publicou artigos fazendo críticas à dominação econômica estrangeira, utilizando-se para isto das ideias de Alberto Torres, foi o jornal *A Nação* entre 1923 e 1924. Entre estes artigos, destacavam-se os escritos por Maurício de Lacerda e Leônidas de Rezende, nos quais se atacava a figura do presidente Epitácio Pessoa por ter sido o responsável pela posição do Brasil como uma nação muito devedora por causa dos desnecessários empréstimos externos contraídos e da imensa soma de gastos em trabalhos fúteis. Em uma referência a Alberto Torres, Maurício de Lacerda certa vez afirmou que “o Brasil era o Egito do Ocidente, vendendo-se para os interesses estrangeiros a cada novo *funding loan* que consolidava a suas dívidas prévias”.<sup>20</sup>

Em 1924, em comemoração ao 35º aniversário do regime republicano, foi lançada uma coletânea de ensaios organizada por Vicente Licínio Cardoso e que contou com a colaboração de escritores como Gilberto Amado, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athaíde e outros. Tal coletânea denomina-se *À margem da história da República* e se trata, em suma, de uma crítica ao artificialismo político da República Velha. Para isto, recorrendo ao pensamento de Alberto Torres como referência para o debate em torno da oposição entre o Brasil real e o Brasil legal, os colaboradores desenvolvem em todo o livro o argumento de que existia uma incompatibilidade entre os ideais liberais pregados pelo regime republicano e a realidade nacional marcada pela ausência de opinião pública diante de uma massa da população ignorante e analfabeta, pela inexistência de um governo representativo diante, na prática, de um governo oligárquico que representava os interesses de uma minoria, e pela falta de uma unidade nacional devido à desorganização nacional. Diante desta situação, os escritores tomam de empréstimo a solução encontrada por Alberto Torres para tais problemas, isto é, a elaboração de um projeto de política nacional contendo as reformas capazes de realizar a tarefa de organizar a nação a partir do conhecimento da realidade brasileira. A missão de aplicabilidade efetiva destas reformas caberia a um governo central forte e representante dos interesses nacionais e não de grupos sociais ou frações partidárias. Com relação à repercussão das ideias de Alberto Torres na coletânea, José Murilo de Carvalho diz que

<sup>19</sup> RACHUM, Ilan. **Nationalism and revolution in Brazil, 1922-1930**: a study of intellectual, military and political protesters and of the assault on the Old Republic. Columbia: University of Columbia Press, 1970, p. 247-248.

<sup>20</sup> LACERDA, 1924 apud RACHUM, 1970, p. 196-197.

tema recorrente era o da ausência de povo político no Brasil. Não havia povo, não havia classes organizadas, não havia opinião pública, não havia partidos, não havia governo representativo, não havia República, não havia democracia. Tratava-se de um diagnóstico que lembrava claramente a influência de Alberto Torres, autor da admiração de todos os participantes da coletânea. Torres escrevera em 1914: “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos”. Oliveira Vianna elaborava a análise comparando o Brasil com a Inglaterra. Lá a ação do governo era dirigida de fora para dentro, vinha da pressão de classes, grupos, clubes. Aqui, ao contrário, o governo do povo era apenas governo de clãs e *côteries* politicantes que controlavam os candidatos eleitos. Não havia organização social, opinião pública capaz de se impor ao governo. Nosso problema, diagnosticava, não estava em atacar os governos por não serem patrióticos. Nenhum governo é espontaneamente patriótico, “o nosso grande problema político está em obrigar os governos a serem patrióticos”.<sup>21</sup>

Em todos os colaboradores da coletânea perpassa a ideia de Alberto Torres de que o que faltava para a constituição de uma unidade nacional era a atuação mais forte e contundente do Estado no sentido de obrigar as oligarquias a cederem em seus interesses particulares e a cooperarem em nome dos interesses gerais da nação. Isto se devia à estrutura frágil deste Estado, o que repercutia em sua incapacidade de se tornar um agente canalizador dos interesses de outros setores da sociedade. Tal fragilidade somente seria superada por meio da ampliação do poder de intervenção do Estado, dando-lhe uma autoridade suficiente para agir em prol dos interesses nacionais e acima dos interesses locais e particulares. Em suma,

tais formulações críticas acentuavam a importância da criação e/ou do fortalecimento de certas instituições e práticas políticas estatais (órgãos e políticas públicas) como mecanismo de *start* para o estabelecimento de um novo modelo de modernidade. Dessa forma, se havia um enorme descomprometimento com procedimentos e valores políticos liberais, era porque havia um enorme esforço para a formulação de uma outra arquitetura institucional de Estado, cujo sentido transformador era muito amplo, abarcando esferas da sociedade até então intocadas pela presença pública. A maior intervenção do Estado em assuntos econômicos e sociais assumia o papel de elemento precípua para a transposição do *gap* que fora identificado entre a vigência da “lei” e a ideia de “justiça”, que as normas do Direito deviam assegurar, mas não asseguravam. Dito em outros termos, era necessário vencer o “artificialismo legal”, quer imperial quer republicano, que postulava normas inaplicáveis à realidade brasileira e, assim o fazendo, abria espaço para o arbítrio expresso no “caudilhismo” e em seus derivados: o “clientelismo” e o “personalismo” de nossa organização política. A “centralização política” e o fortalecimento do Estado eram, nesta lógica, a “nacionalização” e a “modernização” do poder no Brasil.<sup>22</sup>

Na mesma obra, referindo-se à contribuição das ideias de Alberto Torres para a conscientização de sua geração sobre os problemas nacionais e a pouca repercussão delas durante a vida deste intelectual, o organizador da coletânea Vicente Licínio Cardoso

<sup>21</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 83-84.

<sup>22</sup> GOMES, 1998, p. 506.

manifesta-se em protesto contra a indiferença com que Alberto Torres foi tratado por seus contemporâneos. A respeito disto, Vicente Licínio Cardoso defende a postura de que

“o fato do sucesso em vida de um autor, pelo aplauso largo das ideias expostas, indica, antes de tudo, que as ideias não são de todo **originais**. O homem reage sempre diante de qualquer ideia nova, na medida do grau de verdade nova nela contida”. No caso particular de Alberto Torres, haveria, ainda, uma outra razão, que ele próprio explicaria: se o brasileiro é estrangeiro em sua pátria, os escritores que defendem os brasileiros passam, também, à condição de estrangeiros, esquecidos e desprezados, quando não hostilizados e perseguidos, pela influência natural dos grupos dominantes, enfeudados ao processo de alienação.<sup>23</sup> (grifo do autor).

Uma figura de renome na sociedade paulista e no cenário histórico da época que também foi influenciado pelo pensamento de Alberto Torres foi Júlio de Mesquita Filho. Este autor escreveu, em 1925, o livro *A crise nacional*, no qual defende a perspectiva de que o Brasil vivia em meio a uma crise nacional ocasionada por problemas sociais e políticos como consequência de estruturas republicanas incompatíveis com a realidade. Esta incompatibilidade tornava-se clara, para o autor, quando se confrontava, na teoria, uma República que se dizia seguir preceitos de uma democracia com uma República que, na prática, adotava uma ordem oligárquica que beneficiava algumas famílias com grande influência política, principalmente, aqueles que possuíam um significativo *status* decorrente de seus domínios rurais. Em contrapartida, o país assistia à emergência no cenário nacional, especialmente, em São Paulo, de novos atores com um processo de modernização impulsionado pela industrialização e urbanização constantes. Dessa maneira, o país viveria uma espécie de crise de transição, na qual as velhas forças, representadas pelas oligarquias tradicionais, resistiriam à demanda de mudança por parte dos setores representantes da modernidade, como os industriais e os operários urbanos. A superação deste impasse, fazendo referência a Alberto Torres, estaria no estudo dos problemas nacionais que mantinham o país em um estado permanente de crise e atraso. Pode-se dizer que

assim como muitos outros intelectuais dos anos 20, Mesquita Filho mencionou juntos os nomes de Euclides da Cunha e Alberto Torres como os escritores mais preocupados com os problemas nacionais, sem prestar atenção para o fato de que as suas próprias visões otimistas dificilmente coincidiam com os argumentos de atraso de Torres. Como ele via as razões para a crise nacional como naturalmente favoráveis, Mesquita pôde pensar em resolver o problema meramente sugerindo reformas no processo eleitoral e na educação superior. Pelas mesmas razões, ele pensou que São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul deveriam governar o Brasil – como se eles não o tivessem feito antes –, uma vez que, em sua opinião, estes estados tinham já obtido estruturas políticas condizentes com a democracia.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres**: sua vida e pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 478-480.

<sup>24</sup> RACHUM, 1970, p. 237-238.

O pensamento de Alberto Torres também se faria presente em um importante movimento cultural iniciado durante o governo de Artur Bernardes, ou mais especificamente, em 1922, que foi o Modernismo. O marco inicial deste movimento foi a Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo, em fevereiro de 1922, que reuniu figuras como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfati, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Heitor Villa-Lobos.

O Modernismo caracterizou-se, primeiramente, pela ruptura com as tradições acadêmicas e a destruição de um espírito conservador, cujo maior reflexo era a contínua importação e adoção no Brasil de estilos artísticos europeus, como o *Art-Nouveau*, o Parnasianismo, o Simbolismo e o Realismo, que, na maioria das vezes, chegavam com atraso e em circunstâncias evidentemente diferenciadas das que os originaram na Europa. Em segundo lugar, em oposição a este caráter antiquado até então em vigor no meio cultural brasileiro, propunha-se a atualização da cultura brasileira, isto é, defendia-se um novo rumo à criação cultural por meio do revigoramento das raízes da nacionalidade.

A Semana de Arte Moderna buscou uma reviravolta nas artes e nas letras, valorizando a realidade nacional e mostrando as potencialidades do país ainda não descobertas pelos grupos acadêmicos. Como afirma Cláudia Wasserman, o Modernismo foi marcado pela valorização da cultura nacional, que “diferentemente da ‘valorização nacional’ que ocorrera no século passado por meio do Romantismo, propôs uma altivez, observando e compreendendo as reais possibilidades do país e não aceitando resignadamente uma posição inferior, devido à ‘originalidade dos nativos’”.<sup>25</sup>

Pode-se observar como aspectos comuns entre o pensamento de Alberto Torres e as ideias difundidas pelo Modernismo a partir da Semana de Arte Moderna de 1922 a crítica à mera importação e aplicação no país de produção intelectual exógena sem uma análise prévia de suas possibilidades de adaptação ao contexto brasileiro e a necessidade de um estudo da realidade nacional para a geração de uma produção cultural que exponha aquilo que o Brasil tem de específico, valorizando-se, assim, a cultura nacional como resultado da potencialidade daqueles intelectuais que são capazes de compreender e expressar a identidade e realidade do país. Tais aspectos comuns tornam-se evidentes ao se ler o que Alberto Torres publicou, em 1914, na obra *O problema nacional brasileiro* a respeito da importância de se valorizar a cultura nacional, evitando-se a simples aceitação de correntes de ideias

---

<sup>25</sup> WASSERMAN, Cláudia. **Palavra de presidente**. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 172.

estrangeiras sem uma prévia análise da realidade brasileira e se buscando uma produção intelectual capaz de expressar os fatores da singularidade e identidade que caracterizam o Brasil. De acordo com Alberto Torres,

a inspiração reflexa da arte europeia e o pensamento de empréstimo tiram aos que falam à nossa sociedade todo o prestígio eficaz: sente-se, em quase toda a obra espiritual de nossos homens de letras e de ciência, a tendência subalterna de espíritos não educados para compreender e para aplicar: cérebros oberados de ideias, de fórmulas e de imagens, senão de todo alheias, de inspiração e de feitio alheios. Em nossa bela inteligência, tão aguda e tão luminosa, a memória, a imaginação passiva, de simples forma, puramente verbal, a facúndia e a facilidade de produzir, tomaram o lugar da capacidade de conceber e de elaborar.<sup>26</sup>

Entretanto, a valorização da cultura nacional não implicaria tanto para o movimento modernista como para Alberto Torres em uma elaboração “fantasiosa” de certos aspectos de identidade nacional como fez o Romantismo no século XIX com relação, por exemplo, à natureza brasileira e à figura do nativo (índio). Tal atitude foi condenada por Alberto Torres e pelo Modernismo porque em nada contribuía para a criação de uma expressão artística que efetivamente retratasse a singularidade e os fatores de construção da identidade coletiva a partir da análise da realidade nacional. O Romantismo utilizava a produção artística para lançar os alicerces da nacionalidade sobre tópicos que não retratam a nação em sua essência. Em outras palavras, o Romantismo procurou valorizar a cultura nacional e, conseqüentemente, contribuir para a constituição de um espírito nacional por meio de manifestação sentimentais que declamavam a nossa imensidão geográfica, as nossas riquezas, as nossas glórias e os atos de abnegação e heroísmo do povo, o culto ao nativo (índio) que foi o primeiro habitante destas terras, mas se esquecendo de que a nação e a cultura nacional não se esgotam com a adoração cultural da pátria, a declamação épica de suas grandezas e um patriotismo lírico. A nação é constituída também com a consciência da realidade para se conceber as reais possibilidades do país. Enfim, na opinião de Alberto Torres, até a sua época, e na perspectiva do Modernismo, com a Semana de Arte Moderna de 1922, a produção artística nacional, com destaque para a literatura brasileira, não conseguiu conciliar o objetivo de revelar ao público as riquezas cultural e étnica, que contribuem para a formação da nacionalidade, com o estudo da realidade, resultando disto ora visões sentimentais ora perspectivas pessimistas a respeito da nação e do povo brasileiro segundo esse ou aquele movimento cultural. Isto explica, para Alberto Torres, o fato de que

<sup>26</sup> TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978b, série III, v. XVI, p. 106. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

enquanto recebíamos de Portugal a literatura romântica, da primeira fase, e, renovando o impulso de autonomia intelectual, iniciado nos tempos da colônia, tentávamos, com Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, Luís Guimarães Júnior, José de Alencar, e, depois, com Machado de Assis, refletir a própria imagem e emoção de nossa terra e de nossas almas nas obras literárias, não aprendemos a maldizer de nossas coisas; mas, quando o Naturalismo francês e português começou a circular, e, impotentes, quase todos, para assimilar a grave filosofia emancipada do século, começamos a ingerir-lhe os bosquejos e interpretações, que nos supriam jornais e revistas, assim como filosofias bizarras e destruidoras, o contágio pessimista acirrou a severidade dos escritores, excitada pela consciência do realce intelectual em uma sociedade quase inculta, em sentenças de desespero e inexorável condenação. Está na lógica das coisas que a ilustração aplique, em ardor e intensidade de crítica e combate, as energias que não dispõem de materiais próprios para construir. E as frases céticas das literaturas estrangeiras tomaram máscaras de juízes sobre a nossas coisas. Nada escapou ao ardor punitivo: os costumes, o espírito, a moral, a raça; com esta, os avós; e, como não era esperado que a execução da sentença recebesse embargos, também a sorte dos descendentes foi incluída, nessa partilha espontânea, em vida, dos despojos desta nação. Cumprir arrancar toda esta vegetação maligna do cérebro deste povo, já bastante aturdido pelos problemas e dúvidas de uma existência arrastada entre os segredos, não desvendados, de uma natureza estranha, e a ignorância da gente que lhe pretende ensinar a vida, sobre esta terra que ninguém estudou.<sup>27</sup>

Portanto, há a presença do pensamento de Alberto Torres no movimento modernista no sentido da crítica à produção cultural apegada à exaltação da natureza e do homem brasileiro em um tom de patriotismo “litúrgico” ou à condenação dos costumes, dos valores ou das raças que formam a essência da nacionalidade sem um estudo crítico prévio e uma reflexão sobre a realidade nacional. Com relação à questão da aproximação neste tema entre o pensamento de Alberto Torres e o Modernismo, Rolf Kuntz afirma que

a obra de Alberto Torres tem muitas características pessoais, algumas bem marcadas, como o seu antirracismo, em uma época de prestígio das teorias sobre a desigualdade. Em alguns aspectos, porém, a sua produção reflete ideias comuns a vários políticos e escritores. A exigência de soluções brasileiras para problemas brasileiros tornou-se, como observou Skidmore, “praticamente um mantra para uma geração”. Este mantra inspirou o pensamento social, a ação política, a literatura, a música e as artes plásticas. A Semana de 22 foi parte deste esforço para descobrir o Brasil e construir nos trópicos uma cultura, uma nação e uma República dotadas de uma identidade singular.<sup>28</sup>

O espírito de renovação trazido pela Semana de Arte Moderna iria desdobrar-se na formação de grupos e tendências. Um destes desdobramentos foi a criação da revista *Klaxon* em São Paulo, que durou de maio de 1922 a fevereiro de 1923. Reunindo os modernistas da geração de 1922 a 1930, acabou dividindo-se em duas tendências. Uma tendência era a que contava com os artistas adeptos da modernização do Brasil e que, por isso, era adepta do futurismo, da técnica, da velocidade e da busca de uma linguagem nova. A outra

<sup>27</sup> TORRES, 1978b, p. 35-36.

<sup>28</sup> KUNTZ, Rolf. Alberto Torres: a organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2001, v. 2, p. 261.

era constituída por aqueles que acreditavam que as origens da nacionalidade brasileira estariam no tratamento estético das raízes negras e indígenas e na exploração do folclore, sendo, por isso, denominada de tendência primitivista. Na realidade, a revista *Klaxon* foi marcada pela incongruência entre as tendências dinamista ou futurista e primitivista, mas, apesar disso, ela foi um importante polo de discussão artística e inspiração, sendo as ideias difundidas nela o fundamento para a elaboração de obras como *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade, *Pau-Brasil* (1925) de Oswald de Andrade, *Cobra Norato* (1931) de Raul Bopp, *Martim-Pererê* (1928) de Cassiano Ricardo e *Memórias sentimentais de João Miramar* (1923) de Oswald de Andrade.

Outra importante publicação surgida em 1924, a partir das novas ideias difundidas com a Semana de Arte Moderna, foi a revista *Estética*. Lançada no Rio de Janeiro e dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, as suas discussões teóricas giraram em torno da disputa entre a arte interessada pela realidade versus a arte autônoma.

No que diz respeito às correntes surgidas a partir das novas ideias espalhadas com o movimento modernista de 1922, merecem destaque o *Movimento Antropofágico* e o *Movimento Verde-Amarelista*. O primeiro apareceu em 1928, desde um manifesto denominado *Pau-Brasil* (1924) e lançado por Oswald de Andrade, e se caracterizou por uma linha primitivista que enfatizava a inaceitabilidade passiva do legado europeu à cultura brasileira, propondo, em substituição, a devoração crítica deste legado e a sua transformação em algo como identidade nacional por meio do uso de mitos e lendas indígenas, negros e caboclos. Não é por acaso que o lema desta corrente era “*Tupy or not Tupy, that is the question*”, revelando o seu espírito. Entre os seus participantes destacavam-se figuras como Tarsila do Amaral, Raul Bopp e Mário de Andrade.

A segunda corrente ou *Movimento Verde-Amarelista* surgiu em 1926, apresentando-se como um grupo de intelectuais de tendência nacionalista radical. Entre os seus participantes pode-se citar os nomes de Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho. Este grupo lançaria em 1929 a revista *Anta* para a difusão de suas ideias. Caracterizou-se pelo ufanismo e pela exaltação da terra, da raça e dos heróis nacionais.

Dentro do que se costuma denominar de primeira geração modernista (1922-1930), o nome e as ideias de Alberto Torres foram constantemente citados pelo grupo de intelectuais que constitui o *Movimento Verde-Amarelista*, preocupado em pregar um

nacionalismo que se focava nos aspectos específicos do Brasil. Não foi por acaso que alguns destes intelectuais, como Plínio Salgado e Cândido Mota Filho, participaram de publicações ou simplesmente lançaram obras sobre o pensamento de Alberto Torres e atuaram em grupos de discussão em torno do ideário deste autor. Um dos membros deste movimento, no caso, Plínio Salgado,

recordando episódios do nacionalismo literário, desde a Semana de Arte Moderna, e descrevendo a evolução desta orientação do setor da arte para o domínio político, contava que o estudo do índio, o mistério da Unidade Nacional absorvera-o. “Minhas leituras”, escrevia ele, “eram nesses dias Alberto Torres, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna. Lembro-me de que li a obra de Torres viajando, de canoa e de navio gaiola, pela Ribeira do Iguape”. E a sua adesão ao sociólogo fluminense foi imediata: – “Alberto Torres é nosso contemporâneo. Precisamos rever e anotar a sua obra. Escoimá-la do que já hoje perdeu oportunidade; limpá-la do pecado da unilateralidade com que ele considera certos aspectos dos problemas nacionais; perdoar-lhe algum excesso; retificá-lo no que a experiência rude do mundo contemporâneo o está exigindo; pô-la, enfim, em dia com o problema universal que Torres, aliás, encarou com segurança em seus livros *Le problème mondial* e *Vers la paix*. Os trabalhos do autor de *A organização nacional* valem, sobretudo, como processo, como orientação geral, como método. Este interesse que se observa hoje em dia pelo notável pensador brasileiro, é um bom sintoma”.<sup>29</sup>

Em 1926, iniciou-se o mandato presidencial de Washington Luís. Durante o governo de Washington Luís (1926-1930), dava-se continuidade, entre certos atores políticos e meios intelectuais, à crítica à ordem política estabelecida na Primeira República devido ao caráter artificial de suas concepções liberais e à incapacidade do Estado de dispor de um projeto de política nacional capaz de se sobrepor aos interesses particulares e locais e resolver os problemas nacionais. Neste sentido, o pensamento de Alberto Torres permanecia sendo resgatado para a fundamentação de um ideário nacionalista dos anos de 1920 que pregava aspectos como a necessidade do conhecimento da realidade nacional para a busca da solução de seus problemas, a importância da construção de uma unidade nacional com a adoção de uma política visando o interesse geral, o papel primordial do Estado na constituição da nação brasileira, entre outros. Como afirma Marcos César de Freitas, “Alberto Torres está em um momento anterior à grande efervescência dos anos 20, mas estará decisivamente presente no coração teórico/motivador dos movimentos nacionalistas que se constituíram a partir de então”.<sup>30</sup>

Diante de um quadro de tensão constante que marcou o governo de seu antecessor, o presidente Washington Luís decidiu adotar aparentemente uma postura mais liberal, suspendendo o estado de sítio que perpassou o período de Artur Bernardes na

<sup>29</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 512-513.

<sup>30</sup> FREITAS, Marcos César de. **Da micro-história à história das ideias**. São Paulo: Cortez; USF, 1999, p. 77.



Presidência da República. Entretanto, o temor diante do destino que poderia tomar o seu governo, obrigou Washington Luís, ao mesmo tempo, a impor medidas de cunho antiliberal como a não concessão de anistia aos tenentes exilados e a pressão sobre o Congresso no sentido de se aprovar, em 1927, a denominada *Lei Celerada*, que cerceava a liberdade de imprensa e permitia a aplicação de penas aos acusados de delito ideológico.

Além da preocupação com a estabilidade política, o governo de Washington Luís também seria marcado por duas importantes metas em seu programa administrativo, que eram a construção de estradas e a reformulação das finanças nacionais. Com relação à primeira, tão logo assumiu a Presidência da República, Washington Luís iniciou a abertura das rodovias Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis a partir da preocupação em melhorar a comunicação e, conseqüentemente, a integração entre importantes regiões de desenvolvimento econômico no país. Nesta perspectiva, o seu governo desenvolveu o lema “governar é abrir estradas”. A segunda meta buscava a estabilidade financeira do país e teve como ponto principal a reforma financeira aprovada pelo Congresso em dezembro de 1926, na qual se tratou de obter a estabilidade por meio da fixação de uma taxa de câmbio e da conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação com a criação da Caixa de Estabilização. Sobre esta reforma financeira, pode-se dizer que, em suma,

estabelecia uma taxa fixa de câmbio, na base de cerca de 6 dinheiros por mil-réis, equivalendo a uma quebra oficial do padrão monetário, que desde 1846, correspondia teoricamente a 27 d. por mil-réis. A estabilidade seria garantida por uma Caixa de Estabilização, que passou a trocar notas ouro na proporção fixada, pretendendo-se como objetivo final a conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação. A medida destinava-se a evitar as contínuas oscilações cambiais e a incrementar as exportações. O padrão fixado ficava abaixo da média dos últimos anos, o que, aliás, agradava ao setor agrícola e aos industriais. A alta classe média – apenas consumidora dos produtos importados – lançou ataques, por seus representantes, ao chamado “câmbio vil”.<sup>31</sup>

Outro aspecto importante a se destacar do governo de Washington Luís refere-se ao seu posicionamento com relação à questão social, principalmente, quando se tratava das organizações sindicais. Tal posicionamento era caracterizado pela insensibilidade do governo e por uma legislação repressiva, o que pode ser resumido pela declaração de Washington Luís de que “a questão social era um caso de polícia”. Cabia aos chefes de polícia o papel de intermediadores nas relações entre patrões e empregados e, geralmente, a sua atuação tendia a beneficiar os primeiros em detrimentos dos segundos. De certa forma, a tendência do governo

---

<sup>31</sup> FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, t. II, v. 3, p. 414.

nessa época era pouco preocupar-se com uma legislação para a proteção do trabalhador devido à repercussão de um pensamento liberal ortodoxo que defendia a ideia de que “não cabia ao Estado promover a assistência social. A Constituição republicana proibia ao governo federal interferir na regulamentação do trabalho. Tal interferência era considerada violação da liberdade do exercício profissional”.<sup>32</sup>

Neste sentido, as únicas medidas tomadas pelo governo de Washington Luís na área trabalhista ocorreram em 1926, quando se criou um instituto de previdência para os funcionários da União e, em 1927, com a aprovação de um Código dos Menores que regulamentava o trabalho de menores, sem, porém, ter maiores consequências. Na realidade, pode-se afirmar que em tal período houve um retrocesso em relação a períodos anteriores, pois, por exemplo,

Artur Bernardes voltou-se, discretamente, para as organizações trabalhistas, em um cálculo de contrapeso ao Exército. Em seu governo, criou o Conselho Nacional do Trabalho, fundando, ainda, uma caixa de pensões dos ferroviários e instituindo o feriado nacional a 1º de maio. A lei de férias será outra iniciativa de seu governo, lei só posta em efetivo vigor depois de 1930. Na medida, entretanto, em que se expande o operariado – de 275.512 em 1920 a 450.000 em 1930 –, essa postura muda rapidamente, desligando-se a classe média das reivindicações operárias, cada vez mais vistas como subversivas. A militância sindical – reconhecidos os sindicatos por lei desde 1907 – sofre, duramente no governo Washington Luís, retração profunda. A questão social converte-se – quer tenha pronunciado ou não a frase o último presidente da República Velha – em uma questão de polícia. Com a mudança no campo operário, e só com ela, o nacionalismo da ordem imprime ao seu ideário a preocupação de guardar autonomia contra as exacerbações operárias, com teor repressivo sob o molde de integração corporativa.<sup>33</sup>

Um acontecimento também importante foi o aparecimento em São Paulo, em fevereiro de 1926, do Partido Democrático (PD), pondo fim ao monopólio do Partido Republicano Paulista (PRP) de Washington Luís no estado. O PD foi fundado por dissidências e era constituído essencialmente por uma classe média tradicional vinculada ao setor cafeeiro que brigava por uma maior participação no sistema político. As figuras de maior representatividade no partido, tais como Waldemar Ferreira, Marrey Júnior, Francisco Morato, Moraes Barros, Sampaio Vidal, Paulo Duarte, Paulo Nogueira, eram profissionais liberais e filhos de famílias tradicionais brasileiras vinculadas ao café, o que explica as ligações do PD com o setor cafeeiro e o fato de que não se distanciou muito, em termos de política social e econômica, da política adotada pela ordem oligárquica estabelecida. Os setores mais dinâmicos da economia, como o industrial, tiveram pouco espaço dentro do PD,

<sup>32</sup> CARVALHO, J., 2004, p. 61-62.

<sup>33</sup> FAORO, 2000, p. 300-301.

pois, geralmente, no caso específico deste setor, ele era visto pelos filiados do partido com um grupo de exploradores que somente conseguia sobreviver por causa de uma política protecionista que favorecia a existência de atividades econômicas artificiais. Outra marca da plataforma política do partido era a atitude xenófoba com relação aos imigrantes devido à associação negativa que fazia entre imigrantes (contingente de mão-de-obra operária) e industriais (patrões). Enfim, o PD era um agrupamento político que

se voltava para uma classe média nacional, com um programa liberal-democrático, temperado por algumas tintas vagamente reformistas, tendo por objetivo central a reforma política: voto secreto e obrigatório, representação da minoria, independência dos poderes, entrega ao Judiciário da fiscalização eleitoral. Não tinha uma perspectiva diversa do PRP, no que diz respeito à política econômica e financeira, onde a divergência era acidental. O PD não hostilizou, neste aspecto, a política do presidente Washington Luís, cujos resultados foram transitoriamente favoráveis para o setor cafeeiro.<sup>34</sup>

Na realidade, quando se faz um balanço do governo de Washington Luís, comparando-se com o mandato de Artur Bernardes, chega-se à conclusão de que o período do último presidente da República Velha foi de relativa tranquilidade e estabilidade política, afetada apenas no final, sobretudo, a partir de 1929, pela crise econômica que começou a repercutir sobre o setor cafeeiro e pela ruptura de Washington Luís com a política do café-com-leite, criando uma situação de divergência entre as oligarquias regionais.

No momento em que estourou a grande crise do capitalismo mundial, o café era o carro-chefe das exportações brasileiras, equivalendo a 70% do total. Por isso, pode-se dizer que tal produto era praticamente a única fonte de divisas para o Brasil, garantindo, assim, as importações. Fatores como o domínio do Brasil na produção mundial de café, momentos de alta de preços em circunstâncias favoráveis no mercado internacional e políticas de valorização do produto adotadas desde 1906 com o Convênio de Taubaté, estimularam desde o início do século XX um aumento expressivo das plantações, apesar de que, em momentos de crise de superprodução, ocorressem restrições à expansão da lavoura cafeeira. Entre 1921 e 1923, girava em torno de 2 bilhões. Em 1929, quando veio a crise internacional, o número de pés de café atingiu a marca de mais de 2 bilhões e meio e a produção alcançou 28.941.000 sacas.

Paralelamente, na medida em que a produção aumentava aceleradamente, a demanda diminuía no mercado externo por causa da redução do consumo diante de uma crise

---

<sup>34</sup> FAUSTO, 1975, p. 415.

mundial que se aproximava e da menor participação no mercado internacional devido a uma maior concorrência, provocando uma baixa expressiva nos preços do café. Quando houve a crise da Bolsa de Nova Iorque e a economia dos Estados Unidos, já em posição hegemônica, foi atingida em cheio, outras nações seguiram o mesmo percurso.

O resultado final foi a diminuição das importações de café, a suspensão do crédito externo e a liquidação dos débitos. Tornou-se impossível vender o estoque de café de 1929 e o governo, diante da ausência de créditos no exterior para financiar a retenção da produção, encontrava-se em um dilema de nada poder fazer para amenizar a situação. Segundo Celso Furtado, os seguintes pontos constituíram o problema da crise do setor cafeeiro:

a) Que mais convinha: colher o café ou deixa-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas fecham-se durante a crise? b) Caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo? c) Caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café? A crise internacional não teria os efeitos que teve no Brasil, se não houvesse uma superprodução. Acumularam-se, portanto, os efeitos de duas crises, uma do lado da procura e outra do lado da oferta. A situação favoreceu as organizações intermediárias no comércio do café, as quais, percebendo a debilidade da posição da oferta, puderam transferir para os produtores brasileiros grande parte de suas perdas causadas pela crise geral.<sup>35</sup>

No próximo subitem deste capítulo da tese será tratado com mais detalhes o desenrolar dos acontecimentos que conduziram à Revolução de 1930 e, por conseguinte, ao fim da República Velha, bem como se deu a presença das ideias de Alberto Torres neste processo histórico por meio da repercussão do pensamento do intelectual na plataforma política da Aliança Liberal. Neste subitem pretende-se apenas sucintamente dizer que a crise econômica provocou um enfraquecimento dos setores agrários dominantes, conduzindo-os a discordarem quanto à questão da sucessão presidencial. De acordo com a política do café-com-leite, as eleições presidenciais deveriam ser regidas pelo espírito de revezamento do poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Seguindo este princípio, o candidato oficial dessa vez deveria ser um político mineiro, porém, isto não aconteceu, pois o governo federal acabou indicando um paulista, no caso, Júlio Prestes. Inconformado, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, aliou-se aos governadores do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e da Paraíba, João Pessoa, lançando-se, assim, uma chapa de oposição denominada de Aliança Liberal, com Vargas como candidato a presidente e João Pessoa como vice. Em uma eleição marcada pela fraude, a vitória coube a Júlio Prestes. No entanto, este

---

<sup>35</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977, p. 187.

não chegou a tomar posse, pois, em outubro de 1930, deu-se início ao movimento revolucionário que depôs Washington Luís e levou Getúlio Vargas à Presidência da República.

Com o aprofundamento da crise que levou ao fim da República Velha, o pensamento de Alberto Torres tornou-se para os agentes históricos que participavam deste processo uma espécie de orientação básica e as suas obras transformaram-se em manual para o conhecimento dos problemas nacionais e diagnóstico para a solução deles. A partir de então, salvo poucas exceções, sempre se encontra uma menção à produção intelectual de Alberto Torres quando se trata do pensamento em voga e da política nacional adotada ao longo da Era Vargas (1930-1945).

Entre os movimentos de cunho nacionalista nos quais Alberto Torres exercia influência, pode-se citar o tenentismo. Um exemplo disto é a referência que Juarez Távora faz a Alberto Torres enquanto um pensador importante para a sua formação e compreensão da realidade nacional. Em 1929, referindo-se ao conceito de democracia orgânica ou funcional de Alberto Torres, Juarez Távora escreveu uma carta a Luís Carlos Prestes, citando esta forma de democracia como uma solução de equilíbrio para resolver boa parte das questões políticas que afetavam o regime republicano, pois, ao propor a substituição da representação faccionista pela representação corporativista, reivindicava-se os interesses gerais, uma vez que todos os setores sociais teriam voz, acima dos interesses particulares de uma pequena parcela da sociedade. Além disso, Juarez Távora, na mesma carta, faz uso, assim como o fez Alberto Torres, do vocábulo alienação para se referir ao total desconhecimento da realidade por muitos políticos oligarcas da República Velha e à importação de princípios e modelos exógenos. Em suma, “o mal estaria no liberalismo divorciado da realidade do país. O brilhantismo de nossa fisionomia legal não disfarça o seu exotismo. Era preciso repelir os fetichismos doutrinários e os dogmas da política clássica”.<sup>36</sup>

Outro ponto interessante é a demonstração da aceitabilidade do programa de reformas de Alberto Torres, principalmente, sociais, contido no livro *A organização nacional*. De acordo com Ilan Rachum,

Juarez nesse momento familiarizou-se com os trabalhos de Alberto Torres. Juarez disse que ele era levado a aceitar o programa contido em *A organização nacional*. Porém, era aparente a sua escolha em aceitar a reforma agrária e a representação

<sup>36</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 111. (Estudos Brasileiros, 12).

política para todas as classes, pois ele foi forçado a optar por isto nesse momento porque eram questões que se debatiam nacionalmente. Ainda assim, ele se recusou a tomar uma posição nacionalista com relação à questão do imperialismo. Os quatro anos que precederam a revolução de outubro ajudaram Távora a rever as suas próprias referências políticas e sociais conservadoras.<sup>37</sup>

Um importante pensador do período e discípulo de Alberto Torres foi Francisco José de Oliveira Vianna. Oliveira Vianna conheceu Alberto Torres quando ambos os autores escreviam artigos para o jornal *O País*. O primeiro contato de Oliveira Vianna com a produção intelectual de Alberto Torres aconteceu em 1914, quando ele recebeu deste um volume da obra *A organização nacional*. Em gratidão, Oliveira Vianna publicou um artigo no jornal *O País* intitulado “O Sr. Alberto Torres e os seus ensaios” em 13 de abril de 1914. Neste artigo já elogiava Alberto Torres pela lucidez com que abordava a realidade e apontava os problemas nacionais. Ademais recordava que,

quando Aluísio Azevedo apareceu, “com a novidade de seus romances naturalistas, gritaram daqui: romancista ao norte! Nós também podemos dizer, com o aparecimento dos recentes ensaios do Sr. Alberto Torres: pensador ao sul! Porque, realmente, estamos diante de um desses belos espíritos, cujas capacidades reflexivas indicam um verdadeiro pensador. Pela segurança, pela severidade, pela amplitude de seu pensamento, ele pode ser classificado, sem favor, nesta categoria de eleitos”. Observa ainda que “o Sr. Alberto Torres é, entre nós, um dos poucos egressos da política, um dos poucos que, depois de se contaminarem com os miasmas dessa terrível malária sul-americana, não sentiram mais a nostalgia dos pauis que a elaboram”.<sup>38</sup>

A partir de então, Oliveira Vianna passaria a ter um convívio próximo com Alberto Torres, chegando a frequentar as reuniões promovidas na casa deste autor nas quais se realizavam palestras sobre os mais variados problemas nacionais, como por exemplo, o desrespeito e a inaplicabilidade das leis então vigentes, a ausência de uma política nacional para o país com um programa de reformas e metas a serem cumpridos indiferentemente de quem estivesse no poder, a benevolência dos governantes para com os capitais externos em prejuízo dos interesses nacionais e outros. Referindo-se aos encontros semanais que aconteciam na residência de Alberto Torres, Oliveira Vianna afirma que

nas sessões semanais de sua casa de Copacabana e, depois, das Laranjeiras, os discípulos que sentavam em torno do Mestre não chegavam, penso eu, à metade dos que seguiam Jesus pelas estradas da Galileia: Gentil, Sabóia Lima, Porfírio Neto, Antônio Torres, Carlos Pontes, Mendonça Pinto e eu. Uma das coisas que mais me impressionava em Torres, nestas palestras feitas ao modo de discursos, era a facilidade, mais do que isto, a segurança absoluta com que ele, depois de pontilhar a sua exposição com uma série de interrupções, digressões e devaneios incidentes,

<sup>37</sup> RACHUM, 1970, p. 153-154.

<sup>38</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 460-461.

voltava ao tópico inicial, retomando o fio do raciocínio inconcluído, para continuar o seu pensamento, expondo-o com lucidez perfeita e ardente, exaltadamente, como sempre. De seu convívio, eu não recebi apenas a impressão de uma das mais poderosas e surpreendentes organizações de nossa raça; mas, principalmente, a impressão de uma das mais nobres consciências cívicas que tenho até agora conhecido. Ninguém, poderá imaginar, a não ser nós, que vivíamos dentro de sua afeição, e recebíamos as suas confidências, ninguém poderá imaginar o que havia de sinceridade, de devoção, de abnegação, de patriotismo exaltado e puro neste tipo de perfeito cidadão, que era Torres.<sup>39</sup>

A repercussão do pensamento de Alberto Torres na produção intelectual de Oliveira Vianna faz-se presente por meio da continuidade de temas abordados pelos dois autores como a dualidade entre o Brasil real versus o Brasil legal, a incapacidade da população em transformar a realidade por si só, a necessidade da intervenção do Estado para assegurar as reformas que eram aspiradas pelas massas e importantes para a nação, entre outros. A presença de Alberto Torres no ideário de Oliveira Vianna deu-se por meio da leitura e dos comentários em artigos de jornal, de suas obras e dos encontros semanais realizados na residência de Alberto Torres, onde se discutiam questões de interesse do país. Segundo Marcos Cézar Freitas, Oliveira Vianna,

dando sequência à temática problematizada por Alberto Torres, consolidou no pensamento sociológico brasileiro a dualidade Brasil real versus Brasil legal. A partir da necessidade de superar esta dicotomização, desenvolveu os princípios de uma “revolução restauradora” centrada em uma planificação reformista de mudanças estruturais. Destarte, a pregação do autoritarismo ao longo de sua obra é a justificativa pragmática para quem, diante de uma população considerada incapaz de se transformar de *per si*, prescreve, em continuidade ao pensamento de Alberto Torres, uma subjetividade denominada visão realista do Brasil.<sup>40</sup>

Oliveira Vianna, que foi um dos principais ideólogos do modelo de política nacional e de Estado que foi ganhando contornos ao longo dos anos de 1930, revela abertamente a influência do pensamento de Alberto Torres em sua formação intelectual a partir do livro publicado em 1930 e denominado *Problemas de política objetiva*. No livro incluem-se artigos redigidos por Oliveira Vianna ao longo dos anos de 1910 e 1920 para o jornal *O País*. Entre os artigos publicados, destacavam-se um conjunto denominado “O problema da revisão” e, entre outros pontos, fazia um estudo da biografia de Alberto Torres, dando ênfase para a atualidade e a erudição de suas ideias não baseadas no culto de frases sonoras e vazias de conteúdo, mas no estudo científico dos problemas nacionais, sendo, por isso, considerado um autêntico pensador nacional. De acordo com Boris Fausto,

<sup>39</sup> VIANNA, Francisco José de Oliveira. Prefácios. In: GENTIL, Alcides. **As ideias de Alberto Torres**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, série III, v. 3, p. XI-XII. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

<sup>40</sup> FREITAS, 1999, p. 81.

o jovem Oliveira Vianna saudou os textos de Torres quando de sua publicação e eles foram uma referência constante no discurso da direita, ao longo do tempo. Mais ainda, figuras ligadas às correntes autoritárias e ao integralismo fundaram em 1932 a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, destinada a difundir as suas ideias e a promover debates sociopolíticos. A sociedade atravessou o Estado Novo, desaparecendo quando este caiu, em 1945.<sup>41</sup>

Em *Problemas de política objetiva* há vários pontos de aproximação entre as ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Entre estes, merece ênfase o temor de ambos os autores por uma situação de desordem ocasionada pela exacerbação da população diante de instituições incapazes de atenderem aos interesses gerais. Tal incapacidade resultaria da ausência de maior força do Estado no sentido de lhe prover as condições de intervir nos mais variados setores da sociedade, o que somente poderia ser revertido com uma amplo programa de reformas na administração e nas instituições. Em suma, havia nos dois intelectuais o receio de que o quadro de desorganização nacional conduzisse a uma revolução popular, fazendo-se necessário medidas urgentes para a organização como forma de impedir uma possível desordem e garantir a normalização da sociedade brasileira. Portanto, a revolução estava longe de ser um mecanismo para a solução dos problemas nacionais. O verdadeiro mecanismo para esta função estaria na atuação do Estado condutor de um processo de organização nacional e capaz, desse modo, de garantir a existência do país enquanto uma nacionalidade diante de um contexto internacional caracterizado pela ameaça imperialista. Na realidade,

parece que estamos a ler o próprio Alberto Torres, quando Oliveira Vianna escreve que o que “torna este perigo mais temível para nós é o fato de que nesta luta, a que não podemos fugir, contra essas forças colossais, a nossa nacionalidade apresenta-se fragílissima; inteiramente desaparelhada das garantias mais elementares para uma resistência vitoriosa: sem solidariedade moral, sem coesão nacional, sem organização coletiva, sem uma consciência forte, clara, definida de sua própria situação e de seus próprios destinos. O nosso instinto de conservação coletiva nos está a sugerir, a avisar, a impor a todos nós, principalmente, aos nossos dirigentes, aos nossos estadistas, aos nossos ‘responsáveis’, à sua consciência, à sua sinceridade, à fidelidade de seu patriotismo, a urgência imperativa de uma atitude nova, no sentido de uma política de preservação e reparo, de prevenção e resguardo de nós mesmos, de nossas riquezas, de nossa integridade, de nossa própria existência nacional”. Esse o programa de coordenação, de construção, de consolidação interna da própria nacionalidade, a que Oliveira Vianna soube dar a sua adesão, sem restrições.<sup>42</sup>

Tanto Alberto Torres como Oliveira Vianna acreditavam no importante papel social dos intelectuais, cuja verdadeira missão seria contribuir para a organização nacional por meio do estudo dos problemas brasileiros e de possíveis soluções para eles. Isto implicaria no

<sup>41</sup> FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 27. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

<sup>42</sup> VIANNA, F., 1930 apud LIMA SOBRINHO, 1968, p. 465-466.



abandono da mera importação do pensamento estrangeiro sem a compreensão da realidade do Brasil. Dessa maneira, os intelectuais ajudariam na busca de soluções para os problemas nacionais por meio da tomada de uma consciência nacional. Não é por acaso, portanto, que Oliveira Vianna

recomendou aos intelectuais de seu tempo que se embebedassem das páginas dos livros de Alberto Torres para enfrentar o dever do futuro: a solução dos problemas brasileiros. Essa era a conclusão de um importante livro de Vianna, *Problemas de política objetiva*, que procurava mostrar às elites dirigentes como seria possível corrigir os males que afligiam o Brasil.<sup>43</sup>

Contudo, é importante observar que Oliveira Vianna apresentava em seu pensamento aspectos de discordância com relação a Alberto Torres e os reconhecia e apontava, uma vez que ele tinha uma compreensão da obra torreana. Na realidade, exatamente por causa desta compreensão procurava demonstrar as diferenças entre o seu programa de organização nacional e o de Alberto Torres, sendo que o de Oliveira Vianna tinha um caráter mais autoritário. Isto fica claro ao se notar que, apesar das restrições que fazia à ortodoxia democrática e à eficácia do sufrágio universal, Alberto Torres não condenava totalmente estes elementos liberais ao ostracismo, buscando conciliá-los em sua proposta de revisão do sistema eleitoral com aspectos do corporativismo e da representação profissional. Desse modo, Alberto Torres ainda demonstrou um pouco de preocupação com a garantia dos direitos individuais e da liberdade. Oliveira Vianna, ao contrário, condenava o sufrágio universal em nome da tese de que o bem-geral da coletividade estaria acima dos direitos individuais, ainda que isto implicasse, por exemplo, na perda da liberdade. De acordo com Teotonio Simões,

em *Problemas de política objetiva*, Oliveira Vianna, expondo o pensamento de Torres em relação ao problema da revisão constitucional, o que faz pontilhando com observações suas, deixa patente as suas divergências com ele. E todas procedem porque Torres não é suficientemente autoritário, não abolindo, por exemplo, o sufrágio universal.<sup>44</sup>

Ademais, Oliveira Vianna era adepto da escola sociológica do engenheiro francês Pierre Frédéric Le Play, também denominada de *Catolicismo Social*, que defendia ideias como a necessidade de uma reforma social contra o individualismo; o estabelecimento de uma constituição essencial, que se forma nas relações de sangue (família), de sociabilidade (comuna) e de interesses (profissão); a restauração de uma autoridade paternal, tanto na família como nas fábricas; um modelo global de previdência social; a família como a

<sup>43</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: História Social USP; Edições Loyola, 1999, p. 62. (Série Teses).

<sup>44</sup> SIMÕES NETO, 1981, p. 85-86.

molécula primordial das sociedades e entidade intermediária entre o indivíduo e a sociedade; o clima como fator determinante na formação familiar, econômica e política dos membros de uma sociedade (desigualdade étnica entre os povos); e a religião como primeiro fundamento da sociedade. Por outro lado, Alberto Torres declarava-se avesso à doutrina de Le Play, sobretudo, com relação a estas duas últimas ideias.

Enquanto Oliveira Vianna, admirador confesso da escola de ciência social de Le Play, era a favor, assim como o teórico francês, de que qualquer reforma em uma sociedade fosse orientada pelo espírito tradicionalista e cristão, Alberto Torres defendia que toda reforma deve basear-se na razão. Na obra *La réforme sociale*, Le Play prega a ideia de que a religião é o primeiro fundamento da sociedade, argumentando que nada justifica o ceticismo moderno, nem a ciência, nem a história, nem a prática atual dos povos livres e prósperos. Ainda que sem deixar de ter o seu credo religioso, Alberto Torres colocou a razão como o fundamento de seu pensamento. O próprio Oliveira Vianna percebeu a discordância de Alberto Torres com as ideias de Le Play e a justificou do seguinte modo:

esta aproximação (com a escola de Le Play) entretanto, não se deu [...]. É que, como certa vez o mesmo me confessou em confidência, Torres desconfiava que esta escola tivesse um objetivo oculto de propaganda clericalista: – e o clericalismo era um dos papões que atormentava o espírito deste poderoso pensador.<sup>45</sup>

Todavia, esta explicação de Oliveira Vianna em sua obra *Instituições políticas brasileiras* (1955) é uma justificativa muito simplista para a discordância de Alberto Torres com a escola de Le Play. A razão para isto não estava apenas em uma acusação de clericalismo por parte de Alberto Torres, mas, sobretudo, na defesa de Le Play e de seus adeptos da concepção de desigualdade étnica, justificada por eles a partir da ideia de que, baseando-se em um determinismo geográfico, o clima seria um fator determinante na formação familiar, econômica e política dos membros de uma sociedade, o que explicaria os diferentes graus de evolução física, mental e cultural existentes entre as etnias que constituem os povos existentes na Terra. Esta ideia seria utilizada por Oliveira Vianna para demonstrar desalento e pessimismo com relação ao homem brasileiro por causa do clima tropical e da mistura de raças ou mestiçagem que formava uma população nacional acomodada, indisposta para o trabalho, despreparada para acompanhar o progresso alcançado pelos europeus de regiões evoluídas, individualista e insubordinada, que colocava os seus interesses próprios acima do bem-geral da coletividade. A solução para este problema estaria em um processo de

<sup>45</sup> VIANNA, F., 1955 apud SIMÕES NETO, 1981, p. 88.

branqueamento e purificação étnica da população brasileira por meio do estímulo à imigração e colonização de povos provenientes das regiões mais evoluídas da Europa.

Por outro lado, Alberto Torres discordava destas teorias biologizantes do século XIX que pregavam a desigualdade étnica para explicar os diferentes graus de progresso ou evolução em que se encontravam as sociedades no mundo. Pelo contrário, Alberto Torres acreditava que o trabalho de organização nacional caberia às três raças principais que formaram a população brasileira e que melhor se adaptaram ao nosso meio físico, no caso, o indígena, o negro e o descendente dos colonizadores portugueses, bastando, para isto, um trabalho de educação e conscientização de cada grupo que compõe a população nacional sobre a importância de seu papel na construção de uma nova realidade para o país. Em uma crítica à concepção da desigualdade étnica, Alberto Torres afirma que

a adaptação física e a social são o modelador étnico do homem. É preciso haver, de todo, extraviado o espírito no labirinto dos pormenores morfológicos, das confrontações dos esqueletos do homem moderno com os dos primevos, para não perceber a evidência que resulta do simples e elementar confronto do homem primitivo com o selvagem de hoje e com o ária, do ária com negro ou com o índio civilizado, do negro ou o índio civilizado com o branco civilizado, de uma uniforme aptidão para receber costumes, sentimentos e ideias; para não ver que, por toda a parte, o indivíduo civilizado é o mesmo, na moral e na inteligência; que o homem primitivo, tendo evoluído em diversas direções, a civilização o conduz para o mesmo nível de aperfeiçoamento.<sup>46</sup>

Apesar destas diferenças no pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna, os autores apresentavam pontos de concordância entre as suas propostas de reformas visando uma política nacional para a organização da nação brasileira. Enfim,

Alberto Torres e Oliveira Vianna juntavam-se de todo na apreciação dos males e dos exageros do estadualismo. Como na defesa de um Poder Coordenador que se colocasse acima dos demais poderes do Estado, para uma função de equilíbrio e de ajustamento de todo o sistema. Como no reconhecimento da importância da hierarquia na construção do Estado. Como na crítica aos males de uma sociedade, a que faltavam a consciência do grupo, os vínculos de unidade, o sentimento dos grandes deveres públicos. Como na observação dos defeitos de uma tendência teorizante, arvorada em orientação política para todo o país. Como na descrição das tendências e realidades políticas do país, quando a “vegetação da caudilhagem”, a que Alberto Torres reportava-se, acabava confundida com a influência dos clãs pessoais que Oliveira Vianna descrevera magistralmente. Mas em todos estes aspectos, Oliveira Vianna mostrava-se mais extremado e mais intransigente. Substituíu o que havia de impessoal e equilibrado em Alberto Torres por uma linguagem veemente e uma tendência sarcástica que não raro concorria para a distorção de seus comentários, evados de um sentido caricatural, incompatível com a posição e a autoridade do sociólogo.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> TORRES, 1978b, p. 67.

<sup>47</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 464.

O pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna fazia parte de uma corrente de ideias nacionalistas que teve na centralização do poder e modernização do país as suas principais bandeiras. Esta corrente veria muitos de seus pontos de vista colocados em prática no pós-Revolução de 1930. Trata-se de uma nova etapa na história brasileira, iniciada pela crise econômica mundial que teve os seus reflexos no país e descrença no liberalismo pregado durante a República Velha pelos setores dominantes e incompatível, sobretudo, em seu aspecto político, com as práticas oligárquicas. Com esta nova etapa vem um projeto de política nacional caracterizado pela intervenção estatal em amplos setores da vida da sociedade nacional (cultural, econômico, político, social), sendo o Estado considerado a encarnação do interesse geral como forma de justificar o seu poderio e maior controle.

#### 4.1.2 A presença das ideias de Alberto Torres na Revolução de 1930

A partir da Revolução de 1930, as ideias de Alberto Torres seriam mais intensamente retomadas por diferentes atores políticos e intelectuais que, embora, cada um se apropriasse daqueles aspectos que mais lhe conviesse de acordo com a sua atuação histórica e o seu ideário político, caracterizaram-se por enxergarem na produção intelectual torreana um diagnóstico perspicaz dos problemas nacionais, revelando a realidade do Brasil aos brasileiros. Isto se deveu ao fato de que estes atores políticos e intelectuais

defrontaram-se com uma ordem liberal-oligárquica incapaz de fazer frente a uma série de dilemas que tornavam a sua legitimidade cada vez mais frágil. A Revolução de 1930 contribuiu para aprofundar o debate intelectual travado desde os anos 10, no sentido de oferecer alternativas para os problemas nacionais.<sup>48</sup>

A crise de 1929 levou a um certo enfraquecimento dos setores agrários dominantes e a um certo distanciamento entre o setor cafeeiro e o governo federal por este não dispor de condições para auxiliar aquele no início da crise. Ao mesmo tempo, aproximava-se o momento para a escolha do candidato oficial para a Presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Dentro do esquema da política do café-com-leite, a vez agora era de Minas Gerais, devendo, por isso, ser escolhido o nome do governador mineiro Antônio Carlos de Andrada. Contudo, com a pretensão de dar continuidade a uma política econômica de estabilidade como forma de se superar a crise que atingia o setor cafeeiro e a economia do país em geral, Washington Luís decidiu por escolher Júlio Prestes, governador de São Paulo para a chefia do Executivo Federal. Os paulistas no poder, ao tomarem tal

---

<sup>48</sup> BEIRED, 1999, p. 278.

atitude, tinham em mente duas perspectivas. Primeiramente, solucionar possíveis intransigências de Minas Gerais ao proporem que os oito anos para os paulistas fossem seguidos por dois quadriênios para os mineiros. Em segundo lugar, acreditavam que a rigidez do sistema, principalmente, da máquina eleitoral montada, dificilmente daria qualquer oportunidade concreta de vitória nas eleições a uma oposição, além de que, até aquele momento, as relações entre o governo federal e o Rio Grande do Sul eram boas. Assim, como última alternativa, somente restaria a Minas Gerais lançar-se isoladamente na contenda eleitoral sem chance de êxito. Contudo, os paulistas não contaram com a capacidade do governador de Minas Gerais como um grande articulador político. Na realidade,

de fato, foi o governador de Minas – Antônio Carlos – quem iniciou as articulações para uma candidatura de oposição. Para lançar o Rio Grande do Sul em uma contenda que representaria uma ruptura na acomodação com o governo federal, e a perda das vantagens que isto significava, era necessário oferecer ao estado a própria Presidência. Depois de muitas conversações e reticências, em junho de 1929, Minas Gerais e Rio Grande do Sul assentavam o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas. Obtiveram a adesão da Paraíba, a quem ofereceram a Vice-Presidência. As possibilidades de êxito eleitoral deste agrupamento eram reduzidas, pois o Poder Central conseguira manter à sua volta dezessete estados. Ele era, porém, importante porque inevitavelmente surgia como uma força contra a oligarquia paulista. A Aliança Liberal constituiu-se como uma frente regional, abrangendo a ampla maioria dos representantes políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a que veio juntar-se o Partido Democrático de São Paulo. Quanto à Paraíba, as lutas oligárquicas internas levaram um setor de certo peso a apoiar o governo. Aparentemente, nascia, assim, uma nova cisão regional, de maior importância do que as anteriores, mas integrada no velho estilo das disputas sucessórias da Primeira República.<sup>49</sup>

Ainda que tradicionalmente a produção historiográfica sobre a Revolução de 1930 afirme que o programa político da Aliança Liberal tinha um caráter vago devido à indisposição da maioria de seus chefes em romperem com os limites do sistema, uma vez que eles eram membros da oligarquia da classe dominante, não se pode dizer que tal programa não fosse imbuído já de certas ideias de uma corrente de pensamento de contestação da ordem vigente que se iniciou nos anos de 1910 com a produção intelectual de Alberto Torres. Não é por acaso que se encontram várias ideias de Alberto Torres no programa político da Aliança Liberal. Portanto, este programa não foi elaborado apenas sustentado em propostas vagas de uma chapa de oposição que tinha membros vendo-se prejudicados em seus interesses políticos por causa da escolha de um candidato oficial paulista, como no caso dos mineiros, ou que desejam uma maior parcela de participação na política nacional, no que se referia aos gaúchos, à base de apoio político na Paraíba de João Pessoa e ao Partido Democrático de São

---

<sup>49</sup> FAUSTO, 1975, p. 418.

Paulo, buscando angariar apoios em torno da candidatura Getúlio Vargas-João Pessoa por parte de setores sociais que não se sentiam atendidos em seus interesses pela ordem liberal-oligárquica, como a classe operária, os tenentes e a classe média. Mais do que isto, a plataforma política da Aliança Liberal tinha em suas propostas um conteúdo ideológico originado de uma corrente de pensamento nacionalista que fundamentou as suas ideias na crítica à ordem vigente, apontando-se os problemas nacionais e possíveis soluções reformistas para eles. É isto que se percebe ao se analisar o programa político da Aliança Liberal e a presença de várias ideias do pensamento de Alberto Torres nele.

A Aliança Liberal conseguiu mobilizar uma boa parcela da sociedade brasileira em torno de si e tornar a eleição presidencial em uma das mais competitivas da República Velha. Porém, Getúlio Vargas e o movimento aliancista deixavam claro que as expectativas eram que esta mobilização da sociedade se restringisse ao debate político em torno da necessidade de se realizarem reformas. Isto significava a crença na ideia de que as transformações deveriam acontecer por meios pacíficos, ou seja, sem rebeliões armadas. O maior articulador da Aliança Liberal, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, deixava tal posicionamento do movimento aliancista claro ao afirmar que “façamos a revolução antes que o povo faça!”. Em outras palavras, façamos as transformações que a sociedade brasileira necessita e que a população nacional anseia dentro dos limites da ordem e da ação estatal antes que o povo caía na descrença com relação às instituições e faça as reformas por suas próprias mãos pela via armada. Ideia similar desenvolveu Alberto Torres ao advertir que

tenhamos em mente que as nações não se formam espontaneamente em nossa época: são construídas por seus dirigentes; são obras de arte política. É este, aliás, o critério que vamos seguindo, mas justamente com rumo oposto ao que convém. O Brasil tem de ser uma República social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social. É preciso que seja, porém, uma República social, providente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos podem-lhe dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros.<sup>50</sup>

No texto da *Plataforma da Aliança Liberal*, publicado na obra *A nova política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo – 1930-1931*, em 1938, Getúlio Vargas pede votos, mas também quer que as eleições transcorram dentro da ordem, e, por isso,

<sup>50</sup> TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978a, série IV, v. XVII, p. 132. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

[...] todos devem esforçar-se para que o pleito realize-se serenamente, produzindo o menor abalo possível. Este é o pensamento dos liberais [...] visto como se batem pelo advento de uma fase de esquecimento de ódios e prevenções, pele fraternização, enfim, de todo os brasileiros.<sup>51</sup>

Outro aspecto tratado pela plataforma política da Aliança Liberal e também presente no pensamento de Alberto Torres diz respeito à ideia de que uma das tarefas mais urgentes a serem realizadas pelo programa de reformas de um novo governo a ser eleito seria a constituição de uma autêntica unidade nacional, capaz de gerar a integração entre as diversas regiões do Brasil por meio de ações de desenvolvimento social, econômico, cultural e outras, atuando o Estado no sentido de incorporar setores sociais e regiões até então esquecidos em prol do fortalecimento de uma consciência cívica e do despertar de um espírito nacional. Tais ações de desenvolvimento eram consideradas como soluções para os problemas vitais da nacionalidade e como exemplos delas se mencionavam a colonização da Amazônia; o combate às secas do Nordeste; a necessidade de ampliar a produção agrícola brasileira para além do café, acabando-se com a monocultura e a dependência da economia nacional exclusivamente deste produto; a difusão da instrução pública; programas de saneamento regional; melhoria do sistema de comunicação do país; valorização das Forças Armadas; e outras. Segundo a Aliança Liberal, estas ações eram propostas “‘em proveito das conveniências superiores da Nação’ e aos ‘verdadeiros interesses do país’; ‘ao enrijamento da consciência cívica e do espírito de nacionalidade’”.<sup>52</sup>

Em 1914, Alberto Torres já afirmava, como posteriormente faria a Aliança Liberal, a necessidade de que o Estado atuasse no sentido da constituição de uma unidade nacional no Brasil, uma vez que ela ainda não se encontrava realizada pela ausência de um sentimento nacional. Isto se deve, segundo Alberto Torres, à incapacidade do Estado brasileiro em promover ações capazes de criarem uma consciência cívica na população ao longo de todo o território nacional, despertando no povo uma solidariedade a partir do sentimento da existência de interesses comuns. Isto implica em uma política nacional elaborada pelo Estado a partir do estudo dos problemas nacionais, buscando solucioná-los indiferentemente às regiões e populações que afetavam e às diferenças políticas entre os grupos que ocupavam o poder em um determinado local. Portanto, o trabalho de unidade nacional consiste para Alberto Torres, assim como para a plataforma política da Aliança Liberal, em um esforço de integração entre as diferentes regiões do país por meio do

---

<sup>51</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 72-73.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 75.

desenvolvimento conjunto da nação e da arregimentação dos diferentes setores sociais em torno da ação estatal com a inserção de suas demandas em um amplo programa de reformas que comporia a política nacional para a organização do Brasil. Segundo Alberto Torres,

a unidade resulta da existência de um caráter nacional. Onde há nação, fortemente subordinada a um espírito, um móvel, uma aspiração, define-se uma política: os órgãos dessa política surgem da reação dos acontecimentos, e, seja dinástica ou republicana a forma do governo, o poder vem cair nas mãos dos **representativos**. Homens dessa têmpera comandam as gerações a que pertencem, nas grandes épocas de crise nacional, e impulsionam o movimento que se perpetua pelas gerações adiante.<sup>53</sup> (grifo do autor).

A plataforma política da Aliança Liberal também pregava a necessidade urgente da organização nacional por meio de medidas que visassem o desenvolvimento e engrandecimento do país. Sem um plano de metas para a organização da nação brasileira, jamais o país alcançaria um futuro próspero e promissor. Caberia ao Estado a função de coordenador deste trabalho de organização para a construção da nação, sendo, por isso, o propulsor de um novo tempo de regeneração do Brasil. Se prevalecia um quadro de desorganização nacional, isto se devia à uma incompatibilidade entre as políticas adotadas até então pelo Estado brasileiro e as necessidades urgentes de reformas exigidas pela realidade nacional. A partir do momento em que o poder estatal não enxergava tal incompatibilidade, o país não conseguiria acompanhar as transformações ocorridas no contexto mundial e se modernizar para se adaptar a elas, impedindo-se, assim, o reconhecimento e a consolidação do Brasil enquanto nação no cenário internacional.

O plano de metas objetivando a constituição da organização implicava em iniciativas como a superação de obstáculos político-administrativos, o desenvolvimento da economia nacional, a integração entre as diversas regiões do país, a difusão da instrução pública e outras. Desse modo, o Estado pode promover uma adequação entre a realidade nacional atual e uma política nacional de superação dos problemas que afetam o país e impedem a constituição do Brasil como nação e o reconhecimento de seu povo como nacionalidade. Na plataforma política da Aliança Liberal, Getúlio Vargas criticava

a “lentidão”, a “desorganização da produção e dos serviços de transporte”, a “imprevidência atual”, as “exigências ilógicas do fisco”, as “taxações desordenadas”, a “desorientação governamental”, a “balbúrdia”, o “rudimentar empirismo legislativo”, a “falta de organização e de método”, a “lamentável desarticulação”; no discurso de Vargas, essa situação “desordenada” era tida como consequência da imprevidência governamental, mas, principalmente, do fato do governo e das leis serem “antiquados”, “deficientes”, “contraditórios”,

---

<sup>53</sup> TORRES, 1978a, p. 61.



“complicadíssimos”, “extravagantes”, “anômalos”, em resumo, fruto da existência de “dispositivos arcaicos, incompatíveis com a nossa extensão territorial e a nossa densidade demográfica”.<sup>54</sup>

Adotando uma posição similar à da Aliança Liberal, Alberto Torres, já em 1914, era favorável a ideia de que caberia ao Estado a tarefa de constituir uma organização nacional. Tal tarefa deveria ser cumprida com o poder estatal exercendo os papéis de intérprete da realidade nacional e representante dos interesses da coletividade. Tendo consciência disto, os governantes adotariam um programa nacional dirigido à solução dos problemas do país e ao atendimento dos anseios dos diversos setores da sociedade. A adoção de um programa nacional deste tipo integraria todo o país em torno da meta comum da constituição orgânica da sociedade, sendo o Estado o agente congregador da sociedade na busca do bem-geral da coletividade. Com a integração de toda a sociedade sob a função de autoridade, arbitragem de conflitos e organização por parte do Estado, criar-se-ia uma unidade nacional e o país consolidar-se-ia enquanto uma nação organizada.

Portanto, o trabalho de organização nacional passaria pelo estudo da realidade nacional e o apontamento de seus problemas e de possíveis soluções para eles, pela inserção dos diversos setores sociais e seus interesses no plano de metas para a construção de um país do futuro, e pela integração da população e das diferentes regiões do país por meio de ações de desenvolvimento que promovam o progresso em todo o território nacional, sem desequilíbrios regionais em termos de condições sociais e crescimento econômico. Alberto Torres antecipou-se e fez presente o seu pensamento na plataforma política da Aliança Liberal ao afirmar que a consolidação da nacionalidade dependia de um plano de metas para a constituição de uma organização nacional, o que implicava na superação dos obstáculos ao desenvolvimento do país como a ausência de integração entre as diferentes regiões do país, os empecilhos político-administrativos, a carência de um plano definido de desenvolvimento da economia nacional e outros. Em uma exposição de ideias que se aproxima ao discurso de Getúlio Vargas na plataforma política da Aliança Liberal a respeito da ausência de organização nacional, Alberto Torres afirma que,

no Brasil, destruídos os rudimentos de organização que já tivemos, lançados em mau terreno, nada ficou de definitivo, e a fachada de nossa civilização oculta a realidade de uma completa desordem. Não há uma só instituição no Brasil assente sobre bases próprias, para um crescimento evolutivo regular. Vivemos, até aqui, de ensaios e reformas; cada ideia nova pousa sobre ruínas; cada transformação planta as aspirações de um sistema sobre a agreste verdade de formas sociais ainda grosseiras.

---

<sup>54</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 121.

Daí, o desânimo e a descrença de um povo, para quem a vida pública não é senão uma crônica de anedotas pessoais e de audácias, escândalos e imoralidades, verdadeiros e falsos, exagerados e deturpados; onde o mérito não tem estímulo, o trabalho não tem valor, a produção não tem preço, as fortunas não têm garantias, o povo não tem opinião, o cidadão não tem voto, os espíritos não têm ideias e as vontades não sabem mover-se. Uma Constituição e umas centenas de leis, empalhadas em volumes, não fazem um Direito; quanto mais, a vida de uma nação!<sup>55</sup>

Para a Aliança Liberal, o Estado brasileiro precisava tornar-se eficiente e adotar uma política nacional compatível com a realidade do país. Em outros termos, era necessária uma reforma administrativa no Estado de modo a dar-lhe maior eficiência em sua atuação de sanar os problemas da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, retirar as suas instituições do plano das ficções legais, aproximando-as o máximo possível da realidade. No que diz respeito a este último ponto, a Aliança Liberal acreditava que da realidade e dos problemas da nação deveria emanar um Estado e uma política nacional correspondentes, por uma espécie de reflexo. Neste sentido, Getúlio Vargas propunha como candidato a presidente da República, em janeiro de 1930, “[...] injetar uma onda de vida e de realidade nas ficções legais com que envelhecemos em uma República de 40 anos [...]”.<sup>56</sup>

A reforma administrativa no Estado brasileiro proposta pela plataforma política da Aliança Liberal incluía iniciativas como a diminuição da quantidade excessiva de cargos burocráticos, melhores salários, garantias de estabilidade, aumento dos critérios de formação do funcionalismo e de preenchimento das vagas no serviço público, e outras. Por causa da falta de vontade política em se implantar medidas como estas, Getúlio Vargas afirmava que,

antes de tudo, o problema brasileiro é um problema de administração. Os erros e as falhas, resultantes da anarquia administrativa, foram os causadores diretos de nossos maiores males. Começamos por demonstrar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades – verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho – não se justificam. Este, com o caciquismo eleitoral, são males que tem de ser combatidos tenazmente.<sup>57</sup>

Antecipando-se à Aliança Liberal em sua concepção sobre os males que atingiam o aparelho burocrático-estatal brasileiro, Alberto Torres afirmou que o Estado no Brasil, ao invés de ser o fator principal de constituição da organização nacional por meio de ações eficazes de solução dos problemas e integração das regiões do país e dos diversos

<sup>55</sup> TORRES, 1978b, p. 44.

<sup>56</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 121-122.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 128-129.

setores da sociedade brasileira, acabava por se tornar um elemento a mais na dissolução da nação. A razão para isto estava no fato de que o poder estatal não era constituído por homens preparados para conhecer a realidade nacional, analisar os problemas do país e contribuir para a constituição de uma política nacional objetivando saná-los e criar um quadro de organização no Brasil. Pelo contrário, o Estado brasileiro sofreria com a influência deletéria de interesses de certos grupos de poder e setores sociais que o tornaram em meio de vida por meio dos cargos públicos para os seus membros e sua clientela política, sem qualquer parâmetro de avaliação de capacidade ou mérito para o exercício da função pública, e instrumento para a realização de certos interesses privados, ainda que em prejuízo do bem-geral da coletividade. Em suma, segundo Alberto Torres,

o Estado é, no Brasil, um fator de dissolução. A influência deletéria dos interesses antissociais, criados e alimentados em torno do poder público, desde os municípios até a União, sobre a vida brasileira, é um fato cujo alcance não foi ainda atingido pelos observadores de nossas coisas públicas. Este regime deve ser substituído por outro, capaz de levar a termo o encargo da geração presente para com o futuro do Brasil.<sup>58</sup>

Outro tema tratado em comum pelo pensamento de Alberto Torres e pela plataforma política da Aliança Liberal foi o problema do desenvolvimento econômico. É importante frisar que Getúlio Vargas foi ministro da Fazenda do governo de Washington Luís e, portanto, pode-se afirmar que o seu discurso sobre este tema foi fundamentado em sua experiência no controle das finanças do país. Segundo o candidato Getúlio Vargas, o principal obstáculo para o desenvolvimento econômico do Brasil era a ausência de uma coexistência paralela entre uma política financeira adequada e uma política com metas estabelecidas e claras para o desenvolvimento econômico do país.

A partir do quadro de crise econômica mundial que teve como marco a crise da bolsa de Nova Iorque em 1929, afetando bruscamente a economia brasileira pelo fato desta depender basicamente da produção e venda de café no mercado externo, a Aliança Liberal estabeleceu como as principais metas para o desenvolvimento econômico do país o fim da monocultura e o combate à dependência dos mercados internacionais. O sucesso de tais metas implicaria em iniciativas como o apoio e a proteção do governo federal à produção de uma ampla gama de bens como o carvão, o álcool, a hulha, o algodão, o couro, etc., possibilitando à economia nacional a comercialização de maior variedade de produtos e, conseqüentemente, a substituição de um bem de exportação por outro em caso de desvalorização do preço ou

---

<sup>58</sup> TORRES, 1978b, p. 23.

falta de procura nos mercados externos por causa de possíveis crises no sistema econômico mundial. Outra iniciativa seria uma reformulação da política de comércio exterior do Brasil, com a propaganda nos mercados internacionais de outros produtos nacionais além do café, e a imposição pela diplomacia brasileira de melhores condições para o intercâmbio de mercadorias pelo fato de que o Brasil seria um importante mercado consumidor de produtos de vários países, podendo assim, pressioná-los para que facilitem a entrada de artigos brasileiros, seja por meio de revisões nas tarifas alfandegárias, seja através de convênios e tratados que resultem em uma permuta racional que beneficie o Brasil e os países com os quais comercializa em iguais condições. De acordo com Getúlio Vargas na plataforma política da Aliança Liberal,

o problema econômico pode-se resumir em uma palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente de nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários. Além disso, somos excelente mercado importador de inúmeros produtos oriundos de diferentes nacionalidades. Por isso mesmo, creio, não nos será difícil, em uma permuta racional de benefícios, conseguir, em muitas delas, melhor tratamento alfandegário para alguns de nossos artigos, quer mediante a possível revisão dos tratados e convênios existentes, quer promovendo a lavratura de outros.<sup>59</sup>

Todavia, a produção e comercialização de uma variedade maior de artigos pelo Brasil dependeriam de duas medidas importantes. A primeira seria a redução do custo dos fretes por meio do melhoramento do material e dos métodos administrativos das empresas de navegação e dos portos. A outra medida dizia respeito à integração à economia nacional de regiões produtoras de artigos que não seja o café por meio de investimentos no desenvolvimento regional em infraestrutura para facilitar o escoamento da produção, no combate às intempéries, na facilitação do acesso ao crédito por parte dos produtores, na assistência social às populações e na colonização da Amazônia. Aliás, as duas regiões com as quais a Aliança Liberal demonstrava mais interesse no sentido de integrá-las de maneira efetiva à economia nacional eram a Amazônia, que poderia trazer novamente grandes riquezas ao país e à região, sobretudo, com a extração da borracha, e o Nordeste com a pecuária e a produção de cacau, algodão e outros artigos. A respeito das duas regiões, Getúlio Vargas

recomendava “[...] o estudo metódico das possibilidades da Amazônia”. A sua preocupação com a integração regional também apontava na direção do Nordeste do país e, segundo ele, era um “plano humanitário de amparo à população e de

<sup>59</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 128-129.

valorização econômica dos territórios”. Proclamava ser o combate à seca do Nordeste um compromisso de honra para a Aliança Liberal e um dever para ele mesmo, porque “[...] tem raízes fundas em minha sensibilidade de brasileiro e em meu pensamento de homem público a preocupação pela sorte das populações do Nordeste, cuja fortaleza física é tão grande, que lhes tem permitido resistir, sozinhas, à conjugação dantesca do clima e de nossa inclassificável imprevidência”.<sup>60</sup>

Alberto Torres já havia colocado a questão do desenvolvimento econômico entre as principais metas de seu projeto de política nacional. Em uma análise similar e anterior da questão à da Aliança Liberal, Alberto Torres também defendia que o desenvolvimento econômico do Brasil passava por um programa de reformas que incluísse o estímulo à produção de uma grande variedade de artigos tanto para o consumo interno como para a exportação por parte do Estado de modo que abastecesse o mercado nacional com os produtos brasileiros necessários à população e pusesse fim à monocultura e, conseqüentemente, à dependência da economia das especulações e da oferta e procura nos mercados internacionais de um ou poucos produtos de exportação do Brasil, como acontecia com o café. O Estado deveria apoiar a produção daqueles bens que encontrassem condições mais adequadas ao meio brasileiro, exigindo-se, para isto, um estudo prévio das condições de solo, climáticas e de consumo das diferentes regiões do país, observando-se as potencialidades de cada uma delas para a produção de determinados artigos. Paralelamente, o poder estatal teria que estimular o comércio interno com a compra e venda dos artigos produzidos pelas diferentes regiões, promovendo-se, assim, as condições para a integração entre elas e o desenvolvimento do mercado nacional. O Brasil deveria apenas exportar aqueles artigos que, por questões naturais, não produzisse em quantidade ou qualidade suficiente, não encontrassem um mercado consumidor interno de uma proporção tal que compensasse a sua produção interna ou não tivesse tecnologia ainda disponível nacionalmente para a sua adequada produção. Em suma, para Alberto Torres, o Estado deveria ter um papel mais atuante no planejamento e na coordenação da produção nacional, promovendo, desse modo, um maior dinamismo da economia brasileira. Percebendo na política econômica um fator essencial para a constituição da organização nacional, assim como a Aliança Liberal, Alberto Torres criticou a falta de um programa de reformas para o desenvolvimento econômico compatível com as necessidades impostas pela realidade nacional. Segundo o autor, a política econômica

deve consistir em criar populações econômicas, com o estabelecimento de indivíduos e de famílias que produzem, tanto quanto possível, para a sua alimentação, trocando os excessos e os produtos da região. Só há verdadeiro intercâmbio, dentro do país, entre as zonas de produção exportável e os empórios de

<sup>60</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 125-126.

exportação. O nosso grande problema econômico é o da produção, com circulação interna; só daí virá a solução às nossas crises, inclusive à da circulação monetária e do câmbio; mesmo, em parte, à das finanças. No interesse das populações do interior, o problema que se apresenta é o da educação dos indivíduos e da assistência que se lhes deve, para se lhes incutirem hábitos de trabalho, e se lhes dar, com os meios de trabalho, condições materiais e morais que os habilitem a suprir as suas próprias necessidades e a crescer por seu próprio esforço. As localidades do interior podem atingir alto grau de prosperidade, florescimento e cultura; condenam-se à ruína sem as condições fundamentais da segurança econômica. O comércio e a viação, sem educação das populações para o trabalho, e sem desenvolvimento da produção e da circulação econômica interna, prestam apoio à obra de conquista social e de aniquilamento nacional pela especulação estrangeira.<sup>61</sup>

Embora a maior parte dos atores políticos que participavam da Aliança Liberal tivessem vínculos ou pertencessem à elite agrária da República Velha, como o próprio candidato à presidente da República Getúlio Vargas, a temática da crítica aos latifúndios também se fez presente no manifesto aliancista. Encontra-se tanto na produção intelectual de Alberto Torres como na plataforma política da Aliança Liberal uma crítica à manutenção do latifúndio no Brasil como um sério obstáculo ao desenvolvimento da produção nacional devido ao apego das grandes propriedades à monocultura e ao cultivo rudimentar da terra, onde a grande extensão de terras criava a perspectiva de uma produtividade baseada não no manejo adequado do solo e na incorporação de técnicas modernas de produção, mas sim na exploração das riquezas naturais da propriedade e na improdutividade do solo em curto período de tempo. Para Getúlio Vargas,

o país tinha recursos naturais valiosíssimos e que deveriam ser melhor aproveitados: falava da “nossa extensão territorial e nossa densidade demográfica”; “é incontestável, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil”; “possuímos excelentes condições de clima e de solo para o cultivo”.<sup>62</sup>

Com relação ao problema da monocultura praticada pelos latifúndios, Getúlio Vargas propunha na plataforma política da Aliança Liberal a extinção sem violência do latifúndio e a promoção da pequena propriedade, pois “só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários”.<sup>63</sup>

Na plataforma política da Aliança Liberal, Getúlio Vargas também achava conveniente extinguir aos poucos os latifúndios porque seria uma maneira de retirar o

<sup>61</sup> TORRES, 1978a, p. 192-193.

<sup>62</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 77-78.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 129-130.

trabalhador agrícola da situação de servidão em que se encontrava em várias propriedades rurais e promover a produção agrícola de forma mais intensiva e não tão destrutiva em terras mal cultivadas ou mesmo não cultivadas pelos grandes proprietários. O fato de não se haver realizado por parte do Estado um plano de reforma agrária provocou que,

em não poucas regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante o pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes.<sup>64</sup>

Apesar de constar na plataforma política da Aliança Liberal a preocupação com a concentração de terras e a situação do trabalhador rural no Brasil, tal iniciativa não passou do plano das intenções políticas no pós-Revolução de 1930. Na realidade, os trabalhadores do campo continuariam ferreamente submetidos às elites agrárias, pois os camponeses não se beneficiariam nem de um programa de reforma agrária nem do conjunto da legislação trabalhista que acabaria aplicando-se apenas a uma parcela dos trabalhadores urbanos ligados a sindicatos vinculados ao controle do Ministério do Trabalho. Enfim, “o fato do poder estatal encontrar-se detido por uma elite agrária, fechava o caminho da ampliação do mercado interno pela transformação radical do sistema de propriedade da terra”.<sup>65</sup>

A questão da distribuição da terra no Brasil foi abordada, antes que pela Aliança Liberal, por Alberto Torres nos anos de 1910 como um aspecto fundamental para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Para Alberto Torres, o aumento da produção agrícola nacional passaria necessariamente pela melhor utilização das terras no Brasil, sendo algo importante, neste sentido, a distribuição das terras entre os trabalhadores rurais em pequenas propriedades. Entretanto, tal iniciativa ainda seria insuficiente por parte do Estado se este não assistisse ao trabalhador rural por meio da educação para o trabalho no campo, como o ensino de técnicas de cultivo modernas que implicassem na preservação dos recursos naturais das propriedades e evitassem o esgotamento do solo, e do acesso ao crédito rural facilitado para investimentos em melhorias nas propriedades, compra de sementes e instrumentos de trabalho, irrigação e outros. Paralelamente, é importante que se estimulasse estes trabalhadores para que produzissem para o consumo próprio e de suas famílias e vendessem o excedente da produção, principalmente, para o mercado interno, estimulando a

<sup>64</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 131.

<sup>65</sup> VIANNA, L., 1989, p. 150.

circulação de capital e bens no país e, conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento da economia nacional. Além disso, o poder estatal, a partir de um estudo prévio do solo e do clima de cada região, deveria incentivar o cultivo dos produtos que melhor se adaptassem as condições naturais regionais, promovendo a policultura e, por conseguinte, abastecendo o mercado nacional com uma maior variedade de gêneros, alimentando melhor a população e pondo fim à dependência econômica do país de um ou poucos artigos, ou seja, à monocultura. Segundo Alberto Torres,

a propriedade é uma sedução poderosa, e, se ao incentivo que ela gera, se juntasse um certo cuidado por tornar a existência agradável nos centro agrários, dispersando-se um pouco, pelas cidades e vilas do interior, em obras de saneamento e modestos melhoramentos, o que se despende, em obras luxuosas e despesas improdutivas, nas capitais, dando-se, além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, a experiência venceria rapidamente os primeiros obstáculos e se consolidaria. Ao lado da grande cultura, que explora as produções que se exportam, fundar-se-ia a pequena cultura, para as produções de consumo; os nossos **párias** seriam incorporados à sociedade; e o Brasil possuiria uma vasta classe aplicada ao trabalho de lhe fornecer o alimento, que, até nas cidades, é escasso e mau, para as próprias classes médias.<sup>66</sup> (grifo do autor).

Tanto Alberto Torres como a Aliança Liberal acreditavam que uma das formas de melhorar as condições de vida da população seria a difusão da educação pública, tornando obrigatória a instrução primária e facilitando o acesso aos ensinos secundário e superior àqueles indivíduos que, ainda que sem boas condições financeiras, demonstrassem uma vocação para o estudo mais aprofundado e a carreira acadêmica. Para a Aliança Liberal, a generalização e a obrigatoriedade da instrução primária por iniciativa do Estado seria uma maneira de conscientizar a população sobre os seus direitos e deveres na sociedade e prepará-la moral, intelectual e economicamente para a vida. Por isso, Getúlio Vargas afirma na plataforma política da Aliança Liberal que

a verdade é que os interesses da nacionalidade não são menos exigentes no tocante à alfabetização dos habitantes do país, [...]. Pouco será, sempre, tudo quanto se fizer – e, até agora, quase nada se tem feito – no sentido de melhorar as condições dos habitantes do país, sob o tríplice aspecto moral, intelectual e econômico, por meio da educação.<sup>67</sup>

De acordo com Alberto Torres, a educação é o meio dos indivíduos formarem uma consciência mental para dirigir as suas condutas cotidianas. Em outras palavras, o povo brasileiro deve receber uma educação que lhe desperte no espírito a busca da solução dos problemas práticos e o conduza para os cuidados reais e os pensamentos positivos, abrindo-lhe,

<sup>66</sup> TORRES, 1978a, p. 132-133.

<sup>67</sup> VARGAS, 1938 apud WASSERMAN, 2002, p. 142.



assim, os olhos na direção da conquista do vigor do corpo e da mente. Implantando no país uma educação pública com esta característica, caberia somente ao Estado difundir

a instrução primária, a todos os que podem ver e ouvir; a instrução secundária e superior, a todos os que são capazes, não a dando a nenhum que o não o seja; educação social e profissional, também a todos; e não temamos o futuro. O Brasil é um país destinado a ser o esboço da humanidade futura.<sup>68</sup>

Com a vitória dos candidatos oficiais Júlio Prestes e Vital Soares no pleito de 1º de março de 1930, gerou-se uma cisão entre os membros da Aliança Liberal. De um lado, o grupo constituído por políticos vinculados ao sistema oligárquico dominante em seus estados decidiu aceitar a derrota, incluindo nele Borges de Medeiros, Antônio Carlos de Andrada e Getúlio Vargas. O conformismo com o resultado das eleições por este grupo ficou clara na atitude de Borges de Medeiros, que, em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, “reconhecia a vitória de Júlio Prestes e oferecia ao novo presidente da República os préstimos de seu estado e a sua própria colaboração, caso fosse convidado”.<sup>69</sup>

Por outro lado, havia o grupo dos insatisfeitos com o resultado das eleições. Primeiramente, pode-se incluir nele os tenentes, que mesmo do exílio, apoiaram as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, com exceção de Luís Carlos Prestes, o qual, já convertido ao marxismo, via na eleição da Aliança Liberal nenhum benefício para o país, uma vez que os candidatos à Presidência deste agrupamento político eram membros da oligarquia dominante e, conseqüentemente, atenderiam apenas aos interesses da burguesia e não dos operários e camponeses. Para o restante dos tenentes, ainda durante a campanha eleitoral, era clara a postura da necessidade da vitória nas urnas da Aliança Liberal, e, caso fosse preciso, como último recurso, o apelo às armas. Em segundo lugar, havia também um contingente de jovens políticos que se formaram e ascendiam nos partidos republicanos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e que, por causa de sua atitude rebelde e da carência de maior expressão política, sofreram com medidas retaliadoras impostas pelo governo federal. Entre estes jovens, pode-se citar os nomes de Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves e Maurício Cardoso, pelo Rio Grande do Sul, e Virgílio Melo Franco e Francisco Campos, por Minas Gerais. A atitude do governo federal de envio de tropas federais para os estados, censura e violação de correspondência e não reconhecimento de muitos candidatos eleitos por parte do Congresso, levou os jovens políticos a buscarem uma aproximação maior com os tenentes, o que já se vinha tentando desde a disputa eleitoral. Todavia,

<sup>68</sup> TORRES, 1978a, p. 135.

<sup>69</sup> CARVALHO, M., 2001, p. 106.

os tenentes revelavam desconfiança. O balanço das suas relações com a oposição consentida era bastante negativo. Eles tinham sido utilizados para proveito próprio da oposição sem nada receber em troca. Além disso, na Aliança Liberal estavam alguns de seus maiores inimigos: Bernardes, o perseguidor da Coluna, que simbolizava todos os vícios da República; João Pessoa, promotor militar, acusador de muitos militares rebeldes; entre os jovens, vários deles, como Oswaldo Aranha, tinham-se destacado na luta contra as insurreições no Rio Grande do Sul. Entretanto, apesar destas restrições, que aliás, eram recíprocas, chegou-se a um acordo. Juarez Távora – a quem foi confiado o comando das operações no Nordeste –, João Alberto, Ricardo Hall, etc., associaram-se à conspiração. Mas, significativamente, a chefia militar foi entregue a um homem representante de “setores mais responsáveis das Forças Armadas” e de estrita confiança dos líderes gaúchos. Tratava-se do então tenente-coronel Góes Monteiro, nascido em Alagoas, cuja carreira estava ligada do Rio Grande do Sul. Desde 1906, quando cursava a Escola Militar, Góes conhecia Vargas, Neves, Paim, Maurício Cardoso, com os quais inclusive colaborava nas disputas políticas internas do Estado. Na década de vinte, o chefe escolhido para as operações militares não tinha sido um revolucionário. Pelo contrário, combatiera a Coluna Prestes nos estados do Nordeste.<sup>70</sup>

A conspiração acabou beneficiada por dois fatos importantes. Em primeiro lugar, o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba e candidato à Vice-Presidência da República na chapa da Aliança Liberal, em 26 de julho de 1930, em uma confeitaria do Recife, por motivo de disputas internas da política paraibana, mas que foi interpretado como uma represália por parte do governo de Washington Luís. Além disso, havia um clima de descontentamento popular crescente desde as eleições devido aos anseios por mudanças sociais profundas, o que foi ainda mais acentuado com a comoção provocada pelo homicídio cometido contra João Pessoa.

Diante do temor de maiores represálias por parte do governo federal e de uma revolução conduzida pelo povo, os líderes da Aliança Liberal decidiram iniciar os preparativos para a revolução. A revolução eclodiu em 3 de outubro de 1930, quando Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, juntamente com um grupo de homens, tomaram o quartel-general de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, iniciava-se a revolução em Minas Gerais e na Paraíba. No dia seguinte, Juarez Távora deu início ao processo revolucionário no restante do Nordeste, e, em Recife, pôs em fuga o governador de Pernambuco Estácio Coimbra. Em pouco tempo, o Norte e o Nordeste estavam nas mãos dos revoltosos. Em seguida, Juarez Távora empreendeu uma marcha em direção à Bahia. Enquanto isso, no Sul, os revolucionários marchavam em direção à Santa Catarina e ao Paraná, sendo conquistada Curitiba no dia 10 de outubro. Logo em seguida, marcharam em direção ao Vale do Rio Ribeira, em São Paulo, onde se defrontaram com uma força legalista bem preparada, com 6000 homens, aviões e farta munição. Todavia, antes que ocorresse o confronto, Washington

---

<sup>70</sup> FAUSTO, 1975, p. 419-420.

Luís foi deposto por um grupo de altos oficiais das Forças Armadas no dia 24. Logo após esse fato, constituiu-se uma Junta Governativa Provisória, denominada Junta Pacificadora, composta pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, e pelo almirante Isaías Noronha, que entregaria o poder a Getúlio Vargas, com a sua chegada à capital federal, em 3 de novembro.

Na realidade, a Revolução de 1930 foi o desfecho final do questionamento da ordem liberal-oligárquica a partir dos anos de 1910 e, sobretudo, da crise da Primeira República a partir de 1922. Enfim,

1922 leva a 1930, em uma trajetória necessária. Mas 1922 não é 1930, nem a revolução está nas revoltas militares. Nesse curso de oito anos, alimentado por lenta desintegração, as defesas ideológicas do regime republicano perderam a consistência. As glórias sonhadas pelos propagandistas, as utopias dos extremados, o federalismo dos homens práticos convertem-se, na consciência geral, em instituições odiosas. Alguns elementos transformam-se, o federalismo concentra-se no presidencialismo forte, o país essencialmente agrícola transige com as indústrias, mesmo as “artificiais”, o liberalismo cede o lugar ao intervencionismo estatal. Estas oscilações, com reformas secundárias, em vez de satisfazer as reivindicações, confirmam o humor cético, acentuam a descrença do sistema, sugerem a reorganização do teatro e a aposentadoria dos atores. Os governados, que se agitam, perdem a confiança nos dirigentes, preocupados em cimentar as pedras soltas com a violência, quebrando o elo da solidariedade comum.<sup>71</sup>

Dessa maneira, iniciava-se uma nova etapa na história brasileira, com a redefinição da política nacional em termos da liderança do Estado nos destinos da nação.

#### 4.1.3 A presença das ideias de Alberto Torres no Varguismo (1930-1945)

A partir dos anos de 1930, intensificou-se a produção intelectual que buscava fazer um “retrato” do Brasil, tentando-se mostrar a realidade nacional com os males que afligiam a sociedade brasileira e se procurando apresentar os possíveis tratamentos para os problemas por meio de projetos de política que tinham como meta salvar a nação de um quadro de desorganização em que se encontrava e que ameaçava a sua existência. Não foi por acaso que, nos anos de 1930, o pensamento de Alberto Torres foi retomado com mais intensidade como uma referência na constituição de um projeto de política nacional que fosse uma alternativa à política adotada durante a República Velha.

Foi durante os anos de 1930 que se demonstrou um grande interesse pelos livros de Alberto Torres e pela interpretação de seu ideário. Conforme afirma Adalberto Marson,

---

<sup>71</sup> FAORO, 2000, p. 304-305.

o legado nacionalista de Alberto Torres sofreu, posteriormente à década de 1920, uma sucessão de apropriações por parte de movimentos intelectuais e políticos, cuja importância exigiria uma outra investigação. As apropriações foram acompanhadas simultaneamente de rejeições, conforme o tipo de convivência que orientava as interpretações. Uma coisa é certa, a emergência da elaboração ideológica de Alberto Torres está no centro das transformações históricas. Em termos jurídico-políticos corresponde ao objetivo de encerrar o ciclo colonial e inaugurar o ciclo nacional, aproveitando os padrões de organicidade do capitalismo essencialmente agrário e pautado na livre concorrência, com todas as suas derivações.<sup>72</sup>

Nos anos de 1930, movimentos intelectuais e políticos pretendiam constituir uma organização do país capaz de fazer uma unidade entre diversos setores sociais que compunham a sociedade nacional por meio de projetos de política nacional que atendessem aos anseios destes setores sem prejuízo do bem-geral da coletividade sob a direção do Estado, considerado como a representação superior da ideia de nação e identificado como a própria encarnação do bem comum, devendo-se, por isso, colocar o futuro da nação acima dos interesses particulares desse ou daquele grupo social ou facção política. Como afirma Patricia Funes, estes projetos de política nacional tinham como

fator comum a consideração do social sobre o individual, da nação sobre o cidadão. Associado com o anterior há uma grande insistência sobre a necessária condição “técnica”, como requisito da política. Esta concepção “técnica” da política vai indissoluvelmente ligada às reconsiderações sobre o Estado, à ampliação ou modificação de suas funções e de seus conteúdos e – congruentemente – a uma “nacionalização” considerada sob padrões organicistas. A erosão do sujeito liberal leva a pensar a nação de maneira cada vez mais holística e, em estreita relação com isto, a um Estado cada vez mais protagonista, que deve ampliar-se para dar conta da nação.<sup>73</sup>

A Era Vargas, que foi de 1930 a 1945, é dividida em três fases: 1) Governo Provisório (1930-1934); 2) Governo Constitucional (1934-1937) e; 3) Estado Novo (1937-1945). A primeira fase é caracterizada pelos poderes ditatoriais concedidos a Getúlio Vargas, após a supressão da Constituição de 1891, por meio da Lei Orgânica de 6 de novembro de 1930. Entre os vários pontos que constavam nesta lei, destacavam-se os plenos poderes dados ao presidente da República e ao ministro da Justiça Oswaldo Aranha, e a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Estaduais e das Câmaras Municipais de todo o país a partir do argumento do não reconhecimento pela revolução de direitos adquiridos.

Os poderes ditatoriais concedidos a Getúlio Vargas e o tempo de sua vigência foram um ponto de divergência entre os diversos grupos que participaram da Aliança Liberal.

<sup>72</sup> MARSON, 1979, p. 203-204.

<sup>73</sup> FUNES, 2006, p. 332.

De um lado, havia aqueles que desejavam a volta imediata da democracia e a realização de eleições. De outro, estavam os tenentes e os seus aliados civis que enxergavam no retorno à ordem democrática a possibilidade de permanência de resquícios do poder oligárquico, que somente poderiam ser totalmente eliminados com um conjunto de reformas implantado por um governo revolucionário com poderes ditatoriais.

Outro ponto de discordância dizia respeito ao modelo de Estado a ser implantado no Brasil. Novamente havia duas posições bem marcadas. De um lado, os oligarcas dissidentes dos estados mais fortes defendiam um modelo liberal e federativo que limitasse os poderes da União e desse maior autonomia para o poder estadual. De outro, estavam os tenentes e os representantes políticos dos estados do Norte e Nordeste, cada qual com os seus motivos para se posicionarem favoravelmente a um governo central forte. Na perspectiva dos tenentes, somente um Estado centralizador e de tendência nacionalista seria capaz de liderar as reformas necessárias para resolver o problema da desorganização nacional, tais como a exploração do petróleo pelo Estado, a montagem de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização dos recursos naturais e etc. Para os representantes políticos do Norte e Nordeste, a presença de um governo central forte representava a redução da força dos estados do Centro-Sul e, conseqüentemente, a chance de uma maior participação a nível nacional no jogo político.

Cedendo às pressões dos tenentes, que pregavam a necessidade de uma maior centralização e intervenção estatal, o Governo Provisório criou o sistema de interventorias como um mecanismo de controle da política local pelo poder central por meio da nomeação do administrador do estado e de sua subordinação pelo presidente da República. De 1930 a 1932, vários tenentes foram nomeados interventores em diversos estados. Entre esses, dois merecem destaque. O primeiro deles é Juarez Távora que controlou doze estados, desde a Bahia até o Acre, valendo-lhe o apelido de “vice-rei do Norte”. O outro destaque é o tenente pernambucano João Alberto, que comandou o estado de São Paulo logo após a Revolução de 1930. Isto atingiu em cheio o orgulho da elite do estado economicamente mais forte do país, alterando o brio dela e levando a uma campanha em prol de um interventor civil e paulista. Entretanto, é importante notar-se que a ausência de uma ligação entre o interventor e as forças políticas locais não foi exclusividade de São Paulo, observando-se o mesmo fato em outros estados. O resultado disto era um processo contínuo de substituição do interventor. De acordo com Dulce Pandolfi,

entre 1930 e 1935 os vinte estados da federação e o Distrito Federal foram governados por 94 interventores. Dos que haviam sido nomeados em 1930, os únicos que permaneceram no cargo até 1932 foram Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, Punaro Bley, do Espírito Santo, Pedro Ludovico, de Goiás, Olegário Maciel, de Minas Gerais, e Magalhães Barata, do Pará. Em São Paulo, por exemplo, a nomeação no imediato pós-30 do tenente pernambucano João Alberto para chefiar o estado economicamente mais forte do país incomodou a elite paulista. Inclusive o Partido Democrático, que havia participado da Aliança Liberal, sentiu-se desprestigiado e exigiu a sua deposição. Em junho de 1931 foi nomeado o paulista Laudo Camargo, mas as crises sucediam-se, levando a que, em um período de menos de dois anos, fossem efetuados cinco substituições na interventoria paulista.<sup>74</sup>

Portanto, pressionado pelos paulistas, Getúlio Vargas foi tentando contornar aos poucos a situação de insatisfação deles. Primeiramente, nomeou um interventor civil e paulista que era do agrado das elites do estado de São Paulo, no caso, Pedro de Toledo. Depois, novamente pressionado, mas no sentido de completa reconstitucionalização do país, o Governo Provisório mandou publicar, em 24 de fevereiro de 1932, o novo Código Eleitoral, além de um anteprojeto para a Constituição, no qual se estabelecia a eleição de uma Assembleia Constituinte para maio de 1933. O protesto dos tenentes contra estas concessões era contínuo, uma vez que eles constituíam, pelo menos nos dois primeiros anos do Governo Provisório, uma importante base de apoio e legitimidade para Getúlio Vargas. O presidente da República, por sua vez, procurava controlar os tenentes por meio do Clube 3 de Outubro, que congregava elementos diretamente ligados ao governo.

O pensamento de Alberto Torres fez-se presente no programa político tenentista. Este programa é abordado em grande parte na obra *O sentido do tenentismo* de Virgílio Santa Rosa, publicada em 1934, e consistiu no projeto nacional dos tenentes organizados em torno do Clube 3 de Outubro.

Os tenentes buscaram pensadores que pudessem dar aporte às aspirações e concepções do movimento tenentista. Era necessária a elaboração de um programa que se constituísse em fator de congregação das forças tenentistas. Os tenentes perceberam na concepção de organização nacional de Alberto Torres o elemento central para as suas ideias reformistas. Não é por acaso que Barbosa Lima Sobrinho chega a afirmar que “as obras de Alberto Torres haviam passado a livros de cabeceira dos reformadores que explodiram nessa hora agitada em que o Brasil procurava encontrar-se a si mesmo”.<sup>75</sup>

<sup>74</sup> PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 18-19. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

<sup>75</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 507.

Portanto, o pensamento de Alberto Torres teve uma circulação entre os tenentes. Estes se simpatizavam com várias ideias do autor, como por exemplo, a unificação da justiça, a limitação da autonomia estadual e a crítica à adoção de medidas e modelos políticos importados e estranhos à realidade nacional. Pode-se dizer que o programa político tenentista, que foi abordado com profundidade de detalhes por um dos integrantes deste movimento político, no caso, Virgínio Santa Rosa, em sua obra *O sentido do tenentismo*, caracterizou-se por enxergar a produção intelectual de Alberto Torres como um diagnóstico perspicaz dos problemas nacionais no período da República Velha. De acordo com Virgínio Santa Rosa, o programa político do Clube 3 de Outubro, em torno de qual se organizaram politicamente os tenentes, continha, sobretudo,

a tarefa de reconstrução da nova ordem. Um trabalho de crítica profunda das instituições desmoronadas em 1930 e uma obra de destruição sistemática das edificações do individualismo burguês, pacientemente conduzida através de tantos percalços e oposições tenazes, havia acumulado um material abundante e escancarado os olhos de muitos dentre os novos elementos. Assim, nos trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Tristão de Athayde e outros espíritos que iluminaram profundezas julgadas insondáveis e apanharam flagrantes vivíssimos da intimidade da vida nacional. Daí, gravitando ao derredor dos princípios gerais, expostos por esses demolidores da grande burguesia, foi surgindo, aos poucos, o famoso programa do Clube 3 de Outubro.<sup>76</sup>

O pensamento tenentista, fundamentado sob a preocupação com a nacionalidade, utilizou-se do nome e do prestígio intelectual de Alberto Torres para legitimar o seu programa político. Nacionalidade que em Alberto Torres revelar-se-ia por meio de sua preocupação de mostrar o Brasil real aos brasileiros. Segundo Virgínio Santa Rosa, em outro livro intitulado *A desordem* (1932), Alberto Torres é um modelo de sociólogo e pensador a ser seguido porque

o vício maior, que esteriliza o Brasil, é a ausência de um contato direto com a realidade, contato que Alberto Torres procurava de todos os modos, sacrificando a este esforço o êxito de sua carreira política, as ambições de homem público, as horas de lazer, as preocupações de prestígio e de prosperidade.<sup>77</sup>

Um aspecto do pensamento de Alberto Torres que gerava uma identificação entre o seu projeto de política nacional e os tenentes foi a sua crítica ao artificialismo das doutrinas liberais utilizadas durante a República Velha e presentes na Constituição de 1891, sobretudo, no que se refere ao federalismo oligárquico, levando-o a defender a necessidade de uma maior centralização do poder nas mãos do governo central como uma maneira de tornar o

<sup>76</sup> SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 79-80.

<sup>77</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 506.

Estado o agente principal na constituição da nação brasileira. De acordo com Luiz Werneck Vianna,

o Clube 3 de Outubro, que congregou a corrente majoritária do movimento tenentista no pós-30, com o anúncio da institucionalização do país, expresso na convocação da eleição para a Constituinte, apresentará, em fevereiro de 1932, o seu programa de organização nacional. Predominava a linguagem e a perspectiva de Alberto Torres e de seus discípulos, manifesta na acusação do divórcio entre a Carta de 91 e a realidade brasileira e na qualificação do aparato jurídico-político como resultante de um insanável exotismo. Preconiza-se então o reforço do Estado, a reforma do sistema representativo e a submissão da política a órgãos técnicos colegiados. Contudo, difusamente, endossa-se o princípio liberal de um Judiciário como poder independente, prescrevendo-se a generalização do culto do Direito.<sup>78</sup>

Entretanto, a repercussão das ideias de Alberto Torres no programa político tenentista não se restringiu apenas ao plano teórico, alcançando também o prático quando os tenentes foram nomeados por Getúlio Vargas como interventores nos estados. Um exemplo que se pode citar é o de Ary Parreiras, que, uma vez investido no governo do estado do Rio de Janeiro, declarou para o *Diário de Notícias*, em dezembro de 1931, que

posso garantir que este trabalho (de programa) está sendo baseado na obra de Alberto Torres, grande pensador fluminense que foi, talvez, o nosso maior sociólogo. Partindo do pensamento de Alberto Torres, como ponto inicial, os revolucionários estão consultando discípulos do saudoso fluminense, entre os quais os Srs. Oliveira Vianna e Alcides Lins.<sup>79</sup>

A obra *O sentido do tenentismo* de Virgínio Santa Rosa deixa claro os aspectos essenciais do programa político tenentista, tais como a crítica ao modelo político liberal-oligárquico, a importância da formação de uma unidade nacional, a urgência da revisão da Constituição de 1891, a necessidade do conhecimento da realidade nacional, a centralização do poder e outros, facilitando a comparação com pontos importantes do pensamento de Alberto Torres. Virgínio Santa Rosa foi tenente e membro do Clube 3 de Outubro e participou ativamente dos acontecimentos relacionados à Revolução de 1930. *O sentido do tenentismo* é um trabalho escrito no calor dos acontecimentos, constituindo-se em uma fonte histórica sobre a crise da República Velha, a Revolução de 1930 e, principalmente, o movimento tenentista. Para Nelson Werneck Sodré,

a singularidade marcante de *O sentido do tenentismo* esteve na possibilidade, que Virgínio encontrou, de interpretar os acontecimentos na imediata sequência deles. Eram acontecimentos complexos: todo um movimento político que, visto em superfície, apresenta-se de determinada forma, e, visto em profundidade, revelava aspectos muito diferentes. Entre os estudos que apreciaram tal movimento político, o

<sup>78</sup> VIANNA, L., 1989, p. 178-179.

<sup>79</sup> SIMÕES NETO, 1981, p. 85.



estudo de Virgínio Santa Rosa destacou-se de imediato. De que se tratava, na época? De apreciar as mudanças decorrentes da luta entre determinado tipo de política, aquele que visava preservar e manter os interesses das oligarquias que dominavam a República, e outro tipo de política, que se vinha desenvolvendo e se acabou tipificando, a certa altura, nas reivindicações levantadas pelos jovens oficiais, os tenentes, que participavam de sucessivos movimentos de rebelião armada, acabando por configurar claramente uma corrente, a “tenentista”. O “tenentismo”, entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o Estado Novo, ocupou o cenário brasileiro, avultando como manifestação política, cuja complexidade escapava, via de regra, à análise dos contemporâneos.<sup>80</sup>

O pensamento de Alberto Torres e o programa político tenentista presente na obra *O sentido do tenentismo* percebem uma contradição entre os discursos e as políticas adotadas pelo Estado brasileiro durante a República Velha. A partir deste ponto de vista, os tenentes e, anteriormente, Alberto Torres, criticaram a separação entre o país real e o país legal presente nas políticas adotadas pelo Estado na República Velha, que, ao invés de promoverem um futuro melhor, apenas geravam atraso e contínua dependência externa, acentuavam as desigualdades e tensões sociais, ameaçavam a soberania, impediam a formação de uma unidade nacional e obstaculizavam a construção de uma nacionalidade. A superação desta realidade implicava, tanto para Alberto Torres como para o tenentismo, na imposição de mudanças institucionais, ou seja, na presença de um governo central forte capaz de implantar as reformas necessárias para a transformação da realidade nacional e atuar na defesa dos interesses nacionais. Por isso, de acordo com Virgínio Santa Rosa,

os projetos de reforma política endossados pelo tenentismo almejavam os últimos remanescentes das oligarquias partidárias, visando maior consolidação das posições já adquiridas pela pequena burguesia. Era o golpe formidável contra os poderes adversos. A federalização das brigadas políticas tentava minar o poderio incontestável dos governos estaduais, expressão legítima dos caudilhos locais. E a unificação da Justiça, sob a égide do Supremo Tribunal Federal, era o ataque direto aos clãs dos latifúndios, caminhando ao encontro desses núcleos no próprio seio das comarcas. O tenentismo armava, contra o faccionismo das oligarquias regionais, as mais formidáveis forças de que podia dispor. O governador de um estado tornar-se-ia em uma figura quase sem relevo político, reduzido a uma função puramente administrativa. E os juízes federais, livres da pressão dos governichos locais, estremes da influência perniciosa do caudilhismo, passariam a ser considerados como fatores de equilíbrio e moderação na vida rural. O coronel fazendeiro, o senhor de barão e cutelo, o centro de resistência das oligarquias politicantes, desaparecia de súbito dos bastidores. As classes médias, amparadas e protegidas, fortalecidas por incessantes medidas administrativas, hora a hora, destruiriam o predomínio da alta burguesia.<sup>81</sup>

Ainda nos anos de 1910, Alberto Torres defenderia esta posição favorável à necessidade de presença de um governo central mais forte como garantia de uma política

<sup>80</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Prefácio. In: SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. XVI-XVII.

<sup>81</sup> SANTA ROSA, 1976, p. 81.

nacional que beneficiasse não somente os interesses das oligarquias em prejuízo dos interesses gerais da nação. Segundo Alberto Torres,

o espírito liberal enganou-se, reduzindo a ação dos governos: a autoridade, isto é, o império, a majestade, o arbítrio, devem ser combatidos; mas o governo, forte em seu papel de apoiar e desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade, em um regime de inteira e ilimitada publicidade e de ampla e inequívoca discussão, deve ser revigorado com outras atribuições.<sup>82</sup>

É importante frisar que, para Alberto Torres e o tenentismo, a presença de um poder central forte justifica-se pelo fato de que a cooperação entre os membros da sociedade nacional provém de seu bem-estar comum, ou seja, acima dos interesses individuais estão o bem-geral do país e a garantia de sua existência. O tenentismo defende a tese de preeminência da sociedade sobre o indivíduo, com o crescente controle social daquela sobre este. A existência da sociedade depende do bem-geral. O individualismo tão somente promove a desintegração da sociedade ao pregar que os interesses individuais estão acima dos benefícios para a coletividade, sem se preocupar com a representação do todo social e os controles sobre todos os interesses dos indivíduos em nome do bem-geral. Contudo, de acordo com o tenentismo, foi exatamente isto que ocorreu durante a República Velha, quando “os governantes insistiam em desconhecer os anseios nacionais. E a segurança do regime, o conceito da ordem pública, ocultando o jogo dos interesses dominadores de uma única classe, foi erigido em tabu nacional”.<sup>83</sup> Para o tenentismo, ao invés de se fazer prevalecer na sociedade brasileira o bem-geral sobre o individual, o que se observava era

o dissídio entre os governos e as massas urbanas de forma patente e irremediável. O povo atacava o Poder, procurando miná-lo com o ridículo e o descrédito. Em paga, o Poder ignorava o povo. E a estrutura política e social do Brasil tinha de continuar incólume ao terremoto demagógico, devido à ação poderosa das camadas do subsolo econômico. Era aparentemente inútil insistir. O momento ainda não permitia a destruição das fortalezas do individualismo. A falta de espírito associativo na pequena burguesia, agravada pelo estado de inconsciência e subordinação econômica das classes médias do mundo rural, parecia consentir a perpetuação das oligarquias político-regionais.<sup>84</sup>

Neste ponto Alberto Torres também se antecipou e o seu pensamento se faz presente no tenentismo ao afirmar que a sociedade constitui os indivíduos, rejeitando toda forma de análise de uma sociedade que se baseie na ação isolada dos indivíduos. Desse modo, nenhum indivíduo e nenhum setor social deve ter os seus interesses acima do bem-geral da

<sup>82</sup> TORRES, 1978a, p. 172.

<sup>83</sup> SANTA ROSA, 1976, p. 48.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 30.

coletividade nacional, dependendo a legitimidade do interesse individual ou de um grupo de sua boa convergência com o interesse da nação. Para Alberto Torres,

a sociedade faz o indivíduo; o caráter e o valor são, normalmente, determinantes das tendências, sobre uma caudal de energias; quando há ordem na sociedade, cada onda é feita do concurso das correntes individuais; na anarquia, as ondas são feitas dos ímpetos e dos saltos acrobáticos dos apetites e das ambições. As personalidades fortes são esmagadas, de encontro à própria fortaleza; as almas bem-intencionadas, esterilizam-se na amargura e na descrença. Tudo isto, porém, significa apenas uma coisa: a sociedade faz o indivíduo; não pode produzir indivíduos úteis uma sociedade que não se acamou em seu leito natural – que não coordenou a sua direção.<sup>85</sup>

Alberto Torres e o tenentismo preocuparam-se também com a construção de uma ordem social diferente da existente na República Velha em que havia a ausência de integração coletiva, ou unidade entre os membros da comunidade devido à inexistência de um governo central forte e atuante capaz de elaborar e colocar em prática uma política nacional dotada de ação orgânica e organizadora que garantisse as condições de existência dos elementos constituintes da nação. Seria percebendo na nação um lugar onde pudessem os indivíduos realizar os seus ideais de vida e criarem dignamente os seus descendentes e no Estado um aliado que desse condições para a concretização destes objetivos, que cada membro da comunidade nacional sentir-se-ia como pertencendo efetivamente à nação e teria consciência de seu papel na construção dela, despertando-se, assim, uma identidade ou um espírito nacional. Foi exatamente uma política orgânica com o objetivo de se promover uma unidade nacional que, para o movimento tenentista, faltou ao Estado durante a República Velha. Nas palavras de Virgínio Santa Rosa,

faltou um espírito coordenador capaz de incentivar e dirigir as energias das multidões. Reinou a confusão mais desnorteante e nociva, provocada pela exacerbação dos descontentamentos mais desconexos e contraditórios. Não havia uma orientação fixa, um desejo definido. O estado de ânimo era vago e incaracterístico, traduzindo-se em uma hostilidade invencível aos poderes públicos. E, por isso, quando os militares, em crise de indisciplina, lançaram mão do mal-estar nacional, aproveitando-o como matéria-prima, as populações urbanas exultaram, na afoiteza de fazer saltar os bujões das leis e códigos prejudiciais ao seu expansionismo fatal, à sua ascensão como classe social.<sup>86</sup>

Repercutindo nas ideias do movimento tenentista, Alberto Torres defendeu a necessidade da existência de um governo central forte que adotasse uma política orgânica capaz de organizar a vida coletiva, sendo o órgão de direção da nação. Em suma, o Estado deve ter como objetivo estabelecer metas em benefício da comunidade nacional em geral,

<sup>85</sup> TORRES, 1978b, p. 51-52.

<sup>86</sup> SANTA ROSA, 1976, p. 40-41.

criando entre os seus membros o sentimento de unidade. Por isso, de acordo com Alberto Torres, as nações atuais são construídas a partir das políticas nacionais adotadas por seus governantes em prol das comunidades nacionais, ou seja, constituem-se em obras de arte pública. Portanto,

a “nação brasileira” é a **associação dos indivíduos e famílias que habitam o Brasil** com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos de sua política: o “Estado”; formado, sobre o seu habitat territorial: o “País”, graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranquilidade e de segurança, superiores à vontade e ao poder de cada um de seus membros.<sup>87</sup> (grifo do autor).

Na perspectiva de Alberto Torres e do movimento tenentista, o sucesso de uma política nacional depende do conhecimento profundo da realidade nacional e de uma Constituição condizente com as expectativas e circunstâncias do país. No que se refere ao primeiro aspecto, a necessidade de um conhecimento da realidade seria explicada pela importância da compreensão das especificidades do país. Em outras palavras, o Brasil possui uma dinâmica própria de desenvolvimento histórico desde as suas origens até o presente, implicando isto em problemas nacionais que exigiriam um diagnóstico e uma terapia específicos. Portanto, para que o Estado conduzisse o país no sentido da unidade e da soberania nacional seria preciso que os governantes reconhecessem os problemas nacionais e tomassem medidas de ação prática e concreta, não baseadas na importação de ideias exógenas, mas em uma tomada de consciência da realidade. Trata-se da elaboração de um saber científico que permitisse que a realidade da nação fosse desvendada. Segundo Virgínio Santa Rosa, o programa político tenentista condena a ignorância em assuntos sociológicos brasileiros, pois ela é de uma proporção que

muitos de nossos doutores vivem inteiramente alheios a tais assuntos, acreditando somente nos arrebiques democráticos. É que o cordão de isolamento estendido pelos nossos caciques latifundiários ao longo do litoral implicou na carência de conhecimentos gerais de nosso povo, agravando as consequências maléficas do analfabetismo nacional. Agora, quando violentamente arrastados ao compasso desordenado do momento, compreendemos toda a nossa cegueira.<sup>88</sup>

Fazendo-se presente na linha de raciocínio do programa político tenentista, Alberto Torres já havia pregado nos anos de 1910 que é na observação da realidade de cada sociedade que se tem a orientação certa para a compreensão de seus problemas e o caminho para as suas soluções. Logo, de nada serve uma análise abstrata da sociedade fundamentada

<sup>87</sup> TORRES, 1978b, p. 27.

<sup>88</sup> SANTA ROSA, 1946, p. 107-108.

na importação de ideias estrangeiras. A análise e as ideias devem surgir da realidade e não o contrário. Em uma crítica à ausência de uma análise da sociedade brasileira baseada na compreensão da realidade nacional, assim como fariam os tenentes, Alberto Torres afirma que

fora das teorias, tudo quando, em nosso país, tem-se por vida do pensamento e da opinião, é um estado de aérea divagação, erudita e brilhante, em que as ideias diluem-se, dilatam-se e evoluem-se, como para fugir, cada vez mais longe, à vida real, em uma gaseificação de tropos e palavras sonoras – pulverizadas em frases as generalidades mais vagas de todas as escolas – sem que as inteligências tomem pé no trabalho de abstrair, de analisar, de sintetizar e de aplicar.<sup>89</sup>

Quanto ao ponto de defesa da elaboração de uma Constituição condizente com as expectativas e circunstâncias do país, Alberto Torres e o tenentismo criticavam a Constituição de 1891 por não se constituir em uma diretriz que contivesse os instrumentos para que o Estado obtivesse êxito no estabelecimento de uma organização nacional e na criação de uma unidade da sociedade em torno do bem-geral da nação, uma vez que ela era inadequada à realidade do país porque consistia em uma mera cópia de fórmulas estrangeiras. Todavia, de acordo com Virgínio Santa Rosa, os políticos da República Velha

a estimam e endeusam porque não poderão encontrar jamais melhor servidora de seus interesses próprios. Antes de tudo, pela amplidão demarcada ao sistema federativo, ela animou e incentivou os pruridos hegemônicos dos grandes estados e permitiu a expansão das oligarquias quase que o custo da unidade nacional. Depois, no campo de ação e reformas sociais, nada mais útil, aos interesses egoístas de nossa alta burguesia, do que esta velha estrutura constitucional. Votada em 1891, atrasada de séculos, a nossa Magna Carta não podia cuidar de qualquer restrição aos direitos de propriedade individual e nem cogitar de defender aos trabalhadores humildes. Em seu texto, o espírito mais apaixonado e a maior boa vontade nada encontrarão em defesa dos pobres e das classes proletárias. Nem nada disto podia ser encontrado, tendo-se em vista a data de sua promulgação e os princípios arcaicos nela compreendidos. Há, somente, como normas de garantia e proteção individuais, duas ou três fórmulas vagas, abstrações facilmente burláveis, e a instituição caríssima do *habeas corpus*, paraíso dos escravos criminais do interior, demasiado afastada dos bolsos dos miseráveis. É o código mais perfeito do individualismo burguês, a consagração do desejo de infinito crescimento das plutocracias, na ânsia de absorção e esmagamento das outras classes pela burguesia. A Constituição de 91 é, portanto, hipócrita, fictícia, criminosa.<sup>90</sup>

Influenciando a crítica do tenentismo à Constituição de 1891, Alberto Torres defende que o grande problema desta Constituição estava em que ela não aproximava a lei da realidade nacional, baseando-se em abstrações advindas de ideias importadas ou exógenas às circunstâncias do país. Segundo Alberto Torres, no que diz respeito à Constituição de 1891,

<sup>89</sup> TORRES, 1978a, p. 35-36.

<sup>90</sup> SANTA ROSA, 1976, p. 74-75.

uma das causas da confusão da força governamental com a força discricionária, está no caráter das constituições e das leis. Copiadas do estrangeiro, ou formuladas sob inspiração de ideias teóricas, e não atendendo aos fatos da sociedade, nem se aplicando às suas necessidades, o Poder Público sente-se, quando entra em contato com as realidades, desarmado para agir. A Constituição, como lei prática, não pode ser uma lei formal: é um verdadeiro roteiro político; uma síntese, não só dos métodos, processos e instrumentos, necessários ao progresso nacional, senão, também, de seus grandes fins e objetivos, ditados pela natureza de sua terra e de seu povo. Formada neste espírito, ela evita, por um lado, o arbítrio, e habilita o poder a realizar os encargos do governo. Cumpre gravar firmemente nos espíritos esta ideia de que a lei constitucional é uma lei nacional – a fonte de todas as leis nacionais e a lei nacional suprema – onde os problemas do presente e os do futuro devem estar indicados e fixado o índice de suas soluções.<sup>91</sup>

Alberto Torres e, posteriormente, o programa político tenentista criticaram os faccionismos existentes durante a República Velha, pois as lutas entre facções representantes de interesses específicos de certos indivíduos acabam por tornar a política um campo de ação de grupos que visam apenas o estabelecimento de uma ordem que lhes garanta o domínio do poder e os seus interesses em prejuízo do bem-geral da coletividade. Dessa maneira, impede-se o aparecimento de uma política nacional que uniformize os diversos grupos sociais e os seus interesses em prol de uma causa maior e acima de lutas partidárias e sociais que é o desenvolvimento da nação. A política deve deixar de ser um mero instrumento de facções em litígio para se tornar um meio de encaminhar a nação rumo a destinos mais altos, ou seja, ao seu pleno progresso, baseando-se, para isso, em um conhecimento oriundo da experiência e acima dos interesses pessoais, de classe ou de associações. Diante do cenário nacional da República Velha caracterizado pelos faccionismos, perdendo-se a noção de uma política nacional que atendesse aos interesses da coletividade, segundo Virgínio Santa Rosa, “graças à agitação pelo tenentismo provocada em nosso marasmo partidário, o homem brasileiro sentiu a necessidade de uma política mais grandiosa, sem o tacanhismo e a miopia facciosa do passado”.<sup>92</sup>

Portanto, pode-se perceber na crítica do tenentismo às disputas entre facções da República Velha a presença da ideia de Alberto Torres de que os faccionismos criam esquemas de concessão de benefícios e privilégios para alguns indivíduos, pois estes benefícios e privilégios não levam em conta qualidades, méritos ou o bem-geral da coletividade, mas critérios de simpatia, preferência e disputa de poder e interesses particulares apoiados no espírito de corpo e no clientelismo. Dessa maneira, põem-se de lado os critérios de êxito e bem-geral da nação em nome de formas equivocadas de solidariedade que

---

<sup>91</sup> TORRES, 1978a, p. 249.

<sup>92</sup> SANTA ROSA, 1976, p. 125.

estabelecem hierarquias, vantagens, superioridades e subalternidades, cujo efeito é subordinar a justiça social à justiça do agrupamento ou facção. Para Alberto Torres,

a vida de um país tem faces múltiplas, mostra várias e desencontradas flutuações, sob as quais se vai realizando o funcionamento profundo e orgânico da sociedade, despercebido dos que têm os olhos fitos nos acontecimentos superficiais, julgando-os sob a impressão do momento, ou com o critério parcial da posição, da simpatia, da profissão, de solidariedades pessoais ou espirituais. Tenho procurado, em meus estudos, chamar a atenção de meus patrícios e, particularmente, dos que governam, para este fato, comum às nacionalidades modernas de origem colonial, mas, no Brasil, excepcionalmente notável: a ausência de espírito nacional “prático”, da solidariedade patriótica fundada na consciência dos interesses comuns a todos os agrupamentos políticos, religiosos, econômicos, geográficos, comerciais e industriais. Esta solidariedade, quase instintiva nas velhas nações, onde é obra secular de relações, de trocas e de apoio mútuo, só pode surgir, em novas e extensas nacionalidades, com a forma de um móvel consciente e como conhecimento objetivo das necessidades permanentes do país, superiores às divergências e divisões do presente e à sucessão das gerações. No Brasil, com mais forte razão, o estudo da síntese nacional, e o trabalho de educação da opinião e de arregimentação dos espíritos em torno de um programa e de um ideal, é, por força de nossa conformação geográfica, mais difícil e mais necessário.<sup>93</sup>

A partir da observação de certos pontos de aproximação entre o pensamento de Alberto Torres e o programa político tenentista, pode-se deduzir que tanto o intelectual fluminense, nos anos de 1910, como o movimento político dos tenentes, nos anos de 1920 e 1930, sob a influência em vários aspectos deste autor, desenvolveram as suas análises críticas sobre os problemas nacionais e elaboraram projetos de política nacional visando o apontamento de diagnóstico e tratamentos para um país que se encontrava desorganizado e, por isso, incapaz de evoluir como nação. De acordo com Juarez Távora, destacada figura do movimento tenentista e um dos membros fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres,

creio [...] no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, e erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos. Tratemos, pois, de adaptar o regime republicano às nossas realidades, seguindo a diretriz já apontada por Alberto Torres.<sup>94</sup>

Não se deve deixar de abordar os avanços levados adiante na área social pelo Governo Provisório, tais como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Saúde Pública em novembro de 1930 e a promulgação de decretos e leis de proteção ao trabalhador entre 1931 e 1934, que incluíam a fixação da jornada de trabalho no comércio e na indústria em oito horas, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, a adoção da lei de férias, a instituição da carteira de trabalho e o estabelecimento do direito a

<sup>93</sup> TORRES, 1978b, p. 85.

<sup>94</sup> TÁVORA, 1930 apud SIMÕES NETO, 1981, p. 188-189.

pensões e aposentadorias. Além disso, duas legislações trabalhistas foram implantadas. A primeira, de 1933, instituiu a nacionalização do trabalho por meio do estabelecimento de uma quota mínima de 2/3 de empregados nacionais em toda firma industrial ou comercial. A outra legislação dizia respeito à regulamentação dos sindicatos objetivando a montagem de uma estrutura sindical sob a égide do Estado na qual patrões e empregados se vissem representados em suas demandas de classe. Tais demandas que somente teriam possibilidade de serem atendidas no caso de filiação a sindicatos reconhecidos pelo Estado, cabendo a este, nos conflitos entre patrões e empregados, exercer o papel de intermediador por meio das Juntas de Conciliação. Assim, com o Decreto 19.770 de 19 de março de 1931, adotou-se o modelo de um único sindicato reconhecido pelo Estado para cada categoria profissional. Segundo Ângela de Castro Gomes, a política trabalhista começou a se delinear claramente, principalmente, durante a administração de Salgado Filho no Ministério do Trabalho entre abril de 1932 e julho de 1934, quando

foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, quer em termos das condições de trabalho (horário, férias, trabalho feminino e de menores), quer em termos das compensações sociais devidas àqueles que participavam da produção (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões), quer em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissões e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho). Trata-se de um período chave, no qual o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social, tentando através dela desenvolver uma série de contatos com “empregados” e “empregadores”. O seu objetivo era ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do Ministério.<sup>95</sup>

Entretanto, inicialmente, esta política trabalhista encontrou resistência para a sua aplicabilidade por parte tanto dos trabalhadores como dos patrões, o que com o passar do tempo foi superado, pois “ao mesmo tempo em que afastava antigas lideranças operárias, anarquistas e comunistas, comprometidas com a autonomia sindical do passado, o governo estimulava a emergência de novas lideranças que pudessem compactuar com o seu projeto corporativista”.<sup>96</sup>

A organização da estrutura sindical sob a égide do Estado, com sindicatos que representassem as demandas de classe de patrões e empregados, cabendo ao poder estatal por meio das Juntas de Conciliação o papel de intermediador para a solução de conflitos entre classes, tinha como objetivo a organização da sociedade, pelo menos a urbana, onde a legislação trabalhista do Varguismo alcançou, em categorias não competitivas, mas integradas

<sup>95</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1987, p. 177.

<sup>96</sup> PANDOLFI, 2003, p. 20.



solidariamente com a finalidade de se pôr fim aos conflitos sociais que impediam a organização nacional. Em outras palavras, a estrutura sindical, que se inseria dentro do projeto corporativista do Varguismo, era uma das bases para a instauração de uma nova ordem na sociedade brasileira em que predominasse a atuação coordenada de cada categoria exercendo a sua respectiva função dentro do organismo social sob o controle de um órgão central, forte e diretor ou “cérebro” da sociedade, no caso, o Estado, possibilitando o desenvolvimento em sua totalidade do país. Dessa maneira, o corporativismo fazia parte de uma política orgânica ou integral, segundo o qual, o desenvolvimento do organismo social dependia da consciência do papel de cada órgão, setor ou categoria social, exercendo-o de maneira regular e adequada, mas em harmonia com os demais órgãos a partir da coordenação de um órgão central ou “cérebro” da sociedade, ou seja, o Estado, que deveria por meio de políticas que atendessem as demandas das diferentes categorias, mas sem perder de vista o bem-geral da coletividade, enviar estímulos para a atuação disciplinada e harmônica de todos os órgãos sociais, promovendo, assim, o funcionamento coordenado das partes componentes do organismo social em prol de sua contínua evolução.

A estrutura sindical e a legislação trabalhista pensadas pelo Varguismo tinham três finalidades: 1) inserirem o trabalhador urbano como um aliado da política nacional da Era Vargas que objetivava a superação da ordem liberal-oligárquica da República Velha e a organização e modernização nacional, tornando-o em um importante ator político neste processo; 2) estabelecerem um sistema de ordem, cooperação e solidariedade interclasses, e; 3) afirmarem o Estado como poder capaz de disciplinar e dirigir a ação de diferentes forças sociais, sobrepondo os interesses da coletividade aos individuais. Em discurso à Assembleia Constituinte em 1933, Getúlio Vargas afirmou que

o Estado, qualquer que seja o seu conceito, nada mais é, na realidade, do que coordenador e disciplinador dos interesses coletivos ou a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu progresso. Daí uma intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo, e, finalmente, desenvolvendo providências de diversas naturezas para prover o bem-comum.<sup>97</sup>

Estas palavras de Getúlio Vargas acabam remetendo à concepção de política orgânica ou integral de Alberto Torres. Seguindo a ideia de Herbert Spencer de que em sociedades nas quais não há cooperação entre os seus membros, a solução é a imposição de um centralismo hierárquico, Alberto Torres defendia a implantação de um Estado forte e

<sup>97</sup> VARGAS, 1933 apud VIANNA, L., 1989, p. 187-188.

coordenador de uma estrutura social em que cada setor social teria uma função a ser exercida em harmonia com as ações e os papéis dos demais em prol do desenvolvimento ordenado e equilibrado da sociedade nacional em geral. Contudo, para que isto aconteça, é preciso que o poder estatal reconheça as demandas dos diversos setores sociais, atendendo-as por meio da representação e participação política de cada um deles em um projeto de política no qual o Estado posiciona-se como um poder atuante na defesa dos interesses nacionais. Em troca da representatividade, do reconhecimento da existência e do atendimento das demandas dos setores sociais, o Estado tem o direito de coordenar as atividades e demandas deles no sentido de que sejam compatíveis com uma política nacional adotada pelo poder estatal que objetiva a integração, a organização e o desenvolvimento da nação. A este tipo de política nacional caracterizada pela direção do Estado, capaz de elaborar e colocar em prática um programa de reformas dotado de iniciativas adequadas à realidade nacional em benefício do interesse geral, atender as demandas e dar representatividade a diversos setores sociais e coordenar a ação dos elementos constituintes da comunidade nacional, Alberto Torres deu o nome de política orgânica ou integral. Ademais, a política orgânica ou integral de Alberto Torres tem fortes traços de corporativismo, uma vez que a prioridade seria que as demandas dos diversos setores sociais fossem reconhecidas e atendidas pela política nacional do Estado como uma participação na política por meio da representação por categorias e não por partidos ou fações, estando estes mais preocupados com disputas de poder e interesses de grupos geralmente dominantes do que com compatibilizar as suas demandas com o objetivo maior da política que deveria ser o bem-geral da coletividade. Com relação ao papel do Estado de impor uma direção à sociedade nacional e integrar as ações e interesses dos diversos setores sociais de modo a instaurar relações sociais harmônicas em prol do desenvolvimento do organismo social e evitar o predomínio dos interesses particulares sobre os gerais, Alberto Torres afirma que

as forças sociais reduzem-se, em última análise, a vontades, atos e relações – fatos positivos, observáveis, verificáveis: estas forças obedecem a impulsos, se não sempre egoístas, sempre individuais e imediatos. **As únicas forças da sociedade, que, assim, poder-se-iam dizer espontâneas, caminham para realizar desejos e satisfazer necessidades de caráter individual.** Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de **manter** a vida do país, no que interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com os seus vários órgãos. A nação a quem falta este órgão está condenada a dissolver-se, a desagregar-se, a ser conquistada se o momento é propício ao surto de outro povo mais forte, mais bem governado. O papel dos governos contemporâneos, nas sociedades normalmente organizadas, consiste em defender os indivíduos contra os abusos do individualismo, a sociedade, contra os seus déspotas espontâneos; em fazer a polícia da vida nacional e econômica, contra os privilégios, os monopólios, os açambarcamentos dos “reis” das soberanias argentárias.<sup>98</sup> (grifo do autor).

<sup>98</sup> TORRES, 1978b, p. 117-118.

Portanto, como se pode observar, tanto a política nacional seguida durante o Varguismo como a política orgânica ou integral pensada por Alberto Torres, acreditavam que o desenvolvimento da sociedade nacional dependesse da ação integrada de diversos setores sociais, cada um exercendo a função social que lhe couber em harmonia ou sem conflitos ou lutas com os demais e possuindo voz e participação na política nacional para se atender as suas demandas por meio de uma representação por corporações. Contudo, o bom funcionamento deste sistema político orgânico passa pela coordenação de um órgão central que é o Estado, cujas funções são elaborar e colocar em prática uma política nacional em consonância com as necessidades impostas pela realidade nacional, procurar atender as demandas de diversos setores sociais desde que isto não prejudique o bem comum e garantir a ação coordenada e harmônica dos elementos constituintes da comunidade nacional.

Na área econômica, o Governo Provisório buscou intervir em importantes setores produtivos com a criação de órgãos responsáveis pelo controle da produção e comercialização. O principal setor a sentir esta maior interferência do governo foi o cafeeiro, tendo-se como objetivo retirar de São Paulo o controle absoluto sobre a política cafeeira. Para isto foi criado, a princípio, em maio de 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC), constituído por delegados dos estados produtores, e, depois, em fevereiro de 1933, surgiu o Departamento Nacional do Café (DNC), formado por diretores nomeados pelo ministro da Fazenda. Outros setores que presenciaram um maior controle estatal foram o cacaueteiro, com a criação do Instituto do Cacau em 1932, e o canavieiro, com o aparecimento do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933. Além disso, o governo também passou a se preocupar com o desenvolvimento de uma política de comércio exterior, criando para a sua aplicação, em 1934, um órgão denominado Conselho Federal de Comércio Exterior.

Estes novos rumos da política econômica foram o resultado da repercussão no país da crise mundial de 1929, que causou efeitos como a queda no valor dos principais produtos de exportação do Brasil, a interrupção no afluxo de capitais externos e o consequente desequilíbrio nas contas do país e o declínio das importações. Por causa destes fatores, o governo viu-se na necessidade de estimular a produção interna para compensar a dificuldade de aquisição de certos bens antes mais facilmente importados e de ampliar a variedade de possíveis produtos de exportação para um reequilíbrio das contas do país, com a inclusão de frutas (laranja, abacaxi, banana), do algodão e de minérios e produtos extrativos vegetais (oleaginosos, a cera de carnaúba, etc.).

as perspectivas de nosso intercâmbio externo, nas bases tradicionais, não se mostram pois nada favoráveis. E com isto é todo um velho sistema econômico que entra em decomposição. Tal processo de decomposição vem de longa data. Observando a nossa evolução desde princípios do século XX (para não falar no que já vinha de antes), verifica-se que é então que se situa a última culminância daquele sistema. Saía-se de uma fase de expansão ininterrupta e o futuro ainda parecia brilhante. Entretanto, verificou-se um estacionamento, e logo em seguida o declínio que depois de 1930 torna-se precipitado. Isto evidencia que a base oferecida pelo nosso antigo sistema, voltada precipuamente para o exterior, torna-se progressivamente mais estreita e incapaz, por isso, de sustentar a vida do país. E vindo de tão longa data como vem, este declínio mostra que é independente de conjunturas momentâneas e representa qualquer coisa de permanente e profundo em nossa evolução. A análise da situação econômica geral do mundo moderno levaria à mesma conclusão. Dentro da ordem contemporânea do universo, somente conjunturas excepcionais poderiam momentaneamente restaurar um ou outro setor particular de nosso comércio exportador.<sup>99</sup>

Por conseguinte,

são todas essas circunstâncias que levarão a economia brasileira para novos rumos, que são os únicos que lhe sobriam para sair das contradições profundas em que se embrelhara. Isto é, refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população. Romper definitivamente com o seu longo passado colonial, e fazer-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheios. Esta evolução encontra-se em andamento. Mas forças poderosas contêm o seu ritmo: não somente os interesses fundados na ordem passada, e ainda essencialmente dominantes, mas a inércia de toda a parte mais importante e substancial da estrutura e organização econômica do país que se constituiu em função de uma finalidade e é agora solicitada por outra. Uma análise atenta da organização econômica do país mostra-nos que o essencial nela, desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a disposição dos centros urbanos, a rede de transportes, até o aparelhamento comercial e financeiro, dispõe-se, sobretudo, para atender aos objetivos que desde os remotos tempos de sua formação, a ela essencialmente impôs-se: a produção de gêneros exportáveis. E isto sem contar poderosos fatores sociais e políticos que agem no mesmo sentido.<sup>100</sup>

Um aspecto importante presente no projeto de política econômica durante o Governo Provisório e que também foi tratado na produção intelectual de Alberto Torres diz respeito à necessidade do desenvolvimento de um mercado interno. Tanto para Getúlio Vargas como para Alberto Torres, o Estado deve estimular a criação de um mercado interno eficiente para a produção do desenvolvimento geral do país, com o incentivo à produção de gêneros destinados ao consumo interno. Na perspectiva de Getúlio Vargas e do Governo Provisório, o desenvolvimento do mercado interno implicava na superação de vários obstáculos à produção, à circulação interna de mercadorias e ao consumo, sendo fundamental para isto a adoção de iniciativas como

<sup>99</sup> PRADO JÚNIOR, 1978, p. 296-297.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 298.

a incorporação de certos rincões abandonados à própria sorte, a eliminação de barreiras internas para o desenvolvimento e integração do país e a necessidade de promover uma melhor comunicação entre as regiões, através de melhorias e da organização dos serviços ferroviários e fluviais.<sup>101</sup>

Alberto Torres já havia desenvolvido perspectiva similar ao pregar também a ideia de que o desenvolvimento do mercado interno dependeria de uma ação estatal baseada em uma política econômica que superasse sérios obstáculos ao estímulo da produção, da circulação de mercadorias e do consumo, tais como a ausência de uma organização do trabalho, a perturbação das relações econômicas e comerciais e a desordem do sistema fiscal e tributário. Sem o desenvolvimento de um mercado nacional com a produção de gêneros destinados ao consumo interno é impossível que o país consiga reduzir a sua dependência externa, ficando a economia brasileira dependendo da exportação de produtos básicos para o abastecimento nacional pelo fato de que a produção é em quase a sua totalidade fundamentada em monocultura voltada para a exportação, e estabelecer uma organização na economia nacional. Para Alberto Torres, compete ao Estado

velar, atentamente, pela produção e pelo comércio nacional, dirigi-lo; aconselhá-lo e orientá-lo, para impedir que interesses particulares, de indivíduos, localidades ou de estados, venham a provocar correntes ou trocas comerciais que importem prejuízos graves e avultados, em troca de limitados benefícios, pessoais ou locais.<sup>102</sup>

Todavia, há um ponto de divergência entre a política econômica do Governo Provisório voltada para o desenvolvimento do mercado interno e o pensamento de Alberto Torres, que é a promoção do progresso dos transportes como fator de estímulo à economia nacional. Para Getúlio Vargas, o incentivo ao desenvolvimento dos transportes com o estabelecimento de um plano de expansão das malhas ferroviária, rodoviária e hidroviária resultaria em facilidades para o comércio de mercadorias entre as diversas regiões do país. Isto contribuiria para o aumento dos meios de produção e da circulação das riquezas no Brasil. Segundo Cláudia Wasserman,

a preocupação com o desenvolvimento dos transportes reflete-se no entendimento da necessidade de criação de um mercado interno eficiente, onde também produtos de subsistência ou não destinados à exportação pudessem ter uma importância no desenvolvimento geral do país. O ponto dezessete do chamado “plano de reconstrução nacional” de Vargas, ao assumir a chefia do Governo Provisório, referia-se a esta questão: “[...] 17) organizar um plano geral, ferroviário, rodoviário e hidroviário, para todo o país, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião”.<sup>103</sup>

<sup>101</sup> WASSERMAN, 2002, p. 127.

<sup>102</sup> TORRES, 1978a, p. 233.

<sup>103</sup> WASSERMAN, op. cit., p. 127-128.

Por outro lado, para Alberto Torres, a promoção do progresso dos transportes não resulta necessariamente em um fator de desenvolvimento do mercado interno por facilitar a comercialização de mercadorias e a circulação de riquezas entre as diversas regiões do país. Pelo contrário, pode-se até constituir em elemento nocivo à economia nacional, uma vez que estimula o êxodo rural, a comercialização das riquezas nacionais com o exterior, o consumo de produtos supérfluos e a incorporação de hábitos e costumes prejudiciais à estabilidade e ao trabalho no interior do Brasil. Citando a construção de ferrovias como exemplo, Alberto Torres acredita que é uma ilusão a crença no progresso dos transportes como um fator de estímulo ao desenvolvimento da economia nacional, pois

as estradas de ferro satisfizeram, entre nós, até certo ponto, a necessidade, e realizaram progressos; é ainda possível que, em um ou em outro raro caso particular, esquecido por falta de apoio, ao passo que outros, menos necessários, eram atendidos, seja conveniente abrir um novo traçado, estendendo-se uma nova linha, aqui ou acolá, – mas o que não deixar dúvidas em nenhum espírito claro, capaz de ver as realidades sem as visões do preconceito e da fantasia, é que a nossa viação tem ido além dos interesses da população e da economia, tornando-se antes fator de ruína que de civilização. As estradas de ferro criam transportes, mas seria inexacto dizer-se que, nos países novos, promovam circulação e distribuição econômica: o que elas realmente fazem é estimular a exploração extensiva. Com este efeito, cooperam para todos os males assinalados; e, facilitando o intercurso do interior para as praças comerciais, contribuem para a **falsa** troca econômica (uma das grandes causas de ruína, nos países novos), com introdução, em grande escala, de mercadorias de luxo, gêneros de pronto consumo e vitualhas, em troca da extração e do desbarato das riquezas naturais.<sup>104</sup> (grifo do autor).

Um desafio igual ou até mesmo maior do que a situação econômica a ser enfrentada pelo Governo Provisório foi a insatisfação constante dos paulistas demonstrada desde a vitória dos insurgentes da Aliança Liberal na Revolução de 1930. Tal insatisfação que se iniciou quando, conforme já foi citado anteriormente, nomeou-se um interventor pernambucano, João Alberto, para governar o estado de São Paulo. As elites paulistas viram nesta atitude de Getúlio Vargas uma forma de atingir o orgulho e o poder do estado mais rico do país e, como reação, no fim de 1931, o Partido Republicano Paulista uniu-se ao Partido Democrático e a várias associações de classe ligadas à lavoura, ao comércio e à indústria para fundarem a Frente Única Paulista e exigirem a nomeação de um interventor civil e paulista. Getúlio Vargas cedeu à pressão paulista e substituiu João Alberto pelo civil e paulista Pedro de Toledo. Porém, os paulistas desejavam algo mais. Queriam a reconstitucionalização do país e, novamente, sentindo-se pressionado, Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, no qual se instaurava o voto secreto e o voto classista.

---

<sup>104</sup> TORRES, 1978a, p. 189-190.

Aliás, o Código Eleitoral de 1932 tem a presença do pensamento de Alberto Torres, pois, em 1914, quando publicou a obra *A organização nacional*, o intelectual fluminense não somente defendeu a ideia do voto e da representação classista, mas também a inseriu em seu projeto de revisão da Constituição de 1891. O Código Eleitoral de 1932, ao estabelecer a representação classista na Assembleia Constituinte, acabou estimulando a densidade sindical, pois, ao lado de uma bancada proporcional, estipulava-se uma outra composta por 214 representantes dos ramos da produção do país, incluindo tanto empregadores como empregados. Desse modo,

o código instituía também a representação classista, uma das reivindicações do tenentismo. Da Assembleia Nacional Constituinte que ira ser convocada, além dos parlamentares eleitos pelo voto direto da população de eleitores, participariam representantes das associações de classe, eleitos indiretamente por delegados escolhidos pelos sindicatos de suas respectivas categorias profissionais. A ideia era que a bancada classista funcionasse como uma força auxiliar do governo, neutralizando, em certo sentido, a força dos representantes das oligarquias regionais na futura Assembleia Constituinte.<sup>105</sup>

Na obra *A organização nacional*, Alberto Torres defendeu o voto e a representação classista como uma possível solução para um dos grandes problemas da política brasileira, que seria a luta pelo poder entre facções que não tinham em vista o bem-geral da coletividade, mas apenas os interesses particulares de certos indivíduos ou grupos. Consequentemente, as ideias e as posições destas facções não se fundamentavam em um conhecimento da realidade nacional, mas no jogo político das disputas pessoais pelo poder. Por outro lado, na perspectiva de Alberto Torres, por meio da representação classista, dar-se-ia voz à sociedade e não só a uma parte dela, o que representaria o começo de um equilíbrio social fundamental para se obter a organização nacional, a qual dependeria do esforço conjunto e do apoio de diversos setores sociais. Entretanto, para isto, seria preciso que diversos setores sociais se sentissem atendidos em suas demandas pelo Estado, o que dependeria de uma participação na política nacional por meio de uma representação que consistisse na voz de cada um deles junto ao poder estatal. É importante observar que, para Alberto Torres, a representação classista e a consequente relação estabelecida entre diversos setores sociais e o Estado não se trataria de uma manipulação da sociedade pelo poder estatal, mas de uma relação de troca, na qual os setores sociais utilizar-se-iam de sua representação para pressionar o Estado no sentido de incorporar à política nacional as suas demandas sem prejuízos aos interesses da coletividade e, em troca, eles dariam ao poder estatal o apoio necessário para a concretização das ações políticas que levariam o país a um quadro de

---

<sup>105</sup> PANDOLFI, 2003, p. 23-24.

organização nacional. A eleição dos membros do Congresso Nacional por meio do voto classista ao lado do voto direto da população de eleitores

tende a dar a mais completa realidade possível à representação das opiniões e dos interesses. Ilusório, como seria em nosso tempo, retroceder à forma do governo de partido, impõe-se organizar a representação de modo a que o Poder Legislativo possa-se considerar o expoente da mentalidade do país, onde todos os órgãos do espírito e da atividade nacional tenham voto, para apurarem, com detido exame das opiniões e dos interesses e à luz da orientação social que a Constituição determina, o modo de solver as aspirações e necessidades do presente, mantendo e promovendo o desenvolvimento dos fatores gerais e permanentes da evolução do país. O projeto realiza, com a maior perfeição possível, o ideal do sistema representativo, já no ponto de vista da delegação do mandato, já no da representação dos interesses e das ideias. Maiorias e minorias perdem, assim, no conjunto das diversas formas da representação, a feição arbitrária dessas coletividades pessoais, heterogêneas, ou incolores, a que estão hoje reduzidos, em toda parte, os partidos políticos –, agremiações puramente numéricas, de todo anódinas, como valores sociais e intelectuais.<sup>106</sup>

Apesar das tentativas de apaziguamento de São Paulo por parte de Getúlio Vargas, houve uma manifestação na capital paulista contra o Governo Provisório em maio de 1932, na qual estudantes universitários, comerciários e profissionais liberais, percorrendo em passeata a cidade, protestavam contra os tenentes e o presidente da República. Na noite do dia 23, os manifestantes assaltaram uma casa de armas e atacaram as redações dos jornais tenentistas e o seu clube político, a Legião Revolucionária. Em reação, quatro estudantes foram mortos, Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo, cujas iniciais dos nomes seriam utilizadas para denominar o clube cívico MMDC.

O MMDC teve um papel importante para a preparação da revolução paulista que estourou em 9 de julho de 1932, a qual teve como bandeira a causa da constitucionalização do Brasil. A Revolução Constitucionalista foi liderada pelo general Isidoro Dias Lopes e contou com o apoio de um pequeno contingente do Mato Grosso sob o comando do general Bertoldo Klinger e de milhares de voluntários paulistas. Apesar das enormes somas de dinheiro que possuíam, o que possibilitou a compra de um considerável material bélico, os paulistas viram-se diante de dois sérios problemas decisivos para o rumo tomado pelo levante. Primeiramente, os paulistas estavam isolados na capital, pois não conseguiram o apoio do restante do país e, no próprio estado, o interior manteve-se indiferente. O outro problema referia-se à inferioridade bélica e numérica. O porto de Santos foi bloqueado pelo governo e os paulistas acabaram encurralados na capital do estado pelas forças legalistas. Diante de tal situação, os constitucionalistas perceberam a inevitabilidade da derrota e, em 14 de setembro, tentaram um armistício com o ministro da Marinha, almirante

<sup>106</sup> TORRES, 1978a, p. 254-255.



Protógenes Guimarães, por meio de Bertoldo Klinger. Os primeiros contatos neste sentido estabeleceram-se a partir de 29 de setembro, mas sem qualquer sucesso.

Enquanto isso, Campinas era sitiada pelas tropas federais, obrigando a tropa da Força Pública Paulista que se encontrava na cidade a se render em 1º de outubro. No dia seguinte, o general Bertoldo Klinger decidiu pedir a paz ao governo federal, pondo fim à Revolução Constitucionalista. O saldo final foi a morte de 633 paulistas, a prisão, a cassação dos direitos políticos ou o exílio dos principais líderes do movimento, e a nomeação de um novo interventor, o general Valdomiro Castilho de Lima. Todavia, este processo de depuração não só se abateu sobre os revoltosos paulistas, mas também

por parte da liderança gaúcha e mineira que havia participado da Revolução de 30, como Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Eptácio Pessoa, por ter apoiado a causa paulista, foi alijada do processo político em curso e mais de 500 oficiais foram expulsos das Forças Armadas. Depois da experiência de 1932, reestruturar as Forças Armadas e fazer delas um ator político significativo passou a ser uma das preocupações centrais de Vargas. Para tal era necessário eliminar os antigos generais nomeados pelos governos anteriores a 1930. Isto se tornou possível, em parte, graças à participação de vários deles na Revolução Constitucionalista. Se até 1932 ainda havia a predominância de generais anteriores a 1930, como João Gomes, Tasso Fragoso e Valdomiro Lima, depois da Revolução Constitucionalista, passou a haver uma ascendência de novos generais, como Pargas Rodrigues, Guedes da Fontoura, Pantaleão Pessoa, José Pessoa, Góis Monteiro e Eurico Dutra, ocupando os dois últimos importantes posições no Ministério da Guerra e no Clube Militar.<sup>107</sup>

Apesar da derrota militar na Revolução Constitucionalista, no campo político, os paulistas obtiveram um relativo êxito decorrente do levante, pois, além do Governo Provisório comprometer-se a dar continuidade a um processo de reconstitucionalização com a convocação de uma Assembleia Constituinte a ser instalada em 10 de novembro de 1933, também, a partir de agosto de 1933, São Paulo passou a ter um interventor alinhado com as aspirações das elites deste estado. No caso, o civil e paulista Armando Sales de Oliveira. Pode-se dizer que

se no enfrentamento pelas armas, São Paulo saiu derrotado, no plano político o seu trunfo não poderia deixar de ser visível. Em agosto de 1933, o Governo Provisório finalmente contemplou os seus antigos aliados paulistas na Aliança Liberal, os “democráticos”, nomeando um interventor civil de grande prestígio entre as elites do estado: Armando Sales de Oliveira, membro do Partido Democrático e cunhado de Júlio de Mesquita Filho, proprietário do diário paulistano *O Estado de São Paulo*, órgão de imprensa que foi um inquebrantável bastião dos liberais paulistas por várias décadas e ferrenho crítico de Getúlio Vargas. Por outro lado, Vargas decide colocar o país de volta nos trilhos da vida constitucional e marca para maio de 1933 as eleições que indicariam os membros da Assembleia Nacional Constituinte.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> PANDOLFI, 2003, p. 26.

<sup>108</sup> AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo, COELHO, Hercídia. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 28-29.

Na realidade, os maiores derrotados, no final das contas, com o processo de reconstitucionalização foram os tenentes e os seus aliados civis. Contrariados em seu posicionamento favorável à continuidade de um governo com poderes ditatoriais, acabaram por tomar posições diferentes com relação à questão. Um primeiro grupo, composto por Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti e Juarez Távora, decidiu pela rearticulação das agremiações partidárias e pelo alistamento eleitoral, criando vários partidos estaduais, organizados pelos interventores de origem tenentista. Outro grupo, constituído por nomes como Carneiro de Mendonça e Augusto Maynard, optaram pela neutralidade e pelo distanciamento diante das eleições. Um terceiro, formado por desiludidos com os rumos tomados pelo governo oriundo da Revolução de 1930, optou pela adesão a movimentos como o integralismo e o comunismo. E finalmente, havia aqueles tenentes, como Manuel Rabelo, que defendiam a substituição do Governo Provisório por uma ditadura militar.

Nas eleições de 1933, é importante destacar que, além da participação das mulheres por meio do voto, os grandes vitoriosos foram os partidos estaduais sob o controle dos interventores. A grande exceção foi São Paulo, onde o Partido da Lavoura, organizado pelo interventor, perdeu as eleições para uma chapa única denominada “São Paulo Unido”, formada a partir de uma aliança entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático. Cabe salientar também o envolvimento da Igreja no processo eleitoral por meio da mobilização do eleitorado católico com a criação da Liga Eleitoral Católica que cooptava votos para os candidatos que aderiam à sua doutrina.

A Constituinte iniciou os seus trabalhos em 15 de novembro de 1933 e os concluiu em 16 de julho de 1934, quando foi promulgada a nova Constituição. Um dos aspectos interessantes desta Constituição era a possibilidade de que Getúlio Vargas continuasse na Presidência da República, uma vez que estabelecia que a eleição para o primeiro mandato fosse realizada pelo Congresso, e este elegeu Getúlio Vargas. Assim, o governante partiu para um segundo mandato, mas agora como presidente constitucional. Outros pontos presentes na Constituição de 1891 foram a extinção do cargo de vice-presidente da República, o estabelecimento do voto secreto e extensivo às mulheres, a criação da eleição de 1/5 dos deputados da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais pelo voto de organismos de classe, a redução dos senadores a dois por estado com mandato de oito anos, a determinação do mandato de quatro anos para os deputados, a formação de ministérios com assessorias técnicas, o estabelecimento de uma legislação trabalhista, a disposição do mandato de segurança, a obrigatoriedade do ensino primário gratuito e a criação de um Conselho Superior de Segurança Nacional.

Entretanto, a característica liberal da nova Constituição, não dispendo o Estado dos poderes suficientes para uma maior centralização, faria com que Getúlio Vargas ficasse insatisfeito com ela e demonstrasse um anseio de revisá-la o mais breve possível. De acordo com Raymundo Faoro, a Constituição de 16 de julho de 1934 criou

um regime de transição, com uma única realidade: a simples modernização do estatuto de 1891, peado o chefe do governo de ousar reformas e transformações. A um escritor, Getúlio Vargas, sempre cauteloso nas confidências, não poupou críticas à Constituição, jurando ser o seu primeiro revisionista. “Os constituintes” – declarava – “tinham se esquecido do Brasil. O governo da União fora despojado dos meios de realizar os seus fins de supervisão administrativa e política da nação”. “Senti” – depõe o arguto ouvinte – “que o que o impressionava era o destino da Federação, ameaçado de ser novamente entregue, sem armas para defender-se, à desenfreada disputa dos estados”. Poderia repetir as palavras com que abrisse os trabalhos da Constituinte, ao fazer a crítica do regime deposto: “A obra política criada deixara a nação fora do Estado, e a reação anunciava-se inevitável”.<sup>109</sup>

O período entre 1930 e 1934, durante o Governo Provisório, caracterizou-se por um grande interesse pela leitura e discussão da produção intelectual de Alberto Torres. Segundo Barbosa Lima Sobrinho,

foi nessa hora inquieta e tumultuária, nessa hora de revulsão de problemas e de soluções, que a obra de Alberto Torres ressurgiu, como visão de realismo e de doutrinação e como pesquisa de reformas práticas. Ressurgiu, inicialmente, com a republicação dos livros que ele havia escrito, *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*.<sup>110</sup>

Entre os trabalhos publicados nesse período que buscaram interpretar o ideário do intelectual fluminense, pode-se citar o livro de Cândido Mota Filho denominado *Alberto Torres e o tema da nossa geração*, lançado em 1931. Nele se busca em Alberto Torres um ponto de apoio para o rumo a ser seguido pela política nacional em um momento de transformação pelo qual o país passava diante da queda das oligarquias e da crise econômica mundial. A nova política nacional que, a partir da interpretação do pensamento de Alberto Torres, dever-se-ia fundamentar em uma análise da realidade brasileira e não na importação de fórmulas alheias. Seria com tal análise que se encontraria os problemas que impediam a constituição de uma verdadeira nacionalidade e, ao mesmo tempo, possíveis soluções para suplantá-los. Dessa maneira, o Brasil poderia implantar instituições fortalecidas por sua capacidade de se adaptar às circunstâncias da realidade nacional e ter consciência de si e de suas potencialidades, estabelecendo um mínimo de organização nacional. Isto explica porque Cândido Mota Filho dá ênfase em Alberto Torres

<sup>109</sup> FAORO, 2000, p. 325-326.

<sup>110</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 505-506.

em seu aguçado senso de realidade. De um lado, um combate lúcido aos conceitos depressivos, à doutrina da inferioridade da raça, ao prejuízo dos males da mestiçagem; de outro lado, a demonstração de que não se poderia ter esperado do brasileiro mais do que ele poderia ter dado, nas condições em que se encontrou. E como fanal, para alumiar o futuro, a necessidade de deixar de ser colônia do capital e do trabalho estrangeiro. A afirmação da personalidade nacional, com a sua autonomia, a sua tranquilidade, a confiança em si mesmo, mas confiança lúcida, corajosa, decidida. Por isso é que Cândido Mota Filho concluía que “Alberto Torres é um despertar de consciência”. A sua mensagem era a de que precisava desaparecer o Brasil dos desalentos, das submissões, da humildade, “para ser substituído por um Brasil dotado de uma organização nacional, com as suas instituições constitucionais fortalecidas e com uma consciência larga e definitiva de si mesmo”. Por isso, na hora em que tudo parecia afundar na voragem, a sua figura surgia como inspiração, consolo, certeza – a certeza de um destino, como haveria de ser o destino de um Brasil consciente de si mesmo.<sup>111</sup>

No ano seguinte ao da publicação do livro de Cândido Mota Filho, foram lançadas duas obras que se inspiraram em Alberto Torres e fizeram referência ao seu pensamento. Alceu Amoroso Lima, em *Política*, refere-se a Alberto Torres como um modelo de pensador nacional a ser seguido devido à sua capacidade de reflexão sobre os problemas brasileiros e as possíveis formas de solucioná-los. Por causa de sua ideologia nacionalista, pode ser considerado uma referência no pensamento político brasileiro, o que, na perspectiva de Alceu Amoroso Lima, o Brasil precisava no início dos anos de 1930, estando

à espera dos escultores que venham modelar a sua matéria plástica para a figura de nacionalidade, que vai renascer da confusão do momento político-social que atravessamos – pode-se dizer que Alberto Torres é, de todos os estudiosos de nossos problemas sociais, o mais meditado, o mais compulsado, o mais inquirido como o solucionador de nossa crise e como escultor póstumo, se é lícito dizer, de nosso futuro.<sup>112</sup>

Outra obra publicada em 1932 foi *As ideias de Alberto Torres* de Alcides Gentil, na qual o autor faz uma antologia com citações de trechos dos escritos de Alberto Torres, que, em sua perspectiva, resumem o conjunto do pensamento torreano.

Além disso, em 10 de novembro de 1932, fundou-se a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, composta por figuras de destaque como Oliveira Vianna, Alcides Gentil, Sabóia Lima, Cândido Mota Filho, Roquete Pinto, Juarez Távora, Plínio Salgado, Sud Menucci e outros, cujo objetivo era discutir, por meio de conferências, os problemas nacionais a partir das ideias de Alberto Torres. Em 1945, com o término desta sociedade, as conferências, juntamente com as iniciativas da instituição, foram reunidas e lançadas em um livreto denominado *Problemas brasileiros*. Nos anos anteriores, a forma

<sup>111</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 508.

<sup>112</sup> LIMA, A., 1932 apud LIMA SOBRINHO, 1968, p. 508-509.

encontrada para a divulgação de suas atividades foi relatórios sumários publicados pela própria Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Entre as conferências realizadas na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma foi publicada na forma de livro em 1933. Trata-se da obra denominada *Socialização nacional* de Celso Vieira, na qual o autor vislumbra em Alberto Torres a capacidade de enxergar os problemas brasileiros que ameaçariam a soberania nacional, buscando como remédio para tais males um amplo programa de organização nacional estruturado em bases como a ideia do valor do homem brasileiro, a repercussão do fator geográfico para o progresso integrado do país, a produção, a noção de nacionalidade, dentre outras. Para Celso Vieira,

ao *Sistema nacional*, de List, sistema das grandes potências coloniais, contrapõe-se a *Organização nacional*, de Alberto Torres como doutrina e defesa da soberania ameaçada, em outros países menos evoluídos, pela supremacia de povos mais ricos e mais fortes. Na obra do pensador brasileiro as ideias de nacionalidade e produção – fundamentalmente agrária, esta, plasticamente indecisa aquela – tomam outros aspectos, buscam outros métodos, seguem outros rumos. É intuitivo. Frederico List já encontrara socialmente definido o homem germânico e a sua ideologia sistematizada a densidade humana da civilização europeia; Alberto Torres ainda evocava o homem brasileiro à margem do caos étnico e as duas ideias floriam sobre a imensidade geográfica, deserta de valores humanos.<sup>113</sup>

Em 1933, houve também a segunda edição do livro de Sabóia Lima intitulado *Alberto Torres e sua obra*, na qual se retoma temas importantes tratados por Alberto Torres em sua produção intelectual, como a defesa dos recursos naturais brasileiros, a invasão e o domínio do capital estrangeiro na economia nacional, os problemas de alimentação da população nacional, o ensino rural, o combate ao regionalismo como fator de enfraquecimento da unidade nacional, a revisão da Constituição de 1891, a ideia de representação classista e outros.

O Governo Constitucional, que durou de 1934 a 1937, foi marcado pela insatisfação de Getúlio Vargas com as excessivas liberdades democráticas garantidas pelo texto constitucional, o esvaziamento de parcela do poder do governo central e a busca incessante de reversão dessa situação, e pela polarização ideológica, enquanto reflexo da conjuntura europeia, entre comunismo, representado pela Aliança Nacional Libertadora, e o integralismo, defendido pela Ação Integralista Brasileira.

A primeira marca do período revelou-se logo nos primeiros dias de governo, quando Getúlio Vargas, em um claro intuito de novamente fortalecer o Estado, buscou o

---

<sup>113</sup> VIEIRA, 1933 apud LIMA SOBRINHO, 1968, p. 509.

apoio dos militares. Assim, surgiu um projeto comum, cuja estratégia era apontada por Góis Monteiro e consistia em

fazer a política **do** Exército e não a política **no** Exército. “Implantar este tipo de política implicava reprimir os frequentes movimentos de protesto e indisciplina ocorridos entre praças, sargentos e tenentes, e ao mesmo tempo reforçar os laços de solidariedade interna [...]. Nesta difícil luta dos militares em busca de sua identidade, o objetivo fundamental era realizar a unificação da corporação, tornando-a impermeável à classe política, a fim de consolidar a sua influência como organização integrante do poder central”. Entretanto, o projeto de Vargas, e de Góis, estava em total descompasso com o clima político do país. Com o fim do regime discricionário, o Brasil retomou a normalidade institucional. A anistia proclamada pela Constituição trouxe de volta os exilados de 1932, muitos recebidos com grandes manifestações populares.<sup>114</sup> (grifo do autor).

Um claro exemplo do novo clima político propiciado pela Carta Magna de 1934 deu-se em outubro do mesmo ano, quando ocorreram as eleições para o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais, caracterizadas por disputas acirradas e a derrota em muitos estados de facções vinculadas aos interventores e a vitória de forças depostas em 1930 e reconduzidas novamente ao poder.

Outro aspecto possibilitado pela Constituição foi o estímulo à participação política e o fortalecimento do movimento social, o que pode ser demonstrado pelas várias greves que aconteceram durante o período do Governo Constitucional e pela polarização do processo político entre direita e esquerda por parte de duas organizações políticas importantes que conseguiram atrair um número expressivo de adeptos a nível nacional. Tratavam-se da Ação Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), influenciadas pelos acontecimentos europeus do pós-Primeira Guerra Mundial. De um lado, as democracias liberais entraram em crise e se assistiu a ascensão de partidos totalitários de cunho social nacionalista. Desse modo, o fascista Benito Mussolini chegou ao poder na Itália em 1922 e o nazista Adolf Hitler assumiu o comando da Alemanha em 1933, sem falar de outros países europeus que também adotariam regimes totalitários semelhantes, como Portugal e Espanha. Por outro lado, com a consolidação do socialismo na União Soviética sob o comando de Stalin, assistiu-se a expansão do movimento comunista no plano mundial. Enfim,

na primeira metade da década de 1930, a situação do país refletia fortemente os acontecimentos em curso na cena mundial. Após a desagregação econômica causada pelo *crash* capitalista em nível internacional (1929), a nau da democracia parecia submergir, na Europa, ante os fortes ventos do nazi-fascismo, que erigira regimes totalitários na Itália e na Alemanha como forma de superar os desastres causados pela crise, atribuídos ao modelo liberal-democrático de condução da política e da

<sup>114</sup> PANDOLFI, 2003, p. 30.

economia. Consubstanciou-se nos governos de Adolf Hitler e Benito Mussolini, a completa subordinação e incorporação da sociedade ao Estado; em outras palavras, desaparecia a divisão entre Estado e sociedade; o Estado passou a ser tudo. Por outro lado, após a consolidação do socialismo na União Soviética, sob Stalin, o movimento comunista expandiu-se consideravelmente, ganhando os partidos comunistas de todo o mundo e adeptos de todas as classes sociais, sobretudo, a partir do momento em que elegeu o combate ao fascismo como a sua principal bandeira de luta. O antagonismo político entre as duas ideologias em expansão no plano internacional, provocou enfrentamento por toda a parte, abalando cada vez mais a democracia onde ela ainda se encontrava de pé.<sup>115</sup>

A Ação Integralista Brasileira foi criada em 1932 e dirigida por Plínio Salgado, que difundiu o integralismo por meio de conferências de conteúdo nacionalista e inspiradas no fascismo italiano. Contudo, a AIB não foi a primeira organização de caráter fascista a aparecer no Brasil, sendo precedida pelo Partido Fascista Brasileiro, fundado em 1930. A AIB possuía uma estrutura organizacional paramilitar, sendo adepta de desfiles, uniformes, no caso verdes, uma saudação de referência nacionalista, isto é, a palavra indígena “Anauê”, e uma braçadeira com a letra grega Σ (sigma). Os integralistas fundaram escolas de alfabetização, cursos profissionais, praças de esportes, bibliotecas e mais de 4000 centros de estudos e difusão cultural. Além da revista *Anauê*, possuíam oito jornais. O órgão político mais importante da AIB era a Câmara dos Quarenta, seguida hierarquicamente pela Câmara dos Quatrocentos, tendo ambas uma função legislativa e, ao lado do chefe nacional, Plínio Salgado, conduziam a direção do movimento.

Quanto ao programa político, os integralistas defendiam que a sociedade brasileira deveria estruturar-se sobre grandes pilares, que eram Deus, Pátria e Família; tradição; nacionalismo; corporativismo; catolicismo; e um só partido, um só chefe. Atacavam a democracia liberal, eram anticomunistas e pregavam a intervenção do Estado na economia. Ademais, possuíam uma proposta de reforma do sistema capitalista, que incluía, entre outras metas, a subordinação da produção aos interesses nacionais com o objetivo de pôr fim à dependência do país ao capitalismo internacional, o controle do Estado sobre a economia liberal e a introdução de uma finalidade ética no desenvolvimento da economia.

Alberto Torres foi citado pelo integralismo como uma referência no estudo da realidade nacional, sendo considerado por este movimento político como um modelo de intelectual perspicaz no apontamento do diagnóstico da situação nacional de seu tempo. O chefe político da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, demonstra admiração pela obra torreana, como pode ser demonstrado no prefácio do livro *Alberto Torres e o tema da nossa*

<sup>115</sup> AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 30.

geração de Cândido Mota Filho (1931). Porém, é preciso ter precaução ao se analisar as referências que o integralismo fez à produção intelectual de Alberto Torres para não se chegar a conclusões do tipo que podem reduzir as origens do ideário integralista ao pensamento torreano. Na realidade, o integralismo está muito mais relacionado com as ideias políticas dos movimentos de direita em ascensão na Europa. Como afirma Teotonio Simões Neto,

é verdade que o próprio Plínio Salgado seguidamente mostrou a sua admiração pela obra torreana, como diz em prefácio a livro de Cândido Mota Filho. Mas concluir daí que tivesse ido **buscar** em Torres o ideário integralista é simplificar demasiadamente a gênese das ideias, a própria história. É o mesmo que aconteceu com a crítica socialista ao liberalismo, que influenciou o próprio fascismo, mas nem por isso lhe deu origem. Melhor seria dizer que o fascismo **utilizou politicamente** a crítica socialista.<sup>116</sup> (grifo do autor).

É necessário tomar cuidado ao se observar e analisar certos pontos de aproximação entre o pensamento de Alberto Torres e o ideário integralista, evitando-se considerá-lo de modo generalizado sob o prisma de correntes de pensamento nacionalista. O nacionalismo de Alberto Torres é pacífico e condena veementemente o conflito armado de caráter conquistador, além de que o Estado-Nação não tem por característica a supressão de direitos humanos fundamentais em nome da causa da crítica ao Estado liberal ou por motivos racistas. Por outro lado, os nacionalismos do fascismo e do nazismo eram marcados por um caráter violento, bélico e conquistador, ao mesmo tempo em que vigorava um Estado discricionário. O integralismo buscou elaborar o seu projeto nacional inspirado, sobretudo, nos nacionalismos fascista e alemão. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho,

o erro era tanto maior quando Plínio Salgado já identificava o nacionalismo de Alberto Torres com o da Itália e o da Alemanha, que eram nacionalismos violentamente agressivos, obsessivamente conquistadores, quando Alberto Torres pregava a paz e condenava categoricamente as guerras de conquista. O nacionalismo que ele ensinava resumia-se, assim, a uma coordenação de energias, para a garantia de nosso futuro, isto é, para a proteção e a defesa de nossas possibilidades econômicas. O Estado forte que Alberto Torres desejava, não tinha nada de comum com o Estado discricionário dos fascistas. Era, antes de tudo, um Estado de direito, armado dos poderes necessários para enfrentar as poderosas oligarquias financeiras, os argentários, como ele os denominava. Mas Alberto Torres exaltava os direitos individuais, o que hoje denominar-se-ia a Dignidade da Criatura Humana, e levava tão longe esta preocupação, que criava um Poder Coordenador para defender os direitos individuais nos estados. Como proteção suprema para todo esse conjunto de direitos, um Mandado de Garantia, funcionando ao lado do *habeas-corpus*, na defesa de direitos que não se enquadrassem bem no alcance e natureza do *habeas-corpus*.<sup>117</sup>

Ademais, enquanto o integralismo buscava associar o domínio espiritual com o temporal, ou seja, vincular a religião com o Estado por meio do lema “Deus, Pátria e

<sup>116</sup> SIMÕES NETO, 1981, p. 80.

<sup>117</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 513-514.



Família”, Alberto Torres pregava a necessidade de separar o Estado da religião como uma maneira de se garantir ao indivíduo por meio da liberdade espiritual o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais para a formação de um conhecimento baseado em dados científicos e no estudo da realidade e não em falsas premissas elaboradas a partir da imposição de ideias pela ditadura de certas correntes de opinião. Na realidade, Alberto Torres chega a enxergar na religião, ao lado do militarismo, um fator que conduziu o homem ao longo da história da humanidade ao confronto armado e espírito conquistador ou imperialista em nome da intolerância e não aceitação de diferenças com relação ao outro devido à tentativa de imposição de supostas verdades constituídas por opiniões não comprováveis cientificamente. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, é

absurdo querer transformar Alberto Torres em um integralista, isto é, em um defensor do Estado totalitário, quando ele fazia questão de dissociar o Estado do domínio espiritual, em que o indivíduo reconquistava toda a sua liberdade. “Deus, Pátria e Família” era o lema integralista, enquanto Alberto Torres, sujeito aos “clarões do agnosticismo”, fazia questão de separar o Estado da religião e chegava a ver na religião e no militarismo “duas tendências que determinaram, até hoje, toda a evolução política e social dos povos, ao impulso da religião e do militarismo – tendências que se podem resumir em uma só: o espírito imperialista”. Das religiões, achava que “em princípio todas as religiões podem ser tidas por boas, enquanto se contentavam com ser puramente religiões”. E Alberto Torres advogava “a mais ampla liberdade espiritual, em sociedades onde intensa atividade mental, de opinião e de economia, oponha à constituição destes neoplasmas (verdades asfixiadas por influências ocasionais e sobre correntes de opinião esmagadas à força bruta de maiorias ou pela ditadura de organizações disciplinares) o calor circulatório da consciência e da energia cívica, condicionados e orientados os interesses parciais em um forte vínculo nacional”.<sup>118</sup>

Outro ponto de divergência entre Alberto Torres e o integralismo diz respeito ao direito de voto e de escolha dos governantes pelo povo. Embora Alberto Torres, assim como posteriormente o movimento integralista, criticasse os faccionismos e as falhas do regime representativo existente durante a República Velha pelo fato de que os partidos de então apenas representavam os interesses particulares de certos indivíduos ou grupos sociais em detrimento do bem-geral da coletividade, privilegiando, sobretudo, as demandas das oligarquias estaduais, e sendo desprovidos de programas ideológicos preocupados com a elaboração de um projeto de política nacional, o intelectual fluminense não pensou em eliminar as eleições dos governantes pela população. Pelo contrário, procurou corrigir o regime representativo da República Velha, como se já observou, propondo o voto e a representação classista ao lado do voto e da representação tradicionais como forma de se garantir a inserção na política de setores sociais desprovidos de meios de participação e

<sup>118</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 514.

reivindicação de suas demandas diante do Estado. Por outro lado, o integralismo defendia como alternativa ao regime representativo da República Velha a supressão da representação política, pregando a mobilização integral e a submissão da massa ao chefe supremo. Portanto, para Barbosa Lima Sobrinho,

o integralismo utilizava-se de algumas críticas de Alberto Torres, sem se deter nas soluções que ele derivava destas críticas. Alberto Torres, por exemplo, apontava os vícios e falhas do regime representativo, com eleições que não passavam de mentiras ou que se teciam com os fios da fraude mais deslavada. Mas não pensava em eliminar o direito de voto, nem em subtrair ao povo o direito e a faculdade de escolher os seus governantes. O regime representativo inscrevera-se no artigo primeiro de seu projeto de Constituição.<sup>119</sup>

Apesar destas diferenças entre o pensamento de Alberto Torres e o ideário do movimento integralista, Plínio Salgado buscou expandir a influência e ideologia integralistas por meio da tentativa de infiltração e fusão entre a Ação Integralista Brasileira e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, principalmente, entre 1935 e 1936. Todavia, o presidente desta sociedade na época, Rafael Xavier, conseguiu tomar as providências necessárias a fim de que ela não se vinculasse a nenhum partido. Na realidade, os integralistas entusiasmaram-se, como outros movimentos políticos e indivíduos na década de 1930, com o quadro esboçado para a realidade brasileira nas obras *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*. Isto levaria, inclusive, o movimento integralista a se dedicar ao estudo e a divulgação destas obras torreanas, ao lado de outros autores como Oliveira Vianna, Tristão de Athayde, Otávio de Faria, Alberto de Faria, Euclides da Cunha, Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, por meio de sua Sociedade de Estudos Políticos fundada em 1932. Contudo, “nem por isso se poderia dizer que Euclides ou Nabuco **tivessem dado origem** ao pensamento integralista”.<sup>120</sup> (grifo do autor). A utilização que os integralistas fizeram das obras torreanas acabou resultando,

como era natural, em uma desconfiança generalizada. Alberto Torres tornou-se suspeito de tendências totalitárias, para os que o não leram ou não chegaram a meditar as suas obras. E esta desconfiança valeu por um eclipse ou por um decréscimo, se não em seu renome, ao menos na procura de seus livros ou no entusiasmo pela sua obra.<sup>121</sup>

Outra tentativa de apropriação das ideias de Alberto Torres pelo integralismo deu-se na questão da necessidade de se conhecer a realidade nacional como justificativa para a realização das “bandeiras integralistas” sob a liderança de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. Segundo Roney Cytrynowicz e Marcos Chor Maio,

<sup>119</sup> LIMA SOBRINHO, 1968, p. 515.

<sup>120</sup> SIMÕES NETO, 1981, p. 80-81.

<sup>121</sup> LIMA SOBRINHO, op. cit., p. 516.

foram organizadas as “Bandeiras Integralistas” para o Nordeste e Sul do país, lideradas por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, com o objetivo de difundir as ideias do movimento. A concepção subjacente às “bandeiras” sugeria um novo processo de “conquista” ideológica e interiorização do projeto político integralista em âmbito nacional, no contexto do surgimento de *slogans* como a “marcha para oeste” e a necessidade de conhecer o “Brasil real”, ideias estas formuladas por intelectuais como Alberto Torres.<sup>122</sup>

Apesar das divergências entre o pensamento torreano e o integralismo, é possível perceber-se pontos de aproximação entre ambos. Um destes pontos refere-se à necessidade que têm os intelectuais de ocupar a posição que lhes cabia dentro da sociedade nacional, constituindo-se em força social capaz de repercutir nos rumos da política nacional a partir do estudo da realidade, da compreensão dos problemas do país e da elaboração de soluções para eles. Em suma, os intelectuais deveriam ter consciência do importante papel a ser desempenhado por eles diante dos desafios impostos pelo problema nacional brasileiro e pela organização nacional. De acordo com Alberto Torres, a política nacional

depara-se com a indiferença e o desprezo de teóricos e cientistas, que acreditam, uns poderem solver os problemas concretos do homem, com as suas concepções abstratas, e os outros poderem exercer ação salutar e até, às vezes, direção sobre o conjunto da vida e suas manifestações, pondo em prática processos laterais, ou presumidamente universais, resultantes de pontos de vista subjetivos e prejuízos de escola.<sup>123</sup>

A partir de um ponto de vista similar, Plínio Salgado compartilharia com Alberto Torres a ideia de que os intelectuais deveriam reconhecer a sua função de participação na construção da nacionalidade, adquirindo a consciência da necessidade de colaborarem na constituição de instituições compatíveis com a realidade do país e elaborarem uma política nacional objetivando a solução efetiva dos problemas nacionais. Neste sentido, para Plínio Salgado, Alberto Torres constitui-se uma referência de intelectual que tem a consciência de seu papel na salvação da nação, pois

os dias alvorecentes da Constituinte Republicana ofereciam-nos as chaves mais seguras para a compreensão dos erros atuais. E foi por esses dias que a obra de Alberto Torres avultou aos nossos olhos, como um grande monumento. Os seus pontos de vista foram, porém, modificando-se, sob a influência da colaboração complexa dos acontecimentos. O que o mundo moderno oferece-nos hoje de angustiante, o desenvolvimento, em progressão geométrica, da evolução do capitalismo, a imposição contemporânea de um novo conceito do Estado, que condicione o homem e a sociedade em suas expressões integrais, o problema

<sup>122</sup> CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 42. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

<sup>123</sup> TORRES, 1978a, p. 151-152.

filosófico da finalidade, e a própria eloquência episódica da história trepidante e cinemática dos dias que hoje vivemos, se não conseguiram destruir aos nossos olhos a figura de tão grande projeção como foi a de Alberto Torres, pelo menos forçaram-nos a conservar dela o que ela tem de mais permanente e definitivo. E Alberto Torres resiste.<sup>124</sup>

Outro ponto de aproximação entre o pensamento de Alberto Torres e o ideário integralista diz respeito à crítica a um quadro de desorganização nacional que impedia que o Brasil se constituísse em uma verdadeira nação. O Brasil era um país desprovido de integração entre as diversas regiões que o compõem, sentimento de pertencimento à nação, Estado forte capaz de coordenar as ações de vários setores sociais em torno de uma política nacional que objetivasse o bem-geral da comunidade nacional e governantes preparados para a direção de um país que precisava enfrentar os desafios de constituição de organização e unidade nacional. Para Alberto Torres,

não é caso para que nos vexemos de nossos erros; outros, mais fortes e mais cultos, mostram, agora mesmo, provas iguais de despreparo político; mas, se o mal não é só nosso, o perigo destas situações não é o mesmo para todos; e, pois que, nas liquidações das lutas políticas, a força impõe a sua lógica, através dos erros dos que governam, há povos mais expostos que outros aos riscos da crise comum. Nós estamos, pela vastidão de nosso território, pela escassez de nossa população, e porque somos uma das nações que menos cuidaram da organização da vida prática, da educação do instinto de conservação, da luta pela força e pela riqueza, compreendidos neste número. Os manifestos e mensagens presidenciais, os programas dos partidos, os discursos parlamentares, todos os atos de nossos políticos e estadistas são documentos, às vezes copiosamente eruditos, sempre sincera e ardentemente patrióticos, dessa estranha falta de adaptação do saber e do patriotismo às peculiaridades da terra e do povo brasileiro.<sup>125</sup>

Seguindo uma linha de raciocínio próxima à de Alberto Torres, Plínio Salgado afirmaria que faltava ainda ao Brasil formar-se como nação, pois o país possuía uma população sem unidade de interesses comuns em prol do bem-geral da nação e dividida entre grupos de interesses e estados sem a necessária integração nacional e comandados por oligarquias locais que se posicionavam como espécies de “tiranetes” acima de um poder central incapaz de impor uma política nacional que objetivasse a organização do país e a unidade nacional, retirando a massa de seu estado amorfo por causa da condição de abandono em que se encontrava pelos poderes públicos. Segundo Plínio Salgado,

a nossa geração de Após Guerra começou a exercer a sua crítica sobre a República com uma visão nova dos acontecimentos. Nós sentíamos todos os erros do Regime e denunciávamos um mal-estar que provinha, por certo, do contraste entre as realidades da Nação e o espírito que animava a sua Constituição e as suas leis.

<sup>124</sup> SALGADO, Plínio. Prefácio. In: MOTA FILHO, Cândido. **Alberto Torres e o tema da nossa geração**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor; Civilização Brasileira, 1931, p. VI-VII.

<sup>125</sup> TORRES, 1978b, p. 89.

Sentíamos um país sem finalidade, sem nada a defender, sem a nada aspirar. Víamos o cidadão viver a sua vida real sem nenhum elo efetivo com as expressões políticas da existência do Estado; os municípios sem consonância no conjunto nacional; os estados sem unidade de interesse na expressão geral; a Federação sustentando-se no terreno instável da luta pela hegemonia travada pelos grandes estados republicanos. A vida dos partidos processava-se mediante um instinto de aventura, que se utilizava das dissidências municipais e se concretizava nos cambalachos decorrentes da prática do sufrágio universal, nas chicanas dos legislativos, na tibieza dos aparelhos de fiscalização, na interpretação elástica dos textos legais, na violência dissimulada, nos métodos sofisticados que possibilitavam a sustentação de todas as teses convenientes aos interesses de cada momento. Este mecanismo funcionava ao arbítrio de uma política que não correspondia nem às aspirações, nem às realidades do país.<sup>126</sup>

A outra agremiação política que elaborou um projeto nacional e disputou a adesão de membros com a Ação Integralista Brasileira durante o período do Governo Constitucional foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A Aliança Nacional Libertadora surgiu a partir de uma tentativa de união de forças de diferentes tendências esquerdistas descontentes com o governo de Getúlio Vargas e a Constituinte, entendida como uma volta ao controle do poder pelas oligarquias, e temerosos diante do avanço do integralismo. A primeira tentativa neste sentido deu-se em uma manifestação popular ocorrida na Praça da Sé, em São Paulo, em outubro de 1934, a qual reuniu partidos, estudantes e operários, obtendo grande repercussão. Em janeiro de 1935, a leitura de um manifesto na Câmara Federal anunciava a criação da Aliança Nacional Libertadora, o que só veio efetivamente a acontecer dois meses depois no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

A ANL reuniu comunistas, socialistas e liberais desiludidos com o rumo tomado pelos acontecimentos no pós-Revolução de 1930, e incluía em seu quadro figuras como Miguel Costa, Hercolino Cascardo, Agildo Barata, João Cabanas, Silo Meireles e Roberto Sisson. A partir de uma proposta feita pelo então estudante Carlos Lacerda, Luís Carlos Prestes foi escolhido como presidente de honra. É importante observar que, embora pretendesse atrair trabalhadores sindicalizados, na prática, a ANL teve maior adesão por parte dos setores médios urbanos, especialmente, entre militares, profissionais liberais e estudantes.

O programa político da ANL consistia na defesa de cinco pontos básicos, isto é, reforma agrária, cancelamento do pagamento de dívida externa, plena liberdade, nacionalização das empresas estrangeiras e uma Constituição popular. Entretanto, em junho de 1935, a ANL foi colocada na ilegalidade devido aos discursos de Luís Carlos Prestes, ao mesmo tempo em que, apoiado no uso da lei de segurança nacional aprovada pelo Congresso,

---

<sup>126</sup> SALGADO, 1931, p. II-III.

o governo iniciou uma verdadeira ação de “caça às bruxas” contra a “ameaça comunista”. Dessa forma, a sede da ANL foi invadida, os seus documentos foram devassados e os seus políticos tiveram os direitos cassados. Além disso, pesava contra ela a acusação de ser financiada pela Internacional Comunista.

Em reação, em agosto de 1935, a ANL, mesmo na clandestinidade, iniciou os preparativos para um levante que derrubaria Getúlio Vargas e instauraria um governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes. Para isto, partia-se da premissa de que o movimento contaria com o apoio do operariado de todo o país. O levante foi denunciado, mas, ainda assim, o movimento teve início em Natal no dia 23 de novembro. Outra sublevação estourou em Recife no dia seguinte. No dia 27, foi a vez do Rio de Janeiro. O erro de estratégia ficou evidente quando não houve a adesão do operariado e o movimento restringiu-se a apenas as três cidades. O resultado foi o rápido domínio da situação pelo governo federal. Aliás, este foi o grande vitorioso no episódio, pois

o malogrado levante comunista foi a chance esperada pelo Estado para deflagrar a contrapartida da supressão dos direitos e iniciar um processo de repressão violenta contra os inimigos do governo. A primeira medida foi estabelecer o estado de exceção permanente, a fim de dar maior flexibilidade às investidas do aparato repressivo estatal, que pôde dar vazão ilimitada à sua brutalidade e violência. Em 25 de novembro, portanto, dois dias após irromper o movimento, o governo pediu ao Congresso a decretação do **estado de sítio** por sessenta dias, expediente que se prorrogou de forma sucessiva até junho de 1937. Em janeiro de 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, órgão destinado a investigar a infiltração da doutrina de Karl Marx nos meios sociais e políticos do país. A perseguição aos comunistas foi intensificada pela ação implacável do chefe de polícia da capital federal, Felinto Müller, que ficou conhecido pela forma intolerante e sanguinária que marcou a sua atuação no combate ao comunismo. A arbitrariedade na prisão de adeptos do credo marxista tornou-se comum no período. Deputados foram presos por serem suspeitos de apoiar ou demonstrar simpatia pela Aliança Nacional Libertadora e um grande número de funcionários sofreram com o expurgo dos comunistas do serviço público, muitos deles sendo presos e confinados aos cárceres.<sup>127</sup> (grifo dos autores).

No começo de 1936, Luís Carlos Prestes foi preso juntamente com a sua esposa, a judia-alemã Olga Benário, que, ainda grávida, seria entregue à Gestapo e morreria em um campo de concentração na Alemanha nazista.

Todo este quadro de instabilidade seria utilizado por Getúlio Vargas em seu plano de dar continuidade ao seu governo, tendo como argumento a necessidade de evitar a subversão e a guerra civil. A partir de novembro de 1935, o Congresso votou continuamente uma série de medidas que davam ao Executivo poderes quase ilimitados de repressão, tais

---

<sup>127</sup> AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 31.

como a censura aos meios de comunicação, prisão para aqueles que participassem de manifestações nas Forças Armadas ou greves no serviço público, fechamento de sindicatos suspeitos e outras. Todavia, o Congresso recusava-se a votar favoravelmente à prorrogação do mandato presidencial de Getúlio Vargas, medida que teve o apoio de governadores de estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. Em reação, Getúlio Vargas, apoiado nas Forças Armadas, realizou durante o primeiro semestre de 1937 uma política de intervenções nos estados, procurando eliminar os seus opositores. Um exemplo desta política aconteceu em abril de 1937, quando, a pretexto de investigar um complô no Rio Grande do Sul, decretou-se o estado de sítio no estado com o real objetivo de atingir o governador Flores da Cunha, que decidiu apoiar a campanha presidencial de Armando de Sales Oliveira.

Apesar de seu plano continuísta, ao longo de 1937, Getúlio Vargas procurava passar a ideia à opinião pública de que as eleições de 1938 ocorreriam normalmente, chegando a apoiar discretamente o candidato José Américo. Nesse momento, os candidatos à Presidência da República eram Armando de Sales Oliveira, que representava as esperanças de São Paulo retornar ao poder; José Américo de Almeida, apoiado por alguns tenentes; e Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira.

Em junho de 1937, o Congresso Nacional não vê mais necessidade de prorrogar o estado de guerra em vigor desde abril do ano anterior. Para forçar a situação, forja-se a farsa do Plano Cohen, divulgado na imprensa no dia 30 de setembro, no qual os comunistas teriam um plano para assassinar personalidades importantes com o fim de tomarem o poder. Este documento serviu para criar um clima político de tensão entre a imprensa conservadora, a maioria da oficialidade e a burguesia, o que foi muito favorável para um golpe. Em 9 de novembro de 1937, o ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares foi substituído por Francisco Campos, que se encarregou de redigir uma Constituição autoritária desde 1936.

Armando de Sales Oliveira ainda tentou impedir o golpe, apelando às Forças Armadas para que se posicionassem contrárias. Porém, tal apelo não surtiu nenhum efeito, pois, no dia 10 de novembro, Getúlio Vargas decretou o fechamento do Congresso e anunciou a nova Constituição. Em 2 de dezembro, os partidos são dissolvidos. Era o começo do Estado Novo. No final das contas,

as correntes geradas sob a garantia do estatuto de 1934, traduzindo velhas inquietações, estão, em três anos, congeladas, impotentes para a ação, vencida a esquerda na dura repressão policial. Segundo a interpretação da história que a faz

obra das personalidades, interpretação embelezada pelo elitismo político, tudo o que se passou obedeceu aos planos, à tática, à astúcia de um demônio dotado de todos os filtros do engano. Os seus amigos de mocidade, os aliados políticos, os adversários descobrem, para surpresa de suas lembranças íntimas, que a nova encarnação do príncipe maquiavélico, marcado de dom-juanismo sedutor, caminha sem direção e sem bússola, cavalgando todas as oportunidades.<sup>128</sup>

O período do Estado Novo, que foi de 1937 a 1945, caracterizou-se por um regime de exceção no qual todo o poder encontrava-se concentrado no Executivo controlado por um líder, no caso, Getúlio Vargas, e sustentado pelas Forças Armadas. Neste sentido, predominou um governo central forte acima dos poderes estaduais e municipais, sendo que estes não tinham qualquer autonomia, o que pode ser demonstrado, por exemplo, pelo fato de que os estados eram governados por interventores federais. Contudo, é importante notar-se que a maioria dos interventores era natural dos próprios estados e tendiam a pactuar com as elites locais. Além disso, sendo o sistema de interventorias fundamental para o bom funcionamento da política administrativa de Getúlio Vargas, uma prática comum era o contínuo rodízio dos interventores, evitando o enraizamento destes nos governos estaduais e, conseqüentemente, a ameaça de surgimento de líderes e poderes locais fortes que ameaçassem o excessivo poder centralizado na União. Poder que era exercido de forma pessoal pelo presidente da República por meio de decretos-leis, apesar da existência de uma Constituição.

Todavia, o caráter centralizador do Executivo federal não se limitou apenas à relação dele com os poderes locais, mas também se fez sentir nos vários setores da sociedade por meio de instrumentos de controle exercidos por uma série de instituições político-administrativas. Entre elas, pode-se citar o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado para organizar e supervisionar a burocracia; o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundado para o controle da opinião pública por meio da censura à imprensa e da construção da boa imagem do governo; a Hora do Brasil no rádio que levava informações sobre as realizações feitas pelo governo no sentido da modernização do país e de atendimento aos interesses das classes populares; a Polícia Secreta, que dirigida por Felinto Müller, foi fortalecida e exerceu a função de um importante instrumento repressivo do governo; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, além de codificar a legislação trabalhista, possibilitou o estabelecimento de um sindicalismo controlado pelo governo; e outras.

Outra marca a se destacar do Estado Novo era a prática de uma política de massas, ou seja, um tipo de política voltada para as classes populares e desenvolvidas a partir

---

<sup>128</sup> FAORO, 2000, p. 329-331.



da crítica à incapacidade do sistema liberal em resolver os problemas sociais. Assim, a partir da necessidade que tinha Getúlio Vargas de buscar apoio para a legitimação de seu governo, ele tratou de cooptar as classes populares no sentido de ser uma base de sustentação do Estado Novo.

Na realidade, o projeto nacional do Estado Novo pretendia organizar a nação por meio da ação do Estado enquanto um órgão central da sociedade capaz de integrar as esferas da economia, da política e da ordem social no momento em que se posicionava como um representante legítimo do interesse público, contrapondo-se aos interesses particulares de um ou outro setor social. Desse modo, o nacionalismo tornou-se o principal instrumento de promoção de uma unidade ou solidariedade nacional, que implicava em articular forças sociais antagônicas, buscando o apoio deles para o projeto nacional do Estado Novo por meio do atendimento de suas demandas. Este projeto nacional aproximava-se da proposta de organização do país presente na concepção de política orgânica ou integral de Alberto Torres, pois este intelectual acreditava que a construção de uma verdadeira nacionalidade passava por uma política nacional em que o Estado atuaria como um órgão de coordenação e direção do organismo social, promovendo a integração e, conseqüentemente, a evolução harmônica de toda a sociedade, colocando-se acima dos interesses particulares, atendendo as demandas de diversos setores sociais de acordo com o objetivo maior do bem-geral da coletividade e exigindo que cada um deles cumpra com os seus deveres impostos pelas suas respectivas funções no meio social. Seguindo esta linha de pensamento, em 1938, na obra *A nova política no Brasil*, Getúlio Vargas afirma que “a complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social”.<sup>129</sup>

Esta aproximação entre o projeto nacional do Estado Novo e a concepção política orgânica ou integral de Alberto Torres fica mais clara e detalhada quando Maria Helena Rolim Capelato afirma que, durante o período estadonovista, a ênfase era colocada na questão da organização nacional, pois o Brasil seria um país de nacionalidade incompleta devido à ausência de uma política nacional capaz de integrar a nação territorial, moral, social, econômico e politicamente. O resultado disto era um diagnóstico de Getúlio Vargas sobre o

---

<sup>129</sup> VARGAS, 1938 apud D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 219. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

Brasil adotando terminologias do pensamento organicista do século XIX, assim como o fez Alberto Torres. Segundo Maria Helena R. Capelato, “Getúlio Vargas, o terapeuta do povo brasileiro, encontrara no inconsciente coletivo, ideias heterogêneas, fruto da perversão política que causara discórdia no meio social. Tratou das doenças do organismo brasileiro”.<sup>130</sup> Neste sentido,

o abandono da diretriz liberal desembocava em uma política intervencionista justificada como “ato terapêutico”. A sociedade estava enferma; a liberdade do livre-arbítrio e a igualdade formal que expulsaram o Estado do mercado e da sociedade acabaram por promover a desordem e impedir a democracia. A política e o papel do Estado eram pensados em novas bases, fundamentadas na concepção da sociedade como uma totalidade, como um “organismo” em que todas as partes deviam harmonizar-se. Assim, a forma do Estado ficava submetida ao paradigma de uma sociedade ordenada, isto é, hierarquizada e harmônica.<sup>131</sup>

Já nos anos de 1910, Alberto Torres defendia uma política nacional em que o Estado atuasse como o órgão coordenador das múltiplas forças sociais existentes dentro da sociedade, despertando nelas um espírito nacional capaz de fazê-las cumprirem os seus respectivos papéis em harmonia umas com as outras e tendo em vista o bem-geral da nação ao atender as suas demandas sem perder a noção de que o poder estatal é representante dos interesses gerais da coletividade. Alberto Torres, antecipando-se ao e repercutindo no projeto nacional do Estado Novo, pensou a nação brasileira como uma espécie de organismo vivo em que a sua evolução e sobrevivência no contexto mundial dependeria da ação coordenadora do Estado enquanto órgão central ou “cérebro” capaz de emitir impulsos para que os demais órgãos ou diversos setores sociais cumprissem as suas funções e agissem em harmonia uns com os outros em prol do desenvolvimento de todo o organismo social. Relembrando o pensamento deste intelectual sobre a definição de política orgânica ou integral, ele afirma que

não podendo ter formado tradições e tendências nacionais, não adquirimos o conhecimento consciente de nossa terra, superior aos dados materiais de sua geografia física, como habitat do povo, e, em grande parte, órgão, não inerte e bruto, mas, pelo contrário, sujeito aos fatos do movimento e aos fatos biológicos e a fenômenos psíquicos e sociais, para nela assentar a vida do povo; não conhecemos o povo, não o cultivamos, não o desenvolvemos. A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto, de harmonia, de equilíbrio. No quadro incongruente de nossas instituições – sistema forasteiro, inadequado à nossa índole e ao nosso caráter, e que por isso não se executa – pode alguém talvez supor que, *clopin, clopan*, avançamos progressivamente; ninguém nutrirá a ilusão de que o governo do país vai obedecendo continuamente a uma direção normal, homogênea e idônea, como propulsor de seus vários órgãos, em função constante, de forma a efetuar o desenvolvimento integral e ininterrupto da sociedade. São patentes os desencontros e conflitos, nos programas dos governos

<sup>130</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009, p. 285.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 178-179.

que se sucedem; e, no trabalho de emendar erros e tapar buracos, missão única dos bons governos, a preocupação exclusiva com um ou dois objetos administrativos, que forma cada programa, absorve-os tanto, e demanda tamanho esforço, contra as rodas desencontradas do mecanismo político, que não é lícito duvidar de que cada período presidencial, preso aos compromissos de seu restrito programa, abandona e sacrifica tudo mais: donde resulta, por sua vez, que cada governo não faz senão destruir o pouquíssimo realizado pelos que o precederam.<sup>132</sup>

A Constituição de 1937 tinha um caráter autoritário e foi inspirada na Carta Magna polonesa de Pilsudski, recebendo, por isso, o apelido de “Constituição polaca”. Destacavam-se nela como aspectos principais o predomínio do Poder Executivo, considerado o Órgão Supremo do Estado, e, conseqüentemente, o presidente, enquanto representante máximo deste poder, detinha a capacidade de legislar por decretos; a composição do Poder Legislativo em Conselho Nacional, em substituição ao Senado, e Parlamento Nacional, que ocuparia o lugar da Câmara dos Deputados, sendo este poder não eleito; a ruptura da autonomia dos estados com a nomeação de interventores para governá-los; a extinção dos partidos políticos; o estabelecimento do mandato presidencial de seis anos, eleito o presidente da República por um colégio eleitoral; a abolição da liberdade de imprensa; a criação do Conselho Nacional de Economia; e a implantação da pena de morte. A partir dos diferentes aspectos presentes na Constituição de 1937, Getúlio Vargas montaria um regime no qual

evitaria o comunismo, conciliando o operariado, e se afastaria do fascismo, oficializando os grupos de pressão capitalistas. O centro de equilíbrio, igualmente afastados dos extremismos, não se situa na democracia, nem no liberalismo. Não seria ele homem de, convidado por tantas oportunidades, afastar o poder, em nome de escrúpulos constitucionais, seja dos vigentes ou dos por ele próprio outorgados. “Somente os países economicamente fortes” – confidenciará mais tarde – “são realmente livres. E é esta liberdade que eu desejaria dar ao meu país. A Constituição de 1937 [...] é apenas uma tentativa, uma experiência transitória, para atravessarmos a tempestade que se aproxima com o mínimo de sacrifícios possíveis. Digamos que é um meio para atingir um fim, e não um fim em si próprio”. Não haveria, para legitimá-la, nem plebiscito, nem o chefe do governo comunicar-se-ia com a nação por meio de partidos – ou do partido único: entre o povo e o ditador só a burocracia, sem coronelismo, sem oligarquias, mas em um vínculo ardente com as massas, esteio hábil para evitar o predomínio de outros grupos.<sup>133</sup>

Portanto, de acordo com Raymundo Faoro, o contexto não possibilita

a continuidade do estatuto de 1934, mas nega o sistema totalitário, conduzido pelo mito – sombra, esta, do chefe carismático, entrevistado por Francisco Campos. Os partidos dissolvem-se, seja para afastar o localismo remanescente, seja para desarticular o choque dos extremos. Em um quadro conservador, o novo regime propôs-se modernizar o país, não mais no sentido do ajustamento do padrão europeu ou norte-americano, mas preocupado com a integração nacional, sob o pálio das Forças Armadas, com o mesmo sentido de homogeneidade política de 1889. Sem

<sup>132</sup> TORRES, 1978a, p. 158-159.

<sup>133</sup> FAORO, 2000, p. 334.

obedecer ao esquema corporativo constitucionalmente previsto, o aparelhamento político adquire a tonalidade administrativa – o “Estado Administrativo” da propaganda oficial –, com a distribuição de recursos e investimentos por motivos técnicos, sem o predomínio de razões estaduais. Na preocupação nacional e de desenvolvimento econômico, sob o comando interno, o regime realiza as aspirações tenentistas, aplaudido pelos industriais e pelos operários. O perfil autoritário do sistema, que dispensa a participação popular, não logra dominar a sociedade, situando-se mais como árbitro de dissídios do que como diretor de opinião. Por isso, não conseguiu oficializar nenhuma ideologia, disfarçando-se o poder sob a ditadura pessoal. O curso do sistema levaria, de acordo com as suas inspirações iniciais, sugeridas pelo temor ao comunismo, ao tradicionalismo, não conservador, mas reformista, ao modelo de Salazar, de onde se buscou o nome da ordem nova.<sup>134</sup>

Uma das determinações presentes na Constituição de 1937, conforme já foi citado anteriormente, diz respeito à abolição dos partidos políticos. O argumento usado para isso era que os partidos afluíam o conflito de posições políticas a partir do momento em que defendia ideias que atendiam aos interesses de seus filiados, impedindo-se, assim, o despertar de um interesse geral acima das posições faccionistas. Isto ia exatamente no sentido contrário à construção de uma unidade nacional fundamentada em torno da solidariedade dos setores sociais constituída pela existência de interesses coletivos em comum acima dos interesses particulares. Ao Estado caberia a função de que a organização nacional se fizesse a partir da integração dos setores sociais em torno dos interesses voltados para o bem-geral da sociedade, despertando na população o verdadeiro ideal de nação. Segundo Luiz Werneck Vianna, “nega-se ao partido político funções de agregação de interesses, postulando-se por formas orgânicas onde se busque a conciliação e a concórdia”.<sup>135</sup>

Embora Alberto Torres não se posicionasse a favor da extinção do direito de escolha dos governantes pelo povo por meio do voto e nem chegasse a propor a abolição dos partidos políticos, mas eleições em que, ao lado das formas convencionais de voto e representação, houvesse o voto e a representação classista como forma de garantir a participação política e dar voz às demandas de diversos setores sociais com relação à política nacional do Estado, criticou os partidos políticos da República Velha com uma argumentação similar à usada pelo Estado Novo para aboli-los. Para o autor, os partidos políticos durante a República Velha digladiavam-se em lutas entre facções que eram representantes de interesses específicos de certos indivíduos e grupos sociais. Estas lutas caracterizavam-se por disputas pessoais pelo poder a partir de posições e ideias que não refletiam a realidade nacional e os interesses da coletividade. A consequência das lutas partidárias era a ausência de uma política

<sup>134</sup> FAORO, 2000, p. 334-335.

<sup>135</sup> VIANNA, L., 1989, p. 183.

nacional que atendesse aos interesses da coletividade por parte do Estado, o que impossibilitaria alcançar-se a organização nacional, pois cada grupo que ocupava o poder procurava adotar um programa político diferente, não dando continuidade a ações às vezes bem sucedidas de governos anteriores por causa do egoísmo e do orgulho partidários. Para Alberto Torres,

ninguém duvidaria, entre nós, que um governo que assentasse o seu plano de ação sobre uns tantos artigos práticos de política e de administração, destes que se impõem a todo o mundo pela evidência de sua necessidade, e pedisse o apoio de todos para a execução sincera deste programa, não teria opositoristas, ou não encontraria quem se pusesse, por incompatibilidade de opinião. Todas as crises de nossa vida política resultam da concorrência entre grupos, em cujo seio encontram-se as opiniões mais disparatas e que não apresentam, para justificar as suas batalhas, nenhuma razão decente de divergência [...]. Fora mister que os homens públicos, os membros do governo e os seus partidários, assim como os opositoristas, se colocassem em uma atmosfera de muita serenidade e sobriedade, para exercer uma força de atração sobre os elementos úteis do país, em abstenção, e manter a coesão entre eles.<sup>136</sup>

Com a determinação da abolição dos partidos políticos pelo Estado Novo, a Aliança Integralista Brasileira, entendida como uma representação partidária, foi fechada em 1938. A reação dos integralistas a tal atitude por parte do governo veio na forma de uma tentativa frustrada de golpe em 11 de maio de 1938. Plínio Salgado não participou do movimento dos integralistas, embora acompanhasse ansiosamente o desencadeamento dos acontecimentos na expectativa de um desfecho favorável aos “camisas-verdes” e, conseqüentemente, de sua chegada à Presidência da República após o golpe, o que acabou não ocorrendo. Portanto,

não só os subversivos comunistas, mas também os integralistas, foram alvo de repressão do Estado. Embora houvesse coincidência de pontos de vista entre a ideologia estado-novista e a integralista, os camisas-verdes representavam um partido que almejava ascender ao poder. Getúlio Vargas prometera o Ministério da Educação ao líder do movimento, Plínio Salgado, mas, além de não cumprir a promessa, excluiu-o do poder por se tratar de um movimento claramente identificado com os nazifascistas, com os quais o governo tinha afinidades, mas procurava não se identificar explicitamente.<sup>137</sup>

Um instrumento importante para a repressão e propaganda do Estado durante o período foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939. Este órgão tinha como funções o controle do que se publicava na imprensa e a divulgação de propaganda

<sup>136</sup> TORRES, 1978a, p. 95.

<sup>137</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 131-132. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

do regime. Exemplos de controle e repressão exercidos pelo DIP foram a censura de publicação de notícias referentes a greves ou prisões, a não ser na forma de notas previamente redigidas pelo próprio órgão; a transmissão em rede nacional por rádio do programa diário “Hora do Brasil”, no qual se divulgava e se exaltava as ações do Estado Novo; e o lançamento de cartilhas e livros enaltecendo a figura de Getúlio Vargas.

Outro importante órgão de controle e repressão era o Tribunal de Segurança Nacional, criado em 1936 para julgar os revoltosos da Intentona Comunista de 1935, mas que, a partir do Estado Novo, passou também a julgar qualquer tipo de adversário político do regime. Não se deve esquecer da polícia política do Distrito Federal, chefiada por Felinto Müller, que se constituía em uma polícia secreta responsável por uma repressão ideológica e que usou de diferentes recursos de violência, desde a tortura até o assassinato, para se fazer calar os indivíduos considerados nocivos à ordem instituída. Era comum que os opositores à ditadura getulista, quando não partissem para o exílio, fossem presos, adoecessem e morressem nos calabouços. A respeito da repressão e do controle no Estado Novo, pode-se afirmar, portanto, que

a organização da propaganda e da repressão constituiu os dois pilares de sustentação do regime. A propaganda, fortemente inspirada no modelo instituído na Alemanha pelo ministro Joseph Goebbels, tinha como objetivo conquistar corações e mentes para a nova política e a polícia exercia repressão aos opositores do regime, tendo como tarefa garantir a nova ordem. Houve repressão forte – prisões, tortura, exílios, censura –, que atingiu tanto os considerados subversivos (comunistas, socialistas, anarquistas) como os opositores liberais. Jornais foram controlados e *O Estado de S. Paulo* acabou sendo expropriado pelo governo. As vítimas da repressão não foram poucas. Ela já mostrara as suas garras a partir de 1935 e a Carta de 1937 conferiu-lhe legalidade. Nas masmorras do Estado Novo muitos permaneceram presos e muitos foram torturados.<sup>138</sup>

Outra forma de controle encontrada pelo Estado Novo foi a política trabalhista que, seguindo uma concepção corporativista, negava a luta de classes e afirmava a colaboração entre elas, buscando-se, assim, o enquadramento dos trabalhadores pelo sindicato. Isto fica evidente nos dispositivos trabalhistas encontrados na Constituição de 1937, nos quais estão presentes, entre outros pontos, o direito de representação de uma categoria apenas pelo sindicato reconhecido pelo Estado, a proibição da greve e a regulamentação do imposto sindical a ser pago por todos os trabalhadores. Pretendia-se, assim, evitar por meio da coordenação das relações de classe pelo Estado, que os conflitos sociais se manifestassem na esfera pública, perturbando a ordem.

---

<sup>138</sup> CAPELATO, 2003, p. 131.

A política trabalhista do Estado Novo adotou ao mesmo tempo uma intensa repressão ao movimento operário e um processo de institucionalização das relações entre o Estado e a classe operária por meio de uma legislação trabalhista que retirava o operariado de uma situação de exclusão da participação da política nacional do Estado e o elevava à condição de elemento contribuinte na construção da nação brasileira. Esta política trabalhista teve como fundamento uma doutrina corporativista que tinha como fim a construção de uma sociedade evoluída e capaz de se adaptar ao contexto mundial de luta pela sobrevivência entre as nações, com a tendência à incorporação e o desaparecimento das nações fracas ou desorganizadas pelas mais fortes. Uma sociedade nacional evoluída ou organizada seria aquela capaz de manter as hierarquias ou diferenças entre os diversos setores sociais, mas dando atenção às demandas daqueles que se encontram abandonados ou esquecidos e diminuindo as desigualdades sociais como forma de se evitar o conflito e banir a luta de classes, como por exemplo, entre patrões e operariado. Ao Estado deveria ser mais investido poder para ser um órgão conciliador das demandas de diferentes setores sociais, estabelecendo as formas de organização e de participação deles na política nacional, tendo sempre em vista conciliar as demandas com um objetivo maior que é construir uma nação caracterizada pela harmonia, pelo progresso, pelo desenvolvimento e pela paz. Neste sentido, Getúlio Vargas, em 1938, na obra *A nova política no Brasil*, afirma que

examinando detidamente o fator econômico de maior predominância na evolução social, penso não errar afirmando que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, encontra-se na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar. O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nesta atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado em uma força orgânica de cooperação com o Estado [...].<sup>139</sup>

Ainda que Alberto Torres não se referiu em nenhum momento de sua produção intelectual a qualquer forma de controle rígido ou repressão de qualquer setor social nos moldes adotados pelo Estado Novo, ele pensou no corporativismo como um instrumento de organização e participação de diferentes setores sociais na política nacional sob a coordenação do poder estatal para atender as demandas deles e conduzi-los, cada um dentro de sua hierarquia e de seu papel social, para atuarem em prol do bem-geral da coletividade,

<sup>139</sup> VARGAS, 1938 apud D'ARAÚJO, 2003, p. 218-219.

convivendo em harmonia e acabando com os conflitos sociais em nome da meta maior da construção de uma organização nacional por meio da unidade da população do país. Neste sentido, Alberto Torres defendia o corporativismo e criticava aqueles que concebem o Estado como órgão oposto ao indivíduo, uma vez que

habituaos, pelo falsíssimo critério do contraste entre noções extremas, a conceder o Estado e o indivíduo como entidades opostas, estes espíritos radicais são levados a crer que, resultando da ação conjunta dos indivíduos, o Estado representa uma função particular da sociedade, destinada a realizar certas faculdades limitadas, cujos poderes e cujo exercício são natural e forçosamente demarcados. Em um ponto de vista teórico, admitida a existência de uma sociedade plenamente normal, onde as faculdades sociais se desenvolvessem e se aplicassem com inteira espontaneidade, dotadas de todos os recursos da força material e psíquica, concebe-se que o Estado pudesse ser dotado de funções rigorosamente definidas e prescritas. Na sociedade brasileira estas condições estão longe de existir. Não é verdade, em primeiro lugar, que, na sociedade brasileira, o Estado e o indivíduo contraponham-se e se encarem, reciprocamente, como duas forças ativas, opostas uma à outra. O indivíduo é ainda uma entidade apagada, indefinida. Entre o homem e o órgão político da sociedade, interpõe uma multidão de corpos, associações, agregados permanentes ou adventícios, que esmagam o indivíduo ou o arremessam para obscura e remota perspectiva.<sup>140</sup>

A consolidação do processo de enquadramento dos trabalhadores pelo sindicato ocorreria com a Lei Sindical de 1939. Com esta lei os sindicatos passaram a ser submetidos definitivamente à tutela do Estado com o objetivo de se evitar a influência de fatores perturbadores da ordem na vida interna dos sindicatos e estimular a colaboração com o poder público para se promover uma relação harmônica entre capital e trabalho. Além disso, com a Lei Sindical de 1939 reafirmou-se o estabelecimento de um sindicato único por categoria, que para o seu funcionamento dependeria do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, o qual podia intervir no sindicato em caso de transgressão do regulamento para o seu funcionamento. O caso mais comum de transgressão era o de escolha para os cargos dirigentes de elementos com ideologias consideradas perturbadoras da ordem e incompatíveis com os interesses da nação.

Outra lei trabalhista importante foi anunciada por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1940, em meio de paradas, desfiles e discursos, e estabelecia o salário mínimo para o sustento dos trabalhadores e de suas famílias. Porém, nada se compararia pelo conjunto da obra à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1942, uma vez que tal legislação promulgou todas as leis referentes ao mundo do trabalho que foram decretadas ao longo da Era Vargas, como por exemplo, as que diziam respeito ao salário mínimo, às férias, à

<sup>140</sup> TORRES, 1978a, p. 136-137.



limitação de horas de trabalho, à carteira de trabalho, à justiça trabalhista, à tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e outras. Segundo Thomas Skidmore, com a política trabalhista, Getúlio Vargas buscou constituir uma base política de apoio para o regime. Dessa maneira,

primeiramente, veio a vasta legislação da previdência social (como por exemplo, a assistência médica, as aposentadorias e pensões aos trabalhadores) da classe proletária destinada a ganhar a lealdade ao governo que havia implantado estes programas. A doutrina para justificar este sistema era o trabalhismo, que Marcondes Filho enunciou nos famosos programas radiofônicos. A Hora do Brasil, a partir de 1942. Além disso, a nova estrutura sindical era orientada sob controle cerrado do Ministério do Trabalho, fornecendo, dessa forma, ao governo uma importante fonte de influência na economia urbana, bem como um grande instrumento de empréstimo para converter adversários em potencial em aliados políticos. O controle do governo sobre os sindicatos assumia diversas formas. Primeiro, só os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho eram considerados legais. À medida que a organização sindical aumentava, depois de 1941, sob pressão do governo, o Ministério do Trabalho ficava em condições de colocar os seus agentes (mais tarde cognominados “pelegos”) em posições de liderança, excluindo assim os militantes operários independentes (em especial os anarcossindicalistas e os comunistas), atuantes durante o nascituro movimento operário de antes de 1937. A “burocratização” da estrutura sindical recebeu mais uma base institucional com a implantação da taxa compulsória de filiação aos sindicatos (imposto sindical), no montante de um dia de salário por ano, deduzido da folha de pagamento do trabalhador. Os fundos eram então distribuídos entre os sindicatos reconhecidos pelo governo através do Ministério do Trabalho. Esta organização, imposta ao setor operário por Vargas, era parte de uma estrutura econômica corporativista global, que o governo do Estado Novo armou para toda a sociedade urbana.<sup>141</sup>

Esta política trabalhista teve duas características a se destacar. Por um lado, ela resultou em uma série de benefícios presentes em uma legislação que garantia aos trabalhadores direitos e proteção contra a exploração excessiva exercida sobre eles até a República Velha, sem falar em sua inserção enquanto sujeitos com interesses a serem pensados e inseridos na elaboração da política de Estado. Dessa forma, a questão social no que se refere ao mundo do trabalho deixou de ser tão somente uma “questão de polícia” para se tornar um tema de importante enfoque por parte do Estado. Se havia a presença da polícia ainda enquanto um instrumento de repressão, esta era utilizada para com aqueles sindicalistas que se opunham à ordem estabelecida em nome de uma maior liberdade política e em reação ao controle do movimento sindical pelo Estado. Por outro lado, a política trabalhista da Era Vargas excluía importantes categorias de trabalhadores, no caso do meio urbano, todos os autônomos e empregados domésticos, e na zona rural, todos os trabalhadores, que na época constituíam a maioria, havendo toda uma situação econômica que impedia melhorias efetivas nos padrões de vida deles.

<sup>141</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 62-63.

Os aumentos salariais não acompanhavam o crescimento do custo de vida. Ademais, existia ainda a grande quantidade de desempregados, que por se encontrarem em tal situação, não eram vistos como cidadãos, pois o cidadão era aquele que trabalhava e a carteira de trabalho era o documento de identidade mais importante. Por isso,

cartas, telegramas, bilhetes dirigidos a Vargas demonstram descontentamento diante de baixos salários, carestia de vida e falta de emprego. O aumento de preços atingiu patamares muito altos a partir de 1940. A situação tornou-se drástica em 1941, provocando inúmeras reclamações de trabalhadores. A intervenção do Estado na tentativa de controlar os preços foi nula e o problema agravou-se com a entrada do Brasil na guerra em 1942. Os salários cresceram pouco na maior parte das indústrias, enquanto o custo de vida mais que triplicou entre 1935 e 1945. Em consequência disso, as rendas reais caíram e a maioria das famílias operárias viu-se obrigada a restringir a alimentação, como mostram inúmeras mensagens dirigidas ao chefe da nação. O regime alardeava os benefícios da nova cidadania introduzida pelo regime – a cidadania do trabalho. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era o documento de identidade mais importante. No entanto, o número de desempregados era muito alto; estes se sentiam, além da marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania. As cartas e os bilhetes endereçados, em tom suplicante, ao “pai dos pobres” (epíteto atribuído a Getúlio Vargas) demonstram o desespero de ampla parcela da população.<sup>142</sup>

Aliás, tratando-se da situação econômica do país durante o período do Estado Novo (1937-1945), o Estado tomou claramente a postura de agente promotor da modernização do Brasil por meio da intervenção do poder público na economia. Esta intervenção pública era justificada pela necessidade de se adaptar a economia nacional aos interesses coletivos, e não apenas buscando beneficiar a uma pequena parcela privilegiada em detrimento da nação. Para isto, caberia ao Estado a função de coordenador dos fatores de produção e supridor do progresso nos setores da economia que carecessem de um maior desenvolvimento por ausência de iniciativas individuais no sentido de investimentos. Somente assim, o Brasil superaria um quadro de atraso, inserindo-se em uma escala maior e ampla de progresso material. Com este intuito, “o governo voltou as atenções para o mercado interno; aboliu os impostos interestaduais, introduzindo um sistema tributário padronizado, para facilitar a sua integração”.<sup>143</sup> Na perspectiva da política econômica do Estado Novo,

a integração das regiões e do mercado interno dependiam de um agente acima do próprio mercado, capaz de coordenar e orientar o desenvolvimento do país em função do interesse coletivo. O Estado Novo seria a realização definitiva daquele agente, encarnação do Estado econômico. Nele, o dirigismo econômico era compatível com a manutenção de uma considerável liberdade da iniciativa privada. Este Estado distinguia-se, assim, tanto do Estado Liberal, que a nada dirigia, como do Estado Totalitário, que a tudo controlava. Uma de suas principais atribuições era implementar a **planificação** da economia em consonância com as forças representativas da iniciativa privada.<sup>144</sup> (grifo do autor).

<sup>142</sup> CAPELATO, 2003, p. 121-122.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>144</sup> BEIRED, 1999, p. 134.

Nos anos de 1910, Alberto Torres já defenderia a política econômica que seria adotada a posteriori pelo Estado Novo no sentido da intervenção estatal na economia como um fator determinante para o progresso do país. Para o autor, o Estado brasileiro precisa implantar uma política econômica que promovesse a organização da economia nacional por meio de iniciativas de combate à desorganização do trabalho e da produção. Somente com a intervenção estatal na economia seria possível a melhoria das condições de vida da população por meio da distribuição da riqueza e da circulação comercial e monetária. A organização da economia dependeria de um planejamento estatal que tivesse como objetivo o estímulo à produção por meio da educação para o trabalho, despertando-se, assim, nos indivíduos o afã para a geração de riquezas, a exploração consciente das riquezas naturais em prol do desenvolvimento da economia interna e não de sua comercialização com os mercados externos com um caráter devastador, o fomento à policultura como forma de se reduzir a dependência do país das condições do mercado internacional como se observa nos momentos de crise do sistema capitalista mundial e o incentivo à produção de gêneros voltados para o abastecimento do mercado interno com o estudo daqueles produtos que melhor se adaptam às condições naturais de cada região, estimulando-se, desse modo, a integração econômica entre as diversas regiões do país por meio das trocas comerciais e uma maior circulação monetária dentro do Brasil. Segundo Alberto Torres,

para restabelecer a produção, alimentar as trocas econômicas, restaurar a distribuição das riquezas e do comércio, e até para solver as crises da circulação monetária e promover o intercurso de capitais e de crédito no interior, é imprescindível estabelecer, entre os diversos órgãos políticos do país, uma conformidade de fins e de ação, que a nossa evolução não podia ter criado, e só a política tem meios de iniciar e manter.<sup>145</sup>

Contudo, há um ponto de discordância entre a política econômica do Estado Novo e o pensamento de Alberto Torres, que é o estímulo à industrialização. Na perspectiva de Alberto Torres, a industrialização deveria ter somente um caráter complementar na economia nacional, pois a produção agrícola seria a atividade fundamental, constituindo-se a terra em fonte primordial de riquezas para o país. O Brasil deveria dedicar-se às atividades rurais por causa de suas condições naturais favoráveis à produção agrícola, constituindo-se em vantagem para o país na divisão internacional do trabalho a especialização neste ramo da economia no momento da realização de trocas comerciais com outros países. Além disso, a industrialização no Brasil ocorreria, na maioria dos casos, às custas da prática de protecionismo alfandegário, da disponibilidade de artigos de qualidade inferior e mais caros

---

<sup>145</sup> TORRES, 1978a, p. 164.

devido à ausência de um desenvolvimento tecnológico nacional se comparados com os produtos importados, prejudicando-se, assim, aos consumidores, e do êxodo de mão-de-obra e capitais para os centros urbanos industriais, desviando, desse modo, o país de sua vocação agrária. De acordo com Alberto Torres,

o nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo contestar-lhe este destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida e dos que empregam matéria-prima nacional. É isto que nos impõe a área de nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. O equívoco dos que pensam de outra forma só pode resultar do prejuízo de que a produção deve constar dos gêneros comuns na Europa, e da ideia, arraigada no espírito de muitos, da necessidade das grandes propriedades, de extensa exploração intensiva. O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem, quase geralmente, de elementos necessários às culturas europeias, deve ser um país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedades e fazendas-modelo, mas no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na infinidade de produtos de nossa terra, de excelente valor nutritivo para o seu clima, sendo reservadas as regiões temperadas para algumas culturas europeias e confiado o suprimento de outros produtos, absolutamente inaclimáveis, assim como o dos produtos industriais que não têm aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro. O descaso de nosso protecionismo, criando e desenvolvendo indústrias impróprias ao nosso meio e ao nosso estado de adiantamento econômico, resultou, por todos os lados, em gravames para o país, em sua economia interna e no comércio com o exterior.<sup>146</sup>

Esta posição de Alberto Torres com relação ao estímulo à industrialização nacional não se deveu apenas a uma postura conservadora do autor, mas também ao momento histórico em que publicou o seu pensamento a respeito da política econômica a ser implantada pelo Estado brasileiro, mais especificamente, 1914 ou princípios da Primeira Guerra Mundial, quando o conflito na Europa ainda não havia imposto ao país uma crise de abastecimento de produtos manufaturados devido à sua carência e ao alto preço no mercado internacional. Por outro lado, durante o Estado Novo, o Brasil passaria por este problema na Segunda Guerra após experiência similar durante a Primeira Guerra Mundial, o que explica uma postura da política econômica no sentido de favorecer o desenvolvimento do setor industrial nacional, resultando em um modelo de substituição de importações, no qual

os empresários particulares eram estimulados a prosseguir com os seus próprios esforços, enquanto o governo federal ampliava a sua autoridade para dirigir a economia por dois modos principais: a “manipulação de incentivos”, tais como impostos, controles de câmbio, cotas de importação, controles de crédito e exigências salariais; e a intervenção direta, através de investimentos públicos, em setores como ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas, como o petróleo e o aço.<sup>147</sup>

<sup>146</sup> TORRES, 1978a, p. 207-208.

<sup>147</sup> SKIDMORE, 1975, p. 66-67.

Devido a este modelo de substituição de importações, o empresariado industrial não só se beneficiou com a política econômica adotada pelo governo, mas também viu muitas de suas demandas incorporadas a ela por meio da representação que tinha nos conselhos e nas comissões responsáveis pela definição dos rumos a serem tomados pela economia brasileira. De acordo com Luiz Werneck Vianna,

tais demandas tinham em vista a criação de uma reserva de mercado para os seus produtos, independentemente de serem produzidos com capital nacional ou estrangeiro. Os empresários reivindicavam a política tarifária como instrumento que “amparasse” e “estimulasse” a industrialização sem visar à receita fiscal. Reivindicavam ainda a estabilização cambial, o controle das importações não-essenciais e restrições à importação de equipamentos industriais. Ao contrário dos técnicos governamentais, que entendiam a industrialização como o caminho para a independência do país, a burguesia industrial era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro. As divergências, no entanto, foram suplantadas à medida que a adesão de Vargas ao projeto industrial aprofundou-se, durante o Estado Novo, e os ganhos proporcionados por uma ordem corporativa, que acabou por se adequar aos seus interesses, mostraram-se relevantes.<sup>148</sup>

No que se refere ao posicionamento do governo durante o Estado Novo com relação ao capital estrangeiro, caracterizou-se por uma ambiguidade. Apesar de que uma parcela significativa da burocracia se posicionasse contrária à presença do capital estrangeiro, principalmente, nos setores considerados estratégicos da economia brasileira, até por uma questão de salvaguarda da soberania nacional, como por exemplo, o siderúrgico, o petroquímico, o de mineração e outros, Getúlio Vargas não demonstrou nenhuma restrição à entrada de capital externo no país. Tanto foi assim que Getúlio Vargas buscou no capital norte-americano os fundos necessários para a criação, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), embora o argumento usado para a sua implantação fosse o de que o domínio e a exploração do aço pelo Brasil constituísse em algo estratégico e fundamental para a autonomia nacional. Em 1942, fundou-se a Companhia do Vale do Rio Doce para a extração de minério de ferro.

A Companhia Siderúrgica Nacional, financiada por créditos norte-americanos concedidos pelo Export-Import Bank, teve a sua criação vinculada ao contexto da Segunda Guerra Mundial, quando além do apoio diplomático, os Estados Unidos contavam com a colaboração estratégica do Brasil para a concessão de bases para a batalha do Atlântico Norte e para a linha de comunicações com o norte da África. De acordo com Thomas Skidmore,

<sup>148</sup> VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 121-122.

o governo norte-americano comprometeu-se com a ajuda ao desenvolvimento econômico do Brasil em 1940, colocando à disposição empréstimos a longo prazo do Export-Import Bank, em troca da garantia de suas bases no Brasil. O primeiro grande compromisso foi um empréstimo de 20 milhões de dólares para a nova Companhia Siderúrgica Nacional. Este apoio ao investimento público na indústria básica, em um país subdesenvolvido, refletia uma mescla de motivos, do ponto de vista norte-americano. Por um lado, demonstrava o desejo da administração *New Deal*, de Roosevelt, de dar substância econômica à política da Boa Vizinhança. Ao mesmo tempo, representava uma tentativa de realizar antigas ambições norte-americanas de maior penetração comercial na América Latina, através das novas e heterodoxas medidas de ajuda governamental dos Estados Unidos aos programas de industrialização dirigidos pelo Estado. A boa vontade norte-americana era, indubitavelmente, acrescida pelo conhecimento de que Vargas havia negociado ativamente, com a Alemanha nazista, a ajuda para a montagem de uma indústria siderúrgica. Em 1942, a participação norte-americana no desenvolvimento econômico brasileiro tornou-se maior ainda, quando a administração Roosevelt enviou uma missão técnica para ajudar a planejar a mobilização do Brasil. O trabalho desta missão, chefiada por Moris Llewellyn Cooke, foi o começo de uma longa e estreita colaboração entre os planejadores econômicos dos dois governos. A Missão Técnica Norte-Americana contribuiu de maneira significativa para o que foi o primeiro levantamento sistemático dos recursos brasileiros, ainda que as recomendações da Missão para a assistência norte-americana no pós-guerra não fossem seguidas.<sup>149</sup>

Até fins de 1941, o governo brasileiro adotou uma política externa neutra, procurando explorar as rivalidades entre os Estados Unidos e a Alemanha, sendo que cada um desses países representavam 1/4 das importações nacionais em 1938, com o fim de desenvolver a industrialização no Brasil. Foi somente com a entrada dos Estados Unidos na guerra que o Brasil encontrou-se na condição de tomar parte pelo lado dos norte-americanos sob pressão, o que aconteceu no início do ano de 1942, com o rompimento das relações com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e a assinatura de um acordo com os EUA. A resposta da Alemanha foi imediata, com o afundamento de 37 navios brasileiros por submarinos alemães. Isto causou uma mobilização popular, o que serviu de pretexto para a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. Todavia, o envio de tropas brasileiras para o exterior ocorreu somente a posteriori, com a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) sob o comando do general João Batista Mascarenhas de Moraes. Estas tropas desembarcaram em Nápoles, na Itália, no dia 16 de julho de 1944, conquistando importantes vitórias em Camaione, Monte Prato, Monte Castelo, Montese, Collecchio, Fornovo e Castelnuovo. No final de abril de 1945, a FEB conseguiu a rendição da 148ª Divisão Alemã. Também atuaram na participação brasileira na guerra a Força Aérea Brasileira (FAB), sob o comando do tenente-coronel Neto Moura, e a Marinha, encarregada de patrulhar e proteger comboios aliados no Atlântico.

<sup>149</sup> SKIDMORE, 1975, p. 68.

A consequência da atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi o surgimento de um quadro de contradição no país. Por um lado, as vitórias acabaram por exaltar o espírito patriótico e destemido do combatente brasileiro. Por outro, despertou a consciência de vários setores da sociedade, principalmente, dos militares, para a ambiguidade no fato de que o Brasil lutou contra regimes não-democráticos, mas tinha em seu território um governo ditatorial. Ao mesmo tempo, a oposição ao Estado Novo utilizou-se dessa situação contraditória para fazer várias manifestações exigindo o restabelecimento do regime democrático. Dessa forma,

começou a crescer a força das oposições ao governo Vargas. Não se pense, no entanto, que estas oposições encontravam-se forjadas em um bloco único, ou que representassem um setor singular da vida social e política do país. Ao contrário, não apenas representavam interesses e setores bastante diversificados, como se encontravam desarticuladas, desunidas e, na maioria das vezes, profundamente golpeadas pela ditadura, com vários de seus líderes presos ou exilados. Homens como Luiz Carlos Prestes, Armando de Sales Oliveira, Flores da Cunha, Júlio de Mesquita Filho, Octávio Mangabeira, que representavam diferentes posições políticas dentro do espectro oposicionista, estavam nas prisões getulistas ou fora das fronteiras do país. Além do mais, pouco de comum havia entre as posições comunistas, de um lado, as posturas “liberais”, de outro, e as reivindicações das oligarquias regionais, de um terceiro.<sup>150</sup>

Diante da percepção do esgotamento da ditadura do Estado Novo de acordo com o desenrolar dos rumos da guerra que favorecia a luta interna pela democratização, Getúlio Vargas proferiu um discurso, em novembro de 1943, no qual se comprometia a restabelecer o regime democrático no país em um ambiente de paz e ordem, com o retorno das garantias à liberdade de expressão e das eleições. Segundo Thomas Skidmore,

a medida que a maré da guerra mudava a favor dos aliados, em 1943, Vargas foi preparando-se para a nova atmosfera política que seria criada por uma vitória aliada. Em 1944, ele recebeu relatórios de críticas ao Estado Novo, correntes entre os oficiais brasileiros que lutavam lado a lado com o 5º Exército Norte-Americano, na Itália. Os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país. A 10 de novembro de 1943, sexto aniversário do golpe, data na qual deveria ter sido realizado o plebiscito previsto na Constituição de 1937, Vargas falou à nação e prometeu que, depois da guerra, “em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro”. Seis meses depois, a 15 de abril de 1944, ele repetiu a promessa assegurando aos brasileiros que poderiam “declarar-se e escolher os seus representantes, dentro da democracia, da lei e da ordem”.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 3, p. 228.

<sup>151</sup> SKIDMORE, 1975, p. 72.

A concessão de terreno diante da oposição tornou-se ainda mais evidente em maio de 1945, quando Getúlio Vargas fixou para 2 de dezembro de 1945 as eleições para a Presidência da República e uma Assembleia Nacional Constituinte. O resultado de tal atitude foi a dispersão da oposição, antes unidas contra o governo de Getúlio Vargas, em vários partidos políticos. Entre estes partidos, destacavam-se a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido de Representação Popular (PRP).

A União Democrática Nacional reuniu jornalistas liberais, como Assis Chateaubriand, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Bittencourt, elementos da burguesia comercial contrários ao intervencionismo estatal e ao nacionalismo econômico e a classe média prejudicada pela inflação. Na realidade, o partido constituiu-se em uma verdadeira “colcha de retalhos” que aglutinou elementos que lutaram contra a ditadura getulista. Caracterizou-se por uma posição economicamente liberal e politicamente conservadora. Lançou como candidato à Presidência da República o brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica de Getúlio Vargas.

O Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrático surgiram como partidos de apoio a Getúlio Vargas. O primeiro reuniu a burocracia sindical com o intuito de atrair as massas trabalhadoras das cidades a partir da construção do mito de Getúlio Vargas como o presidente “pai dos pobres”. O outro partido aglutinou os setores ligados política e economicamente ao getulismo, como os interventores nomeados para governar os estados, as oligarquias e os banqueiros. Enfim, todos aqueles que se beneficiaram da estrutura estatal montada durante o Estado Novo. Ambos partidos lançaram a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra para a eleição de presidente, sendo que Dutra foi um importante aliado de Getúlio Vargas para a instauração e manutenção do Estado Novo.

O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922 e legalizado em 1945, adotou como plataforma política a defesa da ditadura do proletariado e da estratégia política de aliança com outras correntes de esquerda. Tinha como seu líder máximo a figura de Luís Carlos Prestes que, ao ser libertado após a anistia dada por Getúlio Vargas aos presos políticos, decidiu organizar uma manifestação popular no Rio de Janeiro em apoio ao ditador e seu algoz, responsável por sua prisão desde 1936, após o fracasso da Intentona Comunista.

Finalmente, o Partido de Representação Popular contava em seu quadro de filiados com os antigos integralistas, tendo como o seu líder máximo e candidato à Presidência da República Plínio Salgado.



Apesar da óbvia decomposição do regime e do clima político de redemocratização que predominava, Getúlio Vargas ainda tentaria uma última cartada para permanecer no poder por meio do que se denominou como campanha queremista. Contou para isto com o apoio dos trabalhistas e dos comunistas, buscando atraí-los por meio de ações como a lei antitruste de caráter nacionalista e anti-imperialista. A aproximação de Getúlio Vargas com os comunistas em meio a um clima de guerra fria que se instaurava e atingia as Forças Armadas, criou uma certa indisposição dos militares com relação ao governo de Getúlio Vargas.

Todavia, o passo final para a derrocada do Estado Novo ocorreu quando Getúlio Vargas nomeou o seu próprio irmão para chefe de polícia do Distrito Federal na expectativa de se manter no poder, o que fez aumentar a pressão da oposição pelo fim do regime. Os militares, temendo uma situação de desordem no país causada pelo embate entre os queremistas e os antigetulistas, decidiram depor o ditador em 29 de outubro de 1945, assumindo provisoriamente a Presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares.

## **4.2 A repercussão do pensamento de Andrés Molina Enríquez na construção da ordem elaborada com o período de institucionalização da Revolução Mexicana**

### **4.2.1 A presença das ideias de Andrés Molina Enríquez no governo de Álvaro Obregón (1920-1924)**

O período de 1920 a 1940 foi a etapa de institucionalização da Revolução Mexicana, no qual se observou um processo de pacificação e reestruturação do país acompanhado pela criação de instituições políticas de acordo com os princípios mais importantes da Constituição de 1917, tais como o fortalecimento do presidencialismo, a reforma agrária, a regulamentação dos direitos dos trabalhadores, a intervenção estatal na economia e a pontualização das relações Estado-Igreja. Aos poucos o processo de institucionalização foi ganhando terreno e, com ele, o Estado surgido da revolução foi adquirindo maior estabilidade, apesar dos conflitos políticos que aconteciam, sobretudo, entre os caudilhos revolucionários na disputa por poder.

Ao contrário de Alberto Torres, que, a partir dos anos de 1920 e, principalmente, durante a Revolução de 1930 e a Era Vargas (1930-1945), teve as suas ideias retomadas e valorizadas por vários intelectuais, atores políticos e movimentos, Andrés Molina

Enríquez, apesar de que se percebem várias de suas ideias presentes na etapa de institucionalização da Revolução Mexicana, não obteve durante esse período um reconhecimento em seu país como o intelectual brasileiro. Para a confirmação desta afirmação, basta observar-se as citações constantes em diversas obras do nome e de ideias torreanas, a produção bibliográfica específica publicada sobre a vida e os trabalhos de Alberto Torres e, inclusive, a criação de uma instituição para o estudo da realidade brasileira e a busca de possíveis soluções para os seus problemas a partir da leitura e compreensão dos livros do intelectual que pudessem ser sugeridas e aplicadas pela política nacional varguista, no caso, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres que funcionou normalmente entre 1932 e 1945. Por outro lado, ainda que vivo, Andrés Molina Enríquez raras vezes foi citado por intelectuais ou grupos políticos, não houve produções bibliográficas de expressão sobre o seu pensamento e apenas ocupou cargos burocráticos de escalões inferiores no Estado em geral entre 1920 e 1940. Enfim, contrariamente a Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez assistiu ainda em vida como “culminava no México a edificação do Estado que ele sempre havia desejado e à qual tanto havia contribuído, sem que isto chegasse a lhe render o reconhecimento que merecia”.<sup>152</sup> Esta falta de reconhecimento não impede, porém, de se analisar a importância e a presença das ideias de Andrés Molina Enríquez na construção da ordem elaborada com o período de institucionalização da República Mexicana, pois, segundo Arnaldo Córdova,

Molina foi o seu melhor profeta: poucas vezes na vida, provavelmente, teve uma arma entre as mãos e menos ainda a espada de um general; porém, a sua obra, que, sem meio termos, pode ser considerada como a verdadeira **teoria política da Revolução**, desempenhou um papel de vanguarda nesta formidável luta de classes que foi a Revolução Mexicana e, certamente, impôs-se por si só, desprendida de seu autor, como a insígnia ideológica dos revolucionários mexicanos. Como ele previu, os seus compatriotas iam esquecê-lo por completo, sobretudo, aqueles aos quais tanto havia ensinado e tanto lhe deviam, os próprios revolucionários, que chegaram a ter maior estima por *Mein Kampf* de Hitler que por *Los grandes problemas nacionales* de Molina Enríquez. Paradoxalmente, foram os opositores de esquerda do regime da Revolução os que entre os anos trinta e cinquenta mantiveram o interesse no estudo da obra do grande revolucionário, pensando, talvez, que ele era o seu precursor ou que a Revolução era a sua revolução e que tinha sido traído por aqueles que a vinham usufruindo.<sup>153</sup> (grifo do autor).

Apesar desta falta de reconhecimento da contribuição da produção intelectual de Andrés Molina Enríquez para o estabelecimento da ordem instituída no México a partir do fim do período combativo da Revolução Mexicana, a institucionalização do poder a partir da década de 1920 implicou na reconstrução do Estado e na redefinição do que seria a nação

<sup>152</sup> CÓRDOVA, Arnaldo. Prólogo. In: MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978, p. 68. (Colección Problemas de México).

<sup>153</sup> Ibidem, p. 58-59.

mexicana. Este processo impôs a elaboração de um discurso nacionalista que, embora não fizesse referência ou não desse os créditos devidos à obra de Andrés Molina Enríquez, utilizou várias das ideias nela contidas. De acordo com Patricia Funes,

os caudilhos militares revolucionários necessitavam dos intelectuais para reconstruir e legitimar o novo Estado. O discurso jurídico de Andrés Molina Enríquez, as letras e as artes “à serviço da revolução” contribuíram para criar discursos, imagens e estereótipos da nação mexicana dirigidos a **ordenar a mudança**.<sup>154</sup> (grifo da autora).

Álvaro Obregón chegou à Presidência da República após uma intensa batalha com Venustiano Carranza que pretendia permanecer no poder mesmo após o término de seu mandato, usando para isto do pretexto de que a sua continuidade na Presidência seria o único meio de manter a ordem e a estabilidade política no país, impedindo, assim, a atuação do militarismo por parte dos revolucionários.<sup>155</sup> Em 20 de maio de 1920, Venustiano Carranza foi fuzilado e, em 24 de maio, o Congresso fixou a data das eleições e escolheu Adolfo de la Huerta como presidente provisório do México. Em 5 de setembro aconteceu a eleição presidencial vencida por Álvaro Obregón, que tomou posse na Presidência da República em 1º de dezembro de 1920.

Nesse mesmo ano, Andrés Molina Enríquez foi nomeado para o cargo público de chefe do Departamento de Compilação de Leis da Suprema Corte de Justiça, o qual exerceu até 1929.

Ao assumir a Presidência da República em 1920, Álvaro Obregón deparou-se com uma situação de pobreza ou miséria em que se encontrava a maioria da população diante da economia arrasada durante a etapa combativa da revolução em sua produção agrícola e pecuária, redução em 800 mil pessoas do contingente populacional por causa da guerra, das epidemias e da emigração, destruição da infraestrutura devido à danificação dos sistemas de comunicação e transportes, sobretudo, das ferrovias, prejuízo do sistema monetário pela emissão desenfreada de papel-moeda e confisco de parte das reservas de ouro e prata, levando ao fechamento de vários bancos e à dificuldade de se obter financiamento interno e externo, e

<sup>154</sup> FUNES, 2006, p. 19-20.

<sup>155</sup> Para dados históricos detalhados a respeito da disputa travada pelo poder no México entre Venustiano Carranza e Álvaro Obregón, pode-se consultar as seguintes referências bibliográficas: 1) AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**: história mexicana contemporânea, 1910-1989. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2000. (Ensaio Latino-Americanos, 5); 2) ULLOA, Berta. La lucha armada (1911-1920). In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 1-110; 3) MEYER, Lorenzo. El primer tramo del camino. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 111-299.

insegurança fora dos centros urbanos. O setor da economia mexicana que não se viu afetado durante essa etapa foi o petrolífero. Pelo contrário, tornava-se cada vez mais próspero, sendo dominado por companhias estrangeiras, sobretudo, inglesas e norte-americanas.

Apesar da prosperidade do setor petrolífero, questionando os prejuízos causados aos seus cidadãos pela guerra, temendo o nacionalismo presente na Constituição de 1917 que poderia afetar os interesses dos investidores norte-americanos no México e repudiando a posição radical de Álvaro Obregón com relação a certas reformas contidas na nova Constituição, com a expropriação de certas riquezas e o controle mexicano sobre certos setores estratégicos, o que era visto como uma questão de garantia da soberania nacional, o governo dos Estados Unidos recusou-se a reconhecer o governo obregonista. Esta postura foi seguida por outras nações europeias e latino-americanas, ocasionando um isolamento do México com relação ao resto do mundo.

Diante de tais circunstâncias, caberia ao governo de Álvaro Obregón tentar solucionar os impasses causados pela situação econômica mexicana e pelas relações diplomáticas conturbadas com os Estados Unidos. No que se refere ao campo econômico, a economia mexicana era ainda essencialmente agrária, o que pode ser demonstrado por meio do número de trabalhadores dedicados a atividades agrícolas em 1921:

segundo o perfil trabalhista da sociedade pós-revolucionária, apenas 324 de cada mil mexicanos trabalhavam (330 em 1910) e, destes, 224 trabalhavam no campo (237 em 1910), quarenta na indústria, dezenove no comércio e nas finanças, dez nos serviços, cinco nos transportes e comunicações, quatro no governo e três na mineração, especialmente na indústria petrolífera (seis por mil em 1910). Outra fatia substancial da torta, 330 de cada mil mexicanas eram donas de casa em 1921 (304 em 1910) e 331 de cada mil eram menores de idade (358 em 1910). No conjunto, poderíamos dizer que um quinto da população mexicana de 1921 dedicava-se a atividades agrícolas, um terço ao lar e aos trabalhos domésticos e outro terço à tarefa de crescer, e apenas o restante, em proporções mínimas, estava distribuído por ordem decrescente na indústria, no comércio, nas finanças, nos serviços, nas comunicações, no governo e na mineração.<sup>156</sup>

Com Álvaro Obregón na Presidência da República entre 1920 e 1924, assistiu-se a um pequeno crescimento do produto interno bruto (PIB) em uma média de 0,6 por cento e do PIB *per capita* de 1,2 por cento. No que diz respeito ao primeiro número, este se deveu em grande parte ao restabelecimento da ordem interna ocasionado pela meta de pacificação do país. Esta preocupação com a pacificação inserir-se-ia no objetivo de pôr um fim definitivo à

<sup>156</sup> AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**: história mexicana contemporânea, 1910-1989. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2000. (Ensaio Latino-Americanos, 5).

etapa combativa da revolução para se iniciar uma nova fase de reconstrução e progresso para o país. Para isto, seria necessário constituir-se um Estado verdadeiramente nacional, ou seja, acima de interesses particulares, capaz de pôr em prática um projeto de reconstrução nacional.

Tanto Álvaro Obregón como anteriormente Andrés Molina Enríquez acreditavam que o sucesso de toda política de organização nacional dependeria de que os interesses particulares fossem regulados de tal modo que as demandas de indivíduos, grupos ou setores sociais coincidisse com os interesses de toda a sociedade. Para Álvaro Obregón, o projeto de reconstrução nacional tinha como objetivo a organização da nação, cabendo ao Estado toda a ação de direção no sentido de se colocar acima de interesses particulares e procurar atender as demandas de diversos setores sociais desde que isto não implicasse em prejuízo do bem-geral da coletividade, buscando-se, assim, a conciliação deles em prol de uma atuação coordenada de cada setor social em benefício do desenvolvimento da nação, exercendo cada um a função que lhes cabe dentro da sociedade nacional. O Estado torna-se um órgão central na tarefa de organização nacional a partir do momento em que demonstra ser uma autoridade que garante de forma imparcial a existência e os direitos de todos os setores sociais. Segundo Álvaro Obregón,

temos terminado o período da tragédia; já não será necessário que os camponeses voltem a oferecer o seu sangue para conquistar com a violência o que está escrito em nossas leis. Bastará com que os camponeses, os operários, a classe média, todas as forças do país que estão envolvidas na mesma ideologia revolucionária, selecionem o seu pessoal para que os represente nos postos públicos e exijam conscientemente as responsabilidades que assumam ao aceitar as suas altas investiduras. O período de reconstrução nacional é o que temos em frente e em pleno desenvolvimento, e ele exige que todos e cada um dos que nos envolvemos neste grande movimento evolutivo, ponhamos a seu serviço o contingente máximo de nosso músculo e de nossa inteligência, que organizemos os camponeses, os operários, os empregados, todas as classes que trabalham, para que possam mutuamente se defender e se ajudar, cooperando mais eficazmente com o Estado na resolução de seus problemas. As classes endinheiradas, pelas facilidades que a sua posição econômica lhes brinda, não necessitam deste apoio do Estado; elas têm bastante elementos para proteger e defender os seus interesses e só devem exigir o amparo que as nossas leis outorgam aos seus interesses e a suas pessoas.<sup>157</sup>

Antes de Álvaro Obregón, Andrés Molina Enríquez já afirmava que a tarefa de organização nacional dependeria de que os interesses particulares não se contrapassem ao interesse coletivo, social. Ao Estado caberia ser um órgão que corporificasse a vida coletiva, atuando como órgão de direção da nação. O poder estatal seria responsável por coordenar todas as forças sociais existentes na vida nacional em direção ao objetivo comum que é a

<sup>157</sup> OBREGÓN, 1928 apud CORDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana**: la formación del nuevo régimen. 2. ed. México: Era, 1973, p. 268.

política de organização nacional que tem como fim a consolidação da nacionalidade. Nesse sentido, para Andrés Molina Enríquez,

a experiência tem demonstrado de um modo evidente que nas agrupações humanas nas quais não há comunidade de interesse, de sentimentos e de desejos, não existe uma nação no estrito sentido da palavra, e as unidades que formam esses grupos, alheias umas às outras, geralmente, e ainda antagônicas às vezes, não constituem uma verdadeira pátria. No México, durante muito tempo, os vínculos federais, mantiveram-se sem consistência, e unicamente a ameaça de um perigo comum tinha o privilégio de determinar uma unidade de ação traduzida sempre por um vigoroso esforço para rechaçar toda agressão estranha. Ante essa situação, **o único programa nacional e patriótico que o Estado deve levar a cabo é assegurar com a paz os laços que unicamente a guerra tinha o privilégio de estreitar, tornando sólidos e permanentes os ideais e as aspirações manifestadas, com lamentáveis intermitências, pelas distintas frações de uma mesma e indiscutível nacionalidade.**<sup>158</sup> (grifo do autor).

O projeto de reconstrução nacional do governo de Álvaro Obregón tinha como dois principais focos de ação a questão agrária e o trabalhismo. No que se refere à questão agrária, o debate girava em torno da execução de um plano de reforma agrária, justificado pela necessidade de que o latifúndio fosse cedendo espaço à pequena propriedade por ser este tipo de propriedade uma forma mais próspera de exploração da terra. O pensamento de Andrés Molina Enríquez fez-se presente neste plano de reforma agrária por meio, principalmente, de sua ideia que consta na Constituição de 1917 e defende o princípio jurídico de que o bem público, baseado na concepção de utilidade pública, está acima dos interesses individuais. Este princípio daria ao Estado plenos poderes para a implantação de reformas em prol do desenvolvimento do país, entre as quais, a reestruturação do sistema de propriedade existente no México que causava profundas desigualdades sociais e um quadro de pobreza e miséria de grande parcela da população que vivia no campo, consistindo em um fator de constante insatisfação por parte da massa camponesa e uma ameaça constante à ordem. A situação de desordem que tal realidade criava afetava o progresso da nação, uma vez que impedia a pacificação do país e prejudicava a economia nacional com a perda de uma parcela importante de população economicamente ativa, a destruição dos sistemas de transporte e comunicação, o prejuízo à produção e circulação de mercadorias, etc. Desse modo, seria necessário a desapropriação e o fracionamento das grandes propriedades em prol do bem-geral da coletividade.

Andrés Molina Enríquez foi o mentor intelectual do artigo 27 da Constituição que continha, portanto, os fundamentos jurídicos para a solução dos problemas vinculados ao

<sup>158</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978, p. 134-135. (Colección Problemas de México).

campo. Não foi por acaso que, em 1922, publicou um número especial do *Boletim da Secretaria de Governo* sobre o referido artigo, no qual discerne sobre as ideias em que se baseou para elaborá-lo. Além disso, em 1923, foi designado membro da Confederação Nacional Agrária (CNA) pelos dirigentes desta organização, que eram o ex-zapatista Gildardo Magaña, Miguel Mendoza López e Saturnino Cedillo.

Álvaro Obregón e Andrés Molina Enríquez tinham em comum a ideia de que o repartimento da terra seria um caminho para a constituição de uma economia mais produtiva. Neste aspecto, para o presidente do México, a pequena propriedade era uma forma de posse da terra capaz de despertar nos indivíduos um espírito empreendedor. Portanto, a pequena propriedade deveria ser fomentada, desenvolvida e contar com o apoio do Estado de modo que o México se tornasse um dos países mais produtivos do mundo e encontrasse, assim, um dos caminhos para a sua independência econômica. De acordo com Álvaro Obregón, em 1922, no livro *El problema agrícola y agrario*,

o agricultor tem sido sempre a base das riquezas nacionais nos países essencialmente agrícolas como o nosso; porém, o agricultor, como todas as demais fontes de riqueza que têm servido para o progresso da humanidade, alcançou nos últimos tempos uma evolução admirável, uma evolução que tem permitido que em outros países, combinado o capital, a inteligência e o trabalho, façam a terra produzir o seu máximo com um custo mínimo, e permita aos agricultores pagar salários muito altos e vender cereais a muito baixos preços. E a consequência disto diretamente favorece o bem-estar dos trabalhadores. Em nosso país, desgrazadamente, uma maioria de proprietários de terra tem permanecido absolutamente alheia à evolução da agricultura; tem seguido os seus procedimentos rotineiros, a tal grau que não tem podido competir com os produtos similares de outros países do mundo e sempre pede direitos tarifários protecionistas para obter um preço que lhe permita vender os seus produtos.<sup>159</sup>

Em *Los grandes problemas nacionales*, Andrés Molina Enríquez já havia feito uma análise similar ao afirmar que um dos problemas da estrutura fundiária existente no México seria a ausência de uma preocupação dos grandes proprietários em promoverem o desenvolvimento da produção por meio do cultivo da maior extensão da propriedade possível e a adoção de técnicas modernas para a geração de uma maior quantidade de capital, da qual uma parte poderia ser reinvestida no aumento da produtividade da terra. Na realidade, o interesse dos grandes proprietários em deterem uma grande parcela de terras deve-se apenas ao intuito de manterem a sua posição social por meio de gastos com luxos nas grandes cidades ou no exterior, dedicando as suas propriedades muitas vezes ao cultivo de um só produto com a adoção de técnicas rudimentares, pois o importante, para eles, não é aumentar a produção,

<sup>159</sup> OBREGÓN, 1922 apud CÓRDOVA, 1973, p. 277.

mas evitar aumentos de gastos com ela e garantir uma renda fixa. Por outro lado, os pequenos proprietários que desenvolvem uma produção de gêneros para a sobrevivência deles e ainda abastecem o mercado interno com o excedente, pois dedicam toda a extensão do terreno ao cultivo, encontrar-se-iam abandonados à própria sorte, sem o apoio do Estado para manterem a propriedade e desenvolverem a sua produção. Portanto, antecipando-se a Álvaro Obregón, Andrés Molina Enríquez defende que, se predominasse a pequena propriedade ao invés dos latifúndios na estrutura fundiária mexicana,

a produção e com ela a população ascenderiam até alcançar proporções colossais. Até o momento, no conjunto da produção geral da República, e muito especialmente da produção de cereais, a produção das fazendas que representam nove décimos do terreno útil, não é a principal; a sua função não chega a ser a do abastecimento direto, mas a da regulação. A produção principal é a dos pequenos proprietários individuais, a dos rancheiros agricultores e a das comunidades indígenas: a dos pequenos *pueblos* e ranchos remontados nas serranias. Nesses pequenos *pueblos* e ranchos, cada agricultor sempre colha para o seu consumo e vende o excedente.<sup>160</sup>

A inclusão por parte de Álvaro Obregón da questão agrária no programa de reconstrução nacional explica as várias leis promulgadas ao longo de seu governo referentes à reforma agrária, como a Lei dos *Ejidos* de 28 de dezembro de 1920, a Lei Complementar à dos *Ejidos* de 22 de novembro de 1921, que considerava os *pueblos*, *rancherías*, *congregaciones* e *comunidades* como os únicos núcleos da população que deviam receber *ejidos*, e o Decreto-Lei de 9 de agosto de 1923 referente às terras que deveriam ser consideradas nacionais. Contudo,

a “reforma agrária” choca-se com inúmeras dificuldades, além da resistência dos grandes proprietários fundiários. É necessário precisar que a quase totalidade dos generais “revolucionários”, sobretudo, os que se tornaram presidentes (Obregón e Calles formaram para si verdadeiros “impérios”), não fizeram a revolução para os camponeses; tornaram-se grandes proprietários fundiários. E, quando os camponeses revoltaram-se, foram massacrados como no tempo de Díaz.<sup>161</sup>

Apesar de não haver um interesse por parte de Álvaro Obregón e da maioria dos altos chefes militares de que os camponeses se mobilizassem contra os latifundiários, existia um grupo com influência no governo que apoiava a aplicação incondicional do artigo 27 da Constituição de 1917. Para isto, fundou-se o Partido Nacional Agrarista (PNA), que serviu tanto para canalizar a demanda de levar a cabo de maneira sistemática a reforma agrária como base de apoio ao governo de Álvaro Obregón. Este último ponto facilitou o

<sup>160</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 174.

<sup>161</sup> NUNES, Américo. **As revoluções do México**. Trad. Daniel Postura. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 107. (Coleção Khronos).



acesso de seus principais líderes aos quadros da elite política, sendo que quatro membros do partido foram governadores, um foi ministro e seis foram membros do Congresso. Na prática, o PNA serviu mais como um meio de acesso a posições dentro do aparato político do que como um instrumento de representação da demanda dos camponeses por reforma agrária. Entre os principais filiados do partido, encontravam-se figuras importantes como Antonio Díaz Soto y Gama, Aurelio Manrique, Rafael Ramos Pedrueza e José Vasconcelos.

A partir dos quadros do PNA, surgiu uma organização denominada Confederação Nacional Agrária (CNA) em 1923. O objetivo desta organização era servir como um elo de ligação entre as demandas dos camponeses e o governo, visando a resolução do problema agrário mediante um programa que tinha como eixo central a formação de um sistema de posse da terra tanto por meio dos *ejidos* (mais no Norte do país) como através da propriedade privada (sobretudo, na região central). Todavia, “como o PNA, a CNA tampouco buscou agitar nem mobilizar as massas do campo em apoio de suas demandas, e ficou logo convertida em uma organização pouco efetiva, sem grandes raízes no campo”.<sup>162</sup>

Quanto à questão trabalhista, a ideia básica do governo de Álvaro Obregón era colocar em prática um projeto de organização social que possibilitasse a conciliação e a integração de todos os setores sociais que compunham a sociedade mexicana sob os auspícios da autoridade do Estado, visto como um órgão acima da sociedade e, conseqüentemente, acima dos interesses individuais. Este projeto de organização social consistia, na realidade, em um modelo corporativista que Andrés Molina Enríquez já havia tratado em sua produção intelectual e era o fundamento do que o autor denominou de política orgânica ou integral.

Para Álvaro Obregón, caberia ao Estado garantir uma relação harmônica entre capital e trabalho, possibilitando, assim, o bem-estar geral da nação em um clima de ordem social. Para isto, dever-se-ia proteger os trabalhadores para que não fossem explorados excessivamente e afetados em seus direitos, criando, desse modo, as condições para que pudessem desenvolver as suas potencialidades e garantir o seu sustento e de suas famílias. Por outro lado, far-se-ia necessário o amparo para o capital no que se refere à proteção de seus direitos conforme era especificado pelas leis mexicanas. A proteção e o incentivo ao pleno desenvolvimento do capital e do trabalho seriam importantes porque ambos são fundamentais para a obra de reconstrução nacional. Neste sentido, de acordo com Álvaro Obregón,

---

<sup>162</sup> MEYER, Lorenzo. El primer tramo del camino. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. Ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 136-137.

um bom governante não seria o que tomasse parte pelos trabalhadores ou o que se apoiasse nos homens de negócios, o melhor governante seria, pelo contrário, aquele que conseguisse encontrar o fiel da balança que equilibrasse ambos fatores, de maneira que sobre um plano de equidade (dar a cada um o que é seu) obtivesse as vantagens que buscava de cada um deles.<sup>163</sup>

Na perspectiva de Andrés Molina Enríquez, o Poder Executivo federal, representado em sua figura máxima pelo presidente da República, deveria incorporar dentro dos parâmetros que conviessem ao bem-geral da nação o máximo possível os interesses e as demandas dos setores sociais, sejam estes vinculados ao capital (como os banqueiros, industriais, etc.) ou ao trabalho (como os camponeses, operários, profissionais liberais e outros), com o objetivo de se implantar uma conciliação entre eles para se acabar com um quadro de desordem social provocada pela ausência de interesses em comum que os isolam. Entretanto, para que tal política, denominada por Andrés Molina Enríquez como integral, surta o efeito de conciliação entre vários setores sociais, é necessário que ela siga um modelo corporativista em que todos os grupos relacionados ao capital ou ao trabalho sintam-se representados e atendidos em suas demandas no contexto da política nacional. Dessa maneira, este modelo corporativista de caráter conciliatório colocará todos os setores sociais em harmonia e integrará toda a sociedade nacional, uma vez que eles serão percebidos como essenciais para que o Estado tenha o apoio necessário para pôr em prática uma política de organização nacional. Portanto, o Estado é o órgão central responsável pela coordenação de toda a sociedade rumo à meta da consolidação da nacionalidade, tendo na figura do presidente da República a sua autoridade máxima. Andrés Molina Enríquez resume a relação entre o Estado e os setores dentro do modelo social corporativista por meio da palavra amizade. Segundo o autor,

as fibras que desde as unidades sociais mais humildes enredam-se e se tecem neste sistema até a personalidade do presidente, que é o nó a que convergem todas, é a amizade: amizade que, como todos os afetos que levam em conjunto este nome, dá direito a exigir do amigo tudo o que o amigo pode conceder, segundo o grau de amizade que se tem, e a categoria, personalidade e condições do amigo que pode conceder, segundo o grau de amizade que se tem, e a categoria, personalidade e condições do amigo que usa este direito; mas que, por outro lado, impõe a este último amigo, para com o outro, obrigações correlativas, segundo também o grau de amizade que une os dois, e a categoria, personalidade e condições do obrigado. Por causa desta amizade que oferece todas as matizes da mútua consideração e do mútuo sacrifício, todas as unidades sociais podem pedir ao presidente da República, segundo as suas necessidades e tendências próprias, e o presidente da República pode-lhes ir concedendo o que pedem; porém, por outro lado, pede-lhes, por sua vez, sacrifícios proporcionais. Dessa maneira, reparte entre todos amplos benefícios, e obtém o sacrifício de todas as pessoas, conseguindo orientar para a sua todas as vontades.<sup>164</sup>

<sup>163</sup> OBREGÓN, 1923 apud CÓRDOVA, 1973, p. 271.

<sup>164</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 136-137.

O governo de Álvaro Obregón buscou um controle sobre o movimento operário organizado. O resultado foi uma perda contínua da independência do movimento operário, utilizando o governo para este fim de recursos como concessões, promessas de reforma, discursos vanguardistas e, se preciso fosse, repressão. Nota-se claramente esta situação de perda de autonomia quando se analisa o caso da Confederação Regional Operária Mexicana (CROM), que na época praticamente controlava o movimento operário. Fundada em 1918, a CROM tinha como objetivo ser uma organização que representasse as demandas do setor operário, sobretudo, no que se referia ao cumprimento do artigo 123 da Constituição de 1917, e pressionasse o governo para que as concretizasse. Entretanto, tal pressão era feita de forma a que não se passasse a ideia de hostilidade com relação ao governo. Na realidade, a CROM usou de sua influência junto ao operariado mexicano para apoiar Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles e, com isto, obter vários benefícios. Enfim,

desde o princípio, boa parte da energia da CROM dedicou-se a combater as organizações rivais, em sua maioria mais radicais, ainda que também apareceram algumas à sua direita, em particular as católicas. Os governos de Obregón e Calles intervieram nestas disputas intergremiais em apoio da CROM, que constituiu uma das bases de poder não militar do governo central nos anos 20. A política moderada e de metas puramente econômicas da CROM deu resultados tangíveis e positivos para os seus membros. Parece ser que os operários cromistas obtiveram sistematicamente aumentos salariais maiores que os membros de outros sindicatos, e que a CROM conseguiu tornar efetivo o pagamento de indenizações por demissão ou por acidentes de trabalho. Os recursos da Confederação parecem ter sido consideráveis, mas só uma parte procedia das quotas sindicais, a outra de subsídios oficiais e de doações feitas pelos líderes e empresas que desejavam evitar conflitos trabalhistas. A contrapartida consistiu em uma destacada corrupção dos líderes: Morones e os seus principais colaboradores, conhecidos como o “Grupo Ação”, que, sem pudor de nenhuma espécie, fizeram ostentação de uma forma de vida própria das camadas mais endinheiradas da população.<sup>165</sup>

Um desafio enfrentado pelo governo de Álvaro Obregón refere-se a como reestruturar a economia mexicana por meio de um maior controle desta pelo Estado quando setores estratégicos, como o petrolífero e o mineiro, encontravam-se sob o domínio de empresários estrangeiros. Sabia-se que o processo de nacionalização destes setores fazia-se presente na Constituição de 1917 e se tratava de um ponto fundamental para a garantia da soberania nacional. A grande questão era como colocá-lo em prática diante do poderio político e econômico com que contavam os empresários estrangeiros, recorrendo, muitas vezes, para a intervenção de seus países de origem quando viam os seus interesses afetados.

Álvaro Obregón sentiu diretamente este impasse ao se ver diante da pressão exercida pelo governo norte-americano no sentido da garantia dos investimentos de seus

---

<sup>165</sup> MEYER, 1977, p. 142-143.

cidadãos no México contra as prerrogativas da Constituição de 1917 em troca do reconhecimento formal do governo mexicano. Além disso, os Estados Unidos exigiam a compensação pelos prejuízos causados pela Revolução Mexicana aos seus cidadãos no país vizinho e o imediato pagamento da dívida externa pelo governo mexicano. Estes pontos fizeram-se constantes nas correspondências oficiais trocadas entre o México e os Estados Unidos de 1920 a 1923.

Tanto Andrés Molina Enríquez em *Los grandes problemas nacionales* como a posteriori Álvaro Obregón enxergavam nos Estados Unidos uma ameaça constante para a soberania da nação mexicana por causa das demonstrações ao longo da história das relações entre as duas nações de agressão, prepotência e caráter imperialista por parte dos governos estadunidenses, tornando a convivência internacional entre os dois países desarmônica e conflituosa. Segundo Álvaro Obregón, esta convivência desarmônica e conflituosa sempre se deveu ao desenvolvimento material e cultural dos Estados Unidos, que o tem utilizado como pretexto para a subordinação dos países débeis da América Latina, em especial o México por causa da sua situação de desorganização nacional, aos seus interesses materiais. Aproveitando-se deste ímpeto dominador dos governos norte-americanos ao longo da história, os seus cidadãos que residem e/ou têm investimentos em território mexicano, sentem-se à vontade para que, quando se percebem afetados em seu anseio por um acúmulo imoderado de fortunas, recorram ao franco apoio oficial dos Estados Unidos, que muitas vezes adotam políticas externas para ampará-los sem uma análise prévia sobre a validade ou não de suas reclamações. A esperança de Álvaro Obregón para a resolução do problema da política externa com os Estados Unidos estaria na consolidação do processo de organização nacional do México, pois, desse modo, a nação mexicana,

a posteriori, não será um problema para os demais povos da terra, nem muito menos para o governo vizinho dos Estados Unidos; o México, no futuro, não executará um só ato que esteja em conflito com a moral e com o direito; e nenhum povo que se chame civilizado poderá exigir-nos que nos separemos desta linha de conduta [...]. Nós respeitamos os direitos de todos e cada um dos cidadãos nacionais e estrangeiros que existam em nossa República; e quando nós provemos com fatos que sabemos seguir esta política, teremos direito de exigir para nós também o respeito de todos os demais povos da terra.<sup>166</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, a dificuldade para uma relação harmônica entre o México e os Estados Unidos deve-se, por um lado, à debilidade mexicana por causa de sua situação de desorganização nacional, e, por outro, à forte presença de investimentos e

<sup>166</sup> OBREGÓN, 1921 apud CÓRDOVA, 1973, p. 297.

interesses norte-americanos no território mexicano. Uma política nacional por parte do Estado mexicano visando a organização do país impõe a necessidade de adoção de medidas que privilegiem os setores sociais nacionais, criando entre eles uma unidade nacional e despertando um espírito nacional, em prejuízo dos elementos estrangeiros pela imposição de iniciativas para se pôr fim à prática de se privilegiá-los em detrimento dos mexicanos natos. O risco de uma política nacional deste caráter estaria no risco dos elementos estrangeiros, sobretudo, os norte-americanos, recorrerem aos governos de seus países de origem para que intervenham em prol de seus interesses afetados. Seria nesse momento que deveria atuar a diplomacia mexicana, estabelecendo contato com o governo dos Estados Unidos no sentido de tentar convencê-lo que a política implantada pelo Estado mexicano para a constituição da organização nacional não teria a finalidade de prejudicar propositalmente os cidadãos norte-americanos, mas sim fixar as bases para a construção de uma nação em que prevaleceria a ordem e o progresso, o que poderia beneficiá-los no futuro, pois isto não somente ampliaria o mercado mexicano com a inclusão de vários grupos sociais, como também poria fim a um quadro histórico de instabilidade política e convulsão social que sempre atrapalhou os interesses dos elementos estrangeiros. Segundo Andrés Molina Enríquez,

quando a nossa dignidade nacional em conjunto para com os Estados Unidos e individual para com os residentes norte-americanos em nosso país permita-nos traçar de igual para igual em um e em outro caso a direção de nossa política com os Estados Unidos e com os norte-americanos residentes, deverá ser tal relação a de uma franca, leal, incondicional e absoluta amizade até os limites da maior latitude deste sentimento.<sup>167</sup>

Um primeiro passo no sentido da normalização das relações entre o México e os Estados Unidos foi dado pelo governo de Warren G. Harding em 27 de maio de 1921, quando, por meio de seu Departamento de Estado, propôs um tratado de amizade e comércio no qual os cidadãos de cada um dos países residentes no outro teriam direitos iguais aos nacionais, principalmente, no que se referia à garantia de seus bens, sendo possível somente a sua nacionalização nos casos comprovados de utilidade pública e mediante o pagamento prévio de indenizações. Além disso, exigia-se garantias visando a não aplicação retroativa da Constituição de 1917. Álvaro Obregón recusou-se a aceitar o tratado, usando como argumento o fato de que os temas abordados nele não eram de competência do Poder Executivo, mas diziam respeito a resoluções que deveriam ser tomadas pelo Poder Judiciário. No final das contas, Álvaro Obregón, diante da necessidade do reconhecimento norte-americano pela possibilidade de que os seus inimigos obtivessem alguma ajuda dos Estados Unidos em um

<sup>167</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 447.

conflito interno, acabou cedendo às pressões e, em julho e agosto de 1921, comunicou ao presidente Warren G. Harding a sua decisão de não prejudicar os direitos da propriedade dos norte-americanos no México com base no artigo 22 da Constituição.

O primeiro passo a ser dado dizia respeito ao pagamento da dívida externa, questão que foi solucionada com a assinatura do Convênio De la Huerta-Lamont em 16 de junho de 1922, por meio do qual o México reconhecia uma dívida de 700 milhões de dólares, que era devida em sua maioria ao International Committee of Bankers on Mexico, controladora da maior parte dos bônus da dívida externa mexicana. Entretanto, ainda não seria desta vez que Álvaro Obregón obteria o reconhecimento norte-americano. Este só viria em agosto de 1923, após as denominadas Conferências de Bucareli que constituíram em conversações entre os representantes pessoais dos presidentes dos Estados Unidos e do México ao longo de três meses. Nelas se chegaram a várias minutas que continham pontos como o pagamento de propriedades agrícolas de norte-americanos expropriadas com bônus, desde que de forma imediata, a formação de uma comissão para a revisão de reclamações com relação a prejuízos causados por guerras, e a não aplicação retroativa do artigo 27 da Constituição de 1917. Dessa maneira,

para Washington conceder o reconhecimento pôs condições; por exemplo, a derrogação das leis agrárias no que se refere aos interesses de ianques e o reconhecimento da não retroatividade das leis de petróleo, no que afetassem as companhias estrangeiras. A pretensão era inaudita porque Carranza, que expediu estas leis, tinha sido reconhecido por Washington e agora se exigia de Obregón, que não as tinha aplicado, que ademais as derrogasse. Entretanto, maior era a necessidade que Obregón tinha de abrir a fronteira norte-americana em matéria de armas para a luta que sabia ter que sustentar para a imposição de Calles. Chegaram ao México os delegados do Departamento de Estado, senhores Warren e Paine, e depois de uma prolongada série de discussões obtiveram a assinatura dos tratados Warren e Pani, pelo nome do secretário de Relações de Obregón que os aprovara, Alberto Pani. Redigidos estes convênios de forma longa e difusa, segundo convém à interpretação do mais forte, em essência estipulam que, em caso de expropriação de terras de norte-americanos, “o pagamento do expropriado far-se-á de forma imediata”. O resultado de tal acordo era que já não se pudessem expropriar as terras dos norte-americanos, porque não tendo o governo recurso disponível para as indenizações, teve que se abster de expropriar. Contudo, como os mexicanos e os espanhóis não estavam amparados pelos Protocolos já ditos, resultou que a isenção a favor dos norte-americanos não só protegeu as suas terras, mas que os pôs em condições de adquirir, a vil preço, as terras dos espanhóis e dos mexicanos que as vendiam, antes de se verem despossuídos pelos políticos.<sup>168</sup>

O reconhecimento norte-americano foi muito importante no momento de transição entre o governo de Álvaro Obregón e o de Plutarco Elías Calles, principalmente, para o fornecimento de armas e munições provenientes dos Estados Unidos. Em fins de 1923,

<sup>168</sup> VASCONCELOS, José. **Breve historia de México**. México: Compañía Editorial Continental, 1968, p. 478-479.

iniciaram-se os rumores sobre a sucessão presidencial. Adolfo de la Huerta, então secretário da Fazenda, achava-se o indivíduo mais habilitado para receber o apoio de Álvaro Obregón e, assim, tornar-se o candidato oficial à Presidência da República. Entretanto, Álvaro Obregón optou por apoiar a candidatura do general Plutarco Elías Calles. Sentindo-se com mais méritos que Plutarco Elías Calles e, ao mesmo tempo, traído por Álvaro Obregón, Adolfo de la Huerta liderou uma rebelião contra a imposição da candidatura de Calles, em 30 de novembro de 1923, em Guerrero. O levante delahuertista duraria até março de 1924, quando foi liquidado pelas tropas federais, que fracassou por causa da falta de coordenação dos revoltosos, da habilidade de Álvaro Obregón, do apoio político e militar de Washington e da participação de contingentes de grupos operários e camponeses ao lado das forças do governo. O resultado deste triunfo foi a intensificação do processo de centralização política, possibilitado pela imposição por Álvaro Obregón de sua autoridade sobre outros chefes militares e caudilhos locais por causa de seu maior prestígio político e pela ampliação da base de apoio ao governo ao introduzir grupos operários e camponeses como atores dentro do sistema, ainda que sob o estrito controle do Executivo federal. Merece ênfase neste processo de centralização a política de compromisso estabelecida, sobretudo, entre o Executivo federal e os grupos operários e camponeses, que possibilitou àquele adquirir

duas forças poderosíssimas de ação sociopolítica, mas, por sua vez, e fatalmente, as organizações populares teriam que sofrer todas as flutuações ideológicas dos governos nascidos da revolução. Entretanto, a efetividade de tais alianças teve que se ver logo. Quando a luta pelo poder produziu outra vez levantes armados, estes ficaram quase exclusivamente atados ao apoio militar, e ao serem facilmente vencidos, puderam exibir-se aos olhos da nação como simples ações de aventureirismo político que, além disso, enfrentavam a nova democracia social proclamada pelo governo e provada com fatos, uma democracia formalista e eleitoral extemporânea. Tais foram os casos de Adolfo de la Huerta em 1923 e mais tarde, em 1927, os de Serrano e Gómez. Porém, a sua sequela foi sempre a mesma. Cada tentativa rebelde, longe de fortalecer o Exército, privou-o sempre de alguns de seus mais antigos e poderosos generais.<sup>169</sup>

Um último aspecto a se destacar no governo de Álvaro Obregón refere-se à obra educativa e cultural comandada pelo secretário da Educação José Vasconcelos. Esta obra inseriu-se em um projeto de nacionalismo cultural, que apareceu a partir da necessidade que tinha as elites políticas em entender a essência do país como uma maneira de se compreender as razões do atraso e a resistência que havia para se pôr um fim definitivo à luta armada. A solução para este impasse estaria, segundo José Vasconcelos, em uma educação que fosse, ao mesmo tempo, extensiva e intensiva, ou seja, que diminuísse em um curto espaço de tempo o

<sup>169</sup> BLANQUEL, Eduardo. La Revolución Mexicana. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia mínima de México**. México: El Colegio de México, 1977, p. 147.

analfabetismo e atingisse com a construção de escolas e centros culturais os mais longínquos rincões do país. Para cumprir tal objetivo, José Vasconcelos elaborou um plano educacional constituído por seis pontos, ou seja, a função evangelizadora da educação concretizada por meio do ensino rural que levaria o alfabeto e despertaria a consciência cultural; a fé no livro e na biblioteca como armas de batalha contra o analfabetismo; o incentivo à popularização da pintura, escultura, música, dança e literatura; o estímulo ao contato cultural com a cultura latino-americana e a espanhola a partir da perspectiva da formação de uma raça cósmica única pela tradição e fruto de uma mestiçagem cultural e racial; a incorporação dos indígenas à nação por meio de um sistema escolar nacional; e a difusão e o patrocínio ao artesanato popular. Este nacionalismo cultural

não só era diferente do velho nacionalismo político, mas era um nacionalismo “espiritual” que permita que na arte e no terreno das ideias pudesse expressar-se a originalidade da nação. Em outras palavras, o impulso ao nacionalismo cultural era duplo. Primeiro, apresentava-se ali o desejo de integrar a todos os setores da comunidade à vida nacional. Em segundo lugar, a elite buscava agora, na cultura popular, nos povos indígenas e em seu meio ambiente, os valores que previamente tinha aceitado da Europa.<sup>170</sup>

Tanto José Vasconcelos como anteriormente Andrés Molina Enríquez procuraram valorizar as raças indígena e mestiça e a cultura nacional como fatores fundamentais na construção da nacionalidade mexicana. Houve a preocupação em ambos os autores em buscar os cânones culturais da nação, ou seja, uma unidade estruturada a partir de representações que se baseiam em elementos de identificação e de pertencimento à nação mexicana vinculados não a um México branco, excludente das outras raças e que enxergava na Europa o modelo perfeito de civilização a ser copiado e alcançado. Pelo contrário, o México a ser buscado é uma nacionalidade voltada para as suas origens e a sua realidade nacional que lhe dava um caráter polifônico diante das diferenças sociais, regionais e culturais existentes. A origem mexicana está em seu passado pré-colombiano indígena e o futuro do país na fusão das diferenças e na constituição de uma unidade em torno da mestiçagem. Isto explica a reflexão e tentativa de definição do mestiço e de seu papel na construção da nacionalidade mexicana por parte de Andrés Molina Enríquez e José Vasconcelos. Segundo Claudio Lomnitz,

os pensadores cientificistas que estabeleceram as bases do sistema sanitário, a criminologia, a educação e o direito modernos muitas vezes iludiram o vitupério, e a sua influência estendeu-se à década de 1920 sem produzir escândalo entre os

<sup>170</sup> FRANCO, Jean. **La cultura moderna en América Latina**. Trad. Sergio Pitol. México: Grijalbo, 1985, p. 89-90. (Colección Enlace).



revolucionários. E mais, os intelectuais pós-revolucionários tendiam a converter o cientificismo em anátema, apesar de que abraçavam ideias de cientificistas como Andrés Molina Enríquez, o que sugere que o cientificismo talvez não fosse repudiado *per se* com tanta virulência como parece se nos concentramos somente nos escritos da chamada geração de 1915. Com efeito, muitos intelectuais revolucionários ícones ofereceram aos seus seguidores porções generosas de doutrinas positivistas, assim como de darwinismo social, combinados com os seus programas revolucionários.<sup>171</sup>

Aliás, durante o período de 1920 a 1924, as ideias de Andrés Molina Enríquez possibilitaram a este autor estabelecer uma rede de contatos com figuras como Álvaro Obregón, Diego Rivera, Plutarco Elías Calles, José Vasconcelos e outras. De acordo com Agustín Basave Benítez, “os presidentes e os artistas o respeitavam e vários deles foram seus amigos. Obregón concedeu-lhe direito de livre circulação e, igual a Portes Gil, Bassols e Diego Rivera, chegou a participar dos almoços de Molina em sua casa de Balbuena.”<sup>172</sup> Outra prova do vigor do pensamento de Andrés Molina Enríquez e de sua tendência cientificista nos anos de 1920 está na publicação, em 1922, da obra intitulada *La clasificación de las ciencias fundamentales*, na qual o autor resumiu os seus conhecimentos sobre a teoria positivista da ciência.

Retornando a questão da repercussão do pensamento de Andrés Molina Enríquez no programa de nacionalismo cultural de José Vasconcelos, ambos os autores dão ênfase ao papel da raça na construção da unidade nacional e à necessidade de valorização da cultura nacional. Para José Vasconcelos, é necessário que o México volte o seu olhar para a análise das raças que compõem a sociedade mexicana e o papel de cada uma delas nos rumos da nação, buscando uma alternativa capaz de conciliar os conflitos socioetnológicos. Esta alternativa estaria não em um modelo civilizatório norte-americano e europeu de caráter discriminatório que considera inferiores todas as raças não brancas, percebendo nelas uma incapacidade para alcançar um estágio evolutivo caracterizado pelo auge da razão e da tecnologia. Ao buscar seguir este modelo civilizatório, o México negaria as suas origens que remetem ao período pré-colombiano e a formação de sua sociedade nacional que se deu na etapa colonial com a convivência das raças indígena, branca (espanhola) e mestiça (enquanto fusão étnica e cultural das duas outras raças). Portanto, a nacionalidade mexicana deve consolidar-se procurando compreender as suas origens e o desenvolvimento histórico, inserir

<sup>171</sup> LOMINITZ, Claudio. Intelectuales y poder político: la representación de los científicos. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008, v. I, p. 444-445. (Colección Conocimiento).

<sup>172</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **Andrés Molina Enríquez**: con la revolución a cuestas. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 19-20. (Colección Vida y Pensamiento de México).

a raça indígena no processo de consolidação da nacionalidade despertando nela a consciência de seu papel neste sentido por meio da educação e superar os conflitos socioetnológicos com a aproximação contínua tanto espiritual como fisicamente entre as raças que compõem a população nacional por meio da mestiçagem. A este processo de mestiçagem, deu-se o nome de *mestizofilia*, que, em suma, seria responsável pela formação de uma efetiva unidade nacional, pois os mestiços constituir-se-iam na raça síntese, trazendo consigo os traços físicos e as atitudes das raças branca e indígena. José Vasconcelos enxergou, assim como anteriormente Andrés Molina Enríquez, na *mestizofilia*, o destino histórico a ser seguido pelo México. Em 1922, em visita oficial ao Brasil, devido à celebração do centenário de independência deste país, José Vasconcelos defende a tese da *mestizofilia* como política de Estado para o México e afirma que

claro está que a nação mexicana, em seu culto por Cuauthémoc, não quer um propósito de se fazer estreita e de fechar as suas portas ao progresso; não pretendemos voltar à idade da pedra dos astecas, como não aceitamos voltar a ser colônia de nenhuma nação. Tampouco renegamos a Europa nem lhe somos de maneira alguma hostis; agradecemos os seus ensinamentos, reconhecemos a sua excelência e teremos sempre abertos os braços para todos os seus filhos; porém, queremos deixar de ser colônias espirituais. A importação tem sido talvez fecunda, mas já não é necessária; temos assimilado e agora estamos no dever de criar.<sup>173</sup>

Para Andrés Molina Enríquez, a consolidação de uma nacionalidade dá-se a partir de uma identidade pelo compartilhamento de um território, de uma história de um povo, do sangue e de orientações em comum, impedindo-se a existência de grupos sociais dispersos, diferenciados e em conflito uns com os outros. Seria exatamente a ausência destes fatores de identidade que atrapalhariam a caminhada do México em direção à construção de uma verdadeira nacionalidade, embora houvesse um aspecto positivo em meio à dispersão, à diferenciação e ao conflito entre os grupos sociais que consistiria em um progressivo movimento para a unidade entre o indígena e o mestiço. A partir da percepção deste aspecto positivo, Andrés Molina Enríquez defendeu a *mestizofilia* ou o processo de mestiçagem que dissolvesse continuamente os grupos sociais que constituem a sociedade nacional e que têm orientações diversas, substituindo-os por uma massa de mestiços que sintetize em si os aspectos etnológicos positivos das raças indígena e branca e os fatores de identidade capazes de criarem uma unidade ou critério patriótico único, o que consolidaria, desse modo, a nacionalidade mexicana. Entretanto, a *mestizofilia* não seria um processo fácil de se ver consolidado, uma vez que

<sup>173</sup> VASCONCELOS, 1922 apud FUNES, 2006, p. 174.

encontrará fortes resistências: as principais dessas resistências partirão dos grupos de *criollos*, mas apresentarão não poucas também os mestiços. É claro que o *criollos* não se rendirão sem combater. Se na realidade fossem patriotas mexicanos, fariam o seu quarto de honra de reflexão, buscariam o verdadeiro interesse da pátria mexicana, e em caso de não estar de sua parte, procurariam por uma evolução que salvasse, mediante convenientes modificações, os seus grandes interesses – esses grandes interesses que são por certo os pequenos interesses – e se alcançaria o bom resultado proposto; porém, é isto provável, será sequer possível? Cremos que não. Como na realidade não são mexicanos de espírito, não se deterão a fazer consideração patriótica alguma, mas certamente resistirão com todas as suas forças a qualquer ação interna neste sentido, e quando se sintam incapazes de resistir, invocarão os grandes interesses estrangeiros comprometidos, e apelarão de novo à Intervenção, se não da Europa, que já quase não é possível, certamente dos Estados Unidos. Com relação ao triunfo interno, o buscarão no campo das ideias e dos fatos: no campo das ideias, por meio da ciência e do talento de suas mais seletas unidades, defenderão o que chamarão com todas as letras, **os interesses da civilização**, e se voltarão contra os mestiços para lhes impor as suas opiniões, da polêmica, do editorial periodístico, da caricatura, da burla social, se é que não da conclusão suficiente, ou do silêncio majestoso ou depreciativo; e no campo dos fatos, buscarão sob a ameaça de sua abstenção ou de sua ação própria, ou sob a ameaça da intervenção estrangeira, a ação direta da autoridade para apagar as novas ideias, para calar a voz de seus propositores e para castigar o que chamarão **uma regressão à anarquia passada**. A força dos *criollos* está em seu nascimento estrangeiro; no palanque dos interesses estrangeiros que creem poder mover para determinar uma nova intervenção.<sup>174</sup> (grifo do autor).

Embora José Vasconcelos concordasse com Andrés Molina Enríquez que o elemento indígena deveria ser incorporado como elemento atuante no processo de consolidação da nacionalidade mexicana por meio da educação, dotação de terras, proteção ao seu trabalho por meio de leis, melhoria de sua produção com o acesso facilitado a instrumentos de trabalho, créditos e técnicas modernas, etc., por outro lado, discordava quanto à forma como a educação deveria ser difundida entre os índios. Para José Vasconcelos, a educação do indígena deveria seguir os mesmos parâmetros da educação comum, pois,

sempre tenho sido inimigo da educação especialmente dirigida às comunidades indígenas porque fatalmente conduz ao sistema chamado reserva, que divide a população em castas e cores de pele, e nós desejamos educar o índio para assimilá-lo totalmente a nossa nacionalidade e não para colocá-lo de lado.<sup>175</sup>

Andrés Molina Enríquez já acreditava que deveria existir um sistema educacional especial para os indígenas porque eles se encontrariam em estágio evolutivo diferente do mestiço e do *criollo*. Na realidade, dentro do elemento indígena da população mexicana existiriam grupos com graus diversos de desenvolvimento e, conseqüentemente, nivelar todos estes grupos entre si e ainda com relação aos mestiços e *criollos* não seria uma tarefa fácil, pois os efeitos da educação sobre eles demoraria um maior ou menor tempo para dar resultado de acordo com o estágio evolutivo de cada um. Segundo Andrés Molina Enríquez,

<sup>174</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 398.

<sup>175</sup> VASCONCELOS, 1922 apud FUNES, 2006, p. 175.

nós tivemos ocasião de comprovar pela observação rigorosa do corpo de professores do estado do México, composto de mais de mil pessoas, que as deficiências de capacidade intelectual e de aptidão não dependem da vontade dos indivíduos, mas da falta de evolução cerebral neles. Ao estado de evolução cerebral em que existem as capacidades e aptidões, não se chega sem um longo processo de educação de faculdades que requer o tratamento educativo de várias gerações.<sup>176</sup>

A produção intelectual de Andrés Molina Enríquez repercutiu no programa de nacional cultural de José Vasconcelos, que foi o mecenas do Muralismo e um dos forjadores do movimento cultural da Revolução, principalmente, no que se refere à *mestizofilia*, sendo mérito do autor de *Los grandes problemas nacionales*

ter explicado racionalmente algo que para muitos era um impulso indecifrável, o que de certo modo converte-o em precursor. As ideias de Molina Enríquez influenciaram mais do que se crê, incluindo entre outras personalidades José Vasconcelos, que por ser o mais independente dos “mestizófilos” mexicanos fazia supor uma ruptura na corrente. E não há que esquecer que Vasconcelos foi o mecenas do Muralismo e um dos mais conspícuos forjadores de todo o movimento cultural da Revolução. De maneira que, em maior ou menor grau, a ascendência da “mestizofilia” de Andrés no renascimento da cultura mexicana é inegável.<sup>177</sup>

Enquanto foi secretário da Educação, José Vasconcelos criou os departamentos de escolas, bibliotecas e belas artes por meio dos quais travou a sua batalha contra o que denominou de “ignorância” e “barbárie”. Neste sentido, fundou escolas em todo o México e desenvolveu uma intensa campanha contra o analfabetismo, principalmente, entre os indígenas como uma maneira de integrá-lo à vida nacional. Também se imprimiram e se distribuíram exemplares de livros, que iam desde dicionários da língua espanhola até clássicos da literatura mundial, para difundir a erudição entre a população. Além disso, José Vasconcelos também estendeu o programa de nacionalismo cultural, sobretudo, para a pintura por meio do desenvolvimento de um projeto de decoração pelos artistas nacionais dos muros dos edifícios públicos, tornando-se, assim, em uma espécie de mecenas da Escola Mexicana de Pintura Mural. Pode-se afirmar sobre o Muralismo que

tem sido um dos fenômenos mais comovedores de uma sociedade necessitada de afirmações externas e internas, à caça de orgulhos e reivindicações, urgida do reconhecimento no exterior e requerida de estímulos internos, das confirmações do bem-estar que só os seres excepcionais proporcionam. Expressão máxima do que engendrou e propiciou em arte e cultura a Revolução Mexicana, o Muralismo, a escola mexicana de pintura, trouxe-nos, e em profusão, mitologias e mitomanias, didáticas e estéticas. Contudo, também (e graças à força da esplêndida etapa inicial, quando se criava alucinadamente na Preparatória de San Ildefonso e na Secretaria da

<sup>176</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 301-302.

<sup>177</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **México mestizo**: análisis del nacionalismo mexicano en torno a mestizofilia de Andrés Molina Enríquez. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 114. (Colección Historia).

Educação e em Chapingo; quando o novo país revelou-se e se estendeu e, de algum modo singular, cumpriu-se no impulso e na grandiloquência pictóricos; quando fez falta saber como éramos para nos inteirar de quem poderíamos ser e a noção de identidade foi primeiramente um problema de identificação visual que resolveram o cine e a pintura) o Muralismo contribuiu violentamente para dar forma a uma aspiração de destino, à vontade de independência e autonomia em todas as ordens. As críticas não se anulam, mas não invalidam: os resultados estéticos não estiveram sempre à altura da ambição, o gozo da pedagogia elementar foi avassalador em muitas ocasiões, a burguesia triunfante patrocinou desde o princípio a arte radical. Tudo é certo, mas o conseguido ultrapassou em muito as contradições e as limitações e nos segue enfrentando com grandes estímulos.<sup>178</sup>

O objetivo de José Vasconcelos ao apoiar artistas como Diego Rivera, José Clemente Orozco, David Alfaro Siqueiros e outros era que a pintura se tornasse uma expressão do passado mexicano, contribuindo, desse modo, para o despertar de uma identidade nacional, focasse no que o México tem de original, revelasse o sentido da Revolução Mexicana e possibilitasse o acesso a todos da arte, transformando-a em um instrumento a mais de educação popular.

#### 4.2.2 A presença das ideias de Andrés Molina Enríquez no governo de Plutarco Elías Calles (1924-1928) e no Maximato (1928-1934)

O governo de Plutarco Elías Calles (1924-1928) foi caracterizado pela continuidade do processo de reorganização do México iniciado durante o mandato de Álvaro Obregón. Para isto, Calles utilizou de sua astúcia política no que se refere à capacidade de estabelecer contatos com diversas demandas e diferentes setores sociais, sobretudo, com os trabalhadores, como forma de garantir uma importante base de apoio ao governo, sem depender exclusivamente do apoio militar. Neste sentido, o presidente da República, pelo menos em um primeiro momento, mostrou-se receptivo às demandas de certos grupos camponeses e buscou aproximar-se dos operários organizados, principalmente, em torno da maior central sindical da época, que era a Confederação Regional Operária Mexicana (CROM). Tratava-se de uma política de melhoria para os trabalhadores que visava atender os seus interesses a partir das demandas das massas do campo e da cidade, mas dentro dos limites de uma perspectiva de desenvolvimento nacional que implicasse na manutenção da ordem.

Ao pensar a partir da perspectiva de uma política de atendimento das demandas de diversos setores sociais, sobretudo, das massas trabalhadoras, sem deixar de lado a

<sup>178</sup> MONSIVAIS, Carlos. Notas sobre la cultura mexicana en el siglo XX. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 353.

preocupação com a manutenção da ordem, Plutarco Elías Calles tinha em mente um programa de organização nacional em que procurava satisfazer os anseios de diferentes grupos sociais, inserindo os seus interesses dentro da política nacional, mas sem que isto resultasse em conflito ou choque de demandas entre eles, uma vez que o objetivo era o convívio harmônico entre os diversos setores sociais por meio da imposição pelo Estado de que os seus interesses estavam limitados a algo mais importante que era o bem-geral da nação e só se concretizariam quando apoiassem o poder estatal em sua política de organização do país. A política de organização nacional de Plutarco Elías Calles tinha como fundamento o princípio de que o Estado, tendo no chefe do Poder Executivo federal a sua representação máxima, estava acima dos interesses dos grupos sociais, podendo arbitrar as demandas de cada um deles. Acima destes interesses estava o bem-geral do país, representado pelo Estado e seu poder de conciliar os diferentes setores sociais em torno do interesse geral da nação. De acordo com o próprio Calles,

somente o bem-estar das grandes coletividades do México poderá estabelecer as bases de uma definitiva paz orgânica e trazer a prosperidade e o desenvolvimento da família mexicana. O Executivo, com a cooperação dos outros dois poderes e apoiado pela grande massa popular, tem tentado, e conseguido em parte, formular e aperfeiçoar legalmente um sistema de reforma de tendência social avançada, mas de forte conteúdo nacional; reformas que têm de constituir no futuro fontes de paz orgânica geral, de progresso coletivo e de riqueza pública e que consistem na adoção de métodos e sistemas para aproveitar os recursos nacionais e para defender imparcialmente os direitos nacionais. Tais métodos e sistemas são os mesmos que as nações civilizadas têm aceitado e seguido com êxito para a sua independência política e econômica, a sua prosperidade e o seu completo desenvolvimento.<sup>179</sup>

Nota-se como princípio que serve como fundamento para a política de organização nacional no discurso de Plutarco Elías Calles, assim ocorreu durante o governo de Álvaro Obregón, a presença da concepção de política orgânica ou integral de Andrés Molina Enríquez, pois, segundo este autor, todo programa de organização nacional para ser bem sucedido deveria partir da ideia de que o Estado, enquanto órgão central diretor e coordenador da sociedade nacional teria que impor a sua autoridade em nome do bem-geral da coletividade sobre todos os interesses particulares e setores sociais, inserindo as suas demandas na política nacional desde que não afetassem o bem-geral da nação e colaborassem com o poder estatal no trabalho de organização do país, exercendo cada setor social a função que lhe cabe dentro da sociedade e convivendo em harmonia com os demais para o estabelecimento da ordem e o progresso da nação. Andrés Molina Enríquez explica a política orgânica ou integral ao responder que atitude o Estado deve tomar diante daqueles grupos sociais que insistem em colocar os seus interesses acima do bem-geral da nação:

---

<sup>179</sup> CALLES, 1927 apud CÓRDOVA, 1973, p. 347.

Que atitude tomar ante homens que pretendem governar com vociferações a cegas multidões, fazendo-as crer que os governantes devem ser os mandatários da ignorância e da vontade de alguns? E se toda esta doutrina política, contrária à natureza, se transformasse em uma política de paz, com moderação, compostura e seriedade, a ação dos governantes resultaria moralmente digna de respeito. Contudo, no lugar da política cuja arma de convicção é o dictério, deve surgir e surgirá uma política nova, de ordem, de paz, que estude com independência de espírito os verdadeiros interesses do país e que tenha por **fim supremo a salvação de nossa nacionalidade**. Por todas as partes, como átomos que flutuam ao acaso, veem-se os elementos desta nova política, esperando o sopro que tem de precipitá-los para formar um só poderoso conglomerado. A política nova será progressista, tenderá ao aniquilamento de todas as tradições que a ciência tem desbaratado já, e lutará com a força da convicção, pelo estabelecimento de instituições políticas progressivas, inspiradas em um conhecimento, tão completo como seja possível, das condições reais do país. Será, certamente, firme fundamento dos princípios da organização nacional, e combaterá implacavelmente os promovedores de sacrilégios motins, que comprometam a independência da pátria.<sup>180</sup> (grifo do autor).

No que diz respeito aos camponeses, Plutarco Elías Calles procurava justificar a política agrária que adotou nos anos iniciais de seu governo a partir da necessidade que havia de modernizar as relações de produção com a terra. Era preciso que no campo aparecessem verdadeiros cultivadores da terra ou empreendedores que tirassem dela as condições para acumularem capitais continuamente. O país deveria superar a etapa na qual os grandes proprietários, enquanto uma classe privilegiada, tinham apenas a perspectiva de retirar da terra o suficiente para manterem uma vida de ostentação longe do campo. Para Calles, sendo a agricultura a principal fonte de riqueza do México na época, apesar da ausência de um espírito capitalista empreendedor por parte dos grandes proprietários, nada mais fundamental para a felicidade da pátria do que a resolução da questão agrária. Tal missão deveria caber ao Estado, que tratando a questão sob um prisma técnico-econômico e não político (embora não tenha sido assim), interviria no sentido de dar forma a maneira correta de como se desenvolveria a economia do campo. Pensando assim, o Estado implantaria medidas como a distribuição de terras entre aqueles que não as tinham ou restitui-las àqueles que as tinham perdido, o apoio à criação de instituições de crédito para o fomento da agricultura e o estímulo à adoção de métodos modernos de cultivo como a irrigação. Em suma, esta política agrária significava

uma tentativa de introduzir a direção do Estado na vida do camponês mexicano, orientando o seu trabalho desde o ponto de vista técnico e o educando na consciência de pertencer a um concerto nacional que representava o Estado e ao qual se deve, no que é e no que recebe, do modo mais completo.<sup>181</sup>

<sup>180</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 389.

<sup>181</sup> CALLES, 1924 apud CORDOVA, 1973, p. 344.

Percebe-se que a política agrária pensada, a princípio, pelo governo de Plutarco Elías Calles orientou-se pelas ideias agraristas de Andrés Molina Enríquez. Isto pode ser demonstrado não apenas pela comparação entre o discurso de Calles e o pensamento agrarista de Andrés Molina Enríquez presente na Constituição de 1917 e na obra *Los grandes problemas nacionales*, mas também pelo fato de que, em 1925, o presidente da República nomeou o intelectual como o seu assessor na Secretaria de Governo e lhe concedeu um boletim oficial para defender a sua interpretação pessoal da Constituição e, em particular, do artigo 27. No mesmo ano, foi consultor supranumerário da Comissão Técnica de Governo da Câmara de Deputados. Também foi nomeado presidente da Confederação Nacional Agrária (CNA) devido à simpatia que Plutarco Elías Calles tinha pelo seu pensamento, considerando-o o jurista e ideólogo da Revolução Mexicana. Além disso, entre 1927 e 1937, foi professor de História do Instituto de Preparação do Professorado das Escolas Secundárias. O seu papel como mentor intelectual do artigo 27 da Constituição de 1917 valeu a Andrés Molina Enríquez uma certa influência entre os governadores dos estados, que, geralmente, consultavam-no a respeito de questões jurídicas sobre a reforma agrária.

O discurso agrarista do governo de Plutarco Elías Calles utilizou da análise da situação do campo no México desenvolvida por Andrés Molina Enríquez para justificar a sua política agrária. Em *Los grandes problemas nacionales*, este intelectual argumenta que o problema do desenvolvimento da agricultura no México teria como aspecto principal a reformulação da estrutura fundiária. Tal reformulação implicaria em um programa de distribuição das terras para se pôr um término a um processo de amortização das propriedades, que se encontrariam concentradas na forma de latifúndios com baixos índices de produtividade devido à preocupação dos grandes proprietários em restringirem a produção apenas ao necessário para a manutenção de seu modo de vida aristocrático nas cidades, evitando-se gastos com melhorias da produção das terras como a adoção de novos instrumentos ou técnicas modernas de cultivo. Diante desta situação no campo, competiria ao Estado, sob o argumento de que a desapropriação das grandes propriedades para a reforma agrária seria justificada pelo prevalecimento do bem-geral da coletividade sobre interesses particulares, promover a divisão dos latifúndios em muitas frações, passando-as aos camponeses desprovidos de terras ou prejudicados pelo processo de desamortização de terras comunais ou sem título de posse desde a época da Reforma Liberal em meados do século XIX até o Porfiriato. Contudo, juntamente com a distribuição de terras, o poder estatal deveria criar as condições para a permanência dos camponeses nelas por meio de medidas como a



educação agrícola para a difusão de técnicas modernas de cultivo e manejo dos recursos naturais da propriedade, a irrigação e o fácil acesso ao crédito rural, o que aumentaria a produção agrícola e a circulação de riquezas no país e reduziria os preços dos gêneros, contribuindo-se, desse modo, para o desenvolvimento da economia nacional em benefício da coletividade. Segundo Andrés Molina Enríquez,

entre nós, que somos uma nação no processo de sua formação orgânica, o interesse social tem por força que predominar sobre o interesse privado, sob pena de que este mesmo não possa existir, sem que isto signifique, certamente, que se sucumba o interesse privado. Em outros termos: em nosso país, toda restrição da propriedade privada que ajude à formação, à constituição e à consolidação de nossa nacionalidade, desde que não se sucumba a propriedade privada, será constitucional e, por isso, legítima. A Constituição de nenhum modo pode ser feita para estorvar, e menos para deter, o desenvolvimento orgânico da vida nacional.<sup>182</sup>

Contudo, na prática, a tendência predominante no governo de Plutarco Elías Calles foi a de uma reforma agrária muito aquém da pregada nos discursos do presidente da República, o que pode ser constatado pelo fato de que,

ao final do governo callista, somente cinco por cento da população rural tinha recebido em repartos agrários 2,64 por cento da área total da República. Unicamente quatro por cento da área total da República tinha passado a pequenos particulares. Comparem-se estas cifras com a parte caída em mãos do estrangeiro e se compreenderá o fracasso da revolução em matéria agrária. Entender-se-á também o por que da tolerância e ainda a simpatia que tem encontrado Calles em certos setores da opinião norte-americana.<sup>183</sup>

Em 19 de dezembro de 1925, por meio da promulgação da Lei de Repartição e Constituição do Patrimônio Parcelado Ejidal, tendo como objetivo a formação da pequena propriedade e de uma classe média rural, Plutarco Elías Calles deu início a uma tentativa de aceleração do processo de dotação de *ejidos*, que durante o seu governo chegou aos três milhões de hectares. Entretanto, no último ano de seu mandato presidencial, distribuiu menos terra por causa do peso político que passaram a exercer aqueles que defendiam o término do processo de reforma agrária, ainda que tal posição não fosse compartilhada por todo o grupo governante, como é o caso de Emilio Portes Gil. De acordo com José Vasconcelos,

na ordem agrária Calles não introduziu reformas; segundo afirmou, limitava-se, no todo, a cumprir a Constituição. O fetichismo da Constituição foi um dos dogmas callistas. Para se enriquecer em pessoa e para contentar aos seus amigos ávidos, iniciou Calles uma série de ocupações de terras e expropriações que determinaram verdadeiro pânico. O proprietário despossuído que não se conformava, era acusado de *cristero* e de rebelde e costumava ser fuzilado. Nos estados, cada novo cacique

<sup>182</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 179-181.

<sup>183</sup> VASCONCELOS, 1968, p. 490.

imitava a conduta de seus chefes da capital. E todo aquele que tinha algo teve que se vender, teve que se dobrar ao callismo para subsistir [...]. Menos os estrangeiros! As grandes empresas proprietárias de terras são protegidas por seus governos; o proprietário médio mexicano é perseguido por todo mundo, pelo coletor de contribuições e pelo político, e todo o seu direito está à mercê de uma declaração governamental que o chama “burguês” para melhor roubá-lo, e a pretexto de que deve dar terras seja para *ejidos*, seja para fracionamentos mal intencionados. As leis agrárias assinalam progresso verdadeiro na regulamentação dos trabalhos do campo, pois estabelecem horas limitadas, salário mínimo, proibição de bodegas e serviço escolar e de higiene. Cumprem-se estas leis com mais ou menos rigor, segundo o proprietário seja um particular mexicano desamparo, um general com comando de forças ou um estrangeiro intocável, mas algo é que estejam escritas.<sup>184</sup>

Há que se destacar em matéria agrária a fundação por Úrsulo Galván, Graciano Sánchez e José Guadalupe Rodríguez da Liga Nacional Camponesa (LNC) em 20 de novembro de 1926, reunindo as ligas de quinze estados e do Distrito Federal com o objetivo de enfrentar as forças do latifundismo e garantir a socialização da terra e dos meios de produção. Um dos aspectos positivos desta organização foi, segundo Lorenzo Meyer, que ela

representa um dos momentos de maior radicalização do movimento camponês antes de Cardenismo, ainda que este não foi total e nem afetou à maioria da massa camponesa. A independência das ligas foi relativa; em boa medida a sua efetividade dependeu do apoio dos elementos mais radicais da equipe governante, como Adalberto Tejeda, Francisco Múgica, Salvador Alvarado ou Lázaro Cárdenas. Quando por alguma razão este apoio faltou, então os avanços foram modestos e penosos. Quando o PNR abriu as suas portas aos dirigentes das ligas, a maior parte destes terminaram por aceitar o convite e a sua independência diminuiu ainda mais.<sup>185</sup>

Com relação ao movimento operário, o governo de Plutarco Elías Calles adotou uma postura de aliança, utilizando-se para isto de ações que iam desde uma série de concessões a partir de um discurso reformista de vanguarda até o recurso da força em último caso como uma tentativa de se manter um controle sobre o movimento. Segundo o discurso reformista, o Estado, por representar os interesses gerais da nação acima dos interesses particulares de qualquer setor social, encontrava-se em condições de impor a sua autoridade sobre todas as classes sociais e determinar a posição de cada uma delas na sociedade sem perder de vista as prerrogativas de acordo comum com as demais. Consequentemente, o Estado comportar-se-ia com independência dos grupos sociais e beneficiaria a todos na medida do possível, incluindo o operariado, tendo em perspectiva que tais benefícios seriam importante para se criar uma harmonia no conjunto social. Em outras palavras, “o regime de Calles acabou por consolidar na consciência nacional a convicção de que o Estado mexicano

<sup>184</sup> VASCONCELOS, 1968, p. 488-489.

<sup>185</sup> MEYER, 1977, p. 138-140.

era já suficientemente forte para tratar, a igual distância, todos os grupos sociais e se impor soberano sobre todos eles”.<sup>186</sup>

A aliança do governo com o movimento operário deu-se por meio da busca da cooptação das organizações de representação das demandas do operariado, ou seja, dos sindicatos. Baseando-se em um modelo corporativista que tentava dar ao Estado um controle sobre as massas trabalhadoras, o governo acreditava que os sindicatos deveriam beneficiar não somente os operários, mas acima de tudo a harmonia social em prol do bem-geral da nação, uma vez que teriam que atuar como organizações colaboradoras com o poder estatal na regulação da relação entre capital e trabalho. Dessa maneira, de acordo com Plutarco Elías Calles,

sem disputa a organização do trabalho tem produzido notáveis vantagens na ordem social e econômica para os operários. Contudo, também tem sido de positiva utilidade para os patrões, porque os sindicatos atuam sempre como reguladores entre o capital e o trabalho, com as vantagens naturais que se podem muito bem imaginar. Os sindicatos, na forma que agora funcionam, podem ser estimados como um fenômeno sociológico da época presente. Assim como na Idade Média os *ayuntamientos* serviram, em algumas ocasiões, para limitar o poder feudal, convertendo-se no único freio da nobreza, os sindicatos são hoje os encarregados de limitar o poder absorvente do capitalismo, servindo em ocasiões até para protegê-lo de possíveis ataques que o destruam. O sindicato pode ser, bem organizado, uma escola de disciplina, de civismo e de solidariedade, que boa falta nos faz.<sup>187</sup>

O modelo corporativista que consta no discurso de Plutarco Elías Calles e que serviu de fundamento para as relações estabelecidas entre o governo e o operariado apresenta aspectos da política orgânica ou integral de Andrés Molina Enríquez no que se refere aos vínculos que deveriam existir entre o Estado e os diferentes grupos sociais para a formação de uma sociedade nacional que progreda dentro de um clima de ordem e, dessa forma, consiga organizar-se. Para Andrés Molina Enríquez, na política orgânica ou integral, o Estado, enquanto órgão central diretor e coordenador da sociedade, deveria inserir em sua política nacional as demandas de diversos setores sociais desde que não afetassem os interesses gerais da nação, exigindo, em troca, que tais setores cumprissem com os papéis sociais que lhes cabem dentro do meio social e apoiassem o poder estatal em suas iniciativas com o objetivo da constituição de uma organização social. Desse modo, o Estado conscientizaria os diferentes grupos sociais que o atendimento de suas demandas dependeria da existência de algo mais importante que seria o bem-geral da nação, princípio que estaria vinculado com o estabelecimento de uma ordem social em que cada classe teria a voz junto ao poder estatal

<sup>186</sup> CÓRDOVA, 1973, p. 330.

<sup>187</sup> CALLES, 1924 apud CÓRDOVA, 1973, p. 327-328.

para apresentar as suas demandas como uma maneira de se garantir a participação na política nacional e buscar a representação de seus interesses, mas sabendo que é apenas mais um ator no cenário político e que outros setores sociais também têm as suas demandas e funções dentro da sociedade, sendo todos fundamentais no apoio ao poder estatal em sua meta de construção de uma verdadeira nacionalidade. Isto implicaria no convívio harmônico entre diferentes classes em prol de algo que estaria acima de todas, ou seja, o bem-geral da coletividade. Portanto, segundo Andrés Molina Enríquez, o operariado e os demais setores sociais precisam ter em mente que para o país superar uma situação de desorganização nacional

é necessário que o governante esteja acima de todos os partidos, de todos os elementos de raça e de todos os grupos de ação social, e o início do período integral exige este posicionamento. Na desintegração nacional desatam-se os laços da organização coercitiva, de cooperação obrigatória, integral em suma, que mantêm unidos todos os elementos da população. Tal circunstância produz a anarquia, pois, o poder federal, criado na forma republicana de governo para manter a ordem internamente e para fazer a defesa contra a ameaça externa, é demasiado débil, e segundo se fazem sentir as rivalidades entre todos os elementos da população, fatalmente complicadas com as dificuldades políticas, administrativas e econômicas de um governo dirigido por pessoas não preparadas para os negócios públicos, cai ou se levanta, e muda sem cessar, sem ponto de repouso. A desordem que tal estado de coisas produz a ameaça do desaparecimento da nacionalidade. Por outro lado, a política integral integra solidamente os elementos da população que lutam entre si. Esta política consiste primordialmente em refazer a autoridade necessária para a organização coercitiva, de cooperação obrigatória, verdadeiramente integral. O fundamento desta política é a relação de amizade e troca de apoio entre o governante e os elementos da população, mas o seu segredo fundamental é a concentração do poder.<sup>188</sup>

O exemplo mais claro de vínculo estabelecido entre o Estado e o movimento operário foi a relação existente entre o governo de Plutarco Elías Calles e a Confederação Regional Operária Mexicana (CROM). Durante a campanha eleitoral, a CROM apoiou a candidatura de Calles alegando que ele seria um presidente trabalhista e que o seu governo, caso fosse eleito, seria socialista. Em troca deste apoio, ao tomar posse Calles, o líder dirigente da CROM, Luis Morones, foi nomeado secretário da Indústria, Comércio e Trabalho e outros líderes menores receberam postos no Congresso Nacional. Luis Morones tomou importantes decisões na Secretaria. Em 1925, foi o mentor de uma lei petroleira que prejudicou os interesses das empresas estrangeiras, baseado na concepção de que o capital internacional era um inimigo da classe trabalhadora mexicana e caberia ao governo de Plutarco Elías Calles exercer a liderança na defesa da riqueza nacional como forma de garantir a liberdade econômica do povo mexicano. A respeito da relação entre o governo de Calles e a CROM, Abelardo Villegas afirma que

<sup>188</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 133-134.

Luis N. Morones, originalmente membro da Casa do Operário Mundial, deserta das tendências anarquistas e concebe uma fórmula que terá êxito, a de uma central operária poderosa aliada à política do Estado, apoiando o Estado ao mesmo tempo em que o Estado a apoia. Contudo, ainda que a fórmula foi concebida para o Obregonato, funcionou muito melhor com Calles. Calles desconfiava da milícia que apoiava Obregón e estimulou o crescimento da CROM para criar uma agência de forte peso político. Com o apoio da Presidência configurou um monopólio sindical que golpeou fortemente a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) anarquistas e o Partido Nacional Agrarista (PNA) de Antonio Díaz Soto y Gama e Aurelio Manrique. Os movimentos de greve foram numerosos e espetaculares, o que determinou que muitos empresários e alguns governos acreditassem que Calles era um “bolchevique”, como se chamava então os comunistas. Entretanto, isto estava muito longe da realidade. O conceito que o Callismo tinha da luta de classes era, na realidade, muito moderado. Como candidato à Presidência da República pelo Partido Trabalhista Mexicano, criação *ad hoc* da CROM, patrocinou uma série de oradores que se encarregavam de enfatizar que o seu objetivo não era destruir o capital, mas **humanizá-lo** para se assegurar de que compensasse os trabalhadores de acordo com o que produziam. A política trabalhista de Calles era uma concepção corporativa da justiça social, uma doutrina de “equilíbrio de forças” adequada às necessidades de um regime cujo problema era balancear as forças mutuamente antagônicas do movimento operário, do Exército e dos setores médios. O esforço por liquidar os sindicatos contrários a se incorporar à Confederação traduziu-se em lutas sangrentas que custaram a vida a muitos trabalhadores.<sup>189</sup> (grifo do autor).

Entretanto, a relação entre o governo de Plutarco Elías Calles e a CROM começou a se desgastar em 1927, quando, por causa da assinatura com os Estados Unidos do acordo Morrow-Calles, o presidente da República passou a adotar uma postura mais conservadora e Luis N. Morones viu-se pressionado a modificar a lei petroleira no sentido de favorecer as empresas estrangeiras, mudando de opinião e vendo positivamente o papel delas na construção de um novo México. A separação definitiva veio com o assassinato de Álvaro Obregón em 1929. De maneira a evitar um clima de hostilidade com os obregonistas que levaria a um provável levante, Plutarco Elías Calles decidiu afastar-se definitivamente da CROM, vista pelos obregonistas como uma inimiga no poder. Consequentemente, Luis N. Morones perdeu a sua influência junto ao governo. O resultado foi que o governo “voltou contra a CROM o poder do Estado e alentou temporariamente os sindicatos inimigos de Morones; uma vez que a CROM encontrou-se debilitada, a pressão oficial voltou-se contra alguns dos grupos radicais empregados contra a CROM”.<sup>190</sup>

O acordo entre México e Estados Unidos que obrigou Luis N. Morones a rever a lei petroleira inseriu-se em um contexto mais amplo e complicado das relações exteriores entre os dois países durante o governo de Plutarco Elías Calles. Na realidade, as relações já estavam complicadas antes mesmo de Calles assumir a Presidência da República, pois Álvaro

<sup>189</sup> VILLEGAS, Abelardo. **Autognosis**: el pensamiento mexicano en el siglo XX. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1984, p. 48-49.

<sup>190</sup> MEYER, 1977, p. 144.

Obregón suspendeu o pagamento da dívida externa devido aos gastos que teve na luta contra os delahuertistas. Esta moratória foi mantida durante o momento inicial do mandato de Calles. Entretanto, a situação complicou-se definitivamente quando Washington ficou sabendo, em 1925, das intenções do México de colocar em prática o princípio da Constituição de 1917 que se refere à nacionalização dos recursos naturais do país, entre os quais se encontravam as reservas petrolíferas, por meio de uma lei sobre o petróleo, que foi aprovada pelo Congresso mexicano em dezembro de 1925. Com relação a esta lei,

Washington e as companhias de petróleo rejeitavam o chamado “ato positivo”, porque não correspondia ao que havia sido acertado em Bucareli. A doutrina do ato positivo sustentava que os terrenos das companhias petrolíferas estrangeiras só não poderiam ser afetados pela legislação vigente se as companhias houvessem investido naquelas terras um ato positivo de exploração ou prospecção de petróleo antes da data de promulgação da lei. A legislação de 1925 parecia restritiva e inaceitável para as companhias; protegia menos terrenos da aplicação da cláusula que devolvia ao controle da nação os recursos do subsolo e impunha um limite de cinquenta anos aos direitos adquiridos em caráter permanente pelas companhias petrolíferas durante o regime porfirista. Paralelamente, outra lei callista reafirmava a proibição constitucional de estrangeiros terem propriedades em uma faixa de cinquenta quilômetros ao longo da costa e de cem quilômetros ao longo da fronteira; muitas minas, ranchos e campos de petróleo estavam dentro dos limites da “zona proibida”.<sup>191</sup>

Plutarco Elías Calles tentou amenizar a situação para evitar um conflito armado com os Estados Unidos, buscando um entendimento com os norte-americanos, pois, se por um lado, o México precisava manter uma independência política, o que passava necessariamente por uma atitude de controle da penetração econômica daquele país, por outro, não havia reais possibilidades de ruptura dos vínculos que ligam a nação mexicana com os EUA, devendo-se, como país vizinho da grande potência, adotar nunca posturas inconscientes de hostilidade para com o governo de Washington, uma vez que isto poderia resultar em sérias ameaças à soberania do México. Além disso, como o país precisava de recursos para a sua reconstrução após anos de destruição de sua infraestrutura durante o período combativo da Revolução Mexicana e o seu desenvolvimento, sendo que a maior parte deles provinham de estrangeiros que se recusavam a acatar muitos pontos da Constituição de 1917 e várias decisões do governo mexicano, sobretudo, os cidadãos estadunidenses, a solução para este impasse estaria, segundo o presidente do México, em estabelecer um entendimento definitivo com o governo e os investidores dos Estados Unidos, mas sem deixar de lado a pretensão de se impor como contrapartida de garantias ao capital externo a obediência às leis mexicanas e o respeito à soberania nacional. De acordo com Plutarco Elías Calles,

<sup>191</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 120.

queremos as relações mais francas e mais cordiais com todas as nações do mundo. O que acontece é que temos a suficiente hombridade para declarar que queremos que estas relações internacionais ocorram à base da justiça; à base de honorabilidade. Não queremos que os países estrangeiros venham envolver-se em nossos assuntos internos e nos impor a sua vontade ou as modalidades que convenham aos seus interesses. Somos povo soberano e temos direito de resolver os nossos problemas internos livres de toda influência estranha. Nós queremos que estas relações estabeleçam-se à base de respeito mútuo, que o povo mais forte não imponha a sua vontade ao débil e que os conflitos que existam entre os povos sejam resolvidos exclusivamente com a justiça. Bem conhecido é já no mundo o princípio claro e simples em que repousam os atos da política internacional do México; outorgar o seu respeito pela liberdade e pelos direitos de todas as nações; cuidar zelosamente para que todas as nações respeitem a sua liberdade e os seus direitos; igualdade em uma palavra, que é o único caminho que conduzirá os povos ao ideal, todavia, inacessível, do amor universal.<sup>192</sup>

Proposta similar de política externa para ser adotada pelo Estado mexicano já consta na obra *Los grandes problemas nacionales* ao ser abordada a política de relações exteriores mexicana diante de sua localização geográfica entre duas nações de pesos tão diferentes no contexto internacional como são os Estados Unidos e a Guatemala. De um lado, o México deve estabelecer uma política externa harmônica com os Estados Unidos em que consiga equilibrar os interesses dos cidadãos norte-americanos no território mexicano com a necessidade de implantar medidas que venham a afetar os privilégios do elemento estrangeiro em benefício das unidades sociais como forma de se colocar em prática um programa de organização nacional que estabeleça uma certa ordem e promova o progresso no país, sem que tais medidas impliquem em hostilidades que ameacem a soberania nacional. Por outro lado, a respeito da Guatemala, nação considerada mais débil que o México, a política de relações exteriores mexicana deve prezar pela justiça, pela amizade, pela colaboração e pelo respeito à soberania guatemalteca por causa dos vínculos étnico e histórico que aproximam os dois países e do exemplo de um relação justa e de não intervenção nos assuntos internos desse país que pode repercutir na atitude dos Estados Unidos para com o México. Em suma,

compreende-se que o que os Estados Unidos podem fazer conosco, nós poderemos fazer com a Guatemala, e que o que nós fazemos com os Estados Unidos, a Guatemala o fará conosco. Isto dá à orientação de nossa política externa uma direção moral altamente saudável. Assim como os Estados Unidos, nós somos os débeis, com a Guatemala somos os fortes. Temos que ver, portanto, os nossos assuntos com a Guatemala do mesmo ponto de vista com que queremos que os Estados Unidos vejam os nossos. Se julgarmos que os Estados Unidos em nenhum caso devem intervir em nossos assuntos, devemos crer que nós não devemos intervir em nenhum caso nos assuntos da Guatemala.<sup>193</sup>

O governo de Plutarco Elías Calles tentou resolver as suas pendências com os Estados Unidos, buscando manter boas relações com os banqueiros e renegociando a dívida

<sup>192</sup> CALES, 1926 apud CÓRDOVA, 1973, p. 382.

<sup>193</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 447-448.

externa mexicana em outubro de 1925. No ano seguinte, cumprindo o acordo, o governo mexicano enviou para Nova Iorque a quantia de 14,4 milhões de dólares para o pagamento de parte da dívida. Em 1927, foram pagos 11 milhões de dólares à custa de um grande sacrifício financeiro. Por causa desta atitude, o Comitê Internacional de Banqueiros, com sede em Nova Iorque, passou a pressionar o governo norte-americano de Coolidge para encontrar uma solução pacífica para as diferenças diplomáticas com o México. Cedendo a estas pressões, no final de 1927, Coolidge nomeou um novo embaixador para o México, no caso, o advogado e membro da empresa bancária J. P. Morgan and Company, Dwight Morrow. O objetivo do novo embaixador era chegar a uma conciliação por meio de negociações entre o governo mexicano e as companhias petrolíferas. Neste sentido, Dwight Morrow conseguiu, por um lado, do governo mexicano a declaração de inconstitucionalidade, em novembro de 1927, da lei do petróleo. Por outro, convenceu as grandes companhias de petróleo a aceitarem uma outra lei que limitava o tempo de exploração das bacias petrolíferas, transformando-as de títulos de propriedade em concessões, o que foi sancionado pelo Congresso mexicano em 1928. Dessa maneira,

em 1928, não ficava nenhuma política que ameaçasse os interesses dos Estados Unidos ou de alguma outra potência. Ficava por resolver, além da dívida, as compensações por prejuízos causados no passado pela luta civil ou pelas expropriações agrícolas. Entretanto, comparados com os outros, estes eram problemas menores, sobretudo, porque a suspensão de pagamentos foi então mundial. As decisões tomadas em 1928 indicam que o grupo governante tinha desistido uma vez mais de seu projeto original de arrancar das mãos dos estrangeiros os enclaves econômicos. Carranza, Obregón e Calles, cada qual a sua maneira, tinham tratado de diminuir a influência norte-americana, mas não tinham contado com a força nem a conjuntura internacional adequada para enfrentar as pressões externas no momento crítico. Por outro lado, estas pressões não explicam totalmente o abandono da política nacionalista. A linha conservadora sobre o problema agrário e operário que seguiu o grupo de Agua Prieta contribuiu também para este resultado. A mudança, claro, não se refletiu nos programas nem na linguagem oficial, que sempre continuou carregando bandeiras radicais e nacionalistas. A demanda de uma maior independência econômica por meio do controle nacional de setores como o petróleo e a mineração continuou vigente nos círculos oficiais. A legitimidade desta demanda ante os olhos da grande maioria dos elementos politicamente conscientes do país, seria possível quando as circunstâncias fossem propícias à luta contra a influência externa.<sup>194</sup>

Entretanto, os obstáculos à estabilidade não se resumiram durante o governo de Plutarco Elías Calles ao plano externo. Internamente, ele teve que enfrentar dois sérios problemas. O primeiro foi a Guerra Cristera, um conflito religioso provocado pelo embate entre o governo de Calles e a Igreja por causa de uma liderança revolucionária sustentada ideologicamente na tradição liberal e nos costumes laicos e, sobretudo, pelo apoio

<sup>194</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 155.



governamental à CROM em sua luta contra a intervenção dos sindicatos católicos no movimento operário. Por estes motivos, o regime callista decidiu pôr em vigência plena os artigos anticlericais da Constituição de 1917. Por outro lado, a CROM provocou um cisma dentro da Igreja, levando ao surgimento da Igreja Católica Apostólica Mexicana, cujo patriarca era José Joaquín Pérez. A situação complicou-se em 1926, quando o arcebispo Mora y del Río atacou a Constituição. Em reação, o governo expulsou sacerdotes estrangeiros. Em agosto do mesmo ano, a Igreja suspendeu os cultos em todos os templos do México, ocasionando o início da Guerra Cristera, repudiando-se a Maçonaria, o liberalismo da Reforma e o socialismo bolchevique dos callistas, pregando-se o antinorte-americanismo pela abominação ao protestantismo e à sua expansão pela Hispano-América e defendendo-se os cultos católicos e os costumes pluriseculares. A paz somente viria em junho de 1929, quando foi pactuado um acordo entre a Igreja e o governo no qual ambos se comprometeram a respeitar as esferas de ação de cada um, ou seja, a Igreja não estimularia os fiéis a tomarem o poder e o Estado não interferiria na ordem interna dela.<sup>195</sup>

O outro problema enfrentado pelo governo de Plutarco Elías Calles aconteceu no final de seu mandato e se referiu à questão da sucessão presidencial. Em fins de 1926, iniciou-se a disputa no grupo político sonorenses para a escolha do candidato oficial à Presidência da República. De um lado, Calles apoiou inicialmente o nome do general Arnulfo R. Gómez. De outro, Álvaro Obregón, usando de seu prestígio pessoal e poder político, decidiu apoiar o secretário da Guerra, general Francisco R. Serrano. Diante de tal conflito, Álvaro Obregón decidiu lançar a sua própria candidatura como solução pacificadora. Entretanto, esta pacificação não veio porque os outros candidatos não somente continuaram na contenda eleitoral, mas também enxergavam a reeleição de Obregón um desrespeito à Constituição que proibia tal ato. Para adaptar a Constituição à conveniência oficial do momento, Plutarco Elías Calles pediu ao Congresso Nacional para modificá-la no sentido de permitir a reeleição nos casos em que esta não fosse imediata, o que aconteceu em novembro de 1926. A disputa eleitoral chegou às vias de fato em fins de 1927, quando Arnulfo R. Gómez começou um levante em Veracruz e Francisco R. Serrano tentou uma rebelião em Morelos. A reação de Calles e Obregón foi imediata, com a detenção de Gómez em Veracruz e o seu fuzilamento em 5 de novembro e a prisão de Serrano em Cuernavaca e o seu fuzilamento em 3 de outubro.

<sup>195</sup> Para maiores detalhes sobre a Guerra Cristera, pode-se consultar as seguintes referências bibliográficas: 1) AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**: história mexicana contemporânea, 1910-1989. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2000. (Ensaio Latino-Americanos, 5); e 2) VILLEGAS, Abelardo. **Autognosis**: el pensamiento mexicano en el siglo XX. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1984.

Álvaro Obregón foi o vencedor nas eleições de 1º de junho de 1928. Contudo, em 17 de julho, o presidente eleito foi assassinado por José León Toral, que pertencia a um pequeno grupo católico que participava da Guerra Cristera. Isto foi o suficiente para estourar uma crise sem precedentes no governo de Plutarco Elías Calles, pois os obregonistas ameaçavam derrubá-lo da Presidência da República sob a acusação de ter instigado o assassinato de Obregón na disputa pelo poder no grupo Sonora. Diante dessa circunstância, Calles tomou duas atitudes. A primeira delas foi um acordo com os principais generais em comando de tropas e o Congresso Nacional para a nomeação de um presidente provisório aceitável tanto para os callistas como para os obregonistas. Tratava-se de Emilio Portes Gil, um dirigente político civil de Tamaulipas que recebeu a Presidência da República em 30 de novembro de 1928, a quem caberia convocar novas eleições. A outra atitude consistiu no anúncio, em novembro de 1928, da fundação de um partido que reunisse todas as correntes da coalizão governante com o fim de encerrar a etapa caudilhista e introduzir um sistema que permitisse a sucessão presidencial de maneira pacífica. Eram os primórdios do Partido Nacional Revolucionário (PNR). Dessa maneira,

houve uma mudança muito profunda na vida política mexicana. Obregón primeiro e depois Calles, duas formas da caudilhagem, seriam liquidadas, em um aparente paradoxo, pelos próprios instrumentos de domínio social que os tornaram tão poderosos. O poder político depois deles se institucionalizou, até se tornar quase indiferente quem o ostentasse. Isto não o compreenderam aqueles que, em 1928, assassinando Obregón, apenas a cabeça visível da revolução tornada governo, acreditaram detê-la ou liquidá-la. Para demonstrar o contrário, nesse mesmo ano criava-se um partido oficial. As funções do novo organismo político seriam múltiplas. Prestar uma força aos homens novos que pela exigência legal da não reeleição iriam chegando ao poder. Evitar a anarquia das contendas eleitorais que, sangrentas ou não, dizimavam ou dividiam as filas revolucionárias, permitindo em troca a alternabilidade, ou pelo menos a participação no poder dos grupos representados no próprio partido. E levar a uma forma menor e controlável – que frequentemente se resolveria em uma luta totalmente ideológica – as contradições reais da sociedade mexicana.<sup>196</sup>

As ideias de Andrés Molina Enríquez fizeram-se presentes no programa político do Partido Nacional Revolucionário (PNR), como se pode notar ao se confrontar certos aspectos em comum tratados pelo autor em *Los grandes problemas nacionales* e pelo partido em sua plataforma política, como por exemplo, o fortalecimento do Estado, a questão agrária e a intervenção estatal na economia. De acordo com Agustín Francisco Basave Benítez,

em sua postulação de um patriotismo introspectivo, não xenófobo, detonador das “energias orgânicas internas” da raça, em seu repúdio final (ainda que nisto mostra primeiro alguns titubeios) ao investimento estrangeiro, e, certamente, em sua preconização de um poder supremo capaz de conciliar os conflitos

<sup>196</sup> BLANQUEL, 1977, p. 148-149.

“socioetnológicos”, Andrés prevê a proclividade dos primeiros governos pós-revolucionários a fomentar a mística nacionalista como força propulsora do desenvolvimento endógeno e se antecipa o estabelecimento do presidencialismo como pilar do sistema político mexicano. Não há dúvida de que, na fundação do Partido Nacional Revolucionário, várias ideias com a inconfundível marca de Molina fazem ato de presença.<sup>197</sup>

No programa político adotado pelo PNR, estabelecia-se a execução dos artigos 3, 27, 28 e 123 da Constituição de 1917. Deve-se lembrar de que Andrés Molina Enríquez foi o mentor intelectual do artigo 27 e teve uma participação direta na elaboração do artigo 123. Com relação à plataforma política do PNR, pode-se afirmar que

respondeu perfeitamente às necessidades do grupo no poder, uma vez que reafirmou algo que na prática não se dava: a execução cabal dos artigos 3, 27, 28 e 123 constitucionais. É notável a ênfase dada no programa à necessidade da conciliação nacional, conciliação entre indivíduos, facções e classes. O Estado era colocado como o órgão desta conciliação. Por exemplo, supunha-se capaz, de favorecer, por sua vez, ejidatários, assalariados e a classe média rural, assim como os grandes empresários agrícolas. O Estado devia tomar um papel ativo em promover o desenvolvimento econômico, mas sem impedir o crescimento de uma classe empresarial nacional forte, ainda que respeitando os legítimos direitos do trabalhador. O quadro completava-se com a referência sistemática a um inimigo não identificado, mas cuja presença era empregada para justificar estas metas contraditórias.<sup>198</sup>

No que se refere à abordagem da questão do fortalecimento do Estado pelo programa político do Partido Nacional Revolucionário, propõe-se que isto se realizasse por meio da participação na política nacional de setores sociais, agrupamentos e organizações políticas que compartilhavam do “credo revolucionário”, buscando a superação de suas diferenças de interesses e confiando o atendimento de suas demandas aos governantes em prol de um grande objetivo, que seria o apoio de todos os “membros da família revolucionária” ao poder estatal para que cumprisse a solene meta da constituição de uma organização nacional e, por conseguinte, consolidasse a nacionalidade mexicana. O apoio dos setores sociais, dos agrupamentos e das organizações políticas às ações estatais era importante porque a organização nacional somente seria alcançada em um ambiente de ordem, dando-se, assim, estabilidade aos governos para que, em nome da defesa dos interesses da coletividade, criasse as condições propícias para o melhoramento integral das condições de existência de amplos grupos sociais, velando pelo atendimento de suas demandas desde que isto não implicasse em prejuízos ao bem-geral da nação. De acordo com os primeiros pontos do Programa de Princípios e de Estatutos do Partido Nacional Revolucionário, elaborado em convenção na cidade de Querétaro, em março de 1929, o seu objetivo dirigia-se a:

<sup>197</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2002, p. 112.

<sup>198</sup> MEYER, 1977, p. 125.

II. Definição e vigorização do conceito de nossa nacionalidade, expressando claramente os aspectos comuns da coletividade mexicana. III. Fundar e desenvolver nas consciências o conceito da preeminência dos interesses da coletividade sobre os interesses privados ou individuais, menosprezando toda situação de privilégio e criando a necessidade espiritual de uma maior equidade na distribuição da riqueza. IV. Procurar uma ação coordenada nos procedimentos e a uniformidade do programa, buscando com isto uma maior eficácia do esforço que se desenvolva para a organização do Estado e a consolidação da nacionalidade.<sup>199</sup>

Concepção semelhante de fortalecimento do Estado é encontrada na produção intelectual de Andrés Molina Enríquez, pois, o intelectual propõe um Estado que implantasse uma política nacional que, acima dos interesses particulares, buscasse atender as demandas de diversos setores sociais, beneficiando a nação em conjunto a partir do momento em que se acabaria com um estado de conflito entre as unidades sociais e de desordem devido à injustiça e aos prejuízos sofridos por grande parcela da população nacional. Enquanto o Estado não se posicionasse como um órgão representante dos interesses da coletividade, adotando uma política estatal equivocada que excluiria da política nacional as demandas de vários grupos sociais, jamais conseguiria fortalecer-se a ponto de impor um clima de ordem necessário para o estabelecimento de um programa de organização nacional que promovesse o desenvolvimento e a consolidação da nacionalidade, pois não contaria com o consenso de amplos setores sociais às suas ações por não terem participação na política nacional e não se sentirem representados e atendidos em suas demandas pelos governantes. Seria somente quando o Estado fosse um legítimo representante dos interesses da coletividade, dando atenção às demandas de diversos setores sociais com o objetivo de se acabar com uma situação de conflito e desordem social permanente, que garantiria o apoio da sociedade às suas iniciativas para o estabelecimento de uma organização do país e o desenvolvimento da nação. Para Andrés Molina Enríquez, o fortalecimento do Estado requer,

antes de tudo, a dominação efetiva de todos os agrupamentos políticos, de todos os elementos de raça e de todos os grupos de ação social: não só é necessário estar acima de todos os agrupamentos, para dominá-los, mas é indispensável exercer sobre eles uma verdadeira dominação, uma dominação efetiva. Jamais se têm encontrado em um mesmo território tantos elementos de raça e tão distintos uns dos outros, por sua origem, por sua idade evolutiva e por suas condições de participação na riqueza geral, que fosse necessário unir em iguais tendências, coordenar em equilibrados interesses e manter em fraternal comunidade para constituir uma nação. E tal trabalho tem que se fazer pelos procedimentos mais simples em aparência e mais complexos na realidade: pelo de satisfazer todas as aspirações quando, em troca, obter-se a segurança de que não se perturbará a paz; e pelo de castigar sem misericórdia todos os perturbadores desta paz.<sup>200</sup>

<sup>199</sup> PROGRAMA de Princípios e de Estatutos do Partido Nacional Revolucionário, 1929 apud FUNES, 2006, p. 391-392.

<sup>200</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 135-136.

Quanto à questão agrária, a plataforma política do PNR propunha o aumento da produção agrícola por meio da modernização da relação do produtor com a terra, o que se daria com iniciativas como a melhor distribuição da terra, repartindo-a entre aqueles que se dispusessem realmente a cultivá-las e não somente a possuí-las para a manutenção de luxos pessoais, sem se preocuparem com a melhoria das técnicas e a diversificação da produção, a implantação de uma política de irrigação que ampliasse a área de cultivo no país, transformando terras consideradas impróprias para a agricultura em produtivas, e a facilitação do acesso ao crédito agrícola para investimentos em melhorias nas propriedades e aquisição de recursos para o adequado cultivo e a colheita de diversos gêneros. Segundo o programa político do Partido Nacional Revolucionário,

o seu propósito quanto à agricultura é aumentar e nunca diminuir a produção agrícola do país. Sob este imperativo propõe um sistema de distribuição da terra, respondendo a três situações: o reparto ejidal para os camponeses, para a classe média rural uma política de irrigação que torne as suas propriedades mais produtivas e para os empresários agrícolas maiores recursos. É sintomático que se ressalte que a política agrária não deve ser somente a distribuição da terra. Isto impõe não só o fortalecimento do Banco de Crédito Agrícola, mas também uma política de irrigação.<sup>201</sup>

As ideias agraristas de Andrés Molina Enríquez repercutiriam neste tópico acima abordado da plataforma política do Partido Nacional Revolucionário, pois, em linhas gerais, o autor também acreditava que o aumento da produção agrícola no México dependeria da distribuição das terras entre os produtores realmente dedicados ao cultivo de diversos gêneros nas propriedades, produzindo tanto para a sobrevivência daqueles que viviam nelas como também vendendo o excedente da produção para o abastecimento, sobretudo, do mercado interno, não concentrando a posse das terras nas mãos de latifundiários despreocupados com os baixos índices de produtividade e dedicados geralmente à monocultura voltada para o mercado externo e baseada na exploração rudimentar e em larga escala dos recursos naturais, pois, o fundamental para estes grandes proprietários seria a manutenção de uma produção que lhes desse uma renda suficiente para viverem nos centros urbanos gastando com luxos e movidos por um espírito aristocrático fundamentado na vaidade e no orgulho. Contudo, assim como para o programa político do PNR, a questão agrária não seria resolvida apenas com a distribuição de terras. Seria preciso também estender a área produtiva do país por meio de uma política de irrigação, melhorar as condições de existência e produtividade com o maior acesso ao crédito rural e garantir o cultivo adequado do solo e a exploração sustentável dos recursos naturais através do ensino e da aplicação de

<sup>201</sup> PROGRAMA..., 1929 apud FUNES, 2006, p. 392.

técnicas modernas de manejo do solo e de outros recursos encontrados nas propriedades. De acordo com Andrés Molina Enríquez, mantendo-se a estrutura agrária tradicional existente no México, não se poderia aumentar a produção agrícola no país, uma vez que,

nas condições, uma fazenda, a menos que o seu dono tenha um capital à parte **para tocá-la**, segundo as palavras usuais, não pode nem ampliar nem melhorar os seus cultivos. No fazendeiro há mais a tendência a reduzir do que a ampliar os cultivos pela razão de que busca mais a segurança da renda do que o volume dela; porém, podia, seguramente, estender os benefícios que fazem a determinadas terras de segura produção a outras que estes benefícios não têm; por exemplo, o que mais dá segurança de produção é a irrigação, e aumentando a irrigação poderia aumentar a produção; porém, como para isto teria que diminuir a renda, não o fará, porque a renda é prioridade. O mesmo pode dizer-se do melhoramento dos cultivos; para melhorá-los, seria indispensável que, ainda que fosse transitoriamente, se reduzisse a renda, e isto o fazendeiro não o pode permitir. Todavia, como a renda é insignificante, de certo modo tem razão, porque devido à inexistência da relação correta entre o capital amortizado na fazenda e a renda que esta produz, esta renda resulta insignificante. Não dispondo da renda, só o crédito podia dar ao fazendeiro capital para **tocar** a sua fazenda; porém, como a renda é insignificante, o fazendeiro expõe-se a perder aquela se os resultados não correspondem aos seus cálculos.<sup>202</sup> (grifo do autor).

Com relação ao aspecto da intervenção estatal na economia, o programa político do PNR afirmava que a ação econômica do Estado deveria avançar no controle das finanças e no combate à corrupção burocrática. A indústria tinha um papel estratégico no progresso do país, o que impunha ao Estado a necessidade de implantar uma política de estímulo aos industriais que demonstrassem um espírito empreendedor e não àqueles que quisessem desenvolver a atividade industrial confiantes apenas no privilégio e na criação de mecanismos artificiais de protecionismo alfandegário. Na política de estímulo aos industriais empreendedores deveria constar a outorga de créditos às indústrias por meio de alguma instituição bancária do governo para que pudessem continuamente renovar o maquinário e o sistema de produção. O Estado deveria também fomentar a agricultura por meio de instituições e ampliação das linhas de crédito. Finalmente, a modernização do país dependia também da uniformização do sistema de tributação e da eliminação da instabilidade econômica causada pela concorrência federal e local nos impostos. No que diz respeito à intervenção estatal na economia, a plataforma política do PNR afirmava que a ação do Estado teria que enfatizar, portanto,

o desenvolvimento de políticas de fazenda, crédito e impostos. Nelas se deve advertir claramente a necessidade de coordenação, centralização e – em meio à crise econômica – de racionalização estatal e o difícil equilíbrio entre um Estado que tenta ampliar o seu *imperium* e uns governos estaduais que conservam grandes quotas de

<sup>202</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 165.

autonomia. A política econômica tem que se destacar pelo caráter econômico do Estado, a centralização econômica e a probidade e eficiência. Daí a necessidade da existência de organismos técnicos como o Conselho Econômico Nacional.<sup>203</sup>

A política econômica proposta por Andrés Molina Enríquez em seu programa de organização nacional para o México defendia a intervenção estatal na economia como um meio de se evitar o contínuo empobrecimento do país com o escoamento indiscriminado das riquezas e dos capitais nacionais para o exterior e combater a desorganização do trabalho e da produção. Antes de tudo, o Estado deveria estimular a organização da economia nacional com o aparecimento de um mercado consumidor interno para os produtos mexicanos. Isto dependeria, em primeiro lugar, do incentivo à produção agrícola, pois a agricultura é essencial para garantir a existência da população, que bem alimentada tem força para trabalhar e gerar riquezas. Na realidade, na perspectiva de Andrés Molina Enríquez, a agricultura seria o principal ramo da economia porque não há indivíduos preparados para o trabalho e o consumo sem a alimentação necessária que lhes garanta a energia vital para a sobrevivência. O incentivo à produção agrícola voltada, sobretudo, para o abastecimento do mercado nacional dependeria de um programa de reforma agrária que distribísse terras até então mal ou não aproveitadas para o cultivo e a extração de diversos produtos, uma educação para o trabalho que estimulasse o espírito empreendedor e o exercício adequado da atividade agrícola, um sistema de crédito rural para investimentos nas propriedades e na produção, uma política de irrigação e uma correção do sistema fiscal que facilitasse a circulação de mercadorias e riquezas no território nacional. Quanto ao setor industrial, Andrés Molina Enríquez acreditava que com a melhoria na qualidade de vida da população por meio do desenvolvimento da agricultura nacional, criar-se-ia um mercado consumidor interno para os produtos industrializados nacionais composto em grande parte por produtores e trabalhadores rurais, além de que, com o crescimento e a diversificação da produção agrícola voltada para o abastecimento interno, baratear-se-ia os preços dos gêneros, melhorando a alimentação da população e, por conseguinte, formando uma massa operária com mais vigor para o trabalho. Para completar a política de estímulo ao desenvolvimento da indústria nacional, bastaria corrigir também o sistema fiscal que atrapalha a circulação de mercadorias e investir em meios de transporte para o rápido trânsito da produção industrial, como por exemplo, as ferrovias. Sem adotar uma política econômica com tais elementos acima descritos, muitos dos quais também presentes na plataforma política do Partido Nacional Revolucionário, Andrés Molina Enríquez supunha que

---

<sup>203</sup> PROGRAMA..., 1929 apud FUNES, 2006, p. 392.

a limitação dos mercados internos, necessariamente desfavorável para a expansão geral das indústrias de consumo interno, apresenta condições de crise aguda, crônica e progressiva, e isto se deve à circunstância de que, longe de se retirar a linha desta limitação ampliando a capacidade dos mercados internos, limita-se cada vez mais, estreitando esta capacidade progressivamente. Com efeito, a capacidade de consumo dos principais grupos consumidores reduz-se dia a dia. A sistemática importação do milho norte-americano tem reduzido consideravelmente os produtos normais da produção agrícola nacional de milho, e todos os grupos agricultores têm sofrido consideráveis prejuízos. [...]. A importação, produzindo a alta do valor normal do preço do milho, tem encarecido a subsistência de todos os grupos sociais, uma vez que o valor da subsistência, como todos os valores na República, dependem, principalmente, do valor do milho; e a repetida importação tem produzido o efeito de desenvolver a população inferior, sem relação com as condições gerais que permitem a vida em nosso país, o qual tem produzido um excesso de população indigente que não aumenta com o seu trabalho, e sim diminui com as suas necessidades, a capacidade de consumo dos principais grupos consumidores. E como estes males vão sendo progressivamente maiores, vai diminuindo progressivamente a capacidade consumidora dos mercados internos para a indústria de consumo interno, e, por isso, vão aumentando progressivamente as dificuldades destas indústrias até o ponto de ameaçá-las de morte porque enquanto o capital investido nestas indústrias não alcance lucros convenientes, fugirá delas, a menos que todas as empresas do mesmo gênero unam-se em *trusts* monopolizadores, como algumas têm tentado já, e como todas procurarão, com tanta maior razão, o monopólio, que é uma das formas principais de criação de indústrias. É inútil dizer que a consolidação de nossas raquíticas indústrias em *trusts* monopolizadores, elevando artificialmente os preços, piorará consideravelmente as condições de nossas classes baixas, se é que estas podem ser piores do que já são. [...]. Naturalmente é, pois, que a população trabalhadora dos campos tenha fugido deles rumo aos estabelecimentos industriais; porém, por causa deste movimento, o número dos operários em ditos estabelecimentos tem aumentado consideravelmente, e dos expressados estabelecimentos, uns têm podido desenvolver os seus trabalhos em igual proporção e outros têm se detido em seu desenvolvimento, tem resultado que a oferta de braços nos próprios estabelecimentos tem exercido progressivamente à demanda dos industriais, e estes têm podido fazer um rebaixamento correlativo dos salários, rebaixamento que, por outro lado, vem correspondendo às crescentes dificuldades de desenvolvimento de suas empresas, provindo estas dificuldades da minguante capacidade de consumo dos mercados internos. [...]. Deixando sem trabalho a população operária excedente e muito numerosa, este processo tem obrigado esta a emigrar de estabelecimento em estabelecimento, de mina em mina, de fábrica em fábrica, contribuindo poderosamente para que as unidades desta população se organizassem e determinassem as recentes greves, cuja extensão e organização surpreenderam a todo mundo. Parece errôneo e gravemente injusto atribuir as greves a estéreis trabalhos de agitação, perseguir os diretores delas como agitadores políticos e de aplicar para os diretores e dirigidos os castigos extraordinários somente justificados para os revolucionários de ofício. As greves de operários obedecem a um estado de fome em nossas classes baixas.<sup>204</sup>

O governo de Plutarco Elías Calles não se resumiu apenas a crises. Na área econômica alcançou avanços bastante expressivos. O crescimento da economia entre 1925 e 1928 merece destaque, como pode ser demonstrado por um PIB de 5,8 por cento e um PIB *per capita* de 1,2 por cento. Tal crescimento deveu-se, em grande parte, a um programa econômico do governo que incluía a construção de estradas e obras de irrigação e a reorganização do sistema bancário.

<sup>204</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 320-322.



No que se refere à construção de estradas e obras de irrigação, em 1925, Plutarco Elías Calles criou Comissão Nacional de Estradas e, em 1927, elaborou e começou a pôr em prática um projeto de construção de 10 mil quilômetros de estradas em sete anos, sendo financiado com recursos provenientes de um imposto sobre a gasolina. Em 1926, o presidente da República também criou a Comissão Nacional de Irrigação, dando início à construção de represas que irrigariam vastas áreas do país, com a alocação de recursos até 1928 em um montante total de 40 milhões de pesos.

Com relação à reorganização do sistema bancário, o primeiro passo neste sentido deu-se com a fundação do primeiro banco central do México em 1925, o Banco do México, com um capital inicial de 50 milhões de pesos. Atuou como banco privado e banco central, sendo responsável pelo controle das atividades do sistema bancário mexicano. Aproveitando a mesma reforma, em 1926, o governo também decidiu fundar instituições bancárias estatais para suprir a ausência de capitais em setores econômicos que não eram atendidos pelos bancos privados. Assim, nesse mesmo ano, apareceu o Banco de Crédito Agrícola para criar e controlar sociedades de crédito rural.

Ademais, de modo a consolidar uma maior intervenção do Estado na economia nacional, surgiu o Conselho Nacional Econômico em 1928. Tratava-se de

“um corpo consultivo de iniciativa livre e de conduta necessária nos assuntos econômico-sociais da federação”. Desconhecemos a sua efetiva atuação, mas a sua criação mostra até que ponto tinha-se estendido à esfera econômica um federalismo centralizador. Com efeito, o Conselho Nacional Econômico tinha como objetivo resolver as consultas que formulassem o Poder Legislativo federal, e os poderes Legislativo e Executivo dos estados, ou as prefeituras, sobre assuntos de caráter econômico-social no país: “apresentar ante o Executivo federal as iniciativas de todas as medidas que estime conveniente para o melhoramento e a regularização das condições econômico-sociais e financeiras do país [...]”. Ademais, “apresentar ante as autoridades dos estados, na forma de sugestões, as iniciativas” que estimassem pertinentes.<sup>205</sup>

O primeiro presidente da República do período conhecido como Maximato foi Emilio Portes Gil, que governou provisoriamente por um ano e três meses entre novembro de 1928 e fevereiro de 1930. Logo nos primeiros meses de seu mandato, Emilio Portes Gil deparou-se com um levante militar, cujas origens estavam nas discussões sobre o seu provável sucessor. Estas discussões iniciaram-se em Querétaro, em março de 1929, quando se realizou a convenção do Partido Nacional Revolucionário. Nela ficou decidido que o candidato

<sup>205</sup> HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. Federalismo y gobernabilidad en México. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos**: México/Brasil/Argentina. México: Fideicomiso Historia de las Américas; El Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 283-284. (Serie Estudios).

presidencial do partido seria o engenheiro Pascual Ortiz Rubio, ex-governador de Michoacán. O objetivo desta designação era criar um clima de conciliação entre callistas e obregonistas. Porém, ocorreu o contrário, pois o desejo do último grupo era a indicação como candidato do obregonista destacado e industrial Aarón Sáenz. Desse modo, um grupo de militares, comandados por Gonzalo Escobar, Jesús M. Aguirre, Marcelo Caraveo, Roberto Cruz, Francisco Urbalejo, Claudio Fox e Fausto Topete, lançaram o Plano de Hermosillo em 3 de março de 1929, no qual acusavam Plutarco Elías Calles de querer perpetuar-se no poder com a indicação de Pascual Ortiz Rubio, além de culpá-lo pelo assassinato de Álvaro Obregón.<sup>206</sup>

Após a derrota da rebelião militar em fins de abril de 1929, o presidente provisório Emilio Portes Gil convocou as eleições extraordinárias para 17 de novembro do mesmo ano. Estas eleições seriam marcadas pela candidatura à Presidente da República de José Vasconcelos, ex-secretário de Educação de Álvaro Obregón, indicado pelo Partido Nacional Antirreelecionista. Tratava-se da primeira dissidência civil das classes médias ilustradas contra a dominação política caudilhesca do período de institucionalização da Revolução Mexicana. Esta classe média que via no civilismo uma alternativa ao processo político encaminhado pelos políticos do Plano de Agua Prieta, caracterizado pelos assassinatos políticos, pelo massacre dos *cristeros*, pela pilhagem, pela corrupção, etc. Na perspectiva de José Vasconcelos, ao México só restava duas alternativas, ou seja, a continuidade da barbárie ou a transformação do país pela cultura e educação civil. Em seu programa político lançado em julho de 1929, estabeleceu como metas a serem seguidas pelo seu governo

as garantias ao voto, a honradez dos funcionários públicos, a redução do poder político do presidente da República, mas sem lhe tirar faculdades administrativas. Desse modo, propôs descentralizar a administração para dar passagem, segundo as suas próprias palavras, à “República de municípios independentes e confederados”. Propôs também um programa de nacionalizações de meios de transporte e comunicação, de reservas petrolíferas, de hidroelétricas. Em matéria agrária, exigiu a divisão justa da terra, a introdução de maquinário nos trabalhos do campo, a organização dos agricultores e a abertura de crédito fácil e barato. Em matéria trabalhista, pediu o cumprimento cabal do artigo 123 constitucional, a federalização da lei do trabalho para que os direitos dos trabalhadores ficassem garantidos em toda a nação. Propôs a instauração de um seguro social que protegesse os trabalhadores. Na ordem externa, propôs a renegociação da dívida pública para obter um desenvolvimento equilibrado e que não carregasse o erário com novas dívidas que não pudessem ser pagas. O Exército devia converter-se em uma força de paz, de reconstrução nacional. Engenheiros e soldados abriram caminhos no trópico e construiriam pontes no altiplano. A tarefa educativa foi concebida amalgamada com medidas anti-imperialistas e nacionalistas. Propôs a educação massiva no nível primário e a educação técnica.<sup>207</sup>

<sup>206</sup> Para maiores dados históricos sobre este levante militar, pode-se consultar a seguinte obra: AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**: historia mexicana contemporânea, 1910-1989. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2000. (Ensaio Latino-Americanos, 5).

<sup>207</sup> VILLEGAS, 1984, p. 54-55.

José Vasconcelos acabou perdendo a eleição, marcada por um clima de violência e fraude, e se exilou nos Estados Unidos, de onde esperou em vão o estopim de um levante exigindo o respeito ao voto.

Apesar de que, em 1929, Plutarco Elías Calles dizia ser o momento propício para frear o processo de reforma agrária por entender que estava prejudicando a economia (entenda-se os interesses e investimentos de empresas estrangeiras), Emilio Portes Gil considerou esta posição equivocada devido à necessidade que tinha o governo de ampliar a sua base social de apoio, evitar situações de desordem no campo causadas pela insatisfação dos camponeses com a permanência de seu quadro de pobreza por exploração dos grandes proprietários e ausência de terras para o cultivo voltado para a sobrevivência deles e de suas famílias e obrigar os latifundiários a contribuírem efetivamente para o desenvolvimento da produção agrícola nacional por não disporem mais facilmente de mão-de-obra para trabalhar nas propriedades, havendo, assim, a imposição de uma reavaliação em seus métodos de produção. Dessa maneira, “entre o final de 1928 e o início de 1930, Portes Gil distribuiu 1,2 milhão de hectares, o dobro do que Calles tinha distribuído em 1928”.<sup>208</sup> Segundo o presidente provisório do México em discurso pronunciado no Congresso Nacional em 30 de novembro de 1928,

é um imperativo improrrogável manter os camponeses na posse de suas terras e continuar o programa agrário de acordo com a Lei para poder criar uma classe rural, livre e próspera, que sirva inclusive de promotor à retaguarda técnica do latifundiário, que ao não dispor de assalariados paupérrimos, terá que fazer evoluir os seus métodos de cultivo, com vantagens indubitáveis para o mesmo proprietário e para a economia geral do país.<sup>209</sup>

Assim como Emilio Portes Gil, Andrés Molina Enríquez defende na obra *Los grandes problemas nacionales* que uma vez iniciado o processo de reforma agrária no México pelo Estado, ele não deveria ser interrompido enquanto houvesse camponeses desprovidos de terras e recursos técnicos e financeiros e dispostos a terem propriedades para o cultivo do solo e exploração dos recursos naturais com o fim de se garantir a sobrevivência deles e de suas famílias sob a ameaça da permanência de profundas desigualdades sociais no campo que conduziriam a contínuos movimentos de convulsão social e de uma estrutura agrária caracterizada pela concentração de terras nas mãos de alguns privilegiados, pela exploração do trabalhador rural em condições desumanas, pela monocultura e pelo uso de métodos de produção que impediam o desenvolvimento da agricultura. Para Andrés Molina Enríquez,

<sup>208</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 152.

<sup>209</sup> PORTES GIL, 1928 apud CÓRDOVA, 1973, p. 317.

apenas quando o Estado mexicano efetivamente concluir as reformas que o país requer para a constituição da organização nacional, sendo a reforma agrária a maior de todas elas, obter-se-á

a paz permanente. Consumada esta reforma, as crises periódicas de fome, origem verdadeira de todas as nossas convulsões, não voltarão. É absolutamente seguro que quando se retire o capital das grandes empresas agrícolas, este capital abundará para ser dedicado ao crédito rural em empréstimos hipotecários aos pequenos agricultores, e para ser dedicado a outras empresas; que quando pelos fracionamentos de terras e pelas facilidades dos créditos hipotecários, seja possível que haja mais agricultores, muitas, senão todas, de nossas melhores unidades de trabalho que agora emigram, converter-se-ão em agricultores e se fixarão fortemente no país; que a multiplicação dos trabalhos agrícolas requererá um número imensamente superior ao atual de trabalhadores rurais, e o acréscimo deste número, elevará o salário ou o manterá pelo menos em seu estado presente, ainda que baixo muito o preço dos cereais, que neste caso, a maior capacidade de aquisição desse salário equivalerá a um aumento real e efetivo; e que quando pelas condições do salário, a população rural sustente-se em boas condições, as fábricas descongestionar-se-ão, os operários escassearão e subirá, por essa razão, o salário. Por outro lado, é absolutamente seguro também que, havendo mais capital indisponível, o trabalho no país será sempre mais barato, ainda que supondo uma alta dos salários, e havendo uma ampliação considerável dos mercados de consumo correspondente à multiplicação dos agricultores e ao acréscimo da riqueza conseguinte à melhor produção agrícola, a indústria sairá da letargia atual e se tornará próspera e opulenta. E a tudo isto terá que agregar o desenvolvimento da população, a imigração que virá em compradores de bons terrenos, o aumento dos negócios, a triplicação pelo menos das rendas públicas da Federação e dos estados e outros muitos benefícios que seria longo enumerar.<sup>210</sup>

Com relação ao movimento operário, em 1929, quando já não se fazia necessário o apoio da CROM como base para o governo, este colocou aquela organização operária de lado, gerando a crise dela. Porém, nenhuma central sindical conseguiu substituí-la à altura nesse momento. Isto se deveu, em grande parte, à postura adotada por outras organizações de se manterem autônomas com relação ao Estado, sofrendo, por isso, a repressão oficial. Entre as centrais sindicais da época, destacavam-se a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Sindical Unitária do México (CSUM). Apesar deste enfraquecimento do movimento operário, em 1929, aconteceu uma reforma constitucional que concedeu à esfera da União a aplicação de uma futura Lei do Trabalho, subtraindo-a da competência dos estados. De acordo com esta reforma,

a federação limitar-se-á a aplicar a Lei Federal do Trabalho nas indústrias de interesses federal, isto é, ferrovias, transportes de concessão federal, hidrocarburetos e trabalhos no mar e em zonas marítimas; por outro lado, fica sob a jurisdição dos estados a aplicação da lei em qualquer outra relação trabalhista. Entretanto, a expansão do raio de ação da federação por meio da aplicação das leis trabalhistas estende-se em 1933 às relações trabalhistas na indústria têxtil, em 1934 à indústria cinematográfica e, finalmente, em 1935 às relações trabalhistas na indústria elétrica.<sup>211</sup>

<sup>210</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 463-464.

<sup>211</sup> HERNÁNDEZ CHÁVEZ, 1996, p. 284-285.

O governo de Emilio Portes Gil sofreria os efeitos iniciais da crise econômica mundial de 1929, com a queda brusca na taxa de crescimento da economia mexicana, passando de 5,8 em 1928 para apenas 0,5 por cento no ano de 1930, puxada pela redução das exportações que afetou setores como o petroleiro, mineiro e de agricultura de exportação. Uma das consequências desta redução das exportações foi a queda na arrecadação do governo federal, que vendo o orçamento em uma situação crítica, achou-se na necessidade de interromper o pagamento de suas dívidas. Enfim,

em 1930, o México assistia impotente ao encolhimento do mercado para as suas exportações. A queda agravou-se pelo fato de que 1929 e 1930 foram não ruins para a produção agrícola. A convergência destes fatores complicou as coisas. Boa parte dos impostos cobrados vinha das exportações e o governo federal teve as suas receitas reduzidas. O governo não podia fazer muita coisa para evitar o fechamento de minas e o desemprego, mas não interrompeu o seu programa de construção de estradas e barragens, que prosseguiu em um ritmo ligeiramente menor. A burocracia viu os seus salários reduzidos durante algum tempo e a dívida externa estava mais longe do que nunca de ser paga. A falta de recursos e experiência com o fenômeno impediu os governos federal e estaduais de fazerem algo substancial para criar empregos para os trabalhadores demitidos e os milhares de mexicanos repatriados dos Estados Unidos: os programas de obras públicas e a abertura de novos centros agrícolas eram mínimos.<sup>212</sup>

Em 5 de fevereiro de 1930, assumiu a Presidência da República Pascual Ortiz Rubio, defrontando-se, de imediato, com um país assolado pela crise econômica gerada pela depressão de 1929. A economia mexicana teve taxas de crescimento negativas entre 1930 e 1932, empurrada para baixo pela redução das exportações, principalmente, de petróleo e minerais, que eram duas importantes fontes de divisas estrangeiras. Diante de tal fato que reduzia sucessivamente a arrecadação do governo, criando problema para o orçamento mexicano, Ortiz Rubio manteve a posição de Emilio Portes Gil de não pagar as dívidas do México, sem demonstrar o menor interesse em negociar com o Comitê Internacional de Banqueiros. Além disso, uma única taxa apresenta-se em crescimento nessa época, que era o número de desempregados. Em 1932, estima-se que havia 339 mil pessoas desempregadas no México. Um exemplo de como a crise econômica atingiu em cheio a classe trabalhadora pode ser dado pelo setor da mineração, no qual “apenas metade dos 90 mil mineiros que estavam trabalhando em 1927 ainda permaneciam empregados em 1932, e muitos deles tiveram que aceitar cortes salariais, reduções da jornada de trabalho, ou ambos”.<sup>213</sup>

Os sindicatos e as centrais sindicais puderam fazer muito pouco pelos operários diante dessas circunstâncias, uma vez que após a crise da CROM, nenhuma organização

<sup>212</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 140-141.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 165.

sindical foi capaz de substituí-la em importância. Por conseguinte, o movimento operário encontrava-se disperso e enfraquecido. Em uma tentativa de aliviar a situação do operariado, em 1931, foi promulgada a Lei Federal do Trabalho. Esta lei que

regulamenta o artigo 123 constitucional. Aceitava-se a existência do contrato coletivo, proibia-se o fechamento dos centros de trabalho pelos patrões e se restringia o seu direito a suspender operações e despedir empregados. Estabeleceu-se também a formação das juntas de conciliação e arbitragem por meio das quais o governo pode intervir na solução dos conflitos trabalhistas. Esta legislação, que acentuou o poder do Estado sobre os operários, estaria vigente até julho de 1936, quando foi modificada pelo governo cardenista.<sup>214</sup>

Benefícios iguais não foram concedidos pelo congresso de Pascual Ortiz Rubio às massas camponesas. Apesar de que no programa do PNR, partido pelo qual se elegeu o presidente da República, constava uma declaração de princípios que estabelecia o cumprimento do artigo 27 constitucional e da lei de 6 de janeiro de 1915 e, conseqüentemente, a melhoria da vida dos *ejidos*, do desenvolvimento de uma política de irrigação e do fácil acesso ao crédito, o governo acabou restringindo a sua ação no que diz respeito à política agrária. Isto pode ser demonstrado pelo fato de que “Pascual Ortiz Rubio em pouco mais de dois anos e meio de Presidência da República só distribuiu um milhão e meio de hectares”.<sup>215</sup> Certamente, tal posição deveu-se à determinação vinda do Chefe Máximo da Revolução, Plutarco Elías Calles, de que a reforma agrária poderia ser dada como concluída.

Aliás, tratando-se de política agrária, em 1932, Andrés Molina Enríquez iniciou a publicação da obra *Esbozo de la historia de los primeros diez años de la revolución agraria de México*, cujo quinto e último tomo apareceu em 1936. Apesar do título, esta obra é uma análise histórica e sociológica que engloba desde as antigas culturas do Oriente e do Ocidente, passando pelas relações internacionais de princípios do século XX sob a hegemonia inglesa até chegar na Revolução Mexicana e no agrarismo.

O maior desafio à governabilidade provinha da interferência de Plutarco Elías Calles nas decisões do governo de Pascual Ortiz Rubio. Esta interferência levaria a um clima de hostilidade com Calles e diante de inviabilidade de Ortiz Rubio tomar as suas próprias decisões, decidiu renunciar em 2 de setembro de 1932. Na realidade, não haveria como Pascual Ortiz Rubio governar com independência de Plutarco Elías Calles, uma vez que venceu a eleição presidencial não por prestígio e poder próprios, mas devido à interferência

<sup>214</sup> MEYER, 1977, p. 144.

<sup>215</sup> Ibidem, p. 129.

do caudilho sonorense que utilizava do Partido Nacional Revolucionário para construir a sua plataforma de governo em seu benefício. Para isto, contava com o apoio de facções revolucionárias, obtido com o controle sobre o Congresso Nacional, o PNR e os governadores dos estados. Assim, quando Calles determinou aos seus seguidores que não aceitassem nenhum dos cargos administrativos vagos no governo federal, a situação tornou-se insustentável para o presidente da República. Portanto,

encontramo-nos em presença de um Poder Executivo federal débil com poderes limitados a funções de caráter administrativo-econômico e subordinados a um chefe máximo – o ex-presidente Plutarco Elías Calles – com amplos poderes informais. Foram esta dualidade de poderes federais e a escassa interação do centro com as entidades federativas as que se tratou de superar por meio da criação do partido do Estado, o Partido Nacional Revolucionário (PNR), fundado como uma confederação de partidos regionais vinculados à federação. Com o PNR o governo federal conseguiu fraturar efetivamente o poder dos governadores que bloqueavam o seu acesso direto aos cidadãos e aos grupos sociais nos estados. Visto assim, o partido foi o mecanismo político de federação capaz não só de limitar o poder dos governadores, mas também de dar novos brios econômico-administrativos à República. O partido enfatiza a dualidade do poder na medida em que ele concentra as áreas políticas e o presidente da República e o seu governo funções primordialmente econômico-administrativas.<sup>216</sup>

O novo presidente da República, que ocuparia de forma provisória o cargo até 1º de dezembro de 1934, foi designado por unanimidade pelo Congresso Nacional sob pressão de Plutarco Elías Calles. Tratava-se de Abelardo Rodríguez, empresário e general sonorense, que nomeou Andrés Molina Enríquez como membro da Comissão Consultiva do Departamento de *Población* da Secretaria de Agricultura, função que o intelectual exerceu até 1936.

Diferentemente de Pascual Ortiz Rubio, Abelardo Rodríguez evitou divergências com Plutarco Elías Calles, buscando, pelo contrário, desde o início de seu mandato, um acordo com o chefe máximo, no qual o presidente cuidava do funcionamento correto da administração pública, enquanto que Calles ficava responsável pelas decisões políticas. Os únicos momentos difíceis do governo de Abelardo Rodríguez foram dois. O primeiro ocorreu quando o governo desentendeu-se com a Igreja em sua tentativa de implantação de uma “escola socialista” como uma maneira de interferir na formação dos estudantes. O objetivo principal era retirar do domínio da Igreja um importante instrumento formador das consciências, fazendo com que o ensino ao se tornar laico despertasse nos mexicanos valores diferentes que os pregados pela religiosidade e que estavam relacionados com o tradicional, o atraso e a época colonial. No lugar destes valores apareceriam outros

<sup>216</sup> HERNÁNDEZ CHÁVEZ, 1996, p. 282-283.

como a separação entre Estado e Igreja, o respeito às ordens e instituições estatais, a nacionalidade, o bem-geral da coletividade e etc. Enfim,

o novo conflito com a Igreja e os católicos em geral teve a sua origem na decisão de impor a chamada “educação socialista”, cuja finalidade explícita era nada menos que mudar a mentalidade tradicional da maioria dos mexicanos para dar um golpe de misericórdia no prestígio secular da Igreja.<sup>217</sup>

O outro momento difícil aconteceu na indicação do candidato do PNR para as eleições de 1934. As facções que compunham o partido acabaram dividindo-se em torno dos nomes do general Manuel Pérez Treviño, presidente do PNR, e do general Lázaro Cárdenas, ex-governador de Michoacán e ministro da Guerra e da Marinha. Por contar com um apoio considerável dentro do Exército por ser mais militar no sentido de atuar mais nos campos de batalha e do movimento agrarista pela reforma agrária que realizou quando foi governador de Michoacán, Plutarco Elías Calles decidiu pela candidatura de Cárdenas em junho de 1933. Ainda que inconformado com a decisão do chefe máximo, Manuel Pérez Treviño acatou-a, retirando-se da disputa e dirigindo a campanha de Lázaro Cárdenas. Com a decisão do chefe máximo, o PNR elaborou um programa de metas a serem adotadas pelo futuro governo de Cárdenas, conhecido como Plano Sexenal. Na realidade, era um programa que buscava reverter a situação de abalo nas estruturas produtivas do país causada pela crise de 1929. Desse modo, foi

uma declaração de princípio, fortemente matizada por um espírito nacionalista e contrário ao grande capital internacional. A crise do capitalismo mundial, dizia o plano, ainda não havia acabado e poderia piorar ou se repetir. Antecipando isto, e para defender o interesse nacional mexicano, o Estado precisava ganhar maior ingerência na economia, não deixá-lo à mercê da oferta e da procura e promover o controle nacional sobre as grandes indústrias exportadoras.<sup>218</sup>

Entretanto, por causa de seu radicalismo, este programa parecia não ter possibilidade de ser colocado em prática diante das reais posições e ações do Estado mexicano até esse momento.

#### 4.2.3 A presença das ideias de Andrés Molina Enríquez no Cardenismo (1934-1940)

O período de 1934 a 1940 ficou conhecido na historiografia mexicana como Cardenismo em referência à Presidência da República de Lázaro Cárdenas. O seu governo teve como plataforma política o Plano Sexenal, elaborado pelo Partido Nacional

<sup>217</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 131-132.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 142.



Revolucionário em 1933, lançando Cárdenas como candidato oficial. Este plano foi decorrência dos efeitos causados no México pela crise mundial de 1929, afetando, principalmente, as classes mais pobres, ou seja, os operários e os camponeses. Isto repercutiu em um certo afastamento destas classes da base de apoio do Maximato, tendência que foi ainda mais acentuada devido às insatisfações causadas por um posicionamento oficial mais para a direita e, conseqüentemente, para a irrealização de certas demandas sociais, piorando mais ainda a situação socioeconômica dos operários e camponeses.

Percebendo essa realidade, o PNR, sob o controle de Plutarco Elías Calles, lançou as diretrizes de um programa do futuro governo que, a princípio, pelo menos na teoria, respondessem às necessidades do momento. O Plano Sexenal apresentava como metas uma maior intervenção estatal nas relações de produção, nas forças produtivas e na acumulação de capital como forma de organizar e desenvolver a economia nacional, a redução da dependência externa e uma maior autonomia da economia mexicana e a aplicação da legislação já existente referente às relações de produção para atender, sobretudo, às demandas do operariado e campesinato.

Na perspectiva de Lázaro Cárdenas, não se deve trair aos ideais dos veteranos da Revolução Mexicana que participaram das ações revolucionárias em prol do sacrifício, desinteresse pessoal e patriotismo, resumindo nos princípios jurídicos da Constituição de 1917 a aspiração da construção de uma sociedade mais justa e de um Estado que, colocando-se acima dos interesses particulares, atendesse ao conjunto de aspirações populares em benefício dos interesses gerais do país. Contudo, a realidade nacional vivida por estes veteranos era diversa do contexto mexicano da década de 1930, o que implicava em não aprisionar aqueles ideais em marcos rígidos como se o momento histórico e as transformações pelas quais passaram o México desde então não exigissem que as novas gerações de dirigentes herdeiros da ação revolucionária de 1910 fizessem uma contínua releitura das ideias presentes como orientação prática na Constituição de 1917. Para Cárdenas, os ideais da Revolução Mexicana não são patrimônio de um grupo ou uma geração e devem adaptar-se às novas realidades que vão surgindo a partir do contínuo movimento de transformação e evolução pelo qual a sociedade mexicana passa. Portanto, os dirigentes do país devem ter em mente que os problemas nacionais de uma época são resolvidos com programas de governo e políticas de Estado que se baseiam no conhecimento das necessidades e aspirações de cada realidade e momento histórico específicos. Segundo as próprias palavras de Lázaro Cárdenas em discurso de 1933, o Plano Sexenal revelaria o processo de renovação e adaptação dos ideais da revolução às circunstâncias históricas do momento, pois,

tendo partido juntos de um mesmo ponto, os protagonistas do movimento revolucionário têm seguido, no decorrer do tempo, trajetórias diversas. E cada qual tem chegado a atuar em conformidade com os vínculos, os compromissos e as afinidades que foi adquirindo. Sem menosprezar o mérito das ações revolucionárias que os veteranos realizaram com notório sacrifício, desinteresse e patriotismo, deve, todavia, advertir-se que eles não devem ofuscar o brilho de sua própria obra pretendendo aprisioná-la em marcos rígidos, evitando que se aperfeiçoe por sua própria dinâmica. Têm surgindo novas gerações às quais não se deve submeter a um quadro de doutrinas atrasado, uma vez que elas constituem a substituição das que lutaram; são herdeiras de seus esforços e têm a responsabilidade de manter e desenvolver no porvir a ação revolucionária. As ideias não são patrimônio de um grupo, têm natureza inacabada e vivem em permanente evolução. E, por outro lado, as novas gerações, pela ação das anteriores, têm perspectivas mais amplas. É insensato atribuir ao Estado e aos seus dirigentes a intenção suicida de introduzir no México práticas que contrariem com o que de genuíno e nacional tem a Revolução. O que acontece é que não se tem recorrido a conceitos anacrônicos para interpretar o espírito de nossas leis.<sup>219</sup>

Andrés Molina Enríquez, um dos veteranos da Revolução Mexicana como dizia Lázaro Cárdenas e um dos mentores intelectuais dos diversos princípios jurídicos presentes na Constituição de 1917, pregava já em *Los grandes problemas nacionales* a necessidade de que os governantes elaborassem uma política nacional fundamentada no conhecimento dos problemas e no estudo de possíveis iniciativas de Estado a partir da análise das especificidades da realidade mexicana em dadas circunstâncias históricas. Dessa maneira, o sucesso de uma política nacional depende da busca de soluções para os problemas do país na realidade nacional com a qual os governantes deparam-se. Em outras palavras, cada época e cada nação têm as suas peculiaridades e seria pela observância delas que os governantes conseguiriam chegar a uma política capaz de constituir um quadro de organização nacional e consolidar a nacionalidade mexicana. Por causa disto é que o autor afirma que “no estudo de qualquer problema que afete a vida de uma nação, serão sempre de interesse primordial os dados que ofereça o território que ela ocupe. O estudo, pois, dos principais problemas de nosso país, requer o dos dados que ofereça o território nacional”.<sup>220</sup>

Lázaro Cárdenas fazia parte da nova geração oriunda da revolução, que, no período combativo, estava subordinada à primeira geração de generais revolucionários entre 1910 e 1915. Em 1934, a nova geração estava, em sua maioria, por volta dos quarenta anos de idade, isto é, eram indivíduos que se encontravam na etapa mais produtiva de suas vidas. O próprio Cárdenas entrou na revolução em 1913, aderindo ao grupo militar sonorenses em 1915. Isto possibilitou o seu contato com Plutarco Elías Calles, a quem ficou subordinado e do qual ganhou a confiança e simpatia a partir de então.

<sup>219</sup> CÁRDENAS, 1933 apud VILLEGAS, 1984, p. 107-108.

<sup>220</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 73-74.

Um momento decisivo para selar a confiança de Plutarco Elías Calles em Lázaro Cárdenas ocorreu na rebelião escobarista de 1929, quando os generais Gonzalo Escobar, Francisco R. Manzo, Roberto Cruz, Jesús M. Aguirre, Francisco Urbalejo, Marcelo Caraveo e os seus seguidores decidiram levantar armas contra o Maximato. O apoio de Cárdenas ao governo de Emilio Portes Gil e a Calles foi importante para o desfecho dos acontecimentos, uma vez que, sendo general, comandou as tropas legais na coluna do Nordeste do país. Daí que ao ser candidato oficial do PNR em 1933, Lázaro Cárdenas já contasse com um espaço importante e uma boa reputação dentro do Exército. Até então havia participado de 24 ações militares e comandado operações de diversas unidades do Exército.

A simpatia de uma boa parte dos militares e a amizade antiga com Plutarco Elías Calles foram pontos decisivos para a escolha do Chefe Máximo da Revolução pela candidatura de Lázaro Cárdenas. O relacionamento entre Calles e Cárdenas aparentava ser tão bom que não se esperava grandes mudanças no rumo do país e na política do Maximato, isto é, “Cárdenas, homem sagaz, de férrea vontade, bem intencionado, de convicções sinceras e de um dinamismo extraordinário, não desenvolve logo política alguma que pareça modificar substancialmente a seguida por seus antecessores sob os auspícios do Maximato”.<sup>221</sup>

Entretanto, por trás das aparências escondia-se o desejo de Lázaro Cárdenas de se emancipar da tutela do chefe máximo e realizar uma política própria. Para isto, o novo presidente da República buscou ampliar sistematicamente a base de apoio ao seu governo desde o princípio de seu mandato. Inicialmente, Cárdenas apenas contava com o apoio de uma parcela considerável do Exército que, porém, não era confiável, pois, sabia-se que ela não hesitaria em recorrer às armas quando se visse diante da necessidade de pressionar o Poder Executivo federal para atender os seus interesses e os de Plutarco Elías Calles. Para reverter este quadro, Lázaro Cárdenas iniciou uma tática de substituir os comandos militares por outros provenientes de grupos que foram esquecidos durante o predomínio dos sonorenses, como por exemplo, os carrancistas, zapatistas e villistas. Dessa maneira,

bom conhecedor das discórdias que existiam entre os generais, Cárdenas levou a cabo uma política para conseguir o equilíbrio dos diferentes grupos nos postos de comando, militares e políticos. A sua tática essencial consistiu em reincorporar à política um grupo de muito prestígio militar e político que estava afastado, o carrancista, e em estender, ademais, consideráveis faculdades políticas ao grupo veracruzano, em sua maioria também carrancista; deu também vez a outros

<sup>221</sup> VERA ESTAÑOL, Jorge. **Revolución Mexicana**: orígenes y resultados. 2. ed. México: Porrúa, 1967, p. 652.

pequenos grupos, como os zapatistas e villistas, e a certos amigos pessoais. Todos, por diferentes razões, eram antiobregonistas ou anticallistas e durante um período ou outro se tinham visto em cargos menores ou excluídos decididamente da vida pública.<sup>222</sup>

Além disso, Lázaro Cárdenas precisou fortalecer a sua base de apoio com a colaboração do operariado e do campesinato. Todavia, isto não foi uma tarefa fácil. De um lado, o movimento operário encontrava-se desarticulado desde o desmoronamento da CROM. O governo e os patrões atuavam no sentido de combater as lutas sindicais, o que criava entre o operariado um repúdio à colaboração com o governo. Do outro, a dispersão dos camponeses ocasionada pelas diferenças de interesses impedia a sua constituição como força nacional capaz de formar um bloco de sustentação do governo e pressão para a realização de suas demandas.

De modo a ganhar o apoio do operariado e do campesinato, Lázaro Cárdenas desenvolveu uma tática de crescimento e fortalecimento dos sindicatos e das comunidades agrárias e cooperativistas. Estas agrupações, ao se sentirem mais fortes devido à conivência da administração cardenista, iniciaram uma luta aberta contra o capital e passaram a se simpatizar com o governo. Com relação ao operariado, buscou-se o fortalecimento da união entre o movimento operário organizado e o governo. Isto foi possível porque, na perspectiva de Cárdenas, era necessário o reconhecimento da luta de classes como um fenômeno que faria parte do sistema de produção e, portanto, nada mais óbvio do que a promoção da sindicalização como uma maneira de se garantir a representação das demandas da classe operária. Enquanto Plutarco Elías Calles declarava-se contrário à greve e ao movimento operário em 1935, Lázaro Cárdenas justificava a greve como uma arma legítima empregada pelos operários para possibilitar o equilíbrio entre os fatores de produção. Desse modo, nada mais justo do que o Estado apoiar as demandas dos operários sempre que ele não perdesse de vista o controle sobre o processo conflitivo entre patrões e empregados. No que se refere ao campesinato, enquanto Calles insistia, em 1935, em seu posicionamento contrário à continuidade da reforma agrária por afetar a economia mexicana, Cárdenas não somente deixava claro o seu propósito de não adotar uma postura conservadora em relação ao problema agrário, mas de resolvê-lo levando adiante ações como o parcelamento do latifúndio e o respeito à pequena propriedade. Daí que, a partir de 1935, assistiu-se a um processo de aceleração da divisão de terras, além do crédito e da ajuda técnica ao *ejido*.

---

<sup>222</sup> HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. **Historia de la Revolución Mexicana (período 1934-1940). La mecánica cardenista**. México: El Colegio de México, 1979, v. 16, p. 91.

Com esta atitude de buscar o apoio do operariado e do campesinato ao seu governo, Lázaro Cárdenas desejava inserir estes setores sociais em seu projeto de política nacional por meio do reconhecimento das demandas deles como um passo fundamental para o sucesso das medidas a serem implantadas ao longo de seu mandato presidencial. Na realidade, Cárdenas queria que o operariado e o campesinato deixassem de enxergar no Estado um obstáculo à realização de suas demandas e passassem a perceber na política nacional um meio de encaminhamento e representação de seus interesses junto ao poder estatal. Sem o apoio à política nacional objetivando a organização e o desenvolvimento do país, nenhum dos setores sociais conseguiria a concretização de suas demandas, pois, apenas o Estado, enquanto um órgão capaz de se colocar acima dos interesses particulares de indivíduos ou grupos sociais, seria capaz de harmonizar todos os setores da sociedade, fazendo-os convergir dentro da ordem necessária para a organização nacional em direção ao apoio às iniciativas estatais na certeza de que nelas consta a realização de seus anseios sem a intenção de privilegiar qualquer grupo social, mas sim de beneficiar a toda coletividade. Ao beneficiar à coletividade, sem distinções, o Estado põe fim a um clima de desordem social, fazendo com que cada setor social cumpra o seu papel dentro da sociedade, contribuindo-se, assim, para a constituição de uma unidade nacional sob a coordenação e direção do poder estatal. A este tipo de política nacional colocado em prática pelo governo de Lázaro Cárdenas, Andrés Molina Enríquez havia denominado de política orgânica ou integral. Portanto, a política nacional do governo de Lázaro Cárdenas não surgiu apenas da necessidade do momento histórico de se desvencilhar do Maximato e das interferências políticas de Plutarco Elías Calles e de se ampliar a base de apoio ao presidente da República com esta finalidade, mas tem as suas origens remetidas ao pensamento sociológico de Andrés Molina Enríquez, que foi um grande intelectual da Revolução Mexicana que propôs a política orgânica ou integral como forma de se superar a política excludente e incapaz de implantar a unidade nacional da ordem liberal-oligárquica do Porfiriato. Isto fica nítido ao se confrontar o discurso de Lázaro Cárdenas a respeito da política nacional de seu governo com a definição de política orgânica ou integral presente na produção intelectual de Andrés Molina Enríquez. Na concepção cardenista

o governo tem que expressar os interesses de toda a nação, inclusive os dos patrões ou empresários. O que tem ocorrido com os governos tirânicos é que somente têm expressado os interesses das classes dominantes. Contudo, todas as classes sociais não possuem mais que visões parciais dos problemas nacionais. O governo é o árbitro e o regulador da vida social. Somente o Estado tem um interesse geral e, por isso, só ele tem uma visão de conjunto. A intervenção do Estado tem que ser cada vez maior, cada vez mais frequente e cada vez mais profunda. As agitações provêm da existência de aspirações e necessidades justas das massas trabalhadoras que não se satisfazem e da falta de cumprimento das leis de trabalho, que dá material de

agitação. Trata-se de uma luta social que se ajusta aos termos da lei e que não alarma ao país e nem ao governo porque todos sabemos que o objetivo dos trabalhadores reduz-se a conseguir as conquistas que são compatíveis com a capacidade produtiva e financeira das empresas. E tanto os trabalhadores como os patrões têm direito a se organizar para participar na política nacional.<sup>223</sup>

Assim como na perspectiva cardenista, Andrés Molina Enríquez defendia o papel do Estado na direção da sociedade nacional como um princípio fundamental para a constituição da organização do país. Propôs uma centralização do poder, pois, somente um Estado com um governo central forte e acima de interesses particulares seria capaz de impedir a degeneração da sociedade nacional devido à inexistência de uma integração e atuação harmônica dos vários setores sociais. A superação de uma situação de conflito endêmico por causa da falta de cooperação entre as unidades sociais implicaria na implantação de uma política orgânica ou integral por parte do Estado que trouxesse todos os setores sociais para uma participação na política nacional, garantindo-se, assim, a representação e o atendimento de suas demandas diante do poder estatal. Por outro lado, em contrapartida, os diferentes grupos sociais apoiariam as ações do Estado enquanto representante do bem-geral da coletividade, criando-se, desse modo, as condições para a construção da unidade nacional. Em outras palavras, ao Estado caberia criar uma unidade nacional em torno de sua política nacional que garantiria a organização, o progresso e a própria sobrevivência da nação. Esta unidade nacional somente surgiria com a conscientização por parte da população de que o seu bem-estar dependeria do bem-geral da nação, exercendo cada setor social a função que lhe competiria dentro da sociedade e em harmonia com os demais em um clima de ordem, o que implicaria em uma política nacional de atendimento das demandas não apenas de certos grupos sociais, mas da maior parcela possível, de membros da sociedade. Segundo Arnaldo Córdova no *Prólogo* da obra *Los grandes problemas nacionales*, Andrés Molina Enríquez concebia a política orgânica ou integral a partir da perspectiva de que

os piores males para a sociedade mexicana derivavam-se de erros que os governantes tinham cometido ao longo da história independente do país, erros que tinham propiciado que no México se impusesse, no final das contas, a lei da selva, preconizada como princípio motor da vida social. Molina dá um grande peso às decisões políticas e, em geral, à intervenção do Estado na vida social. Molina não acreditava que na vida da sociedade devia governar a lei do mais forte. A ação que o Estado devia desenvolver na sociedade não estaria encaminhada a favorecer o benefício dos mais fortes, dos possuidores da riqueza e da cultura. Em outras palavras: a política não devia estar a serviço da natureza, isto é, da lei da selva. Pelo contrário, Molina considerava que a política podia submeter a natureza ou, pelo menos, dirigi-la, mas, de qualquer forma, colocar-se acima dela.<sup>224</sup>

<sup>223</sup> CÁRDENAS, 1936 apud VILLEGAS, 1984, p. 108-109.

<sup>224</sup> CÓRDOVA, 1978, p. 45-46.

A posição política de Lázaro Cárdenas levou a tensões entre o grupo governante, uma vez que o gabinete cardenista era formado em sua maioria por membros que eram seguidores de Plutarco Elías Calles e não concordavam com as ideias do presidente da República, como por exemplo, Tomás Garrido Canabal, na Secretaria da Agricultura, Rodolfo Elías Calles, na de Comunicações e Obras Públicas, Juan de Díos Bojórquez, na de Interior, Emilio Pontes Gil, na de Relações Exteriores, e outros. Além disso, o clima de tensão estendeu-se também ao Congresso Nacional com a formação de duas alas políticas, uma constituída por uma minoria que se identificava com as ideias de Cárdenas e outra que era majoritária e callista.

A reação de Plutarco Elías Calles ao clima político agitado que pairava sobre o país veio inicialmente em dezembro de 1934, quando protestou contra a agitação desnecessária. Em junho de 1935, fazendo uma advertência velada ao governo, o chefe máximo fez uma série de declarações na imprensa condenando as divisões no Congresso Nacional e o radicalismo que tomava conta do país.

Lázaro Cárdenas reagiu imediatamente. Em primeiro lugar, pressionou os governadores por meio de representantes pessoais para que o apoiassem. Depois, publicou uma réplica às declarações de Plutarco Elías Calles. E finalmente pediu a renúncia de todos os membros de seu gabinete e do presidente do PNR. Diante desta demonstração de poder, a ala governista no Congresso Nacional aumentou consideravelmente. Por outro lado, vendo-se enfraquecido em seu poder, Calles deixou o país em dezembro de 1935. Em abril de 1936, foi acusado pelas autoridades de esconder armas e obrigado a um exílio de uma década. Era o fim do Maximato e o início de um novo período institucional no qual o presidente da República assumia o controle do sistema político mexicano. Paralelamente, houve o expurgo de callistas do PNR, do Congresso Nacional e dos governos estaduais. Portanto,

a eleição de Cárdenas esteve seguida pela primeira revolução pacífica na história do México. Calles descobriu que não somente tinha proporcionado à ala esquerdista uma cabeça nominal, mas um verdadeiro caudilho. Cárdenas resultou ser não somente um homem íntegro, mas também um político notavelmente hábil. Ainda antes de sua eleição tinha provocado as suspeitas do chefe máximo. Era um costume que os candidatos presidenciais mexicanos demonstrassem o seu respeito ao “sufrágio efetivo” percorrendo o país e pronunciando discursos, mas Cárdenas conduziu a sua campanha como se estivesse na realidade disputando seriamente as eleições. Viajou ao longo de vinte e cinco mil quilômetros, conhecendo pessoalmente a uma proporção muito mais ampla do povo mexicano que qualquer outro presidente anterior. Depois de tomar posse, imediatamente demonstrou que se propunha levar a sério aquelas declarações públicas revolucionárias que ainda eram correntes nos círculos oficiais. Começou a fechar as casas de jogos ilegais, a maioria

das quais eram propriedades de ricos callistas, assim como a promover com grande vigor o programa agrário e, quando na primavera de 1935, houve uma onda de greves, expressou a sua simpatia para com elas.<sup>225</sup>

Com a derrocada de Plutarco Elías Calles e do Maximato, Lázaro Cárdenas precisou ainda mais do que antes dos setores populares para fortalecer o seu governo. Para isto, necessitava que os operários e os camponeses estivessem organizados para que as suas demandas se fizessem realizar dentro dos limites da ordem imposta pelo Estado e o seu apoio ao governo fosse mais reforçado. No que se refere aos operários, Cárdenas procurou atender às suas demandas mediante o cumprimento do artigo 123 da Constituição de 1917 e da Lei Federal do Trabalho de 1931, que eram as normas jurídicas que estabeleciam os direitos do operariado. A forma como os operários poderiam buscar a garantia de seus direitos seria por meio da greve, um instrumento de pressão considerado legítimo pelo governo de Lázaro Cárdenas para a conquista de melhores condições de existência por parte dos trabalhadores. Somente em 1936, houve 674 greves envolvendo 113.885 operários. Entretanto, na perspectiva cardenista, quanto mais fortalecido fosse o setor operário, maiores seriam as possibilidades de ver as suas demandas realizadas e mais ampla seria a base de apoio ao governo. Neste sentido, Cárdenas criou as condições para a unificação do movimento operário com o surgimento da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM) em fevereiro de 1936. Na concepção trabalhista de Lázaro Cárdenas, os trabalhadores mexicanos precisavam constituir-se em um verdadeiro grupo social com uma autêntica organização de classe para

participarem na luta social. Outorgar tratamento igual a duas partes desiguais não é compartilhar justiça e nem trabalhar com igualdade. A causa das agitações sociais não está na existência de núcleos comunistas. Estes formam minorias sem influência nos destinos do país. A luta de classes não é o caminho para uma reestruturação socialista da sociedade, mas um meio para o reformismo, para impor um equilíbrio que implique uma relação mais justa entre os diferentes fatores da produção.<sup>226</sup>

Da mesma maneira que a concepção trabalhista do governo de Lázaro Cárdenas, Andrés Molina Enríquez não condenava os movimentos operários e nem as greves que ocorriam em princípios do século XX. Pelo contrário, o intelectual considerava as lutas do operariado por melhores condições de vida por meio de reivindicações por melhores salários e condições de trabalho como justas e não o resultado de estereis trabalhos de agitação social dirigidos por agitadores político de ofício. Se havia greves por todo o país, elas se deviam ao estado de extrema pobreza em que se encontravam os operários mexicanos. Na

<sup>225</sup> PARKES, Henry Bamford. **La historia de México**. Trad. Sylvia López de Sarmiento. México: Diana, 1982, p. 411.

<sup>226</sup> CÁRDENAS, 1936 apud VILLEGAS, 1984, p. 109.



época em que escreveu a obra *Los grandes problemas nacionales*, Andrés Molina Enríquez citava como causas do estado em que se via o operariado mexicano a situação de atraso da indústria nacional que, diante da falta de investimentos em seu setor de produção e na melhoria da qualidade de seus produtos em comparação com os artigos importados e da ausência de um maior mercado consumidor interno com a maioria da população vivendo na pobreza ou miséria, via-se na necessidade de recorrer a recursos artificiais para se evitar a falência como o protecionismo alfandegário e a redução dos salários dos trabalhadores; a superioridade da capacitação profissional dos estrangeiros em relação aos mexicanos, ocasionando que aqueles ocupassem as funções de chefia e os trabalhos que exigissem algum tipo de formação educacional, gerando-se, assim, desigualdades salariais entre a mão-de-obra nacional e a estrangeira em uma mesma empresa; e os preconceitos, dos quais eram vítimas os operários mexicanos, que levavam estes, mesmo exercendo os mesmos cargos que os trabalhadores estrangeiros em certos casos, a receberem salários muito inferiores, trabalharem em condições piores e terem uma carga horária de trabalho muito superior, devendo-se isto à despreocupação do poder estatal em criar leis que amparassem o operariado nacional. Desse modo,

o rebaixamento brusco e sem cálculo preciso do salário para os trabalhadores mexicanos frente aos estrangeiros tem produzido e produzirá de fato, por um lado, o resultado de tornar cada vez mais insuficiente o salário dos trabalhadores mexicanos e, por outro, o de criar entre os trabalhadores mexicanos e os estrangeiros um antagonismo de que são os melhores exemplos as últimas greves levadas a cabo pelos trabalhadores das ferrovias, pelos caldeiros de Monterrey, etc. O autor destas linhas teve oportunidade de saber com toda certeza que nas minas de **El Oro**, estado do México, declararam-se em greve os mineiros norte-americanos porque ganhavam um salário de oito pesos ao dia e queriam nove, e os diretores dessas minas conjuraram a crise empregando mineiros mexicanos; porém, qual não seria a dor destes ao ver que ao finalizar a semana não lhes pagaram oito pesos diários, mas quatro pesos ao dia porque eram mexicanos? Em tais condições, que são as efetivas dos operários, a capacidade de consumo do grupo que eles formam tem que ser muito reduzida.<sup>227</sup> (grifo do autor).

Com relação aos camponeses, a primeira medida foi incorporá-los plena e diretamente aos quadros do PNR. Em fins de 1936, o PNR já contava com dois milhões de camponeses. Contudo, passou-se imediatamente a enxergar a possibilidade de criação de uma organização camponesa nacional forte como uma forma de canalizar o apoio do amplo setor camponês. Antes mesmo do fim definitivo do callismo, Lázaro Cárdenas determinou a fundação da Confederação Nacional Camponesa (CNC) como a grande central do setor agrário em 9 de julho de 1935. O objetivo desta organização seria estimular o

<sup>227</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 315-317.

desenvolvimento do país por meio da aceleração do processo de reforma agrária. Portanto, a terra deveria estar nas mãos daqueles que efetivamente pudessem trabalhá-la por meio de uma política de socialização da terra, contando, para isto, com a cooperação do Estado. A criação da CNC acelerou a reforma agrária com a expropriação de quase 18 milhões de hectares até 1940. Enfim,

durante os primeiros meses da Presidência de Cárdenas a divisão ejidal aumentou notavelmente em relação ao ano anterior ainda que seguindo a tônica dos anos precedentes, isto é, sem afetar as terras mais ricas, as da agricultura comercial, mas distribuindo terras periféricas. Entretanto, por seus antecedentes agraristas e os discursos de sua campanha eleitoral, era um enigma para todo mundo o que propunha. Em julho de 1935, precisamente ao entrar em funções o novo gabinete, deu a ordem ao Partido Nacional Revolucionário (PNR) de formar uma comissão para iniciar os trabalhos da unificação camponesa, a futura Confederação Nacional Camponesa (CNC). No mesmo ano dividiu-se o Banco de Crédito Agrícola para pequenos e médios proprietários e o Banco de Agricultura para benefício dos ejidatários, que, em 1936, converter-se-ia, por sua vez, no Banco de Crédito Ejidal. Ao mesmo tempo, ao longo e ao largo do país celebravam-se congressos de unificação agrária dirigidos por Portes Gil. Em novembro, já para cumprir mais um ano na Presidência da República, Cárdenas deu luz verde à reforma agrária afirmando que o *ejido* seria a base da mesma, enquanto condenava publicamente a reforma agrária callista. A concepção cardenista do *ejido* era de uma ousadia e tinha um significado sem precedentes. Pela primeira vez declarava-se ilegal a estrutura agrária predominante e se tomava a decisão de entregar as fazendas aos camponeses mais pobres. Mais ainda, em suas mãos colocar-se-iam as terras melhores, as de cultivo. E para criar um grupo social forte e permanentemente, apoiar-lhes-ia com instituições creditícias e a organização política e agrícola adequada. Com o fim de torná-lo realidade, primeiramente se expropriou as zonas mais produtivas e, a partir destas zonas, rompeu-se a estrutura agrária que predominava. As zonas afetadas foram muitas. Desse modo, pelo procedimento da expropriação, o Estado converter-se-ia no proprietário das terras e o ejidatário em seu beneficiário.<sup>228</sup>

Para Lázaro Cárdenas, fazia-se necessário a implantação de uma política agrária que aumentasse a produção agrícola e, conseqüentemente, contribuísse para o desenvolvimento econômico. Entretanto, assim como pensou Andrés Molina Enríquez, o presidente do México enxergava como a possibilidade real para o sucesso desta política a intervenção estatal na estrutura agrária de modo a reverter um quadro em que a grande parcela das terras do país encontravam-se concentradas nas mãos de grandes proprietários que não utilizavam adequadamente os recursos naturais e nem cultivavam com técnicas modernas o solo para se aumentar a produção, mas apenas dedicavam-se, em geral, à monocultura para exportação baseada na exploração extensiva de suas terras com a exploração servil de trabalhadores rurais e o uso de técnicas rudimentares do solo, pois a preocupação destes fazendeiros era somente manter uma renda capaz de lhes garantir uma vida de luxúrias e vaidades nos centros urbanos. Dessa maneira, o desenvolvimento da agricultura implicava no

<sup>228</sup> HERNÁNDEZ CHÁVEZ, 1979, p. 173-174.

parcelamento das terras e em sua distribuição para pequenos produtores por meio de um amplo programa de reforma agrária, os quais se dedicariam plenamente ao cultivo do solo para a produção de variados gêneros e à exploração racional dos recursos naturais presentes nas propriedades para a sobrevivência deles e de suas famílias, vendendo-se o excedente da produção para o abastecimento do mercado interno. Paralelamente, o Estado contribuiria para a permanência dos pequenos produtores em suas parcelas de terras por meio de iniciativas como a concessão de créditos e um mecanismo de venda e compra dos gêneros que facilitasse o escoamento da produção. Em sua política agrária, Lázaro Cárdenas dava muita ênfase à formação de *ejidos* e isto fica claro quando afirmava que

em alguma época inicial da Revolução talvez se pôde considerar o *ejido* como suplemento do salário, insuficiente para garantir ao trabalhador a independência econômica que é o fundamento de todas as liberdades. Contudo, isto tem mudado, pois, os grupos de camponeses que chegarem a possuir pequenos lotes de terra, sem assistência técnica, sem crédito, sem organização, será fruto bem raquítico de tamanho sacrifício na luta. Ademais, isto poderá possibilitar ao fazendeiro diminuir mais os salários que já são raquíticos. Ao invés disto se propõe uma concepção ejidal de abertas perspectivas, concebido como regime social e sistema de produção agrícola responsável de prover a alimentação do país. Trata-se de uma instituição ejidal estável, permanente, que evite degenerar em latifúndio ou em minifúndio, aumenta a produção incrementando a riqueza pública já distribuída, elimine empréstimos usuários mediante um sistema de crédito institucional e a intermediação mercantil, que são maneiras indiretas de exploração do campesinato. Isto é o que mandam os preceitos constitucionais.<sup>229</sup>

Assim como para Lázaro Cárdenas, na perspectiva de Andrés Molina Enríquez seria fundamental uma mudança na estrutura fundiária do México sob a intervenção do Estado. Esta intervenção deveria ocorrer por meio de uma política agrária que incluísse medidas como a divisão das grandes propriedades que, na maioria dos casos, devido ao espírito aristocrático de seus proprietários que os determinam a possuí-las apenas por posição social e manutenção de uma renda fixa para uma vida de gastos fúteis com luxos nas cidades, encontrar-se-iam dedicadas à monocultura sustentada pela adoção de técnicas rudimentares de cultivo, pela exploração em larga extensão das terras e pelo uso de mão-de-obra em condições de servidão, a criação de instituições de crédito para o financiamento do cultivo de pequenos produtores e a aquisição de fazendas, um programa de irrigação de terras localizadas em regiões pouco produtivas e a educação do trabalhador rural para a adoção de técnicas modernas de manejo do solo e a utilização correta dos recursos naturais existentes nas propriedades. Para Andrés Molina Enríquez, tal política agrária somente se tornou possível de ser implantada graças ao artigo 27 da Constituição de 1917, sendo o próprio autor o seu

<sup>229</sup> CÁRDENAS, 1936 apud VILLEGAS, 1984, p. 108.

principal mentor intelectual. Explicando os preceitos constitucionais que Lázaro Cárdenas faria referência em seu discurso de 1936 sobre a sua concepção ejidal dentro da política agrária do seu governo, Andrés Molina Enríquez afirma no texto *El espíritu de la Constitución de Querétaro* (1922), que consta como anexo na obra *Los grandes problemas nacionales*, que

a Constituição de 1917 no artigo 27 abandonou o grupo de propriedade privada individual ao direito civil comum, se bem que impondo à dita propriedade as limitações de interesse social necessárias para o fracionamento dos latifúndios, para o desenvolvimento da pequena propriedade, para a criação de novos centros de povoamento agrícola, para o fomento da agricultura, para o cuidado dos elementos naturais e para a segurança da propriedade mesma contra os danos que pudessem sofrer em prejuízo da sociedade. No que diz respeito ao grupo da propriedade privada coletiva, a Constituição no mesmo artigo 27, reconheceu o fato real e palpante da existência das comunidades genericamente chamadas *pueblos* dentro da vida nacional e estabeleceu as bases de acordo com as quais poderão as comunidades de que se trata continuar a sua progressiva evolução. [...]. Muito especialmente tratando-se das reformas no artigo 27 para o acomodamento das comunidades genericamente chamadas *pueblos*, levou-se em conta que as expressadas comunidades para lutarem com os grandes proprietários estavam em tais condições de inferioridade que era indispensável que a ação oficial se fizesse sentir em seu favor para equilibrar as duas partes e poder conseguir resultados de plena justiça. Quando o artigo 27, em seu terceiro parágrafo, diz que para a execução das reformas agrícolas que enumera, ditar-se-ão as medidas necessárias, indica claramente que estas medidas são e têm que ser medidas de administração; e quando o artigo 11 transitório diz expressamente que a reforma agrária será colocada em vigor imediatamente, sem esperar a expedição das leis derivadas relativa, afirma a ideia de que a execução da referida reforma deve fazer-se efetiva do modo mais rápido, pela via das faculdades discricionais do Poder Executivo, que tem a seu cargo a administração.<sup>230</sup>

Nota-se uma presença forte do pensamento de Andrés Molina Enríquez no período em que Lázaro Cárdenas esteve na Presidência da República, sobretudo, por meio dos artigos 27, que aborda, entre outros pontos, a questão agrária, e 123, que trata dos direitos trabalhistas, e do princípio constitucional referente à ideia do Estado como o genuíno representante dos interesses gerais, tendo, por isso, plenos poderes para expropriar quaisquer bens em nome da utilidade pública e do bem-geral da coletividade, do qual se valeu Cárdenas para realizar a expropriação das ferrovias e dos campos petrolíferos. A marcante repercussão de seu ideário no governo cardenista de 1934 a 1940 fez com que Andrés Molina Enríquez demonstrasse uma profunda simpatia para com o presidente do México, o que não teve correspondência por parte deste, pois a única vez em que precisou de Lázaro Cárdenas para que autorizasse uma aposentadoria ao intelectual, teve o pedido negado pela burocracia do governo federal. Segundo Agustín Basave Benítez,

<sup>230</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 476-477.

os serviços de Molina Enríquez como pensador e lutador social tinham sido até certo ponto concretizados. Queria sem dúvida descansar o resto de seus dias. Contudo, a burocracia – esta à qual tanto serviu – não encontrou nele méritos suficientes para lhe outorgar uma aposentadoria. Próximo de completar 70 anos de idade (1938), em resposta a uma mensagem que dirigiu ao seu admirado Lázaro Cárdenas (e que seguramente nunca chegou nas mãos do presidente da República) solicitando uma pensão de 20 pesos diários similar à concedida a outros professores, Andrés recebeu com nove meses de atraso um ofício (nem sequer dirigido a ele) assinado por um funcionário do quarto escalão, no qual lhe informava com argumentos do caráter mais burocrático que o seu pedido não procedia. Mais sábio, o governador de sua terra natal acolheu-lhe como magistrado.<sup>231</sup>

Dessa maneira, entre 1938 e 1940, Andrés Molina Enríquez foi designado pelo governo do estado do México como magistrado no Tribunal dessa unidade da federação mexicana, além de ser professor de diversas cátedras no Instituto Científico e Literário da cidade de Toluca. Em 1º de agosto de 1940, Andrés Molina Enríquez veio a falecer em Toluca.

A plena organização do setor operário e camponês como duas bases de apoio ao governo somente ocorreu em 1938, quando se transformou o Partido Nacional Revolucionário (PNR) em Partido da Revolução Mexicana (PRM) e houve, conseqüentemente, a institucionalização das reivindicações populares. Diferentemente do que acontecia com o PNR, no PRM os membros do partido eram filiados não como indivíduos, mas como componentes de quatro setores organizados, ou seja, o operário, o camponês, o popular e o militar. Portanto, prevalecia um modelo corporativista que possibilitou um elo entre diversos setores sociais organizados, o partido e o Estado. Além disso, um aspecto importante a se ressaltar na estrutura do PRM era que se dava uma autonomia a cada uma das organizações que o compunham, mas com um total isolamento entre elas no sentido de que era impossível a entrada em uma organização de membros pertencentes à outra.

O PRM foi a forma encontrada por Lázaro Cárdenas de colocar em prática uma política orgânica ou integral, pois, por meio do partido, organizou-se diversos setores sociais sob a coordenação do Estado e, desse modo, fortaleceu-se a base de apoio importante para legitimar as ações do governo cardenista. A ideia da representação no partido de diversos setores organizados era criar um clima de convivência harmoniosa entre eles em prol do bem-geral da nação, apesar da existência de interesses específicos de cada setor social. Dessa maneira, garantia-se a participação da sociedade na política nacional de modo a cooperar em um projeto de organização nacional elaborado e colocado em prática pelo Estado objetivando o progresso e a consolidação da nacionalidade do México. Tratava-se

<sup>231</sup> BASAVE BENÍTEZ, 2002, p. 50.

da reorganização formal do PNR. A ideia havia sido colocada publicamente, pela primeira vez, no informe presidencial de 1936, mas até 18 de dezembro de 1937 não se deu nenhum peso concreto. Cárdenas tornou a se pronunciar a favor de que o poder refletisse fielmente a coalização de operários, camponeses, intelectuais e militares que apoiavam o regime da Revolução. As organizações que representavam estas forças foram consultadas e se lançou a convocatória para celebrar uma assembleia constituinte. No final de março de 1938, em meio à mobilização geral criada pela expropriação das companhias petrolíferas, transformou-se o PNR no Partido na Revolução Mexicana (PRM), surgido como uma coalização de setores: o setor camponês, representado inicialmente pelas ligas de comunidades agrárias e pela Confederação Camponesa Mexicana (CCM) e, depois da dissolução desta, pela Confederação Nacional Camponesa (CNC); o setor operário constituído pela Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), a Confederação Regional Operária Mexicana (CROM), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e os dois grandes sindicatos industriais filiados às centrais: o de mineiros e o de eletricitistas; o setor popular, que se identificou de imediato com a burocracia; e o setor militar, no qual foram incluídos, de fato, todos os membros das Forças Armadas. Foi um mecanismo de filiação indireto que permitiu ao novíssimo PRM contar de imediato com 4 milhões de membros, cifra nada desprezível no contexto de um país com pouco menos de 19 milhões de habitantes.<sup>232</sup>

A meta de progresso pensada pela política nacional cardenista tinha como um de seus pontos centrais o desenvolvimento da economia mexicana por meio da intervenção do Estado. Esta intervenção resultou no envolvimento direto na infraestrutura e na produção, o que pode ser observado nos gastos públicos com fins de desenvolvimento econômico em estradas, irrigação, crédito e outros, que, entre 1936 e 1937, chegaram a mais de 40% do total de despesas. Muitas vezes estas despesas não levaram em conta as receitas, superando-as e criando um quadro de déficit orçamentário, que se tentou resolver com um aumento na emissão de papel-moeda em circulação. O resultado foi um crescimento acentuado da inflação, cujas taxas atingiram o seu nível máximo no final do mandato de Lázaro Cárdenas com a crise do comércio exterior de 1938 e a diminuição da oferta de produtos agropecuários. A respeito destes dois fatores que levaram a economia mexicana a ficar estagnada entre 1938 e 1940, diferentemente do que aconteceu entre 1935 e 1937, quando o PIB cresceu em média 27 por cento, pode-se dizer que

a deterioração repentina da economia em 1938 foi o resultado direto da crise do petróleo. A expropriação dos campos petrolíferos daquele ano não somente afetou as exportações de combustíveis, mas também, devido à represália internacional, arrastou atrás de si as vendas de minerais e criou um clima de desconfiança que praticamente interrompeu as inversões em boa parte do setor privado da economia. O governo de Cárdenas levou a reforma agrária muito longe, mas a destruição do sistema de *haciendas* teve um efeito econômico negativo imediato e a produção agrícola comercial praticamente estancou-se em 1937. Em 1940, havia caído a níveis de cinco anos atrás. Com ligeiras variações, o mesmo aconteceu com a pecuária. O deprimente panorama rural foi agravado por condições climáticas adversas.<sup>233</sup>

<sup>232</sup> AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000, p. 198.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 177.

Outro ponto em comum entre a política nacional do governo de Lázaro Cárdenas e o pensamento de Andrés Molina Enríquez é a preocupação com a implantação de uma política econômica que por meio da intervenção estatal mais efetiva na economia possibilitasse a organização das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas internas. O objetivo central da política econômica adotada pelo Estado deveria ser a redução ao máximo possível da dependência externa, dando maior autonomia à economia nacional. Em outras palavras, consta tanto na política nacional de Cárdenas como no pensamento de Andrés Molina Enríquez a temática da importância da organização de uma economia interna sob a coordenação do Estado para a promoção do progresso de um país e a conservação das riquezas nacionais ao invés de simplesmente exportá-las em detrimento da soberania nacional. O grave problema que envolveria a ausência de uma organização da produção interna seria uma economia estruturada em um modelo exportador subordinado aos interesses das economias centrais e vulnerável às intempéries que pudessem atingir o sistema econômico mundial. Em troca de uma falsa prosperidade baseada em luxúrias que beneficiavam apenas uma parcela da população, principalmente, grupos oligárquicos que viviam da exploração de latifúndios dedicados à monocultura de exportação ou que se dedicavam à extração de recursos naturais como os minérios, as riquezas nacionais eram drenadas para o exterior sem deixar nada de substancial e produtivo em termos de capital que representasse um melhoramento material para o país.

A política econômica do Cardenismo foi caracterizada pela tentativa de se alcançar um desenvolvimento econômico do México por meio de reformas importantes em setores considerados estratégicos como o agrícola e o petrolífero, da afirmação de uma tendência à promoção de uma industrialização orientada para o mercado interno e da criação de instituições oficiais de apoio à política econômica do Estado. Esta política tinha como fundamento a concepção de que a intervenção estatal na economia nacional seria necessária para o estabelecimento de uma organização nacional que não deixasse a população jogada à própria sorte. Em carta dirigida ao presidente da Bolívia Paz Estenssoro em 1953, Cárdenas afirma que a sua política econômica concebia a reforma agrária e a industrialização como processos complementares, uma vez que

a liberação econômica do camponês redundaria em um aumento do consumo dos produtos industriais. A divisão da riqueza agrícola, a revolução agrária formava um mercado interno e, por isso, é preciso criar ao mesmo tempo os meios para que tal demanda de produtos satisfaça-se pela indústria mexicana. Todavia, trata-se da criação de uma indústria em função dos interesses dos consumidores e com capital nacional, não da criação de uma plutocracia dominante. A divisão popular da

riqueza, a vigorização do mercado interno é a condição para que qualquer país latino-americano possa incrementar firmemente a sua economia sem comprometer a sua soberania e até o seu destino histórico, quando para alcançar este objetivo, recorre-se a empréstimos estrangeiros que condicionam a realização de um programa social, lesionando seriamente os interesses nacionais.<sup>234</sup>

O pensamento de Andrés Molina Enríquez faz-se novamente presente na política nacional do Cardenismo por meio da preocupação deste intelectual com a organização das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas internas, pois somente assim se alcançaria a melhoria das condições de vida do homem com a distribuição da riqueza e a circulação comercial e monetária. O Estado deveria intervir na economia nacional no sentido de estimular uma produção que atendesse ao mercado interno, gerando uma circulação comercial e monetária que mantenha dentro dos limites nacionais o capital criado com a produção interna. A organização da economia nacional seria produto de uma política econômica do Estado que fosse capaz de impor uma diretriz à economia mexicana. Tal diretriz deveria ter como fim a defesa dos interesses nacionais e como meios um amplo programa de reforma agrária que desse o acesso à propriedade a pequenos produtores, que realmente seriam aqueles que produziram para o atendimento da demanda interna, e a valorização da industrialização substitutiva das exportações, diminuindo a dependência externa e aumentando o comércio e a circulação monetária dentro do país. A situação da economia mexicana não melhorava por causa de um fator primordial, que consistia nas más condições de vida de grande parcela da população, que poderia ser um potencial mercado consumidor da produção interna. Assim como Lázaro Cárdenas, Andrés Molina Enríquez percebia a reforma agrária e o desenvolvimento da indústria nacional como processos inseparáveis para o sucesso de uma política econômica voltada para o desenvolvimento do país, pois um amplo programa de reforma agrária daria aos camponeses as condições para permanecerem no campo, possuírem uma renda melhor e participarem do mercado consumidor de produtos industrializados nacionais. De acordo com o autor, tem escapado aos estadistas mexicanos a percepção de que

só excepcionalmente uma indústria qualquer poderá começar de um modo firme e normal por ser indústria de exportação, pois, pela regra geral, todas necessitam contar para serem viáveis antes que com o consumo externo que com o dos mercados internos; o que falta em nosso país à indústria em geral é consumo interno; e a torna precária e frágil a existência de nossa atual indústria é que pensa antes no consumo dos mercados estrangeiros que no consumo dos próprios [...]. É indubitável que muitas indústrias apenas nascidas têm chegado já a condições de crise mortal. A indústria do açúcar declarou de um modo preciso e terminante, não faz muito tempo, que não é negócio o investimento de capitais nela se ela não contava com o consumo

<sup>234</sup> CÁRDENAS, 1953 apud VILLEGAS, 1984, p. 111-112.



externo. A de fios e tecidos de algodão encontra-se em condições fatais. Três fatos recentes dão testemunho do estado que guarda: é o primeiro, o de que para a existência das fábricas que estão atualmente em trabalho, foi necessário unir umas e fechar outras, fazendo um trabalho de divisão artificial de lucros entre as que ficaram; é o segundo, o de que para manter estes, os fabricantes têm recorrido ao sistema de diminuição progressiva dos salários tão em uso nas fazendas, o qual tem dado lugar às greves gerais de recente memória; e é o terceiro, o de que a suspensão do trabalho nas fábricas, qualquer que tenha sido a duração das suspensões, não tem influenciado nos preços correntes dos tecidos, o qual indica uma grande acumulação de existências, acumulação que indica, por seu lado, uma indubitável limitação da demanda. Contudo, se houvesse quem duvidasse de que a produção das fábricas de fios e tecidos de algodão é limitada, não necessitará para perder toda dúvida mais que recordar que os plantadores de algodão têm muitas vezes que exportar uma parte de suas colheitas para os gastos de cultivo, e é seguro que não teriam que pensar sequer nesta exportação se a demanda das fábricas, sustentada pela demanda do consumo, tivesse podido manter os preços normais.<sup>235</sup>

O fato do governo de Lázaro Cárdenas levar a reforma agrária muito longe pode ser notado quando se analisa os números das quantidades de propriedades ejidais e dos hectares cultivados pelos ejidatários em 1930 e 1940. Estima-se que,

em 1930, as propriedades ejidais constituíam apenas 13 por cento das terras cultiváveis do México; por volta de 1940 esta porcentagem ascende a 47 por cento, quase a metade da população rural tinha acesso a terras ejidais. Em 1940, os ejidatários tinham ao redor de 7 milhões de hectares cultivados, enquanto que os proprietários privados só 6,8 milhões.<sup>236</sup>

Por causa da crescente participação na economia nacional dos setores industriais e de serviços no produto interno bruto e do lento crescimento da produção agrícola devido a que a reforma agrária reduziu o número de grandes propriedades que produziam gêneros de exportação em quantidades consideráveis, em 1940, as atividades primárias compuseram apenas 23,9 por cento do PIB do país. A indústria nacional foi beneficiada pelo encarecimento dos bens de importação por causa dos aumentos nas tarifas alfandegárias e da desvalorização do peso como maneira de se compensar os déficits orçamentários do governo; de parcela do capital acumulado por antigos latifundiários e líderes políticos, que se enriqueceram com contratos e concessões do Estado, investido no setor terciário; do vasto programa de obras públicas do governo cardenista que criou oportunidades de investimentos de capital e aumento da demanda de produtos; e do aparecimento de bancos e financeiras que formaram uma estrutura de apoio para a dinamização da economia como o Fundo de Fomento Industrial (1936), a Seguradora Mexicana (1937) e a Financeira Nacional (1934).

Entretanto, nada se comparou na área industrial à expropriação petroleira, pois, até 18 de março de 1938, a participação do Estado na produção de petróleo reduzia-se apenas

<sup>235</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, 1978, p. 319-320.

<sup>236</sup> MEYER, 1977, p. 169.

ao suficiente para o abastecimento de trens. A expropriação foi ocasionada pelo impasse criado pelas empresas estrangeiras ao se negarem a negociar com o Sindicato de Trabalhadores Petroleiros da República Mexicana melhores salários. Diante do impasse, o Estado interviu no sentido de solucionar a questão com a expropriação, tendo como justificativa o bem-geral da nação e a utilidade pública. Previa-se o pagamento de indenizações às empresas em um prazo máximo de dez anos. Apesar das críticas a tal medida por parte dos países interessados, principalmente, dos Estados Unidos, a eminência de uma nova guerra mundial a ser travada entre fascismo/nazismo e democracia impediu uma intervenção estrangeira no México. Basta lembrar a busca de aliados nesse momento por parte dos Estados Unidos, o que levou o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt a desenvolver uma política de boa vizinhança no continente americano. Quase um ano antes, em 23 de julho de 1937, os investidores norte-americanos, que detinham a maior parte das estradas de ferro mexicanas, viram-se afetados pelo decreto de nacionalização das ferrovias. Com a nacionalização da indústria petrolífera, surgiu a Petróleos Mexicanos S.A. (PEMEX), que, por causa de um boicote ao petróleo mexicano no mercado internacional, viu-se na condição de se voltar a venda do produto ao mercado nacional com preços mais baixos. De acordo com Henry Bamford Parkes,

as jazidas petrolíferas foram transferidas a uma corporação governamental, chamada Petróleos Mexicanos, na qual a maioria dos postos de importância foram assinalados a antigos funcionários dos sindicatos operários. Como era de se esperar, o novo regime significou, a princípio, certo declínio em eficiência e os trabalhadores não receberam os prometidos aumentos de salário. Contudo, a produção de petróleo foi mantida a um nível respeitável e o principal problema imediato era o de encontrar mercados. As companhias petroleiras expropriadas organizaram um boicote contra o petróleo mexicano e dificultaram a aquisição de navios petroleiros pelo México. Entretanto, o aspecto mais refrescante dessa situação foi a atitude de Washington. Enquanto o governo britânico externava um raivoso protesto, causando que Cárdenas rompesse as relações diplomáticas, a administração de Roosevelt reconheceu o direito do México de expropriar as companhias, pedindo unicamente que se pagasse uma compensação adequada. Tampouco quis respaldar as companhias em sua demanda de que lhes reembolsasse o valor total de suas propriedades, o qual não somente teria incluído o maquinário e o equipamento, mas também o petróleo que, todavia, encontrava-se no subsolo. As negociações sobre a base das compensações continuaram durante alguns anos, mas as companhias petroleiras, despojadas do apoio que tinham recebido sob Harding e Coolidge, viram-se finalmente obrigadas a aceitar a derrota.<sup>237</sup>

Todavia, políticos de tendência liberal e parte da burguesia mexicana ligada ao capital estrangeiro criticavam a política de expropriações de Lázaro Cárdenas por temerem as repercussões das ações do Estado mexicano e afirmavam que a tendência do governo para o coletivismo era uma perversão do programa original da Revolução Mexicana. Ao mesmo

<sup>237</sup> PARKES, 1982, p. 419.

tempo, a situação econômica do país no fim do mandato de Cárdenas e um cenário mundial que parecia favorável aos regimes totalitários, exercendo grande repercussão no México a vitória de Franco na Guerra Civil Espanhola, geraram um crescimento considerável no número de adeptos a grupos reacionários e fascistas, sendo vários deles alentados por agentes germânicos e ajudados com dinheiro alemão. As oposições ao governo cardenista organizaram-se em torno do Partido Revolucionário Mexicano Anticomunista do general Manuel Pérez Treviño, do Partido Democrático Mexicano do general Ramón F. Iturbe, do Partido Nacional de Salvação Pública do general Francisco Coss e do Partido da Ação Nacional (PAN) dirigido pelo advogado e civil Manuel Gómez Morín.

Paralelamente, no círculo oficial, a disputa pela candidatura à Presidência da República pelo PRM travou-se entre Francisco Múgica, representante da ala mais radical do partido e seguidor da política de Lázaro Cárdenas, e Manuel Avila Camacho, de tendência mais moderada. Em julho de 1939, o general Juan Andrew Almazán foi lançado como candidato do PAN e fez uma campanha em torno do lema “Trabalho, cooperação e respeito à lei”, propondo dar continuidade à marcha da Revolução Mexicana sem o radicalismo da política de Cárdenas. Em novembro de 1939, devido ao cenário nacional, Lázaro Cárdenas escolheu apoiar como candidato do PRM o moderado Manuel Avila Camacho, que propunha pôr fim ao “socialismo mexicano” do Cardenismo. Todavia, apesar da tendência moderada destes dois principais candidatos, as eleições de 1940, vencidas pelo PRM, foram marcadas por um clima tenso e acusações de fraude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou os ensaios de caráter sociológico de Alberto Torres *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro* e de Andrés Molina Enríquez *Los grandes problemas nacionales*, cuja análise levou à conclusão de que se tratam de estudos sobre a realidade nacional no Brasil e no México de princípios do século XX. Estes estudos têm como embasamento teórico um pensamento cientificista de tendência positivista de Augusto Comte e, principalmente, organicista de Herbert Spencer, dando-se uma grande ênfase à análise das especificidades de cada realidade nacional em contraposição à mera importação e aplicação de ideias estrangeiras para a compreensão dos problemas típicos de cada sociedade.

Além da preocupação em seguirem um enfoque teórico-metodológico que prioriza o estudo das particularidades da realidade dos seus respectivos países, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez revelam também em suas produções intelectuais um posicionamento crítico com relação aos regimes oligárquicos presentes no período da República Velha no Brasil e do Porfiriato no México. Tais regimes são caracterizados pelos autores pela presença de um Estado que adotava uma política que apenas acentuava a fragmentação da sociedade nacional ao promover ações que somente beneficiavam à uma pequena parcela da população e levava o desenvolvimento de caráter destrutivo dos recursos naturais a certas regiões do país, encontrando-se as demais isoladas e em total atraso.

O estudo comparativo do pensamento dos dois autores demonstrou a presença de uma proposta de modelo de Estado e política nacional alternativo à ordem estabelecida em princípios do século XX no Brasil e no México, caracterizada por ambos intelectuais pela ausência de um poder central forte e atuante na resolução dos múltiplos problemas que afligiam os dois países, colocando-se acima dos interesses particulares de indivíduos e setores sociais e capaz de construir uma unidade nacional por meio de reformas nas estruturas política, social e econômica e da integração dos diversos grupos sociais e regiões.

A análise do contexto histórico brasileiro e mexicano de fins do século XIX e princípios do século XX, das correntes de pensamento em voga durante esse período nos dois países e das ideias presentes nas obras de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez que foram as fontes primárias da pesquisa revelou que, apesar das especificidades de cada país, havia a presença em comum de certos aspectos observados nas realidades históricas do Brasil e do

México, como por exemplo, a forte presença de capitais estrangeiros em setores como o bancário, de comunicação e transportes e prestação de serviços, a posição da economia como complementar e periférica na divisão internacional do trabalho baseada em um modelo primário-exportador e com uma incipiente industrialização, a existência de uma estrutura política oligárquica e elitista, as tentativas de resistência e alteração da ordem vigente por diversos movimentos sociais e outros, de uma corrente de ideias científicas influenciando fortemente a intelectualidade e de um movimento de crítica à República Velha e ao Porfiriato que levaria à derrocada destes regimes, tendo Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez como os seus precursores nos respectivos países.

A respeito do movimento de ideias de crítica à República Velha e ao Porfiriato, pode-se afirmar que Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram os precursores dele no Brasil e no México respectivamente a partir da presença de vários tópicos do ideário dos dois autores em atores políticos e intelectuais que participaram no processo histórico de contestação e derrocada dos regimes liberal-oligárquicos. Além disso, foram estes atores políticos e esta intelectualidade que também tiveram um papel ativo na montagem da estrutura do Estado e na adoção da política nacional alternativos ao modelo estatal e de política seguido pelos regimes depositos com a Revolução de 1930 e a Revolução Mexicana. Não foi por acaso que também se observou nesta tese a presença de várias ideias de Alberto Torres durante a Era Vargas (1930-1945) e de Andrés Molina Enríquez ao longo do período de institucionalização da Revolução Mexicana a partir da década de 1920 e, sobretudo, no governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940).

Este último ponto acabou por conduzir a tese à conclusão de que, ao contrário do que tradicionalmente as ciências sociais latino-americanas costumam afirmar sobre as políticas nacionais implantadas nesse período, estas políticas não foram o resultado de um vazio de poder decorrente da inexistência de um grupo dominante capaz de impor os seus interesses diante de outros setores sociais, nem da necessidade de se utilizar de um processo de manipulação e/ou impedimento ao surgimento da cidadania ativa por meio da concessão de benesses às massas “alienadas” em troca de apoio às ações políticas do novo regime instaurado. Na realidade, os governantes brasileiros e mexicanos não moldaram as políticas nacionais de acordo com a conveniência de cada circunstância histórica com a qual se deparavam. Pelo contrário, estas políticas inspiraram-se em uma corrente de pensamento que foi amadurecendo a partir de princípios do século XX com as críticas aos regimes liberal-oligárquicos e a elaboração de projetos de Estado e política nacional alternativos.

Portanto, em nenhum momento do pós-Revolução de 1930 e do período de institucionalização da Revolução Mexicana houve um vazio de pensamento no sentido da inexistência de ideias que inspirassem e justificassem as ações estatais dos novos regimes, o que pôde ser demonstrado no capítulo 4 desta tese quando se comprovou a presença do pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez no período referente a estes novos regimes no Brasil e no México por meio de vários pontos em comum entre o ideário dos autores e as medidas implantadas pelos Estados brasileiro e mexicano então, como por exemplo, o Estado forte e agente do desenvolvimento, a intervenção estatal na economia, o investimento em educação, o desenvolvimento da agricultura, a reforma agrária, a preservação dos recursos naturais, a representação e participação das demandas de diversos setores sociais na política nacional sob a coordenação do Estado e outras.

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez definiram este conjunto de medidas como política orgânica ou integral. Esta política orgânica ou integral pensada pelos dois intelectuais teve como ponto de partida o princípio do filósofo inglês Herbert Spencer de que há a necessidade de um centralismo forte para impedir a degeneração de sociedades nas quais não existe a integração de seus componentes. Estas sociedades são caracterizadas por um conflito endêmico devido à ausência de cooperação entre os seus membros. Esta perspectiva spenceriana foi utilizada por Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez para criticarem a República Velha e o Porfiriato. Para os dois autores, estes regimes liberal-oligárquicos seriam marcados pela ausência de uma organização nacional capaz de incorporar diversos setores sociais na política nacional, sob a coordenação de um Estado forte e centralizador, colocado acima de interesses particulares, por meio da realização de suas demandas. Em contrapartida, os diferentes setores sociais apoiariam as iniciativas do Estado enquanto representante do bem-geral da coletividade, criando-se, assim, as condições para a construção de uma unidade nacional. Dessa maneira, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez começaram a esquematizar a inserção de diferentes unidades sociais na política nacional.

Seguindo o modelo de relação entre Estado e diferentes setores sociais pensado por Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, nota-se que o objetivo central era a realização de um conjunto de reformas pelo poder estatal e que permitissem a superação de um quadro político visto pelos críticos dos regimes oligárquicos como de crise nacional. Entretanto, a concretização das reformas necessárias para a superação da crise causada, em grande parte, pela ausência de uma política nacional baseada no estudo da realidade e dos problemas do país dependeria do apoio da sociedade ao conjunto de ações do Estado.

O Estado é o condutor das reformas presentes na política nacional a ser implantada. Contudo, para a concretização da política nacional é preciso o apoio de diferentes setores sociais, surgindo, assim, uma unidade nacional em torno de um programa para a organização, o progresso e a consolidação da nacionalidade. Esta unidade nacional surgiria somente com a conscientização por parte da população de que o seu bem-estar e o de seus descendentes dependeria do bem-geral da nação, e que implicaria em garantir a possibilidade de realização das demandas de vários setores sociais dentro dos parâmetros de funcionamento coordenado da sociedade nacional sob a direção do Estado. Ao garantir a possibilidade de realização das demandas de diferentes grupos sociais, criar-se-ia as condições para a governabilidade e a aplicação das reformas necessárias para o estabelecimento de uma organização nacional, pois a população ver-se-á no dever de apoiar o poder estatal por ter as suas demandas asseguradas pela autoridade do Estado.

Para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, a melhor maneira para se fundamentar uma boa relação entre o Estado e a população nacional seria por meio de uma representação não baseada em agremiações políticas de cunho faccionista que buscam a concretização dos anseios particulares de certos indivíduos ou grupos sociais, uma vez que o máximo que se obtém com este tipo de representação é o aparecimento de legisladores e governantes preocupados apenas em promover agitações políticas em nome de interesses particulares, perdendo-se de vista o vínculo com a coletividade e o senso de solidariedade e cooperação. Como solução para este problema, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez pensaram que os membros da sociedade poderiam ter uma participação mais efetiva na política nacional e maiores possibilidades de verem as suas demandas atendidas pelo Estado se organizados em torno de setores sociais. Desse modo, dar-se-ia voz à uma parcela mais ampla o possível da população e não somente à uma pequena parte dela. Trata-se, enfim, da participação na política nacional de diversos setores sociais por meio de um modelo corporativista. Portanto, é necessária a ampliação das perspectivas de análise sobre o corporativismo no período pós-Revolução de 1930 e na etapa de institucionalização da Revolução Mexicana que restringem a origem deste fenômeno no Brasil e no México à repercussão do fascismo italiano nos anos de 1920 nos dois países, pois como se pôde notar nesta tese, nas obras *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro* publicadas em 1914 e escritas por Alberto Torres e no livro de Andrés Molina Enríquez *Los grandes problemas nacionales* editado pela primeira vez em 1909 já se fazia referência à concepção de corporativismo e a propunha como meio de representação das demandas de diferentes setores sociais na política nacional e de relação entre eles e o Estado.

De acordo com Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, caberia ao Estado a função de centro responsável pela coordenação do funcionamento do organismo social e pela integração das partes que constituem a sociedade nacional. Dessa maneira, o Estado procuraria ser o órgão de direção da sociedade de modo a torná-la una e indivisível, atuando nas mais variadas áreas no sentido de promover um desenvolvimento para beneficiar toda a população e estruturar o país para evitar a sua dissolução diante de possíveis ameaças externas. Este pensamento fez-se bastante presente nos regimes surgidos no período pós-Revolução de 1930 e na etapa de institucionalização da Revolução Mexicana, pois em ambos a nação era compreendida como uma comunidade caracterizada pela harmonia e solidariedade, sendo que os seus membros teriam interesses e objetivos em comum que criariam as condições para a preocupação com o bem-geral da coletividade e, conseqüentemente, o despertar de uma unidade nacional. O Estado teria um papel decisivo na construção do ideal de nação a partir do momento em que daria oportunidade para que as demandas de vários setores sociais se fizessem presentes em sua política nacional, acabando, assim o dissenso e criando uma unidade em torno do apoio às ações estatais. O resultado seria uma identidade entre Estado e nação, incorporando o poder estatal a representação do ideal do bem-geral da coletividade.

Entretanto, o conhecimento das demandas de diversos setores sociais dependeria de um estudo da realidade e dos problemas do país e um contato mais próximo entre os governantes e a população. Para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, este contato mais próximo entre Estado e sociedade seria possível graças à representação corporativista, na qual diferentes setores sociais que compõem a sociedade nacional organizam-se para participarem na política nacional e barganharem o atendimento de suas demandas junto ao poder estatal e, por outro lado, o Estado consegue o apoio necessário para a concretização de sua política nacional que tem como objetivos principais a organização nacional e a consolidação da nacionalidade. A vantagem do corporativismo estaria em que não as demandas particulares de certos indivíduos ou grupos sociais far-se-iam representar na política nacional, mas de cada setor social que seriam equilibradas com as de outros, impedindo-se, desse modo, que um setor prevaleça sobre o outro. No caso do Varguismo, o contato mais próximo entre Estado e sociedade ocorreu por meio de órgãos e instituições de representação dos setores sociais no governo e, no que se refere ao Cardenismo, o contato deu-se, sobretudo, a partir de 1938, com a fundação do Partido da Revolução Mexicana (PRM), ou seja, com o partido oficial dividido em quatro grandes setores que eram o operário,



o camponês, o popular (em sua maioria burocratas) e o militar, institucionalizando-se, assim as demandas de vários grupos sociais.

Em suma, o pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez fizeram-se presentes nos regimes surgidos a partir da Revolução de 1930 no Brasil e da etapa de institucionalização da Revolução Mexicana no México, pois tanto os autores como a posteriori os regimes partiram do pressuposto comum da necessidade de um organismo social uno e indivisível em que houvesse uma identificação entre o Estado e a sociedade para manter o corpo social coeso. Não foi por acaso que a queda dos regimes liberal-oligárquicos nos dois países ocorreu exatamente no momento em que se atingiu o ápice da incapacidade de suas estruturas políticas em acomodarem conflitos e promoverem a integração social, coincidindo isto com crises no sistema econômico internacional que revelaram o quadro de dependência econômica e de dificuldade de superação delas pelo Brasil em 1929 e pelo México em 1908-1909, quando houve a contração do mercado externo e a queda das exportações dos produtos que sustentavam as suas economias nacionais. A conjuntura mundial exigia a superação do quadro de total dependência com relação às economias dos países centrais caso nações como o Brasil e o México quisessem sobreviver às transformações que aconteciam no cenário mundial. Tal sobrevivência implicava em melhor se adaptar à realidade imposta pelo contexto internacional, o que queria dizer buscar a consolidação da nacionalidade por meio de um amplo programa de organização nacional. Organização nacional que seria encaminhada pela atuação de um Estado forte, centralizador e interventor que por meio de reformas políticas, econômicas e sociais conseguisse o apoio de importantes parcelas de diferentes setores sociais, mobilizando-as em torno de sua política nacional, algo que não foi cogitado pelos regimes liberal-oligárquicos presos como estavam a um modelo de economia primário-exportadora e à concepção de participação política restrita aos setores detentores dos recursos econômicos na sociedade.

## REFERÊNCIAS

A estrutura básica da documentação está constituída por duas partes. A primeira refere-se às fontes primárias utilizadas, na qual se situam os escritos de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez. A segunda parte reúne uma bibliografia seletiva composta pelas obras de referência; teoria, metodologia e historiografia; história do Brasil nos séculos XIX e XX; história do México nos séculos XIX e XX; cientificismo; nação e nacionalismo; estudos sobre Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez.

### a) Fontes primárias utilizadas:

A produção intelectual de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez é bastante vasta e engloba os mais variados assuntos, incluindo história nacional, ciência, política nacional e internacional, leis, ecologia e muitos outros diferentes, revelando o interesse dos dois autores por vários campos do conhecimento. Todavia, como o tema desta tese trata dos projetos de política nacional, utilizou-se na sua elaboração as seguintes obras:

MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978. (Colección Problemas de México).

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978a, série IV, v. XVII. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasiliana).

\_\_\_\_\_. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978b, série III, v. XVI. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasiliana).

### b) Bibliografia seletiva:

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercídia. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**: história mexicana contemporânea, 1910-1989. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2000. (Ensaio Latino-Americanos, 5).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

ALENCAR, Francisco; RIBEIRO, Marcus Venício; CECCON, Claudius. **Brasil vivo**. Petrópolis: Vozes, 1986, v. 1.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 3, p. 225-256.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: \_\_\_\_\_ (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008, v. I, p. 9-27. (Colección Conocimiento).

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**. New York: Verso, 1991.

ANKERSMIT, Frank. Commemoration and national identity. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende (Org.). Memória, identidade e historiografia. **Textos de História**. Brasília, Universidade de Brasília, v. 10, n. 1/2, 2002, p. 15-40.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Coleção Debates).

BARRETO, Dalmo. **Alberto Torres**: sociólogo e jornalista. Niterói: Instituto Nacional do Livro, 1970.

BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. **Andrés Molina Enríquez**: con la revolución auestas. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. (Colección Vida y Pensamiento de México).

\_\_\_\_\_. **México mestizo**: análisis del nacionalismo mexicano en torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. (Colección Historia).

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: História Social USP; Edições Loyola, 1999. (Série Teses).

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

BLANQUEL, Eduardo. La Revolución Mexicana. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia mínima de México**. México: El Colegio de México, 1977, p. 133-154.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997.

BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 375-400.

CABRAL, João Batista Pinheiro. **O partido liberal mexicano e a grave de Cananea**: estudo de um movimento precursor da Revolução Mexicana de 1910. Brasília: UnB, 1981. (Cadernos da UnB).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-144. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 1, p. 13-50.

CARMAGNANI, Marcello. El federalismo liberal mexicano. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Federalismos latinoamericanos**: México/Brasil/Argentina. México: Fideicomiso Historia de las Américas; Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 135-179. (Serie Estudios).

\_\_\_\_\_. **Estado y mercado**: la economía pública del liberalismo mexicano, 1850-1911. México: Fideicomiso Historia de las Américas; El Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1994. (Serie Hacienda).

\_\_\_\_\_. **Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930**. Trad. P. R. Ferrer. Barcelona: Crítica, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Historia geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 183-234.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 61-87.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 89-110.

\_\_\_\_\_. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **História do pensamento político: o declínio do Estado-Nação monárquico**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983, t. 2. (Coleção Biblioteca de Cultura Histórica).

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva / Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo / Catecismo positivista**. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Problemas sociais: sua solução positiva**. Trad. Mário Barboza Carneiro. Rio de Janeiro: Emiel, 1940.

CÓRDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana: la formación del nuevo régimen**. 2. ed. México: Era, 1973.

COSÍO VILLEGAS, Daniel. El tramo moderno. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Historia mínima de México**. México: El Colegio de México, 1977, p. 117-132.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956a.

\_\_\_\_\_. **O positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956b, série V, v. 291. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

CUMBERLAND, Charles C. **La Revolución Mexicana: los años constitucionalistas**. Trad. Héctor Aguilar Camín. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. (Sección de Obras de Historia).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 35. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-62. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-239. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, v. 2. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 401-426.

\_\_\_\_\_. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Coleção Descobrindo o Brasil).

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: SENAC, 2000.

FRANCO, Jean. **La cultura moderna en América Latina**. Trad. Sergio Pitol. México: Grijalbo, 1985. (Colección Enlace).

FREITAS, Marcos Cézar de. **Da micro-história à história das ideias**. São Paulo: Cortez; USF, 1999.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 31-72.

FUNES, Patricia. **Salvar la nación**: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Ensaaios Latino-Americanos, 12).

GELLNER, Ernest. **Encuentros con el nacionalismo**. Trad. Carlos Rodríguez Braun. Madrid: Alianza, 1995.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e democracia**. Trad. Vamireh Chacon et al. Brasília: UnB, 1981. (Cadernos da UnB).

GENTIL, Alcides. **As ideias de Alberto Torres**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, série III, v. 3. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1987.

\_\_\_\_\_. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, v. 4, p. 489-558.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **A democracia no México**. Trad. Ana Arruda. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Coleção Nossa América).

GONZÁLEZ NAVARRO, Moisés. **Sociología e historia en México**: Barreda, Sierra, Parra, Molina Enríquez, Gamio, Caso. México: El Colegio de México, 1970.

GONZÁLEZ, Luis. El liberalismo triunfante. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. III, p. 163-281.

HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Coord.). **Historia de América Latina**. Trad. Jordi Beltrán y Àngels Solà. Barcelona: Crítica, 1991, v. 8, p. 1-64.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Trad. Marcella Mortara e Ana Maria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998, p. 205-216.

HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. Federalismo y gobernabilidad en México. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**. México: Fideicomiso Historia de las Américas; El Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 263-299.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Revolución Mexicana (período 1934-1940). La mecánica cardenista**. México: El Colegio de México, 1979, v. 16.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KUMBHOJKAR, Shraddha. A study of ancient indians texts as means to control the process of administering the past. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende (Org.). *Memória, identidade e historiografia. Textos de História*. Brasília, Universidade de Brasília, v. 10, n. 1/2, 2002, p. 113-124.

KUNTZ, Rolf. Alberto Torres: a organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2001, v. 2, p. 259-278.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 343-374.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. **Alberto Torres: contribuição para a história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet, 1995.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 11-60.

LEVI, Lúcio. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira et al. 8. ed. Brasília: UnB, 1995, v. 2, p. 799-806.

LIMA, A. Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, série V, v. XLIII. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, v. 322. (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

LOMNITZ, Claudio. Intelectuales y poder político: la representación de los científicos. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina**: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008, v. I, p. 441-464.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Série Revisão 21).

\_\_\_\_\_. **História do Brasil Imperial**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Série Revisão 8).

LOVE, Joseph L. Federalismo y regionalismo en Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos**: México/Brasil/Argentina. México: El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 180-223. (Serie Estudios).

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

LYNCH, John. La Iglesia Católica en América Latina, 1830-1930. In: BETHELL, Leslie (Coord.). **Historia de América Latina**. Trad. Jordi Beltrán y Àngels Solà. Barcelona: Crítica, 1991, v. 8, p. 65-122.

MAESTRI, Mário. **1910: a revolta dos marinheiros. Uma saga negra**. 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINS, Ana Luiza. **República, um outro olhar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

MEYER, Lorenzo. El primer tramo del camino. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 111-299.

MOLINA ENRÍQUEZ, Álvaro. **Antología de Andrés Molina Enríquez**. México: Oasis, 1969.

MONSIVÁIS, Carlos. Notas sobre la cultura mexicana en el siglo XX. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 303-476.

MOTYL, Alexander J. **Revolutions, nations and empires**: conceptual limits and theoretical possibilities. New York: Columbia University Press, 1999.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 2, p. 259-292.

NUNES, Américo. **As revoluções do México**. Trad. Daniel Pastura. São Paulo: Perspectiva, 1980. (Coleção Khronos).

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-38. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

PARKES, Henry Bamford. **La historia de México**. Trad. Sylvia López de Sarmiento. México: Diana, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 153, 2. sem. 2005, p. 11-34.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1965.

RAAT, William Dirk. **Positivism in Díaz's Mexico, 1876-1910**: an essay in intellectual history. Michigan: University of Michigan Press, 1967.

RACHUM, Ilan. **Nationalism and revolution in Brazil, 1922-1930**: a study of intellectual, military and political protesters and of the assault on the Old Republic. Columbia: University of Columbia, 1970.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos 72).

ROLAND, Ana Maria. **Fronteiras da palavra, fronteiras da história**: contribuição à crítica da cultura do ensaísmo latino-americano através da leitura de Euclides da Cunha e Octavio Paz. Brasília: UnB, 1997.

ROSS, Marc Howard. Culture and identity in comparative political analysis. In: CROTHERS, Lane; LOCKHART, Charles (Orgs.). **Culture and politics**: a reader. New York: St. Martin's Press, 2000, p. 39-70.

ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira et al. 8. ed. Brasília: UnB, 1995, v. 2, p. 795-799.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA HERZOG, Jesús. **El agrarismo mexicano y la reforma agraria**: exposición y crítica. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1980. (Colección Vida y Pensamiento de México).

SIMÕES NETO, Teotonio. **Repensando Alberto Torres**. São Paulo: Semente, 1981.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975, v. 3, t. 1, p. 345-390.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996, p. 231-270.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Trad. Ismênia Tunes Dantas. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE; UFRGS, 1998.

SOLER, Ricaurte. **Idea y cuestión nacional latinoamericanas**: de la independencia a la emergencia del imperialismo. México: Siglo XXI, 1980.

SPENCER, Herbert. **A justiça**. Trad. Augusto Gil. Lisboa: Bertrand, 1919. (Biblioteca de Filosofia Científica).

\_\_\_\_\_. **O indivíduo contra o Estado**. Trad. Leôncio de Sá Filho. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1962.

\_\_\_\_\_. **O que é a moral?** Trad. Francisco Barros Lobo. Lisboa: Bertrand, 1915.

\_\_\_\_\_. **The evolution of society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. (Collection Classics in Anthropology).

TENA RAMÍREZ, Felipe. **Leyes fundamentales de México, 1808-1973**. 5. ed. México: Porrúa, 1978.

ULLOA, Berta. La lucha armada (1911-1920). In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, p. 1-110.

VASCONCELOS, José. **Breve historia de México**. México: Compañía Editorial Continental, 1968.

VERA ESTAÑOL, Jorge. **Revolución Mexicana**: orígenes y resultados. 2. ed. México: Porrúa, 1967.

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 111-154.

VILLEGAS, Abelardo. **Autognosis**: el pensamiento mexicano en el siglo XX. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1984.

WASSERMAN, Cláudia. **Palavra de presidente**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ZEA, Leopoldo. **El positivismo en México**: nacimiento, apogeo y decadencia. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

ZORAIDA VÁZQUEZ, Josefina. **Nacionalismo y educación en México**. 2. ed. México: El Colegio de México, 1975.

## **SOBRE A TESE**

- **Digitação e diagramação:**

VLX Criação e Arte

(61) 3381-7538

vlxonline@gmail.com

- **Revisão gramatical:**

Professora Maria Gabriela Segre

(61) 9983-4233

mgsegre@hotmail.com